

# VÁRIAS NAVEGAÇÕES:

Português arcaico  
Português brasileiro  
Cultura Escrita no Brasil  
Outros estudos

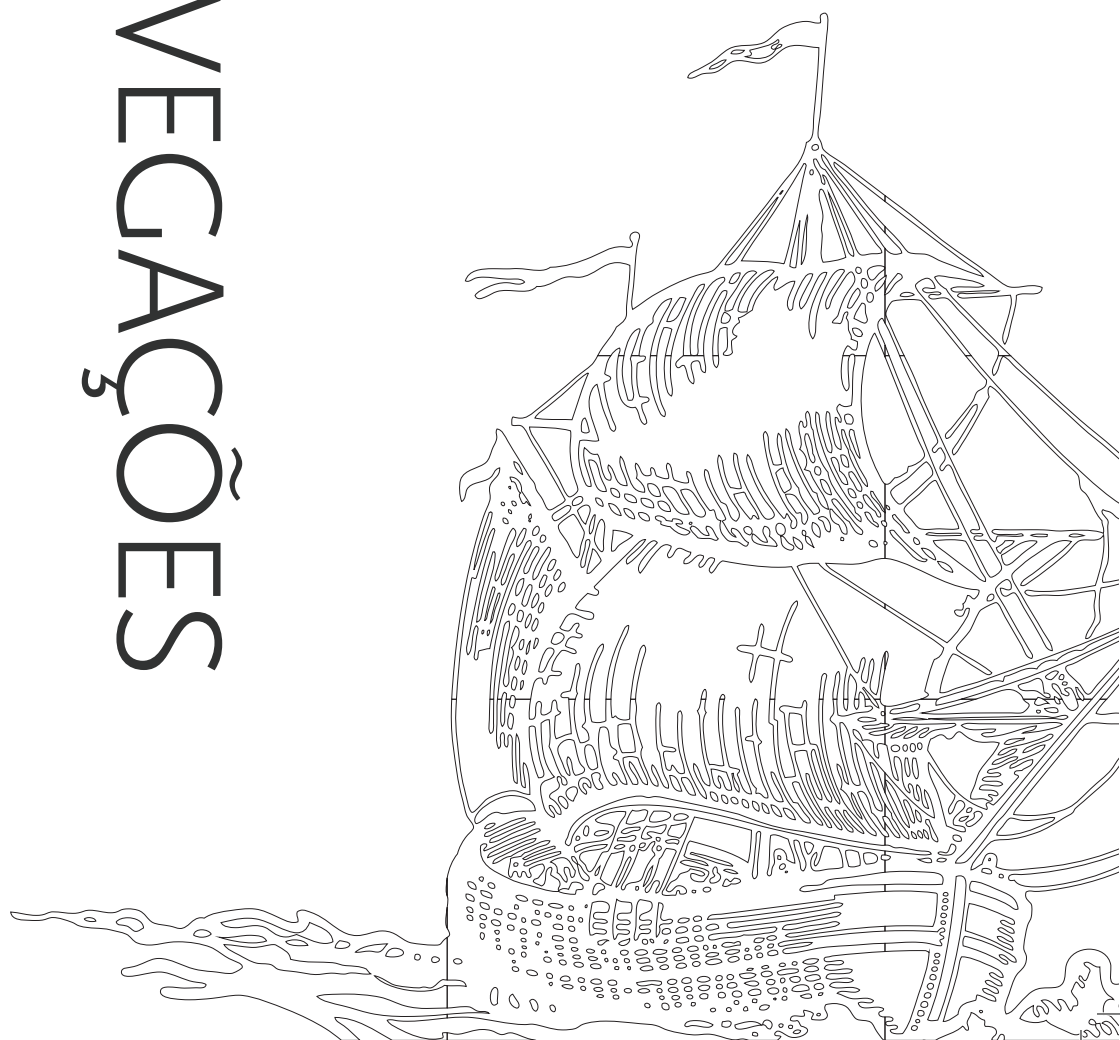
Em homenagem a Therezinha Barreto

Rosa Virgínia Mattos e Silva  
Klebson Oliveira  
José Amarante  
[Organizadores]



# VÁRIAS NAVEGAÇÕES

Português arcaico  
Português brasileiro  
Cultura escrita no Brasil  
Outros estudos  
em homenagem a *Therezinha Barreto*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

*Dora Leal Rosa*

Vice-reitor

*Luiz Rogério Bastos Leal*



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Ninõ El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

**fapesb**   
Fundação de Amparo  
à Pesquisa do Estado da Bahia

Rosa Virgínia Mattos e Silva  
Klebson Oliveira  
José Amarante  
*Organizadores*

# VÁRIAS NAVEGAÇÕES

Português arcaico  
Português brasileiro  
Cultura escrita no Brasil  
Outros estudos

em homenagem a *Therezinha Barreto*

Salvador, Edufba, 2012

2012, autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia. Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e arte final de capa  
*Alana Gonçalves de Carvalho Martins*

Concepção da capa  
*Fábio Ramon Rêgo da Silva*

Revisão  
*Organizadores e André Moreno*

Sistema de Bibliotecas – UFBA

---

Várias navegações : português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos, em homenagem a Therezinha Barreto / Rosa Virgínia Mattos e Silva, Klebson Oliveira, José Amarante, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2012. 524 p. il.

Comemoração dos vinte anos do Grupo PROHPOR - Programa para a História da Língua Portuguesa.  
ISBN 978-85-232-1039-7

1. Língua portuguesa - Português arcaico. 2. Língua portuguesa - Brasil - História. 3. Cultura. 4. Comunicação escrita - Brasil. I. Silva, Rosa Virgínia Mattos e. II. Oliveira, Klebson. III. Amarante, José. IV. Barreto, Therezinha Maria Mello.

CDD - 469.702

---

Editora afiliada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina

40.170-115 Salvador-Bahia-Brasil

Telefax: (71) 3283-6160/6164/6777

edufba@ufba.br | www.edfuba.ufba.br

## SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
- 19 ANOTAÇÕES LEXICAIS DA DOCÊNCIA: OU SOBRE COMO,  
COM MESTRES, APRENDER A SER MESTRE  
José Amarante Santos Sobrinho e klebson Oliveira
- 25 ENTRE TREVAS E LUZES, DEUS E O DIABO: A IDADE MÉDIA  
NAS CANTIGAS DE SANTA MARIA  
Rosa Virgínia Mattos e Silva

### PARTE I ESTUDOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS E MORFOSSINTÁTICOS

- 45 O *SINMORFISMO* E OS *DOUBLET*S NO PORTUGUÊS ARCAICO  
Juliana Soledade
- 67 DO LATIM AO PORTUGUÊS: A ORIGEM DOS ARTIGOS  
Alex Batista Lins
- 91 O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES E COMPOSTO NO PORTUGUÊS  
EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XVII AO XIX  
Joalêde Gonçalves Bandeira
- 109 O SÉCULO XVII E OS CLÍTICOS NA *ARTE DE COZINHA*  
Nilzete Rocha
- 141 FORMAS DE USO DO *ONDE* E *LOCALIZADORES* POR PROFESSORES  
PRIMÁRIOS NA PROVÍNCIA DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX  
Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Noemi Pereira de Santana
- 167 CARACTERIZAÇÃO DOS PAPÉIS TEMÁTICOS AGENTE E PACIENTE EM  
PROPRIEDADES SEMÂNTICAS PROTOTÍPICAS E NÃO-PROTOTÍPICAS  
Mariana Fagundes de Oliveira
- 195 RELAÇÕES ENTRE ITENS ADVERBIAIS E CONJUNCIONAIS  
NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS  
Sônia Bastos Borba Costa
- 239 DO COMPOSTO SINTAGMÁTICO AO LEXEMA AGLUTINADO:  
CONSEQUÊNCIAS MORFOLÓGICAS E SINTÁTICAS  
Antonia Vieira dos Santos

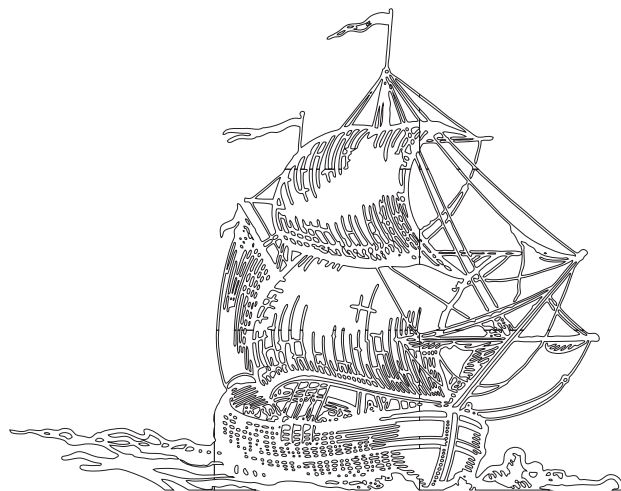
PARTE II  
ESTUDOS SOBRE CULTURA ESCRITA NO BRASIL

- 261 **ESBOÇO PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DO LATIM NO BRASIL: CONSTRUINDO UMA PERIODIZAÇÃO. EPISÓDIO I – PERÍODO COLONIAL**  
José Amarante Santos Sobrinho
- 303 **AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO: NÍVEIS DE ALFABETISMO NA BAHIA EM FINAIS DE QUINHENTOS**  
klebson Oliveira e Tânia Lobo
- 329 **ESCOLARIZAÇÃO DE ALDEADOS NO BRASIL DOS SÉCULOS XVII E XVIII E PRODUÇÃO ESCRITA INDÍGENA**  
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
- 359 **CARTAS DE AMOR NO SÉCULO XX: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NO DISCURSO EPISTOLOGRÁFICO**  
Ana Sartori Gandra
- 393 **SEGREDOS REVELADOS, MAS NÃO VIOLADOS: AS ESCRITAS LITÚRGICAS DAS “GENTES DE SANTO”**  
André Moreno

PARTE III  
OUTROS ESTUDOS

- 429 **ANÁLISE DE ITENS LEXICAIS NO VOCABULÁRIO DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA**  
Anielle Souza de Oliveira
- 447 **O QUE ESCREVEM SOBRE OS PRENOMES DE BRASILEIROS: LEITURAS DE JOSÉ PEDRO MACHADO**  
Aurelina Ariadne Domingues Almeida
- 479 **A LÍNGUA GERAL DA AMAZÔNIA COMO UM SISTEMA HISTORICAMENTE NOVO: JESUÍTAS E TAPUIAS NA ORIGEM DO CONTEXTO COM INTERRUPTÃO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA ENTRE GERAÇÕES**  
Wagner Argolo
- 515 **O LINGUISTA: ABÁ-PE AÍPÓ?**  
Américo Venâncio Lopes Machado Filho

## APRESENTAÇÃO



Este livro/coletânea, antes de qualquer coisa, quer se converter em um momento de celebração: celebrar os 20 anos do grupo de pesquisa PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa) e, ainda, o privilégio de ter entre nós a Professora Therezinha Maria Mello Barreto. Duas histórias e várias estórias, mesmo que breves, mesmo que entrelaçadas, devem ser narradas. Primeiro a do PROHPOR e, para o seu início, nada mais natural do que dar voz à sua fundadora:

Olhando de hoje para o passado, vejo que a semente do que viria a ser o Grupo de Pesquisa 'Programa para a História da Língua Portuguesa' (PROHPOR) está certamente na minha formação acadêmica da década de cinquenta para sessenta, quando, licencianda em Línguas Anglo-germânicas, tive uma coesa preparação, dirigida pelo Mestre Nelson Rossi, na Lingüística de orientação histórica, que dominou a cena dos cursos de Letras no Brasil até a década de sessenta, em que História da Língua, Filologia e Dialectologia constituíram a base da minha preparação profissional para o futuro. Ao finalizar a Licenciatura, na 4<sup>ff</sup>. Série, em 1961, o nosso grupo de colegas realizou um trabalho coletivo, sob a orientação de Nelson Rossi, que resultou na edição crítica do *Livro das Aves*, publicada em 1965 pelo Instituto Nacional do Livro.

Partindo para o Mestrado – primeiro Mestrado na área de Letras no Brasil, na Universidade de Brasília, ainda em processo de construção – escolhi como tema de Dissertação a edição do Segundo *Livro dos Diálogos de São Gregório: biografia de São Bento*, concluída em 1965. Ambos esses textos trecentistas pertenciam e pertencem ao conjunto de manuscritos medievais adquiridos por Serafim da Silva Neto em Portugal e trazidos para o Brasil. Ao decidir fazer o Doutorado na USP em 1971, optei por completar a edição dos *Quatro livros dos Diálogos de São Gregório*, na sua versão medieval mais antiga conhecida, a do século XIV.



Desde então o meu objetivo final não era fazer Filologia, no sentido de “editar textos”, mas, a partir de edições, pensar e observar o processo de constituição histórica da Língua Portuguesa. Nessa orientação é que preparei o que se tornou o livro *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*, publicado em 1989 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Lisboa. Esse trabalho, iniciado em 1968, a partir de listagens mecanográficas, não eletrônicas, realizadas no antigo Centro de Cálculo Científico da Fundação Calouste-Gulbenkian de Lisboa, só veio a estar concluído em 1982 e publicado em 1989.

Entre 1960 e 1980, a Lingüística Brasileira se concentrou, hegemonicamente, nos estudos sincrônicos das línguas, especialmente da língua portuguesa e do português brasileiro. Com o retorno, na década de oitenta, aos estudos histórico-diacrônicos, com renovadas orientações, no Brasil, sobretudo pela via da *Teoria da Variação e Mudança* laboviana, da *Teoria Paramétrica* chomskiana e ultimamente dos estudos funcionalistas que tratam da gramaticalização, um novo interesse começou a ser despertado entre alguns linguistas e pós-graduandos no Brasil, sobretudo em busca de interpretações históricas para o português brasileiro e suas diferenças em relação ao português europeu.

Tendo permanecido fiel aos estudos de natureza histórica, isto é, a partir de dados datados e localizados, mesmo que de natureza sincrônica – trabalhei com dados de pesquisa de campo feita sobre o português dos índios kamayurá (cf. o livro *Sete estudos sobre o português Kamayurá*, Salvador: CED-UFBa, 1988); entre 1973 e 1979 fui pesquisadora da equipe do projeto NURC-Bahia, mas, só ao findar os anos oitenta, apesar de que, desde 1976, orientasse dissertações de Mestrado, sempre sincrônicas, tive a primeira orientanda que estava motivada para os estudos histórico-diacrônicos. Logo depois surgiram outros e, assim, a possibilidade de se organizar um Grupo de Pesquisa que seguisse a linha registrada no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da UFBa e na Pós-graduação em Letras e Lingüística de nosso Instituto, a da “Constituição histórica da língua portuguesa”. Surgiu, então, em finais de 1990, o núcleo inicial do PROHPOR (MATTOS E SILVA, 2003, p. 30-31).

Palavras alongadas para uma *Apresentação*, admite-se, mas, de propósito, não se retirou uma vírgula do que expõe Mattos e Silva, porque a sua fala revela que o grupo de pesquisa PROHPOR não saiu do nada ou quase nada.

O núcleo inicial do PROHPOR, em finais de 1990, era formado, para além de Rosa Virgínia Mattos e Silva, por Therezinha Maria Mello Barreto, Sônia Bastos

Borba Costa e Maria do Socorro Sepúlveda Neto, cinco integrantes portanto. Já em 1991, integram-se ao grupo Ilza Ribeiro, Tânia Lobo, Sílvia Rita Olinda e Dante Lucchesi, oito componentes portanto; cabe assinalar, só por curiosidade mesmo, que foi Dante Lucchesi quem propôs a sigla. “Olhando de hoje para o passado”, será que, para a criação da sigla, guiou Dante Lucchesi apenas a combinação de sons, agradáveis aos ouvidos, e que resultaria numa palavra fácil de ser fixada, ou, do passado, já entrevia o futuro, no sentido de intuir o que o PROHPOR poderia propor? O fato é que, de posse de um texto programático, esses oito pesquisadores pedem, em 1991, o primeiro auxílio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), o que veio a ser concedido no ano seguinte e, desse modo, para as instâncias oficiais, o PROHPOR se estampava.

Definido nesse texto programático o objetivo geral do PROHPOR, que ainda o norteia – o estudo da constituição histórica da língua portuguesa, tendo como arco temporal para a pesquisa o período arcaico, do século XIII a meados do XVI, e, a partir do século XVI, infletindo para o estudo do português brasileiro em perspectiva histórica, quatro campos de ação foram definidos:

- a. Estudos de mudanças linguísticas ocorridas, do período arcaico em direção ao presente, tendo como referência atual o português brasileiro, isto é, num recorte histórico que vai da primeira fase da língua portuguesa em direção à variante brasileira;
- b. Preparação teórica e metodológica contínua de seus pesquisadores;
- c. Constituição de um banco informatizado de dados sobre o qual se fundamentarão as análises linguísticas nos níveis morfossintático e lexical da língua portuguesa na sua história;
- d. Estudos de fontes históricas para a compreensão e interpretação da formação sócio-histórica do diversificado português brasileiro

Passados vinte anos, o PROHPOR, hoje, tornou-se referência, nacional e internacional, na área de Linguística Histórica, prestígio que foi tão bem sintetizado, em reunião, numa fala da Professora Eneida Leal Cunha, quando coordenadora da Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia: “No Brasil, todo mundo sabe, se quer estudar Linguística Histórica, tem que ser na Bahia” e, também, em diversas ocasiões em que o reconhecido linguista brasileiro, Ataliba de Castilho, diz estarem as raízes do *Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro* (PHPB), que congrega equipes regionais de vários estados brasileiros, no PROHPOR. Mas isso tem a sua razão de ser: muito trabalho, muito compromisso e, sobretudo, como diz a fundadora e coordenadora do Grupo, gostar do que faz

e ter em si a ideia de que “o trabalho coletivo em grupo é interenriquecedor, não só por desenvolver uma solidariedade exigente, mas, sobretudo, por permitir o intercâmbio fraterno entre os saberes de cada um, o que, necessariamente, multiplica e favorece o trabalho coletivo do Grupo” (MATTOS E SILVA, 2003, p. 38).

“Vinte anos não são vinte dias” e, sendo assim, transformações, continuidades e descontinuidades aconteceram, nada mais natural, aliás. Mas o empenho na constituição histórica da língua portuguesa, esse é um objetivo que continua mais vivo do que nunca. Daquele grupo inicial, desvincularam-se, por terem sido captados por outros interesses, Maria do Socorro Sepúlveda Netto, Sílvia Rita Olinda e Dante Lucchesi, esse último para formar o seu próprio grupo de pesquisa dentro do Instituto de Letras, o *Vertentes*. Por outro lado, diversos pesquisadores, ao longo desse tempo, também foram captados pelo interesse em desvelar as malhas linguísticas do português em perspectiva diacrônica. Cadastrado no diretório de grupos de pesquisas do CNPQ, lá está o PROHPOR com mais de setenta membros, hierarquizados em pesquisadores e estudantes, porém essa hierarquia é necessidade do sistema, porque dentro do Grupo “todos são iguais perante a lei”, a lei do trabalho solidário, a lei do intercâmbio entre os saberes de cada um...

Porém, há uma outra “lei” bastante prezada dentro do Grupo e que diz respeito exatamente a esses saberes. Com tantos membros a si vinculados, consequentemente são bastante diversificados os saberes que transitam pelo PROHPOR. Sendo assim, tem-se um quadro de pesquisadores que, a depender da sua formação, se orientam pelo Estruturalismo, pelo Gerativismo, pela Sociolinguística, pelo Funcionalismo, além daqueles que se voltam para o que costumeiramente se costuma designar de história externa e dos que se dedicam à edição textos, porque a Filologia, dentro do Grupo, sempre teve um “cantinho de seu”. Que isso não seja interpretado, no entanto, como uma espécie de “tudo vale”. Retenha-se, mais uma vez, nas palavras da fundadora do Grupo:

Definimos também nesse texto inaugural – e mantivemos – que não pesquisaremos no âmbito de uma única teoria e metodologia da Linguística Histórica, mas que, sem ser ecléticos, cada projeto poderia definir o modelo teórico a seguir, a depender da natureza do problema estudado e do interesse teórico e da formação do pesquisador envolvido no seu projeto. Decidimos, contudo, que qualquer projeto que envolvesse análise linguística deveria ter uma base descritiva dos dados do *corpus* escolhido, uma vez que, como sabemos, a morfossintaxe e sintaxe histórica do português eram e ainda são pouco conhecidas, sendo, a nosso ver, a base descritiva um ponto de partida essencial em nosso trabalho e informação organizada para outros pesquisadores por isso interessados.

É certo que há muito trabalho por fazer, mas é certo também que, com o já feito no PROHPOR, seja através de projetos individuais, de projetos coletivos, de dissertações de mestrado, de teses de doutorados, a morfossintaxe e a sintaxe histórica do português, para além de outros níveis gramaticais, ganharam, sob prismas diferenciados, algumas luzes.

Este livro, para além da homenagem aos 20 anos do grupo Prohpor, é dedicado a uma de suas integrantes dos primeiros momentos. Therezinha Barreto entrou para a Universidade Federal da Bahia em 1977, como professora colaboradora. Em 1989, assume a função docente como servidora pública da Universidade, onde permanece até os dias de hoje, como pesquisadora e professora da pós-graduação, mesmo já aposentada desde 2007. Possui graduação em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1959), especialização em Teoria da Linguagem pela Universidade de Fortaleza (1979), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em *Master of Arts* pela Michigan State University (1964) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1999). Dedicamos, então, à homenageada dois textos que abrem esta coletânea.

Para Therezinha Barreto, José Amarante e Klebson Oliveira, no lugar de alunos, lhe dedicam algumas *Anotações lexicais da docência: ou sobre como, com mestres, aprender a ser mestre*. Aposentada desde 2007, Therezinha Barreto ainda continua pelos espaços das Letras, orientando, pesquisando, ensinando em turmas de pós-graduação. Nesse texto, os autores controem sua homenagem, em nome dos demais membros do Grupo, valorizando o aspecto profissional invejável de Therezinha Barreto: a docência. Assim, inspirados pela lição da grande e reconhecida mestra, revisitam sentidos ligados ao ato de ensinar que se tornam opacos e passam despercebidos a muitos. Como se diz no texto, é uma forma de, dado o chegar das aposentadorias, permitir aos novos alunos o reconhecimento do modelo de professora em seu sentido mais profundo. Certamente muitos não a terão mais como professora ou como orientadora de pesquisas, mas sua lição permanece e ainda aquece o coração das Letras.

Já Rosa Virgínia Mattos e Silva, no trabalho *Entre trevas e luzes, Deus e o Diabo: a Idade Média nas Cantigas de Santa Maria*, mergulha no universo das cantigas medievais e oferece à nossa “Fror das frores” um buquê com “rosas” e “espinhos”. A autora, antes de entrar nas *Cantigas de Santa Maria*, cantigas de narrativas de milagres de Santa Maria e “loor” à referida Santa, contextualiza a Idade Média, embasada no historiador francês Jacques Le Goff. O medievalista Le Goff discorda que a Idade Média seja a “Idade das trevas”, mas, sim, afirma que se trata de um período pleno de contradições: cristãos *versus* mouros, cristãos *versus* judeus, cari-

dade *versus* exclusão, Deus *versus* Diabo, saúde *versus* doença, contradições, todas essas, refletidas nas *Cantigas de Santa Maria*, do sábio Afonso X, de Leão e Castela.

A PARTE I – ESTUDOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS E MORFOS-SINTÁTICOS compõe-se de oito estudos.

Juliana Soledade, em *O sinmorfismo e os doublets no português arcaico*, lança um olhar sobre a configuração do paradigma sufixal nominal da língua portuguesa no período arcaico, do século XIII ao XVI, a partir de um levantamento de quatro mil palavras derivadas, recolhidas em *corpus* representativo desse período histórico da língua; dedica-se à análise de aspectos semânticos pouco explorados nos estudos morfolexicais, como o *sinmorfismo*, e à variação de uso de sufixos que se verifica nos chamados *doublets* mórficos. Seu texto traz reflexões acerca dos conceitos de sinonímia e sinmorfismo, bem como a caracterização daquilo que se entende por *doublets* mórficos. Para cada um desses fenômenos, apresenta exemplos exaustivos de sua recorrência nos dados levantados para a descrição dos processos sufixais no português arcaico.

Explicar sobre a origem dos artigos na língua portuguesa, argumentando em favor da tese do desenvolvimento em contraposição à ideia do surgimento desses itens, por considerar serem eles resultado de ganhos morfológicos não-encaixados é o que se propõe Alex Batista Lins em *Do latim ao português: a origem dos artigos*. Busca-se ainda esboçar uma melhor compreensão sobre a periodização do latim, a fim de auxiliar na descrição do percurso histórico dos artigos até o português. Por fim apresenta uma discussão do tratamento desses itens na ótica dos principais gramáticos dos séculos XX e XXI, que, em geral, seguem as diretrizes normativistas, sem efetuarem menção ao caráter funcional e semântico dos artigos.

Joaquim Gonçalves Bandeira, no trabalho *O pretérito mais-que-perfeito simples e composto no português europeu e brasileiro dos séculos XVII ao XIX*, tem como foco, já anuncia o título, o estudo do pretérito mais-que-perfeito simples do modo indicativo no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE) nos séculos XVII, XVIII e XIX; analisa o emprego do referido tempo verbal no português brasileiro, em confronto com o português europeu, detectando possíveis contextos linguísticos propícios ao emprego do mais-que-perfeito simples. Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se de *corpora* escritos do século XVI ao século XX, compostos por cartas tanto pessoais quanto oficiais.

A sintaxe dos clíticos no português europeu (PE) apresenta pontos conflitantes no que tange ao século XVII. A sua análise em um gênero textual não-literário, manual de cozinha, pode contribuir para datar a mudança do padrão proclítico, quase que absoluto no século XVI, para o padrão enclítico, vigente no PE contemporâneo. Através do modelo teórico-metodológico da sociolinguística, Nilzete

Rocha examinou a colocação pronominal no livro *Arte de cozinha*, primeiro livro de cozinha impresso em Portugal, em 1680. O resultado desta análise é apresentado no capítulo *O século XVII e os clíticos na Arte de Cozinha*.

Em *Formas de uso do onde e localizadores por professores primários na província da Bahia na segunda metade do século XIX*, Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Noemi Pereira de Santana apresentam resultados de pesquisa sobre os localizadores – *Onde* e correlatos, *Que* e o *Qual* preposicionados – em correspondências de professores primários, na Bahia, nos anos 1880 e 1881, com o objetivo de investigar a norma evidenciada na sua escrita. Partindo de um estudo do perfil sócio-histórico em que denunciam a precariedade da formação desses professores, os dados foram analisados e comparados com o que está prescrito em gramáticas dos séculos XIX e XX e, também, valeram-se de estudos descritivos sobre o tópico em questão. Considerando os localizadores como sistemas variáveis e verificando-se a frequência de uso e seus valores, buscaram as autoras estabelecer qual a norma de uso dos localizadores desses professores: se estão em consonância com o padrão normativo de caráter luzitanizante, ainda em vigor em fins do século XIX, ou se já se podem entrever empregos típicos do português brasileiro.

Apresentar os papéis temáticos Agente e Paciente, propondo uma caracterização dessas noções em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas, com base em dados da língua portuguesa é o propósito de Mariana Fagundes de Oliveira no trabalho *Caracterização dos papéis temáticos agente e paciente em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas*. Trata-se de um estudo de Semântica Lexical, numa abordagem representacional ou mentalista, operando com o conceito de prototipicidade. São propostos dois tipos de Agente: Agente prototípico e Agente afetado, e três tipos de Paciente: Paciente prototípico, Paciente experienciador e Paciente agentivo, num *continuum* que vai do Agente e do Paciente mais prototípicos ao Agente e ao Paciente menos prototípicos, considerando seis propriedades semânticas: desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador.

Em *Relações entre itens adverbiais e conjuncionais na história do português*, Sônia Bastos Borba Costa evoca, considerando os pressupostos da Teoria da Gramaticalização, de base teórica funcionalista, o *cline* morfossintático proposto por Heine *et alii* (1991), que preconizam processo de mudança denominado descategorização, visto como a perda de categorialidade de um item lexical, geralmente um nome ou um verbo, supostamente categorias-fonte do processo, na direção da aquisição de traços gramaticais específicos da nova classe que o item passa a integrar, etapa denominada *recategorização*, seguindo um caminho que parte do mais proposicional para o mais relacional. Mais especificamente, o trabalho confronta dados e reflexões das teses de Doutorado de Barreto (1999) e Costa (2003),

tentando estabelecer: a) dentre as formas conjuncionais levantadas por Barreto, as que têm, na sua história, alguma ligação com adverbiais latinos ou portugueses; b) quais as formas adverbiais levantadas por Costa que avançaram no *continuum* morfossintático, tornando-se itens conjuncionais simples, locuções ou correlações conjuncionais; c) ainda que não se trate da mesma *forma*, quais das fontes lexicais dos adverbiais levantados por Costa vieram a constituir itens conjuncionais.

Concebendo a existência do *continuum* sintagma livre > composto sintagmático > aglutinado, Antônia Vieira dos Santos, em *Do composto sintagmático ao lexema aglutinado: consequências morfológicas e sintáticas*, aborda mudanças morfológicas e sintáticas – notadamente o deslocamento da flexão (marcação de gênero e número) e a formação de derivados –, que se processam na passagem de um composto sintagmático para um lexema aglutinado. São consideradas, para análise, as estruturas *fidalgo* e *ricome* (e respectivas formas não aglutinadas e derivadas), recolhidas de textos arcaicos pertencentes a períodos compreendidos entre o século XIII e as primeiras décadas do século XVI.

Na PARTE II, sob o rótulo ESTUDOS SOBRE HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL, 5 estudos foram convocados.

José Amarante, no capítulo *Esboço para uma História Social do Latim no Brasil: construindo uma periodização – Episódio I: período colonial*, apresenta uma periodização para a história do latim no Brasil, centrando-se na observação dos usos da língua no período do monopólio da vertente religiosa no ensino, dividido em duas fases: a fase “heroica”, marcada por uma pedagogia “brasílica”, organizada por Nóbrega, e a fase institucional da pedagogia jesuítica, marcada pela promulgação do *Ratio Studiorum*, por orientações de caráter institucional e geral da Ordem dos Jesuítas. Com o objetivo de propor um delineamento da história social do latim no Brasil no período, apresenta resultados observados em relação aos discursos sobre o ensino, valendo-se de fontes primárias, tais como as *Cartas dos Jesuítas*, as *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* e o *Ratio Studiorum*, por onde buscou verificar o que se propôs de leitura e escrita do latim no período colonial.

No texto *Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos*, Tânia Lobo e Klebson Oliveira analisam o conjunto de depoimentos prestados e assinados perante o Santo Ofício, constantes do *Primeiro Livro das Confissões*, produzido na primeira visita feita à Bahia, em 1592/1593. Este estudo – parte integrante de um projeto mais amplo, que investiga a história da alfabetização e as práticas de leitura e escrita na sociedade colonial com base no conjunto das fontes inquisitoriais relativas ao Brasil – recua à Bahia de final do século XVI, com o objetivo central de aplicar criticamente o chamado “método de cômputo de assinaturas”, indicador que, apesar de macroscópico, tem permitido instigantes

aproximações sobre aspectos censitários da alfabetização em sociedades do Antigo Regime. Cruzando o binômio assinante *versus* não assinante com as variáveis sexo, origem do depoente, condição religiosa e categoria socioprofissional, os autores desenham um quadro aproximativo, nos primórdios da colonização da Capitania da Bahia, de como andava a *faculdade das letras*.

No trabalho *Escolarização de aldeados no Brasil dos séculos XVII e XVIII e produção escrita indígena*, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro persegue práticas de escrita de indígenas através de referências encontradas na historiografia brasileira. Trata, de forma específica, do contexto de transformação de aldeamentos em vilas durante a implantação do Diretório Pombalino como um dos contextos que pode ter propiciado uma prática de escrita por indígenas aldeados, tomando como exemplo o caso do aldeamento do Espírito Santo, quando da sua transformação na Vila de Abrantes, a partir da documentação arrolada como *Dossiê sobre aldeamentos e Missões indígenas/1758-1759* (APEB, Maç.603), onde estão relacionados os índios de Abrantes (Cad. 01) que sabiam ler e escrever “muito mal” e que assumiram cargos nessa vila, tais como Pedro dos Reis, Jerônimo Xavier (nomeado escrivão da Câmara), Francisco Xavier (nomeado para escrivão da vara de Alcaide), Francisco, Antônio Borges, Apolinário Fernandes e Jerônimo de Albuquerque. Cogita, ainda, se tal situação poderia ter ocorrido nos sertões da Bahia Colonial com outros aldeamentos que passaram à vila, tais como Soure, Pombal, Mirandela, etc.

No texto *Cartas de amor no século XX: tradição e inovação no discurso epistolográfico*, Ana Sartori Gandra aborda práticas de letramento relacionadas à leitura e à escrita epistolar, analisando tradições discursivas em cartas de amor do século XX. A análise de tais tradições discursivas passa por um olhar sobre manuais epistolares publicados no Brasil e na Espanha, de regras e convenções para a escrita que se veem nos modelos de cartas presentes nesses manuais, e chega à abordagem de cartas escritas e lidas por ‘pessoas comuns’ na Bahia, do início a meados do século XX, nas quais se pode ver ainda algo da tradição dos manuais epistolares, mas muito também de informalidade e improvisação, sobretudo nas manifestações gráficas já da metade do século.

André Moreno, autor do capítulo *Segredos revelados, mas não violados: as escritas litúrgicas das “gentes de santo”*, busca demonstrar a existência de uma vasta e complexa produção escrita no âmbito litúrgico dos candomblés. Para isso, mapeia as manifestações gráficas de uma ebômim do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá levando em conta a pletora hierárquica e a lógica do aprendizado mítico-experimental desses espaços. Revela, diante disso, que as escritas litúrgicas dos candomblés são espelhos de sua configuração sacerdotal, baseando-se em seu conteúdo informacional e suas funcionalidades.



Fechando esta coletânea, apresentam-se 4 trabalhos, enfeitados sob o rótulo PARTE III – OUTROS ESTUDOS.

Anielle Souza de Oliveira, no capítulo *Análise de itens lexicais no Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, apresenta, como objetivo principal, o questionamento das considerações feitas em relação ao termo “deverbal” na língua portuguesa. Apresenta uma discussão acerca de posicionamentos diversos sobre os substantivos originados de verbos presentes no Vocabulário da *Carta de Caminha*, elaborado pelo professor Sílvio Batista Pereira e pertencente à coleção organizada e dirigida por Antônio Geraldo da Cunha. Além da abordagem morfológica da produção, a autora leva em conta a etimologia, para dar conta, nesse caso, das controversas perspectivas adotadas pelos teóricos na categorização geral e, mais especificamente, dos itens lexicais presentes no *corpus*.

*O que escrevem sobre os prenomes de brasileiros: leituras de José Pedro Machado*, capítulo de autoria de Aurelina Ariadne Domingues Almeida, analisa, sob uma perspectiva metalexigráfica, os prenomes de brasileiros constantes do *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, organizado por José Pedro Machado (2003). Tecem-se considerações acerca desse dicionário, das suas fontes, da seleção dos prenomes de brasileiros que constituem a sua macroestrutura, para examinar os verbetes selecionados, de tal sorte que são dadas informações a respeito dos usos e da formação desses itens onomásticos. Além disso, a autora discorre sobre questões atinentes à pronúncia, à escrita, à morfologia e à etimologia desse conjunto lexical selecionado.

No texto *A língua geral da Amazônia como um sistema historicamente novo: jesuítas e tapuias na origem do contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações*, Wagner Argolo trata do processo de formação da *língua geral* da Amazônia, antecedente histórica do atual *nheengatu*. Utilizando-se da análise de dados históricos relativos aos aldeamentos jesuítas amazônicos, formados entre os séculos XVII e XVIII, e do aparato teórico da *Transmissão Linguística Irregular*, apresenta argumentos que indicam um processo de *pidginização/crioulização* do *tupinambá*, imposto pelos jesuítas a um grande contingente de índios *tapuias*, falantes de línguas tipologicamente muito distintas das línguas do Tronco Tupi, resultando na formação de uma língua historicamente nova: a *língua geral* da Amazônia.

*O linguista: abá-pe aîpó?*, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, que fecha esta coletânea, é **texto vencedor do Concurso Nacional O que é ser linguista**, promovido pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), no ano de 2001. *Abá-pe aîpó* significa, em tupi, ‘quem é esse’ e, como o próprio subtítulo denuncia, busca, em linhas gerais, mostrar o percurso inicial de formação do linguista brasileiro no novo cenário que começa a se descortinar nos estudos das letras a partir

da década de 1960, no Brasil, e seus posteriores desdobramentos. É, em suma, uma modesta contribuição para a historiografia da linguística nacional.

*Rosa Virgínia Mattos e Silva*

*Klebson Oliveira*

*José Amarante*

## NOTA

Finalizada a organização deste livro, quando ele já se encontrava no prelo, fomos surpreendidos pela notícia do falecimento da Profffi Rosa Virgínia Mattos e Silva, uma das organizadores deste volume em homenagem à Profffi Therezinha Barreto. É, pois, este um de seus últimos trabalhos, dentre tantos outros em torno da incansável proposta de estudo da História do Português, realizados através do grupo de pesquisa que, junto a seus pares, fundou em princípio da década de 90: o PROHPOR. Além dos trabalhos da organização do livro, ela própria deixa seu texto aqui em homenagem a uma de suas colegas também fundadoras do grupo, Therezinha Barreto.

Em sua própria homenagem foi lançado o livro *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, com os trabalhos decorrentes do evento dedicado a ela: o *Rosae – I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado em Salvador, nos dias de 26 a 29 de julho de 2009.

Há sempre uma palavra ou uma ideia que gostaríamos de ter dito a alguém que admiramos e a quem não podemos mais dizer nada. Entre tantos ditos amorosos e ternos que tivemos a oportunidade de a Rosa diretamente dedicar, deixamos registrado um aqui, hoje, em ausência, portanto – e infelizmente – em terceira pessoa:

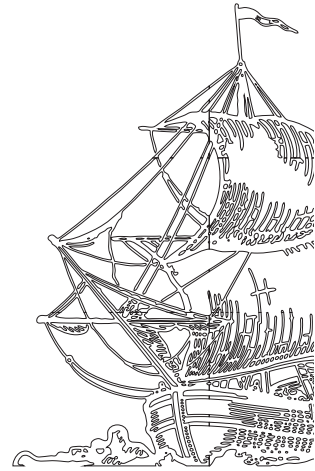
Para Rosa Virgínia: porque nos ensinou que (muito, muito mesmo, e de verdade) conhecimento não tem nada a ver com arrogância.

*Klebson Oliveira*

*José Amarante*



## ANOTAÇÕES LEXICAIS DA DOCÊNCIA: ou sobre como, com mestres, aprender a ser mestre



Há dicionaristas que definiriam Therezinha como apelido derivativo e diminutivo de Thereza. Outros, talvez, vissem, no sufixo, uma forma afetiva de se referir a um nome. A nós, que agora homenageamos neste livro a pessoa de Therezinha Barreto, qualquer definição a que nos propuséssemos sairia pequena, incompleta, impossível portanto. Então, às vezes recorreremos aos filósofos, aos clássicos, porque arriscam formular um entendimento ao que é incompreensível, grandioso. Sêneca, em uma máxima de suas *Cartas a Lucílio* diz: *Longum iter est per praecepta, breue et efficax per exempla*, expressão que traduziríamos por “Longo é o caminho através das lições, breve e eficaz através dos exemplos”. Desse modo, lendo com Sêneca que o método de ensino mais seguro é o dos exemplos, ao falar de, antes de tudo, uma professora, vamos falar de Therezinha pensando na palavra modelo.

Therezinha Maria Mello Barreto é, pois, academicamente, modelo de pesquisadora, de colega, de mestra, de doutora e, mais do que tudo e reconhecida amplamente, de professora, de docente, de educadora. Alguém, então, poderia perguntar sobre o porquê de utilizarmos três palavras sinônimas para uma definição (*professora, docente, educadora*). Porque são três coisas distintas, porque não há sinônimos exatos e porque poucos conseguem, entre os profissionais da aprendizagem, conjugar as nuances de cada um desses conceitos. Cabe, sim, em Therezinha, a grandeza das três coisas. Quintiliano, em suas *Instituições oratórias* já nos advertia: *Pluribus autem nominibus in eadem re uulgo utimur, quae tamen, si diducas, suam propriam quandam uim ostendunt* (VI, 3, 17), ou seja, “empregamos também muitos nomes indistintamente para significar uma mesma coisa, os quais, contudo, se considerados em separado, apresentam verdadeiramente sua própria força”. Em educação, como talvez em várias áreas da vida humana, as palavras parecem se desgastar e perder traços preciosos de sentidos. Certa vez, por exemplo, quando um de nós ensinava numa escola privada, foi sugerido que não utilizasse a palavra *aluno*, porque queria dizer *sem luz*, um caso de etimologia popular, em

que se considerou *a* como prefixo de negação e *lumno* como derivado de *lumen* (*luz*). Ora, a palavra latina *alumnus* não tem essa formação; na verdade, deriva-se do verbo *alo*, que quer dizer *nutrir, alimentar, sustentar, fortificar, fazer crescer, desenvolver, fomentar, animar*, com a mesma raiz de *alimento, alto, adolecer* (*ad + alo > olo*). Então, *aluno* é aquele que está sendo alimentado, que está crescendo, se desenvolvendo. Mas foi proibido ao recente professor que utilizasse a palavra *aluno*, substituindo-a por *estudante*. E por acaso não há professores que conseguem ir além do transmitir apenas os conteúdos de sua sabedoria livresca? E por acaso não há *Therezinhas*?

É por isso que estamos propondo, nesta homenagem, recolocar algumas definições, rever alguns sentidos, a partir das lições modelares de Therezinha Barreto. Ao invés, pois, de falarmos sobre uma professora tão querida, gostaríamos de dedicar a ela um apanhado de palavras relacionadas ao ato de ensinar, mas palavras anotadas em seu sentido mais primitivo, sentido que Therezinha parece não se esquecer. Assim, aqueles que não tiveram ainda a chance de com ela conviver poderão, nessas anotações que preservam o sentido mais filosófico, mais primitivo, das ações docentes e discentes, perceber o modelo de profissional que justifica a dedicação deste livro a ela.

Dispensaríamos, inclusive, dizer aqui outros elementos que qualificam a homenageada para o livro comemorativo dos vinte anos do Grupo PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa. Mas é sempre bom recuperar marcos de uma carreira, especialmente quando se trata dos momentos iniciais de uma aposentadoria. Therezinha Barreto entrou para a Universidade Federal da Bahia em 1977, como professora colaboradora. Em 1989, assume a função docente como servidora pública da Universidade, onde permanece até os dias de hoje, como pesquisadora e professora da pós-graduação, mesmo já aposentada desde 2007. Possui graduação em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1959), especialização em Teoria da Linguagem pela Universidade de Fortaleza (1979), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em *Master of Arts* pela Michigan State University (1964) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1999). Dedicada à Linguística Histórica, é membro do PROHPOR e atua principalmente nos seguintes temas: Conjunções, Gramaticalização, História do português, tendo orientado teses e dissertações na área. Agora, na comemoração dos 20 anos desse grupo de pesquisa, que tem se tornado referência na área, a homenagem à Profffi Therezinha Barreto é oportuna e justa. E é de coração que vinte profissionais da Linguística Histórica, dentre tantos vinculados ao PROHPOR, dedicam a ela seus escritos. Que as lições de Therezinha, tão conhecidas na Universidade Federal da

Bahia e nos cantos do país por onde transita, sejam um lembrete das funções dos que se dedicam a investigar, ensinar, professar, educar e conviver.

## ANOTAÇÕES LEXICAIS DA DOCÊNCIA

**PROFESSORA** (a que ensina, que se entrega, que anuncia, que cultiva – uma arte)  
*Professor* é uma palavra latina derivada do verbo *profiteor*, que quer dizer declarar abertamente, reconhecer publicamente, confessar publicamente, revelar, anunciar, oferecer, professar. *Profiteor* é formado pelo prefixo *pro* (em favor de) e pelo verbo *fateor*, que quer dizer confessar, reconhecer (uma falta, um erro), manifestar, declarar, proclamar, tornar público.

**PROFISSÃO** (declaração pública do que se possui, ação de ensinar, profissão)  
*Professio* é também derivada do verbo *profiteor*, ou seja, tem a mesma raiz de *professor*, referindo-se à ação de ensinar, ação de quem publicamente, numa sala de aula, torna público seu conhecimento.

**MESTRA** (a que instrui, mestra, conselheira)  
*Magistra* é uma forma derivada da palavra *magister*, formada a partir do advérbio *magis* (mais, antes, de preferência), significando aquele que comanda (que está acima), aquele que dirige, chefe, diretor, capitão, aquele que ensina, professor, guia, conselheiro, instigador, autor.

**ENSINAR** (instruir)  
*Docere* é um verbo latino que quer dizer instruir, ensinar, representar, ensaiar (uma peça de teatro), ter uma escola, dar lições. Desse verbo, derivam-se algumas palavras: docente, doutor, educar.

**DOCENTE** (o que está instruindo, que está dando lições)  
*Docens* é particípio presente do verbo *docere*.

**EDUCAR** (instruir inteiramente)  
*Edocere* é um verbo formado de *e*, prefixo latino que dá ideia de acabamento, e *docere*, ensinar. Daí, ensinar bem, ensinar a fundo, instruir inteiramente, mostrar.

**DOUTOR** (aquele que ensina, que aprendeu, que sabe, sábio)  
*Doctor* (substantivo) e *doctus* (adjetivo e particípio passado) derivam do verbo *docere*. Daí, aquele que ensina, mestre; ou aquele que aprendeu, que sabe, instruído, douto, sábio, prudente, astuto, fino, hábil.

**EXPLICAR** (tirar as dobras, desembaraçar)

*Explicare* é um verbo formado, em latim, do prefixo *ex*, designando ação de tirar para fora de, e *plicare*, que quer dizer dobrar, enroscar, enrolar. Daí *explicare* significar desenrolar, desdobrar, desenvolver, alongar, desembaraçar, por em ordem. E também expor, narrar, contar, explicar, esclarecer, interpretar, expor. O contrário de *explicar* seria *complicar*, do verbo *complicare*, que é formado do verbo *plico* e o prefixo *cum*, que, nesse caso, designa intensidade. Daí complicar querer dizer dobrar, enrolar.

**ALUNO** (o que está sendo alimentado, que está crescendo):

No latim, as palavras *alumna* (a que é alimentada, aluna, e também a que alimenta, ama) e *alumnus* (criança de peito, criança, discípulo, aluno) derivam do verbo *alo*, que quer dizer nutrir, alimentar, sustentar, fortificar, fazer crescer, desenvolver, fomentar, animar.

**MATÉRIA** (matéria, alimento, fonte)

*Materia*, ou *materies*, é formada a partir da palavra *mater*, mãe, causa, fonte, origem.

**TEXTO** (tecido, texto)

*Textum* em latim é tecido, pano, texto, narração. A forma é derivada do particípio passado do verbo *texere* (tecer, entranhar, fazer, construir, escrever, compor).

**APRENDER** (aprender, aprender a conhecer, apoderar-se)

*Discere* é o verbo latino para aprender, estudar, ser informado, ter conhecimento. À raiz desse verbo se prendem as formas discente, disciplina, discípulo. *Apprehendere* é outro verbo com o sentido tirado do prefixo *ad* (com ideia de aproximação) e *prehendere* (tomar, agarrar, apanhar, segurar). Daí, apoderar-se de (ling. militar), compreender, entender.

**DISCENTE** (aquele que está aprendendo)

*Discens* é o particípio presente do verbo *discere*.

**DISCIPLINA** (ação de aprender, matéria ensinada)

*Disciplina* é um substantivo derivado do verbo *discere*, significando a ação de aprender, mas também a ação de instruir, ensino, instrução, educação; matéria ensinada, ciência, conhecimentos; regras, princípio, conhecimento; ordem, sistema, doutrina, escola; organização política, constituição.

**DISCÍPULO** (aprendiz)

*Discipulus* é uma outra forma derivada do verbo *discere*, significando aluno, discípulo; rapaz, ajudante, aprendiz.

**ESTUDAR:** (ter gosto por alguma coisa, instruir-se)

*Studere* é o verbo latino para: ter gosto por, gostar de, ter dedicação por, aplicar-se a, entregar-se a, trabalhar por; estar desejoso de, desejar, esforçar-se por, procurar; interessar-se por; estudar, instruir-se, exercitar-se.

**ESTUDANTE** (aquele que está se dedicando a algo)

*Studens* é o particípio presente de *studere*.

**ESTUDO** (zelo, gosto, dedicação, afeição)

*Studium* é um substantivo derivado de *studere*, significando dedicação, ardor, paixão; afeição, amizade, apego; estudo, gosto pelo estudo; os frutos do estudo, obras, escritos.

**LIÇÃO** (escolha)

*Lectio* é uma forma derivada de *legere*, que quer dizer reunir, juntar, colher, apanhar (flores, frutas); recolher, apanhar, colher; examinar, percorrer, seguir as pegadas de; seguir de perto. Daí ler (juntar as letras), ação de escolher, ação de ler, leitura, o que se lê, texto. A partir de *lectio* temos em português lecionar, ação de quem ajuda a ler, a interpretar, a buscar sentidos.

**COLEGA** (aquele com quem lemos)

*Collega* é também derivada do verbo *legere* (ler) com o prefixo *cum* (com). É, portanto, companheiro, colega, aquele com quem lemos. Há também em latim o verbo *legare*, derivado da palavra *lex* (lei). Se tomássemos essa etimologia para colega, poderíamos interpretá-la como aquele que está sob a mesma lei, condição, regra, obrigação, em relação a outro.

**LEITURA:** (ação de ler para si ou ler em voz alta)

Em latim, duas palavras são utilizadas para a ação de ler: *lectio* (formada a partir de *legere*), mais específica para a ação de ler só para si; e *recitatio*, formada a partir do prefixo *re* (que designa repetição) e o verbo *citare* (provocar, cantar, entoar em voz alta). Daí *recitatio* ser a ação de ler em voz alta, leitura, leitura feita pelo autor, leitura pública.

**INVESTIGAR** (seguir uma pista, ir à procura de)

*Investigare* é um verbo formado do prefixo *in* + o verbo *uestigo*, que quer dizer seguir o rastro. À raiz desses verbos se prende a raiz do substantivo *uestigium*, planta do pé, daí pegada, rastro, pista, vestígio.

Dedicamos, pois, este apanhado de anotações relacionadas à educação para a mestra, doutora no sentido mais etimológico, e amiga acima de tudo. Dedicamos



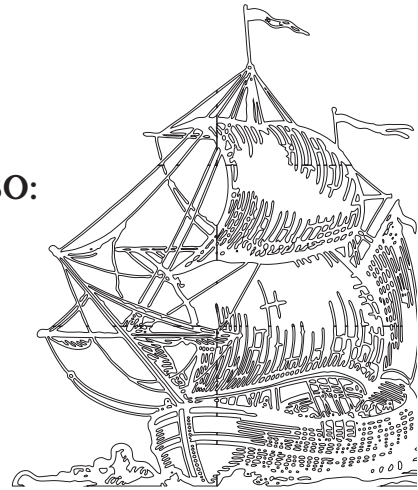
aos tantos alunos que, dado o chegar das aposentadorias, deixarão de ser discípulos de mestres tão grandiosos.

Para Therezinha, “com açúcar e com afeto”.

*José Amarante*  
*Klebson Oliveira*

## ENTRE TREVAS E LUZES, DEUS E O DIABO: a Idade Média nas cantigas de Santa Maria

Para Therezinha Barreto  
Rosa das rosas e Fror das frores,  
Dona das donas, Senhor da senhores  
(Afonso X, o Sábio, Cantiga nº 10)



### SOBRE A IDADE MÉDIA: PRELIMINARES

Seguirei neste artigo, e neste item, o medievalista francês Jacques Le Goff no seu livro *A civilização do ocidente medieval* (2005 [1964]).

Jacques Le Goff é uma figura chave da escola dos *Annales*. Divide ele a Idade Média em um núcleo central, entre o ano mil e a Peste Negra dos meados do século XIV. Considera esse núcleo como “curta Idade Média”; uma longa Idade Média se estende, para ele, do século III até meados do XIX. Portanto, um milênio e meio em que o sistema essencial continuou a ser o feudalismo, mesmo que se distingam fases, por vezes contrastantes. Não a concebe paralisada, o que equivaleria a negá-la. Para ele, nem a Alta Idade lhe parece um período de delírio ou de estagnação da História (p. 11).

Para o autor, há que considerar o renascimento carolíngio, no século IX, e o renascimento humanista, século XVI; o primeiro é o de Carlos Magno e o segundo o de Carlos V. Ainda para ele, o essencial é o longo equilíbrio do modo de produção feudal dominado pela ideologia cristã, que se prolonga do fim da Antiguidade Clássica até a Revolução Industrial, com suas crises e inovações (p. 11-12).

### AS DICOTOMIAS MEDIEVAIS

Ao ler o grande livro de Jacques Le Goff, identifiquei várias dicotomias, que ele não designa desse modo, por exemplo:

#### **A arte românica e a arte gótica**

A arte românica, produto e impressão do desenvolvimento da Cristandade, após o ano mil, transforma-se no discurso do século XII, seu novo rosto é gótico,

que é uma arte urbana, arte das catedrais surgidas no corpo urbano. Segundo o Autor, a iconografia das catedrais expressa a cultura urbana: a vida ativa e contemplativa busca um equilíbrio instável. As corporações de ofícios ornamentam as igrejas com vitrais. Já as igrejas rurais reproduzem com menor felicidade a planta da catedral: o campanário, a torre, o tímpano, feito para abrigar um povo novo, a catedral não deixa de recordar-lhe a vida rural que está próxima e é benfazeja. O tema dos meses, em que se representam os trabalhos rurais, continua a ser um ornamento da igreja urbana, as catedrais (p. 75-76).

## **Cristandade e reconquista**

Dos séculos XI ao XIII, expandiam-se as fronteiras da cristandade na Europa e as expedições em terras muçulmanas: as cruzadas. Por volta do ano mil uma nova série de Estados cristãos faz a cristandade se estender para o norte e leste: Polônia, Hungria, Noruega e Suécia (p. 61).

A Reconquista do Islã não foi uma série de sucessos ininterruptos. O movimento conheceu revezes, como a destruição da Basílica de Santiago de Compostela por Al-Mansur, em 997. Ocorreu a tomada de Valência em 1065 e 1097, esta por Rodrigo Diaz de Vivar, o famoso Cid Campeador. Toledo, capital dos hispano-godo-cristãos, foi reconquistada em 1085. Em 1212, os reis de Castela, Aragão e Navarra conseguiram uma grande vitória sobre o califa de Córdoba na batalha de Navas de Tolosa. Em fins do século XIII, os muçulmanos são confinados ao reino de Granada. A Reconquista espanhola se duplica numa empresa de repovoamento e valorização de um país devastado (p. 64).

A cruzada ofereceu aos cavaleiros e aos camponeses do século XI uma saída para o excedente populacional do Ocidente e o desejo de terras e riquezas. Contudo, as cruzadas não trouxeram a cristandade nem o desenvolvimento comercial, nem técnico (p. 65).

Em 1099, Jerusalém é tomada e um império latino se estabeleceu na Terra Santa, mas é logo ameaçado. Assim, são palavras de Le Goff:

O mundo cristão da Palestina passa a ser uma espécie de pele mal curtidada que se contrai sem cessar. Em 1187, Saladino retoma Jerusalém... Apenas alguns espíritos idealistas [do século XIII] conservaram então o espírito de cruzada, e São Luís era um deles (p. 67-68).

São Luís, rei da França, é preso pelos “infiéis” em 1248, no Egito, e é morto em Túnis, em 1270. Conclui Le Goff: “Até fins do século XV, e mesmo depois, falar-se-á muitas vezes de partir para a cruzada, mas ninguém partirá” (p. 68).

Não se lembrou Le Goff de D. Sebastião, rei de Portugal, que vai combater os “infieis” em Ceuta e lá desapareceu, tornando-se um mito português.

## O sacerdócio e o império

Pouco depois do ano mil, dois personagens parecem ganhar a cristandade: o papa e o imperador. O conflito entre eles ocupará o primeiro plano ao longo desse período, século XI a XIII.

Ao nome de Gregório VII (1073-1085) se liga a Reforma Gregoriana, que constitui apenas o aspecto mais exterior da igreja rumo às suas raízes. O conflito mais poderoso foi entre Filipe, o Belo, rei de França, e o papa Bonifácio VIII, que terminou com a humilhação do pontífice, exilado ficando cativo em Avinhão (século XIV).

Outro confronto foi entre o papa João XXII e o imperador Luís da Bavieira, que será, conforme Le Goff, “uma sobrevivência que permitirá aos partidários de Luís definir um novo modelo de cristandade na qual os poderes, espirituais e temporal estavam nitidamente separados”. Conclui Le Goff: “A laicização desembocou na ideologia política. Dante, o último grande partidário da confusão dos poderes, o último grande homem da Idade Média, morreu em 1321, com o olhar voltado para o passado ” (p. 90-91).

## Cultura pagã e espírito cristão

O debate, o conflito entre cultura pagã e espírito cristão encheu a literatura, paleocristã, depois a da Idade Média. Dois modos de pensar e as duas sensibilidades se opunham como hoje se opõem a ideologia marxista e a ideologia burguesa (p. 107-109). Diz Le Goff:

São Gerônimo definiu o mesmo compromisso que Santo Agostinho; que o autor cristão civilizasse seus modelos pagãos como os judeus do Deuteronômio tinham utilizado os prisioneiros de guerras, a quem cortavam o cabelo, as unhas e deram nova vestimenta antes de as desposar (p. 108).

Os clérigos medievais vão encontrar várias maneiras de utilizar os livros “pagãos”, satisfazendo sua consciência com pouca coisa. Em Cluny, o monge que consultasse na biblioteca o manuscrito de um autor antigo devia coçar a orelha com um dedo, à maneira dos cães que se coçam com a pata, porque se comparava o infiel a este animal.

O que a Idade Média conheceu da cultura antiga lhe foi legado no Baixo Império, que havia digerido, empobrecido, dissecado a literatura, o pensamento e a arte greco-romana. Bom exemplo é o de Isodoro, bispo de Sevilha, e seu livro *Etimologias*, enciclopédia que concentra o saber até então conhecido.

Diz Le Goff: “A *Doctrina cristiana* é, em primeiro lugar, e essencialmente, a Sagrada Escritura. A *sacra página* será a base de toda a cultura medieval” (p. 110).

## Cidades, cortes, mosteiros

Os centros tradicionais de cultura, malgrado as pilhagens, nunca deixaram de brilhar – Roma, Marcelha, Arles, Narbonne, Orléans. Os centros urbanos mais importantes são aqueles que servem de residência aos novos reis, ou sede de bispos e de peregrinações importantes.

Enquanto a sociedade cristã urbana se organiza em torno dos bispos, enquanto a vida religiosa se instala também nas vilas da aristocracia rural, os mosteiros fazem penetrar os valores que veiculam no mundo camponês, até então tocado pela nova religião (p. 114-115).

A ação de São Bento de Núrsia, a partir do mosteiro de Monte Cassino, em 529, foi profunda. Tornou-se familiar às pessoas da Idade Média, graças a Gregório Magno, que dedicou o 2.º livro dos seus *Diálogos* aos seus milagres, aos de São Bento e aos milagres humildes dos homens bons, da vida cotidiana, que conheceram extraordinário favor durante toda a Idade Média.

Há também o monasticismo irlandês, fundado por São Patrício, que foi levado da Grã-Bretanha para a Irlanda, vendido como escravo, Patrício, convertido, evangelizou o país, a partir do século V. O mais célebre dos santos irlandeses foi São Columbano; entre 590 e 615, Columbano criou uma regra original que, por um tempo, pareceu rejeitar a Regra de São Bento (p. 117-118).

Os chamados “fundadores da Idade Média” (S. Bento, S. Gregório, S. Columbano, por exemplo) desempenharam o papel de salvar, além das almas, a cultura antiga, com roupagem cristã. Destaca Le Goff: Boécio (c. 480-524), Cassiodoro (c. 480-573), Isidoro de Sevilha (c. 536-636). Outras regras existiram, como a de São Francisco de Assis, que, já avançada a Idade Média, viveu entre 1182-1226 e pregava a pobreza evangélica.

## A natureza e o universo

Para o homem medieval, era o universo feito de quatro elementos: *terra* (a carne), *água* (o sangue), *ar* (a respiração) e *fogo* (o calor), que personificavam

as forças da natureza numa estranha cosmografia: os quatro rios do Paraíso, os quatros ventos.

O horizonte geográfico é um horizonte espiritual, o da Cristandade. Admitia-se, em geral, que a terra era redonda, imóvel e situada no centro do universo; em geral, a organização espacial da terra era determinada pela crença de que Jerusalém constituía seu umbigo, e o Oriente nos mapas se situa no alto; no lugar em que situamos o norte era o Paraíso Terrestre, para onde correm quatro rios: o Tigre, o Eufrates, o Pison (reconhecido como Ganges) e o Gion (identificado como o Nilo).

Para eles, a terra se divide em três partes – Europa, África e Ásia.

## **A cristandade e o Islã: os infiéis**

O muçulmano, o infiel era inimigo eleito, com o qual não podia haver acordo entre os cristãos. A 1<sup>ffi</sup>. cruzada partiu do papa Urbano II, em 1095. Maomé é um dos maiores espantelhos da cristandade medieval. Atormenta as imaginações cristãs em visões apocalípticas. Em 1213, o papa Inocêncio III convoca outra cruzada contra os sarracenos, tratados como pagãos.

Mas entre cristãos e muçulmanos houve trocas comerciais. O papado se esforçou para embargar essas trocas. Mas, por fim, abriram brechas. Também houve trocas intelectuais. No auge das cruzadas, a ciência árabe se difunde pela cristandade, nutriu o que se designa de Renascimento do século XII. Toledo, reconquistada em 1085, tornou-se o pólo de atração de tradutores. A moda da ciência muçulmana era tal que um dos tradutores chegou a declarar que, para impor suas ideias pessoais, atribuía eles aos árabes.

Apesar de serem os infiéis, na Palestina, principal lugar de enfrentamento bélico entre cristãos e muçulmanos, se estabeleceram relações rapidamente (p. 139-140).

## **Deus e o diabo: o além**

As peregrinações medievais conduziam a Deus. Surge o tema trinitário, atraente entre os teólogos. A devoção do Espírito Santo aparece entre os doutos. As três pessoas da trindade correspondem a três vias para o progresso espiritual. O Pai preside a memória; o Filho, a razão e o Espírito Santo, o amor. Em certos meios populares, a devoção ao Espírito Santo se degradou num culto do Santo Espírito ou de Santa Colomba (“a pomba”) (p. 145-147).

Deus mais que um senhor feudal é um rei. As igrejas são palácios reais. Ao lado desse Deus monarca há um Deus humilde e homem, que ganhava espaço das almas, não era o Pai, mas o Filho, Cristo (p. 150).

O poderoso personagem que disputa com Deus seu poder na terra e no céu é o Diabo. Na Alta Idade Média, Satã não tem papel de primeiro plano. Afirmar-se no século XI, sendo uma criação da sociedade feudal – seus sequazes são os anjos rebeldes que são a imagem do passado pérfido: o Diabo e o Bom Deus formam o par que domina a Idade Média, cuja luta explica todos os pormenores dos acontecimentos. Gregório Magno disse que “os milagres não fazem o santo, são apenas o seu sinal” (p. 153-156).

### **Os excluídos: heréticos, doentes, judeus, feiticeiros, estrangeiros**

Neste item não dicotômico, mas, a meu ver, de grande interesse, começarei pelos *heréticos*. As heresias foram perseguidas e lançadas aos hereges no espaço da exclusão social. A par deles estão os *judeus*, que, a partir de 1215, o IV Concílio de Latrão lhes impõe um sinal distintivo, *la rouelle*, ou seja, uma roda de feltro amarela, costurada junto ao peito ou ao ombro.

Entre doentes ressalta-se o leproso, multiplicaram-se os leprosários, a partir do III Concílio de Latrão (1179) e os leprosos são encerrados e perseguidos. Quanto aos *sodomitas*, diz Le Goff: “A história da sodomia vem sendo esboçada nos séculos XI e XII, veem-se os poetas cantar à antiga elogios amorosos aos jovens rapazes, e os textos monásticos deixam de tempo em tempo entrever que o meio masculino clerical não deve ter sido insensível ao amor socrático (p. 320)”.

Mas, segundo o autor, o excluído por excelência da sociedade medieval era o *estrangeiro*: sociedade primitiva e fechada; rejeitava-se o intruso que não pertencesse a comunidades conhecidas.

### **Tentando sumarizar**

Sociedade maniqueísta tendia a simplificar o campo dos *bons* e dos *maus*. A realidade, contudo, era mais complexa, e as derrotas dos *fracos* contra os *fortes* foi determinada não só pela fraqueza econômica, mas pelas divisões internas que aumentaram sua impotência.

Sociedade de *sombras* e de *luzes*, como a arte românica e a gótica; sociedade em que a *crístandade* se opunha, ferozmente, contra os *muçulmanos* e os *judeus*; sociedade em que os *sacerdotes* e os *imperadores* dominavam, e, embora cristã, excluía *doentes*, *sodomitas*, *estrangeiros*. Sociedade que cultuava *Deus* e temia o *Diabo*. Sociedade que se fazia e refazia, a depender do tempo e do lugar. A aparente homogeneidade dos muitos séculos de *trevas* dilui-se aqui e ali em momentos de *luz* e *claridade*.

## AS CANTIGAS DE SANTA MARIA

### Afonso X, o sábio: vida

Nascido em Toledo, em 1221, e falecido em Sevilha, em 1284, foi rei a partir de 1252. Segundo Ângela Vaz Leão (2007, p. 18):

Senhor legítimo do reino de Leão e Castela, na verdade D. Afonso X tinha na Península um domínio muito maior que os reinos de Leão e Castela, o qual se estendia da Galiza a Aragão, em toda faixa norte e, ao sul, na faixa litorânea, a partir da Galiza, contando-se ainda numerosas cunhas encravadas nos territórios muçulmanos, como Badajós, Sevilhas, Córdoba, Múrcia e tantos outros que ia tomando aos mouros nas lutas da Reconquista.

Recebeu o reino de seu pai, D. Fernando, aos 31 anos. O trono que ocupou por trinta e dois anos sempre lhe foi um fardo, pelas lutas contra os mouros e pelas dissensões familiares e intrigas da corte. O que o consolava eram as viagens, o estudo e as mulheres. Das mulheres, que foram várias, reconheceu doze filhos: oito legítimos e quatro bastardos.

Pergunta-se Ângela Vaz Leão (p. 19): “As viagens, o amor, o estudo: seriam tentativas de escapar aos alacrães [escorpiões] que rodeavam a corte? Segundo a referida autora, encontrava refúgio, mas também prazer no *scriptorium* e bibliotecas, em que, sob o seu mecenato, poetas do ocidente românico, principalmente da Provença, se encontravam. Reunia também desenhistas, miniaturistas, músicos, tradutores de várias origens. Esse conjunto extraordinário de colaboradores, formados em três culturas diferentes – a mulçulmana, a judaica e a cristã – passou à História com o nome de Tradutores de Toledo.

Algumas de suas obras escreveu pessoalmente, outras, planejou, supervisionou e revisou. Ele seria o “Mestre”; os outros, “Aprendizes” e “companheiros” nesse regime corporativo. D. Afonso foi esse “mestre”, além de autor de numerosas peças literárias e musicais.

### A obra

#### *A obra poética*

Das Cantigas Marianas restaram quatro manuscritos de extensão desigual:

- a de Madri, antigo de Toledo (códice M) com 126 cantigas;
- um dos escurialenses (códice E), conhecido como códice dos músicos, com 402 cantigas;



- outros escurialenses (códice T), conhecido como códice rico, graças às suas belíssimas iluminuras com 200 cantigas;
- o florentino (códice F), que contém 104 cantigas e complementa o anterior.

Quatro edições completas se fizeram, na era da imprensa, até hoje:

- 1889 – por Leopoldo de Cueto, Marquês de Valmar, por encomenda da Real Academia Espanhola. Esgotado.
- 1959 – 1972 – por Walter Mettmann, em quatro volumes, três de textos e um de glossário, publicado em Coimbra.
- 1981 – com base na anterior, há a edição galega, em dois volumes, pela Edicións Xerás de Galícia, em Vigo.
- 1986 – 1989 – a leitura de W. Mettmann, com revisões, foi publicada em Madri, na coleção *Clássicos Castaglia*, em três volumes, formato de bolso, introdução e notas de W. Mettmann.

O Cancioneiro Mariano foi escrito em galego-português. Segundo Ângela Vaz Leão: “A opção galego-português tem sido explicada como fruto da educação do futuro monarca em contato com a língua da Galiza. Mas não é justo deixar de considerar também o próprio prestígio dessa língua, tida, em toda a Península, como veículo adequado à poesia (2007, p. 21).

Essa poesia apresenta duas vertentes temáticas: a profana e a religiosa. A profana, ora lírica, ora satírica, constitui-se de *Cantigas d’amor* e de *Cantigas d’escárnio* e de *maldizer*. A vertente religiosa – *as Cantigas de Santa Maria* – é de teor lírico ou narrativo. Há também as *Cantigas de milagre* e *Cantigas de loor*. Formam um conjunto de 427 cantigas, que, descontadas sete repetições internas, se reduzem a 420.

Diz ainda a referida autora: “Só se avalia a dimensão da poesia mariana afon-sina, de longe a maior e mais rica coleção produzida nos vernáculos românicos da Idade Média sobre esse tema, quando se confronta o número de poemas congêneres de outras literaturas românicas medievais” (2007, p. 21). E, de fato, compara a Autora com os vinte e cinco poemas dos *Milagres de Nuestra Señora*, em castelhano arcaico; sessenta poemas dos *Miracles de Nostre Dame*, ou *les Miracles de la Saintte Vierge*, em francês antigo de Gautier de Coincy, e trinta e oito poemas, em anglo-normando, pelo clérigo Adgar e publicados sob o título *Marien-legendem* (p. 22).

### *A obra jurídica de Afonso X*

Credita-se a Afonso X obras jurídicas, históricas, científicas ou pseudo-científicas, assim como obras técnicas e lazeres todas escritas em castelhano.

De todas, sem dúvida, é a obra jurídica *Siete Partidas*, que Jacques Le Goff considera “um grande código legislativo” (2005[1964], p.93).

As *Siete Partidas*, obra redigida entre 1256 e 1265, abrange todo o direito, e está dividida em sete livros:

- a primeira trata do direito eclesiástico;
- a segunda, do direito político;
- a terceira, do direito processual;
- a quarta, do direito de família;
- a quinta, do direito das obrigações e contratos;
- a sexta, do direito das sucessões;
- a sétima, do direito penal.

Assim as *Partidas* abrange tanto o direito público, como o comum e atribuiu-se a sua tradução para o português a seu neto D. Dinis, rei de Portugal. A outra obra jurídica de Afonso X é o *Fuero Real*, redigido entre 1252 e 1255. Compõe-se de quatro livros:

- o primeiro trata do direito público;
- o segundo, do direito processual;
- o terceiro, do direito civil;
- o quarto, do direito penal.

Os *Foros* eram concedidos a cidades e vilas que não possuíam foro próprio. O *Foro Real* foi traduzido ou mandado traduzir para o português também pelo seu neto, que o admirava, o rei D. Dinis. Também são do *scriptorium* de Afonso X os *Autos dos apóstolos*, obra hagiográfica de grande fôlego. Seu compilador foi Bernardo de Brihuega, que trabalhava na corte de Afonso X. Mandou ainda o rei Sábio compilar a *General Estória*, composta de textos de índole diversa. Na segunda parte da obra está a *Genesis Alfonsi*, ou seja, a “gênese afonsina”. Ainda no *scriptorium* real foi composta a *Primera cronica general*, uma das múltiplas fontes da *Crônica Geral da Espanha*, de 1374, crônica esta que foi composta por seu bisneto, em galego-português, D. Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis.

Consta também que Afonso X mandou traduzir do árabe *El juego de enxadrez* [o jogo de xadrez]. Segundo Le Goff (2005[1964], p. 362):

Os jogos exercem uma sedução singular sobre esta sociedade alienada, escrava da natureza, ela entrega-se ao acaso; os dados rodam em todas as mesas. Prisioneira de estruturas sociais rígidas, ela transforma a própria estrutura social num jogo: foi o caso do xadrez, que recebeu do oriente no século XI como um jogo real e o feudalizou ao fazer diminuir o poder do rei, e o transformar num espelho social depois que, no século XIII, o dominicano Jacques de Cessoles ensinou como “moralizá-lo”.

## A IDADE MÉDIA NAS CANTIGAS DE SANTA MARIA

### O sagrado e o profano

Judeus, doenças, Santiago, milagres e curas e louvores perpassam as cantigas de Santa Maria. Segundo Coutinho (1999, p. 455): “O cenário da Europa Medieval é construído, o seu imaginário social, pelos conflitos decorrentes das relações ambíguas, entre duas ordens: a do sagrado e do profano.

Ressalta a autora a *cantiga* número 60. Observa-se aí as figuras de Eva e de Maria. Esta é evocada pela saudação do anjo, *Ave*, que se associa ao mistério da encarnação. O refrão da *Cantiga* diz:

“Entre Ave e Eva  
Gran departiment’á”

Um – *ave* – traduz santidade, enquanto o outro – *Eva* – remete ao pecado, à maldade humana. Continua a *cantiga*:

Ca Eva nos tolheu  
o pray’s, e Deus,  
Ave nos y meteu,  
Porend’, amigos meus:  
Entre Av’ e Eva / grand departiment’a

Eva nos fay deitar  
do dem’ em as prijon,  
e Ave en sacar;  
e por esta razon:  
entre Av’ e Eva / grand departiment’a

Enquanto *Eva* fechou-nos o céu sem chave, Maria nos abre as portas:

Eva nos fez perder  
amor de Deus e ben,  
e pois Ave aves  
no-lo fez; e poren  
entre Av' e Eva/ grand departiment'a  
Eva nos ensinou  
os çeos sem chaves,  
e Maria gritou  
as portas per Ave.  
entre Ave e Eva / grand departiment'a

## Os judeus

Muitos judeus ficaram em Toledo depois da Reconquista, em 1085, por Afonso VI, de Leão e Castela – no século XIII, a Juderia se estendeu. Legalmente os judeus eram súditos do rei, que, nessa altura, era Afonso X. A Igreja preocupava-se em evitar o proselitismo judaico. Pelas *Sete Partidas*, vê-se que Afonso X é inteiramente dedicado aos judeus. O rei, homem culto, incentivou as atividades científicas e as traduções que os judeus faziam. Contudo, eram eles também artesãos, mercadores e prestamistas (LÉON TELLO, 1991, p. 110-121). Note-se que um grande *almoxarife* de Afonso X foi um judeu, que as crônicas cristãs chamam de don Çuleiman. É reconhecida pelos historiadores a *Escola de Tradutores de Toledo*, incentivada, principalmente, pelo Rei Sábio, Afonso X. Nessa *Escola*, eclética, trabalhavam judeus, muçulmanos, moçárabes e cristãos, em convívio pacífico, protegidos do rei Afonso.

Ângela Vaz Leão (2007, p. 30) analisa a *Cantiga* número 4, conhecida como *o milagre do menino judeu*. Esta *cantiga* tem como protagonista e beneficiário um menino judeu, e, como antagonista, seu pai, judeu ortodoxo, fabricante de vidros. Em síntese, a *Cantiga* número 4 trata de um menino judeu, que frequentava escola cristã; na Páscoa, vai à missa com os colegas; no momento da Eucaristia, enquanto os pequenos cristãos comungam, o judeuzinho tem uma visão: vê Santa Maria, distribuindo hóstias. Desejoso de ter a sua parte, põe-se entre eles e recebe a comunhão das mãos da virgem e volta mais tarde para a casa e, interpelado pelo pai, conta-lhe o motivo do atraso. O pai indignado pega o menino na fornalha acesa e aferrolha a porta do forno. Contudo, a multidão vê o menino intacto entre as chamas. Por fim, o menino é batizado, a mãe se converte e o pai é castigado, sendo

lançado ao forno. Essa lenda foi muito conhecida na Idade Média e se difundiu entre cristãos gregos e latinos. O refrão da *Cantiga* número 4:

A Madre do que livrou  
dos leões Daniel  
essa do fogo guardou  
um meñio d' Israel  
(Cant. 4, v. 3-6)

A narrativa afonsina atribui o Milagre diretamente à Virgem. Outro fragmento da referida *Cantiga*:

foron log' o forn' abrir  
en que o moço jazia,  
que a Virgem quis gruarir,  
como guardou Anania  
Deus, seu Fill', e sen falir  
Azari e Misahel.  
(Cant. 4, v. 81-86)

Segundo a referida Autora, a relação intertextual com a Bíblia se faz do primeiro dos *macabeus* Ananias, Azanias e Misael, por terem sido salvo das chamas (LEÃO, 2007, p. 44-45).

Segundo Jacques Le Goff (2005[1964], p. 316):

A Cristandade dos séculos XI e XII [...] aquilo que chama de caridade, em relação a eles [párias, doentes] tem algo da atitude do gato em relação ao rato. Assim, os leprosários deviam estar situados à distância de “uma pedra da cidade” para que a “caridade fraternal” pudesse ser exercida aos leprosos. A sociedade medieval tem necessidade destes párias, postos à margem porque perigosas, mais visíveis porque da forja, pelos cuidados lhe proporciona a sua boa consciência e, mais ainda, projeta e fixa magicamente neles todos os males que quer ver longe de si.

Tal como a lepra, o *fogo selvagem* ou *fogo de São Marçal*, cujo nome técnico de hoje é *pemphigus foliaceus*, é doença que se manifesta por bolhas sobre a pele ou mucosas e uma forte sensação dolorosa de queimadura ou ardência na região afetada.

Por que na Idade Média era chamado de *Fogo de São Marçal*? Conta a história que São Marçal viveu no século III, foi o primeiro bispo de Limoges e evangelizou a Aquitânia. Esse Marçal tornou-se legendário por ter realizado numerosos milagres.

Nas *Cantigas de Santa Maria*, o *fogo selvagem* é também designado de “fogo do céu”, “mal do fogo”, “fogo montês” e “fogo de São Marçal” (LEÃO, 2007, p. 104). Conforme a mesma autora, há nas *Cantigas* curas individuais e coletivas.

Um milagre de cura coletiva se encontra na *Cantiga 91* cuja ementa diz:

Como Santa Maria desceu do ceo em húa eigreja ante todos quantos  
enfermos y faziam que ardian do fogo de San Marçal

Essa *Cantiga*, segundo Vaz Leão (p. 106): “[...] é o único texto que nos dá uma descrição do mal. Em primeiro lugar vem aos doentes uma friura em todo o corpo, depois um ardor muito grande, que não deixa os doentes nem comer, nem dormir, nem erguer-se. E alguns membros caem.”

Vejam-se os versos a seguir:

Ca os membros lhes cayan,  
e sol dormir nem comer  
per virilha nen nom podiam  
nem em seus pees s’erguer  
e ante já queriam mortos seer  
que sofrer door descomunal  
(Cantiga 91, v. 34-35)

Mas uma luz veio do céu e, nela, Santa Maria logo curou todos os enfermos, não lhes deixando sinal do fogo.

Na *Cantiga 81* está um milagre de cura individual de mulher em que a mente já anuncia o mal. É como a anterior, uma cantiga de narrativa de um milagre.

COMO SANTA MARIA GUAREÇEU A MOLLER DO FOGO DE  
SAN MARÇAL QUE LL’ AVIA COMESTO TODO O ROSTRO.

Esta sennor que dit’ ei  
é Santa Maria,  
que a Deus, seu Filio Rey,  
roga todavia  
sen al,  
que nos guarde do ynferral

Fogo, e ar outrossi  
do daqueste mundo,  
dessi d' outro que á y,  
com' oý, segundo  
que fal',  
algũa vez por San Marçal,

De que sãou hũa vez  
bem a Gondianda  
hũa moller que lle fez  
rogo e demanda  
atal,  
per que lle non ficou sinal

Daquele fogo montes  
de que layda era,  
onde tan gran dano pres  
que poren posera  
çendal  
ant' a faz con coita mortal,

De que atan ben sãou  
a Virgem aquesta  
moller, que logo tornou  
Il' a carne comesta  
yqual  
e con as coor natural,

Tan fremosa, que enton  
quantos la catavan  
a Virgem, de coraçon  
chorando, loavan,  
a qual  
é dos coitados espital.

*Par Deus, tal sennor muito val  
que toda door toll' e mal.*

Note-se que *Godianda* é o nome da mulher que tinha o rosto comigo pelo fogo de San Marçal.

Como foi dito antes, o trovador de Santa Maria também compôs cantigas satíricas. Preferia o estudo e as mulheres, mas lhe desgostavam as discussões internas do reino. Na monumental edição de Rodrigues Lapa (1995), são de Afonso X as *Cantigas* de números 1 a 26, a 305, a 422 e a 430, portanto vinte e nove *Cantigas* satíricas do Rei. Das vinte e nove, escolhi as duas seguintes, a *Cantiga* número 24 e a de número 28.

A de número 24 está, segundo Lapa, no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, n.º 494, e no *Cancioneiro da Vaticana*, n.º 72.

O que foi passar a serra  
e non quis servir a terra,  
é ora, entrant' a guerra,  
que faroneja?

O que levou os dinheiros  
e non trouxe os cavaleiros,  
é por non ir nos primeiros  
que faroneja?

Pois que visa cõnos prestimeiros,  
maldito seja!

O que filhou gran soldada  
e nunca fez cavalgada  
é por non ir a graada  
que faroneja?

Se é ric' omen  
ou à mesnada,  
maldito seja!

O que meteu na taleiga  
par' aver e muito meiga,  
é por non entrar na Veiga  
que faroneja?  
Pos chus mol (li) é que manteiga,  
maldito seja!



Segundo Lapa (1995, p. 35): “O rei narrador, numa palavra, traduz toda aquela hesitação do que não quer servir à terra e a seu senhor, tentando a medo o terreno e alongando o focinho, a ver se sopravam bons ventos. Essa palavra é *faronejar*, com o sentido de “farejar”, “hesitar””.

Quanto à cantiga de número 28, o editor a resume como segue:

Retrato cheio de pitoresco e malícia duma dama de avantajadas formas e já entrada em anos, cavalgando pelas ruas estreitas duma aldeia. O termo de comparação é uma carrada de palha (mostea), que exprime admiravelmente bem o vagaroso do andamento, a grossura das formas e as farripas esbranquiçadas dos cabelos. (LAPA, 1995, p. 38).

#### CANTIGA 28

Achei Sancha Anes encavalgada,  
e dix’ou por ela cousa guisada,  
ca non vi dona per talhada,  
e quize jurar que é mostea;  
e vi-a cavalgar per ãa aldeia  
e quize jurar que era mostea.

Vi-a cavalgar con un seu sendeiro,  
e non ia melhor un cavaleiro.  
Santiguei-m’ e disse: – Gram foi o palheiro  
o onde carregaron tan gran mostea;  
Vi-a calvagar per ãa aldeia  
e quize jurar que era mostea.

Via cavalgar indo pela rua,  
mui bem vestida en cima da mua;  
e dise’em: – Ai velha fududancia  
que me semelhades mostea!  
Vi-a cavalgar per ãa aldeia  
e quize jurar que era mostea.

Essa cantiga está no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, n.º 458.

E, para finalizar, uma *Cantiga de louvor*!

Das 427 cantigas atribuídas ao rei Afonso X, 427 no total, 10% delas são *Cantigas de louvor* ou de *Loor*. A meu ver, a mais bela é a de nº 10, com que epigrafei este trabalho, cuja ementa é:

ESTA É DE LOOR DE SANTA MARIA,  
COM'É FREMOSA E BOA E Á GRAN PODER

Rosa das rosas e Fror das frores,  
Dona das donas, Sennor das sennores.

Rosa de beldad' e de parecer  
e Fror d' alegria e de prazer,  
Dona en mui piadosa seer,  
Sennor en toller coitas e doores.

(REFRÃO)

A tal Sennor dev'ome muit'amar,  
que de todo mal o pode guardar,  
e pode-ll'os peccados perdõar,  
que faz no mundo per maos sabores.

(REFRÃO)

Deverno-la muit'amar e servir,  
ca punna de nos guardar de falir;  
des i dos erros nos faz repentir,  
que nos fazemos come pecadores.

(REFRÃO)

Esta dona que tenno por Sennor  
e de que quero seer trobador,  
se eu per ren poss'aver seu amor,  
dou ao demo os outros amores.

*Rosa das rosas e Fror das frores,  
Dona das donas, Sennor das sennores.*

Como se pode ver o título/ementa indica o objetivo da cantiga que é louvar a Santa Maria na sua beleza, bondade e poder. As imagens do refrão apresentam o chamado “superlativo bíblico” – *rosa das rosas/ fror das frores/ dona das donas/ senhor dos senhores*. Creio que neste item 4, um pouco de Idade Média transparece nas *Cantigas de Santa Maria*.

## PARA FECHAR

Se a Idade Média pode ser chamada de “idade das trevas”, certamente as *Cantigas de Santa Maria*, sobretudo as de *loor*, também as catedrais góticas, clareiam esse tempo histórico pleno de contradições – **cristãos versus mouros; cristãos versus judeus; caridade versus exclusão**. É Deus e o Diabo que se encontram ou desencontram nesse período de longa duração que, para Le Goff, vai de 476 ao século XIX.

Segui neste estudo dois grandes autores, o medievalista Jacques Le Goff e a Doutora Ângela Vaz Leão, também especialista nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio. Dentre as suas *Cantigas* é a de nffl 10 aquela de que sempre mais gostei. Assim a escolhi como epígrafe, uma vez que este trabalho é dedicado à “Sennor das Sennores”, minha colega e amiga, a “nossa Lady”, Therezinha Maria de Mello Barreto.

Rosa Virgínia Mattos e Silva  
(Universidade Federal da Bahia)

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, Ana Maria (1999). O sagrado e o profano na voz do poeta medieval: uma leitura das *Cantigas de Santa Maria*. In: DUARTE, Lélia Pereira et al (orgs). *Para sempre em mim: homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC/ PUC Minas. p. 455-461.

DUARTE, Lélia Parreira et al (orgs.) (1999). *Para sempre em mim: homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC/Editora PUC Minas.

LANCIANI, Guilia; TAVANI, Guisepe (orgs.) (1993). *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Colibri.

LAPA, Manuel Rodrigues (1995). *Cantigas d'escarnho e maldizer dos Cancioneiros galego-portugueses*. 4 ed. Lisboa: Sá da Costa.

LEÃO, Ângela T. Vaz (2007). *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. São Paulo/Belo Horizonte: Linear B/Veredas e Cenários.

LE GOFF, Jacques (2005[1964]). *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru/São Paulo: EDUSC.

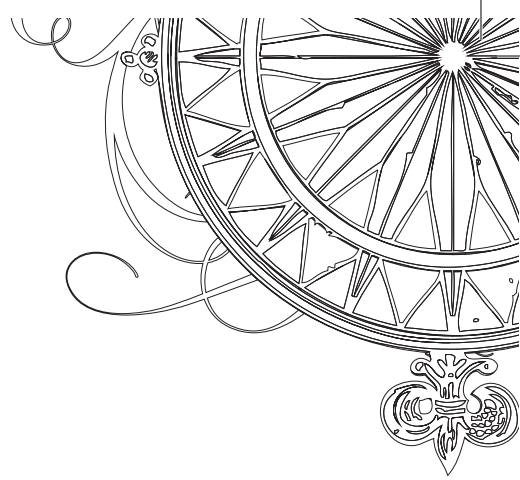
LÉON TELLO, Pilar (1991). A Juderia, um certo sucesso. In: CARDAILLAC, Louis (org). *Toledo, século XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AFONSO X, O Sábio. *Cantigas de Santa Maria* (1964-1972). Edição crítica e glossário de Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigenses/Atlântida. 4v.

# PARTE I

ESTUDOS MORFOLÓGICOS,  
SINTÁTICOS E MORFOSSINTÁTICOS





## O SINMORFISMO E OS DOUBLETS NO PORTUGUÊS ARCAICO

Juliana Soledade  
(Universidade Federal da Bahia)

### INTRODUÇÃO

O estudo da derivação sufixal numa perspectiva histórica é, ainda, incipiente e nosso objetivo é lançar um olhar sobre a configuração do paradigma sufixal nominal da língua portuguesa no período arcaico, delimitado tradicionalmente entre os séculos XIII e XVI, a fim de que possamos, com dados do passado, contribuir para iluminar o presente, como sugere Labov. Nosso intento é a abordagem de alguns aspectos semânticos pouco explorados nos estudos morfolexicais, como o sinmorfismo e a variação de uso de sufixos que aqui designamos de *doublets*. O estudo se centra em dados do português arcaico, coletados em textos datados entre os séculos XIII e XVI.

Quando estamos estudando uma sincronia pretérita de uma língua, não nos é possível constituir um *corpus* de acordo com os nossos interesses de investigação; ele já se encontra delimitado e restrito aos documentos existentes. No caso do período arcaico, essa documentação já é bastante determinada, por ser o período em que se inicia a produção de documentos escritos em português.

Para a primeira fase do português arcaico (séculos XIII e XIV) foram utilizados os glossários presentes em edições, a saber: *Cancioneiro d' Ajuda*, elaborado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos; *Cantigas de escárnio e mal dizer*, elaborado por M. Rodrigues Lapa, *Cantigas de Santa Maria*, elaborado por W. Mettmann; *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, elaborado por Rosa Virgínia Mattos e Silva; *Orto do esposo*, elaborado por Bertil Maler e o do *Foro Real*, elaborado por José de Azevedo Ferreira.

Para a segunda fase do português arcaico, foram selecionados quatro textos representativos do período, a saber: *Crônica de D. Pedro* (CDP), de autoria de

Fernão Lopes e edição de Giuliano Macchi; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes* (CDPM), escrita por Gomes Eanes Zurara e editada por Maria Teresa Brocardo; *Vida e feitos d'el Rey D. João II* (VFDJII), escrita por Garcia de Resende com edição de Evelina Verdelho, e *Vida e feitos de Júlio César* (VFJC), de autoria desconhecida e com edição feita por Maria Helena Mira Mateus.

Em um trabalho que procura descrever o quadro linguístico de um momento histórico bastante extenso de uma língua, como é o nosso caso, quase quatro séculos, não poderíamos almejar abranger toda a documentação remanescente do período arcaico, mas sim procurar constituir aquilo que Mattos e Silva (1989, p. 39) denomina de um *corpus* representativo.

## SINONÍMIA E SINMORFISMO

O conceito de sinonímia se caracteriza pela presença de unidades lexicais distintas, ou seja, sequências fônicas diferentes, geralmente de étimos distintos que, contudo, possuem referentes comuns.

A sinonímia é um dos conceitos mais tradicionalmente discutidos no âmbito dos estudos semânticos.<sup>1</sup> No entanto, não nos aprofundaremos em discussões de natureza filosófica e psicológica sobre a essência do significado, nem sobre a polêmica da existência ou não de sinônimos perfeitos. Pretendemos manter a discussão sobre o fenômeno no plano do uso, ou seja, consideraremos sinônimas duas ou mais palavras que, num dado contexto, forem empregadas com o mesmo sentido.

Nos morfemas derivacionais sufixais, fenômeno similar à sinonímia pode ocorrer. A essa possibilidade denominamos de *sinmorfismo*, termo criado por nós, em paralelo ao termo *homomorfismo*, encontrado em Ernesto Faria (1958).

O sinmorfismo se caracteriza pela existência de dois morfemas que apresentam sequências fônicas distintas e, no entanto, apresentam-se, em um mesmo contexto ou em contextos distintos, agregando o mesmo valor, ou seja, são sufixos que associados a bases – iguais ou diferentes – revelam o mesmo sentido, como ocorre nos morfemas a seguir, em que o conteúdo semântico comum é “grande quantidade de X” -ADA → *papelada, boiada*; -ADO → *eleitorado, teclado*; -EDO → *folhedo, passaredo*; -ARIA → *escadaria, boataria*.

---

1 Um estudo sobre a sinonímia nos textos do período arcaico poderia resultar numa importante contribuição para o entendimento do fenômeno, uma vez que, não raras vezes, detectamos construções em que duas palavras, aparentemente sinônimas ocorrem, em um mesmo contexto, apenas separadas pelo conetivo *e*, como por exemplo, **acorro e ajuda** no seguinte contexto: “... diziam elles que as leis e justiça se nom compria senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham **ajuda e acorro**, caindo em ella rrompiam-na e escapavam.” (*Crônica de D. Pedro*, p. 125).

Um aspecto importante do *sinmorfismo* é que ele se revela perfeitamente no plano simbólico, ou seja, dois sufixos podem ser *sinmórficos* perfeitos; já no plano do discurso, esse fenômeno raramente é revelado, uma vez que a existência de formas duplas – que iremos discutir mais detalhadamente a seguir –, como *internação* e *internamento*, não é abundante na língua portuguesa.

O conceito de homomorfismo será muito importante para a detecção de sufixos *sinmórficos*, uma vez que, se considerarmos os sufixos como, tradicionalmente, vêm sendo descritos, como uma mesma e única forma, podemos entender, erroneamente, ao nosso ver, que o *sinmorfismo* entre dois sufixos pode se dar tanto sistematicamente, como entre *-ção* e *-mento*, que são *sinmórficos* em qualquer contexto ou mesmo fora de contexto, quanto assistematicamente, como em *-aria* e *-ada*, por exemplo, que são *sinmórficos* em alguns contextos como em *escadaria* e *papelada* e não são em outros como em *feijoada* e *padaria*. Porém, se consideramos que existe um sufixo *-aria*<sub>1</sub> com valor “grande quantidade de X” e um *-ada*<sub>1</sub> com valor ‘grande quantidade de X’, podemos dizer que o *sinmorfismo* é sempre sistemático, uma vez que a falta de *sinmorfismo* entre *-ada* de *feijoada* e *-aria* de *padaria* também é sistemática, porque temos *-ada*<sub>2</sub> ‘alimento feito com X’ e *-aria*<sub>2</sub> ‘locativo’<sup>2</sup>.

Ao observamos o comportamento de sufixos *sinmórficos*, poderíamos entender que há alguma confusão com o conceito de *alomorfia*, pois há nesse fenômeno também a coincidência de significados e divergência de forma. Contudo, é preciso perceber que na *alomorfia* as diferenças entre os segmentos fônicos *alomórficos* se apresentam apenas com pequenas variações no corpo fônico (ex: *-dade* ~ *-idade*; *-vel* ~ *-bil*), que estão diretamente associados à origem do morfema, ou seja, decorrem da evolução morfofonêmica de formas de mesmo étimo. Já no *sinmorfismo* não há similaridade fônica entre os morfemas que, por sua vez, apresentam étimos distintos.

Essa última característica do *sinmorfismo* é bem particular e o contrapõe, contundentemente, à *sinonímia*, pois é possível encontrarmos palavras *sinônimas* provindas de um mesmo étimo, são as chamadas formas divergentes (ex: *rijo* e *rígido*; *leigo* e *laico*).

Outro aspecto que diferencia a *sinonímia* do *sinmorfismo* é a possibilidade de permutação em um determinado contexto. Nas palavras *sinônimas*, ainda que haja certos condicionamentos, é possível, gramaticalmente, a substituição de uma palavra por outra em um mesmo contexto. No caso dos morfemas *sinmórficos*, essa

---

2 O uso da numeração após os sufixos demarca um outro fenômeno: o homomorfismo, estudado na tese de doutorado de minha autoria, intitulada “Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico”.



possibilidade é mais restrita, pois esses morfemas, em geral, se apresentam em distribuição complementar, pois, quando se quer criar uma determinada palavra derivada e se tem a possibilidade de usar dois ou mais sufixos *sinmórficos* para originar um mesmo significado, o falante elege um desses morfemas e a palavra formada, através do uso frequente, se cristaliza daquela forma, não admitindo a possibilidade, ao menos sincrônica, de substituições de um sufixo por outro *sinmórfico*, como é o caso de palavras como *casamento*, *irradiação*, *cozimento*, etc (que desfavorecem a criação de *casação*, *irradiamento* e *cozição*).

Por outro lado, a existência de formas duplas como *internação* e *internamento* – ambas dicionarizadas – e *debilitação* – dicionarizada – e *debilitamento* – não-dicionarizada –, em que a alternância entre os morfemas derivacionais se dá, tal como acontece com palavras sinônimas, em um discurso, demonstra que a restrição não é absoluta.

O conceito de *sinmorfismo* pode ser, parcialmente, identificado com o que Rocha (1998, p. 112) denomina de concorrência entre sufixos. Em suas palavras:

Sufixos concorrentes são aqueles que, embora distintos sob o ponto de vista fonético, apresentam o mesmo sentido e/ou função. [...] Observe-se que, para serem concorrentes, as bases e os produtos precisam pertencer à mesma categoria lexical.

Embora concordemos com a descrição do fenômeno, discordamos da denominação, pois preferimos denominar de sinmorfismo por identificar um certo paralelismo com o fenômeno da sinonímia, que ocorre entre itens lexicais, e por não cremos que estas formas estejam, sempre, em concorrência.

Nos nossos dados do português arcaico, foram detectados alguns casos de sinmorfismo que, por vezes, aparecem comprovados pela ocorrência de *doublets*. Primeiramente, analisaremos os casos de sinmorfismo, os quais consideramos sistemáticos, verificando-se os sentidos agregados pelos sufixos às suas bases e as funções que desempenham no paradigma morfolexical da língua. Posteriormente, analisaremos as ocorrências de *doublets* no nosso *corpus*, a fim de exemplificarmos o comportamento sinmórfico de alguns sufixos.

Nos nossos dados, três sufixos foram encontrados com o valor 'grande quantidade de X', formando substantivos a partir de bases substantivas, a saber: *-ada*<sub>1</sub> (*dineirada*, A598<sup>3</sup>); *-edo* (*arvoredos*, B549); *-aria*<sub>3</sub> (*pedraria*, B166), apontando

3 A codificação que acompanha os exemplos deve-se ao fato de que estes foram retirados do *corpus* constituído para elaboração da tese "Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico", de nossa autoria. Mantivemos a codificação uma vez que a consulta ao tomo II da tese permitirá a fácil localização dos exemplos nos textos em que foram empregados.

para um sinmorfismo sistêmico, que pode ser ainda identificado no português contemporâneo.

Os sufixos nominalizadores estão entre os casos mais recorrentes de sinmorfismo, gerando um grande número de formas duplas no período arcaico. Os nominalizadores formam substantivos abstratos a partir de verbos com o valor de ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’. Nos nossos dados, encontramos uma configuração semelhante ao que hoje identificamos como nominalizadores, a saber: *-ção* (*declaração*, A507); *-mento* (*rrecompensamento*, B900); *-nça* (*entendença*, A708) ~ *-ncia* (*obediência*, B999); *-(a)ço* (*canção*, A279); *-a* (*mentira*, A1073); *-o* (*estrago*, B33)<sup>4</sup>.

A língua portuguesa no período arcaico apresentou um grande número de ocorrências com valor ‘agentivo’: três sufixos são responsáveis pela derivação de tais formas, a saber: *-dor1*, *-nte*, *-eiro1* ~ *-eira1*. Podemos apontar um sinmorfismo entre *-dor1* e *-nte*, uma vez que ambos formam substantivos e adjetivos a partir de bases verbais com valor ‘agentivo’, no caso dos dados do português arcaico, todos ‘agentes [+humanos]’, como em: *-dor1* (*luitador*, B506; *guardador*, A884) e *-nte* (*combatentes*, B1011; *desobediente*, A566). O sufixo *-eiro1* ~ *-eira1*, embora apresente valor ‘agentivo’, seleciona bases substantivas, não sendo, portanto, um caso de sinmorfismo.

Alguns sufixos, que formam adjetivos a partir de substantivos com valor ‘qualidade relativa a X’, podem ser considerados sinmórficos, como, por exemplo: *-al2* ~ *-ar* (*mortal*, A1122; *vullgar*, B157); *-eiro3* ~ *-eira3* (*faagueiras*, B611; *uerdadeiro*, A1579). Outros sufixos também podem ser apontados como agregadores de valor semântico ‘qualidade relativa a X’, no entanto este valor parece se especificar em

---

4 Em pesquisas paralelas, elaboramos um estudo acerca dos nominalizadores e a estrutura argumental dos verbos que lhes fornecem as bases. Nosso objetivo era identificar se havia condicionamentos determinados pela natureza da estrutura argumental dos verbos que favorecessem ou excluíssem a possibilidade derivativa com um ou outro sufixo nominalizador. Após analisarmos as nominalizações de acordo com as bases verbais, considerando o número de argumentos que selecionam e a relação gramatical que tais argumentos desempenham na oração, chegamos à conclusão de que este fator não opera decisivamente na seleção do sufixo operador das formas nominalizadas, ou seja, o sinmorfismo, no plano simbólico, parece ser completamente absoluto. Contudo, nesse mesmo estudo, procuramos investigar se existiam condicionamentos determinados pela natureza aspectual dos verbos e encontramos uma situação intrigante: verbos estativos parecem selecionar exclusivamente o sufixo *-nça* ~ *-ncia*. Em todos os casos que conseguimos relacionar, independente do número de argumentos que as bases verbais selecionam, a nominalização foi sempre realizada pelos sufixos *-nça* ~ *-ncia* (*essência*, *existência*, *pertença* ~ *pertinência*, *tenência*, *sapiência*, *vidência*). Mas a explicação para este fato talvez esteja apenas na casualidade, uma vez que, em geral, essas nominalizações já haviam sido realizadas em latim, língua em que o sufixo *-ntia* era bastante produtivo, diferente do que acontece em português, tanto arcaico, quanto contemporâneo. Um forte indício de que essas nominalizações são, de fato, latinas é a conservação de bases alomórficas mais próximas dos precedentes diacrônicos do que das formas hoje encontradas, por exemplo, ‘*tenência*’, em cuja base está o verbo latino ‘*tenere*’, e não o seu correspondente português ‘*ter*’. A lista de exemplos é pequena e é preciso, ainda, investigar mais de perto esse fenômeno.

alguns casos, como ocorre com os sufixos *-ado1* e *-udo*, que apontam para um valor de ‘qualidade relativa a quem é provido de X’, como em *-ado1* (*barvado*, A205; *irado*, A920) e *-udo* (*barvudo*, A206; *sanhudo*, A257).

Outro caso de sufixos adjetivadores é o dos sufixos que formam adjetivos a partir de bases substantivas com valor ‘provido de, cheio de X’: *-ento* (*fedorento*, A791; *bolorento*, A215) e *-oso* (*saboroso*, A1433; *odorosas*, B1104). No entanto, esse sinmorfismo não é absoluto, uma vez que *-ento* parece acrescentar um valor pejorativo, que *-oso* nem sempre apresenta, ou seja, *-ento* e *-oso* só são sinmórficos relativamente a uma acepção pejorativa de *-oso*.

Os sufixos *-eza* e *-ez* são, em geral, considerados alomorfes, no entanto, Bosque e Demonte (1999, p. 4560) apontam para uma distinção entre os dois sufixos, com base no argumento de que, contemporaneamente, já se diferenciaram e que *-ez* não é mais produtivo, enquanto que *-eza* ainda o é. Mas e no português arcaico, já se pode considerar que eram sufixos diferentes? Os exemplos apontam para o fato de que *-ez* ocorre, em geral, selecionando bases com aspectos pejorativos, como em *sandez*, cujo conteúdo semântico, contemporaneamente, é representado por *sandice*, o que aponta para um possível sinmorfismo entre *-ez* e *-ice*. Já *-eza* não apresenta essa tendência para selecionar bases com aspecto pejorativo, nem parece ter possibilitado formas duplas com *-ice*. Porém tanto *-eza* quanto *-ez* apresentam comportamento funcional idênticos, ou seja, formam substantivos a partir de bases adjetivas com carga semântica ‘entificação de uma qualidade ou estado’, contudo há um traço pejorativo em *-ez*, que não ocorre em *-eza*.

Embora esses dois sufixos apresentem um comportamento funcional idêntico e sentidos diferenciados apenas pelo traço pejorativo, não podemos considerar uma polissemia, uma vez que não há coincidência formal, nem tampouco o homomorfismo. Resta-nos o sinmorfismo e a alomorfia.

No entanto, teremos de desconsiderar a alomorfia, uma vez que, no português arcaico, esses sufixos não se apresentam em distribuição complementar, como demonstram os *doublets*: *graandezza* (A875) e *grããdez* (A873). E chegamos, então, ao problema de uma possível parcialidade nesse comportamento que seria sinmórfico, porque há distinção entre as bases selecionadas, gerando produtos com distinção semântica pelo traço [+ pejorativo].

Sufixos que formam substantivos a partir de bases substantivas com valor ‘qualidade de X’ também apresentam casos sinmórficos: *-ez* (*meninez*, A1070; *sandez*, A1450) e *-ice* (*meninice*, A1069; *sandice*, B728). Pode-se observar que estes sufixos geraram formas duplas no período arcaico, que, no entanto, no português contemporâneo, podem apresentar diferentes sentidos, caso que discutiremos mais detalhadamente no item destinado aos *doublets*.

O sinmorfismo também pode ser encontrado entre sufixos que formam substantivos e adjetivos a partir de bases substantivas, com valor ‘gentílico’, como é o caso de *-ês* (*portugues*, B634); *-ano* (*rromano*, B125) e *-ense* (*portuense*, A1303).

O *sinmorfismo* tem uma importante função no estudo diacrônico, pois a existência de morfemas *sinmórficos* e formas duplas está relacionada a mudanças linguísticas no decorrer da história da língua, não ocorrendo, em verdade, uma substituição, mas, sim, a concorrência entre duas unidades lexicais: uma formada por um sufixo e outra por outro, apresentando o mesmo significado. Neste caso, ocorre a seleção de uma das formas. Esse processo de seleção, a nosso ver, envolve fatores mais sociais que, propriamente, linguísticos.

### DOUBLETS – VARIAÇÃO MORFOLEXICAL ENTRE SUFFIXOS NOMINALIZADORES

O sinmorfismo entre sufixos derivacionais pode ser percebido através de *doublets*<sup>5</sup> que podem ser observadas tanto sincrônica, quanto diacronicamente; por sua vez, as formas duplas são geradas pelo sinmorfismo que existe entre uns e outros sufixos.

O que aqui chamamos de *doublets* ou formas duplas é também denominado por outros autores de formas ‘*concorrentes*’. Preferimos o termo ‘concorrentes’ por percebermos que nem sempre os *doublets* estão em concorrência, uma vez que podem pertencer a dialetos distintos, como é o caso de ‘*deslocação*’, no português europeu, e ‘*deslocamento*’, no português brasileiro.

Caracterizamos como *doublets* lexias cuja base lexical é a mesma, mas que se servem de morfemas derivacionais distintos, porém *sinmórficos* no plano discursivo, para referência de um mesmo sentido ou de sentidos similares.

Os *doublets*, quando pertencentes a um mesmo dialeto de uma língua, estabelecem uma relação de concorrência que acaba por determinar ou uma mudança de significado (especialização semântica) em uma das formas ou o desaparecimento de uma das lexias. Neste caso, está implicado não só o fenômeno do *sinmorfismo*, mas também o da própria sinonímia.

Esse fenômeno tem, portanto, implicação direta na dinâmica lexical de uma língua. E, para entendermos melhor essa dinâmica, nos propomos a observar alguns casos de *doublets* que ocorreram em variação no português arcaico. Vale

---

5 Embora o termo ‘*doublets*’ seja usado pela tradição filológica com referência a formas divergentes, achamos que este é o melhor termo para se referir a fenômeno de variantes lexicais cuja diferenciação se dá pelo emprego de sufixos *sinmórficos*.

destacar que só podemos falar em concorrência, estritamente, nos casos em que os *doublets* ocorrem num mesmo texto, com o mesmo sentido. Nos demais casos, não há como se confirmar a sua concorrência direta.

Na expectativa de comprovar as nossas hipóteses acerca das relações sinmórficas entre sufixos, buscamos recolher, entre nossos dados, um número o mais abrangente possível de *doublets*. Ao estabelecer essa coleta, pudemos observar que algumas palavras formadas por esses sufixos sinmórficos estabelecem uma relação de concorrência, no sentido de gerar a seleção de uma forma em detrimento da outra, enquanto outras palavras parecem conviver pacificamente, no sentido de gerar a especialização de cada uma das formas em campos semânticos próximos, mas distintos. Buscamos analisar esse comportamento em cada caso de *doublets*<sup>6</sup>.

Os sufixos nominalizadores, por estabelecerem entre si uma relação de sinmorfismo absoluto, ou seja, tanto no plano virtual, quanto no plano do discurso, geram um maior número de ocorrências de formas duplas.

### **-mento e -o**

Entre os sufixos *-mento* e *-o*, formadores de substantivos abstratos com valor ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’, encontramos quatro casos de *doublets*.

As formas *acorrimento* (A19) e *acorro* (A20), *acorrimento* (B781) e *acorro* (B1), derivadas do verbo ‘acorrer’ (lat. *accurrere*), foram encontradas como variantes tanto na primeira, quanto na segunda fase do português arcaico, embora tenham sido registradas em quatro textos diferentes. Nas quatro ocorrências, o sentido empregado é o mesmo: ‘socorro, auxílio, préstimo, ajuda’, como atestam as averbações da segunda fase: “*Em tanto trouve Herodes acorrimento dos Romãaos.*” (VFJC, p.57) e “... *diziam elles que as leis e justiça se nom compria senom em-nos pobres, mas os outros, que tiinham ajuda e acorro, caindo em ella rrompiam-na e escapavam.*” (CDP, p.125). No português contemporâneo<sup>7</sup>, essas duas formas são atestadas nos dicionários<sup>8</sup> como sinônimas; parece-nos, contudo, que, embora constantes dos dicionários,

6 Nessa análise nos serviremos dos contextos em que as palavras da segunda fase do período arcaico foram empregadas; infelizmente, para os dados da primeira fase, não obtivemos os contextos, e os sentidos das palavras aqui referidos equivalem aos sentidos descritos pelos autores dos glossários que compuseram o *corpus* representativo dos séculos XIII e XIV.

7 As referências ao português contemporâneo são relativas ao português brasileiro; as referências ao português europeu contemporâneo, quando pertinentes, estarão devidamente identificadas.

8 Para a comparação com o português contemporâneo, foram utilizados os dicionários Aurélio (1986), e Houaiss (2001) e a nossa intuição enquanto falantes da língua. Vale ressaltar que, embora algumas palavras não tenham sido encontradas nos dicionários de consulta e não sejam usadas pela mídia, é possível que estejam em uso em dialetos, sobretudo rurais, do Brasil.

são formas arcaizantes que não permanecem no léxico comum do português brasileiro, sendo preteridas pela palavra ‘socorro’.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos num mesmo glossário de um texto, *Orto do Esposo*, as variantes *apostamento* (A134) e *aposto* (A135), derivadas do verbo ‘apostar’ (do lat. *apponere*), ambas empregadas com o sentido de ‘ornamento’. Em nossos dados da segunda fase do período arcaico, já não encontramos a ocorrência das formas derivadas do verbo ‘apostar’, mas, com o mesmo sentido, flagramos a palavra *ornamentos* (B883) (do lat. *ornamentum* -i < do lat. *ornare*) com o sentido de ‘enfeites, adornos’ em: “... fez muitas e reaes obras e deu muy riquissimos **ornamentos**.” (VFDJII, p. 242). No português contemporâneo, a forma ‘apostamento’ não se encontra dicionarizada, embora o verbo ‘apostar’, no sentido de ‘aprontar(-se), preparar (-se), enfeitar(-se)’, esteja registrado. A forma ‘aposto’ aparece, no *Houaiss* (2001), como uma palavra polissêmica e, dentre as suas possibilidades de sentido, está: “3 que tem boa apresentação; bem apessoado, elegante” (2001, p. 259), mas vale ressaltar que, em nenhuma das acepções, a palavra apresenta o valor ‘ornamento’.

Os substantivos abstratos *avisamento* (B804) e *avisos* (B6), empregados na segunda fase do período arcaico, com o sentido de ‘aviso, recado, informação, notícia’, são também exemplos de *doublets* que atestam o sinmorfismo entre os sufixos *-mento* e *-o*. Esses sufixos são formadores de substantivos a partir de bases verbais com o sentido de ‘ato, efeito, resultado, estado, modo de X’; nesse caso, X é o verbo ‘avisar’ que vem do fr. *aviser*, deriv. do lat. *visum*, part. de *videre* ‘ver, olhar’. Os contextos que atestam a sua variação são: “... e omde compria mais ou menos força de gente, de guisa que por mimgoa de bõ **avisamento** nõ recebesse allgũa perda.” (CDPM, p. 216) e “... o que foy causa de nam crer muitos **avisos** que nestes dias lhe vieram em especial do marquês ...” (VFDJII, p. 210). Não foram encontradas formas derivadas de ‘avisar’ na primeira fase do período arcaico, nem palavras com o mesmo sentido. No português contemporâneo, ambas as formas estão registradas em dicionário; ainda que a palavra *avisamento* apareça indicada como sinônima de *aviso*, é, porém, pouco usada.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos mais um exemplo de *doublets* em *-mento* e *-o*, a saber: duas ocorrências de *empeço* (A641), *empeço* (A642), cuja origem pode ser apontada como do verbo arcaico ‘empeçer’ (do lat. *\*impediscere*), e uma ocorrência de *empedimento* (A643), cujo étimo aponta para a derivação latina *impedimentum* (do lat. *\*impediscere*); as três formas foram identificadas, em seus respectivos glossários, como referentes a um mesmo sentido: ‘obstáculo, empecilho’. Essa variação indica uma sinonímia parcial, sendo a forma *empeço* mais popular e a forma *empedimento* mais erudita. Na segunda fase do período arcaico,

encontramos uma ocorrência da forma *empeecimento* (B831), cujo étimo retoma a base do verbo arcaico ‘empecer’ (do lat. *\*impediscere*). No entanto, não podemos afirmar que se trata de um *doublets*, pois o sentido com que esta forma é empregada não parece ser exatamente o mesmo das indicações de sentido das formas anteriores, como nos revela o texto: “*E ali se começou a batalha aspera e mortal, e tornou-se a grande empeecimento dos Clutões;...*” (VFJC, p.78). Nesse contexto, o sentido de *empeecimento* parece remeter à noção de ‘prejuízo, dano’ e não de ‘obstáculo, empecilho’. Essa noção coaduna com o sentido contemporâneo apontado para o verbo ‘empecer’ que, segundo os dicionários, se refere a ‘causar dano a; prejudicar; transtornar’, assim como o derivado *empecimento*, também registrado nos dicionários, que se refere ao ‘ato de empecer’. A forma *empeço* igualmente se encontra registrada nos dicionários do português contemporâneo, segundo os quais seu sentido é equivalente a ‘empecilho’.

Contudo, das três palavras citadas acima, a forma mais usual, contemporaneamente, é, sem dúvida, a palavra *impedimento*, que é, geralmente, usada para denotar ‘algo que impede’ num contexto mais abstrato, enquanto que, para denotar ‘algo que impede’ num contexto mais concreto, é mais comum usar-se a palavra ‘obstáculo’, ainda que seja possível o trânsito das duas formas em ambos os contextos. Por exemplo, se alguém se refere a *um muro que lhe impede a passagem*, em geral, ele será identificado como um ‘obstáculo’; de outra parte, se alguém se refere a uma restrição ou proibição para uma dada ação, por exemplo, *alguém quer viajar e a mãe não permite*, essa situação poderá ser associada, mais comumente, à ideia de ‘impedimento’ ou, ainda, ‘empecilho’. No entanto, não há impossibilidade de que o *muro* seja referido como um ‘impedimento’ ou ‘empecilho’, e que *a não permissão da mãe* seja referida como um ‘obstáculo’. Também podemos identificar que há divergência entre os sentidos das formas ‘impedimento’ e ‘empecilho’; se uma mulher de quarenta anos deseja engravidar, ela pode encontrar ‘empecilhos’, mas não há um ‘impedimento’, enquanto se uma mulher que ligou as trompas deseja engravidar, ela vai encontrar um ‘impedimento’ e não apenas ‘empecilhos’.

### **-mento e -nça**

A produção de *doublets*, no período arcaico, com os sufixos nominalizadores *-mento* e *-nça*, também foi bastante significativa, contabilizando quatro casos.

Encontramos, na primeira fase, as formas *ensinamento* (A698), *ensinamento* (A699) e *ensinança* (A700), *ensinança* (A701), derivadas do verbo ‘ensinar’ (do lat. *insignare*), as quatro apontadas com o sentido de ‘ensino, instrução’, segundo os seus respectivos glossários. Na segunda fase do período arcaico, encontramos a ocorrência da palavra *ensinos* (B29), igualmente derivada do verbo ‘ensinar’ (do lat.

*insignare*), no entanto o sentido com que é empregada não parece ser o mesmo das formas anteriores, uma vez que se refere à noção de ‘ensinamentos, lições’, como pode confirmar o contexto: “... *tam vertuosos e verdadeyros conselhos e ensinios* ...” (VFDJII, p. 218). Notamos que o sentido com que a palavra *ensino* está empregada não coaduna com o sentido com que é utilizada usualmente no português contemporâneo, pois é mais comumente usada para referir à ‘transmissão formal de conhecimento’, enquanto ‘ensinamento’ é usado para denotar o sentido com que a palavra *ensinos* foi empregada no contexto acima. Nos dicionários contemporâneos, as três formas (*ensinamento*, *ensinança* e *ensino*) encontram-se documentadas, bem como um outro *doublet* em *-ção* (*ensinação*). Vale ressaltar que *ensinamento*, *ensinança* e *ensinação* são apontadas como sinônimas e que, das três, apenas a primeira é empregada usualmente. As formas *ensino* e *ensinamento*, embora apresentem semas comuns, não são apontadas pelos dicionários como formas sinônimas, e o seu emprego, geralmente, em contextos bastante diferenciados pode justificar tal compreensão.

Tanto na primeira, quanto na segunda fase do português arcaico, encontramos *doublets* derivados do verbo ‘conhecer’. Na primeira fase foram identificadas duas ocorrências em *-mento*: *conhocimento* (A418) e *conhecimento* (A416), derivadas do verbo ‘conhecer’ (do lat. *cognoscere*), e quatro ocorrências em *-nça*: *conhocença* (A417), *conhecença* (A413), *conhecença* (A414), *conhecença* (A415), também derivadas do verbo ‘conhecer’ (do lat. *cognoscere*). Em todos os glossários, nos quais foram coletadas as ocorrências, o sentido indicado é ‘conhecimento’. Sabemos, contudo, que a palavra possui muitos sentidos polissêmicos, que, em uma análise mais apurada dos contextos da primeira fase, poderiam revelar-se. Na segunda fase, os *doublets* em *-mento* e *-nça* também ocorrem, sendo três ocorrências em *-mento*: *conhecimento* (B812), *conhecimento* (B813), *conhocimento* (B814) e apenas uma de *conhecenças* (B925), porém os contextos em que ocorrem revelam variações polisêmicas de sentido. Em “... *deixar morrer em seus reinos e em sua casa e sua cama com **conhecimento** de sua morte; ...*” (VFDJII, p. 177), o sentido pode ser descrito como ‘consciência’. Em “... *daar comta e rrazão das cousas que passã nos tempos de minha hydade ou daquellas que passarão tam acerca de que eu posso aver verdadeiro **conhecimento** ...*” (CDPM, p. 173), o sentido pode ser descrito como ‘noção, discernimento’. Em “... *por que nos seus feitos pode homem achar assaz de **conhocimento** de fazer bem ...*” (VFJC, p. 06), o sentido aproxima-se de ‘sabedoria, conselho’. Em “... *boa cousa he tomar amizades e novas **conhecenças**, muito melhor he, segundo diz o sabedo, ...*” (CDP, p. 128), o sentido é ‘pessoas com quem travamos relações’. No português contemporâneo, *conhecimento* e *conhecença* encontram-se registradas



nos dicionários, ainda que o verbete da segunda remeta ao da primeira como palavra sinônima.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos mais um par de *doublets* formado por *-mento* e *-nça*, a saber: *entendença* (A708) e *entendimento* (A709), ambas derivadas do verbo ‘entender’ (do lat. *intendere*), e identificadas, nos glosários, com o sentido de ‘entendimento’. Semelhante ao que ocorre com a palavra ‘conhecimento’, há polissemia na palavra ‘entendimento’, que talvez pudesse ser verificada na análise dos contextos da primeira fase, como pudemos verificar nas ocorrências da segunda fase do período arcaico. Nos dados da segunda fase, encontramos três ocorrências com o sufixo *-mento*: *entendimento* (B835), *entendimento* (B836), *entendimentos* (B837) e nenhuma com o sufixo *-nça*. Nessas ocorrências, duas formas apresentaram o sentido de ‘entendimento, compreensão, juízo’, nos seguintes contextos: “*E tall virtude como esta pode cada hũu ganhar per obra de bõo entendimento...*” (CDP, p. 88) e “*Aqueles que foram ante nós ouverom siso e entendimento, ...*” (VFJC, p. 32) e uma forma apresentou o sentido de ‘entendimentos, ajustes, acordos, combinações’ no contexto: “*... com achagues e cautellas que punham e outros entendimentos que os capitulos davam desviados ...*” (VFDJII, p. 193). Atualmente, apenas a palavra ‘entendimento’ encontra-se dicionarizada.

### **-ção e -mento**

Os sufixos nominalizadores *-ção* e *-mento* produziram o maior número de *doublets* do nosso *corpus*, num total de nove casos.

Na segunda fase do português arcaico, encontramos as formas *contradiçam* (B190), derivada no latim *contraditio -onis* (do lat. *contradicere*) e *contradizimento* (B819), derivada do verbo ‘contradizer’ (do lat. *contradicere*). Em ambos os casos são empregadas com sentido de ‘oposição, contrariedade, combate’, como atestam os trechos a seguir: “*... chegarão logo sem alvoroço, perigo, nem contradiçam, ...*” (VFDJII, p. 213) e “*...e tornou-se ao castelo sem contradizimento de nem hũu.*” (VFJC, p. 50). A sinonímia também parece estar restrita a condicionamentos, pois, enquanto *contradiçam* tem formação erudita, *contradizimento* é formada na língua popular. No português contemporâneo, apenas a palavra ‘contradição’ encontra-se dicionarizada, ainda que o sentido bélico, com que é empregada nos textos, não seja citado pelos autores dos dicionários consultados.

As palavras *correição* e *corregimento* também se apresentaram como *doublets* na segunda fase do português arcaico, sendo a primeira uma derivação latina *correctio -onis* (do lat. *corrigerere*) e a segunda uma derivação portuguesa do verbo ‘corregere’ (do lat. *corrigerere*). No entanto, os sentidos com que as formas foram empregadas não são exatamente os mesmos. Em *corregimento* (B820), “*...e que façam emenda*

e *corregimento de toda perda e dano...*” (VFJC, p. 72), o sentido é ‘correção, reparo, retificação’. Já em *corregimentos* (B821), “...pera hordenar seus *corregimentos* segundo a hordenança que lhe era dada...” (CDP, p. 96), o sentido empregado é ‘punições, reparações, corretivos’. E em *correição* (B194), “Amava muito de fazer justiça com direito; e assi como quem faz *correio* andava pollo rreino...” (CDP, p. 92), um sentido mais específico se apresenta, ‘função administrativa, em via de regra, de competência do corregedor’. Na primeira fase, apenas as ocorrências *correio* (A456) e *correio* (A457), derivadas no latim *correctio -onis* (do lat. *corrige*), foram registradas. Nos dois casos, os respectivos glossários apresentaram o mesmo sentido: ‘reprimenda, censura’. Podemos, então, verificar um conjunto diversificado de semas, ainda que estes estabeleçam entre si relação de polissemia. Contemporaneamente, as duas formas estão registradas nos dicionários como polissêmicas. A palavra ‘corregimento’, no Aurélio (1986), apresenta a possibilidade de emprego com os seguintes sentidos: 1) ato ou efeito de correger; 2) reparação do dano; multa; 3) ornamento; alfaia. Por outro lado, a palavra ‘correição’ apresenta as seguintes possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de corrigir; correção; 2) função administrativa, em via de regra de competência do poder judiciário, exercida pelo corregedor; 3) visita do corregedor às comarcas, no exercício de suas atribuições. Não podemos, entretanto, deixar de citar a palavra ‘correção’, que hoje é empregada com maior frequência para referir todos os sentidos empregados no período arcaico, exceto o de ‘função administrativa, em via de regra, de competência do corregedor’.

Na primeira fase do período arcaico, encontramos as formas *encantaçon* (A649), do lat. *incantatio, -onis* (lat. *incantare*), ‘bruxaria, magia’, e *encantamento* (A654), do lat. *incantamentum, -i* (do lat. *incantare*), ‘bruxaria, magia’. Interessante observar que as duas palavras são derivações latinas e que, portanto, já eram *doublets* nessa língua. Resta saber se possuíam exatamente os mesmos semas, ou seja, se eram empregadas sempre com o mesmo sentido, assim como foram empregadas no português arcaico. Na segunda fase, nenhuma forma derivada de ‘encantar’ foi registrada nos nossos dados. Nesse campo semântico, apenas a forma *feiticeira* (B573) foi empregada. No português contemporâneo, estão registradas nos dicionários ‘encantamento’ e ‘encantação’, ainda que o verbete desta remeta ao daquela com a indicação de sinonímia.

No glossário do *Orto do esposo*, primeira fase, encontramos registradas as formas *enganaçom* (A675) e *enganamento* (A679), derivadas do verbo ‘enganar’ (do lat. *\*ingannare*), com a indicação de sentido ‘engano, artifício’. Na primeira fase ainda encontramos *engano* (A680), igualmente derivada do verbo ‘enganar’ (do lat. *\*ingannare*), mas o sentido apontado foi ‘fraude, logro’. Na segunda fase do período arcaico, apenas a forma *engano* (B28) foi empregada com o sentido de

‘logro, idílio, erro’, no contexto: “... a meetade de quanto assi levava fosse pera o tesouro d’el-rrei e a metade pera aquelle que rrecebera tall **engano** ...” (CDP, p. 141). No português contemporâneo, os dicionários registram somente a palavra ‘engano’ com os seguintes sentidos: 1) erro causado por descuido, falta de conhecimento específico ou desatenção; 2) logro, armadilha, embuste; 3) falsa crença, ilusão e 4) ligação telefônica errada. Diferentemente de ‘enganamento’, a palavra ‘enganação’ ainda é usada popularmente, pelo menos no dialeto baiano, com o sentido de ‘fraude’. Por exemplo: eis que surge uma nova dieta milagrosa, é comum referir-se a ela como ‘enganação’.

Na *Crônica de Dom Pedro de Meneses*, segunda fase, na mesma página, em parágrafos seguidos, ocorreram as formas *espidiçam* (B230) e *espedimemto* (B842), derivadas do verbo arcaico ‘espedir’ (do lat. *expetēre*), ambas com o sentido de ‘despedida, separação’, como se pode inferir dos contextos em que ocorrem: “... eu nom poderia escrever sem lagrimas a **espidiçam** que estas gemtes fezerão hũas das outras, ...” (CDPM, p. 210) e “... a ora daquella partyda, foy amtre elles hũ **espedimemto** tam doroso, ...” (CDPM, p. 210). Na primeira fase do período arcaico, nenhuma ocorrência dessas formas foi identificada. Nos dicionários contemporâneos, ‘expedimento’ não está registrada e ‘expedição’, ainda que documentada, não apresenta, segundo os dicionários, a possibilidade de sentido com que foi empregada na segunda fase do português arcaico, sendo usada para referir: 1) ato ou efeito de expedir; despacho, remessa; expediência; 2) prontidão, diligência, desembaraço; 3) remessa de tropas para determinado fim; 4) o corpo de tropa; 5) grupo que se destina a explorar, pesquisar, estudar uma região; 6) seção encarregada de expedir as mercadorias, nos estabelecimentos comerciais.

Outro caso interessante de *doublets*, no período arcaico, ocorre entre *juraçon* (A937), derivado de ‘jurar’ (do lat. *jurare*), que foi registrado no glossário do *Cancioneiro d’Ajuda*, primeira fase, com o sentido de ‘juramento’, e os três registros de *juramento* (B866), *juramento* (B867), *juramentos* (B868), já derivados no latim tardio de *juramentum* (do lat. *jurāre*), empregados com o sentido de ‘jura, testemunho’, nos contextos: “... dava a cada hũu **juramento** aos evangelhos quantos dinheiros rreceberam d’aquell rrecadador ...” (CDP, p. 140); “... Marcus Crassus nom veo ao dia assinado, por medo ou por se arrepender do **juramento**.” (VFJC, p. 16) e “... assi se fez com muito segredo e grandes **juramentos**, ...” (VFDJII, p. 182). É importante observar que, na primeira fase, há ocorrência de uma forma mais popular, enquanto que, na segunda, há a retomada da forma latina, portanto mais erudita. No português contemporâneo, apenas a forma ‘juramento’ apresenta-se registrada nos dicionários.

Na primeira fase do período arcaico, identificamos as ocorrências de *mudaçom* (A1128), derivada no latim *mutatio*, -onis (do lat. *mutare*), *mudamento* (A1131) e

*mudança* (A1132), derivadas do verbo ‘mudar’ (do lat. *mutare*), sendo as três referidas, em seus respectivos glossários, com o sentido de ‘mudança’. Na segunda fase, encontramos a ocorrência de *mudamentos* (B879) e *mudanças* (B959), derivadas de ‘mudar’ (do lat. *mūtāre*), com o mesmo sentido da primeira fase, como atestam os seus contextos: “... *as gemtes myngoadas pellos muitos mudamentos que se fezerã nas moedas, ...*” (CDPM, p. 190) e “... *a estimavam muyto, e em tempos de mudanças e em reyno estranho ...*” (VFDJII, p. 197). Nos dicionários contemporâneos, apenas as formas ‘mudança’ e ‘mutação’ estão registradas.

Na primeira fase do português arcaico, encontramos três ocorrências de *saluaçom* (A1440), *salvaçon* (A1442), *salvaçom* (A1443), forma derivada no latim *salvatio -onis* (do lat. *salvare*) e uma ocorrência de *salvamento* (A1445), derivada do verbo ‘salvar’ (do lat. *salvare*), apontadas, nos seus respectivos glossários, com o sentido de ‘salvação, remissão’. Na segunda fase do português arcaico, encontramos apenas duas ocorrências de *sallvação* (B268) e *salvaçam* (B269), forma mais erudita, já derivada no latim. Nessas ocorrências, o sentido empregado é o mesmo referido pelos glossários da primeira fase, como se pode observar nos trechos a seguir: “... *homẽ catolico e amigo de Deus, grande rrimidor de catyvos, pera a sallvação dos quais nõ tynha em comta nenhũa rriqueza ...*” (CDPM, p. 182) e “...*soube que a vida d’ el-rey seu pay nam tinha remedio algum lho quis buscar pera salvaçam de sua alma...*” (VFDJII, p. 177). É interessante observar que essas duas formas estão registradas nos dicionários do português contemporâneo, contudo são usadas em contextos específicos, apontando para uma especialização semântica, uma vez que ‘salvação’ apresenta o sentido de ‘ato ou efeito de salvar(-se), ou de remir(se)’, usada, sobretudo, em contextos religiosos para referir à ‘salvação da alma’, enquanto que a forma ‘salvamento’ é usada para indicar o ‘ato, operação ou efeito de salvar; resgate’.

Identificamos, na primeira fase do período arcaico, a ocorrência de *ofereçon* (A1188) e, na segunda fase, a ocorrência de *offerecimentos* (B882), ambas derivadas do verbo ‘oferecer’ (do lat. *\*offerescere*). No entanto, o sentido indicado, pelo glossário, para *ofereçon* foi de ‘oferta, oferecimento, doação’, que difere do sentido que depreendemos do contexto em que *offerecimentos* ocorre. No trecho: “... *nom conrrompido per nêhũus falsos offerecimentos que trasmudam os juizos dos homẽes.*” (CDP, p. 119), podemos perceber que o sentido é de ‘oferta, suborno’. Na segunda fase do português arcaico, ainda ocorre a forma *ofertas* (B37), do latim *\*offerta* (do lat. *\*offerescere*, incoativo de *offerre*), com sentido de ‘oferenda’, como sugere o contexto: “...*nom leixavam de fazer seus sacrificios e suas ofertas.*” (VFJC, p. 52). No português contemporâneo, os dicionários não registram a forma *\*oferção*, mas há registro de ‘oferta’, ‘oferecimento’ e ainda ‘oferenda’. Pode-se dizer que estas são *doublets* do português contemporâneo, e, ainda, que suas possibilidades de emprego

estabelecem relação semântica, ou seja, ainda existe uma sinonímia, ainda que parcial, como podemos ver através de seus verbetes retirados do Aurélio (1986): *oferenda*: 1) objeto ou coisa qualquer que se oferece; presente, dádiva, oferta e 2) oferta piedosa; oblata, oblação / *ofereta*: 1) ato de oferecer(-se); oferecimento; 2) aquilo que se oferece; oferenda, dádiva, oblação; 3) retribuição de certos atos litúrgicos / *oferecimento*: 1) ato ou efeito de oferecer(-se); 2) expressão da vontade de servir, de ser útil ou agradável a alguém; 3) dedicatória. Segundo o Aurélio, *oferenda* e *ofereta* serão sinônimas quando estiverem empregadas no sentido 1) e 2), respectivamente, enquanto *ofereta* e *oferecimento* serão sinônimos quando empregadas no sentido 1) e 1), respectivamente. É interessante ainda notar que, segundo os sentidos acima apontados, não há possibilidade de sinonímia entre *oferenda* e *oferecimento*, mas acreditamos que não haja impossibilidade de que isso ocorra no discurso.

### **-ção e -nça**

Apenas dois casos de *doublets*, entre os sufixos *-nça* e *-ção*, foram detectados.

Na segunda fase do período arcaico, encontramos duas ocorrências de *governaçam* (B240) e *governação* (B241), derivadas no latim *gubernatio -onis* (do lat. *gubernare*), com sentido de ‘governo, administração’, e quatro ocorrências de *governança* (B943), *governança* (B944), *governança* (B945), *governança* (B946), derivadas do verbo ‘governar’ (do lat. *gubernare*), também no sentido de ‘governo, administração’, como pode ser verificado em seus respectivos contextos: “... o príncipe ficou em Portugal com a **governaçam** do reyno ...” (VFDJII, p. 155); “... tornou a rrepetir o que lhe amte dissera, emcomemdamdo-lhe os fidalgos que sou sua **governança** ficavã, ...” (CDPM, p. 209); “... e por consentimento d’ el-rey seu pay deixou o regimento e **governança** do reino ...” (VFDJII, p. 159); “... achey per escripto //(p.8) nas cartas que hos ofiçiaes que os rreis tinhã naquella çidade pera **governança** dos moradores della ...” (CDPM, p. 178); “... des i boa **governança** que em seu rreino tiinha, ...” (CDP, p. 102); “... que o senado e o poboo lhe outorgassem a guarda e **governança** do Egipto.” (VFJC, p. 24).

É importante observar que, no português contemporâneo, ambas as formas estão registradas nos dicionários, com o mesmo sentido: ‘ato de governar(-se); governo; governança’. Porém, é a forma ‘governo’ a mais usual no Brasil, e, em Portugal, temos conhecimento de que a forma ‘governança’ ainda é bastante usada.

Os *doublets* derivados do verbo ‘ordenar’ não ocorreram em variação na primeira fase do português arcaico, tendo sido encontradas duas ocorrências de *ordenaçom* (A1201) e *ordinhaçon* (A1202), do latim *ordinatio, -onis* (do lat. *ordinare*), ambas com o sentido de ‘ordem, mando’. Com o mesmo sentido, na segunda fase do período arcaico, ocorreram *doublets* em *-ção* e *-nça*. Detectamos duas formas

em -ção: *hordenaçom* (B243): “... *tragia el-rrei enculcas que lhe soubessem parte de taaes homens, por se comprir em elles sua hordenaçom.*” (CDP, p. 104) e *hordenações* (B244): “... *poendo hordenações em ssi e nos seus por teerem tesouros e seerem abastados.*” (CDP, p. 135), derivadas no latim *ordinatio*, -onis (do lat. *ordinare*), e duas formas em -nça: *hordenamça* (B948): “...*e tall hordenança tiinha em esto que nẽnhũu era deteudo em sua casa...*” (CDP, p. 92) e *hordenança* (B949): “... *se passarão muy gramdes e notaveis feitos, assy acabados por sua propia pessoa como por seus servidores // (p. 3) e naturais por sua hordenamça e mamdado ...*” (CDPM, p. 174), derivadas no latim medieval *ordinantia* (do lat. *ordinare*). No entanto, na segunda fase, ocorreu a forma *hordenanças* (B950), com sentido de ‘regulamentos, ordens, leis militares’, como se pode inferir do contexto: “*Emtom leixou Cesar em seu logar Titos Labienus, com toda a hoste e as hordenanças da guerra.*” (VFJC, p. 69). E, ainda, ocorreu a forma *hordenamento* (B863), derivada do verbo ‘ordenar’ (do lat. *ordinare*), no sentido de ‘liderança, chefia, capacidade de dar ordens e ser obedecido’: “... *hũu homem mancebo que avia nome Pisa, de grande linhagem e de grande hordenamento e ardimento, ...*” (VFJC, p. 16).

No português contemporâneo, as três formas encontram-se registradas nos dicionários, além, é claro, da palavra ‘ordem’. Podemos identificar entre essas formas algumas relações de sinonímia parcial que, ainda, permanecem no português atual. Segundo os dicionários de uso consultados, a palavra ‘ordem’ pode ser empregada com, pelo menos, 13 sentidos diferentes, dentre eles: 2) disposição metódica; arranjo de coisas segundo certas relações; 3) boa disposição; bom arranjo; arrumação; 8) determinação de autoridade; mandado, prescrição, ordenação, ordem superior. Por sua vez, a palavra ‘ordenação’ pode ser usada com os sentidos de 1) ato ou efeito de ordenar; ordenamento; 2) determinação de autoridade; mandado, prescrição, ordenação, ordem; 3) boa disposição; arranjo metódico; arrumação, ordem. Podemos observar que os sentidos de ‘ordem’ e ‘ordenação’ são os mesmos em 8) e 2) e em 3) e 3), respectivamente. A palavra ‘ordenamento’ possui as possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de ordenar; ordenação; 2) método ou conjunto de preceitos que se devem observar no tratamento e exploração das matas. Nesse caso, podemos perceber que o sentido 1) é o mesmo em ‘ordenação’ e o mesmo com que a ocorrência foi empregada no português arcaico. A palavra ‘ordenação’ parece ter sido a que mais se especializou, segundo os dicionários consultados, podendo ser empregada com os sentidos de: 1) regulamento militar; 2) corpo de tropas; exército; 3) soldado às ordens de um superior hierárquico. Isso nos chama a atenção pelo fato de esta ter sido a forma mais recorrente no período arcaico com o sentido de ‘ordem, mando’.

## Outros nominalizadores sinmórficos

Ainda identificamos mais dois casos de *doublets* entre sufixos nominalizadores.

O primeiro refere-se a formações em *-ção* e em *-a*. Na primeira fase, identificamos três ocorrências de *perdiçom* (A1246), *perdiçom* (A1247) e *perdiçom* (A1248), derivadas no latim *perditio*, *-onis* (do lat. *perdere*), descrito pelos glossários com o sentido de ‘perdição’, e uma ocorrência de *perdiçom* (A1245), com o sentido de ‘danação eterna’. Não há, na descrição de sentido dos glossários, como identificar se, nas duas primeiras ocorrências, o sentido ‘perdição’ equivale à ‘danação eterna’, mas, de fato, existe essa possibilidade. Ainda na primeira fase do período arcaico, encontramos a forma *perda* (A1244), derivada do verbo ‘perder’ (do lat. *perdere*), com sentido de ‘perda’, indicado pelos glossários<sup>9</sup>. Na segunda fase, encontramos uma ocorrência de *perda* (B40) e três ocorrências de *perdição* (B253), *perdiçam* (B252) *perdiçom* (B254). Chamou-nos a atenção o fato de *perda* (B40) e *perdição* (B253) ocorrerem num mesmo texto, na mesma página, no mesmo parágrafo, com o mesmo sentido: ‘perda, privação da presença de alguém’, como se pode notar pelos contextos: “... a *nembrança de sua perda* gerall nō se podia esquecer por outra nenhũa cousa de melhoria, por grande que fosse.” (CDPM, p. 221) e “... e assy começavam de fazer seu pramto mui dorido choramdo sua *perdição*, ...” (CDPM, p. 221). Nas outras duas ocorrências, *perdiçam* (B252) apresentou o sentido ‘perda, privação de alguma coisa que se possuía’ em “... manda degolar Dom Fernando duque que foy de Bragança por cometer e trautar trayçam e *perdiçam* de seus reinos ...” (VFDJII, p. 223) e *perdiçom* (B254) atualizou o sentido de ‘perdição, danação, ruína’ em: “... assi que todolos homens vãao a *perdiçom* ...” (VFJC, p. 33).

Ambas as formas encontram-se registradas nos dicionários atualmente, apresentando possibilidade de sinonímia. Segundo os dicionários de uso, o item lexical ‘perdição’ pode ser empregado com os seguintes sentidos: 1) ato ou efeito de perder(-se); 2) desgraça, ruína, estrago, desastre, perda; 3) condenação às penas eternas; danação; 4) desonra, descrédito, imoralidade, desregramento. Por sua vez, a palavra ‘perda’ pode referir-se a: 1) ato ou efeito de perder; 2) privação de alguma coisa que se possuía; 3) privação da presença de alguém; ausência, falta, desaparecimento; 4) morte, falecimento, desaparecimento; 5) extravio, sumiço; 6) destruição, ruína, aniquilamento; 7) o ato ou fato de deixar de ganhar; 8) decréscimo, diminuição;

9 Essa indicação de sentido dos glossários, donde retiramos os dados da primeira fase, é um tanto frustrante, uma vez que parece remeter às possibilidades polissêmicas das palavras, enquanto sabemos que, no texto, elas foram empregadas com um sentido específico que não foi descrito.

9) danação, perdição. Nesse caso, os sentidos de ‘ato ou efeito de perder(-se)’ e ‘desgraça, ruína, estrago, desastre, perda’ podem ser atualizados pelas duas formas.

O segundo caso refere-se aos *doublets* ocorridos da primeira fase, *inchaçon* (A915) e *jnchaço* (A924), derivadas do verbo ‘inchar’ (do lat. *inflare*), empregadas com o sentido de ‘inchaço’, segundo os seus respectivos glossários. Quanto a essas formas, o mais interessante é verificarmos que não só essas duas se encontram registradas nos dicionários, como também aparece a forma ‘inchamento’, todas referidas como sinônimas, ou seja, os verbetes de ‘inchaço’ e ‘inchamento’ remetem ao de ‘inchação’, que apresenta as seguintes possibilidades de sentido: 1) ato ou efeito de inchar; inchamento; 2) tumor, anasarca, inchaço; 3) arrogância, presunção, vaidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os *doublets*, originados por sufixos nominalizadores, são bastante recorrentes na língua portuguesa, seja no período arcaico, seja contemporaneamente. No nosso entendimento, isso se dá pelo alto grau de sinmorfismo que existe entre esses sufixos.

É interessante observar que muitos *doublets* ocorrentes no período arcaico da língua portuguesa não permaneceram com o mesmo comportamento; em alguns casos, apenas uma das formas permanece em uso na língua, em outros houve especialização semântica e não há concorrência entre as formas. Porém, o mais importante é detectar que algumas formas duplas permanecem na língua, ainda com a possibilidade de sinonímia, ou seja, há uma convivência de mais de oitocentos anos, sem que uma forma tenha sido preterida em favorecimento de outra. Isso nos faz questionar se a sinonímia é, de fato, tão descartável no que se refere à organização sistêmica do léxico das línguas, como afirmam alguns autores.

Outro ponto a se notar é que, quando os *doublets* se especializam em campos semânticos próprios, deixando de ser sinônimos, o sufixo não deixa de ser sinmórfico, porque a especialização ocorre no produto, ou seja, na lexia derivada, e não nos sufixos, pois estes continuam com as mesmas possibilidades de sentido no plano virtual.



## REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, Margarida (1995a). *Teoria lexical*. 4. ed. São Paulo: Ática.
- BASÍLIO, Margarida (1995b). O fator semântico na fluidez substantivo / adjetivo em português. In: *Jürgen Heye. Flores verbais*. Rio de Janeiro: 34 / Nova Fronteira. p. 177-192.
- BASÍLIO, Margarida (2004). *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (orgs.) (1999). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe S.A.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1997). *Estrutura da Língua portuguesa*. 26 ed. Petrópolis: Vozes.
- CANCIONEIRO da Ajuda (1990). Edição crítica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2 v.
- COELHO, Juliana Soledade Barbosa (2004). Semântica Morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- CRÓNICA de D. Pedro / Fernão Lopes (1966). Ed. Crítica, con introd. e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Ateneo.
- CRÓNICA de D. Pedro de Meneses / de Gomes Eanes de Zurara (1994). Ed. e estudo por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fac. Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARIA, Ernesto (1958). *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- FERREIRA, Aurélio B. Holanda (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FORO Real / Afonso X (1987). Edição, estudo linguístico e glossário de José de Azevedo Ferreira. Lisboa: INIC. 2 vol.
- FREITAS, Horácio Rolim de (1979). *Princípios de morfologia: visão sincrônica da derivação em português*. Rio de Janeiro: Presença.
- HOUAISS, Antônio (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KEHDI, Valter (1990). *Morfemas do português*. São Paulo: Ática.
- KEHDI, Valter (1992). *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática.
- LAPA, Manuel Rodrigues (Ed.) (1995). *Cantigas d'escarnho e de maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo/Lisboa: Ir Indo/João Sá da Costa.

- MATEUS, Maria Helena Mira (1971). *Vida e feitos de Júlio César*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório: leitura crítica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub (1998). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MONTEIRO, José Lemos (1987). *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: Vozes.
- NIDA, Albert Eugene (1949). *Morfologia: a análise descritiva das palavras*. 2 ed. Michigan: University of Michigan Press.
- ORTO do Esposo (1956). Edição crítica, introdução, anotações e glossário por Bertil Maler, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- RESENDE, Garcia de. *Livro das obras de Garcia de Resende* (1994). Edição crítica, estudo textológico e lingüístico por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIO-TORTO, Graça Maria (1998). *Morfologia derivacional – teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis (1998). *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SANDMANN, José Antônio (1987). *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto.
- SANDMANN, José Antônio (1991). *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto.
- SANDMANN, José Antônio (1988). *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ícone.
- VILLALVA, Alina (2003). *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ZANOTTO, Normélio (1986). *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS.





## DO LATIM AO PORTUGUÊS: a origem dos artigos

Alex Batista Lins  
(*Instituto Federal da Bahia*)

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os estudos de elementos das classes gramaticais e de fenômenos linguísticos na língua portuguesa têm sido beneficiados por contributos advindos das mais diversas correntes teóricas, pertencentes à Linguística propriamente dita, ou que a ela se coadunam, num dado momento, em função do objeto a ser analisado, ampliando o leque investigativo sobre a língua. Muitas das teorias linguísticas contemporâneas têm fornecido novos princípios e metodologias inovadoras que conduzem os pesquisadores a interpretações mais delineadas e substanciais de seu objeto de estudo.

Valer-se do arcabouço teórico, metodológico e dos resultados colhidos dessas pesquisas pode auxiliar na investigação do processo constitutivo, dos usos e do funcionamento de um dado item ou expressão no português em suas mais distintas fases ou períodos, além de possibilitar trazer à cena elementos propiciadores de uma abordagem mais plena dos eventos linguísticos.

Centrando-se na classe dos artigos e pautando-se nas contribuições das modernas pesquisas nesse campo, muito se tem discutido sobre os usos e as funções desses elementos, seu papel semântico e sua relação com o nome, porém ainda parece existir certa confusão quando o assunto recai sobre a origem dos artigos na língua portuguesa. Teriam sido eles fruto de um surgimento ou de um processo de desenvolvimento? Como algumas das principais gramáticas do português abordam os artigos? São estes os pontos sob os quais o presente texto pretende tecer algumas considerações.

Para tanto, buscar-se-á, inicialmente, abordar a história e a periodização do latim, partindo do clássico ao tardio, de maneira objetiva, a fim de situar melhor o momento em que os artigos entram em cena. Em seguida, verificar-se-ão, partindo

de um panorama sintetizado do modelo gramatical latino, as disposições da tradição gramatical latina no que concerne aos artigos, centrando-se nos primórdios desses itens. Por fim, o foco se firmará na concepção de diversos gramáticos, linguistas e demais autores a respeito dessa classe de palavras, na forma como se apresenta nos manuais gramaticais dos séculos XX e XXI.

Dessa maneira, configurar-se-á, de início, um breve painel retrospectivo sob a discussão em torno da origem dessa classe gramatical na tradição latina, situando as classificações, as normas de uso desses itens e as caracterizações ou pontuações de diversos autores que se preocuparam com a abordagem desse tema.

## DO CLÁSSICO AO TARDIO: UM POUCO DA HISTÓRIA DO LATIM

Para se compreender a partir de que momento os artigos têm seu registro na língua portuguesa é preciso conhecer um pouco da história e da periodização do latim. De início, vale afirmar que não existiam artigos no latim clássico.

A língua latina corresponde a uma das línguas da família itálica do grupo indo-europeu. Esse grupo, por sua vez, compreende línguas já desaparecidas e que, portanto, não podem ter existência regularmente atestada. O próprio indo-europeu designa uma língua não atestada. Todas as línguas românicas, não apenas o latim, mas ainda a língua portuguesa, integram o bloco das línguas indo-européias.

Segundo Hall Jr. (1974), o latim surge no século IX a.C. nos primórdios da fundação de Roma e alcança os meados de 450 d.C., período do declínio do Império Romano. Pode-se dizer que sua forma clássica chegou até a contemporaneidade, pela manutenção que sofreu através dos domínios científicos, sobretudo das áreas filosóficas, do direito e da medicina.

Outro fator que beneficiou a preservação do latim foi a Igreja Católica. Ela tem o latim como língua oficial, aplicando-o em seus documentos e na realização das cerimônias de maior monta do ano litúrgico pelo papa.

Conforme Lapesa (1986 [1942], p. 68-69), com a fixação da língua escrita pela literatura, houve uma clara separação entre o latim culto – apenas falado e empregado pelos eclesiásticos e pelas pessoas letradas – e o latim mais livre e cheio de irregularidades e vulgarismos, falado pelo povo. Têm-se, dessa forma, três fases distintas para o latim dito literário: o latim arcaico, o latim clássico e o latim imperial.

O primeiro se estende até o século I a.C., o segundo até o século II d.C. e o último, nessa escala, abarca os séculos III-IV d.C., ou do II ao V d.C. como expõe Castro (1991, p.85). O latim literário continuou não se restringindo ao fim do

Império Romano. Muito esvaecido, ele recebe uma denominação toda particular. Segundo Castro (1991, p. 82):

[...] a partir do séc. V, essa língua [o latim literário] quase completamente encerrada em textos designa-se por latim tardio [ou, segundo Lapesa (1986 [1942]), baixo latim]. Estas designações são preferíveis a uma outra, hoje em desuso, latim bárbaro, que parecia atribuir às invasões germânicas a responsabilidade pela evolução do latim após o século V.

O latim tardio, segundo Hall Jr. (1974), consiste na última fase da língua latina que se estende do século V até, aproximadamente, o século XVIII. Esse latim funcionava como uma língua segunda, usado apenas na escrita, sua gramática era aprendida pelos rapazes na escola.

A antinomia entre romance e latim não implica, como costuma pensar-se, que este último tenha deixado de ser falado e sobreviva, unicamente, como língua ‘morta’, usada exclusivamente na leitura e na escrita. A diferença entre os dois, nesse momento, foi antes a existente entre uma língua materna e uma não materna, sendo a materna raramente usada para escrever. [...] Dependendo do grau de escolaridade e da oportunidade de expor a língua de prestígio, cada indivíduo falaria a língua vernácula intercalando mais ou menos empréstimos (palavras, sintagmas, mesmo frases completas) das fontes literárias que estudou. (p.106-107).

Castro (1991, p. 87) afirma a existência de um distanciamento significativo entre o latim aprendido na escola e a língua falada (latim vulgar) pelos utentes na Idade Média. As consequências desse distanciamento, para esse autor, deixaram marcas profundas que se refletiram na escrita:

A distância entre a língua falada e o latim aprendido nas gramáticas provoca na escrita (em latim) o aparecimento de numerosos erros, que amiúde reflectem as tendências diferenciadoras da língua falada pela pessoa que escreve.

Para uma melhor compreensão, é preciso estabelecer uma diferença entre o latim tardio e o latim dito vulgar. O primeiro pode ser entendido como o registro escrito do latim literário, mesmo depois do fim do Império Romano. Quanto ao latim vulgar, também conhecido como “latim proto-romance”, nada mais significa do que a língua falada nos últimos séculos do Império de Roma. Essa língua, para Herman (1975, p. 16), era a “falada pelas camadas pouco influenciadas ou não influenciadas pelo ensino escolar e pelos modelos literários”.

O latim vulgar e o latim literário eram bastante diferentes entre si, “quase duas línguas distintas” (CASTRO, 1991, p.88) marcadas notadamente pelo grau de instrução, de cultura e pela classe social da qual seus utentes faziam parte.

Tudo que se sabe sobre o latim vulgar hoje se processa por dedução e até mesmo pelas elaboradas comparações realizadas “a partir das línguas românicas atuais, já que o latim escrito não era mais do que uma fachada que mascarava a língua popular viva” (CASTRO, 1991, p. 88).

Ainda em Castro, encontramos uma das reflexões, possivelmente das mais elucidativas, para se compreender a relação entre latim vulgar e latim tardio.

Certamente, como acontece em todas as línguas, o latim falado e o escrito diferiam pela própria natureza da sua produção, mas, apesar da rigidez normativa da tradição escrita latina, esta registou constantemente – com maior ou menor intensidade, segundo o gênero e a cultura do autor – a influência da língua falada, influência ‘in crescendo’ de que é testemunha a presença dos numerosos vulgarismos que aparecem nos textos tardios. (CASTRO, 1991, p. 88)

Toda a exposição traçada até aqui tem como objetivo fornecer subsídios para a tessitura de uma melhor compreensão do momento em que os artigos começam a fazer parte da história da língua portuguesa – a partir da passagem do latim tardio para o português. A intenção primeira é de desvelar a origem desses determinantes (DET), já que não existiam no latim no período clássico.

Ora, o latim não era obviamente uma língua homogênea, como não o é toda e qualquer língua existente. Ele estava sujeito a mudanças de diversas ordens: fonética, fonológica, morfossintática e semântica (SAPIR, 1954 [1921], p. 119). Essas mudanças condicionadas a fatores outros de natureza social, histórica e cultural, por exemplo, seriam suficientes para fazer com que o latim se cindisse em outras línguas.

## A LÍNGUA LATINA E OS ARTIGOS

A questão dos artigos definidos e indefinidos passa pela compreensão de aspectos da morfossintaxe latina. Câmara Jr. (1985), Tarallo (1990), Mattos e Silva (1988, 1994) e Castro (1991) são alguns dos estudiosos que discorrem sobre o assunto. Antes desses, Iordan e Manoliu (1972) já se dedicavam ao tema, expondo-o largamente.

Mas é com W. v. Wartburg (1951), em seu livro *Problemas y metodos de la lingüística*, que é possível conhecer com maior precisão parte significativa do percurso histórico, no latim, dos pronomes demonstrativos, determinativos e de

identidade, que confluíram – os primeiros, sobretudo, por questões de desgaste e de enfraquecimento semântico e fonético – para o aparecimento dos artigos na língua latina tardia.

Toda mudança numa forma linguística pode perturbar o equilíbrio do sistema, provocando, em maior ou em menor grau, como no plano físico-químico, uma espécie de reação em cadeia. Foi o que ocorreu com os pronomes latinos. O pronome *is*, dado seu esvaimento semântico e fonético, começa já no latim clássico a ser substituído por *hic*. Em Sêneca e em Cícero já se usava a forma *hic qui*, que chega ao francês como *celui-ci, qui*. É preciso ressaltar que a forma *hic* era utilizada para a primeira pessoa – a que fala –, enquanto *iste* (*is + tu*) para a segunda – que escuta – e *ille* para a terceira pessoa – de quem se fala em relação a quem fala e a quem escuta.

Na verdade, *hic* também sofre enfraquecimento ao ser deslocado para ocupar o espaço do pronome anafórico *is*. *Iste* fica, por sua vez, no lugar de *hic*, o que se confirma, segundo Wartburg (1951, p. 236), em textos de Horácio.

Refletindo sobre essas mudanças ocorridas, Poggio (1996, p. 59) argumenta que

[...] restaram duas soluções para a língua: poder-se-ia manter a distinção com relação às três posições, como no latim clássico, ou renunciar-se àquela diferenciação. A língua optou pela primeira possibilidade, tomando o pronome intensivo *ipse* para ocupar o lugar de *iste*, que se havia deslocado. O ibero-românico e parte da Itália permaneceram fiéis à distinção dos três pronomes demonstrativos. Outras regiões, como a do galo-românico, renunciaram a essa distinção, apresentando apenas a distinção: próximo e distante.

Somente depois *ille* substituiu *is* na função de pronome pessoal de terceira pessoa, absorvendo parte da carga semântica desse pronome anafórico. No século V, *ille* é colocado em paridade com *ego* e *tu*:

Aparte de los desplazamientos exigidos por estos cambios, surgió en el latín de fines del Imperio otra necesidad, la de presentar en cada caso la persona u objeto de que se trata. Así surgió el artículo. Este procede también del pronombre, a saber, de *ille* e *ipse*. (WARTBURG, 1951, p. 237)

Retomando as reflexões de Wartburg, Poggio (1996, p. 59) expõe um dos resultados do enfraquecimento semântico em relação a alguns dos pronomes demonstrativos latinos: “os pronomes *ipse* e *ille* passaram a artigos, no latim do Baixo Império. Ex.: *ipsa casa* = a mesma cabana > essa cabana > a cabana; *illa cabana* = aquela cabana > a cabana”.



O enfraquecimento dos pronomes demonstrativos não apenas beneficiou a língua com o surgimento de uma nova classe gramatical, a dos artigos, como ainda reforçou de diversas maneiras muitos dos pronomes latinos. Assim, da combinação de *iste ipse*, tem-se *ista ipsa lege* (por esta mesma lei) e ainda *ipsemet*, *egomet*, *illemet ipse* e o superlativo *ipsimus*. Com as partículas *ecce* e *eccum*, outros tipos de reforço foram praticados pela língua, daí as formas *eccille*, *ecciste*, *eccuille*.

Jordan e Manoliu (1972, p. 247) comentam que

al desarrollo y transformación de *ille* en artículo definido ayudaron construcciones como ésta: *Gaius ille barbarus* (con el demostrativo colocado entre el sustantivo y el adjetivo determinado por él). He aquí unos ejemplos latinos (siglos III y IV) en los que el demostrativo se aproxima semánticamente al artículo definido: *cito proferte nihi stolam illam primam*; *virum hunc cujus est zona haec*; *in ipse multitudine*; *ipsa aqua*; *montis illius*, etc. Opinión semejante a la de Löfstedt tiene Eugen Lerch, que estima que no puede hablarse de un artículo propiamente tal antes del año 700.

Enquanto *ille*, em certos contextos do latim arcaico, pudesse ter fraco valor de pronome demonstrativo, *unus* do numeral cardinal latino *unus*, *a*, *um*, utilizado para indicar um só elemento, como em *una litterae* ('uma carta'), *Unus Deus est* ('Existe apenas um Deus'), possuía, de certo, um fraco valor separativo (POGGIO, 1996, p. 35).

Alguns linguistas discordam do fato de que não existissem realmente artigos no latim clássico. Eles acreditam que nesse período do latim havia o artigo definido ou um início de gramaticalização do pronome demonstrativo *ille*, que estaria funcionando como artigo definido.

Así, F. Müller, en una amplia discusión del problema, llegó a la conclusión de que ya en Plauto (unos doscientos años antes de nuestra era) [era cristã], en las cartas de Cicerón, y más tarde en Petronio y en otros escritores popularizantes, se encuentran construcciones en que el valor del demostrativo se atenuaba mucho cuando iba junto a un sustantivo; adquiriría entonces el significado del artículo. Según la opinión de F. Müller, hasta el final de la época clásica latina la influencia de la lengua literaria sobre la hablada fue lo suficientemente grande como para que los escritores, que en ele habla coloquial usarían el artículo, evitaram hacer uso de él en sus obras escritas, que aparecían conformes con la tradición. Además de eso, también entró en juego el hecho de que el latín clásico fuera una lengua sintética, y la aparición del artículo, o más exactamente, su difusión implicaba

procedimientos analíticos, que sólo se multiplicaron en los últimos siglos del imperio. (IORDAN, MANOLIU, 1972, p. 244-245).

Mas como se deu a constituição dos artigos? A seguir, far-se-á um inventário dos artigos definidos e indefinidos, apresentando o processo de formação desses itens. Ressalte-se, desde já, que os primeiros estão inseridos no grupo dos determinantes (MATTOS E SILVA, 1988, p. 142) e os últimos, no grupo dos quantificadores (MATTOS E SILVA, 1988, p.186; MATTOS E SILVA, 1994, p.31).

Os artigos constituem uma categoria de sequências morfemáticas que determinam os substantivos. Sozinhos, os artigos “no pueden formar un grupo nominal de dos miembros”, como no espanhol “un niño canta”, “el niño canta”, ou no francês “l’enfant, un enfant”. É por isso que alguns investigadores findam por considerar o artigo como uma “expresión de una categoría del nombre: la categoría de la determinación” (IORDAN, MANOLIU, 1972, p. 243-244).

## OS ARTIGOS DEFINIDOS

Tarallo (1990, p. 137) afirma haver uma certa unanimidade quanto ao fato da não existência dos artigos no latim clássico e de esses elementos terem “surgido somente nos derradeiros momentos do latim falado, já em uma fase pré-romano”. Esse autor enfatiza o modo como os pronomes demonstrativos latinos *illu*, *illa*, *illos* e *illas* chegaram ao sistema moderno do português. Para tanto, fornece um esquema, especificamente do *ille* em sua forma acusativa, para expor o nascimento do artigo definido.

- Masculino singular:	<i>illu</i>	>	elo	>	lo	>	o
- Feminino singular:	<i>illa</i>	>	ela	>	la	>	a
- Masculino plural:	<i>illos</i>	>	elos	>	los	>	os
- Feminino plural:	<i>illas</i>	>	elas	>	las	>	as

Quadro 1: Desenvolvimento do demonstrativo latino *ille*.

Como se observa, o enfraquecimento dos pronomes demonstrativos latinos colaborou para o desenvolvimento das formas dos artigos definidos. De acordo com Castro (1991, p.124), esse enfraquecimento se deu na seguinte ordem: primeiro “o uso frequente do elemento dêitico na língua falada ocasionou uma maior presença dos demonstrativos – *ille* e *ipse*”, que faziam referência a objetos ou seres já mencionados no discurso. A presença de *ille* ou *ipse* diante de substantivos, por sua vez, fez com que a potencialidade anafórica dos demonstrativos esvaísse.

Assim, os demonstrativos perderam então “conteúdo anafórico, dando lugar ao aparecimento de um elemento desconhecido da gramática latina, o artigo definido” (CASTRO, 1991, p. 124).

Importante recordar que o demonstrativo indica relações de distância entre objetos no espaço ou ainda o tempo em que a comunicação se realiza. Na maior parte das línguas românicas, o artigo definido tem esse nome, pois se refere a objeto ao menos conhecido pelos falantes.

Câmara Jr. (1985, p. 104) afirma que os artigos definidos *o, a, os, as* do português têm sua origem no acusativo do demonstrativo latino *ille* – que passou a ser usado diante de um nome substantivo “para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie” – em suas quatro formas: masculino, feminino, singular e plural (*illum, illam, illos, illas*). Daí, poder-se-ia apresentar, por exemplo, *illos > los > lo > o*. Segundo Mattos e Silva (1994, p. 23), as formas *lo, los; la, las* aparecem em documentos galegos e, fortuitamente, no *Cancioneiro Medieval*, como nesta cantiga de amigo de Joam Soares Coelho:

Fui eu, madre, lavar meus cabelos  
A *la* fonte e paguei-m`eu d`elos  
E de mi, louçã

E nos *Diálogos de São Gregório (DSG)*, século XIV, aparecem os alomorfes *-lo, -s; la, -s*, conforme se segue:

*depola* morte ~ depós a morte  
*ambalas* candeas ~ ambas as partes  
*todolos* homens ~ todos os poboos  
*apolas* cousas ~ após as cousas

Ressalte-se o fato de que os artigos constituíam uma forma que o latim clássico desconhecia, mas que se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar, ou, como prefere Mattos e Silva (1994, p. 23-24), o *ille* se especializou “no latim corrente do Império Romano [...] como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero”. Tal disposição, e recorrendo-se novamente ao quadro 1, permite pensar que os artigos não surgiram, mas foram fruto de um processo de desenvolvimento de itens da língua, portanto não apareceram do nada, ou de repente na língua, mas a ela foram se incorporando à medida que a desenvolvimento ia ocorrendo.

Mattos e Silva sinaliza ainda para o fato de o artigo já ser usado no texto dos *Diálogos de São Gregório (DSG)*, século XIV, de modo presente ou não, antes de pronomes possessivos. Um dos trechos dos DSG de que se serviu para afirmar tal fato encontra-se reproduzido no seu livro *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (1989, p.181):

E maravilhando-se Julião, mandadeiro do papa, porque o *seu* homen tanto tardara, alçou os *seus* olhos e viu-o viir póla carreira con hũa carrega de feo sobre *seu* colo.

Ferreira (1987, p. 367), ao proceder a um levantamento na versão galego-portuguesa do *Foro Real de Afonso X*, séculos XIII-XIV, conclui que os artigos “já começavam a ser empregados com os adjetivos possessivos, sendo muito frequente quando o possessivo está em função substantiva”.

Mattos e Silva (1989, p. 179) comprova tal afirmativa com trechos extraídos dos DSG:

Os meus costumes non conviinhoan con os vossos.

[...] pelas fazendas dos outros senon *pela sua*.

O quadro esboçado por Castro (1991, p. 124) ajuda a percebermos melhor como se processou a passagem do demonstrativo latino para algumas das línguas românicas.

ILLU (M)	>	fr. <i>le</i>	cast. <i>el</i>	port. <i>o</i>
ILLOS	>	fr. <i>les</i>	cast. <i>los</i>	port. <i>os</i>
ILLA(M)	>	fr. <i>la</i>	cast. <i>la</i>	port. <i>a</i>

Quadro 2: O demonstrativo latino *ille*.

Tarallo (1990, p. 138) argumenta que, no caso “da aquisição dos artigos pelas línguas românicas”, se tem a instanciação de “ganhos morfológicos não-encaixados”, ou seja, uma “antiga função que já existia na língua matriz é revestida com uma nova forma”. Isso ocasiona uma “perda não de função, mas de forma” (p. 132), portanto o enriquecimento morfológico na língua não é, sob o enfoque do não-encaixamento, provocado “por mudanças em curso em outras partes da gramática” (p. 142). Ao contrário dos artigos (ganhos não-encaixados), as preposições no português caracterizam-se por ganhos morfológicos encaixados, pois, com as perdas das declinações e dos casos latinos, surgiram como uma espécie de compensação interna do próprio sistema “em substituição à gramática latina

de casos, no estabelecimento das relações entre os constituintes das sentenças (e dos sintagmas)” (TARALLO, 1990, p. 142).

## OS ARTIGOS INDEFINIDOS

os artigos indefinidos têm sua origem no numeral latino *unus, una*. Estes passaram por um processo de formação parecido com o que ocorreu com os artigos definidos. *Unus* – que tinha por significado inicial “algum, qualquer um, certo” – conforme Castro (1991, p. 124), “se diluiu, começando a ser usado diante de um substantivo não mencionado anteriormente”, introduzindo, portanto, novidade ou alguma conotação expressiva.

Câmara Jr. (1985, p. 95-96) diz que a ausência dos definidos em sentenças era um indicativo para uma referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença “do numeral *unus, una* em nova função”, certamente a de indeterminador de nomes, como em “*una lepida mulier* – uma bonita mulher”. Algo que já aparece em Plauto (séc. III a.C.), portanto a referência indefinida seria usual já no latim clássico. Jordan e Manoliu (1972, p. 249) asseveram, entretanto, que o artigo indefinido se desenvolveu mais tarde que o definido e conservou seu caráter primeiro, de origem numeral. Ele serviria para “introduzir un elemento desconocido, frente a el, que sierve de repetidor”. Também para Mattos e Silva (1994, p. 31), *unu, una* continuaram no português com o valor semântico de numeral, mas “se especializou como artigo indefinido, opositivo ao artigo definido”. Segundo essa autora, as formas *hũũ, hũa* (lat. *unu, una*) e seus compostos ocorrem com frequência no período arcaico, conforme exemplifica a partir dos *DSG* (1989, p. 196):

- *hũũs poucos de miragres*
- *hũa pouca d´azeite.*

## DAS PARTES DO DISCURSO E DAS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS: A QUESTÃO DOS ARTIGOS

o primeiro dos gramáticos latinos noticiados pela história foi Varrão. É dele a obra *De língua latina*, do século I a.C., composta de vinte e cinco volumes, dos quais apenas seis se conservaram completos. Varrão é considerado um dos escritores romanos de maior originalidade no que se refere a postulações linguísticas.

Influenciado pela tradição gramatical grega, Varrão conservou o número de classes gramaticais existentes, oito, mas realizou uma importante alteração.

Este autor idealizou a classe das interjeições, haja vista a não existência no latim clássico dos artigos, e colocou conjunções e preposições em classes separadas.

Donato e Prisciano, séculos IV e VI d.C. respectivamente, apesar de não terem a originalidade de Varrão, por se prenderem, e mesmo reproduzirem os modelos gregos, são, cada um, autores de gramáticas representativas. *De partibus orationibus ars minor*, de Donato, enfatiza a fonética e *Insitutio grammaticale*, de Prisciano, apresenta os primeiros estudos sobre a sintaxe latina. Donato foi o mestre de São Jerônimo, “o tradutor da Bíblia em latim, adotada como versão vulgata no século VIII” (NEVES, 2000, p. 32). Segundo Auroux (1988, p. 42), basta ler a obra de Donato para se perceber o quanto de preparo é necessário para se adquirirem os rudimentos do latim. Quanto a Prisciano, segundo Mattos e Silva (1996, p. 20), é nele que “se encontra a primeira sintaxe da língua latina” e a sua definição de sintaxe é também “a primeira no mundo ocidental, uma definição lógica: *a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita*”.

Nos séculos XII e XIII, com a Escolástica, que tentava unir as bases filosóficas desenvolvidas por Aristóteles ao pensamento cristão, as gramáticas passam a refletir a ideia de língua enquanto instrumento de análise da realidade.

No Renascimento, o foco dado aos modelos gramaticais gregos e mesmo a atenção dada ao latim passam a incorporar a preocupação com o estudo de outras línguas. Surge, então, no século XVI um número significativo de gramáticas na linha greco-romana. As primeiras gramáticas portuguesas encontram assento nesse período com Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540. Vale destacar também os ortógrafos Pero de Magalhães Gândavo, em 1574, e Duarte Nunes de Leão, em 1576.

Fernão de Oliveira dá ênfase à descrição fonética do português, faz referência a algumas das classes gramaticais, mas não as distingue ou as conceitua de modo definido. Por sua vez, João de Barros elenca distintamente as nove partes do discurso, considera nove classes de palavras e as apresenta segundo dois níveis hierárquicos. O artigo ocupa o segundo nível, ao lado do particípio, da conjunção, da preposição e da interjeição.

Desse modo, conforme Buescu (1983, p. 294), João de Barros postula as seguintes partes do discurso: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Mattos e Silva (1996, p. 37) afirma que a sintaxe de João de Barros se resume a considerações sobre “a concordância e a regência, elementos que até hoje são o cerne da gramática tradicional no que se refere à sintaxe”.

Pero de Magalhães Gândavo, em *Regras que ensinam a maneira de escrever* e a *Ortografia da língua portuguesa*, volta-se para os cuidados estritamente ortográ-

ficos. Duarte Nunes de Leão, em *Ortografia e origem da língua portuguesa*, embora também mantenha o zelo pela questão ortográfica, chama a atenção pelas reflexões a respeito do surgimento do português.

Em 1885, publica-se em Portugal a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jeronymo Soares Barbosa, elaborada em 1803. Organizada em quatro livros, esta obra aborda, nos dois primeiros, as partes da oração nos aspectos físicos e material; nos dois últimos, as mesmas partes são tratadas naquilo que as identifica metafísica e espiritualmente.

Esse autor postula a existência de seis classes de palavras – substantivo, adjetivo, verbo, preposição, conjunção e interjeição. Os artigos, por sua vez, são incluídos ao lado dos pronomes e dos participios, na classe dos adjetivos.

Na verdade, Jeronymo Soares Barbosa segue os pressupostos desenvolvidos na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Port-Royal. Esta gramática buscava o universal na linguagem e “contribuiu diretamente para o que viria a se tornar a versão dominante da gramática universal” (WEEDWOOD, 2005, p. 98). Além disso, foi um dos sistemas teóricos mais difundidos e reconhecidos, sobretudo até 1800, e é “precursora de uma longa série de gramáticas ‘gerais’, ‘filosóficas’, ‘universais’ ou ‘especulativas’, cujos autores estavam preocupados em demonstrar a presença marcante dos princípios lógicos na linguagem, dissociados dos efeitos arbitrários de qualquer língua particular.” (p.100).

Jeronymo Soares Barbosa propõe uma classificação das palavras, dividindo-as de acordo com princípios lógicos, formais, funcionais e semânticos. Desse modo, têm-se o grupo das palavras interjectivas ou exclamativas e o das discursivas ou analíticas. Os artigos encontram-se no segundo grupo.

Deve-se a Jeronymo Soares Barbosa também algumas inovações no campo da “teoria e descrição da língua portuguesa”. Além disso, ele foi pioneiro em termos de uma preocupação pedagógica do ensino do português, como lembra Mattos e Silva (1996, p. 38). Ressalte-se que, de certa forma, essa preocupação não era, no entanto, tão recente. Conforme Auroux (1988, p. 42), a orientação prática da gramática, “massivamente empregada para fins de pedagogia lingüística”, já se esboçava para os europeus do século IX, que viam “o latim, antes de tudo, como uma segunda língua que se deveria aprender. Por isso, a gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua”. E finaliza refletindo sobre o fenômeno da mutação pedagógica da gramática:

A mutação pedagógica da gramática aconteceu igualmente e de modo precoce, no universo bizantino, de onde o Ocidente recebe uma grande quantidade de técnicas elementares concernentes ao grego e

latim. [...] O fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem” (p. 42).

## OS ARTIGOS EM GRAMÁTICAS E MANUAIS GRAMATICAIIS: DO SÉCULO XX AO XXI

*O(s), a(s), um(uns), uma(s)*, na tradição gramatical, extremamente rigorosa e presente nos manuais escolares e nas gramáticas do século XX, compreendem a classe dos artigos como elementos que ocupam posição fixa no SN e portam basicamente duas funções: a de determinar/especificar o nome ou de indeterminá-lo.

A grande maioria dos gramáticos desse século parecem seguir as mesmas diretrizes de abordagem dessa classe de palavras. Atentam para a etimologia dos artigos, para a sua tipologia e para as regras de aplicabilidade – usos e não usos, ou usos facultativos – desses itens na língua portuguesa.

Para a tessitura de uma melhor reflexão crítica sobre a maneira particular de como os artigos são trabalhados nas gramáticas do português, consideraram-se os enfoques de autores pertencentes e bastante difundidos no século XX e início do XXI.

O primeiro deles é Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, professor catedrático do antigo Ginásio da Bahia. Famoso por sua erudição e atento cuidado com a língua, Ribeiro Filho publica em 1932 *Elementos de grammatica portugueza*. O capítulo quatro, da quarta parte dessa obra – parte destinada à análise de aspectos da fraseologia – é dedicado ao estudo do emprego dos artigos. Esse autor disponibiliza em nota de rodapé informações etimológicas desses itens e considera, como muitos outros gramáticos da época, o artigo definido como um item “indicativo”, reconhecendo neste um meio analítico para evitar as constantes obscuridades e confusões “a que, com ser engenhoso e sabio, não escapava o latim literário, que não conhecia esse tão simples instrumento de clareza e precisão, conquista preciosa das línguas modernas” (p. 345).

O autor lista uma série de usos que considera “corretos” ou “incorretos” desses itens. Chama a atenção o fato de prescrever a não utilização do artigo quando a intenção do falante for de “tornar manifesta na expressão a energia, rapidez e viveza do pensamento [como em:] ‘capa às costas, breviário nas mãos’” (p. 346) e de recomendar o uso reduplicado dos artigos se houver “intenção de quem falla ou escreve de tornar mais intimativas e emphaticas as qualidades designadas pelos adjectivos [como em:] ‘O distincto e o benemerito parlamentar Rio Branco’” (p. 347).

Nessa obra, a classe dos artigos divide espaço com a dos adjetivos. Os exemplos elencados em suas páginas são todos extraídos de poetas e escritores



da tradição latina ou de expressão reconhecida em Portugal e no Brasil, portanto vistos como detentores da “correta língua” e, conseqüentemente, como modelos a serem seguidos.

Huber (1933), na segunda parte de sua *Gramática do português antigo*, dedicada ao estudo da morfologia, apresenta uma pequena discussão sobre os artigos, no item gênero dos substantivos. O autor faz uma rápida comparação entre o tratamento dado na língua latina e no português ao gênero dos substantivos, enfatizando que aos artigos cabe exclusivamente o papel de especificador dessa flexão, função identificada “já nos textos portugueses mais antigos [em que] o artigo acompanha sempre os substantivos” (p. 161).

Huber segue o princípio etimológico, a exemplo de Ribeiro Filho (1932), e descreve resumidamente a origem das formas dos artigos que são, para ele, na realidade, “demonstrativos enfraquecidos” (HUBER, 1933, p. 162). Em termos tipológicos, além da classificação em definidos e indefinidos, reconhece um outro tipo, o artigo partitivo, e elenca uma série de exemplos para demonstrá-lo, como os extraídos *Do Livro de Alveitaria: com do sall e com do farello, do mell e do sall e do azeite*” (p. 164). Huber não prescreve regras de usos ou de não usos dos artigos, apenas descreve e registra as formas que encontrou desses no português arcaico.

Francisco da Silveira Bueno acompanha, de início, intenções idênticas às de Huber. Em sua obra, sob o título *Gramática normativa da língua portuguesa*, de 1956, voltada para o curso superior, após discorrer sobre as aplicações da crase, o autor abre o tópico *Vestígios das formas arcaicas do artigo*, apresentando um conjunto de vocábulos e, até mesmo, locuções adverbiais antigas em que os artigos se mantiveram. Enquanto em Carneiro Ribeiro (1932), os artigos definidos são descritos como de grande utilidade e importância para a linguagem, “limitando, individuando os nomes”, trazendo às “línguas a concisão e a clareza” (p. 344), Bueno (1956, p. 132) apenas diz que o definido “restringe e individualiza mais que o indefinido”. Em seguida, elenca as “três hipóteses” quanto ao emprego dos artigos: “casos obrigatórios, casos proibitivos e casos facultativos” (BUENO, 1956, p. 132), com exemplos também extraídos de autores consagrados, em sua maioria portugueses, o que reforça o ideário de valorização do modelo lusitano da língua.

O autor ainda parece antever a maior de todas as regras seguidas pelos manuais de redação jornalística quanto ao emprego do artigo indefinido: “o uso frequente do indefinido constitui galicismo e deve ser evitado” (BUENO, 1956, p. 132). Cuesta e Luz (1971, p. 470), nas parcas observações que desenvolvem sobre os artigos indefinidos, vão registrar – acredita-se que pela primeira vez numa gramática – que nas manchetes de jornal ou “cabeçalhos”, como outrora se dizia, “no português do Brasil a tendência é para a omissão do artigo indefinido”.

Manoel Said Ali, em sua *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*, de 1964, é, sem dúvida, um dos precursores de uma análise mais reflexiva da língua, ao levantar algumas considerações sobre alguns dos fatos linguísticos presentes no português. Quando se observa a maneira como aborda os artigos, essa afirmação fica mais clara. Ao contrário de gramáticos anteriores e contemporâneos a esse autor, ele foi um dos primeiros e únicos a reconhecer – já na década de 50, quando escreveu sua gramática – o valor demonstrativo e anafórico dos artigos definidos. Segundo ele, “o substantivo levará artigo se já houver sido mencionado anteriormente” e exemplifica tal afirmação através dos seguintes casos: “a casa foi assaltada por *ladrões*; mas, sendo presentidos, *os ladrões* fugiram” (p. 124).

Said Ali não apenas elenca as regras de utilização ou não dos artigos, mas as justifica, numa clara preocupação com a semântica e o funcionamento desses elementos. Embora também se valha de um cabedal de exemplos recolhidos de obras de renomados literários, esse autor não se contenta em tão somente mostrar os usos, mas em conduzir o leitor à reflexão sobre a língua. Isso se verifica ao longo de toda a sua gramática.

No parágrafo 590, por exemplo, ao abordar o amortecimento que a função demonstrativa dos artigos sofreu ao longo da sua história na língua, Said Ali aponta para as razões desse, embora não completo, esvaecimento semântico e funcional, processado “desde que se tornou um costume o antepor sem grande necessidade a qualquer substantivo os vocábulos *o* ou *a*, tornando-o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo” (p. 123).

Ao contrário dos gramáticos anteriores, Cuesta e Luz (1971, p. 465) não fazem menção à etimologia dos artigos, mas sinalizam que “com os adjectivos possessivos foi-se incrementando na língua desde os tempos mais longínquos” o uso desses elementos. As autoras abordam as regras de uso obrigatório, não obrigatório e facultativo dos artigos com um grande diferencial: atentam para as variações quanto à utilização desses itens no português lusitano e no brasileiro, nas vertentes culta e coloquial, portanto reconhecem as “variantes linguísticas” da língua portuguesa – embora não se valham de tal expressão.

Como anteriormente se observou, tais autoras pouca importância atribuem aos artigos indefinidos, reservando a estes praticamente um único parágrafo no capítulo dedicado aos artigos, com um detalhe: não os mencionam nos exemplos que disponibilizam ao leitor.

Por sua vez, Coutinho (1977), na *Gramática histórica*, tem a atenção voltada para a origem e formação dos artigos no português. Não é de seu interesse apontar ou registrar regras de utilização dessa classe, mas de apresentar um painel completo do que ele acredita ter sido uma “evolução” que as formas dos demonstrativos

latinos *illu* e *illa*, e dos numerais cardinais *uno* e *unos*, sofreram ao longo da história da língua, vindo a se configurar nos artigos definidos e indefinidos, tal como são conhecidos hoje. Isso fica mais fácil de ser observado a partir da percepção de Coutinho (1958, p. 276-277) para o fenômeno.

*illu*>\*elo>lo>o;  
*illa*>\*ela>la>a;  
*illos*>\*elos>los>os;  
*illas*>\*elas>las>as;  
*unu*>ũn>um;  
*uma*>ũa>uma;  
*unos*>ũos>ũus>uns;  
*unas*>ũas>umas.

Mas é com Mateus et al (1983; 1989) e Neves (2000; 2007) – depois de Said Ali (1964) – que se tem a mais extensiva descrição das propriedades semânticas e funcionais dos artigos definidos e indefinidos na língua portuguesa.

Na *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*, publicada em Coimbra, em 1983, Mateus et al apresentam, com argumentação reflexiva consistente e rico cardápio de exemplos, as operações de determinação, individualização, localização, indeterminação – que chamam “não identificadas” –, genericidade e de incidência sobre massivos e conjuntos vazios que envolvem artigos definidos e indefinidos no singular e no plural. Também as construções partitivas e as operações de quantificação e de qualificação determinada e indeterminada, distributiva e não distributiva, absolutas e relativas, com a extração de segmentos singulares e plurais, compreendendo artigos e pronomes demonstrativos e indefinidos no português, recebem por parte das autoras atenção especial.

Elas também sinalizam para o valor referencial dos definidos, nas operações de determinação, encarando-os como “processos de natureza semântico-pragmática” que atuam “na ocorrência de um nominal” (p. 80), embora apenas reconheçam tal valorização como propriedade dependente de “um conjunto-base cuja expressão é definida pelo lexema do nominal, [...] – pela situação e/ou pelo discurso anterior, ou pelo próprio fragmento de discurso em que ocorre a expressão nominal considerada” (p. 81).

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, de 1989, Mateus et al assumem postura ainda mais didático-organizacional e reflexiva. Realizam uma análise detalhada da estrutura interna do SN em português, considerando como especificadores “todos

os elementos que se encontram à esquerda do núcleo e não funcionam como complementos” (p. 189). Nesse bloco agrupam: os *determinantes*, os *quantificadores* e as *expressões qualitativas*.

Ao contrário da postura praticada por outros autores de agrupar, sobre o rótulo de “determinantes”, os artigos e os adjetivos determinativos – demonstrativos, possessivos e indefinidos –, as autoras, conscientes das “propriedades semânticas que diferem entre si grande número desses elementos, o mesmo sucedendo no que respeita às propriedades sintáticas” (MATEUS et al, 1989, p. 189), consideram como determinantes apenas os artigos e os dêiticos – demonstrativos e possessivos. Além disso, tecem uma rica abordagem sobre as propriedades lógico-semânticas dos artigos e também dos elementos dêiticos, quantificadores e das expressões qualificativas com a intenção maior de detalhar ainda mais as particularidades da estrutura interna do SN.

Cunha e Cintra (1985), na *Nova gramática do português contemporâneo*, retomam a linha normativo-tradicionista, realizam as análises gramaticais tomando enunciados – frases, orações – de um extenso elenco de autores da produção literária da língua portuguesa.

Em seu livro *Tradição gramatical e gramática tradicional*, após a feitura de um apanhado das teorias linguísticas que se constituíram no século XX, Mattos e Silva (1996) – no terceiro subtópico do capítulo 3, *Uma ‘nova gramática’ segundo a tradição gramatical*, desenvolve um estudo crítico da gramática de Cunha e Cintra (1985). Segundo essa autora, a *Nova gramática do português contemporâneo* está de acordo com “um dos pressupostos dos estruturalismos contemporâneos, que se restringe à descrição de uma ‘língua particular’, utilizando metodologia de caráter indutivo” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 58).

Cunha e Cintra (1985) ignoram as contribuições de estudos linguísticos do século XX e persistem na taxionomia tradicional das classes gramaticais e dos constituintes sintagmáticos. Ainda conforme Mattos e Silva (1996, p. 63), a *Nova gramática do português contemporâneo*

mantém-se, fundamentalmente, uma gramática de base lexicológica, segundo os moldes greco-latinos. As funções sintáticas são analisadas a partir do “emprego” das palavras e estas são analisadas na sua morfologia. Continua, desse modo, a *Nova Gramática* a privilegiar a tradição, optando por uma taxionomia das classes de palavras que vigora desde o século XVI nas gramáticas da língua portuguesa, apesar de outras existirem, como a mais rigorosa que se encontra na gramática de J. S. Barbosa e dos avanços teóricos quanto a esse aspecto da gramática que a Linguística Moderna vem desenvolvendo.

A definição para artigo, encontrada em Cunha e Cintra (1985) – “palavras que se antepõem aos substantivos para indicar: (a) que se trata de um ser já conhecido do leitor ouvinte”, artigo definido, ou “(b) que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior” (p. 199), artigo indefinido – é de caráter funcional e mostra o valor referencial desses elementos, apesar de, mais adiante na exposição que faz sobre essa classe, afirmar que, “nos nossos dias, o artigo definido, em geral, [seja] um mero designativo” (p. 206) e o indefinido sirva apenas “para a apresentação de um ser ou de um objeto ainda não conhecido do ouvinte ou do leitor” (p. 230).

Essas afirmações não só contrariam, em parte, a definição de artigo dada por Cunha e Cintra, exposta anteriormente, como também o que eles dizem adiante, primeiro sobre os definidos e depois sobre os indefinidos:

É também sensível o valor demonstrativo do artigo que faz evocar o substantivo como algo presente no espírito do locutor ou do ouvinte, situado, portanto, no tempo e no espaço. Sirva de exemplo esta frase: *Pedro foi um ativista desde a Faculdade*. Isto é: aquela Faculdade que os interlocutores sabem qual seja [...]. O artigo indefinido aparece com valor intensivo em certas frases da linguagem coloquial caracterizadas por uma entoação particular: *Ela é de uma candura...* A suspensão final da voz faz subentender um adjetivo denotador de qualidade ou defeito de caráter excepcional. Equivale a dizer-se: *Ela é de uma candura admirável (ou comovente)*. Ressalte-se que a força intensiva do indefinido permite que se complete a estrutura consecutiva: ‘Ela é de uma candura, que comove’. (p. 231).

Os autores partem da explanação das formas simples e combinadas dos artigos, sinalizam comparativamente alguns dos usos desses itens no português europeu e no brasileiro, abordam ainda a etimologia, os valores, os empregos – particulares, genéricos, em expressões de tempo, em expressões de peso e medida e em casos especiais – e as omissões dos definidos e indefinidos, sempre enfatizando as questões de normatividade que a estes se aplicam.

Por tudo isso, Mattos e Silva (1996) não exagerou ao refletir sobre o valor da palavra *Nova* – que intitula a gramática de Cunha e Cintra (1985) e muitas outras do final da segunda metade do século XX –, quando disse ser “hoje muito freqüente encontrarem-se gramáticas do português, que seguem o modelo tradicional, adjetivadas não só como *novas*, mas *novíssimas* ou *modernas* (p. 32).

É o que se verifica também na *Moderna Gramática Brasileira*, de 1989, de Celso Pedro Luft. Nela, os artigos aparecem no capítulo destinado aos pronomes. Esse autor apresenta em menos de uma página apenas a definição e a classifi-

cação dos artigos. Ele considera o definido como pronome de “valor demonstrativo extremamente atenuado, servindo apenas para indicar que nos referimos a um ser determinado, ou à sua espécie” e o indefinido, correspondente ao “pronome indefinido UM, de valor pronominal atenuado: ‘apenas indica tratar-se de qualquer ser da espécie’” (p. 120).

Também no ano de 1989, é publicada a 36<sup>ff</sup> edição da *Gramática metodológica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida. O décimo terceiro capítulo dessa obra concentra a exposição do autor sobre a classe dos artigos. Exposição em que faz um passeio histórico-descritivo pela origem dos artigos – no português, no italiano, no francês e no espanhol – e pelo registro de algumas das formas antigas mais encontradas desses itens na língua portuguesa. Em seguida, relaciona as regras para se evitar “erro” quanto ao uso dos definidos e indefinidos, atenta para questões estilísticas e até apela para que o usuário da língua se valha “do ouvido ou do sentido”, que a expressão possa ter/causar, para que o emprego dos artigos, em determinados casos, possa ser regulado. Portanto, em quase nada esse gramático se diferencia dos demais nesse aspecto.

Os anos 90, última década do século XX, foram marcados pela publicação de gramáticas que mais funcionavam como manuais gramaticais, que resumidamente ditavam as regras do “bom falar e do bom escrever”. Gramáticas/manuais que, inclusive, têm sido relançadas, após passarem por revisões mais que superficiais, nos primeiros anos do século XXI. Em geral, obras seguidas de exercícios gramaticais e de uma coletânea de questões extraídas dos principais concursos vestibulares das universidades brasileiras, sobretudo das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Extremamente normativistas não têm preocupação outra – com poucas exceções – do que apontar o “certo” e o “errado” no uso da língua, funcionando como manuais escolares para estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, ou para pessoas interessadas em prestar concurso.

Enquadram-se nessa perspectiva, entre outras, a *Gramática essencial*, de Nicola e Infante (1997), a *Gramática*, de Faraco e Moura (1998; 2003), a *Gramática essencial ilustrada*, de Sacconi (1999), *Estudos de gramática*, de Giacomozzi et al (1999) e a *Gramática em 44 lições*, de Savioli (2002).

No que concerne à abordagem dos artigos, em nenhum momento se menciona seu valor demonstrativo ou referenciativo, no entanto todas apresentam somente e quase na mesma ordem: o conceito, a classificação e as normas de uso obrigatório. Nessas obras ainda, em geral, a classe dos artigos é apresentada entre a dos adjetivos e a dos numerais, obedecendo, ao que se indica, a uma arrumação comum e adotada por esses e pela maioria dos gramáticos da última década do século XX.

Linha semelhante parece seguir a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (1997); registrem-se, no entanto, duas ressalvas: a primeira é que ela dispensa os exercícios e a segunda é que economiza no registro das regras, prendendo-se à questão da distinção entre ‘definido’ e ‘indefinido’. O autor ainda convida o leitor à pesquisa: “Com respeito à idéia de determinação e indeterminação atribuída generalizadamente aos artigos, vale a pena ler nota de Amado Alonso<sup>1</sup>, que figura como apêndice à citada gramática castelhana (p. 221-222)”.

Evânildo Bechara, na sua *Moderna gramática portuguesa*, de 1999, descreve os usos dos artigos no português, fornece os casos prescritos pela norma culta de presença, de omissão e de utilização facultativa desses itens, e, embora sem um delineamento mais apurado, acena para o valor dos definidos no plano anafórico.

Em geral, os estudos dos artigos nas gramáticas e nos manuais gramaticais do século XX e início do XXI, de acordo com o que se pode observar de tudo que foi discutido até aqui, consideram apenas as características de definitude e de indefinitude dos artigos. A menção ao potencial ou valor referencial recebe somente o registro em algumas das obras, sem uma explanação mais consistente ou aprofundada.

O estudo que, em verdade, mais contribui para uma abordagem dos valores dos artigos – ensaiado anteriormente por Mateus et al (1983, 1989) – é o de Neves (2000), sob uma perspectiva funcionalista. Embora também discorra extensamente sobre as aplicações da determinação e da indeterminação no português, das regras de uso obrigatório, não-obrigatório e facultativo dos artigos, a autora enceta que os artigos, especialmente os definidos, consistem em palavras referenciais que atuam diretamente na “relação semântico-textual”.

Assim como os pronomes pessoais de terceira pessoa, os pronomes possessivos e os pronomes demonstrativos, Neves afirma que os artigos têm participação ativa na referenciação textual endofórica, “isto é, fazem referência a elementos que estão dentro do texto [...]. Quando a referência é feita a algum elemento que está na porção anterior do texto, ocorre a anáfora [...]. Quando a referência aponta para frente no texto, ocorre a catáfora [...]” (p. 390).

A autora especifica a função da referenciação no uso da linguagem, considerando a interlocução e a remissão textual, portando o discurso e o texto, as principais áreas beneficiadas pelos princípios referencialivos que atuam na manutenção da coerência e no estabelecimento da coesão. É na interlocução, segundo especifica Neves, que elementos como os pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa e os pronomes de tratamento respondem pelo estabelecimento das relações

---

<sup>1</sup> ALONSO, Amado; HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro (1943). *Gramática castelhana*. 4 ed. v 1. Buenos Aires: Losada.

“exofóricas, isto é, que fazem referência a elementos que estão fora do texto, ou seja, na situação de discurso” (p. 389-390).

Por tudo isso, a *Gramática de usos do português*, de Neves, é uma obra que merece atenção pelas considerações que apresenta no campo da referenciação situacional e textual, não só por envolver a participação e o valor dos artigos, mas também das demais palavras fóricas existentes no português e trabalhadas pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos têm sido abordados nos últimos anos, graças ao número cada vez maior de estudos linguísticos contemporâneos sobre a língua portuguesa, como elementos detentores de reconhecido valor semântico e funcional, algo que transcende a ótica normativista gramatical e põe em evidência a importância dessa classe de palavras nos processos de estabelecimento e operacionalidade da coerência e da coesão textuais, embora a maioria dos gramáticos dos séculos XX e XXI não contemple tal perspectiva, prendendo-se à descrição puramente normativa dessa classe. Os artigos, ao contrário do que muitos estudiosos expõem, não surgiram, mas foram fruto de um processo de desenvolvimento de itens já presentes na língua. Eles não apareceram do nada, ou de repente no português, como demonstra a trajetória desses elementos na vertente latina. Pode-se afirmar, portanto, que eles já existiam no latim tardio, donde passaram à língua portuguesa. Este texto, por sua vez, não pretende esgotar a discussão, apenas oferecer mais substância ao entendimento do trajeto e da importância desses itens na língua.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1989). *Gramática metódica da língua portuguesa*. 36. ed. São Paulo: Saraiva.

AUROUX, Sylvain (1988). O nascimento da metalinguagem. O fato da gramatização. In: *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: UNICAMP. p. 11-63.

BARBOSA, Jeronymo Soares (1885). *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

BARROS, João de (1971). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo da viciosa vergonha*. Ed. crítica de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, Lisboa.



- BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BUENO, Francisco da Silveira (1956). *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa de Duarte Nunes de Leão*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso (1985). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CASTRO, Ivo (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1977). *Gramática histórica*. 7 ed. revista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S. A.
- COUTINHO, Ismael Lima (1958). *Pontos de gramática histórica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CUESTA, Pilar Vazquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto (2003). *Gramática*. 19 ed. São Paulo: Ática.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto (1998). *Gramática*. São Paulo: Ática.
- FERREIRA, José de Azevedo (1987). *Afonso X – Foro Real: edição e estudo lingüístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães (1981). *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- GIACOMOZZI, Gílio; VALÉRIO, Gildete; FENGA, Cláudia Reda (1999). *Estudos de gramática*. São Paulo: FTD.
- HALL JR., Robert Anderson (1974). *External History of the Romance Languages*. New York: Elsevier.
- HERMAN, Joseph (1975). *Le latin vulgaire*. Paris: P.U.F.
- HUBER, Joseph (1993). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria (1972). *Manual de lingüística românica*. Revisión, reelaboración parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Editorial Gredos.
- LAPESA, Rafael (1986 [1942]). *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos.

- LEÃO, Duarte Nunes de (1983). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. (Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalho Buescu). Lisboa: IN-CM.
- LUFT, Celso Pedro (1989). *Moderna gramática brasileira*. 9 ed. São Paulo: Globo.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub (1989). *Gramática da língua portuguesa*. 2 ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub (1983). *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1996). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 3 ed. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1988). Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo: EDUC, v. 4. p. 85-113.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2007). A referência e sua expressão. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Pontes Editores.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses (1997). *Gramática Essencial*. São Paulo: Scipione.
- OLIVEIRA, Fernão d'. (1975[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- POGGIO, Rosauta (1996). *Introdução ao estudo do latim II*. Salvador: EDUFBA.
- RIBEIRO FILHO, Ernesto Carneiro (1932). *Elementos de grammatica portugueza*. 7 ed. Bahia: Livraria e Papelaria Catilina.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1997). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 34 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SACCONI, Luiz Antônio (1999). *Gramática essencial ilustrada*. 26 ed. São Paulo: Atual.
- SAID ALI, Manoel (1964). *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

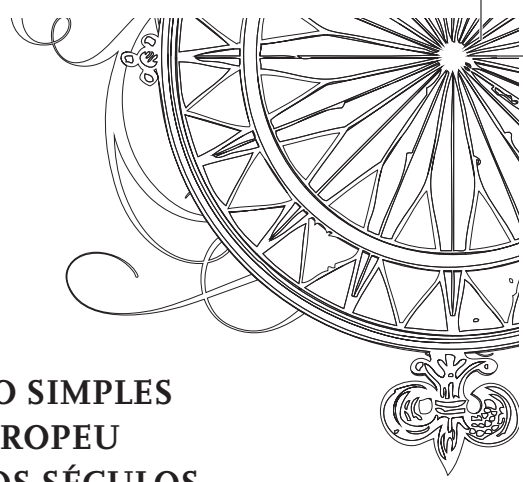
SAPIR, Edward (1954 [1921]). *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: INL.

SAVIOLI, Francisco Platão (2002). *Gramática em 44 lições*. São Paulo: Ática.

TARALLO, Fernando (1990). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

WARTBURG, Walther von (1951). *Problemas y metodos de la lingüística*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

WEEDWOOD, Bárbara (2005). *História concisa da lingüística*. 4 ed. São Paulo: Parábola.



# O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES E COMPOSTO NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XVII AO XIX

Joalêde Gonçalves Bandeira  
(Universidade Salvador – Unifacs)

## INTRODUÇÃO

No português contemporâneo, falado e escrito, nota-se que é frequente o emprego do mais-que-perfeito composto, enquanto que o emprego do mais-que-perfeito simples é praticamente reservado a textos formais ou literários.

Este trabalho tem como foco o estudo do pretérito mais-que-perfeito simples do modo indicativo no português brasileiro (PB) nos séculos XVII, XVIII e XIX, objetivando: 1) analisar o emprego do referido tempo verbal no português brasileiro, em confronto com o português europeu (PE), e 2) detectar, se possível, contextos linguísticos propícios ao emprego do mais-que-perfeito simples.

## O PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO SIMPLES: O QUE CONSTA NAS GRAMÁTICAS

Huber, em sua *Gramática histórica do português antigo*, editada originalmente em 1933, afirma que a língua portuguesa conservou do latim as formas verbais do infinitivo, do gerúndio, do particípio (presente e passado), o indicativo nos seus tempos presente, pretérito imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito, o subjuntivo presente e o imperativo. Sobre o mais-que-perfeito, o mesmo autor nos diz que “o mais-que-perfeito simples tem, em geral, o significado do mais-que-perfeito latino, isto é, indicando uma ação que se concluiu antes de outra também no passado” (HUBER, 1986, p. 251).

Dias (1959, p. 107) afirma que o pretérito mais-que-perfeito simples serve para exprimir uma ação passada, em relação a uma outra ação que se realizou ou se realizava e que, em orações subordinadas, pode estar relacionado com um presente de uma oração subordinante, quando esse presente tem o sentido de pretérito.

Said Ali (1971, p. 315) afirma que “quando queremos significar que certo fato ocorreu antes de outro fato passado, damos ao competente verbo a forma do mais-que-perfeito”. O mesmo autor faz referência à similaridade das terminações *-aram, -eram, -iram* com as do pretérito perfeito, mas explica que a ambiguidade é desfeita através do contexto. Para isso, orienta que seja usada, em lugar do pretérito mais-que-perfeito simples, a combinação “*tinham + particípio do pretérito*”, ou seja, a forma composta.

Entre os gramáticos contemporâneos, Cegalla (1984, p.162) apenas indica a existência dos três pretéritos e exemplifica a distinção entre eles, através de frases:

Ele *trancava* a porta (Imperfeito)

Ele *trancou* a porta (Perfeito)

Quando cheguei, ele já *trancara* a porta (Pretérito mais-que-perfeito simples)

Almeida (1999, p. 229), por sua vez, ratifica a postura dos gramáticos que afirmam que o pretérito mais-que-perfeito é o “passado do passado”; propõe, também, a distinção entre os três pretéritos e, para especificar o pretérito mais-que-perfeito, utiliza o seguinte exemplo:

Ele *saiu* quando eu entrei.

O conceito de “passado do passado” também é ratificado por Cunha (1975, p. 436) e, posteriormente, por Cunha e Cintra (2001, p. 456). Para comprovar essa afirmação, utilizam os seguintes exemplos:

Foi ao gabinete do marido, que já *devorara* cinco ou seis jornais, *escrevera* dez cartas e retificava a posição de alguns livros na estante. (Machado de Assis, OC, I, 721.) (CUNHA, 1975, p. 436)

O monólogo *tornara-se* tão fastidioso que o Barbaças desinteressou-se. (Fernando Namora, Tj. 193.) (CUNHA; CINTRA, 2001, p.456).

Com esses exemplos, os autores mostram que o pretérito mais-que-perfeito “indica uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada”, afirmando ser esse o “valor normal” do mencionado tempo verbal (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 457). Entretanto, é perceptível que essas definições de cunho exclusivamente gramatical

sobre o pretérito mais-que-perfeito focam apenas a noção de tempo expressa pela forma verbal: uma situação passada ocorrida antes de outra também passada, o que, entretanto, não é suficiente para explicar o funcionamento do pretérito mais-que-perfeito em textos de registros diversos.

## A INTERPRETAÇÃO DOS TEMPOS VERBAIS: UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Embora o conceito de “tempo” tenha sido alvo de discussão desde os gregos, foi Reinchenbach (1948) quem primeiro formalizou uma interpretação temporal para as línguas naturais. Citado por Côroa (1985, p. 21), esse autor definiu três pontos teóricos na linha do tempo: o que marca o momento da fala (MF), o que assinala o momento em que transcorre o evento (ME) e o que é ponto referencial (MR) para os dois primeiros. Segundo Ilari (2001, p.13), essa concepção de Reinchenbach está bem próxima das intuições do falante e se aplica bem ao português, fato que também já havia sido constatado por Jerônimo Soares Barbosa, um dos mais importantes gramáticos da língua portuguesa, que viveu no final do século XVIII, ao indicar a necessidade de correlacionar cronologicamente três momentos distintos, para a compreensão do pretérito mais-que-perfeito:

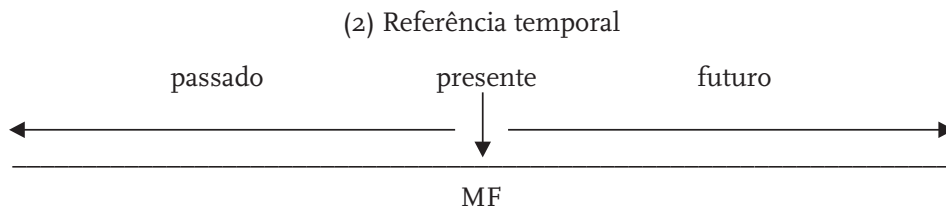
Este pretérito nota uma existência não só passada, como o pretérito imperfeito, e não só passada e acabada indeterminadamente, como o pretérito absoluto, e não só passada e acabada relativamente à época atual, como o presente perfeito; mas passada e acabada relativamente a outra época também passada, mas há mais tempo, e marcada ou por um tempo determinado, ou por um fato, quer expresso, quer subentendido, como quando digo: *ontem, ao meio dia, tinha eu acabado esta obra*; onde meio-dia é a época a respeito da qual, e antes dela era já passada e acabada a obra. E quando digo: *eu tinha saído quando ele entrou*; a entrada é também uma época pretérita a respeito da presente em que estou falando. Mas, minha saída não só é anterior e passada, mas ainda concluída e acabada a respeito da dita entrada. (BARBOSA, 1830, p.150)

Pode-se observar que essa descrição de Barbosa corresponde perfeitamente à fórmula apresentada por Reinchenbach:

$$(1) ME \rightarrow MR \rightarrow MF$$

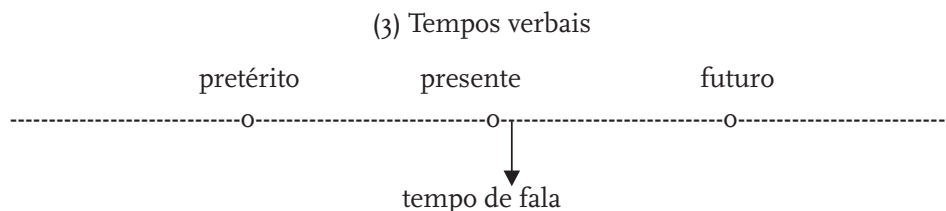
Desse modo, o tempo verbal exprime a experiência de tempo, representando situações (estados, processos e ações) nas referências temporais – presente,

passado e futuro, que são analisadas a partir do momento da fala. A partir deste ponto de referência, podem-se localizar os fatos à esquerda ou à direita, conforme representação abaixo:



Caso uma língua tenha uma categoria gramatical para expressar uma referência temporal, de acordo com Comrie (1990, p. 37), esta língua tem um tempo verbal. Convém considerar também que há línguas que não têm esta referência, expressando o tempo através de marcas adverbiais ou até pelo contexto linguístico. Como explica a autora, Givón (1984) considera o termo “tense” um modo de construção do tempo como uma sucessão de pontos, cada um ocupando posição fixa na ordem linear. Esses pontos se interrelacionam, de modo que o tempo da fala funciona como uma referência universal.

Podem-se representar os tempos verbais da seguinte maneira:

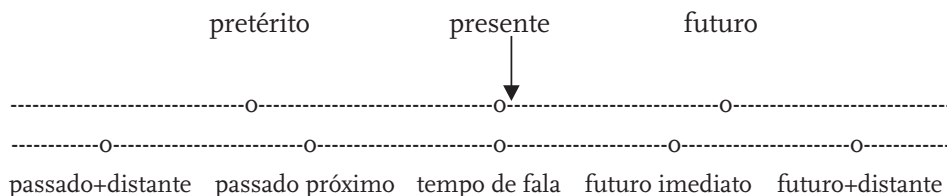


Sobre os tempos verbais do português, Mateus et al (2003, p.104) afirma:

[...] no Português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas, a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento de enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros.

Partindo desta interpretação, observa-se que nem todos os tempos verbais são analisados exclusivamente a partir do tempo da fala, podendo, desta maneira, ser relativizados, considerando-se o enunciado.

#### (4) *Continuum* do tempo<sup>1</sup>



As relações temporais estabelecidas pelas formas verbais no enunciado podem ser classificadas de três formas: tempo absoluto, relativo e relativo-absoluto.

As teorias do tempo absoluto, baseadas em Newton e Galileu, postulam que o tempo “flui sem relação com qualquer coisa externa a ele”. O momento presente é o ponto de referência, e também parte de seu sentido (CÔROA, 1985, p. 27).

No tempo verbal relativo, o ponto de referência é dado pelo contexto linguístico. Comrie (1990, p. 58) considera que “tudo que é requerido para tempos verbais relativos é a identificação de um ponto de referência compatível com o contexto dado”, conceito ratificado por Côroa (1985, p. 30) ao afirmar que o tempo pode ser definido, mas não determinado, pois depende do referencial que se tome.

Por sua vez, o tempo relativo-absoluto é vinculado ao tempo da fala. Coan (2003, p. 45), tomando por base os pressupostos de Comrie (1990), afirma que o pretérito mais-que-perfeito é classificado como um tempo relativo-absoluto, pois resulta de sua conjugação com um outro tempo passado vinculado ao tempo de fala.

## METODOLOGIA

Objetivando analisar e descrever o uso do pretérito mais-que-perfeito simples e composto, foi efetuada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, no sentido de se obterem subsídios para a análise a ser elaborada a partir dos dados detectados nos documentos discriminados nas tabelas 2 e 3 abaixo. Uma vez realizada a referida pesquisa, partiu-se para a coleta de dados e para a sua classificação.

<sup>1</sup> Baseado em COAN (2003).



## O CORPUS

O *corpus* é utilizado para validar resultados de uma pesquisa. Como explica Bidermann (2001, p. 79), “*corpus* constitui um conjunto homogêneo de amostras da língua de qualquer tipo (oral, escrita, literária, coloquial, etc.)”. Dessa forma, optou-se por escolher, para análise da língua escrita, textos do gênero epistolar, do Brasil e de Portugal, no sentido de detectar, se possível, o período em que decresce o uso do pretérito mais-que-perfeito simples e se há uma substituição pela forma composta e, ainda, se este fenômeno também é comum no português europeu. Assim, a fim de montar uma amostra realmente representativa dos séculos XVII, XVIII e XIX, foram escolhidas cartas escritas por portugueses e brasileiros, conforme especificado nas tabelas 1 e 2, a seguir:

SÉCULO	PORTUGAL	QTD. CARTAS	QTD. LINHAS
XVII	Cartas familiares de D. Francisco Manuel de Melo	96	3.593
XVIII	Cartas de Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira).	38	3.432
XIX	Cartas de Ortigão Ramalho	35	1.713
	Correspondência de Eça de Queiroz	31	1.309
TOTAL		200	10.047

Tabela 1: *Corpus* utilizado para estudo do português europeu

SÉCULO	BRASIL	QTD. CARTAS	QTD. LINHAS
XVII	Cartas da Bahia – Vieira	114	1.139
	Cartas do Maranhão	12	2.130
XVIII	Cartas baianas setecentistas	126	3.133
XIX	Epistolário de Machado de Assis	161	3.032
TOTAL		413	9.434

Tabela 2: *Corpus* utilizado para estudo do português brasileiro

Para a escolha de um *corpus*, conforme Oliveira (2001), é preciso considerar-se a representatividade das amostras selecionadas. Assim, os textos a serem incluídos em um *corpus* representativo do PB e PE devem, entre outras características, ser: autênticos, refletindo a língua em uso; produzidos por falantes nativos da língua, ou seja, brasileiros e portugueses; produzidos em diferentes regiões do país, para representar a variedade regional de forma abrangente; selecionados de forma não aleatória, tendo conteúdo diverso, visando representar a maior variedade possível

de ações sociais. Essas características foram atendidas pelo *corpus* em questão, do qual foram extraídas transcrições do PB e do PE contemporâneo.

## ANÁLISE DOS DADOS

### Ocorrências

Após a coleta das estruturas com o tempo verbal mais-que-perfeito simples e composto, partiu-se para a análise do seu emprego nos textos que compunham o *corpus*. Foram detectadas 183 ocorrências no PE e 244 no PB, conforme pode ser visualizado nas tabelas 3 e 4 e nos gráficos 1 e 2, que lhes correspondem:

#### Portugal

SÉCULO	PORTUGAL	PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO			
		SIMPLES		COMPOSTO	
		Qt.	%	Qt.	%
XVII	Cartas familiares de D. Francisco Manuel de Melo	141	77,0%	16	14,7%
XVIII	Cartas de Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira)	27	14,8%	68	62,4%
XIX	Cartas de Ortigão Ramalho	9	4,9%	22	20,2%
	Cartas de Eça de Queiroz	6	3,3%	3	2,8%
TOTAL		183	62,7%	109	37,3%

Tabela 3: Uso do pretérito mais-que-perfeito simples e composto no *corpus* do português europeu

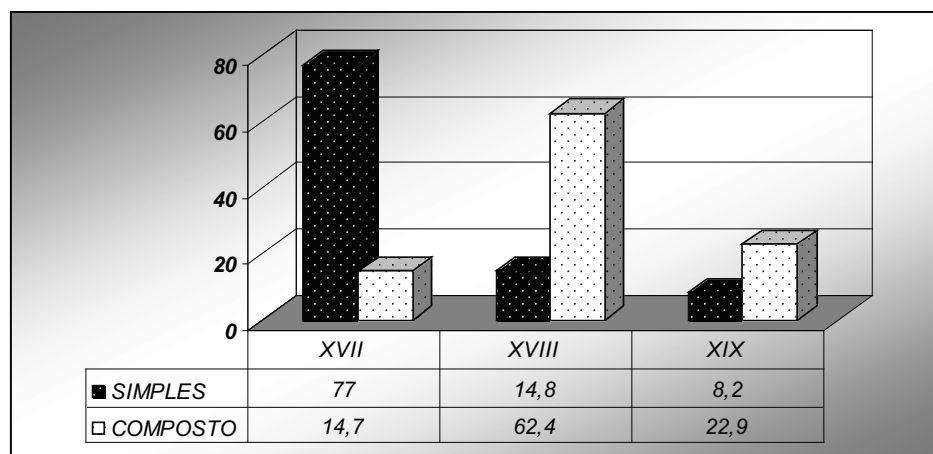


Gráfico 1: Ocorrências do pretérito mais-que-perfeito nos textos do PE

Como se pode observar, nos textos do português europeu, no século XVII o uso do mais-que-perfeito simples é bastante significativo, enquanto o do mais-que-perfeito composto ainda é pouco representativo. Se, no século XVII, se tem 77,0% do tempo simples e 14,7% do composto, no século XIX, tem-se 8,2% de uso do tempo simples e 22,9% do tempo composto.

Cabe destacar que, no século XIX, os escritores portugueses Ortigão Ramalho e Eça de Queirós apresentam um comportamento inverso no que se refere à preferência pelo emprego do tempo simples ou composto (cf. tabela 3).

Ao serem observadas as ocorrências desse tempo verbal, em seu conjunto, nos documentos do português europeu, verifica-se a tendência à diminuição do uso do pretérito mais-que-perfeito (cf. tabela 3).

### Brasil

SÉCULO	BRASIL	PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO			
		SIMPLES		COMPOSTO	
		Qt.	%	Qt.	%
XVII	Cartas do Padre Antônio Vieira	158	64,8%	69	72,6%
XVIII	Cartas baianas setecentistas	50	20,5%	18	18,9%
XIX	Epistolário de Machado de Assis	36	14,8%	8	8,4%
TOTAL		244	72,0%	95	28,0%

Tabela 4: uso do pretérito mais-que-perfeito simples e composto no corpus do português do Brasil

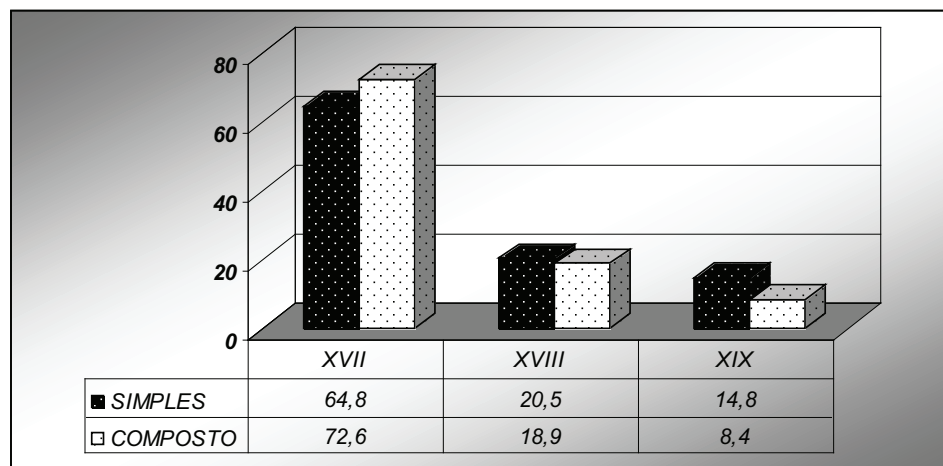


Gráfico 2: Ocorrências do pretérito mais-que-perfeito nos textos do PB

Nos textos do português brasileiro, como se pode verificar na tabela 4, só no século XVII percebe-se um menor uso do mais-que-perfeito simples, em relação ao composto, o que permite a hipótese de que a preferência pelo emprego do mais-que-perfeito composto tenha ocorrido primeiramente em Portugal.

Pela análise do gráfico 2, é possível notar que, a partir do século XIX, o número total de ocorrências do pretérito mais-que-perfeito, quer simples quer composto, já é bem menor, o que parece indicar ter-se tornado este tempo verbal menos usado nesse século.

## Buscando condicionadores

Para detectar possíveis contextos favorecedores do emprego do mais-que-perfeito simples, foi analisado o tipo de oração em que esse tempo verbal foi empregado, assim como a equivalência do tempo verbal em estudo, visando comparar as possíveis diferenças entre o PE e o PB quanto ao emprego do mencionado tempo verbal.

### *Tipos de oração*

A classificação das orações está de acordo com a proposta da gramática tradicional. Como nem todos os tipos de orações ocorreram, serão analisados apenas os resultados positivos da quantificação. Os resultados estão dispostos nas tabelas 5 e 6:

CARTAS QT.		ORAÇÃO PRINCIPAL COORDENAÇÃO		PERÍODO COMPOSTO			
				SUBORDINAÇÃO			
		%	Qt.	%	Qt.	%	
PORTUGAL	D. Francisco Manuel de Melo	4	33,3	0	0	8	66,7
	Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira)	7	14,9	2	4,3	38	80,9
	Ortigão Ramalho	2	18,2	0	0	9	81,8
	Eça de Queiroz	1	16,7	0	0	5	83,3
BRASIL	Padre Antônio Vieira	22	19,1	5	4,3	88	76,5
	Cartas baianas setecentistas	5	9,4	8	15,1	40	75,5
	Epistolário de Machado de Assis	12	37,5	3	9,4	17	53,1

Tabela 5: Análise do emprego do pretérito mais-que-perfeito simples em orações principais, coordenadas e subordinadas no *corpus* consultado.

Como se pode observar, o emprego do mais-que-perfeito simples é mais frequente em orações subordinadas, o que parece indicar ser esse ambiente propício à ocorrência do referido tempo verbal.

CARTAS SUBSTANTIVAS		ORAÇÕES SUBORDINADAS		
		ADVERBIAIS	ADJETIVAS	
PORTUGAL	D. Francisco Manuel de Melo	3	1	4
	Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira)	11	1	26
	Ortigão Ramalho	2	2	6
	Eça de Queiroz	3	0	2
BRASIL	Padre Antônio Vieira	27	30	31
	Cartas baianas setecentistas	9	2	29
	Epistolário de Machado de Assis	9	3	5
TOTAL		64	39	103

Tabela 6: Relação entre os tipos de orações e a frequência de emprego do mais-que-perfeito simples no PE e PB.

Levando-se em conta os números apresentados acima, tanto no PE quanto no PB nota-se que, dentre as orações subordinadas, as orações adjetivas (50% das ocorrências) são as que mais favorecem o emprego do pretérito mais-que-perfeito simples, seguida das substantivas (31,1%) e a menor incidência ocorre com as adverbiais (18,9%).

### *As funções do pretérito mais-que-perfeito*

Como dito anteriormente, o pretérito mais-que-perfeito é um tempo derivado da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito, de referência passada, situado no *continuum* apresentado, à esquerda do tempo da fala. Esse tempo verbal é descrito, de forma canônica, como o tempo que situa o momento do evento antes do momento de referência, por sua vez anterior ao momento da fala, ou seja, “é o passado do passado”. Entretanto é sabido que há outros valores desempenhados pelo mais-que-perfeito, conforme será demonstrado a seguir:

#### *Portugal*

Na análise do *corpus* do português europeu detectou-se que o pretérito mais-que-perfeito simples (IdPt3S) equivale aos seguintes tempos verbais: pretérito mais-que-perfeito composto (IdPt3C), futuro do pretérito do indicativo (IdFt2), futuro do pretérito do indicativo composto (IdFt2C), presente do subjuntivo (SbPr), pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (SbPt3) e pretérito imperfeito do subjuntivo (SbPt1), conforme tabela e exemplos a seguir.

Dentre estes, a maior quantidade de ocorrências refere-se ao valor do mais-que-perfeito composto com 73 ocorrências.

AUTOR/SÉCULO	EQUIVALÊNCIA						
	IdPt3C	IdFt2S	IdFt2C	SbPr	SbPt3	SbPt1	TOTAL
D. Francisco Manuel de Melo (CFM) – Século XVII	45	47	16	1	10	22	141
Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira) (CCO) – Século XVIII	13	13	0	0	0	1	27
Ortigão Ramalho – (COR) – Século XIX	9	0	0	0	0	0	9
Correspondência de Eça de Queirós (CEQ) – Século XIX	6	0	0	0	0	0	6
TOTAL	73	60	16	1	10	23	183

Tabela 7: Equivalência do pretérito mais-que-perfeito simples (IdPt3S) a outros tempos verbais na correspondência dos autores portugueses

Como se pode observar, o pretérito mais-que-perfeito simples (IdPt3S) ocorre:

- a. equivalendo ao pretérito mais-que-perfeito composto do Indicativo (IdPt3C):
  1. Digo-o tão cruamente, porque não falta quem diga que a noiva FÔRA melhor para noivo, o noivo para noiva, e, ambos peor, como dizia o Moreno. (CFM 52 – linha 1668) [**tinha sido**]
  2. Veio muito de asa caída, e parece-me que anda fazendo aqui carrapato. Já ouvi que QUISERA fazer um calvário, porém não me lembra a razão por que deixou de pregar o calote. Que bela tradução será a do italiano? (CCO 04 – linha 312) [**tinha querido**]
  3. Leu a Holanda toda, discutiu alguns pontos e disse-me que era um livro que fazia honra a uma nação, a mais bela obra que ultimamente se PRODUZIRA em Portugal e na qual o talento se reunia à mais exemplar probidade de artista e de cidadão. (COR 063 – linha 235) [**tinha produzido**]
  4. Tenho andado com um tal período de estupidez que não só não te pude mandar um bocado de prosa bem confeccionada – mas nem tive a coragem de te anunciar um plano de trabalho que me LEMBRARA para a Província. (CEQ 007 – linha 183) [**tinha lembrado**]
- b. com o valor de futuro do pretérito do indicativo (IdFt2):
  5. Desculpa-se em nossa fraqueza esta omissão; porque, medindo-se com o que somos o que havemos de ser, parece que nenhum de nós ACEITARA o ser que temos, se conheceria sua fragilidade. (CFM 93 – linha 2929) [**aceitaria**]

6. Eu bem QUISERA ter feito a canção, porém digo a V. S. que a fez o dito Matanásio na língua grega, e que ele mesmo a traduziu em francês da forma que eu a repeti a Sílvia. (CCO 15 – linha 1726) [**quereria**]
- c. com o valor de presente do subjuntivo (SbPr):
7. Tenho observado vai o meu negócio acima tão perdido enfim, como meu. E suposto que da altura muito PUDERA confiar, a minha fortuna me faz temer não menos. (CFM 61 – linha 2030) [**possa**]
- d. com o valor de pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (SbPt3):
8. Êste último papel de V. S. que, escrito ontem segunda-feira, hoje terça bem tarde recebo, me admirou e entristeceu, como se de repente me TOMARA, e não foi assi. (CFM 004 – linha 276) [**tivesse tomado**]
- e. com o valor de pretérito imperfeito do subjuntivo (SbPtt):
9. Eu estava de fio seco para escrever uma carta muito grande a meu vizinho, a modo de Padre da Doutrina; mas veio logo a ser isto neste tempo, em que, como se não ESTIVERA bem preso, me tornam a prender de novo. (CFM 75 - Linha 2328) [**estivesse**]
10. Se eu TIVERA pareceres para imprimir, confesso-vos que também seria da mesma opinião. Deixar porém de imprimir no papel os pareceres que por esse meio se podem imprimir no coração dos homens não seria acertado, por mais certo que fosse o parecer de Sócrates. (CCO 12 – Linha 1514) [**tivesse**]
- f. com o valor de futuro do pretérito composto (IdFt2C):
11. Não FORA ele repertório verdadeiro, se não fizera os tempos mentirosos. Sou como os astrólogos, como herege convertido, que depois de católico pasma de ver o que creu antes. (CFM 13 – linha 494) [**teria sido**]

Como se pode verificar, a partir do século XVIII, o uso do pretérito mais-que-perfeito equivalendo a outros tempos verbais decresce.

Quanto ao pretérito mais-que-perfeito composto (IdPt3C), este equivale sempre ao simples, com exceção a Cavaleiro de Oliveira (século XVIII), autor que também se destaca quanto ao número de ocorrências (58), como pode ser visto na tabela 8 e exemplos abaixo.

AUTOR/ SÉCULO	EQUIVALÊNCIA			
	IdPt3C	IdFt2S	SbPt1	TOTAL
D. Francisco Manuel de Melo (CFM) – Século XVII	21	0	0	21
Cavaleiro de Oliveira (Francisco Xavier de Oliveira) (CCO) – Século XVIII	55	2	1	58
Ortigão Ramalho – (COR) – Século XIX	9	0	0	9
Correspondência de Eça de Queirós (CEQ) – Século XIX	3	0	0	3
TOTAL	88	2	1	91

Tabela 8: Ocorrências do pretérito mais-que-perfeito composto (IdPt3C) e sua equivalência a outros tempos verbais na correspondência dos autores portugueses

Como se pode observar, o pretérito mais-que-perfeito composto (IdPt3C) ocorre:

- a. equivalendo ao mais-que-perfeito simples do indicativo (IdPt3S):
  12. De 25 de janeiro dêste ano, é a primeira que recebi de V. M. dêsse Estados; que eu já, como pude, HAVIA SOLICITADO, escrevendo outra, que há dias remeti a V. M. por via do N. (CFM53 – linha 1676) [**solicitara**]
  13. Continuando ele a bater mato, perguntou a sua mulher de que procediam os alaridos que TINHA OUVIDO. Sua mulher lhe respondeu que estava sonhando, e o marido, crente que dormia, voltou para o gabinete como aqueles que quando vêm buscar lã os mandam tosquiados. (CCO 04 – linha 393) [**ouvira**]
  14. Matei cinco galinhas do mar e um pato bravo. Apesar de haver 14 anos (quem tal diria!) que eu não caçava, não errei um tiro, e quando vim para o almoço TINHA EMPREGADO optimamente as minhas seis cargas. (COR 001 – linha 25) [**empregara**]
  15. O Ramalho já, dias antes, me TINHA ESCRITO que um diabo que assinava Viriato com h fazia na Revue um esboço do estado presente do romance português, com singular finura crítica. (CEQ 001 – linha 008) [**escrevera**]
- b. equivalendo ao futuro do pretérito do indicativo (IdFt2):



16. Corina, que se sabia bastante bela para comunicar ao amante os movimentos que sentia, lhe disse: Que se alguma feiticeira lhe tinha passado as lãs duma à outra parte do corpo, então outra formosura lhe TINHA ROUBADO o coração, mostrando que se inclinava mais a crer na segunda causa do que na primeira. (CCO 10 – linha 1275) [roubaria]
- c. equivalendo ao pretérito imperfeito do subjuntivo (SbPt):
17. Estamos em outros pontos, minha Senhora. – Ainda que eu corresse Ceca e Meca e Olivais de Santarém, não seria possível cair sem que TINHA CAÍDO à perna da formosura, tendo-lhe pegado uma vez pelos calcanhares. (CCO 04 – linha 428) [caísse]

Como se pode verificar, a partir do século XVIII, o uso do pretérito mais-que-perfeito equivalendo a outros tempos verbais decresce.

### *Brasil*

Nas cartas do português brasileiro, o pretérito mais-que-perfeito simples (244 ocorrências) é mais utilizado do que o composto (69 ocorrências). Como quase em todos os textos, em suas 95 ocorrências, o pretérito mais-que-perfeito composto equivale ao pretérito mais-que-perfeito simples. Por sua vez, o mais-que-perfeito simples equivale não só ao pretérito mais-que-perfeito composto, mas também a outros tempos verbais, conforme tabela 9 e exemplos abaixo:

AUTOR/SÉCULO	EQUIVALÊNCIA						
	IdPt3C	IdFt2S	IdFt2C	SbPr	SbPt3	SbPt1	TOTAL
Padre Antônio Vieira (CPV) Século XVII	64	48	0	0	7	39	158
Cartas baianas Setecentistas (CBS) século XVIII	46	2	0	0	0	2	50
Machado de Assis – (CMA) Século XIX	19	15	1	0	1	0	36
TOTAL	129	65	1	0	8	41	244

Tabela 9: Equivalência do pretérito mais-que-perfeito simples (IdPt3S) a outros tempos verbais na correspondência dos autores brasileiros

- a. equivalendo ao pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo (IdPt3C):
18. Tomou por pretexto, influído do alcaide-mor, que ele FINGIRA uma carta de S. A. a favor de Sebastião de Araújo: e como não bastasse mostrar-se-á a dita carta registrada, foi Deus servido que apareceu o próprio. (CPV – CXCI – linhas 506/508) [havia fingido]

19. Com a Dáta, de nó-|ve de Outubro do anno preCedente, que igu-|almente fis juntar, e se aCha afolhas tres; |<sup>2</sup> Consta, primeiramente, por todas as testemunhas | prezenCiaes; que na Altura de Santo André, | hindo já Costeando a terra da Mina, FORA a Refe-|rida Curveta, abordáda por dois Navios Ingle-|-|zes, preCedendo os Sinaes de insarem Bandeira -| Ingleza, e Segurarem-na Com tiros deCanhaõ, | (CBS 18 – linha 458) **[tinha sido]**
20. Alguém me perguntou, há dias, se Você DEIXARA o Correio da Manhã. (CMA 113 – linha 1988) **[tinha deixado]**
- b. com o valor de futuro do pretérito do indicativo (IdFt2):
21. Mas o que eu mais QUISERA se lembrasse é que, no papel que mandou fazer sobre esta matéria, e está em sua real mão, o casamento que eu mais aprovava era o de Baviera,... (CPV – CLXXXVII – Linha 212) **[quereria]**
22. Se Vossa Ex-| CelenCia naó as conhecera me não ENCARREGÁRA d’esta ComiÇao. (CBS 79 – linha 2134) **[encarregaria]**
23. Eu QUISERA poder escrever todas a todos, não para ouvir de Você epítetos que não mereço, como esse de Mérimée, mas para, ao menos, agradecer às leituras dos meus livros, como a das Histórias. (CMA 095 – linha 1689) **[quereria]**
- c. com o valor de futuro do pretérito composto do indicativo:
24. Vejo que leu o meu livro com olhos de crítico, e não hesitou em dizer o que pensa de alguns pontos, o que é para mim mais lisonjeiro que tudo. ESCREVERA-Lhe eu mais longamente desta vez, se não fora tanta cousa que me absorveu hoje o tempo e o espírito. (CMA 016 – linha 251) **[teria lhe escrito]**
- d. com o valor de pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (SbPt3):
25. Muito sinto dizer-me V.M.cê que, tendo vindo o Sr. Roque da Costa à Baía e tornado a Lisboa, esteja agora em Lisboa como se não VIERA à Baía. (CPV CLXXXIX – linha 362) **[tivesse vindo]**
26. Vejo que leu o meu livro com olhos de crítico, e não hesitou em dizer o que pensa de alguns pontos, o que é para mim mais lisonjeiro que tudo. Escrevera-Lhe eu mais longamente desta vez, se não FORA tanta cousa que me absorveu hoje o tempo e o espírito. (CMA 016 – linha 252) **[tivesse sido]**

2 O símbolo | indica a divisão das linhas (LOBO, 2001, p. 24).

- e. com o valor de pretérito imperfeito do subjuntivo (SbPt<sub>1</sub>):
27. Grandes são as fatalidades que V.S.ffi me faz mercê referir, sucedidas no ano passado e pendentes para o presente, em que também as não considero menores; e, quando não HOUVERA tantos avisos do Céu, bastava a pouca emenda e ser tão pouco o conhecimento da necessidade dela (CPV CXCIX – Linha 747) [**houvesse**]
28. Se Vossa Ex-| CelenCia naó as CONHECERA me não encarregára d’esta ComiÇáo. (CBS 7 – linha 2135) [**conheceria**]

O pretérito mais-que-perfeito composto (IdPt<sub>3</sub>C), como mencionado anteriormente, não apresenta outro valor a não ser o do mais-que-perfeito simples.

Assim como ocorreu nos textos dos autores portugueses, a partir do século XVIII, nos textos dos autores brasileiros, há um decréscimo no uso do mais-que-perfeito simples equivalendo a outros tempos verbais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procurou-se analisar o uso do pretérito mais-que-perfeito em textos escritos nos séculos XVII a XIX do Brasil e de Portugal, no intuito de avaliar as funções e os valores desempenhados por esse tempo verbal em suas formas simples e composta, através dos séculos. Pode-se concluir, preliminarmente, que o valor etimológico do pretérito mais-que-perfeito, o de passado anterior, é predominante, em todas as cartas do século XVII ao XIX.

No português europeu, a partir do século XVII o uso do mais-que-perfeito simples decresce, enquanto que o do mais-que-perfeito composto aumenta. Por outro lado, no português brasileiro, a forma simples do pretérito mais-que-perfeito continua a ser mais utilizada que a forma composta.

No século XIX, os escritores portugueses Ortigão Ramalho e Eça de Queirós apresentam um comportamento inverso no que se refere à preferência pelo emprego do tempo simples ou composto. Ramalho utiliza mais vezes do que Eça a forma composta, embora o número de ocorrências das duas formas seja bastante reduzida. Machado de Assis, por sua vez, denota ainda a preferência pelo tempo simples (91,0% de uso) em relação ao composto (apenas 9,0% de uso).

Em relação às funções desempenhadas pelo pretérito mais-que-perfeito, já se pode constatar que o pretérito mais-que-perfeito simples equivale a outros tempos verbais em todos os séculos, tanto no português europeu quanto no brasileiro: futuro do pretérito do indicativo simples ou composto, pretérito imperfeito do

subjuntivo e pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo e presente do subjuntivo.

Já o pretérito mais-que-perfeito composto equivale exclusivamente ao mais-que-perfeito simples em todos os autores dos diferentes séculos estudados. Exceção apenas ocorreu nos textos de Francisco Xavier de Oliveira (século XVIII), em que, por duas vezes, o pretérito mais-que-perfeito composto equivale ao pretérito imperfeito do subjuntivo e uma, ao futuro do pretérito do indicativo.

A partir do século XVIII, o uso do pretérito mais-que-perfeito simples cresce tanto no português europeu quanto no brasileiro.

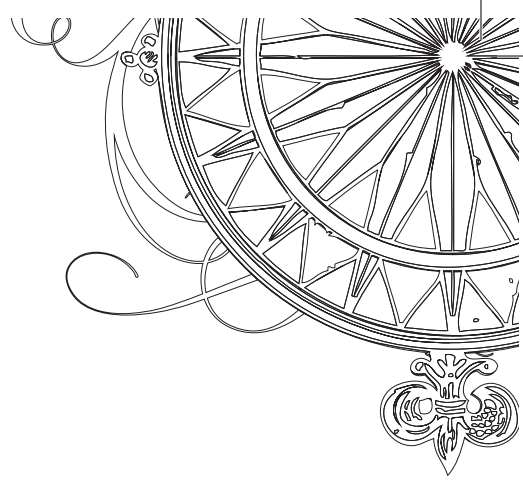
A carência de estudos sobre a morfossintaxe verbal na história do português constituiu lacunas ao longo da composição deste trabalho, de modo que este estudo poderá fornecer dados específicos sobre o emprego desse tempo verbal, ampliando, assim, o conhecimento sobre a história da língua portuguesa.

Uma vez que o *corpus* escolhido é muito rico, podendo ter seus critérios de análise ampliados, o conteúdo aqui apresentado está longe de esgotar-se. Muito ainda há para ser pesquisado e descoberto, especialmente no que se refere aos contextos em que ocorre esse tempo verbal, além de aprofundar a análise quanto à distinção entre o PE e o PB.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1999). *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44 ed. São Paulo: Saraiva.
- AZEVEDO, João Lúcio de (1970). *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 t.
- BARBOSA, Jeronymo Soares (1830). *Gramática philosophica da língua portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Lisboa Editora.
- BIDERMANN, Maria Teresa Camargo (2001). *Teoria Linguística*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- CAVALEIRO DE OLIVEIRA (Francisco Xavier de Oliveira) (1982). *Cartas* (selecção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c\\_001](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_001). Data de acesso: 02. dez. 2008.
- CEGALLA, Domingos Paschoal (1984). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 24 ed. São Paulo: Nacional.
- COAN, Márluce (2003). *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.

- COMRIE, Bernard (1990). *Tense*. 4 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Salles (1985). *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1975). *Gramática da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: FENAME.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Felipe Lindley (2001). *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva (1959). *Sintaxe histórica portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Clássica.
- EÇA DE QUEIROZ, José Maria; MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira (1995). *Correspondência*. Texto introdutório de Paulo Franchetti. Fixação do texto, notas e comentários de Beatriz Berrini. Campinas: Editora da Unicamp. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c\\_001](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_001) Data de acesso: 05. maio. 2009.
- GIVÓN, Talmy (1984). *Syntax. A functional-typological introduction* – v. I. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- HUBER, Joseph (1986). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ILARI, Rodolfo (2001). *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto.
- LOBO, Tânia et al (2001). *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo: Humanitas.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria (1994). *Obra Completa*, vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p. 1.027 – 1.094.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al (2003). *Gramática da língua portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Caminho.
- MELO, D. Francisco Manuel de (1942). *Cartas Familiares* (seleção, prefácio e notas por M. Rodrigues Lapa). Lisboa: Livraria Sá da Costa. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c\\_001](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_001) Data de acesso: 02. dez. 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Pacheco de (2001). *Compilação de um corpus representativo do português do Brasil e análise multidimensional da variação entre gêneros discursivos*. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/pdfs/site%20CORPOBRAS.pdf>. Data de acesso: 11. jan.2008.
- RAMALHO, Ortigão (1993). *Cartas a Emília*. Introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini. Lisboa: Lisóptima Edições – Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c\\_001](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_001) Data de acesso: 02. dez. 2008.
- REICHENBACH, Hans (1948). The tenses of verbs. In: REICHENBACH, Hans. (ed.). *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company. p. 287-298.
- SAID ALI, Manuel (1971). *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.



## O SÉCULO XVII E OS CLÍTICOS NA ARTE DE COZINHA

Nilzete Rocha  
(PPGLinC - Universidade Federal da Bahia)

### PALAVRAS EXORDIAIS

No decorrer do nosso Mestrado na Universidade Federal da Bahia, dedicamo-nos ao estudo da sintaxe dos clíticos no português europeu (doravante PE), no período do século XVII, o que culminou na defesa da Dissertação *CLÍTICOS: Ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII*, em junho de 2009. Esse tema tem gerado muitos trabalhos aquém e além-mar, sem, no entanto, dar-se por esgotado.

A análise da sintaxe dos clíticos no PE do século XVII apresenta-se especialmente instigante. Os trabalhos das sintaticistas Ana Maria Martins (1994), Charlotte Galves (2003) e Charlotte Galves, Helena Britto e Maria Clara Paixão de Sousa (2005), que se dedicaram a esse tema e período, produziram resultados antitéticos. A primeira propugna ser o padre Antônio Vieira, nos *Sermões*, devido à elevada percentagem de ênclise, uma evidência representativa da mudança do padrão proclítico, quase que absoluto no século XVI, para o padrão enclítico, vigente no português europeu contemporâneo nas orações não-dependentes ‘neutras’, ou seja, orações em que o sintagma pré-verbal não seja um operador de negação, um quantificador de um certo tipo, um operador -qu, um sintagma focalizado, ou um advérbio de uma certa classe. Já as demais autoras afirmam ser a escolha da ênclise, no mesmo autor e obra, uma questão de estilo, pois, segundo elas, os *Sermões* são obra-prima do estilo barroco, que apresenta oposições entre termos, como um recurso estilístico fundamental. Sendo esse o contexto de utilização da ênclise por Vieira, os *Sermões* não refletiriam a mudança para uma gramática nova.

Independentemente de quaisquer outras circunstâncias, chamamos a atenção para a complexidade que envolve a análise linguística de Vieira, especialmente quando se trata da sintaxe dos clíticos. O padre Antônio Vieira foi um homem

erudito, profundo conhecedor e usuário das normas gramaticais de maior prestígio, unanimemente reverenciado como orador extraordinário, um dos maiores do século XVII europeu, e, provavelmente, em língua portuguesa, sem concorrente. Sua retórica seduziu as mais diversas cortes europeias, tendo inclusive reiterados pedidos de D. Cristina da Suécia para que permanecesse como pregador em sua corte italiana. Consequentemente, por ser detentor de tais atributos, Vieira não refletiria o português vernáculo da sociedade lusitana do século XVII. Segundo Pécora (1994, p. 39):

Se os *Sermões* não são os *Exercícios*, e está claro que não, pode-se, entretanto, dizer daqueles o mesmo que já se disse destes, que “são um lugar simultaneamente terrível e desejável”. As razões para dizê-lo, claro, não precisam ser as mesmas em um caso e outro. Neste de Antônio Vieira, o que sobretudo faz temer e desejar é a qualidade extraordinária de seus textos, o que, a meu ver, ultrapassa qualquer consideração exclusivamente textual: [...] o que seria imprescindível deixar claro é que a qualidade incomum dos discursos de Vieira certamente se alimenta do peso de sua participação no *state-of-affairs* e redes móveis de empregos linguísticos nas quais interfere a tradição, as determinações gramaticais, as circunstâncias mais imediatas... enfim, são produções históricas de sentido, cruzamento das irregularidades e atritos situacionais com as deduções de código.

Além de sua magistral capacidade retórica, por motivos que ainda carecem de minuciosa explicação, nos seus dois mais conhecidos gêneros textuais, cartas e sermões, Vieira utilizou dois padrões sintáticos diferentes para os clíticos. Nos *Sermões*, conforme Martins (1994), ele prefere a ênclise (68,4%), enquanto que, nas cartas, segundo Britto (apud GALVES et al, 2005, p. 40), a próclise alcança o percentual de 81%. Destarte, antes de definirmos o nosso entendimento a respeito da sintaxe dos clíticos em Vieira, precisaremos de estudos que contemplem *corpora* de natureza diversa para o século XVII.

O gênero textual manual de cozinha, de natureza evidentemente não-literária – segundo Rendon et al (1998), em *The medieval kitchen*, a “literatura dos livros de cozinha” é, em primeiro lugar e antes de qualquer coisa, uma literatura técnica –, pode contribuir para elucidar questões relativas à sintaxe dos clíticos no PE, porque, sendo o seu principal objetivo a transmissão de receitas culinárias, provavelmente mantém uma escrita mais próxima do vernáculo de seus autores e, conseqüentemente, de acordo com a norma da época na qual está inserido.

Assim, o *corpus* que serviu de base para a nossa análise foi o primeiro livro de cozinha impresso em Portugal, em 1680, *Arte de cozinha*, cuja autoria é atribuída ao mestre de cozinha da Casa Real, Domingos Rodrigues. A escolha desse *corpus*

deveu-se tanto ao seu caráter inovador para o estudo da sintaxe dos clíticos, como também ao fato de seu autor não pertencer ao cânone literário do século XVII, refletindo, supostamente, a norma vernácula da sociedade lusitana dessa época<sup>1</sup>.

Além disso, é produtivo lembrarmos de que as taxas de alfabetização em Portugal sempre se mantiveram mais baixas que as dos restantes países da Europa do Norte e mesmo da Europa mediterrânea. Segundo Magalhães (1996), mesmo na transição para o século XX, a taxa de analfabetos mantinha-se ainda em cerca de 70%. Em finais da Idade Média, a imprensa tipográfica, o livro, a missiva pessoal, a privatização da leitura e da escrita, a mercantilização da economia contribuíram para a grande valorização da cultura escrita. Então, ser alfabetizado correspondia, em primeiro lugar, a desempenhar um papel de relevo na hierarquia do Estado, ou na hierarquia religiosa. Porém, nos séculos XVI-XVIII, a escola convivía com o contraste entre “cultura erudita” e “cultura popular”. Nesse momento, ser alfabetizado pode corresponder a um desempenho autográfico razoável, permitindo, além da assinatura, a redação de pequenas mensagens, com deficiências ortográficas e caligráficas.<sup>2</sup> Tal registro histórico poderia também corroborar com a hipótese de que, sendo Rodrigues um escritor fora da “cultura erudita”, sua escrita estaria mais próxima ao uso da língua do dia-a-dia em detrimento da erudição presente entre os literatos de seu tempo.

Neste trabalho, trataremos da sintaxe dos clíticos no século XVII, detendo-nos especificamente na gramática desse cozinheiro escritor.<sup>3</sup>

## UMA PITADA DE DOMINGOS RODRIGUES

Nascido em 1637, na Vila Cova, no bispado de Lamego, Domingos Rodrigues morreu em 20 de dezembro de 1719, na Cidade de Lisboa. Foi mestre de cozinha da Casa Real, no reinado de D Pedro II, “o Pacífico” (1683-1706). De biografia reduzida,

- 1 As receitas culinárias foram a princípio transmitidas informalmente, através das gerações, fazendo parte de herança familiar, ou compartilhadas por interesses afins. Assim, os autores dos primeiros livros impressos de receitas eram, em realidade, compiladores das receitas de antigos livros que já existiam em manuscrito.
- 2 No século XVI, João de Barros, mostrando a necessidade e ao mesmo tempo a dificuldade de introduzir o ensino da gramática, refere-se aos mestres com termos pejorativos: *Nem todos os que ensinam a ler e escrever, não são para ofício que tem, quanto mais que entender a gramática. Uma das coisas menos olhadas que há nestes reinos é consentir em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota e não aprovado em costumes do bom viver, pôr escola de ensinar meninos.* (MAGALHÃES, 1996, p. 191) Apenas no século XVIII, a legislação pombalina foi ao encontro da ação dos mestres, estabelecendo regras de acesso à profissão, de exercício e a vigilância das funções docentes.
- 3 Não se pretende desenvolver este trabalho na perspectiva teórica da Gramática Gerativa; contudo, o termo *gramática* está sendo aqui utilizado em acepção gerativa, como sinônimo de competência – conhecimento internalizado que os falantes têm de sua língua.



verificamos, porém, que sua ascensão hierárquica foi devido à sua competência profissional. É de Rodrigues a informação contida no prólogo da *Arte de cozinha*, dizendo-se no ofício da arte culinária havia 29 anos, fato que revela a sua precoce inserção no mundo das artes culinárias, com apenas 14 anos de idade. A obra de Rodrigues veio a público em 1680, como se observa, pelo menos, três anos antes do início do seu exercício como mestre de cozinha de Sua Majestade. Entretanto, o seu ofício na arte culinária já era conhecido pela nobreza, pois servira, por longo período, ao pai do conde de Vimioso, a quem Rodrigues fez o elogio do ilustre fidalgo, oferecendo-lhe, respeitosamente, a sua obra:

V. S. receba debaixo do seu amparo esta pequena demonstração do meu afecto, nem tenha o que só se encaminhar a seu gosto. Deus guarde a pessoa de V. S. para o esplendor de sua Casa, refúgio de seus servos, e única glória de seus apaixonados. Domingos Rodrigues<sup>4</sup>

Segundo Cascudo (2004), Rodrigues servira ainda a D João IV, o primeiro soberano da linhagem dos Bragança. Esse cozinheiro-escritor também serviu diretamente a D. Maria Francisca de Saboia, filha do Duque de Nemours, que, nascida em Paris, foi enviada a Portugal, por Luís XIV, com a finalidade de anular o seu casamento com D. Afonso VI para unir-se em matrimônio a seu irmão D. Pedro II, que passara a rei de Portugal. Tal ocorrência permite a hipótese da ascensão de Rodrigues como cozinheiro real graças à indicação de D. Maria, que o manteve como cozinheiro principal do palácio até morrer, três anos depois da publicação da *Arte de cozinha*.

## INTRODUÇÃO

Para começar, relembremos que clítico é a designação dada a vocábulos átonos (pronomes oblíquos, preposições, conjunções, artigos etc.) que, num enunciado, se integram fonologicamente à palavra anterior ou posterior, tornando-se uma sílaba da mesma. O nosso interesse foca-se apenas nos pronomes oblíquos.

No que tange ao PE, a sintaxe dos clíticos não se manteve estática. Muito pelo contrário, segundo Ramsden (1963 apud MARTINS, 1994, p. 8), existiria, na área ibérica, desde época antiga, variação dialetal quanto à colocação dos clíticos. Galves (2003) afirma que até a segunda metade do século XIX se percebe a presença de variação ênclise / próclise nos textos do PE. Porém, na atualidade, nos mesmos contextos nos quais houvera tal variação, registra-se apenas a presença de estruturas enclíticas.

---

4 Excerto da dedicatória da 2ª. ed. da *Arte de cozinha* (1693)

Na história do PE, observamos dois conjuntos distintos de estruturas para a colocação dos clíticos. No primeiro conjunto, a ordem da colocação dos clíticos é fixa, ou seja, tem-se necessariamente ênclise em orações com verbo em posição inicial absoluta [V<sup>i</sup>]; bem como se tem próclise necessariamente em orações negativas, orações subordinadas, orações nas quais o sintagma pré-verbal é um quantificador, um advérbio de certa classe, um pronome interrogativo ou um sintagma focalizado. No segundo conjunto, a ordem da colocação dos clíticos não é fixa, isto é, podemos ter, em idênticos contextos, a variação livre entre ênclise/próclise em orações absolutas, principais e coordenadas não alternativas, desde que não se evidencie a presença de quaisquer dos elementos fixadores da ordem clítica, acima expostos.

Vários estudos sobre a sintaxe dos clíticos no PE já comprovaram que os contextos de ordem fixa se mantiveram categóricos ao longo do tempo. Assim, quando afirmamos a existência de mudança no posicionamento pré/pós-verbal do clítico, referimo-nos aos contextos nos quais se atestou variação.

Dos registros mais antigos, no século XIII, até ao século XIX, verificamos duas tendências contrárias para a possibilidade de variação na posição dos clíticos:

- do século XIII ao século XVI, há uma evolução da ênclise para a próclise (MARTINS, 1994);
- o século XVI é predominantemente proclítico (LOBO, 1993);
- o século XVII [?] – proclítico ou enclítico, eis a questão;
- a partir do início do século XVIII, a mudança dá-se em direção ao padrão enclítico do PE, que se mantém na atualidade (GALVES et al, 2001).

Ao olharmos a sistematização acima, constatamos que, sobre o século XVII, ainda não há concordância entre os autores. Em realidade, até a hipótese de Galves et al sobre o século XVIII coaduna para a manutenção da incógnita do século XVII quanto à sintaxe dos clíticos. Então, com a análise da sintaxe dos clíticos no *corpus Arte de cozinha*, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão do século XVII quanto a esse aspecto gramatical.

Afinal, paira ainda sobre os estudos linguísticos uma questão não consensualmente respondida: Qual é a datação da mudança da nova gramática dos clíticos, que deixou de ter como padrão a próclise do século XVI, fixando a ênclise como o padrão nas orações não-dependentes ‘neutras’, vigente no PE contemporâneo?

## A SINTAXE DOS CLÍTICOS EM DOMINGOS RODRIGUES

Optamos por fazer a descrição das estruturas linguísticas coocorrentes com clíticos de acordo com os seguintes contextos:

1. de ordem fixa;
2. de ordem variável.

Justificamos a observação dos contextos de ordem fixa a fim de confirmarmos se a sintaxe dos clíticos, em Rodrigues, se mantém inalterada, conforme o padrão observado na história do PE. E a observação dos contextos de ordem variável objetivou conhecer a sua gramática, estabelecendo se seria mais inovadora ou mais conservadora, de acordo com a predominância da ênclise ou da próclise, respectivamente.

Retomando o que dissemos acima, os contextos desencadeadores de **ordem fixa** dos clíticos em ênclise ou próclise são:

### **Ênclise categórica:**

1. Verbo em posição inicial absoluta (VI)

### **Próclise categórica:**

1. Orações dependentes.
2. Orações não-dependentes nas quais haja:
  - a. Verbo precedido por operador de negação predicativa;
  - b. Verbo precedido por quantificador;
  - c. Verbo precedido por sintagma -qu;
  - d. Verbo precedido por certos advérbios;
  - e. Verbo precedido por sintagma focalizado.

Em contrapartida, os contextos de ordem variável dos clíticos são as orações não-dependentes ‘neutras’ – designação cunhada por Martins (1994) –, ou seja, as orações não-dependentes destituídas dos cinco elementos pré-verbais acima especificados.

Exluímos desta descrição as ocorrências de clíticos em orações integradas por sequências verbais. A sintaxe dos clíticos foi observada nas 432 receitas, bem

como no prólogo do livro *Arte de cozinha*. São 483 (29,55%) ocorrências de próclise, 1.144 (70,01%) ocorrências de ênclise e 7 (0,44 %) ocorrências de mesóclise, sendo que, na descrição abaixo, a mesóclise é contada junto à ênclise, por ser uma forma de colocação alternativa à ênclise nos tempos verbais de futuro do presente e do pretérito.

Em nossa análise, encontramos a realização dos clíticos nos seguintes TIPOS de sentenças:

1. Não-dependentes:
  - a. orações absolutas, principais e coordenadas assindéticas;
  - b. orações coordenadas aditivas (introduzidas pela conjunção **E**);
  - c. orações coordenadas alternativas (introduzidas pela conjunção **OU**);
  - d. orações coordenadas adversativas (introduzidas pelas conjunções **MAS** e **PORÉM**);
  - e. orações coordenadas explicativas (introduzidas pela conjunção **PORQUE**).
2. Dependentes:
  - a. orações desenvolvidas completivas;
  - b. orações desenvolvidas completivas sem conjunção;
  - c. orações desenvolvidas relativas;
  - d. orações desenvolvidas adverbiais;
  - e. orações reduzidas de infinitivo não introduzidas por preposição;
  - f. orações reduzidas de infinitivo introduzidas por preposição;
  - g. orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição;
  - h. orações reduzidas de gerúndio introduzidas por preposição;
  - i. orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição em estrutura de coordenação.

A seguir, passamos à apresentação dos dados extraídos do *corpus*, sistematizados da seguinte forma: a) classificação quanto ao tipo de oração; b) exemplos primeiramente em contextos de ordem fixa e, em seguida, em contextos de ordem variável; e c) tabelas dos percentuais de ênclise e próclise, de acordo com os elementos que precedem o verbo. Ao final do grupo de exemplos, quando se fizerem necessários, seguir-se-ão os comentários.

## ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES

### Absolutas / principais / coordenadas assindéticas

#### *Ordem fixa*

- Verbo em posição inicial absoluta  
Colocação pós-verbal (354 – 100%):
  1. dois bolos de açúcar e manteiga em bocadinhos e ferva até que engrosse, mexendo-se sempre; **deitem-lhe** meia dúzia de gemas de ovos batidas [39 – 40]<sup>5</sup>
  2. **faça-se** um pão em fatias grossas, **ponham-se** em um prato untado de manteiga de vaca [40]
  3. Feito um vintém de pão em fatias, ponha-se uma camada delas em uma frigideira grande untada de manteiga, **cubram-se** de açúcar e canela [41]

O verbo em posição inicial absoluta manteve a colocação categoricamente pós-verbal do clítico. Portanto, comprovamos a manutenção do padrão gramatical do PE.

- Verbo precedido por operador de negação  
Colocação pré-verbal (2 – 100%):
  4. Se lhe quiserem deitar cheiros, não **lhe deitem** mostarda. [56 – 7]
  5. (este queijo não **se deita** em vinagre [83])

O verbo precedido por um operador de negação também manteve a colocação categórica pré-verbal do clítico. Constata-se, portanto, mais uma vez, a manutenção do padrão gramatical do PE.

- Verbo precedido por tópico pendente  
Colocação pós-verbal (4 – 100%):
  6. Almôndegas de galinha, **veja-se** Almôndegas de carneiro [59]
  7. Galinha de outros muitos modos, **veja-se** o índex. [59]
  8. Peru de outros modos, **veja-se** o índex. [61]
  9. Frângãos de vários modos, **veja-se** o índex. [67]

---

5 Os números insertos, entre colchetes, ao final de cada exemplo remetem às páginas que os contêm no livro *Arte de cozinha*, edição de 1693.

A estrutura de tópico pendente só ocorreu nas orações matrizes (absolutas ou principais). De acordo com o previsto, a ênclise manteve-se categórica.

- Verbo precedido por objeto direto  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):
- 10. Um lombo de vaca depois de haver estado de conserva, **o assarão** no espeto [82]
- Verbo precedido por objeto indireto  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):
- 11. Aos pagens **se serve** na mesma forma. [176]

O exemplo 10 corresponde à estrutura de “deslocação à esquerda clítica”. Segundo Martins (1994), das cinco possibilidades existentes de tópicos marcados, essa estrutura é a única que permite a variação na posição dos clíticos. Percebemos que, em vez de ocorrer o clítico em posição intraverbal (mesóclise), por conta da estrutura de futuro do presente, ocorreu a próclise. Aliás, na gramática de Rodrigues, a mesóclise é preterida em favor da próclise, como veremos adiante, em estruturas com futuro do presente.

#### *Ordem variável*

- Verbo precedido por sujeito  
Colocação pós-verbal (5 – 28%):
- 12. Dois arratéis de carneiro feito em pedaços, **põem-se** a afogar com uma quarta de toucinho, e seus cheiros [48]
- 13. Uma galinha **pica-se** com dois arratéis de carneiro [55]
- 14. Uma galinha cortada em pedaços, **põe-se** a afogar com uma quarta de toucinho, cheiros, sal, e vinagre [55]
- 15. Uma galinha metida em uma panela, com um arrátel de presunto magro, adubos inteiros, um marmelo em quartos, ou não havendo marmelos, maçãs azedas, meio arrátel de açúcar, um golpe de bom vinagre, **põe-se** a cozer [57]
- 16. Uma lebre nova **pela-se** em fresco [74]  
Colocação pré-verbal (13 – 72%):
- 17. A sopa dourada **se faz** da mesma maneira que este prato acima [42]
- 18. A sopa de amêndoa **se faz**, deitando-se em meia canada de leite, oito gemas de ovos [42]

19. Um prato para sopas de nata, untado primeiro com manteiga, **se arma** com fatias de pão tostadas [43]
20. (Desfeito de carneiro se faz fazendo dois arratéis de carneiro da perna em pequenos sem osso [46])
21. A perna de carneiro recheada se faz como a perna armada, que acima dissemos [51]
22. Esta olha se faz pelo tempo de Entrudo, e em todo o ano [95]
23. O mesmo se faz de peru, pombos [55]
24. O mesmo se faz de frangos, pombos [56]
25. O mesmo se faz para peru, frangãos [57]
26. O mesmo se faz a cabrito, e lombo de vaca [80]
27. O mesmo se faz de frangãos, pombos, ou peru [54]
28. O mesmo se faz de ostras, ameijoas, e longueirões [114]
29. farão de toda ela dois bolos, um deles se porá com papel por baixo sobre uma folha de forno [95]

À primeira observação dos exemplos acima, poderíamos pensar que a gramática de Rodrigues, nessa estrutura, privilegia o uso da próclise. Entretanto, nas sentenças nas quais o sujeito aparece lexicalmente preenchido por um SN, exemplos (12) a (22), tem-se um equilíbrio entre o uso pós e pré-verbal do clítico, sendo 5 (45%) de ocorrência de ênclise e 6 (55%) de ocorrência de próclise. Nas demais, sete sentenças, observamos que a (29) tem um sujeito quantificado, elemento atrativo do clítico; além disso, o tempo verbal, que é futuro do presente, permite a próclise ou a mesóclise, a utilização dessa última, denominada em Mateus et al (2003) como gramática antiga, já é restritíssima na gramática desse autor; seis sentenças, (23), (24), (25), (26), (27) e (28), não apresentam o núcleo do sujeito, mas têm um elemento focalizador, que também determina o uso da próclise.

- Verbo precedido por SADV  
Colocação pós-verbal (4 – 6%):
30. e ponha-se a ferver; depois tire-se fora o toucinho, e o carneiro, de sorte que fique o caldo limpo [39]
  31. e no mesmo presunto uma moeda de ouro portuguesa, uma pedra de açúcar, que pese uma quarta, duas gemas de ovos, duas camoesas, ou um marmelo,

e não havendo estas frutas, duas maçãs azedas: logo meta-se o peru em uma panela [61]

32. lhe deitarão um miolo de pão de rala (do tamanho de um ovo) torrado, e desfeito em vinagre no gral, com espécies, cravo, pimenta, açafreão pouco, cominhos, e vinho bom: logo ponha-se no prato sobre fatias de pão [76]
33. logo misture-se tudo isto com a pescada [106]

Colocação pré-verbal (60 – 94%):

34. Assim também se fazem biscoitos [43]
35. Também se faz de cabrito [46]
36. logo os cozerão em lume brando em uma tigela baixa [63]
37. Assim se fazem pombos, frangãos, e perus [58]

Estudos linguísticos revelam que alguns advérbios, quando precedem o verbo, são atrativos do clítico. Conforme Martins (1994), na história do PE, os advérbios: *agora/ora; ainda; ali/aqui; ante(s)* (na acepção de ‘pelo contrário’); *assim; bem/mal; já; logo; mais* (na acepção de ‘também’); *sempre e também*, implicam a posição pré-verbal dos clíticos.

Levando-se em consideração que, a partir do século XV, a colocação pré-verbal dos clíticos em orações não-dependentes se tornou preponderante, independentemente da presença ou não de elementos que os condicionassem, e que o século XVI possuía uma sintaxe marcadamente pré-verbal, dos exemplos acima, podemos concluir que a gramática atestada no *Arte de cozinha* se mostra mais inovadora, pois que, em três exemplos, (31), (32) e (33), a ênclise ocorre mesmo diante do advérbio *logo*, que implicava a próclise categórica. Além dessa importante mudança, nas 60 orações com sintagma adverbial pré-verbal, com próclise, 59 (98%) são compostas por advérbios proclisadores – 37 *também*, 14 *assim*, 8 *logo* –, situação de regra categórica.

- Verbo precedido por SP com função adverbial

Colocação pós-verbal (19 – 21%):

38. por cima destas talhadas ponham-se outras fatias de pão [40]
39. sobre esta cama ponha-se outra das fatias de queijo [44]
40. Para carneiro mourisco põem-se a afogar uma quarta de toucinho picado [45]



Colocação pré-verbal (73 – 79%):

41. Deste modo se fazem coelhos, lebre, vitela e lombos [59]
42. Deste modo se assam frangãos, perdizes e coelho [76]
43. Finalmente sobre tudo isto se deita um ovo batido, que sobejou de cobrir o cabrito [77]

Nas 73 orações com SP com função adverbial em posição pré-verbal, com ocorrência de próclise, em 62 (85%), os SPs têm a aceção de ‘assim’/‘também’ – *deste modo, desta sorte, deste mesmo modo, desta mesma sorte, desta maneira* –, estrutura categórica de próclise. Portanto, tem-se, nesse contexto, um indício favorável à hipótese de Martins (1994).

- Verbo precedido por oração subordinada

Colocação pós-verbal (273 – 73%):

44. armado com fatias de limão, e coberto com canela, mande-se à mesa [40]
45. como estiver cheio, lancem-lhe o caldo [40]
46. Feito um vintém de pão em fatias, ponha-se uma camada delas em uma frigideira grande untada de manteiga [41]

Colocação pré-verbal (100 – 27%):

47. Logo que estiver cozida se derreterá o toucinho [53]
48. Depois de muito bem lardeado um peru novo ou perua, o meterão em uma panela com um pedaço de lombo de porco [60]
49. como estiver cozida, a abrirão para se temperar do que lhe faltar [60]

Podemos observar que, quando o verbo da oração principal está precedido por oração subordinada, a ênclise é amplamente majoritária (73%). Entretanto, verificamos que a próclise é quase categórica (97 – 97%) quando o tempo verbal é o futuro do presente. Pensamos que a explicação para essa preferência pela próclise seja uma forma de se evitar a mesóclise. Nos três exemplos restantes, duas orações têm o verbo no imperativo e uma oração tem-no no presente do indicativo.

A posição intraverbal do clítico é de uso diminuto na obra de Rodrigues, ao todo são apenas sete ocorrências; temos apenas dois únicos exemplos nos quais o clítico acontece em tal posição quando o verbo da oração principal apareceu precedido por uma oração subordinada. São 242 orações cujos verbos estão no imperativo, 29 orações cujos verbos estão no presente e 2 orações cujos verbos estão no futuro do presente.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
nenhum elemento	100% 354/354	—
sujeito	28% 5/18	72% 13/18
objeto direto	—	100% 1/1
objeto indireto / oblíquos	—	100% 1/1
operador de negação	—	100% 2/2
SADVs	6% 4/64	94% 60/64
SPs com função adverbial	21% 19/92	79% 73/92
oração subordinada	73% 274/374	27% 100/374
tópico pendente	100% 4/4	—
TOTAL	73% 660/910	27% 250/910

Tabela 1: orações absolutas / principais / coordenadas assindéticas

## Orações coordenadas aditivas introduzidas pela conjunção *e*

### *Ordem fixa*

- Verbo precedido por operador de negação

Colocação pré-verbal (1 – 100%):

50. embrulhem-nas em papel, e não se ponham em parte húmida porque revem [137]

No exemplário das orações coordenadas introduzidas pela conjunção *E*, temos um único contexto de ordem fixa da posição do clítico, ocorrendo a próclise. Na oração (50), observamos a presença de um operador de negação interposto entre a conjunção coordenativa e o verbo. A manutenção da próclise, quando o verbo aparece precedido por um operador de negação, é categórica.

### *Ordem variável*

- Verbo imediatamente precedido pela conjunção coordenativa *E*

Colocação pós-verbal (159 – 82%):

- 51. tempere-se com todos os adubos e **ponha-se** a ferver [39]
- 52. fica um bom prato desta sorte; e **mande-se** à mesa [40]
- 53. feito isto, tome-se uma tampa com lume, e **ponha-se** um pouco levantada sobre a sopa até que tome boa cor [41]

Colocação pré-verbal (35 – 18%):

- 54. lhe deitarão açafão, e algum vinagre, e **se coalhará** com quatro gemas de ovos [49]
- 55. logo que estiver cozida se derreterá o toucinho, e **se lançará** em uma tigela baixa [53]
- 56. e quatro de camoesas, e **o temperarão** com vinagre [61]

No século XVI, que é predominantemente proclítico, era suficiente que a conjunção aditiva E precedesse o verbo, que, então, deixava de ter o caráter de inicial absoluto, para que o clítico ocorresse predominantemente em posição pré-verbal. Já no século XVII, na gramática de Rodrigues, observamos que, em igual contexto, a ênclise é majoritária.

No elenco das orações coordenadas aditivas introduzidas pela conjunção E com o clítico em posição pós-verbal, temos 136 (86%) orações cujo modo verbal está no imperativo contra 23 (14%) orações cujo tempo verbal está no presente do indicativo, enquanto que, no elenco das orações coordenadas aditivas introduzidas pela conjunção E com o clítico em posição pré-verbal, temos 34 (97%) orações cujo tempo verbal está no futuro do presente e 1 (3%) oração cujo tempo verbal está no presente do indicativo. Como já dissemos, Rodrigues utilizou escassamente a mesóclise, substituindo-a pela próclise, com o verbo no futuro do presente. Assim, no contexto acima exposto, verificamos que o uso da próclise está, quase absolutamente, restrito ao tempo verbal futuro do presente.

- Verbo precedido por E + SADV

Colocação pós-verbal (3 – 21%):

- 57. em um prato (ou frigideira) até se acabarem; e logo **lance-se** por cima toda a manteiga que ficar [47]
- 58. com seu sumo de limão por cima: e assim **levem-se** à mesa. [79]
- 59. Entese-se em água um arrátel de arroz, e depois **coza-se** com uma canada de leite [121]

Colocação pré-verbal (11 – 79%):

60. e entre a galinha, e assim se leva à mesa [58]
61. e se acabarão de cozer no caldo, que ficou dos pombos e juntamente se temperarão com todos os adubos [64]
62. ficando a lebre com a proporção que era dantes: e finalmente se comporá com seus lardos por cima [74-5]

Mais uma vez, observamos a posição pós-verbal do clítico quando o verbo aparece precedido pelo advérbio *logo*, conforme a oração (57). A oração (58) é também muitíssimo interessante, por apresentar o advérbio *assim*, integrante do elenco de advérbios que, ao precederem o verbo, determinariam a próclise. O tempo verbal dessa estrutura, com o clítico em posição pré-verbal, também é predominantemente o futuro do presente (9 – 75%), situação preferida por Rodrigues, a fim de evitar a mesóclise.

- Verbo precedido por E + SP com função adverbial

Colocação pós-verbal (21 – 54%)

63. e com oito ovos cozidos, ponha-se a cozer na tigela em lume brando; [54]
64. cubram-se de açúcar, e de canela, e sobre esta cama ponha-se outra da mesma sorte [41]
65. e logo em outra parte piquem-se os cheiros: [52]

Colocação pré-verbal (18 – 46%):

66. com açúcar e canela por cima em um prato, até se encher, e em cima se porá a galinha [53]
67. e na mesma sertã lhe deitarão a mostarda misturada com o fígado [56]
68. sobre elas se porão os frângãos e com talhadas de paio ao redor do prato se mandarão à mesa [66]

No contexto acima, os índices de variação são mais próximos, prevalecendo, porém, a ênclise. Entretanto, salientamos que, de novo, a próclise ocorre preferencialmente em orações com o verbo no futuro do presente (12 – 75%).

- Verbo precedido por E + oração subordinada

Colocação pós-verbal (94 – 69%):

69. coza-se muito bem, e como estiver cozido, tempere-se com todos os adubos [45]

70. faz-se logo um pão em fatias, e cortadas a modo de dados, **põem-se** em um prato [58]

71. um golpe de vinagre, e seus cheiros, e estando já cozido, **tempere-se** com todos os adubos [48]

Colocação pré-verbal (42 – 31%):

72. e lardeando-se primeiro com lardos de toucinho grossos salpimentados, **se mete** em uma panela [59]

73. e como estiverem cozidos, **se untarão** por cima com uma gema de ovo [62]

74. se meterão em uma olha; e como estiverem meios cozidos, **se tirarão** fora [67]

Também para orações coordenadas aditivas (introduzidas pela conjunção E), quando o verbo é precedido por uma oração subordinada, a preferência pela ênclise é majoritária e, novamente, a próclise ocorre quase categoricamente quando o tempo verbal está no futuro do presente (38 – 90%).

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção coordenativa	82% 159/194	18% 35/194
operador de negação	–	100% 1/1
SADV	21% 3/14	79% 11/14
SP com função adverbial	54% 21/39	46% 18/39
oração subordinada	69% 94/136	31% 42/136
TOTAL	72% 277/384	28% 107/384

Tabela 2: orações coordenadas introduzidas pela conjunção e

## Orações coordenadas introduzidas pela conjunção *ou*

### *Ordem fixa*

- Verbo imediatamente precedido pela conjunção coordenativa OU  
Colocação pós-verbal (5 – 100%):

75. mete-se no forno três horas, ou **põem-se** em um rescaldo ao redor do lume [59]
76. e corem-se com a tampa de brasas, ou **mandem-se** ao forno [123]
77. depois de cozidas ralem-se ou **pisem-se** [136]

Poucas são as ocorrências de orações alternativas introduzidas pela conjunção OU, mesmo assim, observamos que a ênclise foi categórica. Esse resultado contraria o que foi atestado por Martins (1994), que, apesar dos poucos exemplos encontrados, mas baseando-se no PE atual, no qual, nas orações coordenadas alternativas, a próclise é obrigatória, defende que, nesse tipo de estrutura, a posição do clítico tenha sido sempre pré-verbal na história do PE.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção coordenativa	100% 5/5	–
TOTAL	100% 5/5	0%

Tabela 3: orações coordenadas introduzidas pela conjunção **ou**

### Orações coordenadas adversativas introduzidas pelas conjunções *mas/porém*

#### *ordem fixa*

- Verbo imediatamente precedido pela conjunção coordenativa MAS  
Colocação pós-verbal (2 – 100%):
78. Também se fazem perdizes e coelhos, mas **põem-se** só sobre a de queijo [55]
79. este queijo não se deita em vinagre, mas **traz-se** na mesa até que se gasta [83]

Nos dois exemplos de oração coordenada adversativa introduzidas pela conjunção **MAS**, a ênclise foi categórica. Mesmo sendo poucas as ocorrências desse contexto, observamos que é um contexto de variação em que, provavelmente, no século XVI, a próclise era a posição usada.

#### *Ordem variável*

- Verbo precedido por PORÉM + oração subordinada  
Colocação pós-verbal (1 – 50%):

80. Nesta conserva se mete o solho frio, e é para se ir comendo logo: porém se se houver de guardar, ou mandar para fora, deitem-lhe menos vinagre [110]

Colocação pré-verbal (1 – 50%):

81. Porém se quiserem fazer o carneiro com abóbora, alfaces, beringelas, alca-chofras ou ervilhas, lhe deitarão açafraão [49]

Nas orações coordenadas adversativas introduzidas pela conjunção **PORÉM**, em ambos os exemplos, também ocorreu uma subordinada entre o conectivo e o verbo, impossibilitando, assim, qualquer conclusão acerca do “efeito” do conectivo propriamente dito sobre a posição do clítico.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção coordenativa	100% 2/2	–
oração subordinada	50% 1/2	50% 1/2
TOTAL	75% 3/4	25% 1/4

Tabela 4: orações coordenadas introduzidas pelas conjunções **mas** / **porém**

## Orações coordenadas explicativas introduzidas pela conjunção *porque*

*ordem fixa*

- Verbo precedido imediatamente pela conjunção coordenativa  
Colocação pré-verbal (2 – 100%):

82. os favorecidos adquirem alentados brios para empreenderem coisas não intentadas; que por isso intentei esta; porque **me persuadi**, que faltar aos amigos [32]

83. Evitei muitas prolixidades, porque **me pareceram** impertinentes [32]

Na história do PE, a conjunção coordenativa **PORQUE** é atrativa do clítico.

- Verbo precedido por sujeito  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):

84. qualquer uso que ordinariamente este é o melhor mestre, porque sem ele nenhuma coisa se faz perfeita.

As ocorrências de orações coordenadas explicativas só foram atestadas no prólogo da *Arte de cozinha*, fato bastante compreensível, porque, em livros de receitas, é praxe ter-se apenas a indicação de como proceder.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção coordenativa	–	100% 2/2
sujeito	–	100% 1/1
TOTAL	–	100% 3/3

Tabela 5: orações coordenadas explicativas intruzidas pela conjunção **porque**

## ORAÇÕES DEPENDENTES

### Orações desenvolvidas completivas

#### *Ordem fixa*

- Verbo imediatamente precedido pela conjunção integrante

Colocação pré-verbal (2 – 100%):

85. o grande desejo que tenho de que **o seja** [32]
86. Vencido deste motivo, confesso, **me animei**<sup>6</sup> a não reparar na minha insuficiência [31]

- Verbo precedido por sujeito

Colocação pré-verbal (1 – 100%)

87. ao menos quisera que todos **me agradecessem** [32]

Apesar dos poucos exemplos, constatamos que Rodrigues usa categoricamente a próclise em orações dependentes completivas, mantendo-se em conformidade com a norma do PE em toda a sua história.

As receitas culinárias seguem um padrão textual próprio de sua “tradição discursiva”, ou seja, a indicação dos ingredientes e do modo de prepará-los. Assim, justificamos a parca ocorrência das orações subordinadas desenvolvidas

6 Neste exemplo, o verbo não está precedido por uma conjunção integrante, sendo, portanto, uma oração dependente completiva assindética.



completivas, restritas ao prólogo e ao epílogo,<sup>7</sup> porque tal tipo de sentença não é pertinente às receitas.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
nenhum elemento; conjunção subordinativa	–	100% 2/2
sujeito	–	100% 1/1
TOTAL	–	100% 3/3

Tabela 6: orações desenvolvidas completivas

## Orações desenvolvidas relativas

### *Ordem fixa*

- Verbo imediatamente precedido pelo pronome relativo  
Colocação pré-verbal (43 – 100%):
  88. E como tudo estiver cozido e temperado do sal e dos muitos adubos pretos, que **lhe faltarem**, ponham-se dois pães em um prato [41]
  89. faça-se a capela em uma frigideira, em que **se deitará** uma colher de caldo da panela [50]
  90. e depois que estiverem muito bem aboboradas, vire-se a tigela em que **se fizerem**, sobre o prato [52]
- Verbo precedido pelo pronome relativo + sujeito  
Colocação pré-verbal (3 – 100%):
  91. fatigando, e debilitando a natural cocção do estômago; e todas as vezes que esta **se vicia** [179]
  92. Não devem os homens só saber para si, porque isso é enterrar o talento que **Deus lhes deu** [31]

7 Rodrigues o denomina apenas de “Advertência – Capítulo Último”.

93. porão a lebre a afogar em uma panela com a mesma água, em que a buchada se lavou do sangue [75 – 6]
- Verbo precedido pelo pronome relativo + SADV  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):
94. sepultando voluntariamente no esquecimento o de que precisamente se necessita [31]
- Verbo precedido pelo pronome relativo + SP com função adverbial  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):
95. Feito este molho, se lançará por cima do coelho, o qual com seu limão por cima se mandará à mesa [73]
- Verbo precedido pelo operador de negação  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):
96. e ponham-se a enxugar em uma cana em parte; que **lhe não dê** fumo. [122]

Os exemplos (88) a (96) comprovam o uso quase categórico da próclise em orações subordinadas desenvolvidas relativas na gramática de Rodrigues. Na oração (96), observamos que o clítico está interpolado. As estruturas de interpolação do *Arte de cozinha* serão tratadas, conjuntamente, ao final.

#### *Ordem variável*

- Verbo precedido pelo pronome relativo + oração subordinada  
Colocação pós-verbal (1 – 33%):
97. Assada uma galinha, assa-se o fígado dela, o qual depois de pisado, deite-se em uma pequena de mostarda [56]
- Colocação pré-verbal (2 – 67%):
98. oito gemas de ovos, para que incorpore, canela, cravo da Índia e almíscar: deitar-se-há em tigelinhas que coradas se mandarão à mesa [74]

As orações subordinadas desenvolvidas relativas fazem parte dos contextos de regra categórica de próclise em toda a história do PE. Verificamos, todavia, na oração (97), que a ocorrência do clítico não se dá como o previsto, pois ocorre a ênclise mesmo quando há a presença de um pronome relativo.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
pronome relativo	–	100% 43/43
sujeito	–	100% 3/3
operador de negação	–	100% 1/1
SADVs	–	100% 1/1
SPs com função adverbial	–	100% 1/1
oração subordinada	33% 1/3	67% 2/3
TOTAL	2% 1/52	98% 51/52

Tabela 7: orações desenvolvidas relativas

## Orações desenvolvidas adverbiais

### *Ordem fixa*

- Verbo imediatamente precedido pela conjunção subordinativa  
Colocação pré-verbal (28 – 100%):
  99. as pendurem na chaminé em uma cana, para que **se enxuguem**: fregem-se na sertã [85]
  100. pedaço de lãção, chouriços, linguiça, e lombo de porco, tudo misturado com nabos, se **os houver** [94]
  101. e depois de lhe fazerem duas asas de massa (como de panela) e seu testo lavrado, a porão em um forno a cozer devagar; quando **se mandar** à mesa a sangrarão, tirando-lhe molho [95]
- Verbo precedido pela conjunção subordinativa + sujeito  
Colocação pré-verbal (3 – 100%):
  102. Quero dizer, que os homens não hão-de ser avarentos de alguns segredos das suas artes, para que os menos práticos **as possam** exercitar com mais destreza [31]
  103. tanto que a água **se gastar**, e ficar a substância [57]
  104. Entretanto que isto **se faz**, porão a cozer dois cardos partidos em pequenos [64]

- Verbo precedido pela conjunção subordinativa + SP com função adverbial  
Colocação pré-verbal (5 – 100%):
  105. Porão em uma tigela um pouco de vinagre destemperado debaixo do pato, que se há-de estar assando, para que nela se tome pingo [69]
  106. abrirão um buraco em cima, para que por ele se lhe deite dentro a substância que ficou do perdigado [95]
  107. e façam-se dentro três caixinhas, para que em uma se ponha molho quente para assado [111]
- Verbo precedido pela conjunção subordinativa + oração subordinada  
Colocação pré-verbal (2 – 100%):
  108. e ponham-se a torrar, até que fiquem pardas, para que botando-se no carneiro, o façam preto [48]
  109. para que tudo junto se torne a frigir [56]
- Verbo precedido pela conjunção subordinativa + operador de negação  
Colocação pré-verbal (11 – 100%):
  110. Cortada pela junta do pescoço a cabeça da vitela, se pelará como quem pela um leitão, enquanto se não cozer, se porá em água fria [79]
  111. como estiver cozida, lhe deitarão seis cebolas grandes com alguns golpes em cada uma pelo meio, de maneira que se não partam [81]
  112. lhe deitarão uns pós de farinha, de sorte que não se faça em massa na sertã [86]

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção subordinativa	–	100% 27/27
sujeito	–	100% 3/3
operador de negação	–	100% 11/11
SPs com função adverbial	–	100% 5/5
oração subordinada	–	100% 2/2
TOTAL	–	100% 48/48

Tabela 8: orações desenvolvidas adverbiais

## Orações reduzidas de infinitivo não introduzidas por preposição

### *Ordem fixa*

113. por não terem um livro em que estudem o que lhes não lembra: que **fiar-se** da memória sem estudo é querer perder facilmente o que se sabe [31]

O exemplo (113) foi a única ocorrência de reduzida de infinitivo não introduzida por preposição e, conforme o esperado, atestou-se a ênclise.

## Orações reduzidas de infinitivo introduzidas por preposição / locução prepositiva

### *Ordem fixa*

- Verbo precedido por preposição ou locução prepositiva  
Colocação pré-verbal (22 – 100%):

114. Deixei muitas miudezas por **me parecer** serão sabidas [32]

115. Com esta ordem se vai enchendo o prato até **se acabar** tudo [44]

116. e isto até **se acabar** o polme [52]
- Verbo precedido por preposição ou locução prepositiva + operador de negação  
Colocação pré-verbal (1 – 100%):

117. e se não bastar para cobrir os mexilhões, deem-lhe vinagre frio, e por cima sal, e azeite que faça lasso para **se não corromperem** [113]

Segundo Martins (1994), depois da segunda metade do século XIV, as orações infinitivas introduzidas por preposição passaram à regra categórica de colocação pré-verbal do clítico, excetuando a preposição DE, que sempre determinou a próclise, sem ocorrência de variação. Essa autora tratou, nomeadamente, das preposições DE, PERA e A, encontrando, ainda, poucos exemplos de outras, tais como EM e SEM. Encontrar a próclise categórica revela a manutenção do padrão proclítico no século XVII.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
preposição / locução prepositiva	–	100% 22/22
operador de negação	–	100% 1/1
TOTAL	–	100% 23/23

Tabela 9: orações reduzidas de infinitivo com preposição

## Orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição

### *Ordem fixa*

- Nenhum elemento em posição pré-verbal, exceto a oração principal  
Colocação pós-verbal (96 – 100%):
  118. agradecer a todos, **ensinando-lhes** o que sei [32]
  119. Que a ferramenta seja a melhor que puder ser, **conservando-a** sempre muito limpa [33]
  120. em qualquer tempo que lhes for necessária, se sirvam, dela, **tendo-a**, pronta [33]
- Verbo precedido por SADV  
Colocação pós-verbal (11 – 100%):
  121. e logo **tirando-se** fora do lume, deitem-lhe uma dúzia de ovos por cima [41]
  122. logo **batendo-se** tudo, para que fique bem unido [57]
  123. um golpe de vinho, pouco vinagre e um quartilho de água: logo **barrando-se** a panela para que não saia o bafo [59]
- Verbo precedido por oração subordinada  
Colocação pós-verbal (6 – 100%):
  124. Logo que estiverem limpos os pombos, **abrindo-se** pelas costas [62]
  125. a acabarão de assar; depois de assada, **tirando-lhe** o papel, e pondo-se no prato, a mandarão à mesa [68]

126. Depois que as mãos de cabrito estiverem peladas, cozendo-as primeiro [77]

- Verbo precedido por operador de negação  
Colocação pré-verbal (1 – 100%)

127. e debilitando a natural cocção do estômago; e todas as vezes que esta se vicia, se destemperam os humores, não se gerando, naquela proporção [179]

Os únicos elementos que alterariam a posição pós-verbal do clítico, em orações reduzidas de gerúndio, para a posição pré-verbal seriam a preposição EM ou algum operador de negação. Observamos, inclusive, que, dos 11 sintagmas adverbiais presentes nas orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição, 10 (91%) ocorrem com o advérbio *logo*, citado por Martins (1994) como integrante do elenco de advérbios que regeriam a próclise.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
nenhum elemento	100% 96/96	–
operador de negação	–	100% 1/1
SADVs	100% 11/11	–
oração subordinada	100% 7/7	–
TOTAL	99% 114/115	1% 1/115

Tabela 10: orações reduzidas de gerúndio sem preposição

## Orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição em estrutura de coordenação

### *Ordem fixa*

- Verbo precedido imediatamente pela conjunção coordenativa  
Colocação pós-verbal (70 – 100%):

128. Desta massa se irão fazendo uns bolinhos como folhas de louro, frigindo-se, e **pondo-se** em camas com açúcar [53]

129. e tempere-se com espécies pretas; logo trinchando-se o peru, e **pondo-se** sobre fatias, se lhe deitará a calda [60]

- 130 logo embrulhando-os em uma folha de papel, e **atando-os** com um cordel, se irão assando outra vez no espeto [63]
- Verbo precedido por conjunção coordenativa + SADV  
Colocação pós-verbal (1 – 100%)
131. e depois, **frigindo-a** em manteiga, e passando-a por um pouco do molho da conserva fervendo, quente se mande à mesa [88]
- Verbo precedido por conjunção coordenativa + SP com função adverbial  
Colocação pós-verbal (1 – 100%):
132. tirando-lhe o miolo, e em seu lugar **metendo-lhe** natas [121]

As cento e trinta e duas orações acima analisadas servem-nos de amostra para identificar os contextos de regra categórica, bem como os contextos de variação da posição dos clíticos na obra de Domingos Rodrigues. Comentaremos, a seguir, os contextos de ordem fixa e os contextos de ordem variável dos clíticos, para definir a gramática de Rodrigues como menos ou mais inovadora, conforme proposto no início deste trabalho.

ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
conjunção coordenativa	100% 70/70	–
SADVs	100% 1/1	–
SPs com função adverbial	100% 1/1	–
TOTAL	100% 72/72	–

Tabela 11: orações reduzidas de gerúndio sem preposição em estrutura de coordenação

## DEFININDO A GRAMÁTICA DOS CLÍTICOS EM DOMINGOS RODRIGUES

Já expusemos antes as regras que determinam a fixação da posição pré ou pós-verbal dos clíticos. Definiremos, então, a sintaxe dos clíticos na gramática de Rodrigues, de acordo com tais regras, a fim de qualificá-lo, no século XVII, como detentor de um uso mais ou menos conservador.

No *corpus Arte de cozinha*, constatamos a manutenção da **ordem fixa** dos clíticos, em conformidade com a norma do PE, a saber:



1. Nas orações não-dependentes, quando o verbo ocupou a posição inicial absoluta, a ênclise manteve-se categórica (354 – 100%); situação esperada, de acordo com a história do PE. Nessa situação, a gramática de Rodrigues mostra-se conservadora.
2. Nas orações não-dependentes, sempre que o verbo apareceu precedido por operador de negação, a posição pré-verbal dos clíticos foi categórica (17 – 100%). Nesse quesito, a gramática de Rodrigues também se mostra conservadora.
3. Em orações não-dependentes com verbo precedido por tópico pendente, só houve a ocorrência de ênclise (4 – 100%), o que, no registro da obra de Rodrigues, se mantém fiel à norma padrão.
4. Nas orações reduzidas de gerúndio, bem como nas orações reduzidas de gerúndio em estrutura de coordenação, a ênclise é categórica (186 – 99,47%), ocorrendo a próclise apenas quando o verbo é precedido por operador de negação (1 – 0,53%). Sendo essa a posição padrão dos clíticos em tais orações em todos os tempos, mais uma vez, verifica-se, na gramática registrada no *Arte de cozinha*, o padrão conservador.
5. Ressaltamos que, nas coordenadas introduzidas pela conjunção MAS, só ocorreu ênclise; nas explicativas, só ocorreu próclise e, com a conjunção alternativa OU, a ênclise é categórica. Esse último fator é oposto à Martins (1994), bem como difere da sua explicação para a sintaxe dos clíticos nesse contexto. Mesmo sendo em pequena quantidade, o fato de se registrar apenas a ênclise, nas coordenadas introduzidas pela conjunção MAS e nas alternativas, é um indício de que alguma mudança já está em andamento.

Nos contextos possíveis de **ordem variável** na posição dos clíticos, a gramática de Rodrigues revelou-nos o seguinte:

1. Sendo o verbo precedido por conjunção coordenativa, a ênclise é dominante (166 – 82%); a ocorrência da próclise atinge 37 (18%). Segundo Martins (1994), nos séculos XV e XVI, a posposição dos clíticos se torna pouquíssimo frequente em orações não-dependentes ‘neutras’, ficando restrita, quase que exclusivamente, aos seus verbos em posição inicial absoluta. Assim, encontrar a ênclise dominando majoritariamente nesse contexto é mais um indício de que a sintaxe dos clíticos começa a mudar em direção à do PE contemporâneo no século XVII, hipótese proposta por Martins (1994), revelando, ainda, que a gramática na obra de Rodrigues é mais inovadora.

2. Nas orações não-dependentes ‘neutras’ cujo verbo é precedido por sujeito, quanto à variação entre ênclise e próclise, de forma geral, a próclise é majoritária (14 – 70%); ênclise (6 – 30%), sendo o clítico SE utilizado em 92% dos casos, tanto de ênclise, quanto de próclise. Entretanto, verificamos que, quando o sujeito está lexicalmente preenchido, se tem um equilíbrio entre o uso pós e pré-verbal do clítico; ênclise (5 – 45%) e próclise (6 – 55%); seis sentenças proclíticas não apresentam o núcleo do sujeito, comportando-se como estrutura de Focalização que determina o uso da próclise; e uma sentença tem como sujeito um quantificador, também elemento desencadeador de próclise. Assim, desse elenco, 7 (50%) orações proclíticas estão fora do contexto de variação. Portanto, o uso da ênclise nessa estrutura revela sim uma gramática inovadora, pois, ainda, Martins (1994) mostra, tanto através dos dados por ela levantados, quanto em trabalhos de outros autores,<sup>8</sup> que, no século XV, a anteposição dos clíticos é largamente preferida à sua posição quando um sujeito lexical precede o verbo. Aliás, a passagem do clítico da posição para a anteposição quando o verbo é precedido por sujeito já está registrada desde o início do século XIV.<sup>9</sup> Ou seja, na gramática de Rodrigues, século XVII, já não se verifica a predominância da posição pré-verbal do clítico quando o verbo é precedido por sujeito lexical. Tal comportamento também comprova a inovação na gramática registrada no *Arte de cozinha*.
3. Em orações com verbo precedido por sintagma adverbial, temos três orações enclíticas com o advérbio LOGO e uma com o advérbio ASSIM (ambos definidos como advérbios proclisadores), indício de mudança na sintaxe dos clíticos em direção ao PE contemporâneo. Nas orações em que ocorre a próclise, 63 (88%) são compostas por advérbios proclisadores – 37 **também**, 18 **assim**, 8 **logo** –, então, fora do contexto de variação. São, desse modo, 8 (47%) orações com ênclise contra 9 (53%) orações com próclise em igual contexto de variação. Essa situação contrapõe-se à observada nos séculos XV e XVI, quando a colocação pré-verbal dos clíticos em orações

8 Martins (1994, p. 81) utiliza especialmente o trabalho de Mattos e Silva (1989): “As frases com sujeito lexical pré-verbal apresentam dentro dos *Diálogos de S. Gregório* um comportamento peculiar por permitirem a anteposição do clítico, ao contrário do que acontece com as frases com sujeito vazio. Confirma-se assim uma vez mais que o preenchimento da posição de sujeito por uma categoria lexical, em orações não-dependentes afirmativas, favorece a anteposição do clítico (sem a tornar necessária)”.

9 Martins (1994, p. 81): “Tenha-se em atenção, finalmente, a opinião de Mattos e Silva (1989). Esta autora estuda um texto literário do século XIV (*Diálogos de S. Gregório*) de características conservadoras (nomeadamente em relação à colocação dos clíticos). [...] “A ênclise deixa de ser obrigatória quando o verbo não inicia o enunciado principal, pois está precedido de outros componentes: sujeito explícito, complemento ou circunstanciais [sic].”

não-dependentes se tornou preponderante, independentemente da presença ou não de elementos que os condicionassem.

4. Nas orações com verbo precedido por sintagma preposicional com função adverbial, a próclise (89 – 69%) é majoritária em relação à ênclise (40 – 31%). Em estruturas de orações não-dependentes ‘neutras’ cujo verbo é precedido por sintagma preposicional, Martins (1994) afirma haver indícios do favorecimento da anteposição dos clíticos, porém, por causa dos poucos dados encontrados (2/3 próclise), diz que tal hipótese é tênue. Contudo, levando-se em consideração que tal estrutura é suscetível de variação e que o século XVI é predominantemente proclítico, o uso da ênclise nesse contexto, na gramática de Rodrigues, parece ser um indicativo de inovação.
5. Em estruturas com o verbo precedido por oração subordinada, a ênclise é majoritária (368 – 72%) comparando-se com a próclise (143 – 28%). No século XVI, predominantemente proclítico, a anteposição do clítico também era regular quando a oração principal com verbo inicial estava precedida por oração subordinada que dela dependesse. Como se vê, na gramática de Rodrigues, a sintaxe dos clíticos em tal contexto mostra-se inovadora.
6. Nas orações desenvolvidas relativas, encontramos uma ênclise, fato totalmente inusitado para o padrão da época. Trata-se do exemplo (97), rerepresentado a seguir: *Assada uma galinha, assa-se o fígado dela, o qual depois de pisado, deite-se em uma pequena de mostarda* [56]. Esse exemplo, apesar de único, evidencia que há algo de novo no trajeto da sintaxe dos clíticos em direção ao PE contemporâneo, já no século XVII.

Além dos comentários acima expostos, destacamos os seguintes fatores:

1. No século XVII, tornou-se escasso o uso da interpolação, mas, quando acontecia, era restrita ao operador de negação NÃO. Segundo Martins (1994), tanto a preferência pela ênclise, quanto a perda da interpolação generalizada, acontecem simultaneamente, evidenciando uma gramática mais inovadora, portanto mais próxima da gramática do PE contemporâneo. Em todas as ocorrências de interpolação, no *Arte de cozinha*, o único elemento interpolado é o operador de negação NÃO. Aliás, das 17 ocorrências de NÃO precedendo o verbo, em 12 (71%) há interpolação:

(1) e ponham-se a enxugar em uma cana, em parte que **lhe não dê** fumo [122]

(2) Cortada pela junta do pescoço a cabeça da vitela, se pelará como quem pela um leitão, enquanto **se não cozer**, se porá em água fria: [79]

- (3) como estiver cozida, lhe deitarão seis cebolas grandes com alguns golpes em cada uma pelo meio, de maneira que **se não partam** [81]
2. A mesóclise não é uma posição de preferência do clítico na obra de Rodrigues, correspondendo apenas a 1% do total. A posição dos clíticos que permite a expressão do tempo futuro, sem que a mesóclise se faça presente, é a próclise. No elenco das orações não-dependentes ‘neutras’, quando o verbo é precedido por conjunção coordenativa, sintagma adverbial, sintagma preposicional e oração subordinada, temos um total de 206 ocorrências de próclise, sendo 189 (92%) dessas no tempo verbal futuro do presente. Assim, desconfiamos de que o índice de próclise em tais estruturas seja por conta da restrição do tempo verbal escolhido.

## CONCLUSÃO

Por tudo que analisamos e demonstramos acima, acreditamos que, na obra do cozinheiro português, do século XVII, Domingos Rodrigues, autor do primeiro manual de cozinha impresso em Portugal, não inserido no cânone literário de tal período, a gramática é mais inovadora, isto é, mais próxima da gramática do PE contemporâneo, pois que, nas orações não-dependentes ‘neutras’, encontramos o uso de 62% de ênclise (588 ocorrências) contra 38% de próclise (355 ocorrências).

## REFERÊNCIAS

- CASCUDO, Luís da Câmara (2004). *História da alimentação no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global Editora.
- GALVES, Charlotte (2003). Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos sermões do padre Vieira. In: ALBANO, Eleonora; COUDRY, Maria Irma Hadler; POSSENTI, Sírio; ALKMIM (org.). *Saudades da língua*. São Paulo: Mercado das Letras. p. 245-60.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2001). Clitic placement in 17th and 18th european portuguese texts: first results from the Tycho Brahe *Corpus*, apresentado no *workshop* Rhythmic Patterns, Parameter Setting and Language Change, ZiF, University of Bielefeld, disponível em <http://www.ime.usp.br/~tycho/what>.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2005). The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from the Tycho Brahe *Corpus*. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. 4 v., nff. 1. Variation and change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond. Lisboa: Edições Colibri. p. 39-67.

- LOBO, Tânia (1993). *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- LOBO, Tânia (2001). Sintaxe portuguesa e sintaxe brasileira na Bahia do século XIX. In: *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil*; edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. v. IV.
- MAGALHÃES, Justino Pereira (1996). Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2. p. 42-60.
- MARTINS, Ana Maria (1994). *Clíticos na história do português*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2v.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub (orgs.) (2003). *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Caminho.
- PÉCORA, Alcir (1994). *Teatro do Sacramento*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Edusp.
- PÉCORA, Alcir (org.) (2001). *Antônio Vieira: Sermões*. São Paulo: Hedra.
- REDON, Odile; SABBAN, Françoise; SERVENTI, Silvano (1998). *The medieval kitchen: recipes from France and Italy*. Chicago/London: Chicago Press.
- ROCHA, Nilzete (2009). *Clíticos: ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.
- RODRIGUES, Domingos (1995[1693]). *Arte de cozinha*. Lisboa: Manuel Lopes Ferreira. Reedição integral, com estudo prefaciador por Alfredo Saramago. Sintra: Colares Editora.
- RODRIGUES, Domingos (1987[1732]). *Arte de cozinha*. Lisboa: Officina Ferreiriana. Leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



## FORMAS DE USO DO ONDE E LOCALIZADORES POR PROFESSORES PRIMÁRIOS NA PROVÍNCIA DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Noemi Pereira de Santana  
(Universidade Federal da Bahia)

### INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma pesquisa em correspondências manuscritas por professores públicos primários da Bahia, dirigidas aos Diretores da Instrução Pública, na segunda metade do século XIX, mais propriamente nos anos de 1880 e 1881. Através do levantamento dos localizadores *onde* e seus correlatos (*aonde*, *de onde*, *para onde*, *por onde*), *que* e *o qual* preposicionados, sistema esse que se encontra em variação com o *onde* e seus correlatos, vai-se verificar a frequência de uso desses localizadores e o respectivo contexto linguístico de ocorrência, identificando os seus valores. Os resultados vão ser discutidos, tendo em vista a prescrição gramatical dos séculos XIX e XX. Sabendo-se que a escola é um dos agentes de veiculação desse padrão normativo, as questões que se colocam são: que norma é esta que se evidencia na escrita desses professores do final do século XIX? Estão os usos em consonância com o padrão normativo de caráter lusitanizante ou seguem tendências do português brasileiro?

Para tratar dessa questão linguística na escrita dos professores, vai-se verificar a situação da escola, na Bahia, nesse período histórico, focalizando a sua formação. Pergunta-se: até que ponto essa formação assegurou o uso do padrão normativo, considerando-se que, naquele momento histórico, nem todos os professores passaram por um estudo sistemático e nem mesmo pelas Escolas Normais?

A motivação para esta pesquisa partiu do que propõem Mattos e Silva (2004), Faraco (2008), Pagotto (1998), dentre outros, sobre a formação do português culto brasileiro. Para Mattos e Silva (2002; 2004), o português europeu é o antecedente histórico do português culto brasileiro. Esse português começaria

a definir-se, segundo a autora, na segunda metade do século XVIII, quando, por força das diretrizes político-culturais, a língua portuguesa passou a ser objeto de ensino sistemático no Brasil, embora precário, mas obrigatório. Nesse sentido, Mattos e Silva (2004) propõe a reconstrução da história da escolarização como uma vertente a ser seguida para se reconstruir a história social linguística do Brasil. Para efeito deste estudo, vai-se focalizar, especificamente, a segunda metade do século XIX, período em que esteve em debate a assunção de um ideário de norma culta, baseado no padrão lusitano, de prestígio, por parte da elite letrada brasileira.

Pagotto (1998), em pesquisa em que compara as duas constituições brasileiras, uma do início do século XIX e outra da segunda metade desse mesmo século, apresenta como resultado diferenças entre elas, no que se refere ao padrão normativo. O primeiro documento teria sido redigido seguindo-se as normas de uso do português clássico<sup>1</sup>, e o segundo do português moderno<sup>2</sup>, sob a influência das novas normas do padrão culto escrito, de caráter lusitanizante. Dentre os fenômenos linguísticos observados, está o uso do *onde* e do *aonde*, nas duas constituições. Assim está dito no texto: “A constituição do Império apresenta quase categoricamente a forma *aonde* em contextos onde a atual norma culta prescreve *onde*, que é a forma empregada na constituição republicana” (PAGOTTO, 1998, p. 52). Também esse modelo de norma culta é seguido em textos escritos da época, como os literários.

O *corpus* desta pesquisa, como já foi anunciado, são as correspondências manuscritas por professores primários, nos anos de 1880 e 1881, localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). As correspondências têm como teor informar assunção de cargo ou remoção e solicitar recursos diversos, como materiais de ensino, livros, lousa, mobiliário etc. Para efeito de análise dos localizadores, lançou-se mão de gramáticas de autores do século XIX e XX. Para se levantarem aspectos relacionados à formação dos professores, tomaram-se, como fonte primária, os *Relatórios dos Diretores da Instrução Pública* e as *Falas dos Presidentes da Província da Bahia* e, como fonte secundária, estudos de pesquisadores da área da História da Educação. Como partes em que se compõe este trabalho, vai-se tratar inicialmente da formação dos professores dessa segunda metade do século XIX; em seguida, estará sob enfoque o fenômeno linguístico: primeiro, sua prescrição nas gramáticas; depois, a sua análise no *corpus*.

---

1 Tarallo (1990, p. 83) sintetiza o que diz Câmara Júnior (1976) sobre os períodos em que se pode dividir a língua portuguesa: “[...] com base em dados da língua escrita, pode-se dividir a língua portuguesa em dois períodos: 1. período arcaico: até o século XV; 2. período moderno, compreendendo: período moderno clássico: séculos XVI e XVII; período moderno pós-clássico: séculos subsequentes.”

2 Segundo classificação de Câmara Júnior (1976), pode-se entender como uma referência ao português pós-clássico.

## PROFESSORES PRIMÁRIOS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

O século XIX foi marcado pelo investimento dos governos nos sistemas de ensino, principalmente o primário, configurando a proposta de educação para todos, advinda dos ideais iluministas. Para tanto, a orientação era centralizar o ensino em uma instituição apenas – a escola –, a qual, por sua vez, deveria ser gerenciada pelo Estado<sup>3</sup>. Nesse sentido, o poder público passou a intervir diretamente na Educação (NÓVOA, 1991).

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, determinava a gratuidade do ensino primário, mas uma atenção maior só veio a ser dispensada três anos depois, com a Lei Geral do Ensino, promulgada em 15 de outubro de 1827. Essa lei, que só se efetivou a partir do Ato Adicional de 1834, descentralizou o poder, criando as Assembléias Legislativas Provinciais, e determinou a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares populosos, passando a cada província a responsabilidade pela instrução primária.

Fundamental para esse empreendimento aqui no Brasil foi, então, a preocupação com a formação dos professores, através da criação de escolas, o que já vinha ocorrendo em outros países, a exemplo da França, a partir da Revolução Francesa. Na verdade, seria apenas a institucionalização da profissão docente no Brasil, já que, até então, o ensino das primeiras letras era feito por preceptores particulares, autônomos, e a educação era voltada apenas para uma elite. Nessa primeira metade do século XIX, passaram a ser criadas as Escolas Normais no Brasil, seguindo o modelo das Escolas Normais da França, voltadas para uma educação popular.

Somente com a Lei de 1836, passou-se a exigir a formação dada pela Escola Normal; antes disso, o pré-requisito para atuar como professor era ser concursado, conforme estabelecido no artigo 7<sup>ffl</sup> da Lei de 1827:

Art. 7<sup>o</sup> – Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Segundo Silva (2000), os candidatos às cadeiras primárias advinham de setores sociais economicamente baixos e concorriam à vaga de professor, principalmente por dois motivos: estabilidade e ausência de cobrança de um patrão,

---

3 O ensino no Brasil, depois de expulsa a Companhia de Jesus, esteve em mãos de preceptores particulares. Dessa forma, vinha sendo desenvolvido de maneira autônoma, o que não tirava o mérito dos professores particulares, porém não atingia a população em geral, como era o objetivo. Inclusive porque, nesse contexto de independência política e consolidação da identidade nacional, ao Estado caberia padronizar comportamentos, atitudes e valores.



mesmo conscientes da baixa remuneração. Por economia, o professor geralmente ministrava as aulas na própria residência, pois era ele o responsável pelo aluguel da casa escolar. Em alguns casos, para conseguir mais proventos, o professor titular desempenhava outra atividade, deixando em seu lugar um de seus filhos ou mesmo sua mulher.

Em relação à implementação e ao funcionamento das Escolas Normais na Província da Bahia, a Lei de nº 37, de 14 de abril de 1836, estabeleceu o seguinte:

Art. 1<sup>ffl</sup> – Haverá na Capital desta Província uma Escola Normal, onde se habilitem os que se destinarem ao magistério da Instrução Primária.

Art. 2<sup>ffl</sup> – Esta Eschola compreenderá duas cadeiras, uma de Ensino Mutuo, na qual se ensinará praticamente o método de Ensino Mutuo, e outra em que se tratará da Leitura, Escrita, Geografia, Aritmética, Desenho Linear, Princípios da Religião Cristã, Gramática Philosophica da Língua Portuguesa, com exercícios de análise e imitação dos clássicos.

Art. 6<sup>ffl</sup> – A cadeira complementar será dada em concurso ao candidato que, provando haver freqüentado com proveito as aulas de Francês, Latim, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria, se mostrar mais habilitado para este magistério.

Art. 11<sup>ffl</sup> – Os atuais professores de Primeiras Letras serão obrigados a freqüentar a Eschola Normal quando chamados pelo Presidente da Província em presença do qual farão depois exame.

Art. 13<sup>ffl</sup> – Os alunos da Eschola Normal, que houverem sido aprovados, serão mandados a substituir os Professores chamados a freqüentarem a Eschola.

Art. 15<sup>ffl</sup> – Os Professores que recusarem freqüentar a Eschola Normal no tempo marcado pelo Presidente, ou que tendo freqüentado, forem reprovados no exame, serão aposentados com metade do ordenado, que perceberem, se tiverem mais de vinte anos de Magistério, com dois terços tendo mais de vinte e seis; e finalmente com todo o ordenado, quando tiverem servido de trinta anos.

Art. 20<sup>ffl</sup> – Ninguém será admitido a concurso público para as cadeiras de Instrução Primária, sem que [tenha] freqüentado a Escola Normal, e nela [sido] aprovado. (APEB – Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial, I).

Observa-se, assim, que essa lei pretendia assegurar uma formação pedagógica sistematizada do futuro professor, prevendo, inclusive, essa formação para

os que já se encontravam lecionando. Segundo Villela (2000), para um aluno ser admitido na Escola Normal, era necessário apresentar comprovante sobre sua conduta moral, emitido pelo juiz de paz ou pelo padre local, e, em seguida, fazer uma prova de leitura e escrita.

A Escola Normal da Bahia, criada em 1836, passou a funcionar apenas em 1842. Isso porque, para a sua inauguração, imprescindível era conhecer os métodos e organizar o regulamento, conforme registrado no artigo 3<sup>ffl</sup> da Lei de 1836:

Art. 3<sup>ffl</sup> – A primeira cadeira [do Ensino Mútuo] fica autorizado o Presidente da Província a mandar a Paris dois indivíduos, que saibão o Francez, escolhidos em concurso; a fim de que aprendam perfeitamente na Eschola Normal de Paris, o methodo theorico, e prático do Ensino Mutuo, recomendando-os á Missao Brasileira naquella Côrte, para que sejam considerados alumnos franceses.

Os dois professores escolhidos foram enviados à França e só retornaram em 1842, quando apresentaram os métodos em versões traduzidas por eles e organizaram os Regulamentos para as escolas primárias e para a Escola Normal da Província (NUNES, 2004). Para supervisionar esse empreendimento, criou-se, ainda em 1842, o Conselho de Instrução Pública, submisso ao Presidente da Província que, dentre outras atribuições, inspecionava as aulas, os métodos e os compêndios utilizados. Sete anos depois, foi instituído o cargo de Diretor Geral dos Estudos, que administrava tudo o que se referia à Instrução Pública da Província (NUNES, 2004).

Inicialmente, a Escola Normal foi aberta apenas aos homens. Em 1850, com a demanda de meninas por escolas, criou-se a Escola Normal para Senhoras, que funcionava no mesmo prédio da Escola de Homens e era submetida à mesma direção. Nesse momento, as aulas eram dadas alternando-se os dias – um para os homens; outro para as mulheres. Com isso, a duração do curso passou a ser de um ano (NUNES, 1999). Ao longo de dez anos desde a sua criação (1842-1852), a Escola Normal habilitou 92 professores – 68 homens e 24 mulheres, numa proporção de nove ao ano (WANDERLEY, 1853; MOACYR, 1939 apud NUNES, 1999).

Embora houvesse um investimento significativo na instrução, o relatório do Diretor Geral dos Estudos, de 1851, denuncia a estagnação do empreendimento, registrando que o ensino da Escola Normal estava deficitário, pois não habilitava adequadamente, já que os alunos-mestres só tinham contato com a teoria, não desenvolvendo sua prática. Sugeriu, então, que o fizesse pelo menos durante um ano. Mesmo que aparentemente precária essa formação, o então Diretor Geral dos Estudos, Casimiro de Sena Madureira, em 1853, considerava necessária a valorização

do aluno-mestre como primeiro candidato à vaga de professor primário, enfatizando, entretanto, a necessidade de que se elevasse para três anos a duração do curso normal e de que as aulas se limitassem à gramática e não à filosofia da língua.

Em 1860, o diretor da Instrução Pública, João José Barbosa de Oliveira, instituiu, no *Regulamento Orgânico da Instrução Pública*, a criação de internatos nas duas Escolas Normais, passando o seu curso à duração de três anos. Na década seguinte, o então presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço, reformou a Instrução Pública, tornando o curso da Escola Normal de Homens em dois anos e regime de externato, e o da Escola Normal de Senhoras, em três anos e regime de internato. O Presidente, em sua Fala à Assembléia Legislativa da Bahia, em 1871, ao tratar da Escola Normal de Homens, diz que

[...] foi seu curso reduzido a dous annos por causa da pequena frequencia que havia, ao passo que crescia urgentemente a necessidade de pessoal habilitado para reger as cadeiras primarias, que, como se vio, são occupadas em mais de duas terças partes por pessoas não preparadas para o ensino, e nomeadas arbitrariamente, sem terem dado prova alguma de habilitação, que visam, sem duvida a adquirir na pratica do ensino [...] (MARTINS, 1871, p. 38)

Em 1873, o Presidente da Província implementou no curso uma abordagem prática, criando escolas primárias anexas às escolas normais, para que os alunos-mestres pudessem exercitar o que estudavam na teoria (NUNES, 1999).

A Escola Normal de Senhoras, 25 anos depois de criada, ou seja, em 1875, tinha em suas salas 93 alunas<sup>4</sup>, demonstrando, assim, um aumento da procura pelo magistério por parte das mulheres. Segundo Nunes (1999), nesse momento foi aberto um colégio particular oferecendo curso normal para mulheres, revelando que havia uma demanda que não estava sendo atendida pela escola normal pública. Mesmo assim, não havia profissionais formados em quantidade suficiente para atender à demanda. Isso se comprova na atitude do governo que, diante da carência de professores formados e da dificuldade de deslocamento para vilas e povoados distantes, passou a permitir, na década de 70, que fossem admitidos professores não graduados pela Escola Normal. Nesse sentido, novas cadeiras foram criadas e, para preenchê-las, tornou não obrigatória a apresentação de diploma de aluno-mestre para o magistério em cidades do interior.<sup>5</sup>

4 Cf. Relatório de Diretoria de Instrução Pública de 1876.

5 Cf. Relatório de Diretoria de Instrução Pública de 1870.

Apesar de passarem por um concurso, em geral os candidatos eram aprovados e nomeados independentemente dos resultados, por uma relação clientelista com o político de sua localidade (COSTA E SILVA, 1997).

Em 1881, o então Presidente da Província, Antônio de Araújo Bulcão, criticava a formação pedagógica dada pela Escola Normal. São suas as seguintes palavras:

Das escolhas normaes sahião alumnos que mal podião exercer as nobres funcções do sacerdócio do ensino, por ignorarem matérias de que devião ter conhecimento, mas que não erão contempladas no programma de estudos d'aquelles estabelecimentos. Mao preparo do mestre só podia trazer, como consequencia inevitável, mao ensino (BULCÃO, 1881, p. 25).

Bulcão propôs, então, que o tirocínio docente fosse obrigatório para que os alunos saíssem com habilitações para o magistério, para o provimento das cadeiras de primeira classe, sem concurso, dando-lhes prioridade em relação aos que não passavam pelo Curso da Escola Normal.

Com a nova reforma implementada em 1881, cada Escola Normal seria apenas externato, teria curso de 3 anos e, em cada uma delas, haveria uma escola primária anexa para o ensino prático dos métodos (NUNES, 1999). Nessa gestão, implementaram-se novos procedimentos, configurados no chamado *Regulamento Bulcão*, que introduziu o método intuitivo, que priorizava a intuição, a observação e a experiência através dos sentidos.<sup>6</sup>

Para melhor visualizar a matrícula dos alunos das Escolas Normais da Província da Bahia, no período de 10 anos, 1870 a 1880, e o número de concluintes habilitados para o magistério, veja-se a tabela 1 a seguir:

---

6 O procedimento levava a, inicialmente, se considerar a percepção do objeto para, a partir daí, se desenvolver a ideia, ou seja, o movimento se dava do concreto para o abstrato, do conhecido para o ignorado. Vale destacar que o processo de ensino-aprendizagem partia do objeto para o nome; na medida em que o aluno ia adquirindo esse conhecimento, iniciavam-se atividades relacionadas à descrição do objeto; quando já era possível abstrair, passava-se a utilizar mais a ideia do que os objetos concretos em sala de aula (SANTANA, 2007, p. 79).

DADOS ESTATÍSTICOS	EXTERNATO MASCULINO					INTERNATO DE SENHORAS					TOTAL DE MATRICULADOS	TOTAL DE FORMADOS
	Matriculados				Formados <sup>7</sup>	Matriculados				Formados <sup>8</sup>		
	1º	2º	3º	Total		1º	2º	3º	Total			
1870 <sup>3</sup>	24	03		27	03	12	07	15	34	15	61	18
1871 <sup>4</sup>	24	12		36	11	11	10	07	28	07	64	18
1875	17	12	07	36	07	45	28	20	93	19	129	26
1876	23	09	10	42	09	36	38	25	99	17	141	23
1877	36	30	26	92	24	30	17	07	54	07	146	31
1878	29	19	13	61	12	39	33	27	101	27	162	39
1880	42	20	14	76	10	57	31	27	115	20	191	30

Tabela 1: Matrícula e conclusão nos cursos das escolas normais da Província da Bahia / 1870-1880<sup>9</sup>

Fonte: Relatórios de Diretores da Instrução Pública e Falas de Presidentes da Província da Bahia à Assembléia Legislativa – Anos 1870 a 1881 (IHGB e APEB).

Para efeito desta análise, tomam-se alguns dados da tabela 1 que serão significativos para que se possa observar como as Escolas Normais funcionaram nesse período, em termos de formação de professores para atuarem nas escolas públicas primárias da Província. A quantidade de mulheres, tanto matriculadas quanto habilitadas, foi, no total geral, superior à de homens, evidenciando uma procura maior daquelas pelo magistério, conforme referido anteriormente. Percebe-se aí uma mudança na cultura da própria Província.<sup>10</sup>

O que se pode verificar também na tabela 1 é a desproporcionalidade do número geral de matriculados para o número geral de concluintes habilitados, tanto no que se refere à escola de homens quanto à de senhoras. Fica a questão: o que fazia com que tantos candidatos se matriculassem, mas não concluíssem o curso e muito menos se habilitassem ao magistério?

É provável que o baixo índice de habilitados tenha possibilitado a contratação de pessoas não habilitadas, como é referido em muitos relatórios da Diretoria da

7 Habilitados para o exercício do Magistério.

8 Habilitados para o exercício do Magistério.

9 Nos Relatórios referentes aos anos de 1872 a 1874 e 1879 não foram informados todos os dados, portanto esses anos foram desconsiderados para efeito da análise.

10 O que os dados oficiais revelam é que o número de mulheres candidatas ao magistério foi superando o número de homens. Em 1892, estavam matriculadas na Escola Normal 207 alunas para apenas 37 alunos. Segundo o Governador do Estado, Manuel Rodrigues Lima, uma explicação era o prestígio e a segurança da carreira de magistério como futuro para a mulher na Bahia (LIMA, 1893, p. 40).

Instrução Pública, por força da abertura de escolas e de uma possível demanda de alunos no período em questão. A título de ilustração, observem-se os dados da tabela 2, a seguir:

ANO	MASCULINAS	FEMININAS	MISTAS	TOTAL
1871	209	60	–	269
1878	315	172	2	489
1880	348	226	4	578
1881	362	238	10	610

Tabela 2: Escolas Públicas na Bahia / 1871-1881

Fonte: Relatórios de Diretores da Instrução Pública e Falas de Presidentes da Província da Bahia à Assembléia Legislativa – Anos 1870 a 1881 (IHGB e APEB).

Observa-se na tabela 2 o crescente índice de escolas públicas na Província nesse período, valendo ressaltar o aumento de escolas femininas, embora a superioridade numérica de escolas masculinas se mantivesse.

Diante dos dados expostos nas tabelas, cabe assinalar que, mesmo com o crescimento em relação ao número de alunos normalistas (tabela 1), chama a atenção a desproporcionalidade deste em relação ao número de escolas (tabela 2). Tanto é assim que, segundo o Presidente da Província, Antônio de Araujo Bulcão, no ano de 1882, havia 616 escolas, entre femininas, masculinas e mistas; em contraposição, havia 563 professores públicos, sendo que apenas 239 eram titulados<sup>11</sup> e 324 não o eram.

Isso enseja as seguintes perguntas: Que formação tinha os demais professores que eram admitidos para as escolas primárias da Província? Seriam autodidatas? Sabe-se que, até os anos 80 do século XIX, a formação institucionalizada de professores se fez pela Escola Normal; apenas a partir desse período, a iniciativa privada passou a atender também a essa demanda.

## O FENÔMENO LINGUÍSTICO

O *onde* e seus correlatos – *aonde*, *de onde*, *para onde*, *por onde* – e o *que* e o *qual* preposicionados são elementos gramaticais que encabeçam orações adjetivas. O valor locativo desses elementos pode ser uma referência a um uso mais concreto ou mais abstrato, como o valor temporal e nocional. Esse valor vai depender de como os seus referentes estão cognitivamente configurados. Os usos metafóricos

<sup>11</sup> Leia-se: habilitados.

são comuns na língua, considerando-se a mudança semântica a que estão sujeitos os itens, condicionados por fatores cognitivos ou discursivo-pragmáticos no ato da comunicação. Considerando-se os dois sistemas, verifica-se que, embora em variação na língua, a tradição gramatical prescreve normas para estabelecer os seus usos.

O onde é um dos itens mais antigos da língua, etimologicamente é proveniente do unde latino, significando de onde (procedência). Posteriormente, assume também o significado do ubi (hu e u no português arcaico), significando lugar em que (permanência) e lugar a que (direção). Com o esvaziamento das acepções de proveniência e direção e a progressiva adoção de preposições para marcar essas duas idéias, o hu foi caindo em desuso (séculos XIV – XV), permanecendo a forma onde, como um localizador universal. Precedido de preposição, atende às várias acepções indicadoras de lugar, marcando oposições semânticas.

Sobre o aonde, Cambraia (2002) observa a presença dessa forma no primeiro texto em língua portuguesa em que a expressão aparece, a obra trecentista intitulada Livro de Falcoaria, de Pero Menino. Verificando as suas ocorrências e sua relação com o onde, conclui esse autor que a anexação do a ao onde – preposição que na fase arcaica tem o valor de permanência e direção – veio marcar esses dois valores recém-adquiridos pelo onde, em oposição ao de onde. Nessa fase, segundo Bonfim (1993 apud Cambraia, 2002), o onde estava perdendo o seu valor etimológico de lugar de que e assumindo esses dois novos valores. O aonde tem, portanto, uma origem polissêmica, estando em variação com o onde desde as suas origens.

Said Ali (1966, p.185), numa referência ao u e ao onde diz:

Cedido o posto do antigo advérbio ao vocábulo onde, nem por isso se mostram daí por diante convencidos os escritores de que o termo sem algum reforço preposicional basta sempre para indicar o que o latim ubi indicava; e assim aonde e donde, só ou aumentado em adonde, passam a usar-se também como sinônimos de onde.

O autor apresenta exemplos quinhentistas, seiscentistas e setecentistas:

Exemplos quinhentistas (p.186)

Poderia passar a gente nos bateis das naos a outra banda do rio, donde a fortaleza está situada (Jerônimo de Mendonça, Journ. de Afr. I, 40).

Donde estará ella agora? (Jorge Ferreira, Ulis. 357).

Exemplos seiscentistas (p.186)

Nem o será nunca aonde a ley e a religião não for a mesma. (Vieira, Sermon. 8, 486).

Isto acontece aonde falta a resolução (Vieira, Sermon. 8, 486).

### Exemplos setecentistas (p.186)

Por saber donde habite, ou quem seja ella, seguiu, voando, os passos da donzella (Durão, Caram, 4, 7).

E na escura caverna, adonde Jove [outro espírito] espalha a luz tremenda (Durão, Caram, 1, 10).

O autor acrescenta que *donde* e *adonde* foram usados também com significação diretiva. Exemplos:

Leva-me adonde reynas (Bernardes, L e C., 500).

São como mercadorias, que segundo a parte donde [= para onde] se encaminhão, valem ou não valem (Francisco Manuel de Melo, Ap. Dial., 272).

Said Ali (1966, p. 187) conclui que

[...] apesar de todos estes exemplos e outros que deixamos de mencionar, prevaleceu a doutrina de considerar tais casos como aplicação secundária ou imprópria dos advérbios *onde*, *donde* e *aonde*, cabendo-lhes expressar respectivamente a noção locativa, a de procedência e a diretiva. O português literário hodierno cinge-se a esta regra e não toma para modelo exemplo clássico que, porventura, dela se afaste.

Dos exemplos apresentados, pode-se verificar o longo período de variação do *onde* e seus correlatos, até uma definição dos usos preposicionados, no português contemporâneo, pelo menos para o *de onde* e o *para onde*. Quanto a *onde* e *aonde*, a variação persiste, a mesma desde as origens.

Em relação ao *que*, esse também é proveniente do latim. Da quantidade de conjunções usadas no sistema latino, houve um empobrecimento no quadro desses itens no português. Tarallo (1990, p. 166) diz que: “[...] não só o quadro das subordinativas foi drasticamente reduzido na passagem do latim ao português, como também restou, basicamente, uma única forma sobrevivente: o preenchedor de COMP, *que*.” Câmara Júnior (1976 apud Tarallo, 1990, p. 166) destaca que “O fato primacial foi o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência, em homonímia com o pronome relativo *que*: a) pronome relativo – (...) *o homem que vejo*; b) conjunção subordinativa: *digo que vejo*.” Também esse autor, referindo-se à origem do *que*, diz: “De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que* para os mais variados padrões frasais”. O *que*, precedido de preposição, encabeça no período diversas funções sintáticas. Assim é que há usos preposicionados em que esse pronome se acha em variação com o *onde*, em contextos diversos.



## AS GRAMÁTICAS

Vai-se verificar o que diz a tradição gramatical sobre esses localizadores. Fez-se a escolha de algumas gramáticas, umas mais antigas, outras contemporâneas. Toma-se primeiramente a de Ernesto Carneiro Ribeiro, a *Grammatica Portugueza Philosophica*,<sup>12</sup> de 1881. Nessa gramática, na classe dos pronomes, só são considerados os pessoais. Assim diz o autor: “Vê-se, portanto, que só merecem o nome de pronomes os que os grammaticos denominão pessoaes, a que chamaremos simplesmente pronomes. A distinção dos pronomes possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos é completamente falsa [...]” (RIBEIRO, 1881, p. 174–175). Os demais pronomes pertencem à classe dos adjetivos.

Os relativos se inserem na classe dos adjetivos demonstrativos conjuntivos. Sobre os relativos, pronuncia-se Carneiro Ribeiro (1881, p. 223):

[...] são os que, alem da idéia geral que aproxima todos os demonstrativos, encerrão em sua significação a idéia de uma conjunção, unindo, em virtude d’este valor conjuntivo, a uma proposição a de que fazem parte. São *que, o qual, a qual, os quaes, as quaes, cujo, cuja, cujos, cujas*.

Nessa gramática, o *onde* não pertence à classe dos pronomes, mas dos advérbios. Os correlatos do *onde* fazem parte das fórmulas adverbiais. Diz o autor: “Das formulas adverbiais temos exemplos nas locuções: *donde, por onde, aonde, para onde*” (p. 340). Chama a atenção para o fato de que “é muito vulgar empregar a expressão *donde* por *onde*, e desta incorreção não se isemtparão alguns de nossos clássicos como fez Lucena, dizendo: Ex: ‘Fortaleza *donde* deixassem navios que vigiassem a costa’ em lugar de *onde deixassem*, etc.” (RIBEIRO, 1881, p. 352).

Interessante é que Carneiro Ribeiro refere-se a usos do *onde* em lugar de outros itens:

Empregão, outrossim, os nossos escriptores esse mesmo advérbio *onde*, em vez do adjectivo conjuntivo *que* fazendo o mesmo com respeito aos advérbios *como, quando*, segundo se colhe dos seguintes exemplos: “Faço esta jornada para dar fé das galés e ver o modo de *como* estão” (conto); “Aquelles cavalleiros *donde* vos vindes, isto é, descendeis.” (Barros); “Eu chamo vulgo *onde* há baixos sentimentos.” (RIBEIRO, 1881, p. 352)

---

12 Por *Grammatica Philosophica*, explica o autor: “A *grammatica Particular* é elementar ou *philosophica*: é Elementar, quando limita-se ao estudo sem elevar-se aos princípios geraes de que se deduzem taes regras; é *Philosophica*, quando estuda as regras *grammaticaes*, prendendo-as e ligando-as aos princípios geraes, que as explicão e justificão.” (RIBEIRO, 1881, p. 12)

As observações de Carneiro Ribeiro sobre o emprego de *donde* por *onde* evidencia a variação ainda existente entre essas duas formas, por conta de ainda se considerar o *onde* a partir de seu antigo valor, assumido pelo *de onde*; também usos do *onde* e seus correlatos em contextos em que se empregaria o *que*. Essa última observação refere-se a usos comuns no português brasileiro contemporâneo.

A *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1955), em sua 7<sup>ma</sup> edição, apresenta os relativos como adjetivos determinativos conjuntivos: “São os seguintes os adjetivos conjuntivos, mais comumente chamados relativos: *o qual, os quais; cujo, cujos; a qual, as quais; cuja, cujas.*” (p. 124). O *que* e o *quem* formam a classe dos pronomes conjuntivos ou relativos (p. 171). O autor diz sobre o *que*: “O pronome conjuntivo *que* sempre abre uma oração, e funciona ou como sujeito ou como complemento do verbo dessa oração.” O *onde* está na classe dos advérbios. O advérbio está dividido em simples e conjuntivo, conforme Almeida (1955, p. 261):

É simples o advérbio que só tem função de advérbio (*hoje, amanhã, sim, não, muito, pouco, sempre, nunca, etc.*) e conjuntivo o advérbio que, além de funcionar na oração como advérbio, funciona também como conjunção: *quando, onde, como, enquanto* etc.” Ex. “Todos procuram saber *onde* ele está” (Onde – advérbio conjuntivo).

Em nota, o autor diz que o *onde* é advérbio pronominal relativo, com antecedente expresso ou latente. Opõe o *onde* ao *aonde*: o *onde* indica estada ou permanência “em” um lugar. “O advérbio *aonde* indica movimento “para” um lugar”. Esse autor chama a atenção para o fato de que não se emprega nem *aonde* nem *onde* “em períodos cujos verbos se constróem diferentemente; é erro dizer: ‘Vou *aonde* você está’. O verbo ‘estar’ não admite a preposição ‘a’” (ALMEIDA, 1955, p. 262).

Ao tratar da colocação dos termos da oração, o autor apresenta uma lista de normas. Na sexta norma, referindo-se ao pronome relativo, diz que este deve vir no princípio da oração, quer sirva de sujeito, quer de complemento, e apresenta o seguinte exemplo: “Aqui está a casa *em que* morei” (complemento circunstancial). Na sétima norma, refere-se às palavras interrogativas, dentre essas estão *onde, quem, que, quando* etc., e apresenta o uso: “constroem-se de ordinário começando-se pela expressão interrogativa e enunciando-se depois o verbo seguido do sujeito, quando este não é pronome interrogativo” (ALMEIDA, 1955, p. 388).

No capítulo em que trata do período gramatical, mais precisamente das proposições subordinadas, diz sobre a relativa:

quando se liga por *pronome, adjetivo* ou *advérbios relativos* ou *conjuntivos* (As subordinadas *relativas* são sempre subordinadas adjetivas), por

exemplo: ‘Os dias *que* (= *os quais*) correm são perigosos’; ‘É formoso o país *onde* (= *em que, no qual*) nasceste’. (ALMEIDA, 1955, p. 423).

A partir dos exemplos dados, observa-se que o *que* varia com o *qual* e o *onde* com *em que, no qual*.

No item referente à cláusula adjetiva, em nota à página 426, esse autor diz que: “[...] bastará, no entanto, que esteja modificando um substantivo para que a cláusula seja adjetiva.” Exemplo com *onde*, dentre outros: “A cidade *onde* (= *em que*) nasceste, prima pela beleza de seus arredores.” Também diz que “Não raro acontece que vem elíptico o antecedente do pronome relativo que prende a cláusula relativa: ‘Ignoro (o lugar) *donde* vens’.” Chama a atenção para o fato de que as cláusulas adjetivas vêm sempre ligadas à subordinante por pronome relativo (exemplo com *que*), por adjetivo relativo (exemplo com *cujo*) e por advérbio relativo (exemplo com *onde*). Propõe, a fim de análise, o desdobramento: *onde* (lugar/ em que) (p. 427).

Nas gramáticas normativas mais atuais, inclui-se *onde* na classe dos pronomes e dos advérbios, sendo considerado por alguns gramáticos como advérbio relativo (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 342).

Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005, p. 487), ao mencionar o emprego do *onde* e seus correlatos nas referências a lugar, opta pelo uso dessas formas, e não de suas variantes. Observe-se: “Em lugar de *em que, de que, a que*, nas referências a lugar, empregam-se, respectivamente, *onde, donde, aonde* (que funcionam como adjunto adverbial ou complemento relativo).”

Também esta é a posição de Said Ali (1964, p. 64): “Em lugar de *em que, de que*, tratando-se de cousas no espaço, empregam-se frequentemente como pronomes relativos *onde, donde*, que são propriamente advérbios de lugar.”

Ao tratar do emprego do *onde* e do *aonde*, Bechara estabelece distinções:

Modernamente, os gramáticos têm tentado evitar o uso indiscriminado de *onde* e *aonde*, reservando o primeiro para a idéia de repouso e o segundo para a de movimento:

O lugar *onde* estudas...; O lugar *aonde* vais....

Esta lição de gramática tende a ser cada vez mais respeitada na língua escrita contemporânea, embora não sejam poucos os exemplos em contrário, entre escritores brasileiros e portugueses (BECHARA, 2005, p. 487-8).

Veja-se o que diz Neves (2000), em sua *Gramática de Usos do Português*, de cunho descritivo, sobre o *onde* e correlatos e suas variantes *que* e o *qual* preposicionados. Como pronomes relativos são considerados os invariáveis: *que, quem, onde* e *como*; e os variáveis: *qual, quanto, cujo*. Numa referência aos subtipos dos pronomes

relativos, diz que há os fóricos, como o *que*, que se refere a um antecedente; e os não fóricos, como *quem*, que não se referem a antecedentes, constituindo um elemento nominal (*quem* = aquele que) (p. 366). Quando trata do *cujo* diz que: “Não tem justificativa o emprego de *CUJO* iniciando constituinte de valor locativo. [...] A indicação locativa dentro do constituinte relativo teria de ser expressa por *ONDE* ou *EM QUE / NO QUAL*” (p. 369). A autora apresenta o seguinte exemplo, colhido do periódico *A Folha de São Paulo*: “A região vem passando por uma transformação urbanística com a desocupação dos galpões e antigas casas, *em CUJOS locais* há grandes possibilidades de surgirem empreendimentos.”

*Onde* também é apresentado na categoria dos advérbios, mas como advérbio interrogativo (p. 239). Assim, a autora se expressa: “Há um advérbio de lugar e um advérbio de tempo usados para interrogar (advérbio interrogativo). Essa interrogação pode ser direta, mas pode também ocorrer integrada em uma oração nuclear, funcionando como seu complemento (interrogação indireta): – de lugar (ONDE?) – *ONDE* está o Eduardo? / Quis saber *ONDE* se encontrava o camarada. O advérbio *onde?* significa ‘em que lugar?’.”

Ainda segundo Neves (2000), quando *onde* “está precedido das preposições *para/a* e *de*, a indicação passa a ser de direção ou de origem, respectivamente: *DE ONDE* você tirou esse nome? Para *ONDE* iria Ângela, então, não sabia. Com a preposição *a*, o advérbio *onde* faz uma combinação formando uma só palavra: *AONDE* você quer chegar?” (p. 239).

Sobre *o qual*, a autora diz que é sempre precedido de artigo (p. 374).

Quando Neves trata do pronome relativo precedido de preposição, com função de objeto indireto, diz que frequentemente a preposição é omitida, especialmente a preposição *de*, e especialmente com o verbo *gostar* (p. 381).

Ao tratar das estruturas adverbiais locativas (espaciais ou temporais) que contêm pronomes relativos, diz que ocorrem, normalmente, duas preposições locativas (diferentes, ou repetidas). A autora apresenta o exemplo: “É o ídolo das empregadas domésticas *na rua em QUE* ele trabalha” (p. 382). Entretanto, nesses casos em que o sintagma nominal, que é antecedente do pronome relativo, já é preposicionado, é frequente a omissão da preposição antes do pronome. Exemplos apresentados: “Mais ou menos *na época n QUE* cheguei de Minas (P)”; “Isso já foi tentado *no tempo n QUE* o Delfin era ministro e depois na época do Collor (FSP)” (NEVES, 2000, p. 383).

A preposição também é omitida antes do pronome relativo que funciona como complemento ou adjunto adverbial, mesmo nos casos em que não há preposição antes do sintagma nominal que precede o pronome relativo. Exemplo: “Mas *a época n QUE* fomos para a rua Caraca todo o terreno encheu-se das festas dos pés de mamona [...]” (NEVES, 2000, p.383).

O pronome *onde* sempre funciona como adjunto ou complemento adverbial de lugar. O pronome relativo *onde*, que possui antecedente, é sempre equivalente a *em que*. Desse modo, nas seguintes estruturas, a expressão do locativo por *em que* corresponde à expressão pelo relativo *onde*. Por exemplo: “A região *em QUE* vive Pedro Belmonte...” (p. 386).

O pronome relativo *onde* é muitas vezes empregado equivalendo a *em que*, mas sem valor locativo, o que não tem justificativa, por exemplo: “[...] cria uma situação *ONDE* não é o consumidor que pára de comprar” (p. 386).

## ANÁLISE DOS DADOS

Como metodologia de trabalho, vão-se verificar as ocorrências de *onde* e seus correlatos, distribuídos na Tabela 3, e, em seguida, de *que* e *o qual* preposicionados distribuídos na Tabela 4. Para análise dos dados, vão-se considerar as acepções desses localizadores e os valores semânticos atribuídos a eles nos contextos de uso. Em seguida, vai-se investigar se os usos estão de acordo com o padrão normativo expresso nas gramáticas ou nas tendências do português brasileiro, entrevistas nas próprias gramáticas ou conforme descrições expressas em Neves (2000) e Azeredo (2008).

LOCALIZADORES	VALORES	ACEPÇÕES					TOTAL
		LUGAR EM QUE (PERMANÊNCIA)	LUGAR A QUE (DIREÇÃO)	LUGAR DE QUE (PROCEDÊNCIA)	LUGAR POR QUE (MEIO)	OUTROS (TEMPO E NOÇÃO)	
onde	lugar concreto	21	--	01	--	--	22
	lugar abstrato	--	--	--	--	02	02
aonde	lugar concreto	01	01	--	--	--	02
	lugar abstrato	--	--	--	--	--	--
para onde	lugar concreto	--	03	--	--	--	03
	lugar abstrato	--	--	--	--	03	03
Por Onde	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	--	--	--	01	--	01
de onde	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	--	--	--	--	--	--
TOTAL		22	04	01	01	05	33

Tabela 3: *Onde* e seus correlatos

Fonte: APEB. Fundo Instrução Pública. Maço: 6565 e 6567. Correspondências de professores primários para Diretor de Instrução Pública da Província da Bahia, 1880-1881.

LOCALIZADORES	VALORES	ACEPÇÕES					
		LUGAR EM QUE (PERMANÊNCIA)	LUGAR A QUE (DIREÇÃO)	LUGAR DE QUE (PROCEDÊNCIA)	LUGAR POR QUE (MEIO)	OUTROS (TEMPO E NOÇÃO)	TOTAL
em que	lugar concreto	12	--	--	--	--	12
	lugar abstrato	--	--	--	--	14	14
(em) que	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	02	--	--	--	--	02
no(a) qual	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	--	--	--	--	05	05
para o(a) qual	lugar concreto	--	01	--	--	--	01
	lugar abstrato	--	20	--	--	--	20
para que	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	--	03	--	--	--	03
pelo(a) qual	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	--	--	--	02	--	02
em o(a) qual	lugar concreto	--	--	--	--	--	--
	lugar abstrato	02	--	--	--	--	02
TOTAL		16	24	--	02	19	61

Tabela 4: *que* e *o qual* preposicionados

Fonte: APEB. Fundo Instrução Pública. Maço: 6565 e 6567. Correspondências de professores primários para Diretor de Instrução Pública da Província da Bahia, 1880-1881.

## Onde

Observa-se, na Tabela 3, que o *onde*, com o sentido de *lugar em que*, indicando lugar concreto, tem a maior frequência de uso, em relação aos demais. Esta alta frequência do *onde* indica que esses informantes fazem uso do valor canônico, do uso mais básico desse item, que se cristalizou ao longo do tempo. Há apenas um uso do *onde* com a acepção de procedência, significando um uso remanescente do sentido de origem desse item. Mesmo com a adoção da preposição *de* (*de onde*) para representar esse significado de procedência, ainda durante alguns séculos esse uso do *onde* permaneceu. Só há dois usos do *onde* com valor abstrato.

Exemplos do *onde* (sentido espaço físico) – *lugar em que*:

1. “Estando em más condições a propriedade *onde* funciona esta eschola [...]” (02 de janeiro de 1880 – Professora da Freguesia do Passo).
2. “[...] peço remover-me para uma casa no littoral, *onde* tenho mffi família” (20 de dezembro de 1881 – Professora de Nsa Sra do Livramento da Vila Velha e Minas do Rio de Contas).
3. “Outro sim, cabe-me scientificar a V. Rev. que a casa *onde* lecciono tem 2 sallas e que uma d’ellas, será para as meninas.” (10 de setembro de 1881 – Professor de Santo Antônio de Arguim)

Exemplo de *onde* por *de onde* (*donde*) – *lugar de que*:

4. “[...] que o mau estado de minha saúde é tal, que impossibilita o meu comparecimento, para esse fim, privando-me a sahida de casa, *onde* por isso somente posso prestar meos fracos serviços à Instrução Pública [...]” (13 de julho de 1880 – Professora da Freguesia do Pilar)

Exemplo de *onde* (lugar abstrato):

5. “[...] é imperecível a boa vontade dos que, como eu, desejão ver sua cadeira ao nivel das cadeiras *onde* os princípios da sã moral se escudão no methodo e disciplina.” (09 de dezembro de 1881 – Professora do Palame).
6. “Communico a V.Exffi que deixo de enviar o mappa anual, de que trata o art. 68, paragrapho 11 do Regulamento Interno, *onde* deverá vir o competente modelo.”

## Aonde

O *aonde* apresenta duas ocorrências de seus dois usos variáveis: sentido de permanência e de direção.

Exemplo de *aonde* (sentido de permanência) – *lugar em que*:

7. “Consta das despesas feitas com a conducção dos utensílios na casa em que funcionou esta eschola a meu cargo, tanto para a Directoria Geral da Instrucção Publica, como para o prédio Escholar *aonde* actualmente funciona [...]” (25 de junho de 1880 – Professora do Curato da Sé).

Exemplo de *aonde* (sentido de direção) – *lugar a que*:

8. “[...] a cadeira [...] não está como convém, uma sala, *aonde* se dirige uma mocidade que esforça-se por todas as maneiras a ouvir as lições do seu preceptor” (05 de julho de 1881 – Professor do Arraial de Boa Sentença).

### Por onde

Exemplo de *por onde* – apenas uma ocorrência com o valor nocional:

9. “Getulio Thomaz de Aquino, Alumno-mestre, tendo de propor-se à cadeira nocturna da Freguezia de S. Pedro Velho d’esta Cidade, que se acha annunciada para ser contractada, vêm offerecer à consideração de V.Exffi, como lhe cumpre, os documentos juntos, *por onde* provar ser effeito aquelle contracto [...]”. (12 de março de 1881 – Alumno-mestre – cadeira noturna de São Pedro).

### Para onde

*Para onde* apresenta a acepção de direção e dois valores, lugar concreto – dois usos; lugar abstrato – três usos:

Exemplo de *para onde* (espaço físico):

10. “[...] por ter como tal o Ilmffl Frco Pereira de Miranda se mudado para o Porto de Santa Maria da Victoria *para onde* se mudou a sede desta Villa [...]” (14 de outubro de 1880 – Professor do Rio das Eguas).

Exemplo de *para onde* (noção):

11. “Levo ao conhecimento de V. Exffi que hoje assumi o exercício da cadeira publica d’esta Freguesia, *para onde* fui ultimamente removido.” (05 de julho de 1880 – Professor de Monte Gordo).
12. “Communico a VRvma que nesta data assumo o exercício da cadeira publica primaria do sexo masculino da freguesia da Conceição da Praia, *para onde* o governo houve nomear-me substituto [...]” (29 de novembro de 1881 – Professor da Freguesia da Conceição da Praia).
13. “Não tenho podido seguir para a cadeira do Arraial do Porto Alegre da Cidade da Barra do Rio Grande do Sul, *para onde* fui removido [...]” (04 de agosto de 1880 – Professor de Chapada Velha).



## Para o qual (para a qual)

Apenas um uso com valor de espaço físico; todos os demais com valor nocional.

Exemplo de *para o/a qual* (espaço físico):

14. “Peço [...] que lance suas vistas para esta pobre escola, *para a qual* é surda em suas mais urgentes precisões [...]” (20 de dezembro de 1881 – Professora de Nsa Sra do Livramento da Vila Velha e Minas do Rio de Contas).

Exemplo de *para o/a qual* (noção):

15. “Communico a V. Sa. que n’esta data tomei posse e entrei em exercício da cadeira publica d’este arraial, *para a qual* fui nomeada por acto da Presidência da Província de 8 de junho do corrente.” (19 de julho de 1880 – Professora primária de Arraial do Picado).
16. “[...] assumi hoje as funções de professora contractada da cadeira mista desta freguezia, *para a qual* fui nomeada [...]” (01 de agosto de 1881 – Professora da Freguezia de Pirajá).
17. “Communico a V. Revma ter hoje assumido o exercício das funções de meo magistério na cadeira desta Villa, *para a qual* fui por Acta de 23 de Março removida.” (24 de julho de 1880 – Professora de Villa Viçosa).

Como uma conclusão parcial, pode-se dizer que os usos canônicos de *onde* e seus correlatos suplantam os não canônicos. De 32 ocorrências significando *lugar em que*, 26 são referência a lugar concreto e apenas 6 são de uso abstrato, prevalecendo nesse último o valor nocional. Interessante notar não existirem ocorrências de *donde*.

O *que* e o *qual* preposicionados, com valor locativo, em sentido concreto e abstrato, possuem uma alta incidência de uso: 65 ocorrências. Dessas, 47 são de sentido abstrato (sentido temporal ou nocional) e 18 de sentido concreto. Como dita a tradição gramatical, os usos locativos abstratos devem ser referidos pelo *que* ou o *qual* que são neutros, para *onde* deve estar reservada a ideia de espaço físico, lugar concreto (BECHARA, 2005).

## Em que

observam-se, no trecho abaixo, três usos de *em que* com valor abstrato (um uso de valor nocional e dois de valor temporal).

18. No dia 2 de agosto corrente [...] recebi o respeitavel officio de V. Exa datado do dia 14 de julho ultimo, ordenando-me que, no praso de dez dias, informasse sobre a materia e a representação, por copia junta, *em que* se queixava contra mim o ex-Inspector Litterario Marcos Ferreira da Silva. [...] e neste anno de 1881, *em que* elle não fez uma só visita, não tendo eu mudado de conducta, é que aparece a queixa!!... [...] O Senr. Manoel Severiano Dantas, ex-Presidente da Comarca Municipal, porque deixou de o ser desde a hora *em que* recebeu o officio e tinha de cumprir as ordens do Exmo Presidente da Província contra os quais elle caprichava. (05 de agosto de 1881 – Professora Porphyria Francica Bahia – s/localidade).

Destacam-se também outros usos com valor abstrato:

19. “Deixei de assumir o exercício no dia *em que* terminou a referida licença [...] o estado de saúde que soffreu alteração, devido sem duvida ao tempo chuvoso, durante o qual viajei.” (20 de setembro de 1881 – Professor da Villa de Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado).
20. “[...] vem pedir a V. S. Revmffi. se digne de encaminhar ao Exm.ffi Governo da Provincia o requerimento juncto *em que* a suppl. solicita sua demissão.” (01 de setembro de 1881 – Professora da Freguesia de S. Antonio desta capital).

Nos exemplos seguintes, há usos de *em que* com referência a lugar concreto, em variação com o *onde*:

21. Prevaleço-me do ensejo para communicar a V.Sa. Rev.ma que a casa (propriedade do Ex.mo Governo Prov.) *em que* funcionava a respectiva aula d’esta localidade, se acha em completo estado de ruína. [...] Outro sim, posto que meritario o acto pelo qual fora judiciosamente escolhidos dous cidadãos d’esta Freguezia para membro da Comissão d’Instrucção Pública, todavia, devo esclarecer [...] que [...] o outro Cavalheiro é pessoa a quem muitos Cavalheiros deste Districto não sabem onde mora. [...]. (04 de julho de 1881 – Professor Joaquim Correia da Silva – s/localidade).
22. “Tendo VSffi no acto da visita, no mez próximo findo me recommendado a caiamto, pintura e decoramto da casa *em que* funciona a eschola sob minha regencia [...] (03 de agosto de 1880 – Professor da Freguezia do Pilar).

## Em o qual

Valor nocional. Esta é a forma plena de *no qual*:

23. Accusando o recebimento do officio de V. Exffi. datado de 20 do cadente mez, *em o qual* me ordena que compareça com as alumnas que se distinguirão nos últimos exames [...]. (24 de dezembro de 1880 – Professora do Curato da Sé).
24. Accuso o recebimento do officio de V. Rmffi, *em o qual* me participa se haver firmado o meu contracto da cadeira de instrucção primaria da Serra Negra (30 de novembro de 1881 – Professora de Serra Negra).

## No qual

Valor nocional:

25. Recebi o officio de V.Sffi Revma *no qual* pede que lhe remetta um relatório circunstanciado sobre a educação das meninas neste Recolhimento. (18 de outubro de 1881 – Professora de Santo Amaro).
26. “Fico de posse do officio de V. Excia com dacta de 19 de junho do corrente anno, *no qual* communica minha remoção para a cadeira do arraial do Cumbe, criada pela lei nffi 1965 de 11 de junho do corrente anno, do que fico sciente.” (04 de julho de 1880 – Professor do Gavião).
27. Em resposta ao officio de Vffi Revma, de nffi 981, *no qual* pediu-me a remessa de um relatório do movimento da Casa, tem a declarar que actualmente temos 64 meninas internas, que aprendem o portuguez, francez, arithmetica e noções de Geographia. Nos esmeramos em ensinar-lhes os trabalhos uteis a mulher em qualquer condições em que ella se venha achar. [...] (22 de outubro de 1881 – Professora de Nossa Sra do Sallete).

Observe-se, nos exemplos seguintes, que há o apagamento da preposição *em* diante do *que*, numa referência a tempo – uma tendência de uso do português brasileiro, na língua falada (NEVES, 2000). No primeiro exemplo, o antecedente é um sintagma preposicionado; no segundo, o antecedente não é preposicionado.

## (Em) que

28. [...] sem ter cadeiras proprias para os visitadores e os fiscaes do ensino des-cansarem *no espaço de tempo que* se demoram n’essa eschola [...] além das más condições *em que* geralmente se achão casa nessa Freguezia [...] bem vê V.Exffi que pouca semelhança tem essa eschola com um estabelecimento onde a infância deve achar a continuação da educação e instrucção que lhe

dá a família ou a sua regeneração. (25 de agosto de 1881 – Professor do Curato da Sé).

29. [...] e mesmo a longa pratica obtida *durante o tempo que* exerci o Magisterio Publico Primario, não só fora da Capital, como mesmo nella, isto é, na Povoação do Rio Vermelho onde fui jubilado. [...] assim como peço a V.Exffi Rma se digne enviar-me um novo exemplar da Reforma da mesma Instrucção da qual é V.Exa Rma seu, mui Digno e Ilustríssimo Director.” (08 de fevereiro de 1881 – Professor de Monte Santo).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois fatores relacionados entre si foram motivadores deste trabalho: um de natureza linguística, a investigação sobre o uso de *onde* e seus correlatos e o uso de *que* e *o qual* preposicionados; e o outro de natureza social, a escolarização, focalizando a escrita de professores primários, do final do século XIX. Indaga-se sobre o papel da escola na configuração das normas cultas, considerando-se a padronização linguística, intensificada na segunda metade do século XIX.

Quanto aos dados levantados nos textos escritos pelos professores primários da Província da Bahia, nos anos de 1880 e 1881, verifica-se que *onde* e *em que* têm um número superior de ocorrências em relação aos demais localizadores, sendo que, na acepção de “permanência”, valor lugar concreto, *onde* suplanta o uso de *em que*, com 21 e 12 ocorrências respectivamente.

As formas usadas para expressar os valores de tempo e noção são as formas variáveis *em que*, *no qual*, também seguindo a norma gramatical. Ao lado dos usos canônicos do *onde*, há um em que esse item ocorre com o seu valor de origem – *de onde*, indicando proveniência. Digno de destaque são dois usos em que há o apagamento da preposição *em* diante de *que* numa referência a tempo, demonstrando uma tendência de uso do português brasileiro falado.

Ao se observar a história social do Brasil no século XIX, especificamente a política pública referente à escola e aos professores, verifica-se que houve um esforço no sentido oficial de criar condições para que o ensino se efetivasse, a partir da promulgação de leis que regulamentaram a instrução pública. Embora tenha havido investimentos na educação, nem tudo ocorreu como desejado. São os próprios Relatórios dos Diretores da Instrução Pública, as Falas de Presidentes, os documentos oficiais e extra-oficiais que esclarecem sobre os limites do contexto político, social e econômico da Província, principalmente na segunda metade do século.

No que se refere aos professores, apesar de existir a Escola Normal, com um currículo em que se estudavam os métodos mais recentes de ensino (NUNES, 1999), essa não atendia à demanda; apesar de haver concursos públicos para admissão, nem sempre eles se realizavam de fato e, quando ocorriam, muitos candidatos passavam por apadrinhamento político. Em suma, não existiam meios mais eficientes que assegurassem a formação de todos os professores.

Apesar das adversidades, os dados levantados da escrita desses professores demonstram, entretanto, que os usos canônicos superam em muito os não canônicos, evidenciando que, de alguma forma, esses professores tiveram uma formação que lhes permitiu o uso da norma culta escrita da época. Infere-se, portanto, que esses professores foram, na escola, difusores dessa norma de prestígio.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes (1955). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Saraiva.
- AZEREDO, José Carlos. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BECHARA, Evanildo (2005). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BULCÃO, Antonio de Araújo (1879). *Fala*. Bahia: Typographia do Diario da Bahia.
- BULCÃO, Antônio de Araújo (1881). *Relatório*. Bahia: Typographia do Diario da Bahia.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura.
- CAMBRAIA, Cesar Nardelli (2002). Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa. In: COHEN, Maria Antonieta; RAMOS, Jânia (orgs.). *Dialeto mineiro e outras falas: Estudo de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. p. 41-66.
- COSTA E SILVA, Maria Conceição (1997). *O ensino primário na Bahia: 1889-1930*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DANTAS, João dos Reis de Souza (1882). *Relatório*. Bahia: Typographia da Gazeta da Bahia.
- FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.

- HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas (1872). *Falla*. Bahia: Typographia do Correio da Bahia.
- LIMA, Manuel Rodrigues (1893). *Mensagens e Relatórios*. Bahia: Typographia e encadernação do Diário da Bahia.
- LUCENA, Henrique Pereira de (1877). *Relatório e Falla*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.
- LUCENA, Henrique Pereira de (1878). *Relatório*. Bahia: Typographia do Correio da Bahia.
- MARTINS, Francisco Gonçalves (1871). *Falla*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 443-464.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaio para uma socio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- NÓVOA, Antonio (1991). Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, n. 4, Porto Alegre: Pannonica. p. 109-119.
- NUNES, Antonietta D'Aguiar (1999). A formação oficial de professores na Bahia imperial. *Revista da FACED / UFBA*, n. 2, Salvador: EDUFBA. p.121-139.
- NUNES, Antonietta D'Aguiar (2004). A formação dos sistemas públicos de educação no séc. XIX e sua efetivação na Província da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, n. 99, Salvador. p. 95-113.
- NUNES, Luiz Antonio da Silva (1876). *Relatório*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.
- PAGOTTO, Emílio Gozze (1998). Norma e Condescendência; ciência e pureza. *Revista Línguas e instrumentos lingüísticos*, nffl 2, jul-dez, São Paulo: Pontes Editores. p.49-68.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1881). *Grammatica portugueza philosophica*. Salvador: Imprensa Econômica.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1890). *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*. Salvador: Imprensa Popular.
- RIBEIRO, Julio (1881). *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler.
- ROCHA, Francisco José da (1871). *Relatório*. Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.

- SAID ALI, Manoel (1966). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 6 ed. melhorada e aumentada. São Paulo: Melhoramentos.
- SAID ALI, Manoel (1964). *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SANTANA, Noemi Pereira de (2007). *Escolarização na Bahia na transição império-república e a constituição da norma culta do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, José Carlos de Araújo (2000). Viver no magistério na Bahia Imperial. *Revista da FAEBA*, v. 9, n. 13, jun, Salvador: Imprensa. p. 85-91.
- TARALLO, Fernando (1990). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- VILLELA, Heloísa (2000). O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cinthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.



# CARACTERIZAÇÃO DOS PAPÉIS TEMÁTICOS AGENTE E PACIENTE EM PROPRIEDADES SEMÂNTICAS PROTOTÍPICAS E NÃO-PROTOTÍPICAS

Mariana Fagundes de Oliveira  
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

## INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste texto<sup>1</sup> os papéis temáticos Agente e Paciente,<sup>2</sup> propondo uma caracterização dessas noções em propriedades semânticas prototípicas e não prototípicas, com base em dados da língua portuguesa. Trata-se de um estudo de Semântica Lexical, numa abordagem representacional ou mentalista, trabalhando com o conceito de prototipicidade, segundo Rosch (1973).

## O QUADRO TEÓRICO

A nossa opção é tratar os papéis temáticos Agente e Paciente, na perspectiva da Semântica Lexical, caracterizando-os em propriedades semânticas, trabalhando com uma concepção procedimental ou processual do significado, numa abordagem bastante flexível. Para tanto, nos baseamos em Cañado (2003; 2005b), que, por sua vez, se baseia na proposta de Dowty (1989), com a diferença de que, enquanto para este autor, papéis temáticos são propriedades não-discretas, agrupadas em

- 
- 1 Este texto é parte de um dos capítulos de nossa tese de doutorado, intitulada *O Agente e o Paciente em língua portuguesa: caracterização em propriedades semânticas e estudo diacrônico* (OLIVEIRA, 2009). A Tese foi orientada pelas Professoras Doutoras Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Universidade Federal da Bahia, e Ana Maria Martins, da Universidade de Lisboa, às quais, mais uma vez, fazemos públicos nossos agradecimentos.
  - 2 Destacamos sempre com inicial maiúscula os nomes dos papéis temáticos Agente e Paciente, com o propósito de evitar confusão entre o que chamamos de papel temático, por um lado, e de propriedades semânticas – cujos nomes vêm com inicial minúscula –, que compõem os papéis temáticos, por outro.



dois macro-papéis, ‘Proto-Agent’ e ‘Proto-Patient’, referentes ao número e à qualidade de propriedades acarretadas que tem cada argumento, classificado como X ou Y, a autora prefere tratar os papéis temáticos como compostos por propriedades discretas.

Para Cançado (2003, p. 99):

O papel temático de um argumento, ou seja, o papel semântico que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir dos acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se.

Baseia-se Cançado, para definir papel temático, tanto na proposta de Dowty (1989), por decompô-los em propriedades semânticas, como na proposta de Franchi (1997), de composicionalidade, por considerar, na atribuição de papéis temáticos e na sua caracterização em propriedades semânticas, os acarretamentos estabelecidos pelo predicado como um todo.

Depois de analisar, em um processo empírico, a correlação entre as funções sintáticas e semânticas de orações do Português Brasileiro (PB), nas quais se acham os papéis temáticos mais investigados na bibliografia, e analisar os acarretamentos destas orações, Cançado (2003, p. 102) propõe quatro propriedades semânticas, que são as seguintes:

- a. Desencadeador: ser o desencadeador de um processo.
- b. Afetado: ser afetado por um processo.
- c. Estativo: ser um objeto estativo.
- d. Controle: ter controle sobre um desencadeamento, processo ou estado.

São essas, segundo a autora, as propriedades semânticas fundamentais para o estabelecimento das regras de projeção da semântica na sintaxe, que é o seu propósito teórico, mas não o nosso; por isso não trataremos estas regras aqui.

Entre as propriedades apresentadas por Cançado, lançaremos mão, neste trabalho, para a caracterização do Agente e do Paciente, das propriedades desencadeador, afetado e controle, deixando de fora, por motivos óbvios, a propriedade estativo, e apresentaremos ainda outras propriedades semânticas que acabam por fazer parte do Agente e do Paciente, em determinados contextos de frase.

A formalização na descrição semântica que apresentaremos dos papéis temáticos Agente e Paciente no domínio do verbo, trabalhando com seus argumentos e

adjunções,<sup>3</sup> é feita, portanto, na perspectiva da Semântica Lexical, baseando-nos em Cançado. Tal formalização passa, numa abordagem representacional ou mentalista, segundo classificação de Chierchia (2003, p. 40-42) – trabalhando com o conceito de prototipicidade segundo Rosch (1973) –, por relações intuitivas; recorreremos, desta forma, não somente a conhecimentos habitualmente chamados linguísticos, como também a um conjunto de conhecimentos de ordem lógica, psicológica, sociológica, enfim, numa interpretação que vai além do sistema da língua. Afinal, como afirma Silva (2006, p. 297), o significado linguístico é enciclopédico, intimamente associado ao conhecimento do mundo e, da mesma forma, baseado na experiência e no uso; para o autor, “se o significado é uma conceptualização, então inevitavelmente tem tudo a ver com a experiência humana”. E, para Oliveira (1996, p. 345), “uma teoria semântica adequada ao estudo das línguas naturais tem de recorrer às intuições que constituem o núcleo dos dados empíricos relativamente aos quais a teoria semântica deve ser avaliada”. Ainda consoante a autora (1996, p. 344),

Ao fazer Semântica linguística, é fundamental aprender a desenvolver argumentos semânticos e a explorar intuições semânticas de uma forma sistemática. No entanto, como noutras áreas da Linguística, pode, por vezes, ocorrer alguma diversidade de juízos entre os falantes de uma língua, mas isso não deve fazer esquecer o facto de que esses juízos estão inter-relacionados.

Segundo Chierchia (2003, p. 40-41), na abordagem representacional ou mentalista, “o significado é essencialmente um modo pelo qual representamos a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz”. E essa ideia pode ser articulada de várias formas, como em termos de imagens mentais. Segundo o autor (2003, p. 41) “a sentenças como *A Mulher Gato come uma ave* corresponde uma pequena cena mental na qual a *Mulher Gato* executa uma certa ação, e assim por diante”. Para

---

3 Cançado (2008, p. 7) defende que “os argumentos de um verbo são todos os argumentos acarretados lexicalmente por esse verbo. Independentemente se alguns desses se projetam na sintaxe em posição de complemento ou adjunto”. A autora dissocia, desta forma, as noções de argumento e complemento, trabalhando, portanto, com uma noção estritamente semântica de argumento. Para Cançado, argumento é uma noção estritamente semântica, enquanto complemento e adjunto são noções estruturais. Neste trabalho, haja vista os nossos objetivos, seguimos a orientação comum na bibliografia de associar argumentos a complementos, diferenciando-os de adjuntos, apesar de Cançado afirmar que se trata apenas de uma diferença estrutural, só uma questão de posição, que não tem relação com a seleção semântica. Mas é importante neste trabalho, na descrição das configurações sintáticas do Agente e do Paciente, diferenciar complementos de adjuntos e ambos de sujeito; é importante classificar, na análise dos dados de Agente e de Paciente, os constituintes que desempenham a função sintática de sujeito (argumento externo), de objeto/complemento (argumento interno), de agente da passiva – que é, segundo Mioto et al (2005, p. 164), uma adjunção do verbo, realizada como complemento da preposição *por* ou *de* – e de adjunto adverbial (comitativo).

Chierchia (2003, p. 41), “é legítimo supor que o significado de uma expressão seja a imagem mental a ela associada”.

Rosch (1973) demonstrou que os falantes tendem a classificar uniformemente, por disporem de protótipos mentais, os exemplares de um certo tipo, com base na sua prototipicidade. É a conhecida teoria dos protótipos de Rosch. Em princípio, por exemplo, nenhum de nós teria dúvida de que um canário é uma ave mais típica do que um pinguim.

O modelo de Rosch – uma maneira de ver os dados que, segundo Kleiber (1990, p. 115-116), constitui incontestavelmente um formidável avanço em Semântica Lexical – concebe os conceitos como estruturados de forma gradual.

Na categorização prototípica, existem graus, enquanto a categorização clássica ou aristotélica permite apenas dois membros: o que está dentro e o que está fora da categoria. As categorias prototípicas são, portanto, flexíveis, podendo acomodar novas categorias, na condição de membros periféricos, a uma categoria protótipo, sem acarretar uma reestruturação fundamental no sistema categorial, assegurando certa estabilidade.

Há, segundo Rosch, um membro típico ou central de uma dada categoria (por exemplo, a categoria AVE) e outros membros menos típicos ou mais periféricos. Como afirma Silva (2006, p. 300), “Uma das consequências mais directas da prototipicidade é a própria existência de diferenças de saliência entre os membros de uma categoria”. Assim é que, na categoria AVE, há membros mais centrais ou típicos, como canários, periquitos, papagaios, e outros mais periféricos, como pinguins. Na categoria MAMÍFERO, por exemplo, homens e macacos são elementos mais típicos do que baleias, das quais certas propriedades assemelham-se muito a elementos da categoria PEIXE: vivem na água, têm barbatanas etc. Desta forma, a baleia pode pertencer a duas categorias, mas comumente a associamos à categoria PEIXE, por ela apresentar um maior número de propriedades desta categoria.

Não há dúvida, segundo Chierchia (2003, p. 41), de que “existe um olho da mente”, de que o significado de uma expressão possa ser a imagem mental a ela associada, ainda que, em certos casos, tal associação não esteja clara, e de que a imagem mental seja passível de variação. E, segundo Cançado (2005a, p. 93-94), “evidências empíricas sugerem que o significado tem lugar não somente em um nível existente entre o mundo e as palavras, mas também no nível da representação mental.”

Nesta abordagem nos valeremos também desse ‘olho da mente’, na caracterização, em propriedades semânticas, do Agente e do Paciente, em protótipos e *continuum*, descrevendo as propriedades semânticas que nos parecem mais típicas ou centrais do Agente e do Paciente e as propriedades que lhes são periféricas,

num *continuum* que vai do Agente mais prototípico ao Agente menos prototípico, e do Paciente mais prototípico ao Paciente menos prototípico, com propriedades de interseção entre esses papéis temáticos.

Tratamos aqui os papéis temáticos Agente e Paciente como representações mentais, sob uma ótica semântica, como Jackendoff (1990), por exemplo; a sintaxe gerativa, por outro lado, prefere tratar os papéis temáticos numa perspectiva puramente estrutural, não considerando seu conteúdo semântico, mas tão somente a atribuição dos papéis temáticos aos argumentos.

Antes de passarmos à próxima seção, destacaremos aqui um aspecto: assumimos, neste texto, que, se pode ser verdade, como afirma Chafe (1979, p. 97), que, na determinação dos papéis temáticos, “a influência semântica do verbo é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados que o acompanham” – afinal, como afirma Cançado (2003, p. 102), é possível relacionar as propriedades desencadeador, afetado e estativo às três grandes categorias semânticas, ações/causações, processos e estados, e também, por exemplo, é geralmente com verbos de ação/atividade e de processo que ocorrem o Agente e o Paciente –, é verdade que não é o verbo sozinho que determina as relações temáticas na predicação, mas, tanto no que se refere ao argumento externo, como no que se refere ao argumento interno,<sup>4</sup> a composição global do predicado ou a expressão predicadora, e também, como assumimos aqui, o contexto situacional, tratando papel temático não apenas como uma noção linguística estabelecida entre itens lexicais, como é tratado convencionalmente. Na nossa abordagem, papel temático e contexto situacional não são noções incompatíveis. O contexto situacional pode determinar se o argumento tem controle ou não, se tem intenção ou não, por exemplo.

O predicado como um todo e também o contexto situacional determinam não só o papel temático dos constituintes relacionados ao verbo, mas também podem determinar as propriedades semânticas que constituem estes papéis temáticos em relação ao Agente e ao Paciente.

---

4 Segundo Raposo (1992, p. 288), entretanto, a marcação temática dos argumentos externos é feita pelo VP (*Verbal Phrase*, sintagma verbal), mas a marcação temática dos argumentos internos é feita exclusivamente pelos verbos. Em “João leu o livro como se acariciasse uma criança”, entretanto, a composição *leu o livro como se acariciasse uma criança* atribui ao argumento interno *livro* o papel temático Objeto Estativo, enquanto, em “João leu várias vezes este livro que lhe dei”, a composição *leu várias vezes este livro que lhe dei* atribui a *livro* o papel temático Paciente, por mudar de estado físico, tendo João folheado várias vezes o livro.

## UMA PROPOSTA DE CARACTERIZAÇÃO DOS PAPÉIS TEMÁTICOS AGENTE E PACIENTE EM PROPRIEDADES SEMÂNTICAS PROTOTÍPICAS E NÃO-PROTOTÍPICAS

As definições apresentadas para o Agente e o Paciente não são muito precisas na bibliografia consultada; de modo geral, as definições aí apresentadas para os papéis temáticos são variáveis e frequentemente intuitivas, o que não é de estranhar-se, tendo em vista a natureza semântica do fenômeno, o que também pode justificar que, no tratamento dessa questão, a componente formal tenha sempre sido mais desenvolvida do que a componente conceitual. Mas, não por serem noções intuitivas, os papéis temáticos deixam de ter importância nas línguas, pois o seu conteúdo semântico restringe e/ou ordena a estrutura sintática das orações.

Não pretendemos aqui soluções milagrosas, propondo uma caracterização matemática dos papéis temáticos Agente e Paciente. Também aqui recorreremos à nossa intuição, com base em nossa experiência de viver e atuar no mundo. O que pretendemos é uma abordagem dos papéis temáticos Agente e Paciente, caracterizando-os em propriedades semânticas prototípicas e não prototípicas, buscando, com isso, uma melhor compreensão do objeto em questão.

Não é tarefa fácil caracterizar o Agente e o Paciente, que não são inteiramente opostos: as propriedades semânticas que fazem parte do Agente podem também, no nosso modo de ver, fazer parte do Paciente; a diferença reside no fato de que as propriedades mais prototípicas de um são as propriedades menos prototípicas do outro; por isso trabalhamos com protótipos e *continuum*.

### O agente

Vamos começar pela caracterização do papel temático Agente.

O Agente prototípico, na nossa análise, caracteriza-se pelas propriedades semânticas desencadeador, controle, intenção e causa. São estas as propriedades que nos parecem típicas do Agente: quando pensamos no Agente, pensamos em alguém (animados de forma geral, João, um cachorro, enfim, seres vivos com poder de ação) que age intencionalmente, numa atividade física, e não em alguém que age sem o propósito ou intenção de agir, nem em inanimados, isto é o que assumimos neste trabalho.<sup>5</sup> E, ainda, quando pensamos no Agente, pensamos em alguém que faz alguma coisa, intencionalmente, e de cuja ação resulta algo; daí a noção de causalidade com que trabalhamos aqui, relação entre uma causa e

---

5 De acordo com Pontes (1986, p. 237), “Agente pode, para certos falantes, ser um inanimado, desde que cause um efeito em um objeto, por sua ação”.

o seu efeito. Essa é a imagem mais forte para nós, a imagem que associamos ao Agente prototípico: alguém agindo intencionalmente numa atividade física que causa algum efeito que não recai sobre o próprio Agente.

A propósito da noção de causalidade como parte do Agente, Cançado (1995, p. 103) afirma que

De fato, na atribuição de agentividade, sempre se pode mostrar que um certo evento foi causado pela ação do agente. Observe-se que a noção de causalidade envolvida nessa descrição é a de uma relação que se estabelece entre dois eventos: o que o agente fez e o que resultou de sua ação. Mas nem todo evento que se atribui a um agente pode ser explicado como causado por outro evento.

É verdade, como afirma Silva (2006, p. 299), que “‘causa’ é um conceito altamente complexo e diferenciado”, concordando com Faria (2003, p. 281-282), para quem “a noção de causalidade pode referir quer a relação entre uma causa e o seu efeito, quer a relação entre um agente e o respectivo paciente, quer apenas uma parte da relação causal, nomeadamente o seu efeito ou resultado.” Quando propomos aqui que a propriedade semântica *causa* compõe o papel temático Agente, estamos trabalhando com uma noção de causalidade que envolve a relação entre uma causa e o seu efeito. E para nós todo Agente, seja mais, seja menos prototípico, apresenta a propriedade causa, e o efeito da ação/atividade pode configurar-se ou não num argumento verbal Paciente; por isso trabalhamos com a noção de causalidade como a relação entre uma causa e seu efeito, não apenas como a relação entre um Agente e seu respectivo Paciente. Ora, quando falamos na relação entre uma causa e seu efeito, o efeito engloba, inclusive, o Paciente, mas não necessariamente coincide com ele.

Parece-nos possível afirmar que, quando há, na oração, Agente, há também geralmente afetamento, ou de outro argumento na predicação ou participante no evento, um argumento verbal ou participante Paciente, ou do próprio sujeito Agente, configurando-se reflexividade, ou afetamento de dois participantes ao mesmo tempo: do próprio Agente e de outro participante no evento; nos dois últimos casos, configurando-se um Agente menos prototípico, segundo nosso ponto de vista, por tratar-se de um Agente afetado.

A formalização que propomos do Agente prototípico é a seguinte:

1. Agente prototípico → [desencadeador, controle, intenção, causa]

Na nossa concepção, controle e intenção, apesar de terem uma relação estreita, não são a mesma coisa, daí falarmos separadamente em controle e intenção. Desencadeador e causa podem até ser vistos como sendo a mesma propriedade,

como propriedades que se sobrepõem (o que consideramos também aceitável); optamos, entretanto, por tratar desencadeador e causa como propriedades semânticas diferentes, com o propósito de destacar, de um lado, que o Agente desencadeia uma ação, dá início a uma ação, e desse desencadeamento resulta um efeito, sendo, portanto, também, de outro lado, aquele que causa um efeito qualquer, pelo desencadeamento de uma ação.

Nas orações abaixo, vem destacado o que analisamos como Agente prototípico:

1. *João* dobrou o papel.  
JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Sujeito  
*Dobrar*: Verbo transitivo de ação/atividade<sup>6</sup>  
Voz verbal: Ativa<sup>7</sup>
2. *Maria* passou pelo corredor.  
MARIA: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Sujeito  
*Passar*: Verbo intransitivo de ação/atividade<sup>8</sup>  
Voz verbal: Ativa
3. Os dias das provas foram divulgados *por João*.  
POR JOÃO:<sup>9</sup> Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Agente da passiva  
*Divulgar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Passiva nominal

---

6 Adotamos aqui a classificação semântica dos verbos proposta por Neves (2000).

7 A voz verbal, neste trabalho, é classificada segundo a Gramática Tradicional (GT); fazemos, entretanto, diferença no caso de verbos com *se*, entre voz reflexiva e voz média (dinâmica) e classificamos orações com verbo de ligação ou copulativo como orações de voz adjetival. Optamos por classificar, por exemplo, uma oração como “João perdeu todo o ódio” ou como “Maria engordou alguma coisa” como oração na voz ativa, conforme classificação da GT, para mostrar que, mesmo na chamada voz ativa, há sujeito Paciente, haja vista que *perder* e *engordar* são verbos de processo.

8 Seguindo sugestão de Duarte (2000), diferenciamos um sintagma preposicionado (SP) ou sintagma adverbial (SADV) complemento de um SP ou SADV adjunto em orações como (2), utilizando um teste de retomada anafórica em pares pergunta-resposta. Se o SP ou SADV não puder ocorrer na pergunta e tiver de ocorrer na resposta, trata-se de complemento verbal oblíquo. Desta forma, em (2), *pelo corredor* é um SADV com função de adjunto, porque podemos perguntar: O que é que Maria fez pelo corredor? E a resposta será: *Maria passou pelo corredor*. Contrariamente, numa oração como *Maria foi à praia, à praia* tem a função sintática de objeto oblíquo, porque não podemos perguntar: \*O que é que Maria fez à praia? Sendo assim, em (2), *passar* é classificado como verbo intransitivo, e o verbo *ir* em *Maria foi à praia* é classificado como verbo transitivo.

9 Em caso de o Agente ou o Paciente ser um sintagma preposicionado, nós recortamos o sintagma, para análise, a partir da preposição. Em caso de sintagmas nominais, repetimos, para análise, apenas o núcleo do sintagma.

4. O café foi feito *por Maria*.  
POR MARIA: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Agente da passiva  
*Fazer*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Passiva nominal

*João* e *Maria* nas orações acima são, na nossa análise, exemplos de Agentes prototípicos, que desencadeiam com controle e intenção uma ação, da qual resulta um efeito, que pode configurar-se em um argumento Paciente, como em (1), *papel*, e (4), *café*, ou não; em (2), o efeito de *Maria* passar pelo corredor é seu próprio deslocamento e, em (3), o efeito de *João* divulgar os dias das provas é os dias das provas se tornarem públicos.<sup>10</sup> Não nos ocorre que algum efeito de afetamento recaia sobre *João* e *Maria*, considerando as orações como aí estão postas. Inseridas num contexto X, talvez pudéssemos atribuir a *João* e a *Maria* alguma mudança de estado psicológico, mas não é o caso.

Nos exemplos seguintes, o Agente apresenta, somadas às propriedades prototípicas – desencadeador, controle, intenção e causa –, as propriedades semânticas *afetado* e *experienciador*, que, na composição desse papel temático, vêm sempre juntas e são as propriedades categóricas do Paciente não prototípico, podendo dar-se uma experiência psicológica, cognitiva, perceptiva:

5. *João* pulou do alto do precipício.  
JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
Função sintática: Sujeito  
*Pular*: Verbo intransitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Ativa
6. *Maria* se enfeitou para a festa de aniversário do seu melhor amigo.  
MARIA: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
Função sintática: Sujeito  
*Enfeitar-se*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Reflexiva

---

<sup>10</sup> Para Pontes (1986, p. 237), o Agente, em orações ativas transitivas como (1), *João dobrou o papel*, é mais Agente do que o Agente em orações ativas intransitivas, como (2), *Maria passou pelo corredor*. Os exemplos que a autora dá são *João quebrou o copo*, em que *João*, na oração ativa transitiva, segundo ela, é mais Agente, e *João correu*, em que *João*, na oração ativa intransitiva, é, segundo ela, menos Agente.



7. *Maria* analisou demoradamente o projeto.  
 MARIA: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Analisar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
8. *João* olhou o ladrão pelo canto dos olhos.  
 JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Olhar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
9. *Maria* recebeu uma linda jóia *de João*.  
 DE JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Objeto oblíquo (agentivo)<sup>11</sup>  
*Receber*: Verbo transitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa
10. *João* disputou o prêmio de matemática *com José*.  
 COM JOSÉ: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Objeto oblíquo (comitativo)  
*Disputar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa

*João*, em (5), é um exemplo clássico do que afirma Klaiman (1988, p. 127) sobre a possibilidade de, em algumas línguas, um argumento ou participante ser considerado afetado, em razão de executar certas ações.<sup>12</sup> *João*, em (5),

11 A classificação dos complementos verbais é feita de acordo com Duarte (2000). Desta forma, classificamos os complementos introduzidos pela preposição *a*, que podem ser substituídos pela forma dativa do pronome pessoal como objeto indireto, e os complementos verbais preposicionados que não podem ser substituídos por formas átonas do pronome pessoal, mas somente por outras expressões preposicionais ou adverbiais, como objeto oblíquo.

12 Jackendoff (1972) retoma a proposta de Gruber (1965), propondo um esquema conceitual abstrato, cuja principal função é a de Tema, classificando os verbos semanticamente em dois grupos, verbos de deslocação ou movimento – que implicam a existência de um Tema, de uma Fonte e de um Alvo – e verbos de localização ou estativos – que implicam a existência de um Tema e de um Lugar –, classificação que não adotamos neste trabalho. Para ele, *João*, num exemplo como (5), assume dois papéis temáticos: Agente, por ser responsável pela ação descrita, e Tema, por mudar de estado; mas essa análise de Jackendoff viola o Critério Temático.

e *Maria*, em (6), são, na nossa concepção, desencadeadores com controle da ação descrita e também afetados por ela, mudando de estado físico e de estado psicológico. *João*, em (9), que sofre apenas mudança de estado psicológico, é, de acordo com nossa análise, desencadeador com controle da ação de *dar*, não, é claro, do processo de *receber* descrito (somente como objeto oblíquo – agentivo –, como *João* em (9), o Agente pode figurar em orações com verbos de processo).

O verbo *receber* em (9) tem uma estrutura temática típica de uma passiva; numa outra versão, também ativa, de (9), *João* é o sujeito Agente:

11. *João* deu uma linda jóia a *Maria*.

A versão passiva de (9) é:

12. Uma linda jóia foi recebida de *João* por *Maria*.

em que *de João*, objeto oblíquo (agentivo), permanece com papel temático Agente e *por Maria* é um agente da passiva Paciente, sendo esse mais um exemplo, entre vários na língua, que mostra a autonomia entre a sintaxe e a semântica.

*José*, em (10), também sofre apenas, no nosso ponto de vista, mudança de estado psicológico; trata-se de um complemento verbal oblíquo, com a preposição comitativa *com*, e classificamo-lo como um objeto oblíquo (comitativo); comitativo, como esclarece Colaço (2005, p. 90), por exprimir uma noção de acompanhamento, neste caso de uma ação realizada por outra entidade.<sup>13</sup> *Maria*, em (7), e *João*, em (8), são desencadeadores com controle da ação e, além de serem experienciadores psicológicos, mudando de estado psicológico, são, ainda, experienciadora cognitiva e experienciador perceptivo.

Classificamos os argumentos destacados de (5) a (10) como Agentes afetados, sabendo que todo Agente afetado é também experienciador, porque, de acordo com o que assumimos aqui, todo Agente é animado, e todo participante animado que é afetado é também experienciador, como formalizaremos adiante.

O Agente nas orações (1), (2), (3) e (4) é um Agente mais prototípico do que o Agente nas orações de (5) a (10), haja vista que, nestas, se trata de um Agente afetado, porque não podemos dizer que aí os argumentos tenham três papéis temáticos, Agente, Paciente e Experienciador, o que violaria o Critério Temático,

---

13 Haja vista as semelhanças entre as estruturas resultantes da coordenação comitativa, como “*João disputou o prêmio de matemática com José*”, e as estruturas de coordenação copulativa canônica, como “*João e José disputaram o prêmio de matemática*”, é possível aproximar, segundo Colaço (2005, p. 100), essas duas construções, sendo a coordenação comitativa uma espécie de subtipo da coordenação copulativa. Adverte a autora, porém, que não existe uma proximidade total entre elas, que se diferenciam por algumas propriedades, que não abordaremos aqui, porque isto foge ao nosso interesse.

segundo o qual, de acordo com Mioto et al (2005, p. 140), “(i) cada argumento tem que receber um e um só papel  $\theta$ ; (ii) cada papel  $\theta$  tem que ser atribuído a um e um só argumento”.

Seria possível, nessa abordagem flexível dos papéis temáticos, chamar também aos argumentos destacados em (7) e (8) de Experienciadores agentivos, por serem Agentes de atividades mentais, naturalmente sofrendo, ao mesmo tempo, mudança de estado psicológico, pelo que podemos dizer que todo Agente de atividades mentais é um Agente afetado; mas nem todo Agente afetado é um Agente de atividades mentais, podendo ser também um Agente de atividades físicas. Outro autor, com outros objetivos que não os nossos, poderá preferir falar, o que é perfeitamente possível, em Experienciador agentivo a falar em Agente afetado.

Os Agentes de atividades mentais, como em (7) e (8), são, no nosso ponto de vista, Agentes ainda menos prototípicos do que os destacados em (5), (6), (9) e (10), já que assumimos, e acreditamos ser também esse o senso comum, que Agentes de atividades físicas são mais prototípicos do que Agentes de atividades mentais.

O afetamento do Agente em (7), (8) e (9) é menos prototípico do que o afetamento do Agente em (5), (6) e (10), porque o afetamento de natureza psicológica, no nosso modo de ver, é menos prototípico do que o afetamento de natureza física.

A propriedade afetado, presente nos argumentos Agentes em destaque nas orações de (5) a (10), é a única propriedade da qual se constitui o Paciente prototípico; aí no ponto onde se localiza, no *continuum*, esta propriedade, a agentividade vai dando lugar ao afetamento. Preferimos dizer afetamento a dizer passividade, em primeiro lugar porque a propriedade essencial do Paciente é afetado e, em segundo lugar, porque comumente se associa o termo passividade à voz verbal passiva, e o Paciente extrapola a voz passiva.

Os exemplos (5), (6), (7), (8), (9) e (10), de Agentes afetados – desencadeadores com controle da ação e afetados por ela – demonstram que é possível haver reflexividade sem configurar-se voz reflexiva. Ou seja, da mesma forma que a passividade, como ressaltamos acima, extrapola a voz passiva, também a reflexividade extrapola a voz reflexiva. Trata-se da autonomia entre a sintaxe e a semântica.

Todos os exemplos de Agente apresentados até aqui têm, na sua composição, a propriedade intenção associada à propriedade controle. É pouco comum o Agente apresentar a propriedade controle e não apresentar a propriedade intenção; pouco comum, não impossível. Portanto, se podemos dizer que intenção implica controle, não é verdadeiro dizer, por outro lado, que controle implica intenção. Vejamos as orações abaixo:

13. *João* quebrou o vaso original, achando que era o falso.  
 JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Quebrar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
14. *Maria* cria o enteadado obrigada pelo marido.  
 MARIA: Agente → [desencadeador, controle, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Criar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
15. *João* participa do mutirão de limpeza da escola, por insistência da esposa.  
 JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Participar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
16. *Maria* só trabalha na loja porque o pai não aceitou sustentá-la.  
 MARIA: Agente → [desencadeador, controle, causa, afetado, experienciador]  
 Função sintática: sujeito  
*Trabalhar*: Verbo intransitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa

Numa primeira leitura e interpretação, a composição em (13), *quebrar o vaso original, achando que era o falso*, leva-nos a analisar *João* como um Agente sem intencionalidade. Da mesma forma, em (14), a composição *cria o enteadado obrigada pelo marido* faz de *Maria* um Agente em cuja constituição não está presente a propriedade intenção. Também em (15), a composição *participa do mutirão de limpeza da escola, por insistência da esposa*, e, em (16), a composição *só trabalha na loja porque o pai não aceitou sustentá-la* atribuem, respectivamente, a *João* e *Maria* serem Agentes sem intencionalidade. Tanto em (13) como em (14), em (15) e em (16), não é o verbo sozinho que atribui papel temático ao sujeito, mas as referidas composições ou expressões predicadoras, como as denomina Franchi (1997).

Numa segunda leitura ou interpretação das orações (13), (14), (15) e (16), considerando um dado contexto situacional, podemos inferir que haja intenção por parte do sujeito: que *João* em (13), quando quebrou aquele vaso específico – fixando-nos numa interpretação referencial de “o vaso original” –, teve intenção de quebrá-lo, quis quebrá-lo, mesmo que não soubesse tratar-se do vaso original, mesmo que estivesse equivocado quanto à sua identidade; que *Maria* em (14),

porque tenha a intenção de agradar o marido, acabe criando intencionalmente o enteadado, a fim de não discutir com o marido, de agradá-lo; que *João* em (15), também para não contrariar a esposa, acabe participando intencionalmente do mutirão de limpeza da escola; e que *Maria* em (16), com a intenção de continuar vivendo com alguma qualidade de vida, de sustentar os próprios caprichos, enfim, acabe trabalhando intencionalmente na loja do pai. Quando pensamos, numa segunda leitura e interpretação dessas orações, nesses contextos situacionais, até podemos admitir que o Agente nelas destacado aja com intencionalidade, uma intencionalidade forçada por uma causa externa, e, imaginando esses contextos situacionais, seria possível dizer, utilizando aqui o verbo *querer* também para testar a intencionalidade do Agente, o seguinte:

17. João quis quebrar o vaso original, achando que era o falso.
18. Maria quis criar o enteadado obrigada pelo marido.
19. João quis participar do mutirão de limpeza da escola, por insistência da esposa.
20. Maria só quis trabalhar na loja porque o pai não aceitou sustentá-la.

Mas, nesses casos com mais de uma leitura ou interpretação possíveis, optamos pela primeira interpretação, aquela que foi nossa primeira ideia quando nos deparamos com as orações.

Em (13) e em (14), há afetamento do próprio Agente – um Agente menos prototípico – e afetamento de outro participante no evento, com papel temático Paciente.

O Agente, no nosso modo de ver a questão, pode não ter, ocasionalmente, intencionalidade, mas tem que ter controle da ação/atividade. Se é verdade, como afirma Silva (2006, p. 298), que “a pertença a uma categoria não requer a verificação de todas as propriedades esperadas, donde os seus membros não precisarem de partilhar um conjunto de propriedades comuns”, assumimos aqui também como verdade que, para um argumento pertencer à categoria Agente, não pode prescindir das propriedades desencadeador, controle e causa. E propomos, então, a seguinte formalização (os parênteses significam ‘propriedade facultativa’):

11. Agente → [desencadeador, controle, (intenção), causa, (afetado), (experenciador)]

São essas, portanto, as propriedades semânticas que propomos para a caracterização do Agente, do que estamos chamando de Agente: desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador. As quatro primeiras são propriedades

prototípicas do Agente, sendo as duas primeiras e a quarta propriedades essenciais do Agente, e a quinta e a sexta, propriedades não prototípicas do Agente.

A seguir, apresentamos um *continuum* de propriedades na caracterização do Agente, constantes nele as propriedades mais e menos prototípicas desse papel temático:

### III. AGENTE

→

Desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador

.....(+)......(-).....

Agente prototípico

Agente afetado

Nesse *continuum*, as propriedades mais à esquerda são, no nosso ponto de vista, as mais prototípicas entre todas as propriedades aí listadas; no ponto em que a propriedade afetado, mais à direita, passa a fazer parte do Agente, vai configurando-se um Agente menos prototípico, ou Agente afetado. O Agente menos prototípico de todos, na nossa análise, é o Agente de eventos mentais perceptivos ou cognitivos, a que se poderia também chamar, nessa atribuição flexível dos papéis temáticos que adotamos, seguindo Cançado (2003; 2005b), de Experienciador agentivo.

Situamos, no *continuum*, a propriedade intenção – que, na nossa concepção, não é essencial do Agente – antes da propriedade causa, que é essencial do Agente, e ao lado da propriedade controle, pela relação estreita que há entre controle e intencionalidade. As propriedades desencadeador e controle são as duas primeiras propriedades semânticas do Agente no *continuum*, porque é nelas que pensamos, de saída, quando pensamos na caracterização semântica do Agente. Assim, seguindo o *continuum*, propriedade a propriedade, dizemos que o Agente é aquele que desencadeia com controle uma ação, normalmente com intencionalidade, causando um efeito qualquer que pode recair sobre ele próprio, afetando-o psicologicamente, podendo também ser ele afetado fisicamente.

Antes que passemos à caracterização do papel temático Paciente, observemos que as configurações sintáticas do Agente, com base nos dados que apresentamos aqui, são as seguintes: ou como argumento externo do verbo, sujeito de orações na voz verbal ativa ou na voz verbal reflexiva; ou como argumento interno do verbo, com função sintática de objeto oblíquo (agentivo ou comitativo), em orações na voz verbal ativa; ou como adjunto do verbo, com função sintática de agente da passiva, em orações na voz verbal passiva, sabendo que é freqüente a não-lexicalização do agente da passiva, apontada na bibliografia, inclusive, como um dos recursos para indeterminar o sujeito lógico da oração.

O Agente pode também apresentar-se na voz reflexiva (recíproca), como em (21), e na voz média (dinâmica), como em (22); pode, ainda, funcionar sintaticamente como adjunto adverbial (comitativo), como em (23):

21. *João e Maria abraçaram-se.*
22. *João recostou-se na árvore.*
23. *João escreveu o trabalho com Maria.*

## O paciente

É somente uma a propriedade semântica que nos parece essencial ao Paciente: a propriedade afetado, que, segundo Cançado (2005b, p. 34), implica sempre mudança de um estado A para um estado B, podendo, ainda consoante a autora, ser mudança de estado físico, mudança de estado de vida, mudança de estado psicológico, mudança de posses, mudança de lugares, mudanças em geral. Trabalhamos aqui com um conceito mais restritivo de afetamento: para nós, a propriedade afetado pode abarcar apenas dois tipos de mudança: mudança de estado físico (que inclui mudança de estado de vida), de natureza concreta, e mudança de estado psicológico, de natureza abstrata.

Quando pensamos na noção de Paciente, pensamos em algo, em um inanimado que sofre mudança de estado físico, mudança de natureza concreta, ou que resulta de uma ação/atividade ou de um processo, sofrendo também mudança de estado físico, como uma casa, que é construída, resultando de uma ação/atividade, ou um milho, que vai crescendo, por exemplo, resultando de um processo. Essa é a imagem que fazemos do Paciente prototípico: algo, um inanimado, inativo, passivo, que muda de estado físico ou resulta de uma ação/atividade ou de um processo.

Eis a formalização que propomos para o Paciente prototípico:

- iv. Paciente prototípico → [afetado]

O Paciente prototípico parece ter seu lugar sobretudo em orações transitivas prototípicas, havendo um sujeito Agente intencional e um objeto direto Paciente.

Vejamos, na sequência, orações nas quais se encontram em destaque Pacientes prototípicos:

24. *Maria varreu o chão.*  
CHÃO: Paciente → [afetado]  
Função sintática: Objeto direto  
*Varrer*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Ativa

25. João atirou *contra o espelho*.  
 CONTRA O ESPELHO: Paciente → [afetado]  
 Função sintática: Objeto oblíquo (passivo)  
*Atirar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
26. João construiu *uma casa*.  
 CASA: Paciente → [afetado]  
 Função sintática: Objeto direto  
*Construir*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
27. *O milho* cresceu.  
 MILHO: Paciente → [afetado]  
 Função sintática: Sujeito  
*Crescer*: Verbo intransitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa

Nas orações de (24) a (27), destacamos argumentos inanimados, concretos, que são afetados pela ação/atividade de um Agente intencional, mudando de estado físico, como em (24) e (25), ou resultando de uma ação/atividade, como em (26). Em (27), o Paciente resulta de um processo, também mudando de estado físico, como em (26), de um instante a outro. O Paciente, seja inanimado ou animado, quando resulta de um processo, geralmente configura-se sintaticamente como sujeito.

Nas orações abaixo, os argumentos em destaque são Pacientes; na nossa análise, não prototípicos, porque são Pacientes animados, que sempre parecem ter, na sua constituição, a propriedade experienciador, sofrendo mudança de estado psicológico, de natureza abstrata:

28. *João* felizmente sarou.  
 JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Sarar*: Verbo intransitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa
29. *Maria* nasceu em 1978.  
 MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Nascer*: Verbo intransitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa



30. O primo machucou *João*, com a faca.  
 JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Objeto direto  
*Machucar*: Verbo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa
31. O médico tratou *de Maria*, que estava com feridas na pele.  
 MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Objeto oblíquo (passivo)  
*Tratar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa

Parece-nos possível dizer que todo Paciente animado é sempre experienciador, enquanto os Pacientes inanimados, que consideramos prototípicos, não o são; estes sofrem sempre e apenas afetamento físico, de natureza concreta, não de natureza psicológica, abstrata, como aquele. Vamos propor, então, a seguinte formalização:

- v. Paciente animado → [afetado, experienciador]

Ou seja:

- vi. Paciente animado = Paciente não prototípico

O Paciente animado nem sempre sofre mudança de estado psicológico e de estado físico ao mesmo tempo, como nas orações de (28) a (31); em (29), *Maria* é um animado que resulta de um processo, sofrendo afetamento. É possível que o afetamento seja apenas de natureza psicológica, como nas orações abaixo, configurando-se um Paciente ainda menos prototípico, na nossa concepção:

32. O anúncio de greve na empresa preocupou *João*.  
 JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Objeto direto  
*Preocupar*: Verbo transitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa
33. *Maria* decepcionou-se com José, com suas mentiras.  
 MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Decepcionar-se*: Verbo transitivo de processo  
 Voz verbal: Média (dinâmica)

34. *João* aprendeu o assunto da prova.  
 João: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Aprender*: Verbo transitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa
35. *Maria* só compreendeu aqueles cálculos na segunda leitura.  
 MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]  
 Função sintática: Sujeito  
*Compreender*: Verbo transitivo de processo  
 Voz verbal: Ativa

Chamamos aos argumentos destacados de (28) a (35) de Pacientes experienciadores, e podemos chamar ainda, mas não é a nossa opção, aos argumentos destacados de (32) a (35), que sofrem apenas mudança de estado psicológico, de Experienciadores afetados, como podemos chamar aos argumentos destacados em (7) e (8), que realizam uma atividade mental e sofrem mudança de estado psicológico, de Experienciadores agentivos; de acordo com os nossos propósitos neste trabalho, entretanto, preferimos chamá-los de Agentes afetados, como já o dissemos anteriormente. Como afirma Cançado (1995, p. 114-115),

O Experienciador é compatível com os traços de Paciente [...] e também compatível com traços de Agente [...] No sentido estrito do termo, “Experienciador”, portanto, é uma etiqueta que recobre diferentes papéis temáticos, reunidos por terem um traço comum.

A propriedade Experienciador pode ainda fazer parte de um Objeto Estativo, em orações como:

36. *João* ama *Maria*.  
 37. *Maria* respeita os pais.

em que *João* e *Maria* apresentam as propriedades semânticas estativo e experienciador. Ora, poderíamos chamar esses argumentos também de Experienciadores estativos, ao invés de chamá-los de Objetos Estativos experienciadores. Esse tratamento dos papéis temáticos em propriedades semânticas favorece uma maior flexibilidade na atribuição de papéis temáticos, o que consideramos mais realista e também vantajoso para a descrição.

Em (27), (28) e (29), temos um sujeito Paciente na voz ativa, sendo o verbo de processo. Mas também é possível haver sujeito Paciente na voz ativa, sendo o verbo de ação/atividade, como em:

38. *Jogador* operou joelho.  
JOGADOR: Paciente → [afetado, experienciador]  
Função sintática: Sujeito  
*Operar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Ativa

39. *Maria* cortou o cabelo num bom salão.  
MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]  
Função sintática: Sujeito  
*Cortar*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Ativa

Em (38), construção típica do Português Brasileiro (PB), como observa Ilari (2008, p. 132), o *jogador*, na verdade, é afetado, física e psicologicamente, pela ação/atividade expressa pelo verbo *operar*, e o Agente da operação está indeterminado, o que equivale a dizer:

40. Jogador foi operado do joelho.

E, em relação à oração (39), podemos dizer que Maria não cortou o próprio cabelo, mas foi a um bom salão, como desejava, para que alguém o cortasse; *Maria* é Paciente – tendo sofrido mudança de estado físico e psicológico –, não Agente no evento descrito. A oração (39) equivale a:

41. Maria teve o cabelo cortado num bom salão.

As propriedades desencadeador, controle, intenção e causa podem, ocasionalmente, fazer parte do Paciente, um Paciente agentivo, o tipo de Paciente que consideramos o menos prototípico de todos, como nas orações que seguem:

42. *Maria* recebeu o anel de João.  
MARIA: Paciente → [afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Sujeito  
*Receber*: Verbo transitivo de processo  
Voz verbal: Ativa

43. José presenteou os livros *a João*, que ficou satisfeito.  
JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa]  
Função sintática: Objeto indireto  
*Presentear*: Verbo transitivo de ação/atividade  
Voz verbal: Ativa

44. O professor correu o *garoto atrevido* para fora da sala.<sup>14</sup>  
 GAROTO: Paciente → [afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa]  
 Função sintática: Objeto direto  
*Correr*: Verbo intransitivo de ação/atividade  
 Voz verbal: Ativa

Os Pacientes agentivos ocorrem normalmente com verbos do tipo *dar* ou *receber*, que selecionam um argumento ‘destinatário’.

Em resumo, são essas as propriedades semânticas que propomos para a caracterização do Paciente: afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção e causa, sendo que a primeira delas é a propriedade essencial do Paciente, e a segunda, em se tratando de Paciente animado, está sempre associada à propriedade afetado, como achamos ser verdadeiro. As quatro últimas propriedades aí listadas só participam ocasionalmente da composição do Paciente.

Apresentamos, abaixo, um *continuum* de propriedades na caracterização do Paciente, que vai das propriedades mais prototípicas, à esquerda, às propriedades menos prototípicas, à direita:

## VII. PACIENTE

→

Afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa

.....(+)......(-).....

Paciente Paciente Paciente agentivo

prototípico experienciador

No ponto em que a propriedade experienciador passa a fazer parte do Paciente, configura-se um Paciente experienciador; o Paciente experienciador, sempre animado, que muda de estado psicológico, é, na nossa análise, menos prototípico do que o Paciente inanimado, que sofre apenas mudança de estado físico. No ponto em que a propriedade desencadeador passa a fazer parte do Paciente, começa a configurar-se o Paciente menos prototípico de todos, passando pelo controle, intenção, causa, tornando-se um Paciente agentivo, e, na condição de Paciente agentivo, portanto animado, apresenta também a propriedade experienciador. Quanto mais o Paciente apresenta as propriedades à direita do *continuum*, menos prototípico ele é.

14 Segundo Cançado (2005b, p. 30), orações como (44) e como “A mãe casou a filha bem” ou “O pai estudou todos os filhos até a faculdade” são comuns no português coloquial brasileiro. De acordo com a autora, “A *professor, mãe e pai* pode-se atribuir o seguinte papel temático: tem controle sobre a ação, desencadeia um processo, etc. A *garoto, filha e filhos* seria atribuído o seguinte papel temático: desencadeia um processo, é afetado por uma ação, etc.”.

Quanto às configurações sintáticas do Paciente, na voz ativa o Paciente é, de acordo com os dados descritos acima, o argumento interno, com função de objeto direto, ou objeto indireto, ou objeto oblíquo (passivo), ou o argumento externo, o que contraria a descrição da Gramática Tradicional (GT), segundo a qual na voz ativa o sujeito é sempre Agente.

O Paciente também pode ser o sujeito de orações na voz passiva, que, segundo Pessoa (1989, p. 220), são bem menos frequentes em textos reais do português do que as orações ativas; as passivas, na verdade, segundo a autora, contrariam a tendência estatística de o Agente ocupar a posição de sujeito da oração:<sup>15</sup>

45. *O chão* foi varrido por Maria.

Da mesma forma que, em orações com verbo na voz ativa, o sujeito pode não ser Agente, também em orações com verbo na voz passiva, o sujeito pode não ser Paciente, como em:

46. *Os livros* foram requisitados por João.

em que *os livros* é Objeto Estativo.

O Paciente pode, ainda, ser o sujeito de orações na voz média (dinâmica):

47. *Maria*, distraída, machucou-se com o alfinete.

O Paciente, da mesma forma, pode ser o sujeito de orações com verbo copulativo:

48. *Maria* ficou muito ferida no acidente.

Camacho (2002) classifica as construções com verbo copulativo, como (48), como construções de voz adjetival, classificação que adotamos neste trabalho.

Encontra-se o Paciente também em construções ergativas – o PB apresentando, parece, uma tendência maior à ergativização –, como resultado do alçamento do objeto Paciente da construção causativa à posição de sujeito, sendo conservada a mesma relação temática com o verbo – a alteração aqui, tal como na construção passiva, se efetua no nível das funções sintáticas, não semânticas – e não havendo a lexicalização do argumento externo:

---

15 Quanto às passivas pronominais apresentadas pela GT, admitimos, com Naro (1968, p. 144-145), sua legitimidade no Português Arcaico, mas, no português contemporâneo, concordando com Scherre (1999, p. 13-14), entre outros, descrevemos a construção classificada pela GT como passiva sintética ou pronominal como uma estrutura ativa de sujeito indeterminado.

49. O vaso quebrou.

Pode o Paciente ser também um adjunto adverbial (comitativo), como, por exemplo, em:

50. Os lençóis foram lavados *com as blusas*.

O Paciente ocorre, normalmente, com verbos de ação/atividade e com verbos de processo. O sujeito Paciente na voz ativa ocorre, normalmente, com verbos de processo, mas pode ocorrer com verbos de ação/atividade.

O Paciente também pode, ocasionalmente, na função sintática de sujeito ou de objeto direto, ocorrer com verbos de estado, em construções como (51) e (52), abaixo:

51. *João* aguardou o médico durante muito tempo.

52. Começou a haver *relâmpagos*, toda noite, na cidade.

Normalmente se acharia estranho que um Paciente ocorra com verbo de estado, já que o Paciente é aquele que é afetado, e afetamento pressupõe mudança, enquanto estado, na conceituação tradicional, não envolve afetamento nem causação, mas condição ou alguma coisa que subsiste. Porém aqui trabalhamos com um conceito diferenciado de estado, que, para nós, pode envolver afetamento, em exemplos como (51) e (52), acima. Na nossa interpretação, parece claro que, em (51), *João* é afetado psicologicamente, um Paciente experienciador, mesmo o verbo sendo de estado. Em (52), *relâmpagos*, que resulta de um processo, é um Paciente prototípico, numa oração em que o verbo principal da locução é o verbo *haver*, um verbo de estado.

A título de exemplo, a versão passiva de (51) mostra que, da mesma forma que há orações passivas sem sujeito Paciente, também pode haver orações passivas com agente da passiva Paciente (por mais estranho que seja dizer agente da passiva Paciente!). Vejamos:

53. O médico foi aguardado durante muito tempo *por João*.

Antes de passarmos ao resumo de nossa proposta, queremos destacar a classificação do Agente e do Paciente. Admitimos, na perspectiva de protótipos e *continuum*, que haja dois tipos de Agente:

- a. Agente prototípico.
- b. Agente afetado.

e três tipos de Paciente:



Está aí, portanto, a nossa proposta, com base em dados da língua portuguesa, para a caracterização dos papéis temáticos Agente e Paciente em propriedades semânticas prototípicas e não prototípicas.

Visualizando, em conjunto, o *continuum* de propriedades semânticas do Agente e o *continuum* de propriedades semânticas do Paciente, notamos que as noções de Agente e Paciente não são inteiramente opostas nem distantes; pelo contrário, todas as propriedades propostas para a caracterização do Agente são também propriedades para a caracterização do Paciente, com a diferença de que as propriedades mais prototípicas do Agente – desencadeador, controle, intenção e causa –, sendo desencadeador, controle e causa as suas propriedades essenciais, são as menos prototípicas do Paciente, e a propriedade essencial do Paciente, que é a propriedade afetado, sendo o Paciente prototípico um inanimado, é a menos prototípica do Agente, ao lado da propriedade experienciador, que é também propriedade não prototípica do Paciente, categórica, no nosso ponto de vista, do Paciente animado, que pode ser de dois tipos: Paciente experienciador e Paciente agentivo. Desta forma, o afetamento – relativo à propriedade afetado e experienciador, entendendo que o afetamento pode abarcar dois tipos de mudança, mudança de estado físico e mudança de estado psicológico – pode fazer parte, em eventos de ação/atividade ou de processo, do Agente, o Agente afetado, que é menos prototípico, sobretudo o que sofre, além de afetamento psicológico, afetamento de natureza física, e a agentividade – o que chamamos ao conjunto das quatro propriedades prototípicas do Agente: desencadeador, controle, intenção e causa – pode fazer parte do Paciente, o Paciente agentivo, o menos prototípico de todos, em eventos de processo, mas também em eventos de ação/atividade.<sup>16</sup>

A categorização que apresentamos aqui dos papéis temáticos Agente e Paciente, caracterizando-os em propriedades semânticas, com base em nossa experiência de mundo, é só mais uma maneira de ver a questão, de tratar o tema. Como afirma Teixeira (2001, p. 66), “A categorização e simultânea conceptualização da realidade é sempre um processo em aberto, reformulável.” É, por isso, muito natural que haja discordância do nosso ponto de vista ou interpretação em relação à atribuição do papel temático Agente ou Paciente a um dado argumento, ou em relação ao tipo de Agente – Agente prototípico ou Agente afetado – ou ao tipo de Paciente – Paciente prototípico, Paciente experienciador ou Paciente agentivo – que atribuímos a um dado argumento, ou mesmo a respeito do conjunto de proprieda-

---

<sup>16</sup> Na nossa pesquisa de doutorado, o Agente afetado e o Paciente experienciador foram os mais recorrentes tanto no *corpus* do Português Arcaico como nos *corpora* de Português Europeu (PE) contemporâneo oral e escrito analisados. Esse resultado demonstra que nem sempre o mais prototípico é também o mais frequente, sendo possível dissociar prototipicidade de frequência de uso.



des semânticas que propomos para caracterizar o Agente e o Paciente, a respeito das propriedades que julgamos essenciais, por exemplo, destes papéis temáticos; estamos lidando afinal, neste trabalho, com noções intuitivas.

Mais um adendo quanto à caracterização em propriedades semânticas do Agente e do Paciente: no nosso ponto de vista, o Agente mais prototípico é o Agente de atividades físicas, concretas, mais do que o Agente de atividades mentais, perceptivas ou cognitivas, abstratas, que é sempre um Agente afetado; e o Paciente inanimado, que é afetado por uma mudança de estado físico, concreta, é mais prototípico do que o Paciente animado – o Paciente experienciador e o Paciente agentivo –, que sofre mudança de estado psicológico, abstrata, podendo também sofrer mudança de estado físico. Sendo assim, as noções de físico, concreto, e psicológico, abstrato são noções que permeiam a proposta aqui apresentada.

## REFERÊNCIAS

- CAMACHO, Roberto Gomes (2002). Construções de voz. In: ABAURRE, Maria Bernadete; RODRIGUES, Ângela (org.). *Gramática do português falado. Volume 8: novos estudos descritivos*. Campinas: UNICAMP. p. 227-316.
- CANÇADO, Márcia (1995). *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.
- CANÇADO, Márcia (2003). Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria José (org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto. p. 95-124
- CANÇADO, Márcia (2005a). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CANÇADO, Márcia (2005b). Posições argumentais e propriedades semânticas. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. 1. p. 23-56.
- CANÇADO, Márcia (2008). *Argumentos: complementos e adjuntos*. Disponível em: <[www.letras.ufmg.br/nupes](http://www.letras.ufmg.br/nupes)>. Acesso em: 8 jul 2008.
- CHAFE, Wallace (1979). *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- CHIERCHIA, Genaro (2003). *Semântica*. Campinas/Londrina: UNICAMP/ EDUEL.
- COLAÇO, Madalena (2005). *Configurações de coordenação aditiva: tipologia, concordância e extração*. Tese de Doutorado. Lisboa: FLUL.
- DOWTY, David (1989). On the semantic content of the notion of Thematic Role. In: CHIERCHIA, Gennaro; PARTEE, Barbara; TURNER, Raymond (ed.).

*Properties, types and meaning. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues.* Daordrecht: Kluwer. p. 69-129.

DUARTE, Inês (2000). *Língua portuguesa: instrumentos de análise.* Lisboa: Universidade Aberta.

FARIA, Isabel Hub (2003). A propósito de causalidade. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (org.). *Razões e emoções: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus.* v. I. Lisboa: IN-CM. p. 279-290.

FRANCHI, Carlos (1997). Predicação. Manuscrito publicado em Cançado, Márcia (org.). Predicação, relações semânticas e papéis temáticos: Anotações de Carlos Franchi. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2. p. 17-81.

GRUBER, Jerold (1965). *Studies in lexical relations.* Tese de Doutorado. Cambridge: MIT Press

ILARI, Rodolfo (2008). *Introdução à semântica: brincando com a gramática.* 7 ed. São Paulo: Contexto.

JACKENDOFF, Ray (1990). *Semantic structures.* Cambridge: MIT Press.

JACKENDOFF, Ray (1972). *Semantic interpretation in Generative Grammar.* Cambridge: MIT Press.

KLAIMAN, Miriam (1988). Affectiveness and control: a typological study of voice systems. In: SHIBATANI, Masayoshi. (ed.). *Passive and voice* [Typological studies in language], v. 16. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamin. p. 123-135.

KLEIBER, Georges (1990). *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical.* Paris: Puf.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos (2005). *Novo manual de sintaxe.* 2 ed. Florianópolis: Insular.

NARO, Anthony Julius (1968). *History of portuguese passives and impersonals.* Tese de Doutorado. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.

NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português.* São Paulo: Editora da UNESP.

OLIVEIRA, Fátima (1996). Semântica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa.* 2 ed. Lisboa: Caminho. p. 333-379.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de (2009). *O Agente e o Paciente em língua portuguesa: caracterização em propriedades semânticas e estudo diacrônico.* Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.

PESSOA, Maria Angélica Furtado Cunha (1989). *A passiva no discurso.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

PONTES, Eunice (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso.* São Paulo/Brasília: Ática/ Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1992). *Teoria da gramática. A Faculdade da linguagem*. 2 ed. Lisboa: Caminho.

ROSCH, Eleonor (1973). Natural categories. *Cognitive Psychology*, v. 4. p. 328-359.

SCHERRE, Maria Marta Pereira (1999). Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de Poodle. In: HORA, Demerval da; CHRISTIANO, Elisabeth (org.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. p. 13-54.

SILVA, Augusto Soares da (2006). *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina.

TEIXEIRA, José (2001). *A verbalização do espaço: modelos mentais de frente/trás*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho.



## RELAÇÕES ENTRE ITENS ADVERBIAIS E CONJUNCIONAIS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Sônia Bastos Borba Costa  
(Universidade Federal da Bahia)

### INTRODUÇÃO

Nos idos de 1990, Therezinha Barreto e eu, assistidas e estimuladas por Rosa Virgínia Mattos e Silva, apresentamos, no IX Congresso Internacional da ALFAL, duas comunicações, respectivamente *Conjunções: relações entre advérbios, preposições e conjunções em dois momentos sincrônicos do português: sécs. XIV e XX* e *Preposições e advérbios: inter-relações em dois momentos sincrônicos do português (séc. XIV e séc. XX)*. Instigavam-nos, Rosa Virgínia incluída, formas preposicionais, adverbiais e conjuncionais, simples ou locucionais, com o mesmo núcleo lexical, como *em vez de*, *às vezes* e *uma vez que*, ou *a fim de*, *finalmente*, *afinal* e *a fim de que*. Embora ainda não muito familiarizadas com a bibliografia referente à Teoria da Gramaticalização, já trabalhávamos com essas classes de palavras e Barreto estava elaborando a sua Dissertação de Mestrado, *Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português*, que defendeu em 1992. De lá para cá, Barreto veio a defender, em 1999, sua Tese de Doutorado, *Gramaticalização das conjunções na história do português*, e eu, em 2003, defendi a minha, *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Nesse interregno, Rosauta Poggio e Anna Maria Nolasco de Macedo também defenderam as suas, relativas, respectivamente, a preposições e a locuções prepositivas na história do português.

Neste trabalho, pretendo, em homenagem à querida colega Therezinha, confrontar dados e reflexões das nossas Teses de Doutorado (BARRETO, 1999; COSTA, 2003), tentando levantar as seguintes questões:

- a. Quais das 136 formas conjuncionais levantadas por Barreto, nos *corpora* analisados (séc. XIII – séc XX), têm, na sua história, alguma ligação com adverbiais latinos ou portugueses?
- b. Quais das formas adverbiais levantadas por mim nos *corpora* analisados (séc. XIV-XVI) avançaram no *continuum* morfossintático preconizado pela Teoria da Gramaticalização, tornando-se conjunções, àquele momento ou além? Constam elas do inventário de Barreto?
- c. Quais das formas adverbiais levantadas por mim vieram a constituir itens conjuncionais locucionais ou correlações conjuncionais na história do português, na época pesquisada ou além? Constam eles do inventário de Barreto?
- d. Embora não se tratando da mesma *forma*, quais das fontes lexicais dos adverbiais que encontrei vieram a constituir itens conjuncionais? Constam eles do inventário de Barreto?

Esclareço que tratarei itens conjuncionais simples, locucionais e correlações, segundo o que faz Barreto. Lembro ainda que do meu levantamento só constam adverbiais de conteúdo semântico espacial e temporal.

## QUESTÃO A

Dos 136 itens conjuncionais levantados por Barreto (1999), 11 formas são apontadas como continuadoras de conjunções latinas (*e, ca, como, ergo, nem, ou, quando, que, se, senon, vel*). Dessas, 7 têm na sua história alguma relação com adverbiais:

1. **e** > lat. *et*, esta provinda do adverbial indo-europeu *ēti*, ‘além (de)’. *Et*, no latim arcaico, podia substituir o adverbial *etiam*, ‘também’;
2. **ergo** – de origem controversa. Climent (1956, p. 118-9, apud BARRETO, 1999, p. 209) afirma que preenchia também função adverbial, com sentido de ‘sem dúvida’;
3. **nem** > lat. *nec*. Segundo Gaffiot (1934, apud BARRETO, 1999, p. 214), “era, primitivamente, em latim, um advérbio de negação.”
4. **ou** > lat. *aut*, este provindo do advérbio *au*, acrescido da partícula *ti* (FARIA, 1958, p. 267, apud BARRETO, 1999, p. 216);
5. **quando** > lat. *quam*, acrescido de *do*, preposição indo-europeia, ‘para’ (CLIMENT, 1956, p. 343, apud BARRETO, 1999, p. 219). No latim, funcionava como advérbio interrogativo e conjunção temporal e causal.

6. **se** < lat. *si*, provindo de *sei*, locativo no latim arcaico (RUBIO, 1983, p. 345, apud BARRETO, 1999, p. 228). O exemplo citado por Barreto, **se dis placet**, cuja tradução oferecida é ‘assim praza aos deuses’ sugere sentido adverbial de modo.
7. **vel** < lat. *velsi* (verbo *volo*) Foi primitivamente um advérbio, com o sentido de ‘se quer, se deseja’ (CLIMENT, 1956, p. 113, apud BARRETO, 1999, p. 244).

No grupo *Conjunções provenientes de advérbios*, Barreto lista 4 itens originários de advérbios latinos e 1 de formação portuguesa (BARRETO, 1999, p. 246-264):

1. **mas** < lat. *magis*, advérbio que formava grau comparativo e que se juntou a *sed*, *sed magis*, do qual recebeu sentido adversativo, por processo metonímico.
2. **pois** < lat. *postea* ou *post*. Em latim, já era advérbio e preposição.
3. **scilicet** – forma de advérbio afirmativo latino, provinda da junção de forma do verbo *scire*, ‘saber’ a *licet*, ‘ser permitido’.
4. **u** < lat. *ubi*, advérbio interrogativo locativo latino.
5. **somente** – provém de advérbio português derivado de adjetivo e ocorre no séc. XVI como adversativa (BARRETO, 1999, p. 263).

Além desses, Barreto apresenta 14 itens *de base adverbial*, geralmente locuções cujo núcleo lexical teve função adverbial, quer em latim, quer já em português:

1. **ainda que** – tratada neste trabalho na seção V. 18.
2. **almeos que** – *meos* é variante de *menos* < lat. *minus*, ‘menos’. Barreto sugere que *almeos* foi empregado como advérbio, ‘ao menos’. A locução conjuncional ocorre desde o séc. XIII, com sentido de ‘a fim de que’ (BARRETO, 1999, p. 333).
3. **ante~antes** – tratada neste trabalho na seção V. 5.
4. **ante que~ante ca** – tratada neste trabalho na seção V. 6.
5. **assim que** – resultante da associação do advérbio *assim* (< lat. *ad + sic*, ‘dessa forma’) à conjunção *que*, ocorre com valor temporal e modal desde o século XIII até a atualidade (BARRETO, 1999, p. 340-343).
6. **mentre~dementre que~dementres que~mentre que~em mentre** – de sentido temporal, resultante da associação do advérbio português *dementre~mentre* (< lat. *dum interim*, ‘ao mesmo tempo que’) à conjunção *que*. Ocorre no português arcaico como sinônimo de ‘enquanto’, com o qual, aliás, coocorre.

7. **já que** – tratada neste trabalho na seção V. 12.
8. **logo** – tratada neste trabalho na seção V. 14.
9. **logo que** – tratada neste trabalho na seção V. 15.
10. **macar que~a macar que** – locução formada pelo advérbio latino *macar* (< gr. *makarie*, ‘feliz’), documentada por Barreto (1999, p. 352-5) no séc. XIII, com sentido concessivo ‘ainda que’ e condicional, ‘a não ser que’, ‘se’.
11. **mesmo que** – formada pelo advérbio *mesmo* (< lat. \**metipsimus*), só foi documentada por Barreto no séc. XX, no Brasil.
12. **primeiro que** – tratada neste trabalho na seção V. 22.
13. **tanto que** – constituída pela junção do advérbio *tanto* (< lat. *tantu*) a *que*, documentada por Barreto (1999, p. 358-360), com valor temporal, do século XIII ao XVII, e, uma única vez nesse último século, com valor condicional.
14. **sol que** – *sol* é forma variante de *soo* e *so*, advérbio português proveniente de adjetivo (< lat. *solus*). A locução *sol que* está documentada desde o século XIII, com valor temporal e concessivo. Barreto lembra a ocorrência da locução, com valor adversativo, no português do século XX, embora não documentada no seu *corpus*.

Nos seus 136 itens, Barreto inclui 18 correlações formadas com a conjunção *que*, das quais 11 também têm relações com adverbiais na sua formação:

1. **non...que** – de valor adversativo, formada a partir do advérbio de negação *non*, documentada por Barreto desde o século XVI (BARRETO, 1999, p. 427)
2. **melhor...ca~melhor...que** – de valor comparativo, documentada desde o século XIII (Barreto, 1999, p. 429).
3. **mais...que~mais do que** – de valor comparativo, documentada desde o século XIII (BARRETO, 1999, p. 430).
4. **assi...que** – de valor comparativo, documentada desde o século XIV (BARRETO, 1999, p. 430).
5. **menos que~menos...que~menos de que~menos...do que** – de valor comparativo, documentada a partir do século XV (BARRETO, 1999, p. 431).
6. **peor ca~pior...ca~pior...que** – de valor comparativo, documentada desde o século XIII (BARRETO, 1999, p. 431)

7. **ante...ca~antes...que** – tratada neste trabalho na seção V. 7.
8. **tanto...que~tão...que** – de valor consecutivo, documentada desde o século XIII (BARRETO, 1999, p. 433).
9. **muito...que** – de valor consecutivo, documentada apenas no século XVI (BARRETO, 1999, p. 433).
10. **toda...que** – de valor semântico consecutivo, documentada apenas no português arcaico, formada a partir do item *toda*, que estou considerando de valor adverbial a partir do exemplo:
  - (I) E esta casa é **toda redonda que**, se a vires, senhor, non te umelhará senom ãa cuba... (LRR, c. III, l. 20-1, apud Barreto, 1999, p. 434).
11. **portanto que...que** – de valor consecutivo, documentada apenas no século XX, em diálogo do Português Fundamental (BARRETO, 1999, p. 434).

Apresento aqui também alguns itens conjuncionais tratados por Barreto, em que o elemento base tem ou teve função adverbial, isolado ou enquanto base lexical para um adverbial:

- a. Conjunções provenientes da justaposição de preposições a pronomes ou uma forma verbal (BARRETO, 1999, p. 270-326). Nestas formas, os adverbiais envolvidos são *tanto*, *assim*, *poren* (de uso adverbial comprovado até o século XV): **contanto que**; **em tanto que**; **tanto que~tanto assim que**; **entanto**; **no entanto**; **entretanto**; **poren** e **portanto**.
- b. Conjunções formadas com a associação do *que~ca* (BARRETO, 1999, p. 327-362). Os adverbiais envolvidos são *quando* e *fora* e o núcleo lexical é *vez*: **desde quando**; **fora que** (tratada neste trabalho na seção V. 20); **fora se** (tratada neste trabalho na seção V. 21) e **uma vez que** (tratada neste trabalho na seção V. 26).
- c. Conjunção formada com a associação da conjunção *como* (BARRETO, 1999, p. 417). O adverbial envolvido é *assim*: **assim como**.
- d. Itens conjuncionais com elemento negativo (BARRETO, 1999, p. 418-9). O adverbial envolvido é *não*: **a não ser~a não ser que**.
- e. Conjunção proveniente de um SN (BARRETO, 1999, p. 421-2). O adverbial envolvido é **todavia**.
- f. Conjunção proveniente de um SP (BARRETO, 1999, p. 423-5). O adverbial envolvido é **embora**.



- g. Correlações formadas com *como* (BARRETO, 1999, p.443-440). Os adverbiais envolvidos são *tanto, tão, assim*: **tanto como...tanto como; tam... como~tão qual; assi...come; assi como...assi~assim como...bem assi; como... assi~bem como...assi; segundo como...assi.**
- h. Correlações constituídas pela repetição de itens conjuncionais (BARRETO, 1999, p. 441-50). Os adverbiais envolvidos são *já, ora e quando*: **já...já** (tratada neste trabalho na seção V. 13); **ora...ora** (tratada neste trabalho na seção V. 17); **quando...quando.**
- i. Correlações formadas por intensificadores ou por intensificadores e pronomes (BARRETO, 1999, p. 451-67). Os adverbiais envolvidos são *mais e tanto*: **mais... quanto mais; canta...mais; quanto...tanto; tanto...quanto~tanta quanto.**
- j. Correlações conjuncionais com elemento negativo (BARRETO, 1999, p. 457-67). Os adverbiais envolvidos são *não, só, mais e também*: **nã...canto mais; non...que; não só...mas também; também...como; não...senão.**

Assim, das 136 formas de itens conjuncionais levantadas por Barreto, 70 (em torno de 51%) têm alguma relação com adverbiais na sua história. Na verdade, haveria o que discutir em relação à classificação de advérbio para alguns desses itens formadores, questão que não tenho condição de abordar aqui.

Tratarei neste trabalho de 27 dessas 70 formas, a partir dos recortes que proponho nas questões **b, c e d** introduzidas no início deste texto e retomadas a seguir:

## QUESTÃO B

Das 161 formas de adverbiais espaciais e temporais que levantei, as 9 seguintes vieram a funcionar como conjunções, mantendo inalterada a sua forma: **agora, aí, daí, antes, depois, então, já, logo e ora.**

## QUESTÃO C

As seguintes 11 formas adverbiais constantes do meu *corpus* vieram a constituir locuções ou correlações conjuncionais: **agora, ainda, antes, às vezes, depois, fora, já, logo, ora, primeiro e sempre.**

## QUESTÃO D

As seguintes 4 bases lexicais de adverbiais encontrados no meu *corpus* vieram também a constituir base lexical de itens conjuncionais: **fim**, **tempo**, **vista** e **vez**.

V. A seguir, passo a tratar os itens conjuncionais decorrentes dos processos apontados nas questões **B**, **C** e **D**, acima, apresentando alguma exemplificação e breves considerações. Para os demais itens, remeto o leitor à tese de Barreto.

A exemplificação de Barreto (1999) constante deste trabalho apresenta as seguintes siglas identificadoras dos textos analisados: **FR** (Foro Real-séc. XIII); **DSG** (Diálogos de São Gregório-séc. XIV); **LRR** (Lenda do Rei Rodrigo-séc. XIV); **CDP** (Crônica de D. Pedro-séc. XV); **Dem.** (Demanda do Santo Graal-séc. XV); **CT** (Carta de Theodosius-CCDJ-séc. XVI); **CJ** (Carta de Jaime-CCDJ-séc. XVI); **CIL** (Carta do Infante Luís-CCDJ-séc. XVI); **GLP** (Gramática da língua portuguesa, de João de Barros-séc. XVI); **CVB** (Cartas do Pe. Antônio Vieira (Bahia)-séc. XVII); **SS** (Sermão da Sexagésima, do Pe. Antônio Vieira-séc. XVII); **S 4<sup>af</sup>C** (Sermão da 4<sup>ff</sup> feira de Cinzas, do Pe. Antônio Vieira-séc. XVII).

A exemplificação de Costa (2003) apresenta as seguintes siglas identificadoras dos textos analisados: **DSG** (Diálogos de São Gregório-séc. XIV);<sup>1</sup> **LRR** (Lenda do Rei Rodrigo-séc. XIV); **CDP** (Crônica de D. Pedro-séc. XV); **CPVC** (Carta de Pero Vaz Caminha-1500); **CDJIII** (Cartas de D. João III-séc. XVI); **CCDJ** (Cartas da corte de D. João III-séc. XVI); **GFO** (Gramática da linguagem portuguesa, de Fernão de Oliveira-séc. XVI); **GJB** (Gramática da língua portuguesa, de João de Barros-séc. XVI); **DLNL** (Diálogo em louvor de nossa linguagem, de João de Barros-séc. XVI); **DVV**- Diálogo da viciosa vergonha, de João de Barros-séc. XVI); **DA-I** (Primeira Década da Ásia, de João de Barros-séc. XVI); **DA-II** (Segunda Década da Ásia, de João de Barros-séc. XVI).

### agora

Consensualmente, este adverbial provém do latim *hac hora*, com única dissensão de Cornu (apud NASCENTES, 1932, s.v. *agora*). Considero, de fato, *hac hora* o étimo mais provável, pois configura processo diacrônico paralelo ao de outras formas portuguesas e latinas, como *hoje* (<*hodie* <*hoc die*) e *ogano* (<*hoc anno*). Tanto quanto o adverbial *ora*, expressa, para o sentido temporal, noção de proximidade, opondo-se a *então*, este expressando distância, de forma paralela à oposição *aqui x lá* ou *este x aquele* para o sentido espacial, como já observou Mattos e Silva (1989, p. 258-9). Essa autora registra nos DSG, 1 só ocorrência de *agora*, com o mesmo

1 Os dados relativos aos DSG são citados a partir de MATTOS E SILVA (1989).

conteúdo que *ora*. Na LRR encontrei 3 ocorrências, com valor temporal, referindo o presente, exofórico (recriação de discurso direto):

2. ...rogo-te que aquilo que nunca antre mim e ti passou, que nom passe **agora**. (LRR, p. 44, l. 39-40)

Na CDP, encontrei 3 ocorrências com valor temporal referente ao presente, 1 fazendo referência ao ponto do texto em que se encontra o autor e 2 exofóricas, 1 em sentido estrito (recriação de discurso direto) e 1 em sentido estendido. Há 1 ocorrência de *por agora*, com o mesmo valor semântico e 1 ocorrência da curiosa forma *anteagora*, ‘antes de agora’, não registrada em qualquer dos textos do século XVI, mas de formação paralela ao adverbial *antontem*, este registrado em GJB e reconhecível na atualidade. Veja-se a ocorrência:

3. E quando el-rrei dom Pedro mandou sua filha dona Beatriz, como **anteagora** ouvistes, pera casar com o iffante don Fernando... (CDP, p. 255, ls. 5-7)

No *corpus* do século XVI que analisei é a quinta forma em ordem de frequência no *corpus*. Apresenta 111 ocorrências, de sentido temporal, referindo o presente, indicando o termo *a quo* do lapso temporal a ser considerado, exofórico na maior parte dos casos (85 casos) ou referindo o texto que o autor compõe, uso que denominei intrafórico (25 casos):

4. ...de todas estas e de cada hua dellas veremos **agora**. (GFO, p. 40, ls. 2-3)

É interessante observar-se a sua coocorrência com o adverbial *já* (6 casos), inclusive sob a forma *jagora* (3 casos). Em um deles o *já* é posposto:

5. ...mas **ja agora** som seguro que nunca m’a dará. (CDP, p. 125, ls. 57-58)

6. **Agora ja** poys notemos o falar dos nossos homes... (GFO, p. 10, l. 14)

Coocorre também com *ainda*, inclusive sob a forma *aindagora* (2 casos):

7. E também se este verbo /nego/ seruia em lugar de cõjução e valia ätros velhos tão como senão e **aindagora** assi val na beira. (GFO, p. 74, ls. 8-10)

No português, os advérbios *agora* e *ora*, com base lexical no nome latino *hora*, assumiram o significado que era recoberto pelo advérbio latino de origem grega *nunc*, ‘agora, presentemente, neste momento, atualmente’, que ocupava também posição de adjetivo em expressões como *nunc homines*, ‘homens de agora’ e formava correlações alternativas como *nunc... nunc*, ‘ora...ora’; ou *nunc...mox*, ‘agora...dentro em pouco’; ou *nunc...olim*, ‘agora...uma vez’. Em Plauto, Tito Lívio

e Quintiliano, tem valor adversativo e, em Plauto e Propércio, é equivalente a ‘pois, assim’ (SARAIVA, 1927, s.v. *nunc*). Vê-se que a forma já se gramaticalizara bastante em latim. Embora não tenham sido encontradas informações quanto ao uso de adverbiais latinos com base em *hora* concorrendo com *nunc*, a permanência de adverbiais com essa base lexical, além do paralelismo de formação com adverbiais com base em *dies* e *annus*, nas línguas românicas, assim faz crer.

Quanto à sua concorrência com o adverbial *ora*, observa-se que este último foi mais frequente nos textos anteriores ao século XVI que consultei, enquanto o *agora* predomina no século XVI, tanto quanto na atualidade. Estaria o *agora* sendo preferido desde então, para expressar o valor adverbial temporal exofórico, por estar o *ora* em estágio mais avançado de gramaticalização? Assim parece pensar Barreto (1999, p. 447), que, embora não trate o item *agora*, na seção dedicada à correlação *ora...ora*, faz referência a essa forma:

A gramaticalização desse item conjuncional [ora...ora] ocorreu, pois, na passagem do latim para o português. Significando no latim ‘hora, tempo, momento’, indicando, pois, o tempo, o substantivo **hora** precedido da preposição *ad* ou do demonstrativo *hac* veio a constituir os advérbios portugueses **ora** e **agora**, ‘nesta hora’, ‘neste momento’.

Observe-se que, na atualidade, *agora* vem passando por intenso processo de gramaticalização, funcionando com escopo sobre a predicação sentencial, sobre a sentença inteira ou sobre a sequência discursiva mais ampla, definindo um momento do discurso (ILARI et al, 1991, p. 85, apud BARRETO, 1999, p. 446). Assim, tem sido registrado como marcador discursivo, de natureza contrastiva, o que permite uma interpretação de juntivo adversativo, como ilustra o exemplo abaixo (RISSO, apud CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 35):

8. [...] de jeito nenhum... **agora** na maioria das vezes eles dizem...
9. nunca andei de trem... **agora** avião já andei de todos os tipos (exs. retirados de inquéritos do NURC, do tipo D2)

No meu *corpus*, esse adverbial também está presente, como núcleo lexical, nos adverbiais *da agora*, *até agora*, *pera agora*.

### **agora que**

Embora Barreto não a mencione e as ocorrências de *agora que* detectei não a registrem em contextos de sentido ou função fronteira a juntivo intersentencial, lembro que, na atualidade, dispomos de locução conjuncional *agora que* de sentido fronteira entre tempo e causa. Bechara (2005, p. 329) admite que essa

forma está em transição entre advérbio e locução conjuntiva, apresentando os seguintes exemplos:

10. **Agora**, que tudo acabou, posso pensar tranqüilamente. (com pausa após o *agora*)
11. **Agora** que tudo acabou, posso pensar tranqüilamente. (sem pausa)

À página 288 da mesma obra, o autor considera a locução como “um grupo de palavras que, por hipotaxe, funciona como conjunção” e apresenta o exemplo:

12. **Agora** que tudo serenou, podemos retornar.

### **aí**

Proveniente de *i*, forma portuguesa muito frequente até o século XVI, que, isoladamente, chegou ao estágio zero no processo de gramaticalização, para alguns usos (sobretudo para um tipo de anáfora, que chamei de anáfora referente ao *ponto do raciocínio*), mas em outros permaneceu e ampliou usos/funções, reforçada pela vogal *a* inicial, provavelmente a preposição portuguesa esvaziada do seu conteúdo semântico. Não há registro da forma *aí* antes do século XVI. No *corpus* analisado para a minha tese, não está registrada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (texto do limiar do século XVI) e, comparando-se sua incidência com a de *i* ( $hy\tilde{h}i\tilde{\gamma}$ ), nos demais textos predomina esse último, com 57 ocorrências, contra 23 de *aí*. Na verdade, durante um bom tempo as formas *i* e *aí* foram variantes para alguns usos, mas não para todos. Alguma exemplificação, acompanhada de minha interpretação:

13. Porque sempre **ahy** ouue reyes e principes em Espanha desejosos de grandes jmpresas. (DA I, p. 20, ls. 31-32). – referência a elemento de valor espacial, em sentido físico, extralinguístico, que denomino espaço estrito, no trecho, uma referência catafórica.
14. Filho – Um dos primeiros latins que me ele mandou fazer foi este: ‘O fermosa maria nova ara cum tua vaca nova’. E eu cuidáva que em isto ser linguágem, nam podia ser latim, té que palmatoreádas mô fezéram entender.

Pái – **Aí** começarás tu de sentir o louvor da nóssa linguágem que, sendo nóssa, â entenderá o latino porque é sua. (DLNL, p. 398, ls. 15-20). – referência a texto ou a ponto de raciocínio, ampliação do sentido espacial, que denomino espaço estendido.

Esse item não é registrado por Barreto. Trago-o a este trabalho porque o seu uso como encadeador narrativo, um tipo de juntivo intersentencial, de caráter

aditivo, função tradicionalmente preenchida pela conjunção *e*, é fartamente reconhecido na atualidade do português.

De fato, a forma *aí* tem longa e profícua história na língua portuguesa, como atestam os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por Braga (1999), Braga et al (2002) e Tavares (2003), cuja tese trata o *aí* como sequenciador retroativo-propulsor. Segundo Braga, na atualidade, o adverbial apresenta os usos: dêitico (para mim, exofórico), fórico (para mim, anafórico), juntivo e discursivo, como se pode observar, respectivamente, nos exemplos abaixo:

15. De todo modo, no que diz respeito a você, gostaria muito de te encontrar: aqui, **aí**, onde for, e conversar um pouco sobre o trabalho. (NARO; BRAGA, 2000, p. 128)
16. que o melhor ano da minha vi- melhor ano escolar meu, no Pedro II, foi a minha segunda 5ª série. Que **aí** eu fiz, sabe? numa – numa higiene mental. (NARO; BRAGA, 2000, p. 128)
17. **Aí** bota meio copo de óleo. **Aí** você bate no liquidificador e depois tira e bota numa vasilha. (NARO; BRAGA, 2000, p. 128)
18. E: – Opa! Você trabalhou nisso? Você fazia o que ali, Samuel?  
F: – Era trocador.  
E: – Hum.  
F: – **Aí** o motorista ia pra entrar, pra gente chegar ali no ponto de Antares... (BRAGA; OLIVEIRA; DUQUE, 2002, p. 128)

## **daí**

De formação portuguesa, pela anteposição da preposição *de* ao adverbial *aí*, documentada a partir do século XVI. Até esse século, alguns dos usos que *daí* viria a apresentar no futuro estão preenchidos pela forma *desi*. No *corpus* analisado para o século XVI, contam-se 8 ocorrências, todas de sentido espacial (quer estrito, quer estendido), indicando o ponto de partida, o **lugar de onde**.

19. ...e que **d'ahi** a passavam em embarcações... (CCDJ, c. 73, l. 7) – anafórico de espaço estrito.
20. ...nésta doçura de leite que tem a lêytera redonda ôs queria primeiro mamentár, e **daí** fossem levádos à côdea da tiráda... (DLNL, p. 409, ls. 2-4). – anafórico de espaço estendido.

Sabe-se que em latim havia a forma *inde*, anafórico referente a **lugar de onde**, que produziu a forma portuguesa *ende* (~*en*), bastante produtiva no português

arcaico, mas que teve seu uso posteriormente reduzido à composição do juntivo causal-consecutivo *porende* (*porém*). O português produziu analiticamente várias formas para cobrir o conteúdo semântico da forma *ende* (*~en*), entre outras, formas a partir de adverbiais de sentido estático (**lugar onde**) – *i, aí, ali, lá* – precedidos da preposição *de*, ou seja, *desi, dhy, daí, dali, de lá*, que coocorrem no século XVI, recobrando usos idênticos ou bastante próximos.

O item *daí* não é registrado por Barreto. Na atualidade, a forma tem expandido seus usos, inclusive variando, com valor de juntivo, com *aí*, além de com *então* e *depois* (como lembram LOPES; MORAIS, 1999-2000, p. 234):

O exemplo que se segue procura ilustrar muitos enunciados que temos registrado frequentemente no dia-a-dia:

– Sim, é verdade que fui ver esse filme. *E depois?* Já tenho 17 anos!

Logo numa primeira abordagem, notamos que *e depois?* é funcionalmente idêntico a expressões como *e então?* e *e daí?*, características de interações orais.

Lembro que Tavares (2003) trata o *daí*, tanto quanto o *aí*, como “seqüenciador retroativo-propulsor”.

## antes

Adverbial proveniente da forma de preposição e adverbial latino *āntē*, de sentido espacial, ‘diante, em frente de, perante’ e temporal, ‘antes, anteriormente’. Segundo Gaffiot (1934, s.v. *ante*, *apud* BARRETO, 1999, p. 336), em latim *ante* também funcionava com o sentido de predominância, ‘mais do que’. Em português, o adverbial apresenta as formas *ante* e *antes*, esta, segundo todos os autores, com *-s* final analógico a outras formas adverbiais, principalmente o seu antônimo (pelo menos, para alguns usos), *depois*. Segundo Mattos e Silva (1989, p. 254), nos DSG, não há registro da forma como adverbial, apenas em locução prepositiva. A LRR apresenta quatro ocorrências, fronteiriças entre preposição e adverbial, de sentido temporal:

21. que tu faças o que fezerom tôdolos reis que **ante** ti reinarom (LRR, p. 37, l. 3-4)

A CDP apresenta 8 ocorrências de sentido temporal:

22. ...e trautarom antre os rreis ambos muito mais perfeitas amizades que **ante**. (CDP, p.148, l. 21-3)

No meu *corpus* do século XVI, ocorre 10 vezes, 4 com sentido espacial estendido – representação gráfica ou estrutura linguística – que referem a área precedente ao elemento que se toma por base:

23. Duas letras de hua mesma natureza em hua syllaba juntas ambas em hua parte **antes** ou despois não são neçessarias na nossa lingua... (GFO, p. 29, ls. 4-6)

Com sentido temporal são 5:

24. ...por vos virdes hũu pouco **antes**... (CDJIII, c.13, l. 41)

Há ainda 1 ocorrência em trecho de natureza metalinguística, não inferível quanto ao conteúdo semântico. Além dessas noções, figuram no *corpus* várias ocorrências de sentido abstrato, correspondente ao atual ‘preferencialmente’:

25. podemos diuidir *ãtes* e neçessario  $\bar{q}$  diuidamos as letras vogaes (GFO, p. 12, ls. 17-19)

Para Barreto (1999, p. 336-340), o item *antes* passou por processo de gramaticalização no *continuum* morfossintático (ADV>PREP>CONJ) e no *continuum* semântico (ESPAÇO>TEMPO>TEXTTO), nesse vindo a configurar conjunção comparativa e adversativa, impelida por processo metafórico de alteração/ampliação de sentido. Assim, no meu entender, os dois sentidos produziram conjunções portuguesas distintas: o sentido temporal permaneceu, e o sentido de predominância, que também permaneceu, produziu conjunções comparativas e adversativas. Barreto registra que, até o século XVI, a forma *antes* ( $\sim$  *ante*) era preposição e advérbio, com sentido espacial ou temporal. Como conjunção coordenativa adversativa, ocorre desde o século XIII:

26. Senhores cavaleiros, torne-de-vos, ca ides mui sandiamente, ca este é Castelo Felon, unde nenhũu cavaleiro nem nehuũa donzela que i entre non sal, **ante** ficam i todos en prison (Dem., cap. D, l. 10-2)

Esse sentido, não encontrado pela autora nos séculos XIV e XV, reaparece em dados dos séculos XVI e XVII :

27. ... e meu filho nõ perde em darlho, **ante** ganha e ffaz virtude (CJ, XIX, l. 199-200).
28. cuidei que os retratos não ajudavam **antes** pelo seu modo faziam companhia (CVB, CCXLVI, l. 81-82).



Sobre o sentido de ‘mais do que’, admite que passou a designar contrajunção, expressando preferência, sempre precedida por sentença de caráter negativo:

29. E el non respondeo ao que lhe elles dissero, **ant[e]** ferio o primeiro que acalçou tam rijamente que lhe talhou a mea da lo[u]riga com a cosa... (Dem., Cap. LXIX, l. 32-4)

Observa ainda que, no português contemporâneo, introduz sentença explicativa, com valor semântico de ‘em lugar disso’:

30. Todos, na escola, eram rigorosos, mas ele não. **Antes**, era compreensivo e amável.

Visto o adverbial em diacronia, pode-se aventar a hipótese de dupla atuação do mecanismo da *divergência* (HOPPER, 1991). Numa primeira etapa, a preposição latina, precipuamente espacial, continua como preposição espacial no português, e o advérbio latino, capaz de expressar sentido espacial, temporal e de predominância, continua nos três adverbiais portugueses de conteúdos semânticos idênticos (espaço, tempo e predominância/preferência). Numa segunda etapa, ocorre nova divergência, quando o adverbial espacial não parece ter produzido qualquer conjunção, enquanto o adverbial temporal produz a conjunção temporal e o adverbial com sentido de predominância/preferência produz a conjunção comparativa e a adversativa, como entende Barreto.

Segundo Lopes e Morais (1999-2000, p. 196-198), que trabalham com o português contemporâneo, “são surpreendentemente escassas” as ocorrências de *antes* com valor espacial no *corpus* que analisaram (o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo: sub-corpus oral*): “apenas 2 ocorrências num conjunto de 222, ou seja, em termos percentuais, 0,9%”. Registram também o sentido de predominância/preferência, observando que esse é o uso mais significativo e chamando a atenção para o fato de que veem esse uso como um tipo de ordenação, numa escala avaliativa. Fazem ainda referência a usos em que *antes* é contrafactual, observando que se pode acrescentar às sentenças uma adversativa:

31. Estás-me a dizer que o João é tímido?! **Antes** fosse! (mas não é)
32. Ele estava a falar no cão mas eu nessa altura não tinha cão – **antes** tivesse! (mas não tinha)

Observei que, na atualidade, o adverbial *antes*, quando de conteúdo espacial, é mais utilizado para referir a área precedente, diferentemente da preposição *ante*, de uso escasso na atualidade, substituído pela locução *em frente a/de*, que refere a área frente. É também curiosa a seleção lexical preferencial procedida no português

entre as duplas *atrás/na frente* e *antes/depois*, uma vez que, na atualidade, geralmente aquela expressa sentido espacial e essa, sentido temporal.

No meu *corpus*, *antes* forma os advérbios *diante*, *adiante*, *em diante*, *avante* e, como prefixo, o advérbio *antontem*.

### antes que

Barreto (1999, p. 336-340) trata essa locução conjuncional de valor semântico temporal, registrada desde o século XIII:

33. ...E se alguẽ obrar **ante que** seya prouado e outorgado assi como dicto é, peyte CCC maraudis al rey (FR, liv. IV, l. 790-2)

Observa que no português contemporâneo indica tempo real ou não-real:

34. **Antes que** anoiteça, deverei terminar o trabalho.  
35. Cale-se, **antes que** eu me aborreça

Moura Neves (2000, p. 789) registra apenas emprego temporal:

36. Afonso acode ao apelo, mas Lourenço o chama **antes que** chegue à cozinha (DIEGUES, Cacá. *Chuvas de verão*. Rio de Janeiro: Civ. Bras.,1977).

Bechara (2005, p. 328) a cita como “locução temporal”, sem exemplificar.

### antes...que

Barreto (1999, p. 432) registra seu uso como correlação consecutiva desde o século XIII, com a variante *ante...ca*:

37. Mays se o senhur da terra ou seus herdeyros tão por tanto a quiserẽ conprar, seya teodo de a uender **ante** a el **ca** a outro (FR, liv. III, l. 799-800).

Na atualidade, o sentido de predominância/preferência é expresso por essa correlação em construções bastante comuns, como por exemplo:

38. **Antes** ele **que** eu.

### depois

O estabelecimento do étimo de *depois* tem suscitado discordância sobre, pelo menos, três pontos principais: o primeiro, sobre as locuções ou formas simples latinas que lhe teriam dado origem (*de post*; *de ex post*; *poste~postea*; \**pox*); o segundo,

sobre a funcionalidade das variantes *depos~depois~despois* no português arcaico, que continuou, com alguma tendência à padronização da forma *depois*, ainda no século XVI. *Depos*, forma à qual mais naturalmente pode ser atribuído o étimo *de post*, parece-me, nos exemplos do séc. XIV (LRR e dados computados por Mattos e Silva (1989, p. 254), funcionar sempre como preposição. Aliás, se observarmos os dados de Mattos e Silva, verificaremos que também *empos* e *apos* são sempre preposições.

As formas que preenchem funções adverbiais são *despois* ou *depois*, justamente as que causam estranheza quanto ao percurso etimológico, pela presença do *i*, aliás também presente, como lembra Nascentes (1932, s.v. '*depois*'), no esp. *después*, no ant. it. *dipoi*, no fr. *depuis*. Considerando que a forma latina *postea* tem registro com sentido equivalente ao port. *depois* (~*despois*), parece-me mais aceitável essa hipótese de étimo para o seu núcleo (*postea*>*poste*>*poist*>*pois*), como sugere, aproximativamente, Nascentes (1932). Assim, as formas portuguesas seriam decorrentes de aglutinação de preposições (*de* ou *de ex*) ao adverbial *postea*.

O terceiro ponto de controvérsia é a razão para a coexistência das formas *depois* e *despois*: seriam variantes? Mattos e Silva (1989, p. 254) registra ocorrências adverbiais da forma *depois* nos DSG, todas de sentido temporal. *Depois* forma ainda as locuções prepositivas *depois de* (5 casos) e *depois a* (1 caso).

Na LRR, ocorre 5 vezes (*despois*), sempre com sentido temporal:

39. Nom seja nem uu tam ousado, dos que ora som nem dos que *despois* veerem...(LRR, p. 39, l. 57-8)

Na CDP, ocorre 50 vezes (*depois*), sempre com sentido temporal:

40. Mas ora leixemos el-rrei em Sevilha, matando e prendendo quaaes vos *depois* contaremos... (CDP, p. 205, l. 61-2)

No *corpus* do século XVI, o adverbial ocorre 74 vezes (*depois~despois*), sendo o oitavo em número de incidências no *corpus*. São 5 ocorrências de valor espacial, 67 de conteúdo temporal e 1 de sentido inclusivo, correspondente ao atual 'além disso':

41. ...agora tratemos da forma dellas e **despois** diremos das suas condições e estados. (GFO, p. 34, ls. 28-29). – referindo texto (espaço estendido).
42. ...prymeiro que fales a elRey; porque **despois** nom poderes estar senam secreta-mete. (CDJIII, c.16, l. 72-3) – de sentido temporal.
43. ...ainda em tẽpo de Eneas troyano: e **despois** acha a Italia muy grosseyra e mal mesturada. (GFO, p. 9, ls. 8-9). – de sentido inclusivo.

Este item não foi registrado por Barreto. No *corpus* que analisei, fica patente que os falantes do português parecem ter feito, a depender da noção expressa, uma seleção que, tudo indica, é bem precoce na história da língua. Enquanto as formas de base *de + post* assumiram paulatinamente valores espaciais, temporais e de inclusão, as formas de base *post* (atual *pois*) assumiram valores temporais e depois explicativos e conclusivos.

Na atualidade, a forma *depois* continua preenchendo função de adverbial espacial e temporal. Funciona ainda como juntivo intersentencial, com sentido inclusivo, de agregação, semelhante a ‘além disso’:

44. Ela não sabe fazer o trabalho direito. **Depois**, você também não gosta dela...

Moura Neves (2000, p. 261) o considera na atualidade um adverbial circunstancial que pode efetuar junção temporal de enunciados:

45. O mestre demorou-se um pouco, **depois** voltou-se para o companheiro num tom de mando (REGO, J. L. do. *Cangaceiros*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961)

No meu *corpus*, a forma *depois* não forma outros adverbiais.

### depois que

A locução não foi registrada por Barreto. Na atualidade, funciona como juntivo intersentencial temporal, como atesta Moura Neves (2000, p. 789):

46. É aqui que é a sua casa, aqui é que você deverá ficar, **depois que** eu me tiver ido (FARIA, O. Ângela ou as areias do mundo. Rio de Janeiro: José Olímpio, s/d).

Bechara (2005, p. 288) também a refere, considerando-a “um grupo de palavras que, por hipotaxe, funciona como conjunção”:

47. Ainda que estude, terá de aperfeiçoar-se **depois que** se gradue.

### então

Esta forma, que concorre com a forma *entonces* e sobre essa vem a prevalecer, embora em variação até a atualidade, provém do latim *in tunc*, aglutinação da preposição *in* ao adverbial *tunc* (<*tum+ce*). A forma *tunc* apresentava ambivalência entre adverbial (‘naquele tempo’) e conjunção (‘depois, sendo assim’), segundo Saraiva (1927, s.v. *tunc*). Mattos e Silva (1989, p. 259-260) registrou 95 ocorrências

nos DSG, com valor de localização temporal, exofórico, referindo o passado ou o futuro. Aventa a sua leitura como anafórico e, implicitamente, como conjunção. Além disso, a autora detectou 2 ocorrências de *entanto* com o mesmo valor de *entom*.

Na LRR, encontrei 6 ocorrências, com valor de localização temporal, referindo o passado. Em alguns casos há ambiguidade entre as noções de localização e ordenação temporal, que se resolve, quando, para a primeira possibilidade, fica clara a incidência do adverbial sobre um só fato verbal e, para a segunda possibilidade, a sua função de ligação entre dois fatos que se sequenciam.

Na CDP, registrei 23 ocorrências, com valor de localização temporal e 13 com valor de ordenação, sendo difícil a distinção entre essas duas possibilidades e a interpretação como conjunção causal-consecutiva. Há ainda 8 ocorrências de *entanto* como temporal de ordenação, fronteiro a conjunção,

48. ...ca el nom se atreue de o esperar alli, e foi-sse **entanto** a huua montanha mui forte... (CDP, p. 162, l. 92-3)

No *corpus* do século XVI, o adverbial ocorre 51 vezes. Em 36 ocorrências, o sentido é de localização temporal:

49. ...aly vieram **entam** mujtos, mas... (CPVC, fl. 8v, l. 2)

Em 14 ocorrências, o valor é de ordenação temporal:

50. ...e asy meesmo acenaua peraa tera e **entã** perao castical... (CPVC, fl. 3, ls. 7-8)

Em 5, o valor é mais abstrato, de localizador anafórico, com sentido de ‘nesse caso’. Há 1 ocorrência que configura também ambiguidade entre valor adverbial e conjuncional.

51. E **entám** tem neçessidáde daquele espírito que lhe vês... (GJB, p. 376, ls. 18-19)

Este adverbial é continuador, em forma reforçada por preposição, de forma latina, que já apresentava recategorização entre as classes de advérbio e conjunção. Em todos os textos aqui referidos, dos séculos XIV a XVI, a ambiguidade persiste.

Barreto não menciona esse item. Na atualidade, o seu valor adverbial temporal está bastante enfraquecido, enquanto o valor conjuncional, de simples encadeador a responsável por nexos argumentativos, é evidente. Enquanto Bechara (2005, p. 476) lhe nega, como a outros itens, o estatuto de juntivo, considerando-o um adverbial, Moura Neves (2000, p. 816-7) apresenta a seguinte observação:

Para exprimir essa relação entre causa e consequência, aliás, o falante não dispõe apenas do complexo formado por uma oração principal

mais uma oração causal [...]. Ele pode, por exemplo, fazer um enunciado como:

*No país não há ultraleves homologados, POR ISSO/ENTÃO não existe essa possibilidade.*

que tem uma segunda oração do tipo que tradicionalmente se designa como coordenada conclusiva, ao invés de:

*Não existe essa possibilidade PORQUE no país não há ultraleves homologados (AGF).*

No meu *corpus*, *então* (~*enton*~*entã*~*entô*) não ocorre como base para outros adverbais.

## **já**

Proveniente de *ja*, forma do latim vulgar, variante do clássico *iam*, ‘neste momento, agora, já; dentro de um instante; imediatamente; em breve; então, logo; por outro lado’. Mattos e Silva (1989, p. 261-263) dele registra 71 ocorrências, que subdivide em *ja1* e *ja2*, respectivamente, ‘antes deste momento’ e ‘a partir deste momento’, expressando, portanto, anterioridade e posterioridade exofórica. Na LRR, registrei 11 ocorrências: 1 de valor aspectual; 2 como temporal de localização, expressando anterioridade; 8 com valor de ordenação temporal, 7 expressando anterioridade e 1 posterioridade. Na CDP, registrei 42 ocorrências, 1 aspectual e 41 de valor temporal de ordenação.

No *corpus* do século XVI, encontrei 211 ocorrências desse adverbial, o mais frequente em todo o *corpus*. Delas, 21 são de valor aspectual, das quais 1 expressa confirmação:

52. Parece que **já** o mundo [h]á-de acabár nésta opiniám... (DVV, p. 464, l. 6)

Apenas 1 tem valor causal ou conclusivo:

53. ...as letras cõsoãtes em  $\bar{q}$  as nossas dições ou suas syllabas podem acabar são estas .l. r. s. e .z. as  $\tilde{q}$ es **ja** chamamos semivogaes ou quasi vogaes... (GFO, p.28, ls. 3-5)

Apenas 1 tem valor argumentativo:

54. Singéla, como quando dizemos çerca e compósta acreçentando-lhe ésta preposiçám *a*, diz àcerca, que **já** tem mais eficácia (GJB, p. 347, ls. 22-24)

Das 187 de valor temporal de ordenação, 181 expressam anterioridade:

55. ...onde faleço **já** de muita idade. (GJB, p. 361, l. 5)  
Apenas 5 expressam posterioridade:
56. Se, ao tẽpo que vos chegardes á corte de França, **ja** ahy for o recado ou pesoa do emperador, meu irmão... (CDJIII, c. 6, ls. 270-2)  
Em 1 ocorrência, o valor é de simultaneidade:
57. de qualq̃r outra maneira das q̃a apõtei e ey de tratar ou trato **ja**... (GFO, p. 42-43, ls. 29-1)  
Quanto à foricidade, 112 são anafóricas:
58. E não e muito seguir Italia o q̃a **ja** Greçia ãtes teue por ley ... (GFO, p. 9, ls. 19-20)  
São 33 as exofóricas:
59. ...como lhe **ja** espresvy por outra carta... (CDJIII, c. 6, l. 56)  
E 42 referem o texto que está sendo escrito:
60. ...aque deu oque **ja** dito he. (CPVC, fl. 8, ls. 10-11)

O que distingue o *já* de outros ordenadores temporais (LOPES, 1971, p. 233) é a característica de marcar que o fato a que se vincula semanticamente está sob expectativa de realização, ou seja, o *já* indica que os acontecimentos se sequenciam em direção a um fim, que se coloca, por pressuposto, como uma expectativa.

Com efeito, *já* e *ainda* parecem distinguir-se pelos valores respectivos de atingimento de um novo ponto que se opõe à manutenção do estado anterior, e formam, com suas duas locuções associadas ao *não*, *já não* (variante preferida em Portugal, enquanto no Brasil usa-se preferencialmente *não...mais*) e *ainda não*, um curioso cruzamento quanto à oposição positivo/negativo:

POSITIVO

*já*

*ainda*

NEGATIVO

*ainda não*

*já não (não.... mais)*

Essas nuances temporais são mais visualizáveis na sequência temporal:

61. **Ainda não** chegou / **Já** chegou / **Ainda** está aqui / **Já não** está aqui (**Não** está **mais** aqui)

Por exemplo, observe-se o uso dos dois adverbiais na pergunta, ouvida por nós, feita por uma estudante ao seu irmão:

62. Esta nota é **já** da terceira unidade ou **ainda** é da segunda?

Por oportuno, apresento exemplo da GJB, que sintetiza, sob forma proverbial, o que tentei expor:

63. **Ainda** o pái **nam** é nádo, **já** o filho anda pelo telhado (GJB, p. 368, ls. 7-8)

No *corpus* do séc. XVI, das 186 ocorrências de *já* como ordenador temporal, apenas 1 o registra com o sentido equivalente a *agora*, o que faz pressupor ser esse valor diacronicamente posterior ao valor essencialmente ordenador.

64. de qualq̃r outra maneira das q̃a apõtei e ey de tratar ou trato *já*... (GFO, p. 42-43, ls. 29-1)

Vale registrar que, do total de ocorrências, 4 (em GFO) apresentam o *já* associado ao adverbial *agora*, como no exemplo:

65. ... nos **jagora** p̃a fazer vocabolos... (GFO, p. 51, l. 2)

Na atualidade, é inegável que o *já* expressa, em larga escala, os dois significados, como se vê dos exemplos:

66. Faça isto **já!** (= agora, localizador exofórico)

67. Ele **já** estava dormindo quando você chegou (ordenador)

É também bastante frequente, nos dias atuais, o uso de *já* como juntivo argumentativo, de valor contrastivo, como no exemplo:

68. Ela é uma boa pessoa. **Já** o irmão é muito pouco confiável.

Barreto (1999) não registra o item como conjunção, embora trate a locução *já que* e a correlação *já...já*. Lembra, contudo (p. 348), que modernamente o advérbio *já* vem experimentando processo de discursivização, com valor temporal de ‘neste momento’, ‘então’, ‘logo, daqui a pouco’ e ‘até mesmo’.

Tenho ainda observado, na fala informal, uma tendência a repetir o *já* em pontos distintos do enunciado (pré e pós-verbal, sobretudo) em exemplos como:

69. **Já** comprei o livro **já**.

que me parece evidenciar, para o pólo afirmativo, fenômeno semelhante ao que ocorre, para o pólo negativo, com *não*:



70. Não comprei o livro não.

### **já que**

Barreto (1999, p. 346-8) trata esta locução, atribuindo-lhe uma formação por metonímia, nos seguintes termos:

[...] o advérbio **já**, inicialmente membro de uma sentença, seguida da conjunção **que**, causal, que inicia a sentença seguinte, passa a ser interpretado como elemento constituinte da sentença subordinada [...]. Ter-se-ia numa primeira fase:

*...não me torne outra vez ao Rosto a erisipola **já** / **que** sou colérico e sanguinho* (CIL, Cap. XILVII, l. 30-1)

E posteriormente:

*...não me torne outra vez ao rosto a erisipola **já que** sou colérico e sanguinho.*

Ao associar-se à conjunção **que**, com valor semântico causal, o advérbio **já** perde a sua carga semântica de origem, assimila, por um processo metonímico, o valor causal da conjunção e, juntamente com ela, passa a expressar a relação de causa.

Nos seus dados, **já que** ocorre desde o século XVI, sob a forma variante *ya qua*, em trecho que me parece de difícil leitura:

71. Ruy Lourênço e **ya que** e, alem de o elle por sy merecer, eu trabalharey de lhe mostrar em tudo que m’alembra quãto vos toca. (CIL, XIX, l. 48-50)

Para o século XVII, Barreto aponta 2 exemplos, dentre os quais o seguinte:

72. Comeu Eva o pomo da ciência e queixava-me eu antigamente desta nossa mãe: **já que** comeu o pomo, por que lhe não guardou as pevides? (SS, l. 563-566)

Bechara (2005, p. 288) aponta *já que* como “um grupo de palavras que, por hipotaxe, funciona como conjunção”:

73. **Já que** não me responde, sinto-me desobrigado de convidá-lo.

À página 325, o autor refere o valor causal ou condicional de *já que*:

74. **Já que** todos saíram, desisto do negócio.

Moura Neves (2000, p. 802) a aponta como locução conjuntiva causal:

75. Nem sabia se iria votar nele, **já que** a candidatura dele me pareceu sempre uma grande encenação.

No meu *corpus*, *já* forma o adverbial locucional *já não*.

### **já...já**

Barreto (1999, p. 441) trata esta correlação alternativa, documentada desde o século XVII, para alternar sentenças, sintagmas ou mesmo itens lexicais:

76. ... entra por esta rua, sai por aquela: **já** vai adiante, **já** torna atrás (S4ffi f.C, I, l. 232-3)
77. **Já** senhor do universo, **já** escravo de si mesmo, **já** só, **já** acompanhado, **já** nú, **já** vestido, **já** coberto de folhas, **já** de peles... (S4ffi f.C, I, l. 260-5)

Segundo a autora, o valor temporal do advérbio foi conservado e, por processo metafórico decorrente de pressão discursiva, passou a designar alternância de itens ou ações, que se processam no tempo presente e que se quer destacar por ênfase, configurando, portanto, um deslizamento semântico para valor mais abstrato. Aponta também o fato de que essa correlação, embora plenamente interpretável na atualidade, já não é tão frequente na fala.

Bechara (2005, p. 321) não a considera, assim como aos demais alternativos, um juntivo oracional, mas advérbio, completando que “as orações enlaçadas se devem considerar justapostas”.

### **logo**

Proveniente do adverbial latino *loco*, redução de *in loco*, ‘a tempo, oportunamente’, formado pela junção da preposição *in* à forma de ablativo singular do nome latino *locus*, *-i*, concorreu, ainda em latim, com *illico*, ‘ali mesmo, no mesmo lugar, imediatamente’, adverbial também derivado de *locus*, *-i*. Alguns autores (CUNHA, 1998, s.v. *logo*; NASCENTES, 1932, s.v. *logo*; MACHADO, 1965, s.v. *logo*) propõem como étimo de *logo* o ablativo do nome latino. Prefiro a proposta de Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *luego*) que propõem o étimo *loco*, advérbio, para o adverbial castelhano *luego*, o português *logo* e o francês antigo *lues*. Lembro, por oportuno, a existência de *logo*, nome substantivo português, atestado seguramente até o século XV, do qual apresento abaixo alguns exemplos, o primeiro retirado de Nascentes (1932), que o recolheu em Nunes:

78. Eu, *depois* que uiĩ a este **logo**... (III Livro de Linhagens, in: NASCENTES, 1932, s.v. *logo*)

O segundo é de Machado (1965) que o recolheu em Leite de Vasconcelos:

79. Ca, na lei de natura chamouse o nome de Deos Soday, que he de três letras, na da Scriptura Tetragramatõ, em cujo **logo** dizem os Hebreos Adonai, de quatro letras... (Comédia Eufrosina – séc. XVI, in: MACHADO, 1965, s.v. *logo*)

O terceiro, recolhi na CDP:

80. sabe que assi como nós tiinhamos o dito rrei em conta e **logo** de padre, assi entendemos de teer a vos em conta de nosso irmão... (CDP, p. 102, ls. 77-80)

Nos DSG (MATTOS E SILVA, 1989, p. 272) ocorre 6 vezes. Para a autora, o adverbial “engloba um valor modal e temporal”. Não é tratado em específico, só por comparação a *tam taste*, ‘tão cedo’, a que parece equivaler. Há contextos em que os adverbiais vêm juntos, o que sugere uma transposição semântica por metonímia linguística. Na LRR, ocorre 14 vezes, com valor semântico temporal, expressando posterioridade combinada com imediatidade. Há exemplo da sequência *logo taste*:

81. E Muça se guisou **logo taste** e tam bem que lhe nom falecia rem de quanto havia mester pera a guerra. (LRR, p. 65, ls. 67-69)

Na CDP, registrei 88 ocorrências do adverbial *logo*, todas com sentido temporal de ordenação, expressando posterioridade, combinada com noção de imediatidade. Há 2 exemplos de *logo* acompanhado, imediata ou proximamente, de *tostemente*. Vejam-se os exemplos:

82. ...e **logo tostemente** veherom a el-rrei... (CDP, p. 117, l. 49)  
83. ...foi-lh’o **logo** dizer **tostemente**... (CDP, p. 181, l. 15-16)

Observam-se, também, exemplos em que o adverbial é fronteiro de conjunção conclusiva:

84. porque cortou os arcos d’hũa cuba de vinho a hũu pobre lavrador, que lhe **logo** el-rrei nom mandou cortar a cabeça... (CDP, p. 124, ls. 32-34)

No meu *corpus* do século XVI, encontrei 155 ocorrências desse adverbial, a segunda forma em frequência. Em todas, é temporal de ordenação, indicando posterioridade em 153 delas. Indica anterioridade em 1 caso:

85. ...que avya de Receber tam sequas Repostas de vossa alteza como atee agora Recebi, senã eu que **logo** o primeiro dia ouve por tam estranha esta novidade? (CCDJ, c. 86, ls. 107-110)

E indica simultaneidade em 1 outro:

86. As plantas nóvas, pera prender[em] com viva raiz, nam quérem **logo** o férro ao pé... (DLNL, p. 408, ls. 4-5)

Exceto quando no sentido de simultaneidade, expressa também imediatidade.

87. ...e por isso éra esta geraçam muy auorrecida antre a mayór páрте dos Arábios: ordenou **logo** este nouo calyfa hũu seu parente per nome Abedelá ben Alle... (DA-I, p. 6, l. 16-18)

Em outras, *logo* é nitidamente uma conjunção conclusiva:

88. Se o vérbo nam tivésse ésta distinçám de pessoas, seria a nossa linguágem confusa. Podemos, **logo**, dizer que ésta distinçám é como a divisám do pronome... (GJB, p. 331, ls. 1-3)

Barreto (1999, p. 347-351) refere a conjunção *logo*, conclusiva, documentada a partir do século XVI e atestada, para o século XX, apenas na escrita:

Aventa a ocorrência de metonímia que motivaria a reanálise propiciadora do ganho de valor conclusivo, ilustrando seu raciocínio:

89. Paulo está doente, **logo** não poderá ir à aula. (Paulo está doente; hoje/esta semana não poderá ir à aula)
90. Os documentos não foram assinados, **logo** o jovem não poderá levá-los. (Os documentos não foram assinados; hoje/agora/nesta semana o jovem não poderá levá-los.)

Em suma, o português *logo* possuiu forma nominal advinda do nome latino e formas adverbial e conjuncionais advindas do adverbial latino, que se tornaram homônimas, o que propiciou a seleção dessa forma para o uso adverbial e conjuncional e a substituição da forma nominal homônima por outra, advinda do adjetivo latino, *localis*, *-e* (>port. *lugar*), também derivado de *locus*, *-i*. Segundo Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *luego*), “a substituição de *luego* ou *logo* pelo derivado *lugar* se aplica, porque frases como ‘em outro luego’, ‘em aquel luego’ podiam tornar-se ambíguas, sobretudo quando *luego* significava ‘entonces’. Ressalte-se que, como

a forma *localis* também produziu o nome português *local*, lida o português atual com essas duas possibilidades, carregadas de ambiguidade.

O adverbial latino *loco*, de sentido temporal, é, portanto, resultante de processo de gramaticalização, que fez deslizar o nome latino, de sentido espacial, tanto no *cline* intralinguístico (N>ADV), quanto no *cline* conceitual (ESPAÇO>TEMPO). A forma adverbial portuguesa herdou o traço funcional e o traço semântico, visto que *logo* é adverbial temporal de ordenação, expressando majoritariamente posterioridade, a que se acresce o traço de imediatidade, reconhecíveis ambos até os dias atuais. Lembro, por exemplo, as expressões atuais: *logo mais* (~ *mais logo*); *logo, logo* (~ *já, já*) e a fórmula de despedida *até logo*.

Atualmente o adverbial *logo* pode também apresentar exclusivamente o sentido de imediatidade/proximidade, coocorrendo com elemento não temporal:

91. Minha casa fica **logo** ali.

Pode expressar, ainda, um tipo de inclusão, fronteiro de proximidade, que, para Lopes et al (1999-2000, p. 438), tem o valor de marcador de foco:

92. **Logo** tu, João, fazeres-me uma coisa dessas!

Bechara (2005, p. 325) não reconhece valor conjuncional a *logo*, para ele, um advérbio. Moura Neves (2000, p. 241) considera *logo*, tal como outros adverbiais (*portanto, porém, contudo, entretanto, então*) um elemento em processo de gramaticalização, o representante mais avançado dentre os citados, admitindo que “tem comportamento próximo ao de uma conjunção coordenativa”.

No meu *corpus*, o adverbial *logo* não forma outros adverbiais.

## **logo que**

Barreto registrou essa locução do século XIII até o século XV, àquela época com valor de ‘até que’ e concorrendo com *tanto que*.

93. E el lho prometeo lealmente, e o demo o guiou **logo que** o pos em casa de seu padre (Dem., Cap. CCCXXV, l. 31-2)

Para mim, o exemplo acima é ambíguo, podendo a sequência não ser ainda uma locução, ou seja, o valor semântico temporal e a função adverbial de *logo* ainda se preservavam, antes que a metonímia discursiva, tão produtiva, como tantas vezes apontou Barreto, compusesse a locução conjuncional. Segundo a autora, no século XVI a locução não foi documentada, tendo reaparecido a partir do século XVII,

embora não apresente exemplos. Observa que é “bastante empregada no português contemporâneo, quer na língua falada, quer na língua escrita.” (1999, p. 82).

Moura Neves (2000, p. 789) identifica-a como uma locução conjuntiva:

94. **Logo que** ela saiu, levantei-me e fui à janela (BRAGA, Rubem. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1955)

Bechara (2005, p. 325), embora reconheça o uso da sequência no português atual, apresentando o exemplo

95. **Logo que** saía de casa, encontrou o amigo,

desenvolve a seguinte argumentação:

Também se formam “locuções” aparentemente especiais quando temos segmentos do tipo *logo que*, *sempre que*, *ainda que*, etc., em que aparecem advérbios (que sozinhos podem funcionar como adjunto adverbial) seguidos do transpositor relativo *que*, já que esse relativo é um “repetidor” de advérbio, papel análogo ao que desempenha como “repetidor” (isto é, referente) de substantivo ou pronome.

Mas o autor a refere à página 328-9, considerando-a locução temporal, ocupando, portanto, posição de conjunção, já que “inicia oração que exprime o tempo da realização do fato expresso na oração principal”:

96. **Logo que** saíram, o ambiente melhorou.

## ora

Foram levantadas 3 hipóteses para o étimo da forma portuguesa *ora*: a) latim *hac hora* (~*ha hora*), segundo Cunha (1998, s.v. *ora*) e Nunes (1951, p. 342); b) latim *ad hora(m)*, segundo Cunha, Nascentes (1932, s.v. *ora*) e Coutinho (1976, p. 313); c) latim *hora*, segundo Adolfo Coelho e Pacheco e Lameira (apud NASCENTES, 1932). O que fundamenta as duas primeiras hipóteses é a postulação da forma do português arcaico *aora* (NUNES, 1951; NASCENTES, 1932). Coutinho apresenta, inclusive, uma possível sequência *ad hora* > *aaora* > *\*oora* > *ora*. Assim, é sugerido para esta forma o mesmo étimo da forma *agora*. Para mim, desenham-se dois caminhos possíveis: ou o português herdou a forma *agora* (<lat. *hac hora*), que produziu, por redução fonética, uma variante, a partir da sequência *agora* > *aora* > *ora*, ou o português herdou dois adverbiais: *ora*, do latim *hora*, e *agora*, do latim *hac hora*. A possível forma *aora* teria sido, então, variante, por redução fonética, de *agora*, tendo esta última forma prevalecido, por razões desconhecidas. Assim, *ora*

provém de um SN latino, quer constituído apenas por um nome (*hora*), quer pela sequência de determinante e nome (*hac hora*). É curioso observar-se ainda ter sido um adverbial com base lexical no nome latino *hora* que prevaleceu no português, afastando o adverbial latino *nunc*, ‘agora’.

Foi necessário distinguir no tratamento deste adverbial quando o uso exofórico é estrito, isto é, refere o momento presente, de quando o uso exofórico é estendido, isto é, refere a época, a atualidade, para o falante/autor. A rigor, há graduações internas, tanto na concepção do momento presente, quanto na concepção de atualidade, contudo pareceu-me possível enfocá-los como porções temporais de extensão variável, uma incluída na outra.

Mattos e Silva (1989, p. 258-9) registra, para os dois primeiros livros dos DSG, 62 ocorrências de *ora*, com sentido temporal exofórico, frequentemente correlacionado com os demonstrativos *este/aqueste*. Na LRR, há 7 ocorrências de *ora*, temporal e exofórico, referindo o presente, 6 estritos, 1 estendido:

97. E todos seus conselheiros lhe disserom entom: – Senhor, **ora** veede o que vos aveo por nos nom quererdes creer! (LRR, p.50. l. 85-6) – estrito

Na CDP, são 8 ocorrências, também de sentido temporal e exofórico, referindo o presente, 6 estritos e 2 estendidos:

98. ...foi posto o seu corpo na capeella dos rreis acerca d’el-rrei dom Affonssso seu marido, onde **ora** jaz. (CDP, p. 97, l. 57-8) – estendido

No *corpus* do século XVI, *ora* ocorre 60 vezes. Em 4, é intrafórico. As demais ocorrências são exofóricas, 25 em sentido estrito:

99. ...marinheiro que **ora** nesta armada, [...] vay pera a India... (CCDJ, c. 59, l. 3-5)

Em 31, o sentido é estendido:

100. ...a que pos nome Terçánabal, e *óra* se chama a villa do Infante... (DA I, p. 13, l. 14-15)

A sua maior incidência no português arcaico contra a maior incidência de *agora*, no século XVI e também na atualidade, pode ser argumento para a adoção de étimos diferenciados, visto ser estranhável a admissão de que forma diacronicamente anterior e mais “carregada” fonicamente (*agora*) tenha prevalecido sobre forma mais “avançada” no processo de gramaticalização (*ora*), pelo menos quanto à sua face fônica. Outros fatores, contudo, poderiam ter favorecido a prevalência, na diacronia, de *agora* sobre *ora*, inclusive a sua homonímia com o nome *hora*. Barreto (1999, p. 445) levanta a hipótese de que “tenham experimentado processos

diversos de discursivização, e não serem sinônimos em alguns contextos, atuando em situações em que o outro não pode ser empregado”. Segundo Cunha (1998, s.v. *ora*), o adverbial ocorre no português desde o século XIII. Barreto (1999, p. 446), embora não registre a forma como conjunção, lembra sua ocorrência, como “elemento do discurso”, na atualidade:

101. Não contei tudo a respeito do assunto. **Ora**, se ele tem tantos amigos informados, por que não pergunta a eles o que quer saber? – operador conclusivo
102. – Você deve ir já para a escola.  
– **Ora, ora...** – para expressar irritação, aborrecimento.
103. **Ora** vejam só! – para expressar admiração.

Moura Neves (2000) não a registra. Bechara (2005, p. 321) considera que é um advérbio que pode vir repetido ou não para a enumeração distributiva “que matiza a idéia de alternância”. Para ele, “tais unidades não são conectores e, por isso, as orações enlaçadas se devem considerar justapostas”.

No meu *corpus*, *ora* forma o adverbial *té ora*.

### **ora...ora**

Barreto (1999, p. 445-446) a registra desde o século XVI:

104. ... os pronomes e participios que temos se ajuntam com os nomes sustantivos, ainda que na ordem de preçederem àcerça de nós tem deferença, cá o nome ajetivo óra se antepõe, como os bons hómens **ora** se pospõe, como os hómens bons. (GLP, l. 1766-8)

Como já visto, Moura Neves não a registra, e Bechara a considera um advérbio, que pode acompanhar orações justapostas.

### **ainda que**

Para o adverbial *ainda* muitas propostas de étimo se equivalem, tanto em plausibilidade quanto em incerteza, como se vê a seguir: a) para Cunha (1998, s.v. *ainda*), vem da composição de formas latinas *ad+inde+ad*; b) para Nunes (1951, p. 343), que se apoia em Leite de Vasconcelos, é *hinc+de+ad*; c) para Coutinho (1976, p. 313), é de formação portuguesa, pela junção da preposição *a* a *inda*, forma portuguesa arcaica; d) para Machado (1965, s.v. *ainda*), “a verdadeira explicação não foi ainda dada”, mas acata a hipótese de *ad+hinc+de+ad* (cf. proposta de Nunes); e) para Carolina de Michaëlis, segundo Machado, é *ad+inde*, com a vogal final *a*,



por analogia a *fora, contra, mentra*; f) Nascentes (1932, s.v. *ainda*), para quem “a verdadeira etimologia ainda não ficou provada”, cita Adolfo Coelho, que propõe *inde+ad* ou *ab+inde+ad*, além das propostas de Leite de Vasconcelos, Carolina de Michaëlis e Nunes, esta, para ele, estranha; g) Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *áina*) lembram proposta de origem germânica (sueva), hoje representada pelo sueco *ändä*; norueguês. *endda*; dinamarquês. *end*; escandinavo. ant. *enda*, todos com sentido adverbial, mas acham a hipótese forçada, por se tratar de palavra gramatical. Preferem a proposta de Meyer-Lübke, no *REW*, a saber: *ainda* seria redução de \**aindagora* (<*endagora* ~ *andagora*), forma primitiva portuguesa, composta de *ende* e *agora*, cujo sentido era ‘desde ali até agora’. Aventam também a hipótese de étimo *indi* ou *inda*, pré-românico. Ressaltam, além disso, que o significado próximo a *também* é posterior. Considerando a manutenção no português brasileiro atual da forma *inda*, estamos admitindo a formação *a+inda* (PREP+ADV).

Nos DSG, Mattos e Silva (1989, p. 264) encontrou 69 ocorrências de *ainda*, com sentido temporal, que “se reporta a algo que se situa antes do momento do enunciado e que continua para além desse momento”, e “indica o passado e ultrapassa o presente”. Além disso, faz menção a ocorrências de *ainda* com sentido de ‘também’, embora sem quantificá-las. Na LRR encontrei apenas 1 ocorrência, com sentido aspectual, de duração indeterminada (manutenção de estado). Na CDP, ocorre 9 vezes, com sentido aspectual, de duração indeterminada, além de exemplos com o sentido de ‘também’, que não quantifiquei.

No meu *corpus* do século XVI, *ainda* ocorre 36 vezes, com sentido aspectual, de duração indeterminada de manutenção de estado:

105. ...com cruçifiços que lhe ficarom **ajnda** daoutra vijnda... (CPVC, fl. 12v, l. 20-21)

Em 2 casos o sentido é de continuidade de ação, que o aproxima do sentido de *também*:

106. ...ajumtaua aqueles que aly ficaram e **ajnda** chamaua outros. (CPVC, fl. 12v, ls. 3-5)

Há outros exemplos de *ainda*, equivalendo a ‘também’ ou ‘mesmo’, como em:

107. ...e porẽ dou muitas graças a Nosso Senhor por este trabalho, porque parece que d’ele Resultou cõtentameto e alegria ao cardeal e **ainda** confiança (CCDJ, c. 47, ls. 34-37)

Concordo com Corominas e Pascual, quando afirmam que esse sentido é posterior ao sentido temporal, ou seja, o sentido temporal/aspectual de manutenção,

continuidade, permanece no adverbial no sentido de ‘mesmo’ e desliza, passando ao sentido mais abstrato de acréscimo. É também com sentido de ‘mesmo’ que o adverbial desliza no *cline* linguístico, tornando-se item conjuncional pela junção com *que*, como se pode inferir do exemplo abaixo, em que a locução ainda não está consolidada:

108. E porque se não podem ajuntar se chamão diz elle liquidas  $\bar{q}$  quer dizer derritidas: **aida** porê  $\bar{q}$  a interpretação  $\bar{q}$  já demos deste nome liquido é melhor. (GFO, p. 21, ls. 14-16)

Encontrei casos de *aindagora*, em GFO, que registro, devido à proposta de étimo de Corominas e Pascual, secundando Meyer-Lübke. Remeto também o leitor aos exemplos da forma *jagora* que apresentei (item 1, atrás):

109. Nam dizemos **aindagora** neste lugar nê liuro ... (GFO, p. 61, ls. 25-26)

O adverbial latino mais ou menos correspondente a *ainda* era, segundo Faria (1958, p. 250), *adhuc*, ‘até aqui, até agora’. Não penso, contudo, que essa forma pudesse recobrir o significado mais amplo do português *ainda*, que indica a manutenção em curso de um determinado processo ou estado em momento que pode ser o da enunciação ou qualquer outro de referência temporal do discurso.

Barreto (1999, p. 327-333) trata a locução *ainda que*, documentada desde o século XIII, e a considera a concessiva mais empregada no português arcaico, sempre acompanhada de verbos em tempos do subjuntivo. A autora vê sua formação, semelhantemente a outros casos, como resultante de reanálise de motivação metonímica, que desloca o advérbio de uma sentença para a outra.

110. **Ainda que** vos eu visse matar Patrides, nom vos mataria porem, pero ouvesse poder de vos matar; (Dem., Cap. CXLVII, l. 6-7)

A autora alerta que, nos séculos XVI e XVII, também acompanha verbos no indicativo:

111. verdadeiramente que **aymda que** a comdessa de Portalegre he minha tia ... (CT, CXLVI, l. 30-1).

112. Falar-vos-ei, Senhor, **ainda que** sou pó e cinza (S4ffi f.C., l. 151-2)

Barreto ressalta que, na história do português, *ainda que* foi suplantada no uso pela conjunção *embora*, esta só documentada, em seus dados, no século XX. Contudo registra que, na atualidade, a conjunção *ainda que* permanece em uso.

Moura Neves (2000, p. 863) registra exemplos, como a seguir:

113. **Ainda que** se possam preparar vários tipos de pergaminho, costuma-se usar a pele de cordeiro (CORUJEIRA, L. A. *Conserve e restaure seus documentos*. Salvador: Ed. Itapuí, 1971)

Bechara (2005, p. 288) também a refere, identificando-a como “um grupo de palavras que, por hipotaxe, funciona como conjunção”:

114. **Ainda que** estude, terá de aperfeiçoar-se depois que se gradue.

Nos meus dados, ocorre também a locução adverbial *ainda não*, de formação portuguesa, pela justaposição de dois adverbiais e que pode ocorrer em contiguidade, em forma descontínua ou em ordem inversa.

### às vezes... às vezes

O adverbial *às vezes* é de formação portuguesa, pela junção da preposição *a* ao SN *as vezes*. Correspondendo ao seu conteúdo semântico, havia em latim clássico o adverbial *īntērdīum*, composto por *inter*, preposição e advérbio, ‘entre, no espaço intermédio’ e *dum*, conjunção temporal e partícula enfática, ‘enquanto, até que’ (SARAIVA, 1927, s.v. *īntērdīum*). Segundo Saraiva, também era usado como conjunção correlativa, documentada em Cícero, com sentido equivalente à atual *ora...ora*, ou como conjunção temporal (documentada em Sílio Itálico, poeta épico, e em Apuleio, filósofo e gramático). Como se vê, a forma estava bastante gramaticalizada em latim, e não continuou no português, que formou, por processo produtivo de SN precedido de preposição, o adverbial *às vezes*, bastante freqüente no *corpus* do século XVI, e que, até a atualidade, mantém o seu valor semântico.

A base lexical *vez* provém de *vīcēs*, genitivo plural de *vix*, *vīcīs*, nome latino, ‘vez, sucessão, alternativa’. Segundo Saraiva (1927, s.v. *vix*), a forma genitiva era usada pela forma nominativa, caída em desuso. Avento a hipótese de ter sido esse fato motivado pelo uso de *vix*, adverbial, ‘com dificuldade, apenas’ (SARAIVA, 1927, s.v. *vix*), o que, aliás, atesta a gramaticalização da forma do nominativo.

Mattos e Silva (1989) não o registra. Também não o encontrei na LRR. Na CDP, encontram-se 3 ocorrências, de conteúdo temporal de frequência, expressando irregularidade.

115. ...e **aas vezes** nacam alguus assi naturalmente a ella despostos... (CDP, p.88, l. 31-2)

Além disso, há duas ocorrências de *per vezes*, com valor semântico equivalente.

Para o século XVI, registramos 38 ocorrências, com valor temporal de frequência, expressando irregularidade:

116. Sómete auer presumpçam que ceçobraram com hum tempo que *ás vezes* cursa nesta parágem... (DA-II, p. 40, l. 23-24)

Em GFO ocorrem 10 casos da correlação *às vezes...às vezes*:

117. ...foy mays amiga de por sempre .r. onde agora escreuemos **as vezes** .l. e **as vezes** .r. como gloria e flores... (GFO, p. 21, ls. 23-24)

Essa correlação alternativa é hoje documentada em exemplos como:

118. *Às vezes*, ele vem, *às vezes*, não vem.

A sua não referência em Barreto (1999) deve-se, provavelmente, ao fato de vir frequentemente acompanhada pela aditiva **e**, o que, a rigor, a descaracteriza como juntivo, função já preenchida pela aditiva.

Moura Neves (2000) e Bechara (2005) não a registram.

## fora que

O adverbial português *fora* provém do latim *foras*, que, segundo Faria (1958, p. 52), era forma de antigo acusativo feminino plural, significando ‘do lado de fora’ e, segundo Saraiva (1927, s.v. *foras*), significava ‘para fora’. Consensualmente era advérbio que, em latim tardio, substituiu os clássicos *extra* e *fōrīs*. Mattos e Silva (1989, p. 250) não o registra nos DSG. Na LRR há 3 ocorrências (*fora*), com sentido espacial:

119. E, depois que estô houve feito e se saiu **fora** fez... (LRR, p. 38, l. 50-1)

Na CDP, registrei 7 ocorrências, todas de sentido espacial:

120. ...e **fora** estavom ao fogo vacas enteiras em espetos a assar... (CDP, p.145, l. 51-2)

A análise do *corpus* do século XVI detectou 18 ocorrências, espaciais, 13 em sentido restrito e 5 em sentido estendido. Em 1 dessas últimas, o sentido corresponde a ‘sem intenção’:

121. E por ysso bem **fora** estava de importunar vossa alteza... (CCDJ, c. 86, l.

Em 1, corresponde a ‘fora do costume, do previsível’:

122. E a todas éstas cousas, nem deceplina nem uso lançou **fóra**. (DVV, p. 43I, ls.2-3)

Em 3, a ‘afastado psicologicamente’:

123. ...me lancey d’isso **fora** (CCDJ, c. 84, ls. 11-12)

O trajeto diacrônico do adverbial pode ser assim resumido: em latim, havia a forma *fōrīs*, ‘fora, por fora; da parte de fora’, cognata do nome *fores*, *-ium*, ‘porta, entrada’. Em latim tardio, a forma *fōrās*, ‘do lado de fora; para fora’, passou a ser mais usada. Em Saraiva (1927, s.v. *fōrās*), há exemplos de Cícero e Virgílio, além da expressão *I fōrās* ‘vai-te embora’, registrada em Plauto, que, segundo o autor, era a “fórmula do divórcio”.

No *corpus* do século XVI, *fora* forma os adverbiais *de fora*, *per fora*, *para fora*.

Barreto (1999, p. 377-378) cita a locução *fora que*, com as variantes *foras que* e *fora... que*, esta contrajuntiva, documentada, no seu *corpus*, apenas para o século XIII, com o sentido de *exclusão*, para o qual apresenta a seguinte explicação:

A mudança de sentido do item *fora*, de ‘no exterior de’ para ‘com exclusão de’ é facilmente explicável por um processo metafórico, uma vez que o que está ‘no exterior de algo’ já não pertence a esse algo, estando, portanto ‘excluído dele, ‘fora dele’.

124. Quando Estor esto oiú, nom soube que dissesse **fora que** respondeo: “Galvam, Galvam, muito sabedes de mal (Dem., Cap. XDIX, l. 01-2)

Como explicação para o valor contrajuntivo, Barreto apresenta o fato de o item vir normalmente empregado em contextos de negação anterior ou posterior.

Para a autora, a locução se formou a partir da preposição *fora*. Considero, contudo, plausível a hipótese de formação a partir do adverbial, em consonância com a formação de tantas outras locuções conjuncionais no português.

## fora se

Barreto (1999, p. 377) refere a locução *fora se*, de sentido condicional, para cuja formação advoga a reanálise de uma sequência sentencial em que a primeira sentença termina pelo elemento *fora* e a segunda inicia pela conjunção condicional *se*, sendo mantido o sentido original da preposição, de exclusão. A locução só foi registrada em texto do século XIII:

125. Desto nom pode escapar **fora se** me matardes... (Dem., Cap. CCXCV, l. 22-3)

## primeiro que

*Primeiro* é adverbial português proveniente do adjetivo latino *primārius, -a, -um*, ‘primário, primeiro, principal’, derivado de *prīmūs, -a, -um*, numeral. Segundo Machado (s.v. *primeiro*), a forma *primārius*, nas línguas da Gália e Espanha, desbancou *prīmūs*. O primeiro uso documentado em português está no *Testamento de Afonso II* (1214) e tem sentido adverbial equivalente a *primeiramente*. Corominas e Pascual (1980-1991, s.v. *primero*) afirmam que a forma *primus* nunca foi usada em castelhano. Não está registrado por Mattos e Silva (1989) para os DSG. Na LRR apresenta 1 ocorrência, com sentido temporal de ordenação, expressando anterioridade:

126. ...nom querrá que eu moira, que **primeiro** nom veja prazer daquele que tam vilmente escarneceu... LRR, p.62, l. 25-6)

Na CDP, ocorre 13 vezes, como ordenador temporal, expressando anterioridade:

127. ...que matasse ou prendesse **primeiro** o iffante dom Fernando... CDP, p. 241, l. 71-2)

No *corpus* do século XVI, o adverbial apresenta 39 ocorrências, com sentido temporal de ordenação, expressando anterioridade:

128. E porem agora **primeiro** diremos que cousa he languageà... (GFO, p. 3, l. 21-22)

É representante do processo de formação de adverbiais que os gramaticaliza a partir de adjetivos, quer mantendo a forma adjetival não marcada (forma “curta”), quer derivando-os a partir do morfema derivacional *-mente*. No *corpus* que analisei, a forma “curta” deste adverbial é mais frequente que a derivada *primeiramente* (39 ocorrências contra 5). *Primeiro* é majoritariamente um ordenador temporal que marca a precedência de ocorrência de um fato sobre outros, mas pode tomar por referência frações temporais internas de um só fato, ou de um lapso temporal, marcando-lhe a fase inicial (uso aspectual). Embora se possa inferir que o seu conteúdo temporal decorra de um possível uso de disposição espacial, como se atesta hoje, o uso espacial não foi registrado no meu *corpus*. Além da forma *primeiro*, foram encontradas no *corpus*, com a mesma base lexical, as formas *primeiramente*, à primeira vista, à primeira, da primeira, com valor semântico de ordenação temporal, e as duas primeiras também com valor semântico de marcação de aspecto.

Barreto (1999, p. 356) trata a conjunção temporal *primeiro que*, documentada a partir do século XVI, resultante, segundo seu parecer, de metonímia que, como aconteceu com outras conjunções, transfere o sentido temporal da conjunção *que*, de valor temporal, ao advérbio que finaliza sentença anterior.

129. que usei o modo dos médicos que preambulam cousas **primeiro que** dem suas mézinhas aos enfermos pera lhe[s] ser doce e suave ô que, no seu gosto, é azedo e áspero (DVV, p. 433, l. 07-10)

Chamo a atenção para o fato de que o advérbio *primeiro* é de sentido temporal, podendo ser que, nesse caso, tenha havido uma passagem de advérbio a conjunção sem alteração do valor semântico, apenas pela junção a um item que possa introduzir sentenças, ou seja, pela associação do advérbio preexistente à conjunção tipicamente subordinante *que*. Assim, essa passagem se processaria mais no *continuum* morfossintático que no *continuum* semântico.

Barreto não encontrou referência à locução *primeiro que* nos gramáticos normativos consultados. Encontrei-a, contudo, em Moura Neves (2000, p. 790), obra posterior à apresentação da tese de Barreto:

130. Tu mesmo o disseste, na Cruz, **primeiro que** expirasses, para que aprendêssemos dos teus lábios (exemplo retirado de obra identificada apenas como NE-O)
131. Terminava e ria **primeiro que** os ouvintes (ANTONIO, J. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976)

Bechara (2005, p. 328) a admite como conjunção ou “locução temporal”:

132. Ninguém, senhores meus, que empreenda uma jornada extraordinária, **primeiro que** meta o pé na estrada, se esquecerá de entrar em conta com suas forças... (Rui Barbosa, apud Fausto Barreto)

### **sempre que**

O adverbial *sempre* é proveniente do adverbial latino *sēmpēr*, tendo sofrido apenas metátese do *r* na passagem para o português. Há 41 ocorrências nos DSG (MATTOS E SILVA, 1989, p.151), com sentido temporal de frequência absoluta positiva. Na LRR registramos 10 ocorrências, com o mesmo sentido; 5 expressando posterioridade; 4, anterioridade e 1, situação hipotética.

Na CDP, registramos 35 ocorrências, todas expressando frequência absoluta positiva. Há, ainda, 2 ocorrências de *por sempre* e duas de *pera sempre*, expressando a frequência absoluta positiva a partir de determinado ponto temporal.

133. ...el-rrei, sabendo esto, ouve mui grande pesar, e deitou-ho logo fora de sua mercee **por sempre**. (CDP, p. 108, l. 24-25)

134. ...fazendo-lhe do dito condado moorgado **pera sempre**... (CDP, p. 264, l. 37-8)

No *corpus* analisado para o século XVI, detectei 128 ocorrências, sendo o quarto adverbial em número de frequência no *corpus*. Em 127, o sentido é de frequência absoluta positiva:

135. ...e tambeà teremos estoutro resguardo no vso das vozes nouas qà **sempà** as saluaremos cõ alghuà sinal d'stes... (GFO, p. 51, l. 29-31).

Há 1 ocorrência com o sentido, não temporal, de confirmação, aproximado de 'mesmo', 'certamente', 'de fato', no seguinte exemplo:

136. ... se ouuera naquelle tempo os edificios de pédra e cal qà agóra há **sempre** cairã muyta parte delles. (DA II, p. 24, ls. 32-34)

Este sentido é encontrado no português brasileiro atual, pelo menos em certos usos dialetalmente marcados, em frases como:

137. Você vai **sempre** viajar hoje?

No meu *corpus* do século XVI, *sempre* não forma outros adverbiais, mas a locução *sempre que*, não registrada nos dados de Barreto, aparece registrada em obra posterior ao seu trabalho (NEVES, 2000, p. 789):

138. Os técnicos recomendam a exigência de atestado de vacinação contra a doença, **sempre que** o produtor comprar animais (exemplo retirado de Agrofólia – Caderno Agrícola do jornal Folha de São Paulo)

Bechara (2005, p. 288) também a refere, considerando-a “grupo de palavras que, por hipotaxe, funciona como conjunção”:

139. Sabíamos que ele estava errado **sempre que** gaguejava.

## a fim de que

A base lexical *fim* fez-se presente nos meus dados na forma *finalmente*, adverbial de formação portuguesa, proveniente do adjetivo *final*, que, segundo Cunha



(1998, s.v. *finalmente*) e Machado (1965, s.v. *finalmente*), provém do adjetivo latino *finalis, -e*, ‘final, relativo aos limites’, derivado do nome *finis, -is*, ‘fim’. Segundo Machado, *finalmente* é atestado pela primeira vez em Fernão Lopes (séc. XV). Com efeito, não há registro dele para os DSG (MATTOS E SILVA, 1989, p. 472-481). Na LRR também não ocorre. Como equivalente semântico, está registrado o adverbial *aacima* (3 ocorrências), com valor semântico temporal, referindo fase final de um processo (valor aspectual), que veio a ser empregado como espacial, em substituição a *suso* e *de suso*. Observe-se também a fronteira entre ordenação temporal (que envolve vários fatos verbais) e aspecto (que envolve fases internas a um processo):

140. Mas Deus e a vossa boa ventuira quis assi que, **aacima**, foi ele vençudo... (LRR, p. 53, l. 49-51)

Na CDP, encontrei 1 ocorrência, também com valor aspectual de fase final, fronteiro de juntivo conclusivo:

141. ...pero **finalmente** ouverom acordo de o colher em ella... (CDP, p. 250, l. 79-80)

No *corpus* do século XVI, encontrei 17 ocorrências de valor de fase final, inclusive 1, na relação dos “avérbios” da GJB, em contexto que explicita a interpretação aspectual que João de Barros atribui a este adverbial:

142. De acabár: em conclusám, **finalmente**. (GJB, p. 347, l. 6)

Barreto não registra a ocorrência da locução, de mesma base lexical, *a fim de que*. Moura Neves (2000, p. 884-5) considera-a locução conjuntiva final:

143. Mandarei Aristides arear a placa, **a fim de que** a homenagem se renove (PEREIRA, A. O. *Marcoré*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965)

Bechara (2005, p. 328) a considera locução conjuntiva final, sem exemplificar.

## ao tempo que

Nos meus dados, com a base lexical *tempo*, encontrei *naquele tempo*, *neste tempo* e *até aquele tempo*, adverbiais de formação portuguesa, pelo processo morfossintático de formação PREP+SN [DET+N]. Deles não há registro nos DSG (MATTOS E SILVA, 1989, p.134) nem na LRR. Na CDP, há 4 ocorrências de *em aquel tempo* ~ *aaquell tempo*, com sentido de localização temporal, e ambivalente entre exófora e anáfora:

144. Das moedas que el-rrei dom Pedro fez e da valia do ouro e da prata **em aquell tempo...** (CDP, p.131, l. 1-2)

Para o século XVI, encontrei 11 ocorrências de *naquelle tempo*, com sentido de localização temporal, referindo o passado e ambivalente entre exófora de terceira pessoa e anáfora, como se vê do exemplo:

145. ...e tam rijamente qà se ouuera **naquelle tempo** os edificios de pédra e cal qà agora há sempre cairã muyta parte delles. (DA-II, p. 24, l. 32-34)

Há 2 ocorrências de *te quelle tẽpo*, com valor de localização temporal, referindo o passado, dinâmico e ambivalente entre exófora de terceira pessoa e anáfora, como se vê do exemplo:

146. ...pola segurança qà **te quelle tẽpo** tiveram... (DA-II, p. 33, l. 31)

Barreto registra a locução *ao tempo que* apenas 1 vez (no FR, séc. XIII), para ela fruto de processo metonímico que propiciou a reanálise do item lexical *tempo* em final de sentença seguido da conjunção *que*, introdutora de outra sentença:

147. e o alcaide serre a carta cū seu seello e quando ueerẽ ao preyto **ao tempo que** deuẽ seer as firmas dadas (FR, liv. II, l. 493-499)

Não encontrei referências a essa locução conjuncional quer em Bechara (2005), quer em Moura Neves (2000). Reconheço, contudo, o seu emprego com o sentido temporal de proporção, em construções como:

148. **Ao tempo que** ele ia falando, percebia-se sua confusão mental.

### uma vez que

Tratei o termo *vez*, base lexical desta locução conjuncional, no item 19. Barreto (1999, p. 402) registrou apenas 1 ocorrência de *uma vez que*, com sentido causal, em um diálogo do Projeto NURC/SP, portanto, século XX:

149. ... não aceitamos... não aceitamos força maior... **uma vez que** inclusive a escola era proprietária... do imóvel onde estava instalado o Liceu na sua última fase... (inf. 287, l. 166-169)

Aventa, para a formação da locução, o processo de reanálise, motivado pela disposição da expressão *uma vez*, significando ‘certa ocasião’, ao final de sentença, seguida pela conjunção *que*, com valor causal, que transmitiu, por metonímia, o sentido causal ao conjunto *uma vez que*, tornado juntivo oracional.

Bechara não refere essa locução. Moura Neves (2000, p. 802) a considera locução conjuntiva causal:

150. Nada pude dizer quanto às ameaças de crescimento desigual, **uma vez que** não havia acompanhado o rapaz desde a idade de oito ou dez anos. (*Adolescência e sua educação*. São Paulo: E. C.E.N., 1950, v. 52)

### **visto que**

Nos meus dados, a base lexical *visto/a* consta do adverbial à primeira vista, de formação portuguesa, pela junção da preposição *a* ao SN *a primeira vista*. Sobre sua base lexical, *vista*, não consegui informações sobre uso, quer adjetival, quer nominal, por isso a postulo de uso nominal já em português, provindo de particípio passado de verbo latino.

O adverbial à primeira vista não está referido por Mattos e Silva (1989, p. 257-279) para os DSG. Também não ocorre, quer na LRR, quer na CDP.

Foi registrada apenas 1 ocorrência no *corpus* analisado para o século XVI, em DLNL, com sentido de ordenador temporal, expressando anterioridade. Veja-se a ocorrência:

151. E, verdadeiramente, *à primeira vista* nam [h]á cousa máis grave (DLNL, p. 403, l. 1-2)

Esse adverbial associa ao valor semântico temporal de ordenação o valor semântico de modalidade, ou seja, expressa ponto de vista do falante/autor sobre o fato enunciado, valores que se reconhecem na atualidade.

Barreto não registra a ocorrência da locução *visto que*, contudo, é locução conjuncional causal reconhecida na atualidade, em exemplos como:

152. A medição da eletricidade é vital para a engenharia elétrica **visto que** devemos saber o que acontece em um sistema elétrico (MOURA NEVES, 2000, p. 803)

É possível que alguns elementos do confronto entre os meus dados (COSTA, 2003) e os de Barreto (1999) me tenham escapado e é evidente que os levantamentos aqui procedidos podem provocar interpretações diversas. Espero, contudo, ter contribuído para a divulgação do magnífico trabalho de Barreto, ainda pouco divulgado, e para os estudos relativos à constituição de palavras gramaticais no português que, embora tenham recebido algum incremento nos últimos anos, carecem bastante de sistematização.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, João Lúcio de. (ed.) (1971). *Cartas do Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BAIÃO, António (ed.) (1932). *Ásia: primeira década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 1-36. Edição crítica.
- BAIÃO, A. (ed.) (1932). *Ásia: segunda década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p.1-47. Edição crítica, completada por Luís F. Lindley Cintra (1974).
- BARRETO, Therezinha Maria de Mello (1992). *Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.
- BARRETO, Therezinha Maria de Mello (1998). Conjunções: relações entre advérbios, preposições e conjunções em dois momentos sincrônicos do português: sécs. XIV e XX. *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL)*. v. III – Comunicações, Campinas-SP: IEL/UNICAMP. p. 229-239.
- BARRETO, Therezinha Maria de Mello (1999) *Gamaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutoramento. Salvador: UFBA.
- BECHARA, Evanildo (2005). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BRAGA, Maria Luiza (1999). Fala, escrita e estratégias de focalização. In: *Séris Encontros*, ano XVI, n. 1, Araraquara: PG Letras/FCL-UNESP. p. 281-298.
- BRAGA, Maria Luiza; OLIVEIRA, Josane; DUQUE, Paulo Henrique (2002). O processo de gramaticalização das formas “aí” e “então”. *Comunicação apresentada no VI Congresso de Estudos Lingüísticos e Literários*. Feira de Santana-Bahia, outubro.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1971). *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*, de João de Barros. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia Maria Moraes de (1993). Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado. Volume II: níveis de análise lingüística*. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP. p. 213-259.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1964). *A lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- COROMINAS, Joán; PASCUAL, José António (1980-1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.
- COSTA, Sônia Bastos Borba (1998). Preposições e advérbios: inter-relações em dois momentos sincrônicos do português (séc. XIV e séc. XX). *Atas do IX*

Congresso Internacional da Associação de Lingüística *Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL)*. v. II I – Comunicações, Campinas/SP: IEL/UNICAMP. p. 217-228.

COSTA, Sônia Bastos Borba (2003). *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.

COUTINHO, Ismael de Lima (1976). *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CUNHA, Antônio Geraldo da (1998). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FARIA, Ernesto (1958). *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

FERREIRA, José de Azevedo (ed.) (1987). *Foro Real de Afonso X*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 2v.

FORD, J. D. M. (eds.) (1931). *Letters of John III, King of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press. p. xi-47.

FORD, J. D. M., MOFFAT, L. G. (eds.) (1933). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.

HOPPER, Paul (1991). On some principles of grammaticization. In: HOPPER, Paul; TRAUGOTT, E.C. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

LOPES, Ana Cristina Macário; MORAIS, Marisa da Felicidade (1999-2000). Antes e depois: elementos para uma análise semântica e pragmática. *Revista Portuguesa de Filologia*, v. XXIII. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Língua e Literatura Portuguesas. p. 133- 236.

LOPES, ÓSCAR (1971). *Gramática simbólica do português (um esboço)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Investigação Pedagógica.

MACCHI, Giuliano (ed.) (1966). *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Roma: Edizione dell'Ateneo. Ed. crítica con introduzione e glossário. p. 87-282.

MACEDO, Anna Maria Nolasco de (2003). *Gramaticalização de locuções prepositivas no português arcaico e no galego*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA. 2v.

MACHADO, José Pedro (1965). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda.

MOURA NEVES, Maria Helena de (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP.

NARO, Anthony; BRAGA, Maria Luiza (2000). A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, n. 9, Niterói. p. 125-134.

- NASCENTES, Antenor (1932). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; RIVENC, Paul; CRUZ, Maria Luísa Segura da (1987). *Português fundamental*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2v.
- NUNES, José Joaquim (1951). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PEREIRA, Sílvio Batista (ed.) (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC.
- PIEL, Joseph Maria; FREIRE, Irene (eds.) (1988). *Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Instituto Nacional/Casa da Moeda.
- POGGIO, Rosauta Maria Fagundes (1999). *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA. 3v.
- SARAIVA, Francisco dos Santos (1927). *Novíssimo Dicionario Latino-portuguez*. Rio de Janeiro: Garnier.
- TAVARES, Maria Alice (2003) *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos (eds.) (2000). *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, de Fernão de Oliveira. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. Edição semidiplomática. p. 163-237 [1-76].





## DO COMPOSTO SINTAGMÁTICO AO LEXEMA AGLUTINADO: consequências morfológicas e sintáticas

Antonia Vieira dos Santos  
(Universidade Estadual da Bahia)

### INTRODUÇÃO

A composicionalidade é uma propriedade da linguagem humana, de modo que o significado de uma frase é derivado dos significados das palavras na frase e da relação gramatical que as une.<sup>1</sup> O termo é equivalente à motivação, isto é, uma palavra motivada é compreendida a partir da semântica dos seus elementos (morfemas). Sendo motivada, ela é semanticamente composicional, regular, transparente e imediatamente compreensível<sup>2</sup>.

Não obstante, as palavras podem ser percebidas de mais de uma forma, pois a analisibilidade, diferentemente da composicionalidade, é um assunto da percepção. Assim, uma palavra pode ser mais analisável para uma pessoa do que para outra (ADAMS, 2001, p. 10).

O princípio da composicionalidade é afetado quando uma palavra ou frase não é mais compreendida em termos do significado dos seus constituintes, o que indicia o começo de um processo gradual de idiomatização até a sua completa lexicização. E quando já não se reconhecem mais na palavra as regras pelas quais

---

1 Este princípio, também chamado de Princípio de Frege, por ter sido este quem primeiro o enunciou, diz que o significado de uma expressão complexa é função do significado das suas partes constituintes e da forma como estão associadas (AIT – Associação de Informação Tecnológica, s.v. princípio de composicionalidade). Recurso disponível em <http://www.ait.pt/>.

2 Ulmann (1987, p. 190-191) se refere à motivação *morfológica* das palavras compostas. Segundo o autor, qualquer pessoa que conheça os constituintes de um composto compreenderá formações como *penholder* ‘caneta’ ou *penknife* ‘canivete’. Diz ainda que, “com um pouco de imaginação”, é possível adivinhar o significado de palavras como *penman* ‘escritor’ e *pen-name* ‘pseudônimo’, e que mesmo nos casos em que a conexão entre os elementos mostra-se remota ou obscura, como *lady-bird* ‘joaninha’ (literalmente damapássaro), a motivação morfológica está presente.



ela foi formada, passa a ser aprendida e armazenada no léxico holisticamente, ou seja, como um todo (GASSER, 2006).<sup>3</sup>

A lexicalização é, em sentido lato, a integração de uma palavra no léxico. Segundo Brinton e Traugott (2005, p. 18), o termo “lexicalização” tem sido usado para dois fenômenos diferentes: no âmbito sincrônico, na codificação formal de estruturas conceituais (teoria dos componentes lexicais);<sup>4</sup> no âmbito diacrônico, apresenta-se sob várias perspectivas: (1) quando uma forma não pode mais ser explicada por regras gramaticais regulares, (2) quando ocorre mudança do significado inferido (pragmático) para o significado convencional (processo também conhecido como semanticização), (3) quando ocorre o desenvolvimento de sentidos concretos, a partir de sentidos mais abstratos ou menos concretos (nesse caso, opõe-se à gramaticalização), ou, ainda, (4) quando ocorre, simplesmente, a mudança semântica.

A integração de uma palavra no léxico pode se dar através de processos diversos, o que confere ao termo um caráter polissêmico. Nesse sentido, a lexicalização pode ser entendida como a designação (1) para processos comuns de formação de palavras (composição, derivação etc.), (2) para processos de fusão que resultam em uma redução da composicionalidade (institucionalização, fossilização etc), (3) para processos de separação que resultam em um acréscimo na autonomia (decliticização) (BRINTON; TRAUGOTT, 2005, p. 32). A lexicalização constitui-se, acima de tudo, “[n]a expressão de um conceito ou conceitos em um lexema” (ADAMS, 2001, p. 10).

Para Brinton e Traugott (2005, p. 98), processos regulares de formação de palavras não são casos de lexicalização, pois se caracterizam pela intencionalidade. O mero empréstimo também não é lexicalização. Constituem, para as autoras, casos de lexicalização: (1) frases sintáticas fundidas, seguidas por idiomatização (*bread-and-butter* ‘necessidades da vida’); (2) compostos fundidos (*mildew* < OE *mele* ‘mel’ + *deaw* ‘orvalho’); (3) fonogênese; (4) fonologização; (5) criação de afixos semânticos, que não afetam a categoria da palavra.

3 Trata-se de um livro de autoria de Michael Gasser, intitulado *How Language Works* (Edition 3.0; 2006-08-25), disponível apenas eletronicamente no endereço <http://www.indiana.edu/~hlw/index.html>.

4 São exemplos os estudos sobre predicados que objetivam evidenciar a possibilidade de estruturas conceituais complexas confluírem em uma forma lexical simples e de que maneira um pequeno grupo de categorias de evento, como ação, movimento, mudança de estado, conectam-se com um amplo grupo de lexemas. Para ilustrar, em algumas línguas românicas os eventos “movimento” e “direção” são lexicalizados conjuntamente em uma única forma lexical, enquanto que o evento “modo” é expresso por uma forma associada. Na seguinte frase, adaptada do espanhol para o português por nós, *A garrafa entrou flutuando na caverna*, a forma verbal “entrou” lexicaliza dois eventos, “movimento” e “direção”, enquanto que a outra forma verbal “flutuando” indica o evento “modo”, mas como forma associada (BRINTON; TRAUGOTT, 2005, p. 18-19).

A lexicalização consiste numa mudança histórica (gradual, portanto), que tem como resultado a produção de um novo item significativo. Servem como *input* da lexicalização qualquer coisa armazenada no léxico, incluindo compostos, construções sintáticas e, ainda, itens gramaticais. Semanticamente, os produtos resultantes diferem de suas fontes imediatas por serem mais idiomáticas e menos composicionais. Morfologicamente, elas são mais fusionadas e, fonologicamente, passam por um processo de coalescência, fatores que contribuem para a perda da sua composicionalidade.

Constitui nosso objetivo principal, neste trabalho, o estudo do tipo de lexicalização que corresponde à fusão dos elementos de um composto sintagmático, isto é, a aglutinação que tem como *input* uma unidade plurilexical e as consequências fonético-fonológicas e morfossintáticas que decorrem desse processo.

Inicialmente, faremos algumas considerações teóricas sobre a aglutinação e, logo em seguida, procederemos a uma análise das formas *FIDALGO* E *RICOME*,<sup>5</sup> recolhidas de alguns textos arcaicos portugueses, compreendidos entre o século XIII e as primeiras décadas do século XVI.<sup>6</sup> A título de conclusão, serão apresentadas as considerações finais.

## AGLUTINAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Em linguística histórica, o termo *aglutinação* se refere a pelo menos dois eventos: (i) ao processo de adição de afixos a raízes de palavras<sup>7</sup> e (ii) ao processo de amalgamação de duas ou mais palavras independentes em uma palavra simples, acompanhado de um significado mais idiomático, como em *never + the + less > nevertheless* (CAMPBELL; MIXCO, 2007, s.v. agglutination).

5 Nosso estudo se restringiu a esses lexemas – *fidalgo* e *ricome* – porque os textos apresentam registros, tanto da forma sintagmática (*filho d'algo, rico homẽ*), quanto da forma aglutinada (*fidalgo, ricome*).

6 Os textos utilizados, na realidade, são os que constituíram o *corpus* da nossa tese de doutorado sobre os compostos sintagmáticos nominais no português arcaico. As seguintes siglas foram utilizadas para as fontes textuais do *corpus*: Séc. XIII: *TAS1*-Testamento de Afonso II (exemplar 1), *FR*-Foro Real, *CSM*-Cantigas de Santa Maria, Sécs. XIII-XIV: *CEMD*-Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer, Séc. XIV: *PP*-Primeyra Partida, Séc. XV: *CDP*-Crónica de D. Pedro, *CGE3*-Crónica Geral de Espanha (vol. 3), *LC*-Leal Conselheiro, Sécs. XV-XVI: *GR3*-Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (vol. 3), Séc. XVI: *VFDJ*-Vida e feitos d'El Rey Dom João Segundo, *LJA*-Livro de José de Arimatéia.

7 Aliás, o critério morfológico, baseado na estrutura do vocábulo, foi um dos aspectos considerados na tentativa de classificação tipológica das línguas, ocorrida no século XIX. A intenção dessa classificação era diacrônica, visando delinear um quadro teórico da “evolução” linguística. Assim, as línguas foram classificadas por August Schleicher em línguas isolantes, línguas aglutinantes e línguas flexivas, que, nessa ordem, pareciam representar uma marcha do simples para o complexo.

O segundo entendimento de aglutinação é o que interessa aqui. A aglutinação é referida por Saussure (1995, p. 205), ao lado da analogia, como um importante fator que atua no desenvolvimento de unidades lexicais novas. Nas palavras de Saussure, a “aglutinação consiste em que dois ou mais termos originariamente distintos, mas que se encontram freqüentemente em sintagma no seio da frase, se soldem numa unidade absoluta dificilmente analisável”.

O processo de aglutinação conheceria três fases, segundo o autor: (i) a combinação livre de elementos, (ii) a síntese dos elementos em uma unidade nova (síntese semântica) e (iii) mudanças fonéticas e acentuais.

Ao enxergar a aglutinação como processo, Saussure (1995, p. 207) exclui compostos e derivados desse âmbito, situando-os no campo da analogia. As gramáticas de língua portuguesa, contudo, reconhecem os compostos por aglutinação, que se constituem em oposição aos compostos por justaposição. Alguns autores, como Nunes (1956, p. 387), atribuem a estruturas aglutinadas como *avestruz*, *morcego*, *vinagre*, *rosmaninho*, *fidalgo* etc o estatuto de “compostos perfeitos”. Para Carvalho (1973, p. 523), o aglutinado, por constituir um único vocábulo fonológico (*boquiaberto*, *pernalta*, *agridoce*, *agricultor* etc.), representa a verdadeira palavra composta, em oposição ao que considera sintagma fixo (*amor-perfeito*, por exemplo).

Nos aglutinados, segundo Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 104), já se perdeu a ideia da composição, uma vez que seus elementos não mantêm a integridade morfofonológica, tornando a combinação monoacentual. Nesse sentido, não seriam aglutinadas formas como *madrepérola*, *passatempo*, *varapau* etc, uma vez que não se verifica a perda de substância fonética, sendo facilmente decompostos os elementos que as constituem: *madre* e *pérola*, *passa* e *tempo*, *vara* e *pau*. Ao lado dessas estruturas justapostas, situam-se os compostos com e sem hífen (*beija-flor*, *manga-rosa*, *pai de família*, *Idade Média*). Por outro lado, são considerados aglutinados *aguardente* (água + ardente), *pernalta* (perna + alta) e *viandante* (via + andante). Nessas formas, contudo, ainda é possível identificar os elementos envolvidos, o que significa dizer que não é uma condição dos aglutinados a perda da ideia de composição, mas que, por outro lado, sendo imprevisível como se dará a fusão dos elementos, é possível imaginar que há aglutinados mais ou menos transparentes do ponto de vista do reconhecimento de sua estrutura interna.

Aparentemente, observa-se um conflito envolvendo a definição de aglutinação apresentada na abertura do texto e a definição de aglutinação depreendida da gramática de Cunha e Lindley Cintra. Na exposição de Saussure sobre a aglutinação também é admitida a manutenção da integridade silábica dos elementos que se aproximam (cf. *ce ci* > *ceci*, *au jour d' hui* > *aujourd'hui*), embora esse autor tenha se referido anteriormente à circunstância de amalgamação perfeita, que apresenta,

como resultado, uma unidade de difícil análise (estaria o autor a se referir à análise semântica?). A amalgamação, contudo, não prevê, necessariamente, a perda de elementos fônicos.

Câmara Jr. (1991, s.v. aglutinação) define a aglutinação como a “[p]erda da delimitação vocabular entre duas formas que se unem por composição ou por derivação e assim passam a constituir um único vocábulo fonético”. A “subordinação das duas formas a um único vocábulo fonético” constitui, portanto, segundo esta perspectiva, um aspecto da perda da delimitação vocabular, o que nos leva a admitir que a manutenção da integridade silábica dos elementos não representa uma condição necessária e inquestionável na separação entre justapostos e aglutinados. A dificuldade que se apresenta, ao nosso ver, é apontar se sequências justapostas, cujos elementos se escrevem unidos, são monoacentuais ou não (*passatempo*, por exemplo).

Brinton e Traugott (2005, p. 47), ao discutirem a perspectiva histórica da lexicalização como fusão, arrolam como exemplos a **univerbação**, isto é, o processo de formação de lexemas simples a partir de uma construção sintática (ingl. *handicap* < *hand* + *in* + *the* + *cap*; fr. *aujourd’hui* < *au* + *jour* + *de* + *hui*) e o **amálgama de compostos**, sendo que, nesse caso, o nível de composicionalidade morfológica é variável, sendo possível apontar compostos amalgamados mais “transparentes” (ingl. *cobweb* ‘teia de aranha’ < OE (*atter*) *coppe* ‘aranha’ + *web* ‘teia’) e menos “transparentes” (ingl. *lord* ‘lorde, soberano’ < OE *hlaf* ‘pão’ + *weard* ‘guardião’).

É possível admitirmos, portanto, que os aglutinados apresentam um gradualismo no que diz respeito principalmente a sua composicionalidade morfológica, que pode ser resultante de circunstâncias ou propriedades fonético-fonológicas que não vamos explorar neste texto.

Projetando as três fases apontadas por Saussure em uma linha de desenvolvimento no tempo, obtivemos o seguinte *continuum*:

SINTAGMA LIVRE > COMPOSTO SINTAGMÁTICO > AGLUTINADO

Esquema 1 – Constituição histórica do aglutinado

O primeiro passo, portanto, é a coocorrência frequente de elementos lexicais (e gramaticais). Essa colocação habitual dos elementos leva à fixação do seu valor semântico enquanto estrutura pluriverbal e não enquanto unidades individuais. O sentido adquirido pelo todo sobressai ao significado individual das partes. Trata-se, como se percebe, de uma mudança que pode se dar de forma bastante lenta, que tende a se consolidar somente ao longo do tempo.

Adquirindo a construção sintática o estatuto de uma unidade semântica, o próximo passo é essa estrutura, respeitadas as suas condições morfológicas e fonético-fonológicas, condensar-se em uma única palavra, a título das palavras simples.<sup>8</sup>

Como se pode observar, o composto sintagmático necessariamente precede a palavra aglutinada; por outro lado, não se pode perder de vista que nem todo composto sintagmático atinge a forma de aglutinado.<sup>9</sup> Esse desenvolvimento parece corresponder à distinção que Villalva (2000, p. 345) faz entre justaposição e aglutinação. Com base no tipo/grau de lexicalização envolvido nesses processos, a autora analisa que na justaposição [composto sintagmático] tem-se uma lexicalização apenas semântica, enquanto na aglutinação, que se refere a formas que perderam sua estrutura interna, a lexicalização é semântica e morfológica.

É preciso ressaltar, no entanto, que o composto sintagmático pode ser o resultado de um procedimento consciente (e regular) de formação de palavras – se a estrutura constitui um padrão presente na língua, NA e NprepN, por exemplo –, o que significa que esta etapa pode não ser necessariamente precedida, no sentido histórico, de uma etapa em que os elementos figuraram durante algum tempo como elementos sintaticamente livres, em situação de coocorrência preferencial. O composto sintagmático não pode ser tratado apenas como uma estrutura “petrificada”, resultante de um processo histórico, mas como o resultado da escolha de um determinado sintagma para um determinado referente, como aponta Bustos Gisbert (1986, p. 73). A última etapa, sim, é necessariamente gradual. Os aglutinados diferem dos compostos sintagmáticos por apresentarem um maior grau de fusão entre os elementos constituintes.

A transformação que se opera é principalmente nos níveis morfológico e fonético-fonológico, mais precisamente na constituência interna do composto, pois,

- 
- 8 Meillet e Vendryès (1953, p. 422-423) referem-se à justaposição latina (e grega) como a combinação de duas palavras que, pelo emprego frequente, passam a ser sentidas como uma unidade, não importando se os dois constituintes se encontram separados ou mesmo se flexionam individualmente. Ressaltam os autores que essa **unidade de sentido** conduz, muitas vezes, à **unidade da forma**, por meio de alguns “acidentes” fonéticos, morfológicos e sintáticos.
- 9 Lapa (1984, p. 94), que também se refere à forma “perfeita” e “imperfeita” dos compostos, afirma que “[t]odos os compostos tendem, mais ou menos, para a composição perfeita, e a língua costuma consagrar o facto, soldando os dois elementos numa palavra só”. O autor aponta os exemplos *mão-cheia > mancheia*; *verde-negro > verdinegro*; *água-ardente > aguardente*; *passa-porte > passaporte*. Para Blanco Valdés (1985, p. 212), “diacronicamente a fusión morfosemántica cúmprese nalgunhas formas. Noutras, o estado morfológico do sintagma inicial mantense, por máis que este acade un valor semántico sintético, como unidade, fóra do valor analítico das unidades en concreto” (o destaque completo é nosso) [Trad.: “Diacronicamente, a fusão morfossemântica se cumpre em algumas formas. Noutras, o estado morfológico do sintagma inicial mantém-se, por mais que este logre um valor semântico sintético, como unidade, fora do valor analítico das unidades em concreto”]. Para o autor, nesse último caso, trata-se de sintagmas fixos.

semanticamente, admite-se que o referente do aglutinado permanecerá o mesmo do composto sintagmático (o significado é mantido constante e o significante muda).<sup>10</sup> É possível afirmar que o aglutinado torna-se mais “lexical”, no sentido em que mecanismos como flexão e derivação passam a ser aplicados à estrutura como um todo.

Esse produto, o aglutinado, representa, para Darmesteter (1894, p. 3), o resultado de um “acidente fonético”. Nesse mesmo sentido, Câmara Jr. (1998, p. 39) concebe a aglutinação como a “perda de uma justaposição na história da língua”, estando fora, portanto, do âmbito do estudo dos compostos. Para esses autores, os aglutinados representam, na realidade, uma palavra simples, não sendo mais possível, em termos de sincronia, atribuir-lhes o caráter de palavra composta.<sup>11</sup> Por outro lado, o aglutinado, para alguns autores, conforme visto anteriormente, simboliza o estágio final da combinação de duas ou mais palavras, constituindo-se no “composto perfeito”.

A aglutinação não é, certamente, um procedimento disponível no sistema da língua para a formação de uma nova palavra. A aglutinação permite que a relação entre os elementos constituintes de uma sequência justaposta, já transformada em um composto sintagmático, torne-se mais íntima, corroborando o seu caráter composicional, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, passa a imprimir-lhe a feição de uma palavra simples.<sup>12</sup> Não vamos discutir aqui os fatores que levam (ou não) à emergência de um aglutinado,<sup>13</sup> mas apresentaremos, tendo como base um *corpus* do português arcaico, duas consequências dessa mudança: o deslocamento da flexão e a formação de derivados.<sup>14</sup>

---

10 Não vamos explorar, neste texto, essa vertente semântica, ou seja, se há ou não diferenciação de sentido entre uma forma sintagmática e uma forma aglutinada relacionadas.

11 Na realidade, Câmara Jr. (1991, s.v. aglutinação) admite que “[a] aglutinação, como fato sincrônico, só deve ser levada em conta, quando a análise mórfica depreende as formas aglutinadas”.

12 Muitas formas, hoje sentidas e analisadas como lexemas simples, são, na verdade, oriundas, direta ou indiretamente, de sintagmas latinos. É o caso, por exemplo, de *ouropel* (< ant. fr. *oripel* < lat. AUREA PELLIS), *condestável*, arc. *condestabre* (< ant. fr. *conestable* < lat. COMES STABULI), *freguês*, arc. *freegues* (< lat. FILIU ECCLESIAE), *mordomo*, arc. *moordomo* (< lat. MAJOR DOMUS), *terremoto* (< it. *terremoto* < lat. TERRAE MOTUS), *vinagre* (< ?esp. *vinagre* < cat. *vinagre* < lat. VINU ACRE).

13 Segundo Val Álvaro (1999, p. 4826), as possibilidades de coesão formal são menores nos compostos NprepN, em relação aos compostos NA e AN, porque é exigida a elisão da preposição, categoria funcional. No entanto, trata-se de uma coesão com um grau de perfeição maior: *hojalata* (de *hoja de lata*) vs. *guardiacivil/guardias civiles, guardiaciviles*.

14 Acreditando que o justaposto acaba por se tornar um composto, embora seja difícil precisar o momento, Meillet e Vendryès (1953, p. 423) observam que ele, muitas vezes, adquire a forma de um composto quando passa a gerar derivados.

## COMPOSTO SINTAGMÁTICO > LEXEMA AGLUTINADO: A ANÁLISE DE FIDALGO E RICOME

No estudo das mudanças que se processam na passagem de um composto sintagmático para um lexema aglutinado, serão consideradas, para análise, as estruturas *fidalgo* e *ricome*, recolhidas de textos arcaicos pertencentes a períodos compreendidos entre o século XIII e as primeiras décadas do século XVI.

### Deslocamento da flexão (marcação de número e gênero)

Compostos sintagmáticos nominais com as estruturas NA, AN e NprepN, menos prototípicos, realizam a flexão de número, em geral, similarmente à de um sintagma livre correspondente, ou seja, a flexão se dá nos dois termos do composto, no caso de estruturas NA e AN, uma vez que a concordância entre os termos é obrigatória, e no primeiro termo do composto, que corresponde ao núcleo do sintagma, no caso de estruturas NprepN. Quanto à concordância em gênero, ela se dá em algumas situações, em especial quando é permitido, semanticamente, o contraste entre as categorias “macho” e “fêmea”.

Enfocando esses aspectos, vamos analisar dois casos presentes no *corpus*: o de *fidalgo* e o de *ricome*.

#### i. *fidalgo*:

O sintagma de que se origina, *filho de algo*, de estrutura NprepN,<sup>15</sup> constitui um calco morfológico de construções do árabe com 'IBN 'filho' (p. ex., 'IBN YÁUMIH 'filho de seu dia' = 'efêmero') (COROMINAS, 1983, s.v. *hijo*).

O processo aglutinativo de *filho de algo* > *fidalgo* pode ser traçado da seguinte forma: num primeiro momento, têm-se as duas formas, *filho* e *algo*, unidas pela preposição *de*, numa situação de justaposição. Nessa fase, já há a cristalização da estrutura, pois não se verifica a possibilidade de inserção de material linguístico entre os constituintes (\**filho de muito algo*, por exemplo) ou a supressão de qualquer um dos elementos. Em um outro momento, ocorre a aglutinação da preposição com o complemento, como nas ocorrências registradas (*filho dalgo*). Em seguida, o primeiro elemento perde a sua sílaba final (*fi dalgo*), aglutinando-se posteriormente ao segundo constituinte (*fidalgo*). Nos casos em que o lexema não perde a sua última sílaba, isso pode significar que, para o usuário da língua, ainda subsiste a noção de uma forma composta; por outro lado, quando se chega à forma *fidalgo*,

15 O lexema *algo*, no sintagma *filho de algo*, é um nome masculino, significando 'bens, riqueza'. *Fidalgo*, portanto, corresponde a um 'homem que tem (muito) algo', a um 'homem rico', passando a significar também um título de nobreza, uma classe social e o próprio indivíduo a ela pertencente.

entende-se que se perdeu essa noção. No entanto, nos textos analisados, faz-se presente tanto a estrutura sintagmática quanto a forma amalgamada, sendo esta a mais frequente. Nessa situação, torna-se possível observar a variação, de número e gênero, que se processa nessas estruturas.

a. Variação de número

Primeiramente, apresentamos o registro, no singular, da forma aglutinada e da estrutura sintagmática:

«Mandamos *que* nenhuu **fidalgo** nõ se possa tornar vassalo de nenguu ata *que* se espeça de seu sennor quer *per sy* quer *per* outrĩ mãdadeyro **filho dalgo**» [FR III.976]

«Perçebudo deue *sseer* o julgador *que* ouuer poer pena <a> algũu *per* rrazã de sacrilegio *que* ouuesse ffeyto. Ca deue meter mêtes *que* homẽ é o *que* faz, se é **filho dalgo** ou nõ» [PP XXI.262]

«ca, pera vós, pois que vos dan / gran preço d'ome de bon sen, / é ela, u á todo ben, / **filha d' algo**, e ben de pran» [CEMD 120.24]

«Mandou el-rrei matar Garcia Lasso da Veiga, hũu gram **fidalgo** de Castella e muito aparentado de genrros e parentes e amigos, por sospeita que d'el ouve» [CDP XVI.36]

Agora, observe-se que a flexão de número, no caso da estrutura sintagmática, se dá internamente, atuando apenas sobre o elemento nuclear:

«Ca o *que* *quiser* dar esmolla ante a deue a dar aos pobre uergonhosos *que* som **filhos dalgo** [e a] outros homẽs bõs que ouuerõ rrazõ e caerõ depoyes en pobreza nõ por maldade que ouuessem feyta mays *por ssa* *desauëtura*, *que* aos outros pobres *que* nõ fossem de tães logares come elles» [PP XXVI.206]

«E foy homẽ muy esforçado e muy amado dos **filhos d'algo** e fez muytas batalhas com os mouros e muytos outros bõs feitos que fez per todo o reyno» [CGE3 265.4]

«ca el dizem que foi mui luxurioso, de guisa que quaaesquer molheres que lhe bem pareciam, posto que **filhas d'algo** e molheres de cavaleiros fossem, e isso meesmo donas d'ordem ou d'outro estado, que nom guardava mais hũuas que outras» [CDP XVI.15]

enquanto que, no caso da estrutura aglutinada, a flexão é externa:



«Os logares que me rrequere que lhe entregue, nom tenho rrazom por que, ca foram julgados a este rreino per sentença d’el-rrei dom Denis de Purtugall e pelo iffante pom Joham de Castella, presentes muitos **fidalgos** de seu rreino» [CDP XXIII.54]

«El rey dom Garcia, vñido assi fugindo ante el rei dom Sancho e veendo que per aquella guisa nõ lhe podya scapar, chamou todos seus **fidalgos** e ricos homens e disselhes:» [CGE3 358.5]

«E por quanto hũu homem nom pode tam magynativo seer que todallas cousas proveitosas aas suas gentes per ssy possa cuydar, convem a todo senhor que benignamente ouça os conselhos dos sabedores e dos barõoes, dos **fidalgos** e dos antiigos e daquelles que amam o rreyno e o ssenhorio» [LC 219.7]

b. Variação de gênero

Ao se analisar a manifestação dos gêneros masculino e feminino nas formas recolhidas do *corpus* selecionado, observa-se a ocorrência do seguinte padrão (com exceção dos textos classificados como pertencentes a inícios do séc. XVI): a variação interna e externa para o masculino (*filho dalgo/fidalgo*) e a variação interna para o feminino (*filladalgo*). A variação externa de gênero feminino desse vocábulo (*fidalgã*) foi verificada apenas no texto *Vida e feitos d’El Rey Dom João*, em que aparece geralmente como adjetivo, figurando, em alguns dos outros textos, as formas *fidalgo/fidalgos* ao lado de *filha d’algo/filladalgo/filhas d’algo*, em que a alteração genérica se dá internamente.<sup>16</sup> Vejam-se alguns exemplos em que são colocadas em oposição a forma masculina (aglutinada) e a forma feminina, presentes em um mesmo texto:

- Nas *Cantigas de Santa Maria* (séc. XIII):  
«Este de que vos eu falo | era **fidalg’** escudeyro, / e foi en hũa fazenda | bõo, ardid’ e ligeyro; / mas foi per un baesteiro / mui mal chagad’ aquel dia» [CSM 408.15]  
«Como Santa Maria guareceu en Vila-Sirga hũa dona **filladalgo** / de França, que avia todo-los nenbros do corpo tolleitos» [CSM 268.1]
- Nas *Cantigas d’Escarnho e de Mal Dizer* (fins do séc. XIII e meados do XIV):  
«E pesarã a vós muit’, eu beno sei, / do que vos eu direi, per bõa fé: / polo vilão, que vilão é, / pon ora assi en seu degred’ el-Rei / que se non chame **fidalgo** per ren, / se non, os dentes lhi quiten poren» [CEMD 401.12]

16 Canazio (1960), no seu *Dicionário de masculinos e femininos da língua portuguesa*, registra, além de *fidalgo* e *fidalgã*, *filhodalgo* e *filhadalga* como variantes morfológicas antigas.

«ca, pera vós, pois que vos dan / gran preço d’ome de bon sen, / é ela, u á todo ben, / **filha d’ algo**, e ben de pran» [CEMD 120.24]

- Na *Crónica Geral de Espanha de 1344* (início do séc. XV):

«E deulhes ã essa aaz dom Gõçallo Diaz de Buervena, que era muy bõõ **fidalgo** e muy valente e muy ardido» [CGE3 52.13]

«Conta a estorya que el rey dom Ramiro – que foy o primeiro rey d’Aragon, segundo vos dito avemos no começo – que foy filho del rey dom Sancho de Navarra, o Mayor, e ouveo em hũa dona **filha d’algo**; e era natural de hũũ castello que chamavõ Agaron» [CGE3 257.19]

- Na *Crónica de D. Pedro* (ms. do final do séc. XV ou início do XVI):

«Este rrei acrecentou muito nas contias dos **fidalgos** depois da morte d’el-rrei seu padre» [CDP I.24]

«ca el dizem que foi mui luxurioso, de guisa que quaaesquer molheres que lhe bem pareciam, posto que **filhas d’algo** e molheres de cavaleiros fossem, e isso meesmo donas d’ordem ou d’outro estado, que nom guardava mais hũuas que outras» [CDP XVI.15]

Neste último exemplo, além da marca genérica, também figura internamente a marca de número.

E, finalmente, no texto da *Vida e feitos d’El Rey Dom João*, que, como dissemos, apresenta, ao lado de *fidalgo*, a forma *fidalga*, cuja variação de gênero se processa externamente:

«E quando se finou Vasco Martinz de Melo alcaide-mor do Castello da Vide, hum **fidalgo** principal foy pedir a el-rey *que* lhe fizesse merce do dito castello e el-rey lhe respondeo:» [VFDJ 6729]

«E indo seu caminho lhe veo hum **fidalgo** com recado d’el-rey alegrando-se muito *com* sua yda, e com hum mandado geral que aos christãos em seu reino se desse tudo *de* graça so pena de morte e assi se cumprio inteiramente» [VFDJ 7376]

«Quando el-rey Don Afonso o quinto faleceo *que* foy no mes d’Agosto de mil e quatrocentos e oytenta e hum, naceo o senhor Dom Jorge filho d’el-rey que sendo principe e casado ouve de Dona Anna de Mendoça molher muito **fidalga** e moça fermosa de muy nobre geraçam» [VFDJ 4747]

«e vinha por sua aya e camareira-mor Dona Isabel de Sousa portuguesa, mulher muito **fidalga**, e prudente, e de muy onesta vida» [VFDJ 5296]

Observa-se que a composicionalidade morfológica está mais presente em *filladalgo* do que em *fidalga*, pois, naquele caso, ainda é possível deprender os constituintes nominais *filla* e *algo*, além de vestígio da preposição *de*.

A perda de material fonético e a consequente fusão dos termos foram responsáveis por transformar uma estrutura sintagmática, sensível à variação interna, em uma estrutura morfológicamente opaca, ou seja, refratária a variações de natureza flexional na sua configuração interna.

#### *ii. ricome:*

Essa forma nominal aglutinada, cuja estrutura subjacente é Adjetivo + Nome, designa um ‘nobre de categoria superior’, um ‘fidalgo importante’, e, ainda, a classe social dos ricos-homens e o indivíduo a ela pertencente. Nos textos analisados, foram registradas formas aglutinadas e formas sintagmáticas. Vamos, então, às considerações sobre a atuação da flexão nessas estruturas.

#### a. Variação de número

Embora a forma contracta *ricome* seja a mais frequente, tendo sido registrada a sua face não aglutinada, *rico homẽ*, apenas na *Crónica Geral de Espanha* (vejam-se alguns exemplos a seguir, de *ricome* e *rico homẽ*), a manifestação do plural foi observada somente no caso da estrutura sintagmática, isto é, não houve registros de *ricomes*, forma cuja variação de número incide sobre o composto na sua totalidade:

«Desto vos direi un miragre fremoso, / que mostrou a Madre do Rei griorioso / contra un **ric-ome** fol e sobervioso, / e contar-vos-ei end’ a gran maravilla» [CSM 19.7]

«E a Deus devemos graças a dar / deste **ricome** que nos presentou, / de mais en ano que era tan car / com’ este foi que ogano passou; / ca, pois este ricom’ entrou aqui, / nunca maa careza entrou i, / mentr’ o **ricome** na corte morou» [CEMD 349.16,21]

«[T]eendo algũ homẽ o offizio por *que* deua a dar cõto a el rrey ou a **rrycomẽ** ou a cõçelho ou a ataes logares de *que* teuesse algo, assy como moordomado ou doutra cousa que o semelhasse, defende a Santa Jgreia *que* nõ sse possa ordinar» [PP IX.518]

«e deu os bẽes de Pero Coelho a Vaasco Martinz de Sousa, **rric’-omem** e seu chancellor-moor, e os d’Alvoro Gonçallvez e Diego Lopez a outras pessoas como lhe prougue» [CDP XXX.51]

«E, por esta razon, acordaron de alçar por rey hũũ **rico homẽ** que avya nome dõ Pedro Tarez» [CGE3 261.21]

«Dos de el rei dõ Garcia, morreo hũũ **rico homẽ** muy prezado que avya nome dom Gonçallo Damsinis» [CGE3 360.23]

Os registros são, portanto, apenas de *ricos-homens*, com a atuação da flexão sobre os dois elementos, fato que restitui à forma, de certa maneira, o estatuto de justaposto:

«E os meus **riquos\_omees** den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no meu logar ouu(er) a reinar q(ua)ndo ouuer reuora, assi como os dariã a mi» [TAS1 24.4]

«Pois passou per muitas coitas | e delas vos contarei: / Hũa vez dos **ricos-omes** | que, segundo que eu sei, / se juraron contra ele | todos que non fosse Rey, / seend' os mais seus parentes, | que divid' é natural» [CSM 235.21]

«E isto mandamos tã bẽ *por* nos come pollos *que* depoyos nos ueerẽ come por **rycos hoomeş** come por caualeyros come polhos outros poboos *que* demus todos dereytamente os dizimos dos bees que nos dá segundo o *que* manda a ley» [FR I.300]

«E esso mesmo deuẽ ffazer os **rricos\_ homẽs** e os caualeyros e todolos outros cristaos» [PP XXIII.102]

«e outros senhores e meestres e **rricos-homẽes**» [CDP XVII.25]

«E neste cuidado tinha ele seu coração mui afincado, que havia pavor de perder sua terra, e cuidava em seus **ricos\_ homes** e no que lhe fazião» [LJA 591.8]

Não se concretiza, portanto, uma das conseqüências do processo aglutinativo: a mudança da flexão interna para a flexão externa.

#### b. Variação de gênero

O termo registrado, *ricas donas*, corresponde, na realidade, à 'esposa, viúva, filha ou sucessora de um rico-homem', sendo a variação de gênero, nesse caso, lexical:<sup>17</sup>

17 Seria esperada a forma *rica-mulher* como contrapartida de *rico-homem*, tendo em vista o par natural *homem-mulher*. O dicionário da Real Academia Española registra, além de *ricohombre* e *ricahembra*, a forma *ricadueña*, marcada como "desusada". A título de curiosidade, tinha o apelido de *Rica-Hembra* a rainha D. Leonor de Aragão, mãe da rainha D. Leonor, mulher do rei D. Duarte.

«En Toled' á un costume | que foi de longa sazon, / que quando y casar queren | as donas que pobres son, / peden aas ricas donas | de suas dōas enton, / que possan en suas vodas | mais ricas aparecer» [CSM 212.13]

«Joan Garcia tal se foi loar / e enfenger que dava [de] sas dias / e que trovava por donas mui boas; / e oí end' o meirinho queixar / e dizer que fará, se Deus quiser, / que non trobe quen trobar non dever / por ricas donas nem por infanços» [CEMD 238.7]

Não registramos, contudo, a forma *ricadonas*, consequência morfológica de uma aglutinação, em que o plural incide sobre toda a unidade lexical.

## Formação de derivados

O processo de aglutinação dos sintagmas *filho de algo* e *rico homem* em *fidalgo* e *ricome*, respectivamente, proporcionou a constituição de bases morfológicas unas, *fidalg-* e *ricom-*, tornando possível a formação de palavras por meio da derivação, em especial da sufixação. No caso de *fidalgo*, foram registradas ocorrências de *fidalguia* 'natureza ou qualidade de fidalgo; índole generosa, nobre dos fidalgos; caráter grandioso, ilustre', em que à base *fidalg(u)-* é adjungido o sufixo *-ia*, formador de nomes abstratos:

«E Sam Jeronimo falando ena uergonha disse *que* he sinal de **fidalguia** e de *que* sse a<l>euãta ao *que* a ha a nobreza de coração poys *que* per ella leixa de ffazer cousa *que* lhy mal esté» [PP VIII.955]

«Amyga, por que me demandaaes esso? Que pouco vos compre mynha **fidalguya**» [CGE3 120.13]

«Fermosura e **fidalguia**, / herdeira de mil riquezas, / sem nos meos de tal via, / se converte em vilania / com outras muitas provezas» [GR3 65.26]

No caso da forma aglutinada *ricome*, ela serviu como base para o derivado *ricomaz* 'um bruto rico-homem' (*ricom-* + *-az*, sufixo de teor pejorativo), registrado nas *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer*:

«Un **ricomaz**, un **ricomaz**, / que de maos jantares faz! / Quanta carne manda cozer, / quand' ome vai pola veer, / se s'ante muito non merger, / sol non pode veer u jaz. / Un **ricomaz**, un **ricomaz**, / que de maos jantares faz! / Quen vee qual cozinha ten / de carne, se s'i non deten, / non poderá estimar ben / se x' este carne, se pescaz. / Un **ricomaz**, un **ricomaz**, / que de maos jantares faz!» [CEMD 414.1, 7, 13]

Em resumo, observou-se, no caso de *fidalgo* (< *filho de algo*) e *ricome* (< *rico* + *homem*), a seguinte configuração:

	QUANTO À MARCAÇÃO DO PLURAL	QUANTO À MARCAÇÃO DO FEMININO	QUANTO À DERIVAÇÃO
<i>filho de algo</i>	filhos dalgo fills dalgo	filha d'algo	-
<i>fidalgo</i>	fidalgos	fidalga (séc. XVI)	fidalguia
<i>rico-homem</i>	ricos homens	ricas donas	-
<i>ricome</i>	-	-	ricomaz

O composto sintagmático *filho de algo*, cuja estrutura é NprepN, recebe marcas de flexão de número e de gênero apenas internamente, incidindo sobre o seu elemento nuclear, *filho*, enquanto o lexema aglutinado *fidalgo* recebe essas mesmas marcas externamente. É preciso ter em mente, contudo, que a marcação de gênero feminino para *fidalgo* só foi registrada, dentro do âmbito do *corpus* selecionado, nas primeiras décadas do século XVI, especificamente no texto da *Vida e feitos d'El Rey Dom João*. Antes disso, o que se observa é a utilização da variante morfológica *filho dalgo* como base para a marcação do gênero feminino, mesmo sendo corrente a forma masculina *fidalgo*.

No caso de *rico-homem*, observou-se que os seus elementos são flexionáveis interna e externamente, tendo em vista que se trata de uma estrutura AN, em que a concordância entre os termos é obrigatória (RIO-TORTO, 2006, p. 11-12). Quanto à marcação do gênero feminino, ela se dá pelo contraste lexical entre *homem* e *dona*: *rico-homem* e *rica-dona*. Também nesse caso, o plural se dá interna e externamente: *ricas donas*. É preciso levar em consideração, no entanto, que, no total, apenas duas ocorrências foram registradas, estando as duas no plural. No que diz respeito a *ricome*, esperava-se, quanto à marcação do plural, a forma *ricomes*, com flexão externa. Não registramos, contudo, nos textos em consideração, nenhuma dessas duas formas, e, sim, apenas a forma sintagmática já referida.

Ambas as formas, *fidalgo* e *ricome*, geraram produtos derivados, por meio da sufixação: *fidalguia* e *ricomaz*, respectivamente. Porém, diferentemente de *fidalgo* e *fidalguia*, as formas *ricome* e *ricomaz* não estão registrados no léxico da língua, apenas *rico-homem*, que permaneceu um composto sintagmático na sincronia, deixando evidente que a integração léxica em *fidalgo*, derivada da perda da sílaba final do elemento nuclear, ocorreu de maneira definitiva, vencendo a concorrência com a estrutura sintagmática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebendo o aglutinado como um produto derivado de um composto sintagmático, necessariamente, e considerando que o composto sintagmático pode ser o resultado tanto do devir histórico quanto de procedimentos de formação de palavras disponíveis na língua, reestruturamos o esquema 1 da seguinte forma:

(SINTAGMA LIVRE) > COMPOSTO SINTAGMÁTICO > AGLUTINADO

Esquema 2 – Constituição histórica do aglutinado

O uso dos parêntesis envolvendo o “sintagma livre” indica que não é condição necessária, para a formação de um composto sintagmático, um período longo de coocorrência de seus constituintes, o que, acreditamos, converge com o registro de Said Ali na sua *Gramática Histórica* (1964, p. 258):

[...] muitas das atuais palavras compostas, antes de se fundirem semanticamente para representar uma idéia simples, tiveram um período de existência bastante longo em que não se distinguiam de outros grupos sintáticos. **Em outros casos, o processo da composição efetua-se desde logo ou em tempo muito breve.** (grifos nossos)

Fica claro, na nossa interpretação, que o autor distingue dois aspectos da formação de uma palavra composta: o diacrônico e o sincrônico. Nesse sentido, o composto sintagmático pode resultar de um processo ou de um procedimento, no sentido que é dado a esses dois termos por Saussure. Na fase de composto sintagmático, pressupõe-se a lexicalização no nível semântico, condição que imprime ao sintagma o caráter de unidade lexical.

Neste estudo, apontamos, como consequências da passagem do estado de um composto sintagmático para o estado de um lexema aglutinado, duas situações: o deslocamento da flexão (número e gênero) e a formação de derivados.

Observamos, no caso de *filho de algo* > *fidalgo*, as seguintes transformações quanto às propriedades flexionais:

- **número:** interna > externa (*filhos d'algo* > *fidalgos*)
- **gênero:** interna > externa (*filha d'algo* > *fidalga*)

Quanto a *rico-homem*, observamos que a sua fusão é irregular, pois não se concretiza a mudança de flexão de número, ou seja, ela continua a ocorrer interna e externamente (*ricos homens*, e não *ricomes*). A marcação do gênero, por não ser

de tipo gramatical, não permite pontuar a mudança quanto a esse aspecto. Mas a forma feminina correspondente, *rica dona*, ocorre apenas no plural, marcada interna e externamente, *ricas donas*.

Ressalte-se, no entanto, que formas como *filhos d'algo* e *fidalgos*, *rico homem* e *ricome*, coocorriam, por vezes em um mesmo texto, funcionando, correspondentemente, como variantes morfológicas.

No que se refere a processos de derivação, tanto *fidalgo* quanto *ricome* geraram, por meio da sufixação, novos produtos:

- *fidalg(u)- + -ia > fidalguia*
- *ricom- + -az > ricomaz*

As formas aglutinadas estudadas, *fidalgo* e *ricome*, permitiram observar algumas mudanças que se processam na passagem de um composto sintagmático para um aglutinado.

Em termos configuracionais, o que se espera, na etapa do aglutinado, é uma maior opacidade em termos morfossemânticos e sintáticos. Em *fidalgo* e *ricome*, as fronteiras presentes nas estruturas sintagmáticas deixam de existir, e uma nova base é constituída, *fidalg-* e *ricom-*, o que situa essas formas em um nível maior de opacidade morfológica e semântica relativamente ao sintagma de origem.

Evidenciadas, então, algumas propriedades adquiridas pelos aglutinados quando abandonam o estado de compostos sintagmáticos, fica patente a importância do estudo dessas estruturas numa perspectiva ampla do fenômeno compositivo, em que estejam integrados os diversos aspectos da língua, em especial morfológicos e sintáticos.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Valerie (2001). *Complex Words in English*. London: Pearson Education Limited/Longman (English Language Series).
- AIT – Associação de Informação Tecnológica. Disponível em <<http://www.ait.pt/>>. [Último acesso: 10/04/10]
- BLANCO VALDES, Xoan Luís (1985). Palabras compostas en galego-portugués. *Verba*, 12, p. 199-252.
- BRINTON, Laurel J.; TRAUOGOTT, Elizabeth Closs (2005). *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUSTOS GISBERT, Eugenio de (1986). *La composición nominal en español*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.



- CANAZIO, Aldo (1960). *Dicionário de masculinos e femininos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A.
- CAMPBELL, Lyle; MIXCO, Mauricio Jesús (2007). *A Glossary of Historical Linguistics*. Salt Lake City: The University of Utah Press.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1973). *Teoria da linguagem*. t. II. Coimbra: Atlântida Editora.
- COROMINAS, Joan (1983). *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José Antonio (1980-1991). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Gredos. 6 vol.
- CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luís Felipe (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DARMESTER, Arsène (1894). *Traité de la formation des mots composés de la langue française*. 2 ed, Paris: E. Bouillon.
- DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA, da Real Academia Española. Disponível em <<http://buscon.rae.es/draeI/>>.
- GASSER, Michael (2006). *How Language Works: the cognitive science of linguistics*. (Edition 3.0; 2006-08-25). Disponível em <<http://www.indiana.edu/~hlw/index.html>>. [Último acesso: 10/04/10]
- HOUAISS, Antônio (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Consultas realizadas através de [houaiss.uol.com.br/](http://houaiss.uol.com.br/), exclusivo para assinantes UOL.
- LANG, Mervyn Francis (1997). *Formación de palabras en español. Morfología derivativa productiva en el léxico moderno*. 2 ed. Madrid: Cátedra.
- LAPA, Rodrigues, Manuel (1984). *Estilística da língua portuguesa*. 11 ed revista pelo autor. Coimbra: Coimbra Editora.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1998). *Problemas de lingüística descritiva*. 17 ed. Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1991). *Dicionário de lingüística e gramática*. 15 ed. Petrópolis: Vozes.
- MEILLET, Antoine; VENDRYÈS, Joseph (1953). *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. 2 ed. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion.
- NUNES, José Joaquim (1956). *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- RIO-TORTO, Graça Maria (2006). O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais: In: ATHAYDE, Maria Francisca (coord.). *Estudos sobre léxico e gramática*. Coimbra, *Cadernos do Cieg*, nº 23, p. 11-34.

- SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed. melhorada e aumentada. São Paulo: Melhoramentos.
- SANTOS, Antonia Vieira dos. *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (séc. XIII-XVI)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2 v.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1995). *Curso de lingüística geral*. 20 ed. São Paulo: Cultrix.
- ULMANN, Stephen (1987). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VAL ÁLVARO, José (1999). La composición. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol. III: *Entre la oración y el discurso/Morfología*. Madrid: Editorial Espasa/Calpe, p. 4757-4842.
- VILLALVA, Alina (2000). *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

## REFERÊNCIAS AOS TEXTOS DO CORPUS

- AFONSO X. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann, 4 volumes. Coimbra: *Acta Universitatis Conimbricensis*, vol. I (1959), vol. II (1961), vol. III (1964), vol. IV (Glossário) (1972).
- AFONSO X. *Foro Real*. Edição e estudo lingüístico (vol. I) e glossário (vol. II) de José de Azevedo Ferreira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- AFONSO X. *Primeyra Partida*. Edição e estudo de José de Azevedo Ferreira. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.
- Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Edição crítica e vocabulário do Prof. Manuel Rodrigues Lapa. 2 ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988.
- Crónica de Dom Pedro*, de Fernão Lopes. Edizione critica, con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1966 [2 ed. revista, com edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007].
- Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luís F. Lindley Cintra. Edição facsimilada por Imprensa Nacional – Casa da Moeda: vol. I (1983), vol. II (1984), vol. III (1984), vol. IV (1990) [foi selecionado o volume III para a recolha das formas].
- Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Edição crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel. Lisboa: Bertrand, 1942.

*Livro de José de Arimatéia*. Estudo e edição do Cód. ANTT 643 por Ivo Castro. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1984.

RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 4 vols., 1990-1993 [foi selecionado o volume III para a recolha das formas].

RESENDE, Garcia de. *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Edição crítica, estudo textológico e lingüístico por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994 [capítulos: *Vida e feitos de d'el-rey Dom João Segundo* e *A trasladação do corpo d'el-rey Dom João o Segundo*].

*Testamento de D. Afonso II*. In: COSTA, Avelino de Jesus da (1979). Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-lingüístico.

# PARTE II

ESTUDOS SOBRE CULTURA ESCRITA  
NO BRASIL





# ESBOÇO PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DO LATIM NO BRASIL: construindo uma periodização<sup>1</sup>

## Episódio I – Período Colonial

José Amarante Santos Sobrinho  
(Universidade Federal da Bahia)

### ANTE REM

Duas declarações que poderíamos chamar de recentes, dada a longevidade daquela que se converte em nosso objeto de estudo, a língua latina, servem-nos de mote para o início desta discussão. Uma de 2005, de Orlando de Rudder, para quem “a língua latina está muito bem de saúde, para uma morta” (p. 10);<sup>2</sup> outra de Peter Burke, 1993, para quem, “embora declarado ‘morto’, o latim recusou-se a ser enterrado” (p. 53).<sup>3</sup> Evidentemente, então, essas declarações nos direcionam à constatação de um bom momento do latim no final do século XX. Elas trazem consigo também a informação de um processo, de uma mudança de estado, o que nos faz montar uma imagem de “sobes” e “desces” na história da língua no mundo moderno.

- 
- 1 O trabalho cuja proposição começa com a escrita destas primeiras páginas faz parte de uma pesquisa maior sobre usos do latim no Brasil, uma busca de elementos para uma História Social do Latim, com uma análise mais detalhada dos métodos publicados no século passado. Sua motivação surgiu quando, em uma instituição de ensino superior, nos ofereceram livros antigos que iriam ser descartados: eram métodos de latim, já desprezados e destinados ao lixo, não fosse a lembrança de quem nos os ofereceu acreditando que podiam ser de nosso interesse. Castillo Gómez (2003, p. 122) fala, em relação aos bens simbólicos do passado, sobre o tempo da conservação, ou seja, em relação à cultura escrita, há o tempo da produção, da recepção e o tempo da conservação. Então, tomamos para nós a tarefa e acolhemos aqueles métodos como objeto de pesquisa (em fase de desenvolvimento), uma forma de conservar uma parte do que se produziu de materiais didáticos para a aprendizagem da língua.
  - 2 Em tradução de Tiago Marques do livro *In uino ueritas: Dictionnaire commenté des expressions d'origine latine*, de 2008.
  - 3 Em tradução de Álvaro Luiz Hattner do livro *The art of conversation*, de 1995.

Assim, embora nossos interesses de pesquisa convirjam para o entendimento dos usos do latim no século passado,<sup>4</sup> estamos buscando, inicialmente, seguir algumas intuições para entender, através de diferentes pistas de fontes, alguns aspectos relacionados às práticas, aos discursos e às representações ligadas ao uso do latim no Brasil até o século XIX.<sup>5</sup> Optamos, pois, por, a princípio, olhar para as fontes e buscar respostas para algumas inquietações iniciais:<sup>6</sup> Que latim se leu no Brasil? Quem lia? Por que lia? O que se escrevia em latim? Quem e em quais contextos escrevia? Quem e como se ensinou o latim? Como entendemos seu processo de avanços e retrocessos enquanto objeto de estudo? São, pois, esses os trilhos, iniciais ao menos. Obviamente, pensar nessas questões nos direciona a pensar em diferentes tipos de documentos, em momentos e em cenários. Em outras palavras, nos indagamos se poderíamos pensar em práticas de leitura e de escrita do latim e em que fontes? Ou se poderíamos pensar em discursos e representações e com que fontes (CHARTIER, 1999; CASTILLO GOMÉZ, 2003)?

## PORTAM ITINERI DICI LONGISSIMAM ESSE

*(Dizem que numa viagem o percurso mais longo é o da porta<sup>7</sup>)*

Uma vez estabelecido e aceito que podem ser as práticas, os discursos e as representações os elementos a serem observados, então nos deparamos com o problema das fontes. Castillo Gómez (2003, p. 108-116), num trabalho esclarecedor sobre História da Cultura Escrita, nos adverte que, para a compreensão do significado global do escrito, é necessário reconstruir as conexões entre as suas diferentes materialidades. Para ele, está assim posta a principal referência do que deve ser a área: “a conjunção de três histórias que haviam avançado em paralelo: a história das normas, das capacidades e dos usos da escrita; a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, teria que incluir já); e a história das maneiras de ler” (p. 108)<sup>8</sup>. Para ele, então, a partir

---

4 Nosso projeto de doutorado está voltado para um estudo dos métodos para o ensino de latim publicados no século XX.

5 Neste artigo, nos ocupamos, nesse passeio histórico, do período colonial.

6 Essas questões iniciais referem-se, dado o recorte feito para este artigo, conforme nota 5, à boa parte do período colonial, marcado pela presença jesuítica no Brasil.

7 Expressão que aparece na *De re rustica*, de Varrão (1,2,2), em que adverte que sempre o mais difícil é começar.

8 “La conjunción de tres historias que habían avanzado em paralelo: la historia de las normas, de las capacidades y de los usos de la escritura; la historia de los libros o, más ampliamente, de los

de Roger Chartier, são três as direções a se seguir para se fazer história da cultura escrita: o estudo dos discursos, das práticas e das representações.

Assim postos esses princípios, voltamos à questão da análise da cultura escrita no recorte que estamos propondo em relação ao latim. Desde já, esclarecemos que, quando falamos de cultura escrita, estamos nos referindo a um conceito amplo, que não se refere apenas aos atos de escrever. Por cultura escrita, entendemos as relações entre eventos, tempos, pessoas, suportes e textos escritos, o que inclui as atividades ligadas tanto à produção da escrita, quanto à recepção e à conservação. Em outras palavras, poderíamos revisitar Castillo Gómez (2003, p. 96) quando se refere à cultura escrita como “un fenómeno lleno de matices, objeto de distintos puntos de vista”<sup>9</sup>, cujo estudo inclui:

saber por qué razones se ha hecho uso de la escritura en cada momento y sociedad, conocer la distribución de las capacidades de escribir y de leer, las materialidades de lo escrito, y los distintos lugares, espacios y maneras en los que se há experimentado su recepción y apropiación, en fin, las prácticas de la escritura y de la lectura, es una forma de hacer historia cultural.<sup>10</sup>

Com esses conceitos agora mais delineados, esboçamos alguns nortes iniciais sobre a forma como conduziremos, daqui para frente, o entendimento desses princípios em relação à cultura da escrita do latim no Brasil. Estamos, pois, considerando como *fontes dos discursos*: as leis e diretrizes que regulamentavam o ensino do latim, as indicações dos programas de leitura e das modalidades de textos, as teses e publicações acadêmicas sobre o ensino da língua, sobre a seleção dos textos, as determinações da Igreja e sua relação com a história do ensino da língua e com a manutenção/exclusão de determinadas práticas. Como *fontes das práticas*: os métodos de latim com/sem anotações e indicações de leitura; observação das pistas de não leitura de livros (o livro como objeto de decoração, por exemplo); análise do número de edições de cada obra, dos comentários oficiais sobre obras impressos nos próprios livros; as versões *ad usum* dos textos; as propagandas de

---

textos manuscritos e impressos (y electrónicos, habría que añadir ya); y la historia de las maneras de ler” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 108).

9 “um fenômeno cheio de matizes, objeto de distintos pontos de vista”

10 “Saber por que razões se tem feito uso da escrita em cada momento e sociedade, conhecer a distribuição das capacidades de escrever e de ler, as materialidades do escrito, e os distintos lugares, espaços e maneiras nos quais se há experimentado sua recepção e apropriação, enfim, as práticas da escrita e da leitura, é uma forma de fazer história cultural.”



livros nas edições. E, por fim, como *fonte das representações*:<sup>11</sup> textos em capítulos de livros metodológicos ou em prefácios das obras em que se trata “das utilidades” e “da importância do latim”, observando as representações de sociedade e de formação veiculadas. Dado o recorte estabelecido para este artigo, o latim no período colonial, nos centraremos na análise dos discursos, embora seja possível vislumbrar algumas pistas relacionadas às práticas.

Por enquanto, numa perspectiva mais indiciária (GINZBURG, 1989),<sup>12</sup> e, numa escala temporal, com vistas à observação das formas de acesso aos materiais escritos em latim e de circulação e posse de obras que circularam no Brasil no período aqui considerado, nos debruçamos sobre materiais diversos numa busca de pistas sobre usos sociais do latim em nossas terras: cartas de jesuítas, documentos normativos da Igreja, sermões, biografias, autos de devassa, livros literários, além de nos valermos de estudos acadêmicos sobre história da leitura e dos livros no Brasil, especialmente o de Jorge de Souza Araújo (1999).

Advertimos, desde o início, que estamos desprezando algumas obras de análise histórica, em função de: a) preferencialmente nos atermos, quando possível, a fontes primárias; b) considerarmos, na sequência, obras que se basearam em fontes primárias; c) observarmos que alguns estudos publicados abordam superficialmente questões extremamente complexas, sem seguir os passos *a* e *b*.

## DE NIHILO NIHILUM<sup>13</sup>

(*Nada nasce do nada*) – Os discursos

Olhar e penetrar nos métodos de ensino de latim no século XX (que é a parte central de pesquisa maior em desenvolvimento), observando os elementos ligados ao ler, é uma tarefa que terá melhor sentido se se considera um momento, um registro, como uma sequência, ou em decorrência de outros. Parece-nos, a princípio, lógico. Entender o estado de uma coisa passa por uma etapa de olhar para trás. Então, nos inquieta agora a pergunta sobre os primórdios do latim no Brasil, sobre seu uso, seu significado enquanto língua de cultura. Obviamente, estudar

11 Castillo (2003, p. 112-115) apresenta seu conceito e as possíveis fontes de *representações*. Contudo, embora considere esse estudo “a parte mais suculenta do pastel”, não apresenta muitos exemplos de fontes. No desenvolvimento de nosso estudo, pretendemos desenvolver melhor esse conceito e suas fontes.

12 Utilizamos a tradução para o português de Federico Carotti (1989).

13 Pérsio (3,83 s.) transmite este devaneio de um velho doente que medita: ... *de nihilo nihilum, in nihilum nil posse reverti* (nada nasce do nada e nada pode voltar a ser nada)

as formas e os conteúdos de leitura da língua latina no Brasil e os discursos que, nesses contextos, são produzidos significa não perder de vista a sua relação com a vida escolar, espaço onde a língua é estudada e maior fonte de acesso, pensando em termos ótimos, aos textos nela produzidos. Nessa perspectiva, estamos propondo pensar o longo período que vai do século XVI ao século XX (algo em torno de quinhentos anos) em períodos e fases, com o propósito de não perdermos o foco e de observarmos marcos que nos ajudem a compreender as mudanças de pensamento, que sejam representativos para a história da disciplina. Em nossa proposição de períodos e fases, conforme quadro 1, levamos em consideração algumas propostas feitas pelos historiadores da educação no Brasil, mas teremos, em função das especificidades dos estudos latinos, outros marcos que serão levados em conta. Assim, em alguma medida, seguiremos Mattos (1958) e Saviani (2008), especialmente na divisão que propõem para a história da educação colonial. Na sequência, pois, apresentamos um esboço de nossa proposta provisória de periodização para a história do latim no Brasil. Em seguida, discutiremos cada fase do período colonial, tendo sempre duas linhas de observação: i) os aspectos históricos ligados a cada uma e ii) as pistas e sinais de usos do latim no Brasil por fase.<sup>14</sup>

Certamente, dados os limites deste artigo, não entraremos detalhadamente em cada um dos períodos e fases delineados. Contudo, desde já, torna-se imperativo esclarecer como está sendo concebida a periodização proposta. Trata-se, no estágio de estudos em que estamos, de uma proposta provisória, fruto de nossas intuições, advindas de nosso repertório de conhecimento histórico, e de leituras e estudos realizados sobre o ensino do latim no Brasil. Contudo, nossas primeiras leituras, com o objetivo de revisão do que se disse sobre o assunto, nem sempre serão consideradas, já que estamos levando em conta, como dissemos, a análise de fontes mais diretas, primárias, sempre que possível. Dizendo de outra forma, são as fontes e os dados a que estamos tendo acesso que nos darão maior clareza na definição de uma periodização, ainda que, para efeito de checagem de informação e de contrastes de abordagem, estudos que são considerados clássicos sejam levados em conta. Exemplificando, diríamos que, num primeiro momento, fomos seduzidos a considerar todo o período jesuítico como um único período, algo, então, em torno de mais de duzentos anos: da chegada em 1549 até sua expulsão em 1759, por decisão do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal. Observando, contudo, as fontes que utilizamos para o período, tendo sido as principais os três

---

14 Desde já, seguindo Domingues (2002, p. 12-13), ao admitir a possibilidade de “ser acusado de excesso de citações”, advertimos que, principalmente ao tratarmos de fontes históricas consideradas primárias, preferiremos citá-las diretamente, dando abertura para outras leituras que não apenas a nossa, uma forma de dar voz às fontes.

volumes de *Cartas* dos jesuítas, as *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* e o *Ratio Institutio Societatis Iesu* (doravante *Ratio Studiorum*), concluímos, inicialmente, que estávamos diante de dois períodos distintos: um em que, no Brasil, prevaleceu um plano de estudos concebido e dirigido por Nóbrega (de 1549 a 1599), com características bem próprias, em função da atenção às particularidades da situação colonial brasileira; o outro, com a promulgação do *Ratio Studiorum*, um plano de estudos de caráter geral, porque destinado a todos os colégios jesuíticos em qualquer lugar do mundo. Uma análise mais apurada posteriormente – e agora pensando com Saviani (2008) – nos fez considerar esses dois marcos como um único período mesmo, dadas as suas macro-características, relacionadas à ação jesuítica, mas subdividido em duas fases, conforme se vê no quadro proposto anteriormente. Neste artigo, nos propomos analisar essas duas fases do período chamado “O latim no período do monopólio da vertente religiosa no Brasil”, conforme designação de Saviani.

PERÍODOS	FASES	CARACTERÍSTICAS
<b>Monopólio da vertente religiosa</b>	<i>Fase heroica</i> 1549 – Chegada dos primeiros jesuítas 1599 – Promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> <sup>15</sup>	Fase marcada por uma “pedagogia brasileira”, organizada por Nóbrega
	<i>Fase institucional da pedagogia jesuítica</i> 1599 – Promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> 1759 – Decreto de Pombal expulsando os Jesuítas	Marcada pela promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> , por orientações de caráter institucional e geral da Ordem dos Jesuítas
<b>Coexistência da vertente religiosa e da vertente leiga</b>	<i>A pedagogia pombalina</i> 1759 – Decreto de Pombal 1834 – Consolidação do ensino secundário	Mudanças no quadro do ensino de latim com a abertura de espaço para ideias inspiradas no laicismo
	<i>Novas demandas decorrentes da emancipação do país</i> 1834 – Consolidação do ensino secundário Início do séc. XX Amadurecimento e desenvolvimento de cursos superiores	Desenvolvimento dos estudos secundários, circulação de ideias e de livros e criação e consolidação de cursos superiores fazem do período um período de transição para os estudos latinos

15 Utilizarei a designação masculina “o” *Ratio* em função de esse uso encontrar-se generalizado entre nós, por uma tradução de *Ratio* por *Plano*. Contudo, a palavra latina *ratio* é feminina.

<b>Avanços e retrocessos</b>	<i>Crescimento de oferta</i> 1942 – Lei de Capanema 1961 – Aprovação da 1ª LDB	Período de vitalidade dos estudos latinos e de volume de publicações na área
	1962 – 1ª LDB 1996 – LDB de 1996	Retirada do ensino do latim de quase a totalidade dos cursos secundários
<b>Período heroico redivivo</b>	<i>Exclusivismo acadêmico no sistema público</i> 1996 – LDB Atual – Revitalização	Facultado o ensino de latim nos cursos superiores pela nova LDB (1996), seu ensino se mantém em instituições públicas, com pequenos e crescentes grupos de estudiosos

Quadro 1: Proposta provisória de periodização para a história do latim no Brasil<sup>16</sup>

## 1 Período: o latim no período do monopólio da vertente religiosa no Brasil

### *Fase I: “Fase heroica” – de 1549 a fins do século XVI*

Poderíamos dizer, não fosse o caráter episódico da ação, que uma primeira fase do latim no Brasil começa com a celebração da Primeira Missa pelo Frei Henrique de Coimbra. Certamente é o primeiro contato da língua com os povos aqui existentes, ao menos em sua versão eclesiástica.<sup>17</sup> Contudo, é apenas em 1549,<sup>18</sup> com a chegada dos primeiros jesuítas<sup>19</sup> e com a criação do primeiro estabelecimento de ensino, que poderíamos iniciar um período a ser observado, dado o seu caráter estável. Segundo Faria (1941, p. 71; 1959, p. 81),<sup>20</sup> Frei Vicente Rijo inicia o ensino

16 Os marcos para uma história do latim no Brasil, dado o seu maior uso no contexto escolar, ou, como diz Peter Burke (1995), no domínio acadêmico, terminam por refletir demarcações da historiografia oficial.

17 Saviani (2008, p. 39-40) cita outras presenças anteriores a 1549: i) Além do Frei Henrique de Coimbra, mais sete missionários franciscanos estiveram no Brasil no período, ficando em nossas terras em ações evangelizadoras até 2 de maio de 1500, junto à frota de Cabral; ii) Em 1503 ou 1516 vieram ao Brasil (Porto Seguro) mais dois frades franciscanos, que dois anos depois foram assassinados pelos índios; iii) Junto à armada de Martim Afonso de Souza, mais um grupo em 1534; iv) Em 1537, cinco franciscanos espanhóis desenvolvem obra catequética junto aos índios Carijós na Região Sul do Brasil.

18 Chegada da expedição de Tomé de Souza.

19 Padres Manuel da Nóbrega, João de Azpilcueta-Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e Irmãos Diogo Jácome e Vicente Rijo Rodrigues. Leonardo Nunes e Diogo Jácome enviados aos “Ilheos” e Porto Seguro. Navarro e Pires às aldeias da Bahia (*Cartas avulsas*, p. 21).

20 Ernesto Faria publicou, em 1941, o livro “O latim e a cultura contemporânea”, apresentando, no capítulo X, algumas reflexões sobre o ensino de latim no Brasil. Em 1959, publica “Introdução à Didática do Latim”, em que retoma boa parte do livro de 1941. Como não há alteração na abordagem histórica do Latim no Brasil (apenas a mudança para o capítulo VII, na edição de 1959), passaremos a citar, daqui para frente, apenas a edição de 1959.

primário entre colonos e indígenas e se dedica a essa tarefa por mais de cinquenta anos. Nessas escolas, além do ensino de leitura, escrita, contas, doutrina cristã e canto, também se ensinavam “os primeiros rudimentos da língua latina e orações e cânticos religiosos em latim” (1959, p. 81).

Com o plano de instrução elaborado por Nóbrega, temos a primeira fase da educação jesuítica: português para os indígenas, depois a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, canto orfeônico e música instrumental (essas duas últimas opcionais); os estudos de *gramática latina* representavam a sequência desses estudos e se destinavam aos que pretendiam realizar estudos superiores na Europa, na Universidade de Coimbra (SAVIANI, 2008, p. 43).

Desse período, em que se fundam a primeira escola regular da Bahia (1551) e as escolas de Piratininga (1554), de São Vicente e do Espírito Santo (ambas em 1556), uma das figuras de destaque é Anchieta,<sup>21</sup> um dos fundadores da Escola de Piratininga, onde ensinava latim, português, espanhol, tupi e religião. Nesse sentido, para Faria (1959, p. 82), Anchieta foi o primeiro humanista das Américas: escrevia com facilidade e fluência essas quatro línguas e compunha hinos, cânticos religiosos, diálogos, mistérios, autos, cartas e a história da Companhia de Jesus no Brasil (*Brasilica Societatis Historia et vita clarorum patrum qui in Brasilia vixerunt*).

Ainda no período, surge o primeiro ensaio de um curso secundário sob a responsabilidade dos jesuítas, em que se dava uma atenção especial ao latim. Trata-se do chamado “Curso Intermediário” ou das “Artes”, que era frequentado pelos filhos das “melhores famílias” da colônia. Os que se formavam nesses cursos recebiam o grau de *mestre em Artes*, que seria, segundo Faria (FARIA, 1959, p. 82), o “equivalente colonial do nosso bacharel em letras”. Os alunos mais aptos e com mais recursos, ao término deste curso, iam estudar Teologia e se dirigiam ao seminário. No volume III das *Cartas Jesuíticas*, Afrânio Peixoto, em Introdução, mostra o envolvimento de Anchieta com a latinidade e com a formação dos mais velhos que vieram ao Brasil: “o bom Padre Manuel de Paiva, um dos fundadores de S. Paulo e outros, foram, em S. Paulo, alunos de latim do irmão Joseph de Anchieta”: “o primeiro nestas partes”<sup>22</sup> (*Cartas Jesuíticas III. Cartas... Joseph Anchieta S. J. 1554-1594*, p. 25).<sup>23</sup>

21 Chega a 13 de julho de 1553, na terceira missão jesuítica, junto ao 2º Governador Geral D. Duarte da Costa. Para essa missão, chegam os padres Luís da Grã, Brás Lourenço e os Irmãos João Gonçalves, Antonio Blasquez, Gregório Serrão, além de Anchieta (*Cartas Avulsas*, p. 25)

22 Afrânio Peixoto faz uma citação do Padre Pedro Rodrigues, biógrafo de Anchieta.

23 Estamos utilizando a edição de 1933: CARTAS JESUÍTICAS III. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta S.J. (1554-1594)*. Daqui para frente citaremos essa obra como *Cartas Jesuíticas III*.

No seminário,<sup>24</sup> segundo Faria (1959, p. 82), as aulas eram dadas em latim, obedecendo à tradição jesuítica, o que nos direciona a uma interpretação de usos orais da língua em contextos de instrução. Sobre isso, trataremos mais à frente.

Evidentemente, qualquer tipo de inserção no mundo da população local era de difícil engenho, dadas as dificuldades decorrentes de contatos de diferentes ordens: cultural, linguística, religiosa. A instrução seria, pois, um meio de se chegar à conversão, não só religiosa, mas, em seu bojo, uma conversão também para os costumes e os valores da cultura europeia. Então havia a necessidade de um pensamento estratégico. A fundação do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia – e posteriormente a do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente – foi a consequência da estratégia de Nóbrega para a organização do ensino: atrair os “gentios” agindo sobre as crianças. Não é à toa a chegada de meninos órfãos vindos de Lisboa, já que, através da mediação dos meninos brancos, havia a intenção de atrair os meninos índios para que pudessem influenciar seus pais, principalmente os caciques. Era uma forma de converter toda a tribo para a fé católica<sup>25</sup> (SAVIANI, 2008, p. 43).

O plano de Nóbrega, levado de forma precária e encontrando na própria Ordem jesuítica alguma oposição, será substituído pelo “plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum*” (SAVIANI, 2008, p. 43).

#### Usos do latim na fase heroica

Para entendermos a configuração do latim no período, é preciso que levemos em conta o momento de prestígio cultural reservado à língua. Era o latim naquele momento a língua da cultura, do pensamento científico e que tinha a Igreja como uma espécie de sua detentora. Evidentemente, a Igreja, que vinha de uma tradição secular de uso da língua em sua escrita literária e em seus processos e formalidades litúrgicas, tinha um papel fundamental. Basta nos lembrarmos que, após os grandes períodos da produção literária clássica e pós-clássica, com o desenvolvimento do Cristianismo, serão os padres da Igreja que irão produzir toda uma literatura cristã, apologética, filosófica, em língua latina. A literatura, até então variada em seus estilos, gêneros e temas, passa a ser uma literatura monotemática, voltada para a exaltação cristã.

24 Também para Faria (1959, p. 82), o seminário era o “único estabelecimento de ensino superior por esta ocasião existente no Brasil”.

25 Saviani se refere a uma pedagogia Brasílica, “uma pedagogia formulada e praticada sob medida para as condições encontradas pelos jesuítas nas ocidentais terras descobertas pelos portugueses”. Seriam os expoentes dessa pedagogia “Nóbrega e Anchieta, secundados por Leonardo Nunes, Antônio Pires, Azpilcueta Navarro, Diogo Jácome, Vicente Rijo Rodrigues, Manuel de Paiva, Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Lourenço Braz, Ambrósio Pires, Gregório Serrão, Antonio Blasques, João Gonçalves e Pero Correia”.

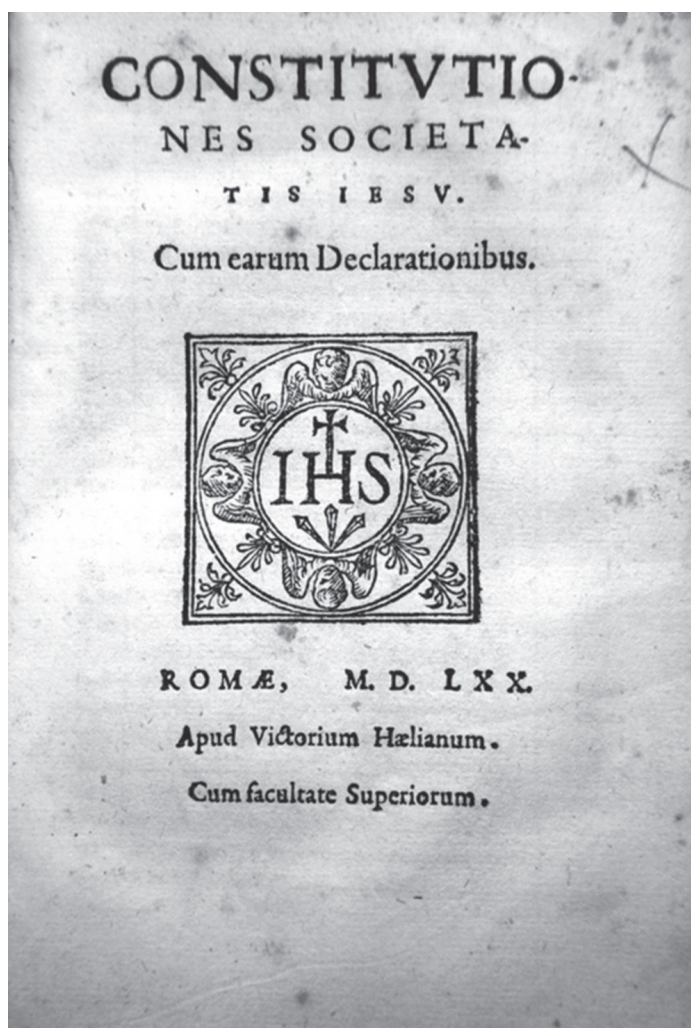


Figura 1: Frontispício do livro  
*Constitutiones Societatis Iesv. Anno 1558*

Ernesto Faria (1959, p. 82) também nos lembra sobre a importância do latim no período. Para ele, “a matéria que era ensinada com mais carinho e que reclamava as maiores atenções era o latim, língua internacional da ciência e em grande parte da diplomacia e dos tratados, além de litúrgica e oficial da Igreja Católica.” Conforme vimos, o próprio Faria adverte quanto aos usos orais da língua em contextos avançados. É o que se pode ver também nas *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* (doravante *Constituições*).<sup>26</sup> Na norma 381, a obrigação

26 Segundo Serafim Leite, quando os jesuítas chegaram ao Brasil para o início de seu trabalho, ainda não estavam finalizadas as Constituições da Companhia de Jesus. Daí a ida à Europa, em 1554,

é imperativa para os que frequentam os cursos humanísticos, que deverão falar habitualmente em latim, devendo decorar tudo o que for indicado pelos professores. Na mesma norma, a indicação de que um dos alunos mais adiantados deveria fazer um sermão, “em latim ou em grego, sobre um tema edificante...” (p. 129). O tema volta na norma 456, indicando a exigência para os alunos das faculdades superiores: “[Os professores] levarão também os que estudam humanidades a exercitar-se na fala habitual do latim, a fazer composições literárias e a declamá-las corretamente” (*Constituições*, 456, p. 142).

Nas *Normas sobre os bons costumes*, delimita-se a periodicidade semanal para declamações feitas por um estudante, como forma de exercitar o estilo e de incentivar os bons costumes, tratando de assuntos edificantes para que os ouvintes se sintam convidados a querer progredir na pureza e na virtude. E se diz: “E deverão estar presentes todos os que entenderem latim”. Um episódio relacionado a essa norma das *Constituições* aparece em uma das cartas (XXXI) de Anchieta, conhecida como “Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta província brasílica”,<sup>27</sup> escrita em 1584. Anchieta narra sobre a vinda do Padre Visitador ao Colégio, tendo sido recebido com alegria e entusiasmo, com o pronunciamento de três discursos pelos Irmãos: “um na lingua portuguesa; outro na brasílica; finalmente, outro, na latina. (*Cartas Jesuíticas III*, Carta XXXI, p. 404).

Saber latim então parecia mesmo uma exigência, especialmente aos cursistas dos níveis mais avançados. Na norma 461, mais uma vez, a ênfase em relação à necessidade de saber latim: “Pode acontecer que alguém, pela idade e talento, não precise senão de latim, e das outras matérias só na medida em que são indispensáveis para a audição de confissões e para as relações com o próximo (*Constituições*, p. 143).

Obviamente, as *Constituições* também previam as dificuldades de se cumprir esta norma dadas as características regionais das localidades onde se encontravam missões da Ordem, como deve ter sido o caso brasileiro em seus primeiros momentos:

Se as circunstâncias do lugar, do tempo, ou das pessoas, pedirem alguma alteração quanto aos exercícios de repetições, discussões escolares, e de falar latim, deixa-se a decisão ao discernimento do Reitor com a autorização, ao menos geral, do seu Superior (*Constituições*, 382, K, p. 129)

---

do Pe. Leonardo Nunes: trazer as *Constituições* (em vigor desde 1552), que só chegam a nossas terras em maio de 1556.

27 Província de São Vicente.



Nessa mesma linha de exceções, ao reconhecer a necessidade de se ler latim e grego, em função de serem as línguas em que se encontram grande parte das fontes das ciências sagradas e documentais eclesiásticas, a norma 86 informa: “**Onde for possível**, aprendam latim e grego, ou pelo menos obtenham a preparação e os conhecimentos suficientes para entender e empregar com facilidade” tais fontes (*Constituições*, p. 264, grifo nosso).<sup>28</sup>

As *Constituições*, pensadas para a Companhia como um todo, certamente encontraram realidades e povos distintos. E, entre aberturas e fechamentos do texto inaciano, havia a possibilidade de algumas adaptações, especialmente iniciais. Não é difícil pensar que todas as normas não foram aplicáveis igual e indistintamente em cada missão jesuítica.

Discutindo o funcionamento das primeiras manifestações teatrais no Brasil, Serafim Leite (1938, p. 600) reconhece que, apesar das normas que exigiam o uso do latim, a tragédia do *Rico Avaro e Lázaro Pobre* deve ter sido em português. Segundo ele, “se fosse em latim, não se explicariam as conversões retumbantes, que produziu, e o agrado de todos”. Na visão de Serafim Leite, as peças escritas em latim só vão aparecer mais tarde, como aplicação escolar dos estudos humanísticos, tendo sido a preferência inicial por peças em português, tupi e castelhano, o que justificaria, a seu ver, a ausência do tema *representações* nas correspondências do fim do século, uma forma de não mostrar a desobediência às normas romanas, e uma desobediência fruto da dificuldade de pô-las em prática (SERAFIM LEITE, 1938, p. 600).

Continuemos, então, a pensar nos usos do latim no Brasil. Lemos, com Saviani (2008), sobre a chegada dos meninos órfãos vindos de Lisboa, que terá como decorrência a fundação dos Colégios dos Meninos de Jesus (inicialmente na Bahia e depois em São Vicente). Era, como vimos, uma forma de atrair os “gentios” agindo sobre as crianças, estratégia de Nóbrega para a organização do ensino. Serafim Leite (1938, p. 547), no tomo II da sua célebre *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ao narrar sobre as relações desses meninos órfãos com meninos indígenas e seus pais, nos dá mostra do uso de cantigas na língua da terra. Para ele, “as cantigas eram aperitivos para manjar mais sólido” (SERAFIM LEITE, 1938, p. 547), ou seja, eram uma forma de se chegar às orações e, conseqüentemente, à doutrina cristã. Assim, citando um *Post Scriptum* à carta dos Meninos Órfãos, de 5 de agosto de 1552 (*Epistolae Brasilienses 1550-1660*),<sup>29</sup> mostra o uso de fórmulas mnemônicas em latim, repetidas em orações:

---

28 Todos os grifos em citações das *Constituições* são nossos.

29 Não tivemos acesso a essa fonte citada por Serafim Leite, daí a sua não inclusão nas Referências.

Não tardou que, unidos todos êstes meninos da metrópole e da colônia, entrassem pelas Aldeias dos arredores e ensinassem aos Índios adultos o seguinte: “Paixão de Nosso Senhor, Mandamentos, Pater-Noster, Credo e Salvè-Rainha em sua língua. De maneira que os meninos em sua língua ensinam os pais e os pais vão com as mãos postas atrás dos seus filhos, cantando ‘Santa Maria’, e êles respondendo: *ora pro nobis*” (p. 547, grifo nosso).

Certamente, os usos do latim nesse período, pela população local, estão circunscritos a essas fórmulas, em cantigas e orações. No “Annual do Brasil para a província Toledana e Aragoneza, do ano de 1567”, uma carta escrita em 1568 pelo Padre Francisco Gonçalves, em Salvador, vê-se uma citação de cântico em latim pelos “moços da escola”: “Costumam ajuntar os moços da escola em um lugar ou juntar-se pelas manhãs cedo em a igreja a louvar a Deus, resando o hymno *Dominus creator*” (*Cartas Jesuíticas II – Cartas Avulsas - 1550 – 1568*, p. 496).<sup>30</sup>

Sem dúvida, as condições de acesso ao latim eram diferenciadas. Deveriam viver na colônia, além da população local, colonos portugueses e estrangeiros, alguns com conhecimentos anteriores de latim, outros aprendendo-o nas terras brasileiras. Nos *Fragmentos Históricos*, em *Cartas Jesuíticas III*, de Anchieta, temos notícia do francês Joannes de Bolés, um conhecedor de língua, incluindo a grega e a latina: “homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege” (p. 312). Segundo Anchieta, o “Senhor de Boulez” ou Bolés, como era conhecido, “com medo de Villegaignon que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para S. Vicente nas canoas dos Tamoios que iam lá á guerra com título de os ajudarem”. Se, por um lado, Bolés é citado como conhecedor de latim, por outro, podemos também observar, no registro do depoimento de Anchieta, em 22 de abril de 1560, no processo movido contra Bolés, um deslize do escrivão ao escrever uma palavra na língua. Para a palavra latina *nihil* (nada), o termo registrado pelo escrivão foi “nichel” (VIOTTI, 1990, p. 84). A edição posterior do depoimento corrige o lapso do escrivão: “E prometeu dizer a verdade. E perguntado pelo costume e coisas dele, disse *nihil*. [...] E o assinou aqui com o dito vigário. E eu Antônio Rodrigues de Almeida, que o escrevi.”

Evidentemente, ainda, pensando em termos de cultura escrita, o contato com o texto latino se dava também através das leituras feitas pelos jesuítas às classes de alunos. Afrânio Coutinho, na Introdução ao volume II das *Cartas Avulsas*, surpreende-se com a possibilidade: “Estuda-se latim, musica, logica e, até a ‘Eneida’ de Vergilio, um irmão lente lê e commenta em classe” (p. 13). Indo diretamente às fontes, na Carta LIV (de 1564), do Padre Antonio Blasquez, escrita no “Collegio da

30 Nas demais citações desse volume de cartas, utilizaremos a designação *Cartas Avulsas*.

Bahia de Todos os Santos” para Portugal, cita-se o Padre Luís Carvalho, conhecido como “latino”, pelos padres, dada a sua desenvoltura com a língua: “... lê o irmão Luis Carvalho pela manhã uma hora de poesia do **livro 2 da Eneida** aos mais adiantados”. Em seguida, dado o assoberbamento de trabalho do padre, a carta faz a solicitação de mais “latinos”: “... esperando que V. Revma., vendo esta falta, se resolva a mandar-nos dessa provincia alguns Irmãos **latinos** que ajudem aquelles que pouco podem” (*Cartas Avulsas*, p. 428-429).<sup>31</sup>

O tema da falta de “latinos” já havia aparecido na carta LIII, de 1564, do mesmo Padre, na Bahia, para o Padre Provincial de Portugal:

Uma só cousa tem posto nesta obra difficuldade, que é tirar um Padre que está em casa que lê grammatica, para o permudar a Pernambuco [...] vendo V. Rvma. esta necessidade, nos mandará alguns Irmãos latinos que possam supprir estas necessidades, assim deste collegio como de Pernambuco (p. 415).

Aqui e acolá, nas *Cartas*, há sempre o anúncio de envios de padres a outras regiões, dada a necessidade de professores de latim. Na carta XLVIII, do Padre Leonardo do Valle e endereçada aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em S. Roque, o tema já aparecia em data anterior às que já citamos, 1562. Nesse caso, perde-se um professor, mestre de latim, em uma região, para que aprenda a gramática da terra, em outra:

O padre Viegas está presente neste collegio [da Bahia], onde **ajuda as confissões e lê a classe de latim**, de que até agora teve cuidado o padre Jorge Rodrigues, que o dia que leixou a classe o mandaram pera Santo Antônio e assi lhe quiz Nosso Senhor conceder effectuarem-se seus fervores e desejos que **tinha de ser antes discípulo de grammatica da terra que mestre nest’outra** (*Cartas Avulsas*, p. 356-357, grifos nossos).

Do volume dedicado especialmente às suas missivas (*Cartas Jesuíticas I. Manuel da Nóbrega. Cartas do Brasil 1549 – 1560*),<sup>32</sup> na Carta X, enviada ao Padre Provincial de Portugal, em 1552, aparece o seu encanto com dois meninos – aos quais se refere como “primícias desta terra” que “serão muito para a Companhia” – e sua indicação para os estudos do latim no país. Era uma forma de, posteriormente, se ordenarem e retornarem para ajudar “aquelles que pouco podem”: “... e não ha cá mais que aprender, e mandava-os para aprenderem lá virtudes um

31 Todos os grifos às citações de trechos das *Cartas Jesuíticas I, II e III* são nossos.

32 Nas demais citações relacionadas a esse volume de cartas, utilizaremos a designação *Cartas Jesuíticas I*.

anno e **algum pouco de latim, para se ordenarem como tiverem idade...**” (*Cartas Jesuíticas I*, p. 131, grifos nossos).

O tema é, de fato, recorrente nas missivas. Em Anchieta, na Carta de Piratininga, escrita na Casa de S. Paulo, em 1554, também aparece a dificuldade com a falta de mestres de latim: “... **apenas um sabe a lingua latina**; como, pois, bastará para acudir-se a tal e tanto trabalho?” (*Cartas Jesuíticas III*, p. 49, grifos nossos). Também em Anchieta, nos *Fragmentos históricos*, Carta XXXVI, p. 484, ao falar sobre o Padre Manuel de Paiva, vimos a dificuldade em relação à obediência a preceitos das *Constituições* quanto ao exame com os clérigos. O Pe. Paiva teria entrada já velho na Companhia e “não sabia muito latim, cousa de que naquele tempo se fazia pouco caso”.

Em função do exposto, mantemos a designação “Período heroico”, dada por Mattos (1958) e Saviani (2008) para a fase que estamos analisando. Heroico, no sentido de representar esforços grandiosos para a instrução, ainda que o objetivo por trás dela tenha sido a catequese.

O conhecimento desse período se dá, em grande medida, pelo contato com textos escritos pelos jesuítas, especialmente as suas cartas oficiais e seus documentos normativos, conforme nossas análises feitas até então. Estamos, pois, numa atividade metalinguística, de uma leitura e escrita sobre a leitura e a escrita naquele período. A língua latina, então, aparece como a grande estrela da constelação jesuítica; além do uso para a instrução e nos contextos que apresentamos, materializa-se nos textos epistolográficos oficiais por eles escritos e em seus documentos normativos. Poderíamos falar, então, considerando essas últimas perspectivas de possibilidade de escrita, numa atividade metalinguística jesuítica: um documento normativo em latim em que se trata dos usos imperativos da língua latina, conforme as orientações que se seguem das *Constituições* sobre o envio de cartas:

Para que as notícias da Companhia possam comunicar-se a todos, proceder-se-á da seguinte maneira: os que em diversas casas ou colégios dependem do Provincial **escreverão todos os quatro meses uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação, e outra em latim do mesmo teor**. Enviarão uma e outra em duplicado ao Provincial. Este mandará ao Geral um dos exemplares em latim e outro em vernáculo, ajuntando uma carta sua a contar os fatos importantes ou edificantes omitidos nas primeiras. Do mesmo exemplar tirará tantas cópias quantas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província. (*Constituições*, 675 M, p. 192)

Nesse sentido, o talento de Anchieta logo se destaca. Versado em quatro línguas (tupi, latim, português e castelhano), torna-se uma indicação para a escrita

das cartas quadrimestres, exigidas pelas *Constituições*. Na Introdução ao Volume III das *Cartas Jesuíticas*, em que aparece um artigo de Capistrano de Abreu, do *Jornal do Rio*, de 31 de agosto de 1927, são afirmadas essas características do jesuíta, tendo sido professor de primeiras letras e de latim, inclusive ensinando irmãos e sacerdotes, como o fez ao superior da missão, o Padre Manuel de Paiva. Além disso, salienta-se o trabalho noturno de Anchieta na cópia dos livros, dada a falta de material de ensino de que pretendemos tratar mais à frente (*Cartas Jesuíticas* III, p. 12).

O conhecimento das quatro línguas das quais falamos antes permite a Anchieta o experimento de produção literária em todas elas: o tupi, o português, o castelhano (sua língua materna) e, de nosso interesse aqui, o latim. Acompanhando Nóbrega em Iperoig (atual Ubatuba), para o auxiliar na comunicação com os índios e na tentativa de controlar o clima hostil entre os moradores de São Vicente e os Tamoios, e, depois feito refém enquanto as negociações prosseguiram com Nóbrega, Anchieta “fez voto de consagrar á Virgem se conseguisse atravessar incolume as tentações da carne” (*Cartas Jesuíticas* III, p. 13) um poema em latim. É, então, a partir desse episódio em Iperoig, que nasce o poema latino, escrito em terras brasileiras, *De beata Virgine Dei Matre Maria*; na areia da praia, pois estava “em terra alhea, onde nam tinha livros, nem papel, nem tinta, né penna [...], compunha os versos, & logo virando-os á praia, fazia della branco papel, em que os escrevia, pera melhor metellos em memoria” (VASCONCELLOS, 1672, p. 87).<sup>33</sup> Segundo Vasconcelos, tendo retornado para casa, Anchieta passou para o papel o poema: “começou à desemrolar daquelle thezouro felicissimo de sua memoria” (p. 97), reescrevendo os 4.172 versos em dísticos. Analisando, a dedicatória feita à Virgem, Vasconcelos, em tom laudatório, diz que “he digno compararse nosso Poeta, com qualquer dos melhores da antiguidade” (p. 99).

Esse contexto de escrita e relações com textos da Antiguidade nos direciona, agora, a pensar sobre as formas de relação com o livro, com os escritos em latim e suas condições de leitura. Tomaremos, inicialmente, como ponto de partida, as próprias reflexões dos jesuítas em suas cartas sobre a circulação dos livros. No Livro I, da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* (doravante *Chronica*),<sup>34</sup>

33 Padre Simão de Vasconcelos, um dos muitos biógrafos de Anchieta, com a obra: *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tãvmatvrgo do Novo Mundo, na prouincia do Brasil*. O poema, em latim, está transcrito na obra.

34 *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. Tomo Primeiro (e único). 2ª ed. coorrecta e augmentada. Vol. I. Com Prothesto do author, datado de 1662. Edição primitiva, 1663. Livros Primeiro e Segundo – Das notícias antecedentes, curiosas, e necessárias das cousas do Brasil. Livros Primeiro e Segundo da Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil.

temos disso notícia, mais uma vez, agora pelo Padre Simão de Vasconcelos que cita as dificuldades em relação ao acesso aos livros para a instrução, tantos para os Irmãos da Companhia, quanto para os estudantes brancos e mamelucos das vilas circunvizinhas. Era Anchieta quem “lia a classe” de *Grammatica* e quem conduzia os discípulos nessas condições adversas: “O trabalho era excessivo: ainda naquele tempo não havia nestas partes copia de livros, por onde pudessem os discipulos aprender os preceitos de Grammatica” (p. 90). Aqui, em Vasconcelos, aparece a narração, que mencionamos anteriormente, sobre os esforços de Anchieta para “remediar” a falta dos livros:

Està grande falta remediava a charidade de Joseph à custa de seu suor, e trabalho, escrevendo por propria mão tantos quadernos dos dittos preceitos, quantos erão os discipulos que ensinava; passando nisto as noites sem dormir, porque os dias occupava inteiras nas obrigacões do officio: e acontecia não poucas vezes romper a manhã, e achar a Joseph com a penna na mão. (p. 90)

O Pe. Simão de Vasconcelos narra, assim, sobre as obras dos também jesuítas de tempos passados. Folheando, então, uma fonte mais direta, percebemos em Nóbrega, no ano da sua chegada junto aos demais jesuítas, a preocupação com o pedido de livros ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, em carta de 9 de agosto de 1549, portanto depois de pouco mais de quatro meses nas terras brasileiras.<sup>35</sup> Junto ao pedido de “ferramenta de carpinteiro” para Antônio Pires e de sementes para Vicente Rodrigues, “porque é ermitão”, Nóbrega solicita livros em seu nome e no nome do Padre Navarro: “o padre Navarro e eu, os livros, que já lá pedi, porque nos fazem muita mingua para dúvidas que cá há, que todas se perguntam a mim” (p. 87).

De modo célere para a época, os livros chegam às mãos de Nóbrega cerca de cinco meses depois, uma vez que, em carta de 6 de janeiro de 1550, de Porto Seguro, para o Pe. Simão Rodrigues, ele o registra, informando, ao destinatário de sua missiva, que o que constava em sua carta de envio dos materiais havia chegado, “isto é, duas caixas com os livros e ornamentos para as egrejas, os quaes eram muito necessários, porque com a ajuda do Senhor se farão egrejas em muitos logares” (p. 111). Entre as solicitações de livros, é também Serafim Leite quem nos aponta um pedido, datado de 1555, do Pe Grã, da Bahia, que solicitava livros de texto, para os iniciantes e para os adiantados (p. 542).

---

35 Nóbrega e companheiros jesuítas saem de Lisboa, junto a Tomé de Souza, em 1º de fevereiro de 1549 e, depois de sessenta e seis dias de viagem, segundo Vasconcellos, chegam à Bahia. Na Carta I, de Nóbrega, ao Padre Mestre Simão, a data da chegada à Bahia é 29 de março de 1549.

Certamente, também viriam obras traduzidas. Segundo Serafim Leite (1938, p. 541), “o Padre João Vicente Yate pediu, em 1593, várias obras em inglês, latim e espanhol”. Serafim Leite cita ainda o Irmão Pero Correia, que, em 1553, pedia livros em “linguagem” (p. 541), explicando a razão de sua insistência: “‘Porque não sou latino’, isto é, porque não posso utilizar livros em latim, que não compreendo” (SERAFIM LEITE, 1938, p. 541).

Para vislumbramos os contatos com a língua latina nesse momento, é preciso pensarmos sobre as edições dos clássicos latinos feitas no período.<sup>36</sup> Nesse sentido, Domingues (2002), em tese de doutoramento defendida na Universidade do Porto, toma como objeto de análise em parte de seu trabalho as antologias de autores latinos organizadas e/ou adotadas pelos jesuítas. O *corpus* documental com que trabalha Domingues é estruturado a partir de seletas de textos latinos clássicos utilizadas pelos docentes da Companhia de Jesus em suas aulas: algumas designadas por *sylva*, termo latino para *floresta*, *selva* e, por extensão, *coleção*, *miscelânea*, que, segundo o pesquisador, foram organizadas pelo jesuíta Cosme de Magalhães; outras, já sem designação, que também são antologias organizadas segundo a própria orientação da Companhia (CARVALHO, 1986 apud DOMINGUES, 2002). Entre as edições preparadas *ad hoc*, constam trechos das seguintes obras latinas:<sup>37</sup>

De Ovídio:	<i>Metamorfoses, Heroides, Amores, Arte de Amar e Remédios do Amor; Os Fastos, Tristium, De Ponto, “sentenças” destinadas à memorização</i>
De Terêncio:	<i>Ândria, Eunuco e Heautontimorúmenos; “Prólogos”</i>
De Plauto:	<i>Cativos, Estico, Aulularia, Trinumus,</i>
Tíbulo e Propércio:	<i>Alguns poemas</i>
Cícero:	<i>Vários discursos, Tusculanas, Epístolas, “Paradoxos”</i>
Salústio:	<i>Conjuração de Catilina</i>
Quinto Cúrcio:	“Texto”
Marcial:	<i>Epigramas selecionados</i>
Sêneca:	<i>Tiestes, As Troianas, Hercules Furens e Medeia</i>
Floro:	<i>De Gestis Romanorum</i>

36 Estou adotando o conceito de “clássico” conforme a abrangência que o termo tem em Aulo Gélío (*Noites Áticas*, XIX, 15), que se refere a *scriptor* como *classicus* em função da correção de sua linguagem, o que o torna modelo de latinidade. Ver também Silva (1988, p. 505); Domingues (2002, p. 8); Cairus (2011, p. 125).

37 Estou indicando aqui os títulos da forma como foram apresentados por Domingues (2002).

Plínio:	<i>História Natural</i>
Tito Lívio:	<i>História Romana</i>
Juvenal:	<i>Sátira</i>
Estácio:	<i>Silvas</i>



Figura 2: Frontispício do livro

*Sylva Diversorum auctororum, qui ad usum scholarum selecti sunt*, 1587



Figura 3: Frontispício do livro

*M. Accii Plauti, Comoediae Quatuor. Aulularia, Captivi duo, Stichus, Trinummus*, 1568

Nas antologias,<sup>38</sup> estão, pois, representados grandes nomes da prosa e da poesia latinas, tendo ficado de fora dois de seus maiores nomes: Horácio e Virgílio. Para Domingues, a ausência desses poetas não significa a ausência de sua leitura, uma vez que no currículo do *Ratio Studiorum* são indicadas as *Éclogas* de

38 Domingues analisou as seguintes antologias do século XVI: *Sylvae variorum auctorum, qui inferioribus classibus idonei sunt, tomus secundus*. Lisboa, 1593; *Ovidii Nasonis, Fastorum lib. VI, Tristium lib. V, De Ponto lib. IIII*. Lisboa, 1575; *Sylvae illustrium auctorum, qui ad usum collegiorum Societatis Jesu selecti sunt, volumen primum*. Lisboa, 1588 (contém na mesma encadernação: *Sylvae diversorum auctorum solutae orationis, qui ad usum inferiorum classium selecti sunt liber primus e liber tertius in quo continentur nonnulla opuscula ex philosophia Cic. et diversis historiarum auctoribus collecta, quae mediis classibus inservire possunt*); *M. Val. Martialis Epigrammaton selectorum lib. XIII*. Coimbra, 1569; *Epistolarum selectarum Ciceronis libri 3*. Lisboa, 1566; *M. Accii Plauti comoediae quatuor: Aulularia, Captivi duo, Stichus, Trinummus*. Coimbra, 1568; *L. Annei Senecae Cordubensis tragoediae duae*. Coimbra, 1559 [*Tiestes e As Troianas*]; *L. Annei Senecae Cordubensis tragoediae duae: Hercules Furens et Medea*. Coimbra, 1560; *L. Flori De Gestis Romanorum libri IIII*. Coimbra, 1576; *Sylva diversorum auctorum, qui ad usum scholarum selecti sunt*. Lisboa, 1587; *T. Livii Patavini Historiarum ab Urbe condita decadae primae liber primus*. Lisboa, 1593.



Virgílio (para o curso de gramática superior) e as *Odes* de Horácio (para o curso de humanidades). Ele também explica que, dada a presença frequente dos poetas nos estudos da época, certamente haveria boas edições de que poderiam lançar mão os jesuítas. A ausência de certos autores se deve ao fato de Domingues analisar antologias publicadas em Portugal. Em outros países certamente houve edições desses autores. Encontramos, por exemplo, uma edição *ad usum* de Horácio, publicada em Roma em 1569, conforme se vê na figura 4:

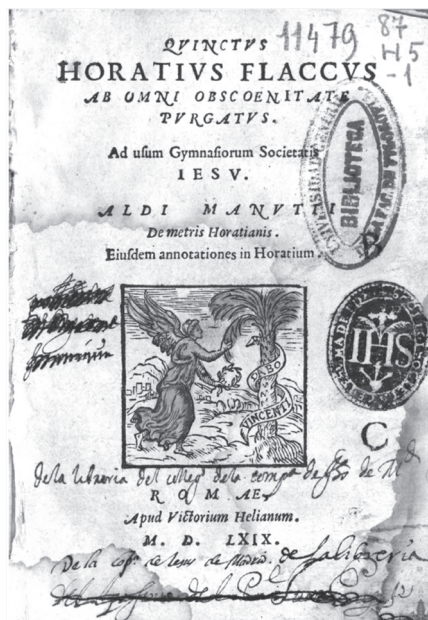


Figura 4: Frontispício do livro

*Quintus Horatius Flaccus ab omni obscenitate purgatus ad usum Gymnasiorum Societatis Iesv, 1569*

Apesar da ausência dos dois ditos maiores poetas da latinidade clássica, é maior o número de poetas antologizados e menor o número de prosadores, e Ovídio é o que está mais representado (p. 10). Devemos nos lembrar, contudo, que são obras constituídas de trechos dos clássicos latinos e, certamente, expurgadas de quaisquer abordagens que fossem contra a moral e os bons costumes. Não é à toa a presença de Ovídio como o mais antologizado e com obras que certamente eram censuradas. Domingues explica que o maior número de obras em verso se deve ao fato de que “a poesia prestava-se bem ao aproveitamento de ‘lições’ para a vida” (p. 10). Daí seu foco em obras em verso, já que tinha como objetivo observar “os cortes, as omissões, as manipulações de textos, praticados pelos organizadores das antologias” e a relação dessas operações textuais com as exigências de censura da época (p. 10).

Apenas para ficarmos com um exemplo do tipo de expediente utilizado pelos organizadores das antologias, observemos, com Domingues (p. 16), o caso de uma advertência “ad lectorem”, em que se invoca Platão, numa tentativa de explicar a seleção feita, ou, como sugere Domingues, a seleção e a censura:

[...] Plato [...] admonuit ne fabulae quae adolescentibus traderentur legendae aliquid vitii continerent, quod in mores redundare posset. ([...] advertiu Platão que os textos dados a ler aos jovens não deveriam conter vícios susceptíveis de afectar os [bons] costumes).<sup>39</sup>

Em relação aos objetivos da antologia (nesse caso, de poemas de Ovídio e de textos de outros autores), a censura aparece com fins pedagógicos e moralistas:

Non minus ad commoditatem librorum, quam ad mores tenerae aetatis exemplo antiquae virtutis, pie et caste informandos instituta est. (Foi elaborada com os olhos postos tanto na utilidade das obras [escolhidas], como na piedosa e casta formação dos [bons] costumes da tenra idade, através do exemplo da virtude antiga).

Certamente, essas seriam, na melhor das hipóteses, as obras que devem ter chegado ao Brasil para o auxílio na tarefa jesuítica, segundo os frequentes pedidos de obras para a instrução presentes nas cartas dos inacianos. Isso quer dizer que, se houve algum acesso de leitores brasileiros à leitura dos clássicos, isso se deu com restrições, com a imposição de uma censura que, certamente, produziu outras obras, a partir de sua “seleção”.

Traçando o seu *Perfil do leitor colonial*, Araújo (1999, p. 24), dadas as poucas fontes sobre leituras no período, acredita que circularam no Brasil, nesses primeiros momentos, apenas livros ligados à tarefa evangelizadora, os livros de devoção. Segundo ele, nas Cartas Jesuíticas, não há informação direta sobre títulos. De fato, uma leitura atenta das cartas aponta apenas para a necessidade de livros, embora não haja, nos pedidos, indicação explícita de um ou outro título. Assim, em relação à leitura em latim, presume-se que tenha ocorrido, inicialmente, através das cópias de materiais feitas pelos próprios jesuítas. Apenas numa carta, como vimos laudas atrás, há a referência à *Eneida*, de Virgílio, carta em que o Padre Antonio Blasquez cita o Padre Luís Carvalho, conhecido como “latino” e que lê uma hora de poesia do segundo livro da *Eneida* aos mais adiantados (*Cartas Avulsas*. Carta LIV, p. 428). Ou seja, possivelmente, os jesuítas não teriam, em suas suas estantes,

39 As traduções desses trechos são de Domingues (2002, p. 16)

apenas “pequenas obras de orientação religiosa e catequética” e Virgílio não teria “chegado em fins do século XVI” (ARAÚJO, 1999, p. 34-35).

Em posição oposta ao levantamento de Domingues (2002) de antologias latinas preparadas no século XVI para Portugal e que certamente serão as que viriam depois para o Brasil, Serafim Leite (1938, p. 543) afirma que “os livros poéticos também não estavam nas boas graças da pedagogia da época”. Pelo que vimos em Domingues, o maior número de textos antologizados eram em verso. Concordam, entretanto, os autores em relação às proibições e às interferências nos textos para serem lidos nas escolas.<sup>40</sup> De fato, a orientação já aparecia nas *Constituições*, no Capítulo XIV – *Os textos das aulas*, normas 468 e 469:

Quanto aos livros de estudos humanísticos, latinos ou gregos, evitem-se, na medida do possível, que, nas universidades como nos colégios, a juventude leia livro algum com coisas ofensivas aos bons costumes, sem serem antes expurgados de passagens ou expressões imorais. (*Constituições*, [468] 2).

As *Constituições* se referem também a situações em que pode haver a impossibilidade de realização da tarefa expurgatória. Nesse caso, segundo o texto inaciano, “se alguns, como Terêncio, não puderem de modo algum ser expurgados, mais vale não se ler, para que a natureza dos assuntos não ofenda a pureza dos corações” (*Constituições*, [469] D).

Serafim Leite (1938, p. 543), embora admita, como vimos, que os livros poéticos não seriam os preferidos, nos dá uma pista sobre a presença, no Brasil, de textos de alguns autores latinos já expurgados:

Igual proibição atingia certos clássicos latinos. A Congregação Provincial da Baía (1583) propôs ‘que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial e Ovídio’<sup>41</sup>. Com efeito, receberam-se no Brasil êstes autores, como se usavam, já expurgados e adaptados ao ensino da juventude, no Colégio Romano (p. 543).

Araújo, em seu clássico livro *Perfil do leitor colonial*, já citado, também observa os efeitos da censura jesuítica, com “seus próprios modelos de purgação de costumes e exalçamento da moral, arruinando, em parte, a graciosa visão latina de mudança social, de uma ética à base do *castigat ridendo mores*” (p. 40). Em seguida,

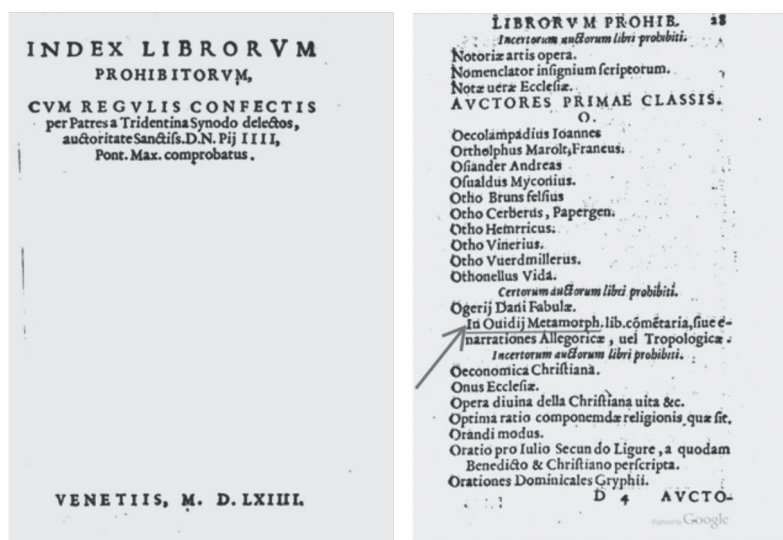
40 Essa prática vai desembocar, nos séculos seguintes, no que poderíamos chamar de Pedagogia *ad usum scholarum* do latim, que perdura até hoje.

41 Infelizmente, ainda não tivemos acesso à fonte utilizada por Serafim Leite.

inquieta-se com o desejo de conhecer que obras devem ter sido lidas, já que, a seu ver, sabemos apenas que autores devem ter sido lidos:

Sim, sabemos que o século XVI brasileiro lia Horácio e Ovídio,<sup>42</sup> mas o que de Horácio e Ovídio? As *Metamorfoses*? A *Arte Poética*? A *Arte de Amar*? Provavelmente, os trechos das infinitas seletas que nos chegaram até o século XIX...” (ARAÚJO, 1999, p. 40).

Podemos vislumbrar possibilidade de resposta para uma dessas perguntas (Virgílio, como vimos, deve ter sido lido). Em relação às *Metamorfoses*, de Ovídio, nos autos da *Primeira Visitação do Santo Ofício: Confissões da Bahia*, em confissão de Nuno Fernandes, de 17 de fevereiro de 1592 (final do período que estamos analisando), a obra, tida como proibida, é citada como de posse do autuado e lhe é exigido que a apresente à mesa: “confessou que **tem Ovidio de Metamorfosis em limgoagem** nao sabendo ser deffesso [...] e sendo perguntado pellos livros dixeu que somente tinha ora o ditto Ovidio e foi lhe mandado que o trouxesse a esta mesa” (p. 189).<sup>43</sup>



Figuras 5 e 6: Frontispício do *Index Librorum Prohibitorum* (1563) e Página do *Index* em que é citada a obra *Metamorfoses* de Ovídio (grifo nosso)

42 Aqui, contrariamente ao que afirma sobre a circulação exclusiva de materiais de devoção, em latim, Araújo admite a possibilidade de outras leituras.

43 Aqui observamos a referência à obra de Ovídio que constava no *Index Librorum Prohibitorum*, aprovado em 3 de julho de 1551, que “estabelecia a sorte de livros cujo conteúdo era considerado contrário aos bons costumes” (SCHWARCZ et al, 2002, p. 135-136). Nuno Fernandes poderia ter sido preso por possuir uma obra constante da lista. Estaria também sujeito à prisão quem tivesse conhecimento de alguma obra da lista e não denunciasse aos inquisidores.

Para além das questões da censura, segundo Serafim Leite (1938, p. 543), havia uma distinção entre os livros escritos em latim e os escritos “em romance”. O maior rigor praticado em relação aos livros escritos em romance se devia, segundo ele, pela possibilidade de suscitar devaneios “em cabeças juvenis, e porque eram obstáculo ao cultivo sério do latim, a língua culta de então”. Ou seja, era certamente, naquele momento, mais difícil encontrar uma obra traduzida em vernáculo e, havendo e sendo proibida, deveria ser lida nos espaços mais privados da casa. Assim, possuir em fins do século XVI um título latino escrito em língua vernácula é sinal de ter existido, ainda que de pouca circulação, a obra latina, ainda que proibida pela Inquisição. Obviamente, concordamos com Araújo em relação à existência majoritária de obras em latim de caráter devocional e com fins catequéticos, mas não deixaríamos de considerar que algum contato, ainda que com trechos expurgados, houve com obras latinas clássicas, tenha sido pela audição da leitura de um livro, como a *Eneida*, tenha sido pela leitura, nos porões de casa, de uma obra caçada, como as *Metamorfoses*. Ou tenham sido outras obras e outras formas de acesso de que não temos notícia.

*Fase II: Fase institucional da pedagogia jesuítica – 1599<sup>44</sup> a 1759<sup>45</sup>*

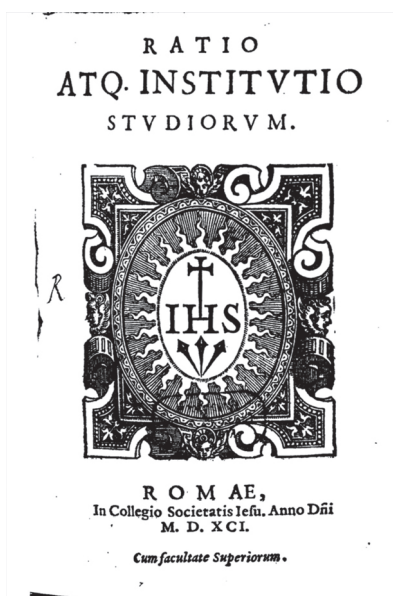


Figura 7: Frontispício do livro

Ratio Atq. Institutio Studiorum, Romae, In Collegio Societatis Iesu. Anno Dni M.D.XCI

44 Promulgação do *Ratio Studiorum*.

45 Início do período pombalino.

O fim da chamada “fase heroica”, marcada por condições materiais desfavoráveis, se prenuncia com o plano de redízima, adotado em 1564 pela Coroa portuguesa, através do qual dez por cento dos impostos arrecadados na colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos. Tendo suas origens desde trabalhos realizados em 1548, conforme veremos à frente, esse novo contexto permitirá à Companhia de Jesus a consolidação de uma primeira versão do seu Plano de Estudos, já anunciado na IV parte das *Constituições*. Dialogando com Saviani (2008), marcamos o final da primeira fase da língua latina no Brasil em 1599, quando se chega à versão definitiva do *Ratio Studiorum*,<sup>46</sup> um plano geral de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem no mundo e no qual “os estudos latinos ocupavam sempre o primeiro lugar” (FARIA, 1959, p. 83). Nele, os estudos iniciais ligados à aprendizagem do português e ao ler e escrever propostos por Nóbrega perdem seu lugar, devido ao caráter universalista<sup>47</sup> e elitista<sup>48</sup> do *Ratio*:

FASE I – PLANO DE NÓBREGA			FASE II – RATIO STUDIORUM	
ESTUDOS INICIAIS	Português (para indígenas)		SUPRIMIDOS	
	Doutrina cristã			
	Escola de ler e escrever			
	Opcionais	Canto orfeônico		
Música Instrumental				
PROSSEGUIMENTO	Duas direções	<u>Profissional:</u> Aprendizado profissional e agrícola	ESTUDOS INFERIORES <sup>49</sup> (Curso de humanidades) 6 a 7 anos	Gramática inferior, gramática média, gramática superior, retórica e humanidades
		<u>Estudos Superiores na Europa:</u> Gramática latina	ESTUDOS SUPERIORES	Filosofia (03 anos) e Teologia (04 anos)

Quadro 2 – Contraponto Fase 1 à Fase 2

Para Saviani (2008, p. 56-57), em relação aos estudos superiores do *Ratio*, “no Brasil os cursos de filosofia e teologia eram, na prática, limitados à formação dos padres catequistas. Portanto, o que de fato se organizou no período colonial

46 *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, código com 467 regras relacionadas a todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino.

47 O plano deveria ser adotado por todos os jesuítas onde quer que estivessem (SAVIANI, 2008, p. 56).

48 Pela proposta, o plano basicamente se destinou aos filhos dos colonos, excluindo os indígenas. Assim, acabou por ser um instrumento de formação da elite colonial.

49 Equivalente, segundo Saviani (2008, p. 56), ao atual curso de nível médio.

foi o curso de humanidades (“estudos inferiores”), que tinha a duração de seis a sete anos e cujo conteúdo reeditava o *Trivium* da Idade Média”: gramática (quatro e cinco séries – assegurar a expressão clara e precisa); dialética, chamada no *Ratio* de humanidades (uma série – destinava-se a assegurar uma expressão rica e elegante); retórica (uma série – buscava garantir uma expressão poderosa e convincente). Nesses cursos, predominava a necessidade do estudo do grego e do latim. A língua vernácula, a história e a geografia, subordinadas ao grego e ao latim, eram ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos (SAVIANI, 2008, p. 57).

Estamos, assim, saindo de uma fase de pedagogia mais voltada e adaptada a uma realidade de início de formação de uma colônia para uma fase em que há uma proposta de universalização metodológica jesuítica, que se impõe pelo *Ratio Studiorum*. Como nossa opção tem sido buscar observar as configurações de cada período ou fase analisando fontes primárias, mais à frente nos debruçaremos sobre o texto do *Ratio Studiorum*, a fim de verificar como estão estruturadas as orientações para o ensino do latim.

Fruto de uma série de sucessivas revisões, o Plano de Estudos que conhecemos por *Ratio Studiorum* não surge repentinamente em 1599. O próprio Inácio de Loyola, nas *Constituições*, adverte sobre a necessidade de um plano de estudos mais detalhado e comum a toda a Companhia. Essa necessidade vai surgir, evidentemente, quando outros colégios são abertos em outras regiões do mundo conhecido. É assim que, depois de meio século de tentativas, de experimentos e de várias versões,<sup>50</sup> em janeiro de 1599, através de uma circular comunicativa, todas as provinciais tomavam conhecimento não da “comunicação de um projeto de estudos, mas da promulgação de uma lei” (FRANCA, 1952, p. 23). O *Ratio Studiorum* é fruto de uma época, e sua avaliação, que não será nosso escopo aqui, deve se dar pelo entendimento dessa época. Como nos lembra França, em sua edição de 1952 do *Ratio*, o trabalho é empresa de meio século: “Experiência rica, ampla, variada, que talvez constitua um caso único na história da pedagogia”.

Usos do latim na fase marcada pelas determinações do *Ratio Studiorum*

Tomaremos como início desta discussão a edição de 1599 do *Ratio Studiorum*, com vistas a observar as exigências de leituras de autores latinos e as determinações de usos da língua. O período marcado pelo *Ratio* diferencia-se do período anterior, atravessado, como vimos, por uma “pedagogia brasílica” (SAVIANI, 2008, p. 19), em que há uma adaptação de Nóbrega, dadas as aberturas das *Constituições*, para as ações catequéticas num contexto complexo de início de colonização.

---

50 Para conhecer a história de como foi concebido o *Ratio Studiorum*, conferir a Introdução da edição de 1952, do Padre Leonel França.

No *Ratio*, o que se vê é um conjunto de regras em que se determinam tanto as funções de cada membro da Companhia quanto o desenho curricular a ser utilizado. Dada a ênfase nos estudos do latim proposto pelo *Ratio*, o documento se torna uma fonte interessante para observar os textos valorizados para leitura, as formas de abordagem desses textos e as capacidades de uso da língua a serem desenvolvidas. Aqui, mais uma vez, vamos preferir dar voz às fontes, ainda que as citações possam se tornar numerosas ao longo do texto. É nossa forma de costurar os sentidos, sem sonegar para o leitor a chance de checar as fontes por nós utilizadas.

De antemão, advertimos que estamos considerando, segundo a proposição de Castillo Gómez (2003, p. 114), o *Ratio* como fonte dos *discursos* sobre o ensino e usos do latim. Nesse sentido, buscaremos observar o que se diz sobre os seguintes aspectos relacionados à história da cultura escrita em latim: usos orais da língua (“fala”, recitação, representação), valorização das atividades de memorização, relação entre o uso do vernáculo e do latim, usos escritos da língua, usos da leitura (determinações e censura de autores e textos), indicação de métodos. Certamente, o *Ratio* oferece oportunidade para a análise de diferentes outros aspectos pedagógicos e linguísticos, contudo nos centraremos apenas nos aspectos relacionados, como dissemos, aos usos da língua latina.

#### Usos orais da língua (fala, recitação, representação)

Num plano de estudos em que a Retórica ocupa um lugar de destaque, as atividades relacionadas ao falar desempenham, obviamente, um papel significativo. Não necessariamente o falar enquanto elemento para a comunicação/interação, em que se pressupõem turnos de fala e negociações, mas uma oralização representada por discursos, orações, representações, recitações, preleções e citações.<sup>51</sup> No *Ratio*, contudo, essas formas de oralização se encontram vinculadas aos textos escritos considerados modelares de um estilo. E textos escritos latinos, em sua maioria, e gregos. Assim, em diversas partes do documento, o assunto é retomado, insistido, reforçado. Vejamos algumas dessas referências. Nas *Regras do Reitor*, Regra 8, sobre o uso do latim: “Zele com diligência para que se conserve em casa o uso do latim entre os escolásticos; **desta regra de falar latim não haja dispensa**, exceto

---

51 Não podemos, contudo, desconsiderar de todo a possibilidade de, em situações raras, o latim ser uma língua de intercurso. A título de exemplo, na História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc, encontramos referências a um uso pragmático do latim no Brasil. Gaspar Barléu, que escreveu a obra a pedido do próprio Nassau, narra, às páginas 206 e 207, uma situação de interação entre holandeses e portugueses em que o uso do latim tinha função estratégica: “Determinou-se-lhes que usassem nos pactos o latim para não os enganarem os portugueses com as palavras da sua língua”. A obra consultada, escrita em latim por Barléu, é uma edição de 1940, traduzida por Cláudio Brandão.



nos dias feriados e nas horas de recreio ..." (*Ratio Studiorum, Regras do Reitor*, 8<sup>52</sup>, grifo nosso).<sup>53</sup>

O documento, contudo, em meio a fechamentos, também deixa algumas aberturas, em função das diferentes realidades, declarando: "... a menos que, em algumas regiões, não pareça ao Provincial que, ainda nessas ocasiões, se pode conservar com facilidade o uso de falar latim" (*Regras do Reitor*, 8).

As aberturas relacionadas à exigência de falar latim também servem a atender diferentes níveis de estudos. Nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 18, que trata do *Costume de falar latim*, abre-se uma exceção, mas se exige, na mesma regra, que o professor fale sempre em latim:

De modo especial, conserve-se com rigor o costume de falar latim **exceto nas aulas em que os discípulos, o ignoram**; de modo que tudo quanto se refere à aula nunca seja permitido servir-se do idioma pátrio, dando-se nota desfavorável aos que forem negligentes neste ponto; por este mesmo motivo, **o professor fale sempre latim**.

Nas mesmas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, agora na Regra 27, relacionada à *Preleção*, orienta-se o professor a preparar antecipadamente por escrito o que irá falar e adverte em relação a, quando explicar em latim, o professor o fazer mantendo o mesmo pensamento, mas com frases mais inteligíveis:

[...] leia cada período, e, no caso de explicar em latim, esclareça os mais obscuros, ligue um ao outro e explane o pensamento, não com metafrase pueril inepta, substituindo uma palavra latina por outra palavra latina, mas declarando o mesmo pensamento com frases mais inteligíveis.

Na Regra 9, das *Regras dos Escolásticos da nossa Companhia*, mais uma vez orienta-se sobre a importância de falar latim. Há, contudo, sempre uma relação aos usos de textos memorizados e uma valorização da memória para a estruturação da aprendizagem: "Todos, mas de modo especial os que se aplicam aos estudos de humanidades, falem latim; aprendam de cor o que lhes for prescrito pelo professor e, nas composições, trabalhem, com esmero, o estilo".

52 A tradução do *Ratio* que estou utilizando é a do Padre Leonel Franca, de 1952, que se encontra disponível no site do grupo HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", da Unicamp. Por se tratar de uma edição para fins educacionais e em página de Internet, não mencionarei a indicação dos números das páginas em que se encontram os trechos citados. A edição do *Ratio Studiorum*, digitada pelo grupo HISTEDBR, está disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm). Acesso em 15 de junho de 2011.

53 Nos trechos citados do *Ratio Studiorum*, os grifos são todos nossos.

A utilização da memória (“cultivo da memória”) como recurso pedagógico e como estratégia de aquisição da língua aparece em outras formas de uso oral da língua: sugestões de recitação de poesias, declamações públicas, representações, preleções. Vejamos alguns exemplos do *Ratio* e os diferentes espaços para seus usos. Em relação aos exercícios de Retórica, por exemplo, nas *Regras do Reitor*, a Regra II, *Como deverão ser exercitados* (os exercícios), assim orienta: “Procure também que, por vezes, os nossos retóricos **recitem discursos ou poemas, em latim e em grego**, no refeitório ou no salão, sobretudo assunto religioso...”.

A Regra 33, das *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, trata da preleção e declamação na aula. Aqui aparecem as atividades de recitação e de preleção e uma indicação de repetição, um expediente de função mnemônica: “Na Retórica e na Humanidade, haja, em sábados alternados, **uma preleção grega ou latina, oração ou uma poesia recitada**, em que uma aula convide outra”.

Também na Regra 3, das *Regras do Professor de Retórica*, a importância do exercício da memória e sua relação com a atividade de declamação:

Como ao retórico é necessário o exercício diário da memória e na sua classe ocorram muitas vezes lições demasiado longas para serem aprendidas de cor, determine o Professor o que e quanto se deverá aprender, e, caso ele exigisse, de que modo recitá-lo. **Seria útil que, de quando em quando, dissesse alguém, da cátedra, os trechos aprendidos nos clássicos**, a fim de unir o exercício da memória com a declamação.

Das *Regras do Professor de Retórica*, a Regra 17 trata da declamação pública: “No salão ou na igreja, haja, uma vez por mês, uma oração mais importante ou uma poesia, ou ambas as cousas, ora em latim, ora, em grego (ora em vernáculo), ou um debate com argumentos de um e outro lado e julgamento”. Na Regra 20, os ambientes externos, como o refeitório, aparecem novamente como espaços para o exercício do falar (e, no caso, o falar latim), mas são também espaços de repetições e declamações.

As representações são também formas de exercício do falar. Aqui, o recurso de aproveitamento de certos gêneros textuais e a proposta de atividades de adaptação. A Regra 17, ainda das *Regras do Professor de Retórica*, trata da representação privada, como estratégia didática circunscrita à sala de aula, como forma de treino dos exercícios orais: “... passar aos alunos como assunto algum tema dramático, como uma écloga, algumas cenas ou um diálogo, e o trabalho melhor poderá ser representado na aula, distribuídos os papéis entre os alunos, mas sem nenhum aparato”.

Atentas ao fato de que as atividades relacionadas ao exercício da memória dependem da boa vontade do aprendiz – uma vez que a memória é seletiva, pois o indivíduo tem mais facilidade em memorizar as coisas com as quais tem algum tipo de relação afetiva ou cuja necessidade é, por alguma razão, imperativa –, algumas das Regras se referem a prêmios e castigos, um recurso pedagógico que poderíamos chamar de “recurso-lembrança da memória”, uma forma de agir sobre os sujeitos por dois vieses de necessidade de memória: um mais afetivo, de interesse do sujeito; outro, pelo medo, de perdas ou de castigos.

Outro aspecto que se observa nas regras diz respeito à concorrência vernáculo *versus* latim. O uso do vernáculo aparece com restrições, seja em uma classe com alunos que ainda não compreendem o latim (*Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 18), seja para um momento de explicação (Regra 27).

Na Regra 5, das *Regras do Professor de Humanidades*, ao falar sobre a preleção, apesar de se solicitar que o professor concentre o seu trabalho nas observações relativas à língua latina, admite-se a expressão de alguma coisa em vernáculo, “principalmente quando possa contribuir para a interpretação do autor ou encerrar algo, de particularmente interessante”. Na Regra 5, das *Regras do Professor da Classe Superior de Gramática*, também se admite, na preleção, percorrer o trecho de determinado autor “em vulgar (em vernáculo mais elegante)”.

#### Usos escritos da língua

Os usos escritos do latim, segundo as regras do *Ratio*, estão circunscritos a escritas de cartas, composições poéticas, traduções, versões, retroversões, escritas de provas, assinaturas. Das *Regras do Reitor*, a Regra 8, que trata dos usos do latim, adverte para a necessidade de os escolásticos que não concluíram o curso escreverem suas cartas em latim. Também trata dos exercícios de composições poéticas, sugerindo que, periodicamente, “quando se festeja alguma solenidade, como o começo do ano letivo ou a renovação dos votos, os nossos estudantes de filosofia e teologia componham e exponham em público alguns versos”.

Os exercícios de tradução aparecem nas *Regras do Prefeito de Estudos Inferiores*, na Regra 10, referente aos exames de admissão. Após uma sequência de perguntas investigativas sobre o nível em que se encontra o candidato, indica-se um trabalho escrito individual e uma proposta de “algumas frases ou para se verterem em latim, ou, se for mister, para se traduzirem de algum autor clássico.” Aqui já aparece também a indicação de atividade de versão, do português para o latim, assunto que é discutido mais especificamente na Regra 21, que trata do *Processo do exame*.

Cícero é o autor tomado como modelo para as composições: “o tema da composição [...] quando possível seja dirigido para a imitação de Cícero e segundo

o modelo de uma narração, persuasão, congratulação, admoestação ou coisa semelhante” (*Regras Comuns aos Professores de Classes Inferiores*, Regra 30).

Das *Regras do Professor de Retórica*, a Regra 5, que trata dos exercícios na aula, aponta algumas atividades a serem realizadas enquanto o professor corrige os trabalhos escritos. São atividades variadas ligadas ao escrever: tradução, versão, descrição, reestruturação, composição, entre outras. Há ainda as *Regras da Prova Escrita* que, entre outras coisas, aponta para a necessidade de o autor escrever em latim seu nome e sobrenome.

### Usos da leitura

Em relação aos usos da leitura, observamos alguns aspectos que merecem atenção por nos darem pistas sobre elementos da cultura escrita relacionados ao latim: quais autores eram indicados para serem lidos, quais obras, quais autores ou obras eram censurados. No período em que vigorou o *Ratio Studiorum*, Cícero certamente foi o autor mais lido e mais imitado. Obviamente a escolha de Cícero está relacionada à própria valorização da Retórica como foco da aprendizagem jesuítica. A censura se dá não apenas em relação a autores reconhecidos por seu estilo mais picante ou por trazer qualquer tema que viesse de encontro aos dogmas católicos, mas também em relação a determinados gêneros. Vejamos algumas indicações de preferências de leituras e indicações de censura aos textos latinos.

Há nas *Regras do Reitor* uma regra que trata das tragédias e comédias, a Regra 13, indicando o caráter esporádico de seu uso e a necessidade de escolha de temas segundo critérios católicos, ou seja, as comédias e tragédias devem ser raras, só devem ocorrer em língua latina e seu assunto deve ser “sagrado e piedoso”; “nada deve haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos”.

Nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, consta a Regra 8, relacionada à leitura espiritual, em que se valoriza sobretudo a vida dos santos e se mostra a necessidade de evitar certas leituras que possam ser nocivas aos bons costumes, inclusive solicitando ao professor “todo empenho para apartar da sua leitura aos discípulos também fora da aula”.

Na Regra 1 – Grau – das *Regras do Professor de Retórica*, há mais uma vez a indicação de Cícero como modelo retórico, além de Aristóteles. Para se chegar à eloquência, determinam-se as duas mais altas faculdades, a oratória e a poética, daí a escolha dos dois autores, o latino e o grego. Demonstra-se a preferência pela oratória, para atender ao que é útil, mas defende-se a poética, para atender à beleza da expressão.

Cícero aparece novamente na Regra 1 – Grau – das *Regras do Professor de Humanidades*, agora entre outros autores de diferentes gêneros, para atender

à formação nas Humanidades. Há, inclusive, a citação de determinadas obras. A intenção é “preparar, nos que terminaram a gramática, o terreno à eloquência”, o que se consegue, segundo a regra do *Ratio*, por três meios: *o conhecimento da língua, alguma erudição e uma introdução breve dos preceitos de Retórica*. O *Ratio* então apresenta, nesta regra, as formas para se chegar a esses meios. O *conhecimento da língua* “consiste principalmente na propriedade e riqueza das palavras” e deve ser adquirido, explicado, “nas lições quotidianas, dos oradores exclusivamente Cícero, e, de regra, escolham-se os seus livros de filosofia moral”. Em seguida, apresenta “os historiadores, César, Salústio, Lívio, Curtius e outros semelhantes”. Seguem-se os poetas, com ênfase para Virgílio, à exceção de algumas élogas e do 4º livro da *Eneida* (que trata dos amores e do fim trágico da rainha Dido). Indicam-se as odes “seletas” de Horácio e também elegias, epigramas e outras composições de poetas ilustres, “contanto que expurgados de qualquer inconveniência de expressão”. Quanto aos *conhecimentos eruditos*, indica-se que “sejam ministrados com parcimônia para estimular às vezes e recrear a inteligência, não para impedir a atenção à língua”. Em relação aos *preceitos de Retórica*, indica-se “um breve resumo de Cipriano Soares”<sup>54</sup> e escritos filosóficos de Cícero, ressaltando os que se consideram mais fáceis “como *Pro lege Manilla, Pro Archia, pro Marcello* ou outras pronunciadas na presença de César”.

Na Regra I, das *Regras do Professor de Classe Superior de Gramática*, uma seleção de autores e obras, com referência mais uma vez a Cícero, além de determinar a censura com a expurgação de alguns trechos de alguns poetas:

Quanto às leituras, poderão explicar-se no primeiro semestre dos prosadores, as cartas mais importantes de Cícero aos parentes, a Ático, ao irmão Quinto; no segundo, o 1º livro da *Amizade*, da *Velhice*, os *Paradoxos* e outros assim; dos poetas no primeiro semestre algumas elegias ou epístolas de Ovídio, escolhidas e expurgadas, no segundo, trechos, também escolhidos e expurgados, de Catulo, Tibulio, Propércio e das *Élogas* de Virgílio, ou ainda, do mesmo Virgílio, os livros mais fáceis como o 4º. das *Geórgicas*, o 5º. e o 7º. da *Eneida*; dos autores gregos, S. João Crisóstomo, Esopo, Agapetos e outros semelhantes.

54 Aqui uma citação do manual de retórica indicado. Cipriano Soares entrou para a Companhia em 1549, tendo sido um dos fundadores do Colégio de Jesus de Lisboa. Escreveu a *Arte Retórica*, manual que ocupa lugar primordial entre os livros escolares utilizados pelos jesuítas. Foi professor de Retórica no Colégio das Artes (ou de Santo Antão) de Coimbra (MIRANDA, 2001, p. 119). Outra indicação de método aparece nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 12, ao indicar o *Grau de cada aula*. Trata-se do método do Padre Álvarez para as aulas de Gramática.

Nas *Regras do Professor da Classe Média de Gramática*, Regra 1 – Grau, indica-se que nas preleções só sejam usadas as epístolas familiares de Cícero, algumas poesias muito fáceis de Ovídio. Também nas *Regras do Professor de Classe Inferior de Gramática*, a indicação das Cartas de Cícero, “só as mais fáceis, escolhidas para este fim e, se possível, impressas separadamente”, uma espécie de Cícero “ad usum scholarum”.

#### Notícias de livros do período no Brasil

No *Perfil do Leitor Colonial*, ao analisar o século XVII, Araújo (1999, p. 49-50) se inquieta em relação ao desconhecimento dos livros existentes no Brasil dos seiscentos. Admite que deveria haver livros em nossas terras, mas se pergunta: “Que livros seriam esses? Nenhum historiador de nossa cultura arrisca traduzir com segurança – por absoluta carência de documentos a respeito – um sentido orgânico da leitura brasileira no século XVII.” Nessa tentativa de encontrar algumas respostas, Araújo busca algumas fontes, entre as quais o livro do Fr. Manuel Calado, de 1647: *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. O livro apresenta acontecimentos ocorridos entre os anos de 1634 a 1637. Em passagens do livro, Araújo observa trechos e citações, entre os latinos, de: Ovídio, Virgílio, Túlio, Tácito, Lívio, Marcial. Para Araújo, essas citações insinuam “a leitura desses autores” (p. 51).

Em busca de outras fontes, encontramos em sermões de Vieira (1608 – 1697)<sup>55</sup> referências a autores que, dada a forma com que alguns trechos são citados, certamente foram lidos no período, ao menos por aqueles que, como Vieira, tiveram uma formação privilegiada:

Quando Ovidio estava desterrado no Ponto, hum seu amigo trazia-o retratado na pedra do anel; mas elle mandou-lhe os seus versos, dizendo que aquelle era o seu verdadeyro retrato. *Grata tua est pietas, sed carmina maior imago, sunt mea, quae mando* (p. 420-421).

Logo em seguida, cita Sêneca, articulando as referências do filósofo latino com as ideias que irá apresentar a partir de Santo Agostinho:

Sêneca quando lia as cartas de Lucilio, diz que o via: *Video te mi Lucili, cum maxime audio*. E melhor Autor que estes, S. Agostinho, disse altamente, que em quanto não vemos a Deus em sua propria face, o podemos ver como em imagem nas suas Escrituras (p. 421).

O Pe. João Pereira, do Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, de Portugal & Brasil, nas *Exhoraçãoens domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia*

---

55 Sermoens do P. Antonio Vieira - Volume 01

*de Jesus* (1715), Exhortação XIII – *De como seha de escrever*, nos dá pistas de algumas possíveis leituras ocorridas no período. Na página 193, assim se coloca, trazendo Horácio, em sua famosa ode “Exegi monumentum aere perenius”:

... as vozes da lingoa, como qualidade transeunte, passaçõ, & como ar, não duraõ: as vozes da escriptura, como sejaõ permanentes, sempre duraõ, & com o tempo não acabaõ: na duraçaõ compete com os bronzes; & quanto pode, faz parallelo com a eternidade: *Exegi monumentum aere perënius*.

Mais à frente, às páginas 198 e 199, o Sermão de Vieira é retomado na citação de Ovídio:

Hum amigo de Ovidio, quando estava desterrado no Ponto, pello não perder de vista, o trazia debuxado na pedra de hum anel; mas Ovidio, por se fazer mais presente, lhe mandou um retrato mais ao vivo, & mais expresso, & foi a escriptura a seos versos: *Grata tua est pietas, sed carmina maior imago Sunt mea...*”

Na sequência, à página 199, como no sermão de Vieira, cita Sêneca: “E Seneca, quando lia as cartas de Lucilio, diz, que o via: *Video te Lucili, cū maxime audio*”. Ainda se refere a um “Juvenal Satyrico”.

Em Vieira, ainda no primeiro volume dos Sermões, encontramos referência a autores cômicos latinos, quando fala das pregações do tempo em que ele vive como fábulas, fingimentos, sem fundamento de verdade. Para ele, o pregador sobe ao púlpito como comediante. Traz um dado interessante sobre a permanência do gênero: “Hũa das felicidades, que se contava entre as do tempo presente, era acabaremse as comedias em Portugal; mas não foi assi. Não se acabaraõ, mudaraõse do theatro ao pulpito”. Ainda assim, valoriza os conteúdos das comédias clássicas, citando Plauto, Terêncio e Sêneca, este último escritor de tragédias:<sup>56</sup>

Tomàra ter aqui as comedias de Plauto, de Terencio, de Seneca, & ve-rieys senaõ achaveis nellas muytos desenganos da vida, & vaidade do mundo, muytos pontos de doutrina moral, muyto mais verdadeyros, & muyto mais solidos, do que hoje se ouvem nos pulpitos (*Sermão da Sexagésima*, p. 74).

Ainda cita Sêneca em carta a Lucílio à página 1045. No texto de aprovação ao livro de Vieira, escrito pelo Frei João da Madre de Deus (examinador para efeitos

56 O texto de Sêneca que mais se aproxima de uma comédia (em sentido lato) é a Apocolocintose do divino Cláudio, uma reação ao exílio que sofreu por ordem do princeps. Na verdade, a Apocolocintose é uma sátira menipeia, por mesclar prosa e verso, no estilo do sério-cômico (SILVA, 2008).

de censura), também há uma referência do Frei a Plínio, que citamos abaixo, ainda que longa, dada a forma como o Frei avalia o estilo de Vieira a partir de Plínio:

Digo pois de cada hum destes Sermões o que disse Plinio no 2<sup>ff</sup> livro das suas Epistolas Ep. 3. *Proemiatur aptè narrat apertè, pugnat acriter, colligit fortiter, ornat excelsè*. Começa com energia viva, que atrahê; prosegue com claridade singular, que deleyta; prova com viveza grave, que admira; recolhe com variedade eloquente, que ensina; adorna com excellencia sentenciosa, que suspende: & o que he mais difficuloso *Postremò docet, delectat, afficit*. Diverte como se não advertisse; ensina como se não recreasse; deleyta como se não reprehendesse; aproveyta como se não deleytasse.

No segundo volume dos Sermões, encontramos, no *Sermão da Gloria de Maria Mãe de Deos*, novas referências a Sêneca: “Comecemos pelos Filósofos: Poem em questão Seneca; & disputa sutilissimamente no livro terceyro dos cinco que intitulou de Beneficijs, se pôde hum filho vencer em algum beneficio a seu pay?” (§ III, p. 31). Em seguida, Ovídio, em relação às *Metamorfoses*: “Faz paralelo Ovidio entre os dous primeiros Cesares, Julio, & Augusto, aquelle Pay, & este Filho: & depois de assentar, q̃ a mayor obra de Julio Cesar, foy ter hum tal Filho como Augusto”.

No terceiro volume dos Sermões, no *Sermão do Bom Ladram*, Sêneca reaparece: “Quando li isto em Seneca,<sup>57</sup> não me admirey tanto de que hum Filosofo Estoico se atrevesse a escrever hũa tal sentença em Roma, reynando nella Nero” (p. 326).

No Sermão de Santa Catherina, no mesmo volume, Tito Lívio é citado, quando Vieira narra o desafio dos tres Horácios Romanos contra os três Coriácios Albanезes: “... ficou com a inteira vitória Tito Lívio, & os outros Historiadores Romanos celebraõ muito esta façanha, dizendo, que o terceiro Horacio venceo aos tres Coriacios; mas não dizem bem. Venceo por tres vezes a cada hum, mas não venceo a todos tres”<sup>58</sup> (p. 259).

### Repercussões formativas

Em autores literários do período, podem ser observadas influências do latim como língua de escrita poética. São escritores brasileiros que, após estudos iniciais em terras brasileiras, se dirigem a Coimbra para cursos superiores. Ou seja, escritores

57 Em latim, a citação de Sêneca, seguida da tradução de Vieira: “Se o Rey de Macedonia, ou qualquer outro fizer o que faz o ladraõ, & o pirata, & o Rey, todos tem o mesmo lugar, & merecem o mesmo nome”.

58 O desafio consta do seguinte: “dous Coriacios mataraõ dous Horacios, & o terceiro Horacio que ficou, matou aos tres Coriacios: mas como?”



que tiveram contato com a pedagogia jesuítica e, portanto, com o currículo jesuítico proposto no *Ratio Studiorum*. Nosso objetivo aqui é, indiciariamente, mostrar alguns usos do latim no período e possíveis representações sobre os utentes da língua.



Figura 8: Frontispício do livro

*Musica do Parnaso* de Manoel Botelho de Oliveira. Lisboa, 1705

Manuel Botelho de Oliveira, poeta baiano que viveu entre os anos de 1636 e 1711, portanto no período em que estamos estudando os usos do latim, deixou-nos a obra *Música do Parnaso*. Plurilingue, a obra está “dividida em quatro côros de rimas portuguezas, castelhanas, italianas e latinas com seu descante cómico reduzido em duas comédias” (GAMA, 1914, p. 23). Destacamos Botelho de Oliveira como o primeiro brasileiro que conseguiu mandar ao prelo um volume de poesias, ou seja, o primeiro brasileiro a ter publicado um livro ainda em vida, numa época em que não havia imprensa no Brasil. Daí *Música do Parnaso* ter sido publicada em Portugal.

Contemporâneo de Botelho de Oliveira, Gregório de Matos (1633 – 1696) terá como alvo de sua sátira não apenas os letrados da terra, mas também os chegados de Portugal, caracterizados como “papagaios”, “asnos”, “nécios” (HANSEN, 2004[1942], p. 472), como é o caso da “crítica ao doutor Antônio Rodrigues da Costa, Cavalheiro do Hábito de Cristo, chegado de Portugal com um vestido verde e canhões de veludo, aborrecido por mau letrado e por jurista intruso” (HANSEN, 2004[1942], p. 472), que papagaia num “arremedo de latim”:

Casus est iste, dizeis,  
reverente: é grão Latim!  
dissera um vilão ruim  
tirado ant'onte das cabras  
tais latins, nem tais palavras?  
vá lavar-se ao mar Euxino  
o latim do Calepino,  
e o do Padre Manuel Abrás. (OC, III, p. 718)

Vê-se já aqui, nesse período, conforme está em Hansen (2004[1942], p. 473) o fato de fazer mau uso do latim, de desconhecê-lo, converter-se em objeto de sátira:

Ó lacaio alatinado,  
ó macarrônico ilustre,  
ó jurista balaústre  
ao machado torneado. (OC, III, p. 718)

O mesmo ocorre numa crítica que encontramos ao vigário Antônio Marques de Perada, com presunções de sábio e engenhoso:

Este Padre Frisão, êste sandeu  
Tudo o demo lhe deu, e lhe otorgou,  
**Naõ sabe musa musae**, que estudou,  
Mas sabe as ciências, que nunca aprendeu.  
(OC, II, p. 286, grifo nosso)

Pela citação de Gregório, seria *musa, musae* o paradigma de então para a memorização da íffi declinação? Seria o que para as propostas pedagógicas mais tradicionais de hoje é a declinação de *rosa, rosae*?

Gregório também se utiliza do latim, língua com que identifica membros da igreja, para fazer sua sátira:

Verá na realidade  
aquilo, que já se entende  
de uma puta, que se rende  
às porcarias de um Frade:  
mas se não vê de verdade  
tanto lascivo exercício,

é, porque cego do vício  
**não lhe entra no oculorum**  
**o secula seculorum**  
**de uma puta de ab initio.**  
(OC, II, p. 338, grifo nosso)

No uso do latim pode, inclusive, rever a terminação de um nome português para fazer a galhofa com rima:

De fornicário em ladrão  
se converteu **Frei Foderibus**  
o lascivo **em mulieribus.**  
(OC, II, p. 324, grifo nosso)

Até o período que estamos analisando, observa-se uma presença do latim como língua de cultura e uma cultura latina recuperada através da citação e indicação de possíveis leituras de seus principais expoentes. Obviamente, dadas as proporções deste trabalho, ficamos com apenas alguns exemplos exploratórios iniciais, mesmo porque, muitas vezes, a tarefa de buscar referências ao latim em obras de publicação afastada no tempo é como – seja permitida a citação popular – buscar agulha no palheiro.

## QUOD HODIE NON EST CRAS ERIT.

*(O que não é de hoje será de amanhã)*

Não nos propomos aqui estabelecer conclusões sobre um trabalho que ainda está desenvolvendo. Assim, dizendo o prosaico “para concluir”, deixaremos de retomar aspectos que foram discutidos ao longo do texto e que, portanto, são conclusões que foram sendo apresentadas para o período estudado até o momento e optaremos por indicar os caminhos futuros da pesquisa. Nesse sentido, este trabalho se direcionará para o estudo de outros períodos e se centrará no século XX, momento de ascensão e declínio acentuados dos usos da língua. Estamos, pois, nos propondo a, após percorrer quase 400 anos de história da língua latina no Brasil, analisar mais detidamente os métodos que aqui circularam no século passado.

Continua...

## REFERÊNCIAS

- AULO GÉLIO (2010). *Noites Áticas*. Tradução e notas de José R. Seabra F. Introdução de Bruno Fregni Basseto. Londrina: Eduel.
- ANCHIETA, José de (1990[1584]). *Textos Históricos. José de Anchieta*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. Obras Completas, 9<sup>o</sup> volume. São Paulo: Edições Loyola.
- ANCHIETA, José de (1989). *Poesias. José de Anchieta*. Transcrições, traduções e notas de M. de L. de Paula Martins. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ARAÚJO, Jorge de Souza (1999). *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC.
- BARLÉU, Gaspar (1940[1647]). *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc.* Trad. e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação.
- BURKE, Peter (1995). *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- ABREU, Capistrano de (1935). *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del rey nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício*. Confissões da Bahia, 1591-92, com prefácio de Capistrano de Abreu. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Ca.
- CAIRUS, Henrique (2011). O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In: VIEIRA, Brunno V. G. e THAMOS, Márcio (orgs). *Permanência Clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras Editora. p. 125-143.
- CARTAS JESUÍTICAS I (1931). *Manuel da Nóbrega. Cartas do Brasil (1549-1560)*. Publicação da Academia Brasileira, Coleção “Afrânio Peixoto”. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica.
- CARTAS JESUÍTICAS II (1931). *Cartas Avulsas (1550-1568)*. Publicação da Academia Brasileira, Coleção “Afrânio Peixoto”. Notas de Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica.
- CARTAS JESUÍTICAS III (1933). *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta S.J. (1554-1594)*. Publicações da Academia Brasileira. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita. Ideas para el debate. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. Dossiê “O Público e o Privado na Educação Brasileira”, n. 5, Campinas/SP: SBHE/Autores Associados, jan/jun. p. 93-124

- CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discurso, práctica, representación*. Cuadernos de trabajo n.º 2. Edición de Isabel Morant Deusa. España, Valência: Fundación Cañada Blanch, 1999.
- CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS E NORMAS COMPLEMENTARES (2004). Edição de Manuel Iglesias. São Paulo, Edições Loyola.
- DOMINGUES, Agostinho de Jesus (2002). *Os clássicos latinos nas antologias escolares dos jesuítas nos primeiros ciclos de estudos pós-elementares no século XVI em Portugal*. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto.
- FARIA, Ernesto (1941). *O latim e a cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: F. Griguiet & Cia.
- FARIA, Ernesto (1959). *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FRANÇA, Leonel S.J. (1952). *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum”*. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora. Disponível no site do grupo HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da UNICAMP: [www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm). Acesso em 15 de junho de 2011.
- GAMA, A. C. Chichorro da (1914). *Miniaturas biographicas. Apontamentos de litteratura classica brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia; Paris/Lisboa: Aillaud, Alvez & Cia.
- GINZBURG, Carlo (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras.
- HANSEN, João Adolfo (2004[1942]). *A Sátira e o Engenho*. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2.ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MATTOS, Gregório de (1999). *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Obra Poética Completa. v. III. Rio de Janeiro: Record.
- MATTOS, Gregório de (1969). *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Obra Poética Completa. v. II. Salvador: Edições Janaína.
- MATTOS, Luiz Alves de (1958). *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora.
- OLIVEIRA, Manuel Botelho de (2005[1705]). *Música do Parnaso*. A poesia aguda do engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira por Ivan Teixeira. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- PEREIRA, Pe. João (1715). *Exhoraçãoens domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia de Jesus*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO ÀS PARTES DO BRASIL (1922). *Confissões da Bahia*. 1591 – 92. São Paulo: Editor Paulo Prado.

Disponível em: <http://archive.org/stream/primeiravisitaoosociuoft#page/n5/mode/2up>

RANIERI, Carli (2010). *Educação e cultura na história do Brasil*. Curitiba: IBPEX.

RATIO ATQUE INSTITUTIO SOCIETATIS IESU (MDXCVIII). *Neapoli: Typ. Tarquinii Longi*.

MIRANDA, Maria Margarida Lopes de (2001). Cipriano Soares e Miguel Venegas: o poema dedicatório dos *De Arte Rhetorica Libri Tres* (1562), *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, 35 (junho de 2001), p. 119-123

RUDDER, Orlando de (2008). *Cogito ergo sum*. Dicionário comentado de expressões latinas. Lisboa: Edições Texto & Grafia.

SAVIANI, Dermeval (2008). *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas-SP: Autores Associados.

SCHWARCZ, Lilia; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SERAFIM LEITE, S.I. (1938). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. 2 (Século XVI – A Obra). Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Frederico de Souza (2008). *Apocolocintose do Divino Cláudio: tradução, notas e comentários*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP.

SILVA, Vítor M. P. de Aguiar e (1988). *Teoria da Literatura*. 8ff ed. Coimbra: Livraria Almedina.

TERÊNCIO (1945 [185 a 159 a.C.]). *Comédias*. São Paulo: Edições Cultura.

TOSI, Renzo (2000). *Dicionário de sentenças gregas e latinas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

TUFFANI, Eduardo (2000-2001). Os estudos latinos no Brasil. *Clássica*, São Paulo, 13/14. p. 393-402.

TUFFANI, Eduardo (2006). *Repertório Brasileiro de Língua e Literatura Latina* (1830-1996). Cotia, SP: Ibis.

VASCONCELLOS, Pe. Simam de (1672). *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmatvrgo do Novo Mundo, na prouincia do Brasil*. Lisboa: Officina Ioam da Costa.

VASCONCELOS, Pe. Simão de (1865[1663]). *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes.

VIEIRA, Antonio (1679). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...* Primeira Parte. Lisboa: Officina de Ioam da Costa.

VIEIRA, Antonio (1682). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...*  
Segunda Parte. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.

VIEIRA, Antonio (1683). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...*  
Terceira Parte. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.



## AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos

klebson Oliveira e Tânia Lobo  
(Universidade Federal da Bahia)

### INTRODUÇÃO

Na década de 30 do século XVI – década em que efetivamente se iniciou a colonização do Brasil –, por disposição da bula papal *Cum ad nihil magis*, estabeleceu-se em Portugal o Santo Ofício, cuja atuação irá encerrar-se apenas no ano de 1821, já ao final, portanto, do período colonial brasileiro.

A justiça inquisitorial foi exercida por dois modos: o *estável* – vinculado às sedes dos tribunais – e o *ambulante* – derivado das visitas dos inquisidores a pontos diversos do território sob sua jurisdição (MARQUILHAS, 2000). Diferentemente do que se verificou na América espanhola, com a instalação de tribunais no México e em Lima em 1569-1570 e também em Cartagena de Índias em 1610 (BETHENCOURT, 2000, p. 52), na América Portuguesa, vingou o modo *ambulante*, tendo o Santo Ofício empreendido três visitas ao Brasil: no século XVI, à Bahia (de 1591 a 1592) e a Pernambuco (de 1593 a 1595); no século XVII, novamente à Bahia (em 1618) e, finalmente, no século XVIII, ao Grão-Pará (de 1763 a 1769). Não tendo, portanto, um tribunal próprio, o Brasil ficou sob a tutela do Tribunal Inquisitorial de Lisboa.<sup>1</sup>

Da primeira visita, liderada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, resultaram, conforme se lê no reto do fól. 1 do *Livro Primeiro de Confissões*, 4 Livros de Denúncias, 3 Livros de Confissões e 2 Livros de Ratificações, todos depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa:

---

<sup>1</sup> Nos domínios do Império Português, fora de Portugal, apenas em Goa, em 1560, se instalou um braço do Tribunal do Santo Ofício.



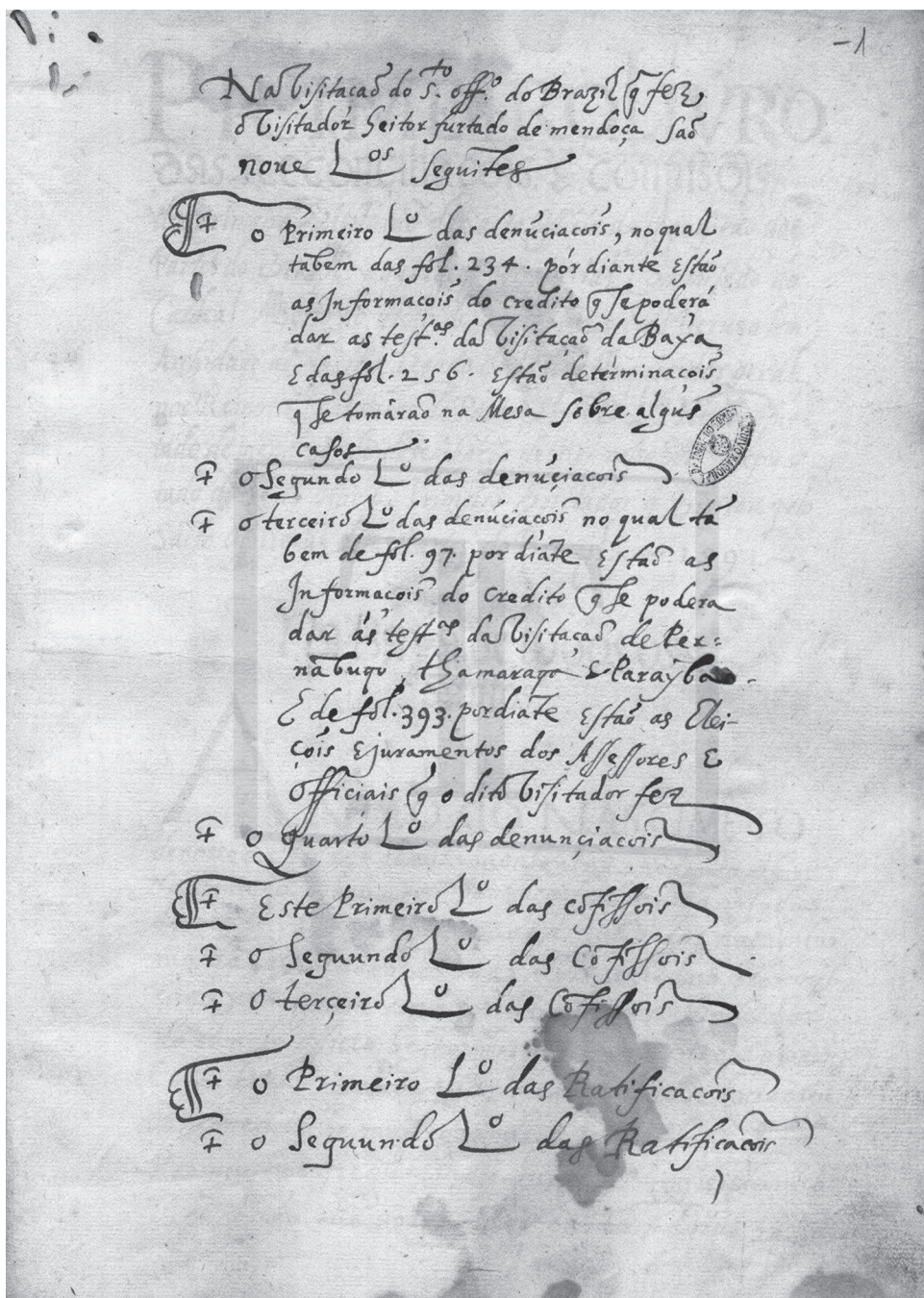


Figura 1: Relação dos livros produzidos pelo Santo Ofício na primeira visitação ao Brasil, século XVI

Analisando o conjunto de depoimentos prestados e assinados perante o Santo Ofício, constantes do Livro *Primeiro de Confissões*, este estudo (parte integrante de

um projeto mais amplo de investigação, intitulado LEITURA E ESCRITA AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO, cujo objetivo é analisar a difusão social da escrita no mundo colonial ibérico, explorando verticalmente fontes inquisitoriais) recua à Bahia de final do século XVI, com o objetivo central de mensurar os níveis de alfabetismo da população, aplicando o chamado “método de cômputo de assinaturas”, indicador cultural que, apesar de macroscópico, compósito,<sup>2</sup> tem permitido instigantes aproximações sobre aspectos censitários da alfabetização em sociedades do Antigo Regime.<sup>3</sup>

Aqui serão apresentados apenas os primeiros resultados obtidos com a descrição do *corpus*, ainda sem um maior aprofundamento da análise. Considerando que tal *corpus* se extraiu do *Livro Primeiro de Confissões*, precederá a apresentação dos resultados uma breve reflexão crítica sobre o conjunto de edições do referido livro até então localizadas. Tal reflexão visa, sobretudo, a apontar problemas de ordem filológica que, afetando as edições, afetam, em igual medida, análises que porventura se façam a partir das edições disponíveis e que não levem em conta o manuscrito original. Justifica-se, assim, a necessidade de uma edição filologicamente sustentada do documento mencionado, a qual será levada a cabo pelos autores deste texto.

### O LIVRO PRIMEIRO DE CONFISSÕES: UMA FONTE LACUNOSA?

Conforme referido anteriormente, a primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil produziu 4 Livros de Denúncias, 3 Livros de Confissões e 2 Livros de Ratificações.

Sobre o *Livro Primeiro de Confissões*, do qual se extraiu o *corpus* a ser aqui analisado, sabe-se, até o momento, da existência de três edições:

- a. a de 1922: 1ª edição, com 250 exemplares, publicação original da “Série Eduardo Prado”, com prefácio de Capistrano de Abreu;

---

2 A este respeito, afirma Chartier (2004, p. 114): “[...] tal constatação [a de que porcentagens de signatários podem indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por uma sociedade] não nos leva a negar as porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas através dos séculos e dos sítios, mas apenas a avaliá-las pelo que são: indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.”

3 No espaço da Península Ibérica, para Portugal, podem-se mencionar os estudos de Francisco Ribeiro da Silva (1986), Justino Pereira de Magalhães (1994), Henrique Rodrigues (1995) e Rita Marquilhas (2000) e, para a Espanha, o de Marie-Christine Rodríguez & Bartolomé Bennassar (1978). No Brasil, os trabalhos na mesma linha apenas agora se iniciam, destacando-se como um dos primeiros o de Renato Venâncio (2001).

- b. a de 1935: com 1.000 exemplares em papel comum e 150 em papel especial, não propriamente uma edição, mas a 1ª reimpressão da 1ª edição, cujos direitos autorais foram cedidos por Paulo Prado, sobrinho de Eduardo Prado, à Sociedade Capistrano de Abreu<sup>4</sup>;
- c. a de 1997: feita sob a organização de Ronaldo Vainfas e publicada pela Companhia das Letras.

Não se teve acesso à edição de 1922, de cuja existência se ficou sabendo pela leitura do prefácio de Capistrano de Abreu à edição de 1935. Sobre a edição de 1935, a que se tornou célebre, destacam-se, a seguir, alguns aspectos.

Inicialmente, o próprio prefácio de Capistrano de Abreu (1935, p. XXVIII) deixa claro que não foi ele próprio o editor do texto, e, sim, o português Antônio Baião, à época diretor da Torre do Tombo: “As copias publicadas neste volume foram bondosamente lidas pelo digno director da Torre do Tombo, Dr. Antonio Baião. Sem a dedicação incassável de Lucio d’Azevedo não seria possível obtê-las.”

Imediatamente a seguir à parte do texto em que se colheu a citação acima, foram explicitadas pelo próprio Capistrano de Abreu as intervenções feitas quando da transcrição do manuscrito. Assim ele se manifesta sobre elas:

A’s confissões faltam as frases tabellioas com que começavam e acabavam: a de Frutuoso Alves [sic] [o primeiro confitente] vai completa para se ver que o que foi cortado não fez falta.

A grafia reproduz a do copista, excepto num ponto: não havia é, i, u com til e não se pensou em fundi-los a tempo.

Ajuizar que o que se “corta” de um texto não fará falta é sempre algo passível de discussão no âmbito da Filologia, em função do público-alvo a que se destina uma edição. Não tirando o mérito de Capistrano de Abreu e igualmente o de Antônio Baião, o fato é que, para trabalhos de natureza linguística *lato sensu*, bem como para os da natureza do que aqui se realiza, “o que foi cortado fez falta sim”, a ponto de inutilizar a referida edição como base para a extração de dados, uma vez que se retiraram do texto editado as assinaturas dos confitentes, dando

---

4 Na sua Introdução à obra *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, um dos textos selecionados para integrar a coleção *Intérpretes do Brasil* (2002), dirigida por Silviano Santiago, Ronaldo Vainfas esclarece sobre o papel exercido pelo “mecenas” Paulo Prado: “Patrocinou, em 1922, a edição das *Confissões da Bahia*, coligidas por seu amigo e mestre Capistrano de Abreu, e a da *Histoire de la Mission des pères capucins*, de Claude d’Abeville. Inaugurou, assim, a Série Eduardo Prado, homenagem ao tio, falecido de febre amarela em (1901), série que ainda publicaria importantes documentos de nossa história.” (p. 7). E ainda: “A Capistrano, Paulo Prado prestou todo o apoio possível para a edição de textos raros e, após a morte do mestre, em 1927, fundaria a Sociedade Capistrano de Abreu e relançaria a principal obra de Capistrano, os *Capítulos de história colonial* (1928).” (p. 7-8).

a entender ser esta uma fonte lacunosa para investigações sobre mensuração de níveis de alfabetismo.

No ano de 1997, como acima mencionado, veio à luz a edição organizada pelo historiador Ronaldo Vainfas, que, dizendo serem os tempos outros, assim justificou sua edição:

(...) algumas modificações se fizeram necessárias para tornar este livro palatável e interessante para quem, na virada do milênio, vai ler um livro quinhentista sobre os começos do Brasil (p. 13).

As modificações apresentadas pelo editor estão abaixo relacionadas:

1. Modernização ortográfica.
2. Introdução da pontuação.
3. Homogeneização da onomástica, com adoção da fórmula mais atual, tanto para os nomes de pessoas, quanto para os nomes de lugares.
4. Exclusão das fórmulas tabelioas, exceto apenas, tal como fez o primeiro editor, no caso da primeira confissão, a do Padre Frutuoso Álvares.

A leitura da edição de Vainfas permite concluir que as suas intervenções foram além do explicitado pelo autor, tendo atingido também as assinaturas estampadas pelos confitentes no manuscrito original, o que igualmente invalida a sua edição como base para extração de dados.<sup>5</sup>

A leitura das duas edições acima – a de 1935 e a de 1997 – leva, portanto, à impressão equivocada de que o *Livro Primeiro de Confissões* seria uma fonte extremamente lacunosa para o propósito desta investigação, a saber, o de mensurar níveis de alfabetismo partindo do cômputo de assinaturas. Disto decorreu, inevitavelmente, a consulta aos originais, que levou à conclusão exatamente contrária, conforme se demonstrará na descrição dos dados.

---

5 Para além das diferentes formas de intervenção no próprio texto, também se observam na edição sob a organização de Vainfas as seguintes diferenças relativamente à edição de 1935: a não inclusão do *Monitório do Inquisidor Geral*, das *Determinações*, do *Traslado da Comissão*, da *Apresentação das Provisões*, da *Apresentação da Comissão*, da *Publicação dos Éditos*, do *Juramento das Autoridades* e da *Fixação dos Éditos*.



Figura 2: Capa do *Livro Primeiro de Confissões*, século XVI

## APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

A metodologia para a realização do trabalho partiu, inevitavelmente, da leitura sistemática de cada uma das confissões constantes do *Livro Primeiro*, com

particular atenção para a parte inicial do texto, em que o confitente é identificado, e, como é óbvio, para a parte final, onde poderia figurar ou não a sua assinatura. Para cada um dos confitentes, constituiu-se uma ficha catalográfica.

Observem-se, abaixo, o fac-símile de uma confissão e a ficha catalográfica a partir dela elaborada, retratando o perfil sociológico do confitente em questão:

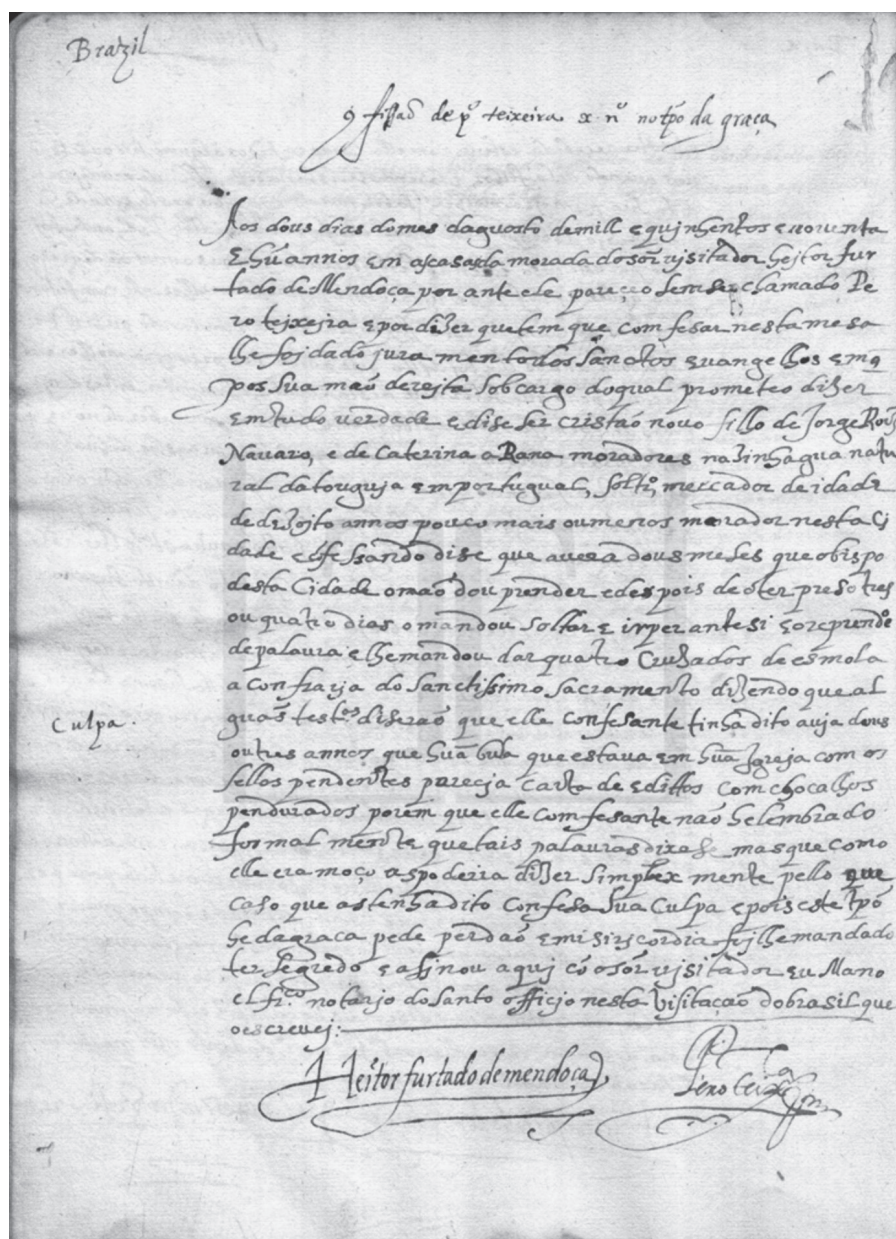
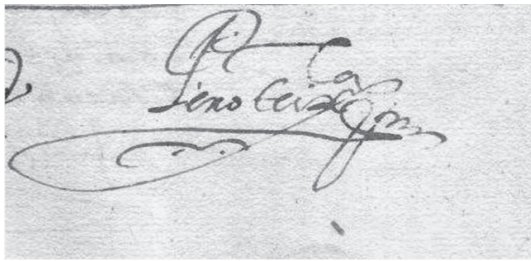


Figura 3: Fac-símile da confissão feita por Pero Teixeira, século XVI

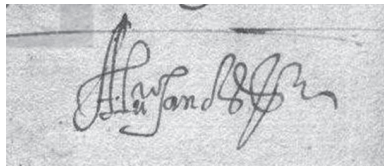
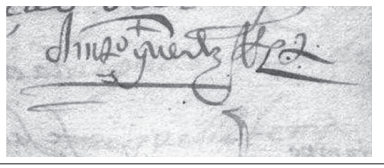
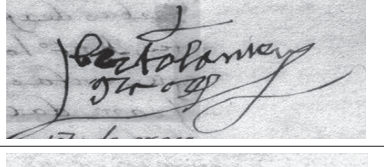
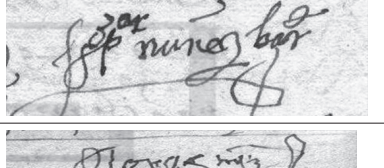
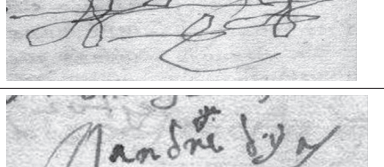
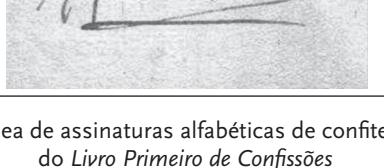
NÚMERO: 05	LOCALIZAÇÃO NO MANUSCRITO: 7V
Nome: <b>Pero Teixeira</b>	
Condição religiosa: <b>Cristão-novo</b>	
Naturalidade: <b>Touguinha (Portugal)</b>	
Cor/Etnia: <b>Branco (por inferência)</b>	
Ocupação/Profissão: <b>Mercador</b>	
Idade: <b>18 anos</b>	
Estado civil: <b>Solteiro</b>	
Filiação	Pai: <b>Jorge Rodrigues Navarro</b>
	Mãe: <b>Catarina Arana</b>
Residência: <b>Salvador</b>	
Assinante: <b>Sim</b>	
Assinatura:	
	
Nível de execução caligráfica da assinatura: <b>Usual</b>	
Motivo da confissão: <b>Blasfêmia</b>	
Observações:	

Quadro 1: Ficha catalográfica produzida a partir do depoimento de Pero Teixeira

Como se vê acima, na parte final de cada ficha catalográfica, constará a assinatura, sempre que o indivíduo for capaz de executá-la, quer se trate de assinatura alfabética, quer não (cf. Quadros 2 e 3, a seguir). O binômio assinante x não assinante será confrontado com todas as variáveis apresentadas na ficha catalográfica: sexo, condição religiosa, naturalidade, cor/etnia, ocupação/profissão e residência.

Para além da análise quantitativa que aqui se fará, em cujo foco está a questão mais abrangente da difusão social da escrita na sociedade baiana em finais de quinhentos, também se procederá, em estudo a ser feito posteriormente sobre o mesmo *corpus*, à análise da morfologia das assinaturas, com o intuito de uma aproximação mais qualitativa da intimidade dos confitentes com a habilidade de escrever.

No Quadro 2, abaixo, apresentam-se, a título de exemplificação, assinaturas alfabéticas classificadas em três distintos tipos quanto ao nível de execução caligráfica do redator:

ASSINATURAS – HOMENS			
Nº	Nome	Assinatura	Nível de execução caligráfica
1	Álvaro Sanches		Pura
2	Antônio Guedes		Pura
3	Bartolomeu Garcês		Usual
4	Gaspar Nunes Barreto		Usual
5	Jorge Martins		Elementar de base
6	André Dias		Elementar de base


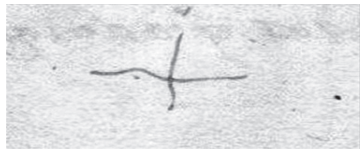
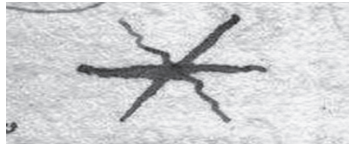
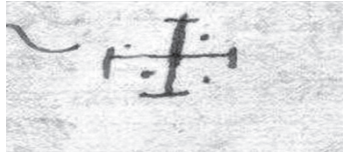
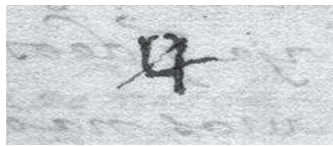

Quadro 2: Coletânea de assinaturas alfabéticas de confitentes masculinos do Livro *Primeiro de Confissões*

A definição de cada um dos níveis – execução caligráfica *pura*, *usual* ou *elementar* – é feita por Petrucci (1978). Duas das características examinadas são, por exemplo, o traçado e os elementos de ligação. Se se ler o quadro acima no sentido de cima para baixo, vê-se que o traçado passa gradualmente de mais seguro para



menos seguro e que as ligaduras, feitas pelos dois primeiros assinantes, vão esmaecendo também à proporção que se avança de cima para baixo.

Ainda no plano das assinaturas, também não dispensarão uma análise posterior as chamadas assinaturas não alfabéticas, como as que se apresentam a seguir, no Quadro 3:

ASSINATURAS NÃO ALFEBÉTICAS		
Nº	Nome	Sinal
1	Pero Domingues	
2	João Gonçalves	
3	Simão Luís	
4	Noitel Pereira	
5	Manuel Faleiro	
6	Bento Rodrigues Loureiro	

Quadro 3: Coletânea de assinaturas não alfabéticas de confitentes masculinos do *Livro Primeiro de Confissões*

É de ressaltar que, neste *corpus*, apenas entre os homens se atestou a ocorrência de assinaturas não alfabéticas. Não sabendo a mulher assinar alfabeticamente, também não o fez através de qualquer sinal da natureza dos que acima se mostram. Quando não portam assinatura, as confissões femininas regularmente

se encerram com frases do tipo “Por não saber escrever, assinou o notário a seu rogo”,<sup>6</sup> como se pode ler, por exemplo, ao final do depoimento de *Maria Lourenço*, cristã-velha, de 40 anos, nascida em Viseu, ou ainda “Sabia ler e não escreve, pelo que, a seu rogo, assinou o notário”, que se lê ao final do depoimento de *Catarina Mendes*, cristã-nova, de 51 anos, nascida em Lisboa. Fórmulas tabelioas como as anteriores podem, ainda que excepcionalmente, ser encontradas ao fim de uma confissão masculina, como se atesta no caso da que é feita por *Afonso Luís*, cristão-velho, de idade não identificada, natural da Vila d’Alvito, em cujo final se lê: “Por ser cego, assina a seu rogo o notário”. Não se pode, aqui, deixar de notar que, sendo o confitente cego, não poderia assinar – alfabeticamente ou não –, daí ser indispensável, ao final da sua confissão, a fórmula tabelioa.

Passa-se, a seguir, aos dados quantitativos.

## DESCRIÇÃO DOS DADOS

### Apresentação geral

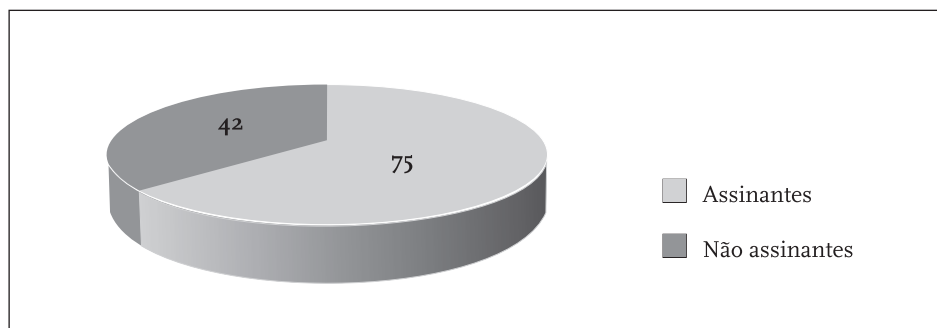


Gráfico 1: Assinantes *versus* não assinantes

O visitador Heitor Furtado de Mendonça aportou na cidade do Salvador em 09 de junho de 1591. Em um total de 60 dias de graça concedidos, contados 30 dias a partir de 29 de junho de 1591 e mais 30 dias a partir de 12 de janeiro de 1592, colheu 117 confissões, feitas, no primeiro período, pelos moradores da cidade, uma légua em roda, e, no segundo período, pelos moradores do Recôncavo. Dos 117 confitentes, 75 (64.1%) sabiam assinar o próprio nome e 42 (35.9%), não. Esses 117 indivíduos estavam repartidos por sexo, como se vê na Tabela 1, abaixo, sendo 67.5% homens e 32.5%, mulheres.

<sup>6</sup> Todos os trechos extraídos das *Confissões* estão modernizados ortograficamente e pontuados.

## Repartição por sexo

	HOMENS (79 – 67.5%)	MULHERES (38 – 32.5%)
Assinantes	69 – 87.3%	06 – 15.8%
Não assinantes	10 – 12.7%	32 – 84.2%
Total	79 – 100%	38 – 100.0%

Tabela 1: Homens *versus* Mulheres

Os resultados obtidos foram praticamente inversos: enquanto 87.3% dos homens assinaram, 84.2% das mulheres não o fizeram.

Tais resultados serão a seguir destrinchados, considerando-se a variável sexo em confronto com outras três variáveis: a origem geográfica do confitente – se portuguesa, se brasileira ou outra –, sua condição religiosa – opondo, basicamente, cristãos-velhos a cristãos-novos – e ainda sua categoria socioprofissional.

No item 3.3, a seguir, confronta-se a variável sexo com a origem geográfica do confitente, identificando-se, inicialmente, na Tabela 2, de onde provêm os confitentes do sexo masculino.

## Repartição por sexo *versus* origem

HOMENS (79)		
<b>Portugal</b> <sup>7</sup> (43 – 54.4%)	Assinantes	37 – 86.0%
	Não assinantes	06 – 14.0%
<b>Brasil</b> (29 – 36.7%)	Assinantes	28 – 96.6%
	Não assinantes	01 – 03.4%
<b>França</b> (03 – 3.8%)	Assinantes	02 – 66.7%
	Não assinantes	01 – 33.3%
<b>Espanha</b> (02 – 2.5%)	Assinantes	01 – 50.0%
	Não assinantes	01 – 50.0%
<b>Grécia</b> (01 – 1.3%)	Assinantes	--
	Não assinantes	01 – 100.0%
<b>Não identificada</b> (01 – 1.3%)	Assinantes	01 – 100.0%
	Não assinantes	--

Tabela 2: Homens *versus* origem

7 Como provenientes de Portugal, estão aqui agrupados não só os efetivamente portugueses, maioria esmagadora, como também os poucos indivíduos oriundos de partes diversas do império português, como, por exemplo, os Açores.

Entre os 79 homens, predominam os confitentes de origem portuguesa, os quais correspondem a 54.4% do total. A seguir, também significativamente representados, estão os homens já nascidos no Brasil, perfazendo 36.7% da amostra. Com pouca representatividade, não chegando a 8%, vêm europeus de procedência distinta – 03 franceses, 02 espanhóis e 01 grego. Apenas um homem não tem sua origem identificada.

Partindo da média anteriormente apresentada de 87.3% de assinantes entre os homens, observa-se que os portugueses estão pouquíssimo abaixo da média, apresentando 86.0% de assinaturas, ao passo que os brasileiros se situam com cerca de 10 pontos percentuais acima da média, atingindo, portanto, um patamar de assinaturas que beira a universalidade.

Quanto aos demais – franceses, espanhóis e grego –, pouco se pode concluir, devendo-se apenas indicar que 02 dos 03 franceses assinam (66.7%); 01 dos dois espanhóis assina (50%) e, finalmente, que o único grego é não assinante.

O único homem cuja origem não está identificada – o confitente *Roque Garcia* – é assinante.

As confissões não fazem qualquer alusão a uma possível estratificação étnica dos homens portugueses, razão pela qual se inferiu que fossem todos brancos.<sup>8</sup> Já a população de homens brasileiros representada na amostra se encontra estratificada do ponto de vista étnico, como se pode visualizar na Tabela 3, abaixo:

HOMENS BRASILEIROS (29)		
<b>Branco</b> (15 – 51.7%)	Assinantes	15 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>Mamelucos/Mestiços</b> (13 – 44.8%)	Assinantes	13 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>Índios</b> (01 – 3.5%)	Assinantes	–
	Não assinantes	01 – 100.0%

Tabela 3: Estratificação étnica dos homens brasileiros

Dos 29 homens brasileiros, 51.7% são brancos, 44.8% são mamelucos e apenas um é índio (3.5%). A indicação de que 15 homens brasileiros são brancos também resulta de inferência, mas bem ancorada: é que esses são os “não marcados”, em contraposição aos “marcados” – os mamelucos e o índio. No final do século XVI, também compunham a sociedade colonial baiana, para além dos três

8 Tendo-se optado por incluir na análise a variável condição religiosa, não se distinguiu entre os “brancos” o grupo étnico dos judeus ou judeus recém-convertidos.

estratos étnicos mencionados, negros – africanos ou já nascidos no Brasil – e outros mestiços, além dos mamelucos – quer os provenientes da miscigenação entre negros e índios, chamados de cafuzos, quer entre negros e brancos, designados de mulatos. Todavia, negros e negro-mestiços não figuram entre os confitentes do *Livro Primeiro de Confissões*, aspecto que já é indicador do desequilíbrio da amostra no que toca à representação da configuração étnica da sociedade.

Todos os brancos e mamelucos assinam. Merece destaque o fato de, entre os brancos brasileiros, as assinaturas atingirem a universalidade da amostra, mas, entre os brancos portugueses, o percentual dos que assinam, apesar de alto, corresponder a 86%. O número absoluto de brancos portugueses (43) é quase o triplo que o de brancos brasileiros (15), o que permite levantar a suposição de que um possível enviesamento da amostra explique a diferença acima apontada, e não a existência de condições objetivas que teriam privilegiado a alfabetização dos brancos nascidos no Brasil. Em termos absolutos, os mamelucos (13), porém, estão em pé de igualdade com os brancos brasileiros (15) e todos também assinam.

Na Tabela 4, a seguir, apresentam-se os mamelucos desta amostra:

NOME	FILIAÇÃO		NATURALIDADE	PROFISSÃO	ID	E C	C R
	PAI	MÃE					
Antônio de Meira	Branco	Negra desta terra brasila	Bahia	Lavrador	NI	C	CV
Brás Dias	Branco	Brasila	Termo desta cidade	Lavrador	50	C	CV
Domingos Rebelo	Branco	Brasila	Bahia	NI	27	S	NI
Manuel Branco	Branco	Negra brasílica	Bahia	Não tem	24	S	CV
Paulo Adorno	Branco	Mameluca	Bahia	NI	39	V	NI
Tomás Ferreira	Branco	Escrava brasila do pai	Ilheus	NI	36	S	CV
Rodrigo Martins	Branco	Escrava negra deste Brasil	Porto Seguro	Lavrador	38	C	CV
André Dias	Branco	Escrava do pai, índia deste Brasil	Pernambuco	Lavrador	30	S	NI
Domingos Fernandes	Branco	Negra do gentio deste Brasil	Pernambuco	Não tem	NI	C	CV
Francisco Afonso Capara	Branco	Escrava do pai	Pernambuco	Lavrador	40	C	CV
Jacome de Queirós	NI	NI	Espírito Santo	Cônego	46	S	CV
Lázaro Cunha	Branco	Mameluca	Espírito Santo	NI	30	S	CV
Cristóvão Bulhões	Pardo	Índia desta terra	São Vicente	Trabalhador	25	S	CV

Tabela 4: Perfil sociológico dos mamelucos<sup>9</sup>

9 As três últimas colunas da Tabela referem-se à *idade* (ID), ao *estado civil* – casado (C), solteiro (S) ou viúvo (V) – e à *condição religiosa* – cristão-velho (CV), cristão-novo (CN). A sigla (NI) significa não identificado(a).

Chama a atenção inicialmente o fato de os 13 mamelucos serem provenientes de 6 capitanias distintas – Bahia, Ilheus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo e São Vicente. A amostra, apesar de reduzida, confirma o que afirmam historiadores da educação no Brasil: que os mamelucos foram, no início da colonização, alvo da ação missionária jesuítica, não só do ponto de vista catequético, mas também no que toca ao ensino da leitura e da escrita.<sup>10</sup>

De 1549 a 1560, o Padre Manuel da Nóbrega ocupou o cargo de Provincial da Ordem do Brasil, quando, então, foi substituído pelo Padre Luís da Grã. Após a morte de Nóbrega, em 1570, ocorreram mudanças nas linhas de ação educacional dos jesuítas, tanto no sentido do plano educacional a ser executado – que progressivamente foi deixando de ser mais particular e passando a ter um cunho mais universal –, quanto, o que é mais relevante destacar aqui, no sentido dos estratos da população que seriam contemplados: as escolas jesuíticas, supostamente abertas para abrigar, de forma indistinta, índios, mamelucos e filhos de famílias brancas, foram-se destinando, sobretudo a partir do século XVII, de modo quase exclusivo, aos brancos, mais especificamente, aos filhos das elites agrárias (FREIRE, 1993, p. 38-42).

Compondo a amostra apenas um índio não assinante, nada efetivamente se pode afirmar acerca da alfabetização deste segmento étnico da população. Ou seja, não é possível dizer, pelo fato de um não assinar, que todos ou a maioria dos índios integrados ao sistema colonial estivessem alijados do mundo grafocêntrico. O índio *Fernão Ribeiro* era da Aldeia de São João, da Capitania da Bahia de Todos os Santos, e não falava português. Da sua confissão participou um intérprete, o padre Francisco de Lemos, da Companhia de Jesus, a quem também coube assinar o depoimento.

Passa-se, a seguir, à apresentação dos dados relativos às mulheres:

MULHERES (38)		
<b>Portugal</b> (21 – 55.3%)	Assinantes	02 – 09.5%
	Não assinantes	19 – 90.5%
<b>Brasil</b> (14 – 36.8%)	Assinantes	03 – 21.4%
	Não assinantes	11 – 78.6%
<b>Espanha</b> (01 – 2.6%)	Assinantes	--
	Não assinantes	01 – 100.0%
<b>Não identificada</b> (02 – 5.2%)	Assinantes	01 – 50.0%
	Não assinante	01 – 50.0%

Tabela 5: Mulheres *versus* origem

<sup>10</sup> No século XVI, os jesuítas fundaram sete colégios no Brasil: na Bahia (1549), no Espírito Santo (1551), em São Vicente (1553), em São Paulo (1554), em Piratininga (1554), no Rio de Janeiro (1567) e em Olinda (1573).

Entre as 38 mulheres, predominam as confitentes de origem portuguesa, as quais correspondem a 55.3% do total. A seguir, também significativamente representadas, estão as mulheres nascidas no Brasil, perfazendo 36.8% da amostra. Deve ressaltar-se primeiramente, quanto à variável sexo, associada à variável origem do confitente, o equilíbrio existente:

- a. os homens portugueses e as mulheres portuguesas correspondem, respectivamente, a 54.4% e 55.3% do total;
- b. em paralelo, os homens brasileiros e as mulheres brasileiras se situam no patamar de 36.8% e 36.7%, respectivamente.

De origem diversa, apenas uma espanhola (2.6%). Só duas mulheres não têm a sua origem identificada (5.2%).

Partindo da média geral anteriormente apresentada de 15.8% de assinantes entre as mulheres, observa-se que as portuguesas estão, aproximadamente, com 6 pontos percentuais abaixo da média, apresentando 9.5% de assinaturas, enquanto as brasileiras, inversamente, se situam com cerca de 6 pontos percentuais acima da média geral feminina, apresentando 21.4% de assinaturas. Assim, não foi apenas entre os homens brasileiros, comparativamente aos portugueses, que se evidenciou um percentual superior de assinaturas, mas também entre as mulheres brasileiras, comparativamente às portuguesas.

As duas assinantes portuguesas da amostra foram *Paula de Siqueira*, cristã-velha, de 41 anos, natural de Lisboa, e *Maria Lopes*, cristã-nova, de idade entre 65 e 66 anos, natural de Évora. Os trechos abaixo, extraídos da confissão de *Paula de Siqueira*, revelam tratar-se de uma mulher que estabeleceu com a leitura (e quiçá com a escrita) – ao menos de cartas “de amores e requebros” – uma relação bastante ativa (ABREU, 1935, p. 47-50):

e confessando suas culpas, disse que haverá três anos, pouco mais ou menos, que **Filipa de Sousa**, moradora nesta cidade, casada com Francisco Pires, pedreiro, junto de Nossa Senhora de Ajuda, a qual ela tem por cristã nova, que foi já casada com outro primeiro marido, defunto, serigueiro, cristão novo, **lhe começou a escrever muitas cartas de amores e requebros**, de maneira que ela, confessante, entendeu que a dita Filipa de Sousa tinha alguma ruim pretensão

e, **com estas cartas e semelhantes recados e presentes, continuou com ela espaço de dois anos**, pouco mais ou menos, dando-lhe alguns abraços e alguns beijos, sem lhe descobrir claramente o seu fim e propósito, até que, num dia domingo ou santo, haverá um ano, pouco

mais ou menos, estando ela, confessante, em sua casa nesta cidade, veio a ela a dita Filipa de Sousa.

confessou mais que **a dita Boca-torta [Isabel Rodrigues] lhe deu uma carta, que chamam carta de tocar**, dizendo-lhe que tinha tanta virtude, que, em quantas cousas tocasse, se iriam após ela, **a qual carta, ela, confessante, não leu nem usou dela**, somente tendo intenção de usar dela, a deu a uma velha per nome Mécia Dias, mulher de Jorge Fernandes Freire, moradora nesta cidade, para que a levasse na cabeça, debaixo do toucado, e ela lha concertou ainda, segundo sua lembrança, para que fosse a três padres que lhe dissessem três evangelhos, e a dita velha, depois lha tornou, dizendo-lhe que já lhe tinham dito três evangelhos na cabeça sobre a dita carta, e ela, confessante, não usou nunca delas.

**e, sendo perguntada se tem ainda escritas as ditas palavras e a dita carta, respondeu que já queimou todos os ditos papeis e os não tem há mais de sete ou oito anos.**

A confissão de *Paula de Siqueira*, como se pôde ler, também faz menção, dentro da tradição epistolográfica, a um outro tipo de missiva, que seriam as cartas “de tocar”.

As três assinantes brasileiras da amostra foram (*Dona*) *Ana Alcoforada*, “meia cristã velha e meia cristã nova”, de 27 anos, natural de Matoim (Capitania da Bahia), (*Dona*) *Custódia de Faria*, cristã-nova, de 23 anos, também natural de Matoim (Capitania da Bahia), e *Antônia Fogaça*, cristã-velha, de 28 anos, natural de Salvador. Abaixo, leem-se trechos extraídos da confissão de *Antônia Fogaça*, que, a despeito da ameaça de pena de excomunhão, não deixou de comunicar-se por cartas com o seu cunhado e amante Fernão Ribeiro de Sousa – cartas que não só tratavam de “contas”, como se lhe impunha a sua pena, mas também usavam de “palavras afeiçoadas e amorosas” (ABREU, 1935, p. 101):

disse que, **pelo Bispo deste estado, Dom Antônio Barreiros, lhe foi posta pena de excomunhão ipso facto incurenda, que ela não falasse nem tivesse comunicação pessoal, nem por escritos, nem por recados, nem por interposta pessoa, com Fernão Ribeiro de Sousa**, cunhado dela, confessante, por cessarem certos escândalos e presunções que, de falarem e comunicarem, nasciam.

e que, depois de a dita pena ser notificada a ela, confessante, com declaração que **somente se poderiam mandar recados escritos sobre a liquidação das contas que entre ele e ela havia**, acerca do dote que ela e o dito seu marido lhe prometeram em dote quando o casaram



com sua irmã, contudo, **sem embargo da dita pena posta, além de muitos escritos e recados que lhe mandou sobre a dita matéria das ditas contas e afora outra carta que lhe mandou depois do Natal passado**, em que lhe dava repreensões e conselhos com palavras de escândalo, que não deixasse ela vir a sua fazenda um certo homem, **o dito Fernão Ribeiro lhe mandou mais a ela, não se afirma se ha mais de ano, dois escritos, cada um per sua vez, em dias diferentes, nos quais lhe falava também acerca das ditas contas e juntamente neles usava de palavras afeiçoadas e amorosas**, que é a matéria sobre que lhe foi posta a dita proibição pelo Bispo sob a dita pena

e, assim, **mais depois de ela receber os ditos escritos, respondeu ao dito Fernão Ribeiro pelo menino que lhe trouxera os escritos que ela lhe não respondia a ele por que lhe estava posta a dita pena**

A única mulher cuja origem não é brasileira nem portuguesa – uma espanhola – não assina.

Entre as mulheres de origem não identificada, uma é assinante, (*Dona Lianor*; a outra, *Beatriz de Sampaio*, não o é.<sup>11</sup>

Enquanto, entre os homens portugueses, não se identificou nenhum indício de que se repartissem do ponto de vista étnico, para as mulheres portuguesas, a situação foi distinta, o que se indica na Tabela 6:

MULHERES PORTUGUESAS (21)		
<b>Branças</b> (18 – 85.7%)	Assinantes	02 – 11.1%
	Não assinantes	16 – 88.9%
<b>Ciganas</b> (03 – 14.3%)	Assinantes	--
	Não assinantes	03 – 100.0%

Tabela 6: Estratificação étnica das mulheres portuguesas

Excluídas as ciganas do conjunto das mulheres portuguesas, a taxa de assinaturas entre as brancas cresce, mas não significativamente, passando de 9.5% (cf. Tabela 5) para 11.1%.

11 Para os casos dos confitentes cujo perfil sociológico não está integralmente traçado no *Livro Primeiro de Confissões*, aventa-se a possibilidade de a consulta a outras fontes trazer informações sobre os dados lacunosos. Por exemplo, na confissão de *Beatriz de Sampaio*, pode-se ler: "(...) a qual denunciou nesta mesa, no segundo livro das denúncias, folhas 29, onde estão as suas mais confrontações (...)". É provável, portanto, que, no *Segundo Livro das Denúncias*, *Beatriz de Sampaio*, na condição de denunciante, esteja plenamente identificada.

De forma idêntica ao que se observou para os homens brasileiros, também as mulheres brasileiras representadas na amostra estão diferenciadas quanto à sua etnia, conforme se vê na Tabela 7, abaixo:

MULHERES BRASILEIRAS (14)		
<b>Branças</b> (10 – 71.4%)	Assinantes	03 – 30.0%
	Não assinantes	07 – 70.0%
<b>Mamelucas/Mestiças</b> (04 – 28.6%)	Assinantes	--
	Não assinantes	04 – 100.0%

Tabela 7: Estratificação étnica das mulheres brasileiras

Embora todos os homens brancos brasileiros e mamelucos sejam, indistintamente, assinantes, observa-se, entre as mulheres brancas brasileiras e as mamelucas, uma grande discrepância: enquanto nenhuma mameluca estampou a sua assinatura, 30% das brancas brasileiras o fizeram, o que representa praticamente o dobro da média geral de 15.8% de assinaturas verificadas entre as mulheres. É relevante observar ainda, comparando os dados das Tabelas 6 e 7, que, enquanto, entre as brancas portuguesas, a taxa de assinaturas foi de 11.%, entre as brancas brasileiras, atingiu 30% da amostra.

Na Tabela 8, traça-se mais detalhadamente o perfil das mamelucas:

NOMES	FILIAÇÃO		NATURALIDADE	PROFISSÃO	ID	E C	C R
	PAI	MÃE					
Isabel Marques	Branco	Índia	Esta cidade	–	37	C	NI
Luísa Rodrigues	Branco	Índia deste Brasil	Este Recôncavo	–	21	C	NI
Maria Grega	Branco	Índia deste Brasil	Taparica	–	15/16	C	NI
Guiomar Pinheira	Branco	Escrava do pai	Ilheus	–	38	V	CV

Tabela 8: Perfil sociológico das mamelucas

As mamelucas não têm uma origem tão diversificada quanto os mamelucos. São naturais apenas de duas capitânicas – a da Bahia e a de Ilheus. Apesar de reduzida a amostra, sendo todas não assinantes, parecer ser plausível supor que, embora as mamelucas não tenham sido excluídas do plano catequético jesuíta, não foram o seu alvo privilegiado no que toca ao ensino da leitura e da escrita.

Concluída a análise da variável sexo em confronto com a origem geográfica do confitente, passa-se a confrontá-la, a seguir, com a condição religiosa.

## Repartição por sexo *versus* condição religiosa

HOMENS (79)		
<b>Cristãos-velhos</b> (58 – 73.4%)	Assinantes	51 – 88.0%
	Não assinantes	07 – 12.0%
<b>Cristãos-novos</b> (07 – 8.8%)	Assinantes	07 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>Meio cristão-novo</b> (01 – 1.3%)	Assinante	01 – 100.0%
	Não assinante	–
<b>Cristão há 6 ou 7 anos</b> (01 – 1.3%)	Assinantes	–
	Não assinantes	01 – 100.0%
<b>Filhos de pais católicos</b> (02 – 2.5%)	Assinantes	02 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>“Duvida se é cristão-novo”</b> (04 – 5.1%)	Assinantes	04 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>Não identificada</b> (06 – 7.6%)	Assinantes	03 – 50.0%
	Não assinantes	03 – 50.0%

Tabela 9: Homens *versus* condição religiosa

Entre os 79 homens, a maioria expressiva é de *crístãos-velhos*, os quais correspondem a 73.4% do total. A seguir, porém com pouca representatividade, vêm os *crístãos-novos*, perfazendo 8.8% da amostra. Figuram ainda entre os confitentes os que se identificam, do ponto de vista religioso, sob outras categorias, a saber: *meio crístão-novo* (1.3%), *crístão há seis ou sete anos* (1.3%) ou ainda *filho de pais católicos* (2.5%), para além dos que *duvidam se são crístãos-novos* (5.1%) ou ainda daqueles cuja condição religiosa não está identificada (7.6%).

Dada a grande disparidade numérica entre *crístãos-velhos* e *crístãos-novos*, seria arriscada qualquer conclusão mais definitiva acerca da interferência da variável condição religiosa sobre o fato de os homens saberem ou não assinar. Contudo, é de se notar que, enquanto a taxa de assinaturas dos *crístãos-velhos* basicamente corresponde à média geral de 87.3%, 100% dos *crístãos-novos* assinam.

Segundo Lipiner (1998, p. 55), “Na linguagem inquisitorial, o filho proveniente de casamento misto [entre *crístãos-novos* e *crístãos-velhos*] era apelidado de *meio crístão-novo* e o neto da mesma origem era classificado como *quarto de crístão-novo*, e assim por diante”. Na amostra, há apenas um *meio crístão-novo*, que é assinante.

O único homem cuja condição religiosa é identificada como *crístão há 6 ou 7 anos* é o índio *Fernão Ribeiro*, que contava então com 50 anos. Apesar de se tratar de uma conversão feita havia relativamente pouco tempo, a expressão *crístão-novo*,

reservada a judeus recém-convertidos, obviamente não se poderia aplicar ao caso em questão. Do índio *Fernão Ribeiro*, sabe-se ainda que era filho de gentios pagãos.

Os *filhos de pais católicos* são os franceses *Nicolau Luís* e *Pero de Vila Nova*. Do terceiro francês – *Simão Luís* –, não se identifica a condição religiosa, provavelmente por se tratar de um filho de casamento misto, cujo pai era luterano e a mãe, católica. Os dois franceses filhos de pais católicos sabiam assinar, já o filho do casamento misto, não.

Seguem, abaixo, os dados relativos às mulheres:

MULHERES (38)		
<b>Cristãs-velhas</b> (22 – 57.9%)	Assinantes	02 – 09.1%
	Não assinantes	20 – 90.9%
<b>Cristãs-novas</b> (05 – 13.2%)	Assinantes	03 – 60.0%
	Não assinantes	02 – 40.0%
<b>Meio cristãs-novas</b> (06 – 15.7%)	Assinantes	01 – 16.7%
	Não assinantes	05 – 83.3%
<b>Não identificada</b> (05 – 13.2%)	Assinantes	–
	Não assinantes	05 – 100.0%

Tabela 10: Mulheres *versus* condição religiosa

A desproporção entre *cristãs-velhas* – 57.9% – e *cristãs-novas* – 13.2% –, embora existente, é menor que a observada acima entre cristãos-velhos e novos – 73.4% e 8.8%, respectivamente.

O dado relevante observado na Tabela acima é que, quando são cristãs-novas, as mulheres atingem uma taxa de assinatura de 60.0%, contrariando a média geral de 84.2% de mulheres não assinantes. A condição religiosa revela-se, assim, ao menos para as mulheres, como uma variável merecedora de maior atenção em investigações futuras.

No próximo item, procede-se ao último confronto.

## Repartição por sexo *versus* categoria socioprofissional

Compreender os modos de estratificação socioprofissional de sociedades bastante recuadas no tempo é tarefa das mais complexas. Nesse plano, como estaria configurada a Bahia de fins do século XVI? Uma resposta mais cabal ainda demandará muita leitura. Por ora, podem-se iniciar as reflexões, partindo de duas propostas – uma primeira, formulada por Vainfas (2000 [1995]) exatamente para

a Bahia do século XVI, e outra, formulada por Marquilhas (2000) para Portugal do século XVII. As duas propostas podem ser visualizadas a seguir:

**Proposta de categorização socioprofissional  
Vainfas (2010 [1995], p. 232)**

1. gente da governança, senhores de engenho, lavradores, mercadores, funcionários do governo;
2. religiosos e clérigos;
3. sertanistas, feitores, soldados;
4. artesãos, trabalhadores especializados, mestres de açúcar;
5. escravos, forros, serviçais

**Proposta de categorização socioprofissional  
Marquilhas (2000, p. 114)**

1. clero e religiosos;
2. nobres (“dom” ou “dona”, “fidalgo”, “cavaleiro”) com exclusão dos que tinham acesso aos ofícios da administração local, criados de grandes famílias, letrados, estudantes, profissões liberais, ofícios superiores da administração central, senhorial, corporativa e periférica da coroa, funções comerciais elevadas, familiares do Santo Ofício;
3. funções comerciais menores, mesterais, pilotos, mareantes, ofícios subalternos;
4. lavradores e proprietários (os que declaravam “viver de sua fazenda”), gente “nobre da governança”, cidadãos, ofícios superiores da administração central;
5. criados, jornaleiros, braceiros, aprendizes, soldados, trabalhadores do campo, pescadores, escravos e mendigos.
6. classe social ou profissão não especificadas.

Apesar de a proposta de Vainfas – tanto do ponto de vista temporal, quanto do ponto de vista espacial, quanto ainda por ter lidado exatamente com as mesmas fontes que aqui se examinam – parecer ser a mais ajustada e a que se deveria adotar sem maiores questionamentos, não se descartou a de Marquilhas, já que aborda a estratificação socioprofissional de Portugal no século XVII, realidade que também se supõe, em certa medida, próxima à que se verificava na Bahia de finais do século XVI.

Tomou-se, então, como base a proposta de Vainfas, porém com ajustes advindos de Marquilhas, incluindo-se categorias socioprofissionais não mencionadas pelo primeiro autor e elevando-se o estrato constituído pelo clero e religiosos ao primeiro nível da escala socioprofissional. Com base nos ajustes operados, chegou-se à proposta que se apresenta a seguir, que apenas identifica o estrato sociopro-

fissional dos homens, uma vez que, para as mulheres confitentes, foi raríssima qualquer indicação de ocupação e/ou profissão.<sup>12</sup>

HOMENS (79)		
<b>Clero e religiosos</b> (04 – 5.1%)	Assinantes	04 – 100.0%
	Não assinantes	–
<b>Gente da governança, senhores de engenho, fazendeiros, lavradores, mercadores, funcionários do governo, letrados, estudantes, criados de grandes famílias</b> (33 – 41.7%)	Assinantes	30 – 90.9%
	Não assinantes	03 – 09.1%
<b>Artêsãos, trabalhadores especializados, mestres de açúcar</b> (14 – 17.7%)	Assinantes	11 – 78.6%
	Não assinantes	03 – 21.4%
<b>Sem ofício</b> (03 – 3.8%)	Assinantes	03 – 100%
	Não assinantes	–
<b>Não identificada</b> (25 – 31.6%)	Assinantes	21 – 84.0%
	Não assinantes	04 – 16.0%

Tabela 11: Homens *versus* profissão

A variável estrato socioprofissional do confitente foi aquela em que a fonte analisada se revelou mais lacunosa, havendo 31.6% de homens cuja profissão/ocupação não está identificada.

Dispondo em ordem decrescente os casos em que tal identificação é feita, vê-se que a amostra é constituída principalmente por homens da elite colonial – 41.7% correspondentes ao segundo estrato da hierarquia social (gente da governança, senhores de engenho, fazendeiros, lavradores, mercadores, funcionários do governo, letrados, estudantes, criados de grandes famílias) e 5.1% ao primeiro (clero e religiosos). Conforme esperado, 100.0% dos homens que compõem o primeiro estrato assinam, decrescendo a taxa de assinaturas para 90.1% entre os que se situam no segundo patamar.

Para além dos que compõem a elite, representa-se ainda na amostra um estrato socioprofissional que se poderia classificar de médio-baixo,<sup>13</sup> cuja taxa de assinaturas é de 78.6%, em consonância com a expectativa de que fosse inferior à dos estratos 1 e 2.

12 Houve apenas duas exceções – a de *Clara Fernandes*, meio cristã-nova, de 40 anos, natural de Castelo Branco, que era estalajadeira, e a de *Catarina Fernandes*, cristã-velha, 30 anos, natural de Estremoz, que era costureira. Ambas não assinaram as suas confissões.

13 Justifica-se tal classificação. Na proposta de categorização socioprofissional feita por Vainfas e que aqui se toma como base, há, entre os dois primeiros estratos e o que se está chamando de médio-baixo, um estrato em que se situariam “sertanistas, feitores, soldados”.

## PALAVRAS FINAIS

Os resultados obtidos com esta primeira mensuração dos níveis de alfabetismo da Bahia em finais de quinhentos foram surpreendentes: na amostra analisada, 64.1% dos indivíduos sabiam assinar o próprio nome; além disso, repartindo a amostra por sexo, a taxa de assinaturas entre os homens foi de 87.3% e, entre as mulheres, de 15.8%.

Confrontando os resultados obtidos com os que apresentam na Tabela 12, abaixo, elaborada por Grandra (2010) a partir de dados compilados por Chartier (2004) para os séculos XVII e XVIII, seguintes, portanto, ao século que aqui se contemplou, a razão da surpresa torna-se mais evidente.

	HOMENS		MULHERES	
	SÉC. XVII	SÉC. XVIII	SÉC. XVII	SÉC. XVIII
<b>Escócia</b>	25%	65%	—	15%
<b>Inglaterra</b>	30%	60%	—	35%
<b>França</b>	29%	48%	14%	27%
<b>Holanda (Amsterdã)</b>	57%	85%	32%	64%
<b>Espanha (Castilla la Nueva)<sup>14</sup></b>	54%		76%	
<b>Estados Unidos (Nova Inglaterra)</b>	61%	68%	31%	41%
<b>Estados Unidos (Virgínia)</b>	50%	65%	—	—

Tabela 12: Índices de assinaturas na era moderna em países europeus e nos Estados Unidos

Mais evidente ainda se torna se, para a comparação, se considerar o Censo de 1872, segundo o qual, no Brasil do final do Império, 99.9% dos escravos eram analfabetos, e também o eram 86% dos homens livres e 80% das mulheres livres.

Chega-se, assim, ao final deste texto indicando quatro aspectos que certamente deverão ser futuramente explorados:

1. O primeiro diz respeito à representatividade da amostra analisada: por exemplo, como já se destacou, negros e negro-mestiços não figuram entre os confitentes.
2. O segundo diz respeito à completa inversão atestada quanto aos homens livres: na Bahia, em finais de quinhentos, os homens livres apresentaram

<sup>14</sup> Para a Espanha, não se fez a repartição da população por sexo. Os percentuais de 54% e 76% correspondem, respectivamente, ao século XVII e ao XVIII.

uma taxa de assinaturas de 87.3%, mas, no geral do Brasil de finais do século XIX, 86% dos homens livres seriam analfabetos.

3. O terceiro diz respeito à estabilidade atestada quanto às mulheres livres: na Bahia, em finais de quinhentos, as mulheres livres apresentaram uma taxa de assinaturas de 15.8%, e, no geral do Brasil de finais do século XIX, cerca de 20% das mulheres livres seriam alfabetizadas.
4. O quarto e último aspecto diz respeito aos mamelucos: eram 100.0% assinantes na amostra, mas, a julgar pelas mudanças operadas nas linhas de ação educacional dos jesuítas a partir do século XVII, serão vítimas de uma história de desalfabetização nos séculos seguintes da história colonial?

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de (1935). *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del rey nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio*. Confissões da Bahia, 1591-92, com prefácio de Capistrano de Abreu. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C<sup>a</sup>.

BETHENCOURT, Francisco (2000). *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. 5<sup>ff</sup> reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita: ideas para el debate, *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5.

CHARTIER, Roger (2004). As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. 1 ed., 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.

FREIRE, Ana Maria Araújo (1993). *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2 ed. Revista e aumentada. São Paulo: Cortez.

GANDRA, Ana Sartori (2010). *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas lingüísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LANGELI, Attilio Bartoli (1996). Historia del alfabetismo y método cuantitativo, *SIGNO – Revista de Historia de la Cultura Escrita*, n. 3, Alcalá de Henares, p. 87-106.

LIPINER, Elias (1998). *Terror e linguagem: um dicionário da Santa Inquisição*. Contexto: Lisboa.



MAGALHÃES, Justino Pereira de (1994). Ler e escrever no mundo rural do antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação.

MARQUILHAS, Rita (2000). *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal, séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

PETRUCCI, Armando (1978). Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere, *Scrittura e Civiltà*, n. 2, p.163-207.

RODRIGUES, Henrique (1995). *Emigração e alfabetização: a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil.

RODRÍGUEZ, Marie-Christine; BENNASSAR, Bartolomé. Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Toléde (1535-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632), *Caravelle*, n. 31, Toulouse, 1978.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1986). A alfabetização no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650), *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, II Série, vol. III, p. 101-163.

VAINFAS, Ronaldo (2002). Introdução [à obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza do Brasil*, de Paulo Prado]. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

VAINFAS, Ronaldo (org.) (2005). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras.

VAINFAS, Ronaldo (2010 [1995]). *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.

VENÂNCIO, Renato Pinto (2001). Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. t. 2. São Paulo: Humanitas/FAPESP.



## ESCOLARIZAÇÃO DE ALDEADOS NO BRASIL DOS SÉCULOS XVII E XVIII E PRODUÇÃO ESCRITA INDÍGENA

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro  
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

### INTRODUÇÃO

Na distribuição demográfica do Brasil dos séculos XVI-XIX, apresentada por Mussa (1991, p.163), há um dado ainda não explorado, o do contingente de índios aldeados no Brasil colonial. Isso se deve, provavelmente, ao seu rápido decréscimo no século XVII,<sup>1</sup> alicerçado pela visão “cristalizada” do indígena colonial. A esse respeito, Monteiro (2001, p. 4) diz que parece haver entre os historiadores brasileiros, ainda hoje, duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional:

a primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos [...]. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento [...]. Um dos perigos dessas abordagens é que investem numa imagem cristalizada – fossilizada, diriam outros – dos índios, seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante.

A América Indígena, no entanto, tem sido mostrada como um mundo de “constantes redefinições identitárias” (MONTEIRO; MOSCOSO, 1990; MONTEIRO, 1992; PUNTONI, 1998; ALMEIDA, 2000; POMPA, 2001 e 2003, entre outros). É nesse contexto que vamos olhar os aldeamentos. De um lado, como

---

1 Os percentuais apresentados pelo autor por século são os seguintes: século XVI (1538-1600), (50%); século XVII (1601-1700), (10%) e século XVIII (1701-1800), mantendo com (8%). A partir daí, com a transformação dos aldeamentos em vilas, nos meados do século XVIII (1801-1850), vai de 4% para, apenas, 2%, entre 1851-1890.

espaços de interação de grupos étnicos diversos (ALMEIDA, 2001) e de intenso contato multilíngue (ALMEIDA, 2000, 2001 e 2003), em um Brasil igualmente multilíngue nos primeiros séculos de colonização (MATTOS E SILVA, 2001; LOBO, 2003) e, de outro, como espaços que podem ter gestado uma “prática de escrita indígena”, que pode vir a oferecer importantes pistas sobre a constituição histórica do português brasileiro.

Indícios sobre uma prática da escrita indígena em aldeamentos pode ser encontrada na historiografia. Não é novidade, por exemplo, a célebre exigência apresentada por Padre Antônio Vieira no “Regulamento de Aldeias e de Missões”, no século XVII, a de que, uma vez acabadas as orações ordinárias, os indígenas deveriam ser conduzidos para a “escola”, devendo os “mais hábeis” ser treinados na leitura e na escrita (BEOZZO, 1983, p. 196). Era ainda usual a prática jesuítica de instruir os meninos e não os adultos. Isso, por si só, mostra já um espaço oficial para a alfabetização de indígenas no Brasil colonial, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com os escravos africanos e seus descendentes, sendo plausível considerar que tenham produzido algum tipo de escrita, ainda que aparentemente incipiente ou pouco visível.

Este trabalho não se configura propriamente em um estudo aprofundado de escolarização em aldeamentos.<sup>2</sup> O nosso objetivo é levantar dados que indiquem o envolvimento de indígenas com a escrita no Brasil Colonial e sobre possíveis documentos escritos por eles, gestados nesse contexto.

O ponto de partida será a situação do aldeamento do Espírito Santo, quando de sua passagem a vila, a partir do trabalho de Brunet (2008), que o considera como um grande laboratório de análise para o Conselho Ultramarino no processo de implantação do Diretório Pombalino que fez revogar o “Regimento das Missões (1686)”, sob a administração eclesiástica dos aldeamentos.<sup>3</sup> O autor faz uma análise detalhada de uma documentação que traz uma interessante lista dos indígenas que sabiam ler e escrever e que vieram a assumir cargos na administração da nova vila, criada a partir desse aldeamento, a chamada “Vila Nova de Abrantes”. Consideramos que documentos gerados nesse processo oferecem pistas para a compreensão do processo de escrita do português.<sup>4</sup> A exemplo da vila de Abrantes, diversas vilas

2 Isso será feito em um trabalho posterior, com a continuação da pesquisa, na mesma linha de outros já realizados sobre escolarização no semiárido (CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; ALMEIDA, 2006), com base na proposta de pesquisa sugerida por Mattos e Silva (1995, 2001, 2002 e 2004), em que defende a articulação de aspectos demográficos com o processo de escolarização para um melhor entendimento da constituição histórica do português brasileiro (PB).

3 Sobre os efeitos das reformas pombalinas no aldeamento do Espírito Santo, ver Brunet (2008).

4 A busca por essas fontes faz parte da agenda do projeto intitulado “Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro” (CARNEIRO, 2008b), estruturado a partir dos objetivos gerais do projeto nacional “Para a História do Português Brasileiro (PHPB)”.

do sertão foram originárias de antigos aldeamentos, tais como Jeremoabo, Bom Conselho (atual Cícero Dantas), Santa Tereza de Canabrava, Pombal (atual Ribeira do Pombal),<sup>5</sup> Soure,<sup>6</sup> Tucano, Saco dos Morcegos/Mirandela, Maçacará (atual Euclides da Cunha) e outras da Região Norte, como Pambu, Santo Antônio da Glória (CARNEIRO; ALMEIDA, 2007).<sup>7</sup> Assim sendo, será importante levantar indícios que permitam o rastreamento de possíveis fontes produzidas por indígenas escolarizados no período colonial brasileiro. E, em nosso caso, na região do semiárido nos sertões da Bahia, a partir do século XVII, nossa área de interesse. Como se verá adiante, os sertões abrigaram inúmeros aldeamentos durante o período colonial brasileiro.<sup>8</sup>

O trabalho está dividido em duas partes principais:

**Parte 1** – trata sobre práticas de escrita de indígenas na América Hispânica (NEUMANN, 2005) e traz citações sobre a América Portuguesa (LEITE, 1950 [1938]); MONTEIRO, 2001; ALMEIDA, 2000; POMPA, 2001, 2003, entre outros). Essa parte é precedida de alguns breves comentários, como a menção às motivações para este trabalho.

**Parte 2** – será mostrado um levantamento dos aldeamentos criados na Bahia, feito a partir de referências na historiografia e inclui alguns relatos sobre a língua portuguesa “mal falada” por indígenas na região Nordeste. Será tratado de forma específica o caso do aldeamento do Espírito Santo, quando da sua transformação na Vila de Abrantes.

## A MOTIVAÇÃO

Este trabalho insere-se na pesquisa em linguística histórica desenvolvida pelo *Projeto Para a História do Português Brasileiro*, cujos trabalhos refletem uma agenda para a descrição e interpretação de dados que levem ao entendimento da formação do português brasileiro, sendo a busca de fontes para a constituição de *corpora* históricos um dos seus objetivos. A inserção da busca de fontes escritas

---

5 Aldeia de índios Moriti e Kariri.

6 Aldeia de Tupinambás.

7 Nessas áreas ainda vivem indígenas remanescentes, tais como: os Tumbalalá, Truká, Tuxá, Kantaruré, Xukuru-Kariri, Pankaré, Tocás, Kaimbé, Kiriri, Aricobé, Atikúm e Pankaru. A população, no entanto, é pequena em alguns lugares, com algo em torno de 50 indivíduos, a exemplo dos Kiriri das terras do Rodeador em Cícero Dantas e os Atikúm do Angical, e relativamente grande em outras, com aproximadamente 1.350 indivíduos, como os Kiriri do Banzaê. Ver localização precisa desses povos em <http://www.sei.ba.gov.br>, além de outras informações em <http://www.pineb.ffch.ufba.br> e também em [www.unb.br/il/lali](http://www.unb.br/il/lali).

8 Cf. também Neves (2008), a respeito da presença de europeus nos sertões da Bahia.

por indígenas foi uma consequência natural dos estudos da equipe regional baiana voltada ao semiárido, já que a presença indígena na região, no processo histórico de colonização, é bastante discutida nos estudos históricos e antropológicos (POMPA, 2003, parte 2). A recuperação de possíveis registros escritos por indígenas representa um grande desafio, mas consideramos ser perfeitamente plausível que o processo de alfabetização em língua portuguesa ocorrido com indígenas aldeados no período colonial tenha produzido práticas de escrita e que isso tenha levado a algum tipo de irradiação no contexto da colonização portuguesa, fato que nos levou à criação de um projeto de pesquisa intitulado *Escrita indígena em língua portuguesa na Bahia colonial e suas implicações para o estudo do português brasileiro sob uma perspectiva diacrônica* (CARNEIRO, 2008c).<sup>9</sup>

A partir do levantamento para o estudo da sócio-história da Bahia, encontramos referências às fontes no catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), veiculado pelo *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco* (ou Projeto Resgate),<sup>10</sup> que tem como objetivo disponibilizar documentos históricos concernentes à História do Brasil Colonial em arquivos de diversos países europeus e, em especial, de Portugal.<sup>11</sup>

A citação está referida da seguinte forma:<sup>12</sup>

1758, Dezembro, 9, Bahia – CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre os requerimentos dos índios moradores da Vila da Nova Abrantes, solicitando professores,<sup>13</sup> ajuda de custo para vestuário, funcionários administrativos e judiciários, reformas de antigos prédios jesuíticos, etc. Anexo: consulta (2ff via).<sup>14</sup>

Essa é considerada por Brunet (2008, p. 95) como sendo a primeira petição ao Conselho Ultramarino, datada de 09/12/1758, de autoria dos Índios da Vila de Abrantes. O autor, ao analisar os documentos que se encontram no APEB, maço

9 Disponível em [www.uefs.br/dohs](http://www.uefs.br/dohs).

10 Disponível em <http://www.resgate.unb.br/rbanco.html>.

11 Wagner Carvalho de Argollo Nobre (UFBA) vem se dedicando ao levantamento de fontes de interesse para a história linguística da Bahia, para a elaboração de um catálogo para estudos linguísticos, com destaque para a história indígena.

12 Cf. AHU Baía, cx. 146, doc. 40; cx. 147, doc. 85/AHU ACL CU 005. Cx. 138, d. 106.675.

13 Sem destaque no original.

14 Depois, tivemos conhecimento através de Fabrício Lyrio Santos de que, na aldeia do Espírito Santo, havia índios escolarizados que assumiram cargos quando da sua passagem para vila, fato comprovado quando de nossa análise do chamado "dossiê dos índios" (APEB, maço 603) sobre aldeamentos e missões indígenas (1758-1759), sob a guarda do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). O caderno 1, do maço 603, traz a lista dos índios que sabiam ler e escrever, como será detalhado adiante.

603, caderno 1, diz que, entre os 67 casais registrados no censo do aldeamento do Espírito Santo, durante a fundação da Vila de Abrantes, há informações de que poucos sabiam ler e escrever, apesar de a maioria entender e falar português.<sup>15</sup> Brunet (2008, p. 95) diz ainda que:

isso, aparentemente, dificultou o trabalho do juiz de fora de encontrar índios aptos para participarem da eleição e preencherem os cargos civis criados, apesar de ali viverem duzentos e trinta e seis índios, sendo cento e vinte e três mulheres [...] esse número reduzido de alfabetizados permite algumas interpretações. Uma seria o desinteresse dos jesuítas em se ocupar do ensino. Outra seria o descaso inicial dos indígenas em se submeter ao regime escolar imposto pelos jesuítas. Além do mais, o conteúdo programático e o calendário escolar dos inacianos não se ajustavam aos interesses e ao ciclo de atividades produtivas dos aldeados.

Outros indicativos de escrita indígena serão vistos adiante, onde se mostrará a assinatura dos índios em uma petição apresentada ao Conselho de Ultramar, pelo indígena Pedro dos Reis, juiz ordinário de Abrantes, extraída de Brunet (2008, p. 105). Depois de ter tomado conhecimento sobre o interessante caso da Vila de Abrantes, motivamo-nos a buscar “indícios”, no sentido defendido por Mattos e Silva (2001), de possíveis fontes escritas por indígenas para o estudo da história do português brasileiro, embora a autora não fale sobre as fontes escritas por indígenas em particular. Consideramos que essa vila será um bom parâmetro da situação que envolve a implantação do Diretório Pombalino, como dito anteriormente, não somente para outros aldeamentos que passaram a vila nos sertões da Bahia, como em outras partes do Brasil, como defende Brunet (2008), e cuja aplicação será objeto de seu projeto de doutoramento.<sup>16</sup>

15 Esse descaso pode ser melhor compreendido no relatório de um Inspetor, escrito em 1852, como extraído de Primitivo Moacyr (1937): “No antigo regime era costume criarem-se cadeiras primárias nas localidades em que estabeleciam índios novamente convertidos. Se nos não convém ir procurar novos índios ás florestas para os converter e civilizar, nem mesmo olharmos de perto para a instrução dos aldeamentos, é de necessidade atendermos ao menos a essa outra classe, que, entremeada com a população livre, tem ela uma ação desmoralizadora, que não procuramos remediar. *Quero crer perigoso dar-se-lhe instrução*, mas porque não se lhe dar uma educação moral e religiosa”.

16 Agradecemos a diversas pessoas que, de alguma forma, esclareceram pontos sobre essa questão e indicaram preciosas fontes: Eivaldo Fagundes Neves (UEFS), John Manuel Monteiro (UNICAMP), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Aryon Rodrigues (UnB), Pedro Puntoni (USP), Pedro Agostinho da Silva (UFBA/PINEB), Maria Celestino de Almeida, Fabrício Lyrio dos Santos (UFRB) e Luciano Campos Brunet (SECTI/BA). A Tânia Lobo (UFBA) por se tornar entusiasta por essa linha de trabalho. E ao Prof. Ataliba de Castilho (USP/UNICAMP), em particular, pela carta de apresentação ao *Archivio dell’Istituto Storico dell Frati Menori Cappuccini/Roma*, acolhida

## PARTE 1 – A ESCRITA INDÍGENA NA AMÉRICA HISPÂNICA

Neumann (2005, p. 178), em sua tese intitulada “Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII-XVIII)”, se refere a uma intensa troca de bilhetes, cartas e avisos entre os Guarani das Missões em meados do século XVIII e destaca as palavras utilizadas pelo jesuíta missioneiro Thadeo Xavier Henis sobre esse fato: *mientras volaban correos por los pueblos*. A prática de escrita, no entanto, não estava circunscrita a troca de bilhetes. O autor destaca também o caso do cacique da redução de Santa Maria La Mayor, Nicolas Yapuguai, que, em 1727, criou, em língua guarani, o livro *Sermones y Ejemplos em Lengua Guarani*.

Segundo o autor, na América de colonização espanhola, as populações indígenas – principalmente seus representantes letrados – adotaram, a partir de meados do século XVI, a redação de cartas como instrumento de contato com o “mundo exterior”. A redação dessas cartas poderia variar quanto aos conteúdos, à forma e aos idiomas em que eram grafadas. Ele cita uma dessas missivas indígenas, redigida no logradouro de Santo Antônio, um posto dentro da extensa estância de São Miguel, no dia 3 de março de 1753, dirigida ao comissário espanhol Juan Echavarria, poucos dias depois do primeiro encontro dos índios miguelistas com os comissários demarcadores em Santa Tecla, onde fala da prática de escrita entre os índios guarani e em outras partes da América, inclusive em épocas anteriores à da América portuguesa, já em 1554, em que os índios principais do México escreveram ao príncipe Felipe da Espanha uma demanda, visando manter o que hoje se considera uma atitude autônoma da população indígena, pleiteando o direito de autogoverno. Essa carta visava, por um lado, denunciar as dificuldades que estavam enfrentando e, por outro, demonstrar o conhecimento dessa elite indígena de seus diretos enquanto súditos do monarca espanhol.

Neumann (2004, 2005 e 2007), ao tratar da prática de escrita entre os Guarani na fronteira com o Uruguai e nas chamadas missões orientais do Uruguai, diz que a instrução letrada, indissociável da catequese, promovida nas reduções, proporcionou aos índios missioneiros as condições para produzirem novas formas de expressão. Através das atividades religiosas e administrativas, os Guarani conviveram com as práticas letradas que produziram efeitos sobre toda coletividade. A figura 1 mostra um trecho de um bilhete escrito em guarani.

---

generosamente por Mauro Brunello do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (Roma). Em especial, a Rosa Virginia Mattos e Silva (UFBA/PROHPOR).

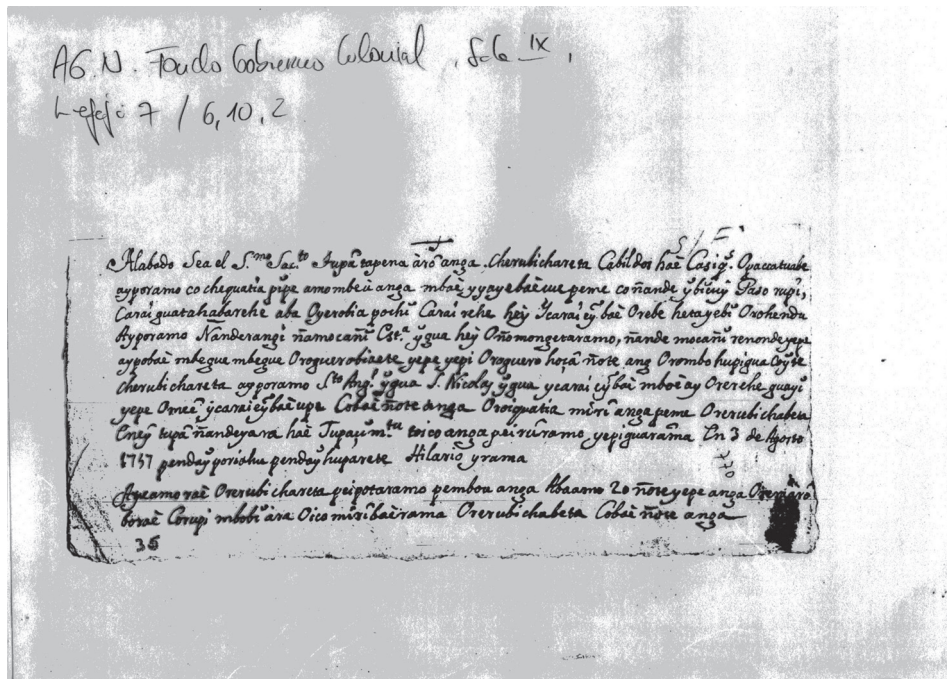


Figura 1: exemplo de escrita guarani (NEUMANN).<sup>17</sup>

A alfabetização nas reduções esteve limitada aos índios mais aptos ou de maior confiança dos missionários, ou seja, àqueles que integravam a “elite missioneira”. O autor se propõe a analisar aspectos relacionados à escrita como uma prática sociocultural, demonstrando em quais circunstâncias os Guarani fizeram uso da habilidade gráfica ou recorreram à aptidão de outros para produzir relatos.

Neumann (2005, p.48-49) faz uma detalhada análise desse tema e mostra como os contextos socioculturais no processo de evangelização gestaram a prática que culminou em uma produção escrita Gurarani nos séculos XVII e XVIII, descrevendo não só o uso de suportes de escrita, o papel dos copistas, mas também especificando a sua produção textual (cartas, memórias, atas de cabildos, diários, narrativas históricas, entre outros tipos). A análise dos contextos socioculturais inicia-se com o processo de evangelização calcado na prática primária (oral), que norteou a primeira geração de Guarani aldeados, e depois segue com os meandros da convivência Guarani com a cultura da escrita, também em língua nativa, além do espanhol, gerando uma situação, ainda que controlada pelos jesuítas, de bilinguismo. A evangelização pautada na oralidade coexistiu em uma situação de interação com a prática da escrita nas reduções. O autor mostra que essa prática

<sup>17</sup> Excerto enviado pelo autor, em 2008.



da escrita foi também controlada, restrita aos homens, dentre esses, quase que exclusivamente, aqueles cooptados dentre os principais, as chamadas lideranças indígenas. Essa “elite letrada” teve um papel tanto no processo de evangelização (também delegada pelos jesuítas para uma atuação nas reduções dessa “elite missionária”), quanto na administração das reduções (destacando o papel do cabildo, constituído basicamente por índios principais). Ao secretário do cabildo cabia, por exemplo, a redação de acordos e despachos. Destaca também a convivência de outros indígenas, para além dos líderes, embora pouco usual, com a escrita, através dos papéis das congregações e *nominas*, cujas práticas na redução remetiam às potencialidades inerentes ao contato com a escrita. Os usos da escrita nas reduções, mesmo que praticamente restrita a essa “elite indígena letrada missionária”, promoveu, na concepção do autor, novos modos de relação no processo de evangelização, gerando oportunidades de essa elite letrada colocar em prática o saber letrado em outros contextos, para além do espaço das reduções, na esteira do aprendizado com os jesuítas, como, por exemplo, através do contato com a sociedade colonial extrarredução.

No tocante ao processo de evangelização jesuítica no espaço luso colonial, a situação é diferente, entretanto há claros indícios do contato do indígena, no Brasil, com a prática escrita, em diferentes contextos e períodos. Só para exemplificar como esse campo pode ser explorado, vemos, por exemplo, uma situação destacada por Neumann, da Tese de Doutorado de Maria Celestino de Almeida (2003, p. 152), em que os índios principais da Serra de Ibiapaba, em meados do século XVII, escreveram, em português, cartas “em papel de Veneza e fechadas com lacre da Índia”, nas quais apresentavam aos padres algumas reivindicações das parcialidades dos aldeamentos no Maranhão.

Em suma, Neumann defende que o conhecimento das regras epistolares permitiu aos índios estabelecerem canais de comunicação diretamente com a administração colonial, através do envio de cartas e memoriais, em que procuravam atuar dentro do legalismo das regras escritas. O contato da escrita nos espaços das reduções e dos aldeamentos, desvinculada da reescrita religiosa, sem dúvida, preparou o indígena para uma inserção da escrita no contexto colonial, após a expulsão dos jesuítas.

Vejamos, no quadro a seguir, os vários tipos de textos encontrados pelo autor:

MODALIDADE TEXTUAL	CARACTERÍSTICA GERAL	PERÍODO VERIFICADO
<b>Bilhete</b>	Documento de difícil conservação, geralmente mensagens trocadas entre indígenas que apresentam uma escrita informal, por vezes sem data, destinatário nem remetente.	Momentos de agitação, quando os Guarani procuram comunicar-se pela via escrita. (século XVII – década de 60 – e meados do século XVIII, quando “voavam os bilhetes”).
<b>Carta</b>	Escrita voltada à comunicação com a sociedade colonial, relacionada às regras epistolográficas cultas e caligráficas.	A partir de meados do século XVIII, prolongando-se à segunda metade.
<b>Memorial</b>	Voltado a expressar uma demanda extraordinária, com escrita ajustada para atingir uma determinada audiência.	Demandas apresentadas através dessa via são mais frequentes na segunda metade do século XVIII, mas há evidência anterior (1742).
<b>Diário</b>	Modalidade caracterizada pela anotação, geralmente diária e imediata aos acontecimentos. O redator costuma manifestar suas impressões pessoais.	Até o momento apenas foram localizados dois textos com essa característica, um de 1702/1704 e outro de 1752/1754.
<b>Relato pessoal</b>	Procura estabelecer uma memória de determinados fatos vivenciados coletivamente.	Textos com essa característica são raros, a relação de Nerenda é o principal exemplar conhecido. Há uma carta de Primo Ybarenda que pode ser enquadrada nesse gênero. Ambos os textos correspondem ao período de conflito nas reduções.
<b>Ata de cabildo</b>	Anotação resumida dos temas tratados nas sessões dos cabildos.	São consideradas tardias nas reduções e apenas existem informações para a segunda metade do XVIII.
<b>Escrita exposta: cruces, cartazes</b>	Modalidade voltada para a comunicação pública, utilizada em espaço aberto, visando uma leitura à distância.	Utilizada pelos jesuítas no início da catequese e apropriada pelos Guarani para demarcar território como mensagem com caráter de ultimato.
<b>Narrativa histórica</b>	Textos com características históricas de qualquer extensão voltados a compilar os principais acontecimentos registrados na redução. Registros ordenados cronologicamente, a partir dos acontecimentos religiosos.	Essas obras são dadas como perdidas.

Quadro 1: Formas textuais da escrita guarani missioneira extraídas de Neumann (2005, p. 113; 2007, p. 58).

Neumann (2005, p. 342-360) lista ainda 172 documentos indígenas em guarani. Esses indígenas utilizavam em sua escrita principalmente papel e, eventualmente, madeira.

Acreditamos que, embora a prática de escrita indígena na América portuguesa não tenha ocorrido nos mesmos moldes da América Hispânica, ainda assim pode servir, *mutatis mutandis*, de paralelo para o estudo de algumas situações ocorridas na América Portuguesa, como as que envolvem conflitos, o processo de alfabetização de maiorais das aldeias (ALMEIDA, 2000, 2001 e 2003), entre outras. E, de modo particular, a situação que será tratada especificamente neste trabalho, a que envolve os indígenas no processo de passagem de aldeamentos a vila, a exemplo do que ocorreu com a Vila de Abrantes (BRUNET, 2008), mostrada adiante.

### **A escrita indígena na América portuguesa**

No caso do Nordeste do Brasil, não há como não mencionar as cartas escritas em Tupi, no contexto do domínio holandês, dos famosos chefes potiguara Pedro Poti e Antônio Paraupaba, em meados do século XVII, além da carta de Felipe Camarão, todas traduzidas para o holandês. No Brasil, as notícias mais conhecidas dessas raras cartas são a de Dr. José Hygino Duarte Pereira, de fins do século XIX, depositadas no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia, e nas cartas escritas nos meados do século XVII, revistas por Teodoro Sampaio, em 1906, com o nome de “Cartas Tupis dos Camarões”.

Hulsman (2006) apresenta essas representações ou petições atribuídas ao indígena Potiguar Antônio Paraupaba e o define como um escritor experiente e essas petições como testemunhos da relação entre os índios e os neerlandeses, durante 32 anos. Para o autor, esses textos, se não escritos, foram lidos e corrigidos por Paraupaba, tendo sido publicados originalmente em Leiden, 1657, período em que o mesmo se dirigia aos Estados Gerais dos Países Baixos, quando da expulsão dos holandeses do Brasil. O texto consiste, segundo o autor, de duas exposições feitas por Paraupaba para os Estados Gerais, além da tradução de uma carta portuguesa interceptada no Brasil. A primeira foi registrada em agosto de 1654 no índice das resoluções dos Estados Gerais e a segunda é uma versão manuscrita, datada de abril de 1656 e ainda preservada. Além dessas, o autor cita as referências a textos da autoria de Paraupaba nas “Minutas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife”.

Vejamos um fac-símile de um documento apresentado por Hulsman (2006, p. 64), onde aparece a assinatura do indígena Antônio Paraupaba.

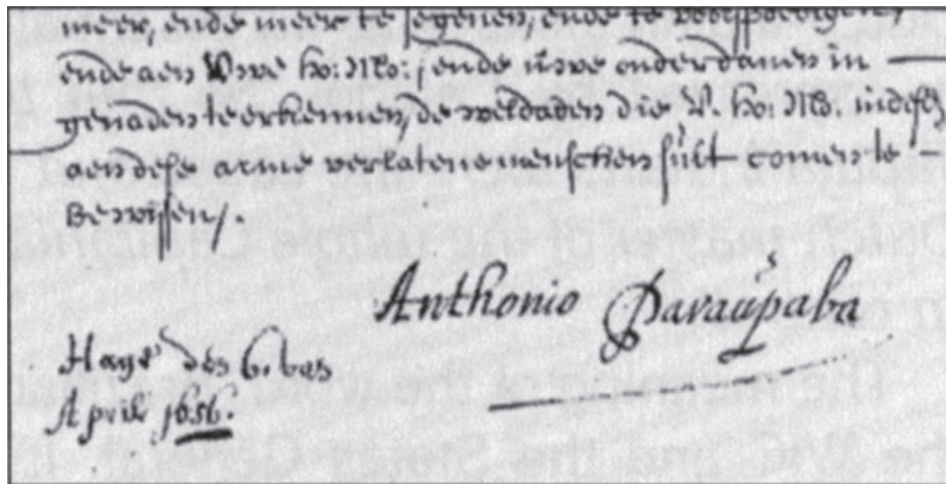


Figura 2: Assinatura de Antônio Paraupaba (HULSMAN, 2006, p. 64).<sup>18</sup>

Essas cartas e as respostas de Pedro Poti às cartas de Dom Antônio Felipe Camarão mostram que havia indígenas alfabetizados.<sup>19</sup> E, ainda que não tenham sido escritas em português, são, sem dúvida, importantes testemunhos da “inserção dos índios no mundo colonial”, nas palavras de Pompa (2003, p. 209-210). Essa autora diz que esse não é um testemunho isolado. Destaca a difusão desse meio de comunicação, como testemunhado por Vieira (1992), na *Relação da missão da Serra de Ibiapaba*, de 1650. Vieira (1992, p. 139-140) fala ainda de cartas enviadas

18 Hulsman (2005, p. 1-2) assim se refere ao indígena Paraupaba: “Os dados biográficos de Paraupaba são poucos. As primeiras referências datam de depois de 1631 e indicam que ele foi educado na Holanda. A identidade do Paraupaba nos arquivos é o de Brasileiro. Paraupaba provavelmente viajou em 1625 com a frota de Boudewijn Hendricxsz para a Holanda. Os Brasileiros foram alojados em Groningen e Amsterdã. A formação dos brasileiros era um projeto da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e foi realizado por predicantes calvinistas. A intenção da WIC era de conquistar o Brasil. Não há informação sobre a idade do Antonio, mas ele funcionou como interprete [...]. Quando voltou para o Brasil em 1631, tinha 18 anos, provavelmente mais, porque passou cinco anos nos Países Baixos e não há referência de um menor na embaixada brasileira do ano de 1625. Antonio entrou no serviço militar em 1654, o que indica que era fisicamente bastante forte para cumprir serviço. Então provavelmente nasceu entre 1595 e 1610. Viaja com seu pai para Rio Grande em Dezembro de 1633 para ajudar a fazer contatos com os Tarairiu depois da conquista do forte dos Reis Magos. A conquista do Paraíba em 1634 e do Arraial em 1635 estabeleceu o domínio Neerlandês nas Capitanias de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande. A população brasileira escolheu o lado do invasor. A WIC manteve o governo em aldeias, colocando oficiais Neerlandeses ao lado de capitães indígenas. Em 1637, encontramos uma referência de Antonio como Capitão de Aldeia. João Maurício de Nassau convoca os capitães brasileiros numa reunião em 1639 depois de problemas em 1638”.

19 Gonçalves (2005) salienta que durante o mês de outubro de 1645, em plena guerra luso-holandesa, um intenso movimento foi observado entre as tropas Potiguara. Ela menciona que mensageiros iam e voltavam dos acampamentos militares, situados entre Pernambuco e Paraíba, portando cartas, no contexto em que se insere o indígena Paraupaba. Ver ainda referências às correspondências dos Potiguara nos episódios da Guerra dos Brancos (GONÇALVES, 2005).

entre vários grupos indígenas e faz observações sobre a letra, o estilo e a identidade dos remetentes, nos seguintes termos: “admiraram-se os padres de ver as cartas escritas em papel Veneza e fechados com lacre da Índia [...] A letra e o estilo das cartas era dos índios pernambucanos, antigos discípulos dos padres...”.

Na historiografia existem referências a diversas solicitações de indígenas com pareceres do Conselho Ultramarino no contexto de “formação de uma elite indígena” na América Portuguesa, embora não fique claro se tais escritos tinham uma autoria indígena. Carvalho Jr. (2005b) cita pedidos de dois índios principais de Tapuitapera e Sergipe, feitos em 12 de setembro de 1648,<sup>20</sup> solicitando a mercê do Hábito de Cristo e sua terça correspondente para poderem viver, sendo justificada pelos serviços prestados na guerra contra os holandeses. Nesse mesmo ano, há diversas solicitações por parte dos índios. Segundo o autor, os pedidos se multiplicaram em 1655.

Almeida (2001, p. 56) também argumenta que “prestigiar, enobrecer e valorizar lideranças indígenas, através da concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio, eram atitudes próprias das políticas espanhola e portuguesa da colonização”. E destaca o famoso Arariboia, batizado com o nome de Martim Afonso de Souza. Almeida (2001) ressalta ainda que, nas petições ao Rei, os indígenas se identificavam a partir do nome de batismo português e da aldeia em que habitavam, sobrepondo-se à denominação de seu grupo étnico. Diz que esses índios “eram súditos do Rei, com reconhecimento jurídico sobre sua condição específica de aldeados”, e exemplifica com a aldeia de São Lourenço e dos índios Temiminó. Diz que esses se identificaram perante as autoridades, colonos e missionários, a partir da posição que ocupavam. Almeida (2001) informa ainda que durante o período pombalino, entre o final do século XVIII e início do século XIX, os índios aldeados aparecem como “agentes sociais mais interessados, senão únicos, em manter suas aldeias”. Essa situação fica claramente expressa no caso tratado neste trabalho, a do aldeamento do Espírito Santo, a partir da análise de Brunet (2008).

Almeida (2001, p. 52) defende que os aldeamentos coloniais constituídos sob a proteção da Coroa Portuguesa, por diversas ordens religiosas, como as que vamos tratar aqui, devem ser pensados como espaços em que “várias gerações de índios se transformaram de etnias múltiplas num amplo e genérico grupo que chamamos de índios aldeados”.<sup>21</sup>

---

20 AHU, Maranhão, 009, cx 3. d. 266 e 268.

21 Outros trechos dão testemunho de diversas outras situações, como da presença de mamelucos, designados também de híbridos no monte Rari/Araripe, no interior da Bahia, como extraído de Pompa (2003, p. 204-205, do *Annua Littera provinciae brasiliae*, datado de 1581, p. 106). A autora

## PARTE 2 – OS ALDEAMENTOS DO SERTÃO BAIANO E O CASO DO ALDEAMENTO DO ESPÍRITO SANTO

Os aldeamentos foram comuns na Bahia entre fins do século XVII e início do século XIX, sobretudo nos sertões. Uma das primeiras missões, a de Nossa Senhora da Trindade de Massacará, data de 1639, tendo os padres João de Barros e Jacobo Rolambo feito visitas em 1666 (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 165, além de outros).<sup>22</sup> Entretanto, é difícil precisar quantos foram os aldeamentos,<sup>23</sup> já que muitos eram transferidos de lugar ou mudavam de nome, aparecendo na documentação com grafias diferentes. Um levantamento feito com base em Dantas et al (1992), Puntoni (2002, p. 295-299), Pompa (2003, p. 304-305), Silva (1989) e Regni (1988) mostra que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, existia um número bastante grande de missões, sob a administração de várias ordens, sobretudo jesuítas,<sup>24</sup> capuchinhos e carmelitas, como fica evidenciado no quadro a seguir:

---

diz que: “o altíssimo monte Rari encontra-se distante 500 mil passos da Bahia, no interior do Brasil, e estende-se do sul para o norte, 90. Seus habitantes, que são de fato numerosos, nos enviaram pelos caminhos inacessíveis e escarpados, conhecedores da região, desejando eles se mudar para estas bandas e sendo nisso impedidos pelos inimigos, que presidiavam o caminho [...] O caminho até lá é indescritível, através de grandes solidões [...] O Padre, tendo pedido aos inimigos dos Rarienses para deixá-los passar por suas fronteiras, o que era necessário para seu fim, conseguiu diligentemente. Estando pois tudo pronto para a viagem, chegaram os Híbridos (trata-se de uma casta de Índios misturados com Lusitanos, que as pessoas de nossa terra chamam de mamelucos) e tentaram atrapalhar tudo. Estes, com efeito, acostumados a zombar da simplicidade dos índios, suportavam que eles migrassem para outro lugar”

- 22 Ver ainda Martinho de Nantes (1979 [1706]) sobre a *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris*.
- 23 Muitas aldeias passaram dos jesuítas para os capuchinhos e vice-versa. Pompa (2003, p. 304-305) identifica sob domínio dos capuchinhos, em fins do século XVII, as aldeias de Arará, Vargem, Pambu, Aracapá, Cavalo, Arapuá (Irapuã), Rodelas (Comarca de Jacobina), Porto da Folha (Sergipe), Pacatuba (Sergipe) e Rio de Contas. E na área do curso inferior do rio São Francisco, entre 1670 e 1700, das ordens capuchinhas, jesuítas e franciscanas as seguintes missões: Pochim/Pacatuba, Vila Nova de Penedo, Vila de Traipu ou São Pedro do Porto da Folha, Paulo Afonso, Rodela, Sorobabé, Porto das Missões dos Rodelas, Ilha e Porto da Missão, Vargem, Pambu, Ilha das Vacas, Aracapá, Cavalo-São Felix, Ilha dos Guanhãs, Joaseiro, Curral dos Bois e Carurus.
- 24 Cf. Castelnau-L'estoile (2006).

ALDEIAS/ DENOMINAÇÕES	INVOCAÇÃO OU ORAGO	MISSIONÁRIOS	NAÇÃO/ HABITANTES
Aracapá [ <i>Uracapá, Ouracapa, Oacarapá, Wracapa, Racappa, Varacapá</i> ] Ilha do Orocapá Ilha do Aracapá	São Francisco	Capuchinhos bretões/franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Cariri- dzubucuás Obacatuaras [ <i>Obacaiaras, Abacatuaras</i> ] Irapuás Cracuís
Aramaris	----	Clérigos	Kiriri
Aramurus	----	Capuchinhos	Aramurus Caboclos ( <i>Xocós [chocó, chocáz, ceocoses, schocó]</i> )
Aranhipó	----	Jesuítas Carmelitas Descalços	Pórcáz
Araripe [ <i>Arrarype</i> ]	Senhor Santo Cristo	Capuchinhos franceses Capuchinhos italianos	Umãs Ansuns Enxus
Aricobé	Nossa Senhora da Conceição	----	----
Axará [ <i>Acará, Acaxá</i> ] Ilha do Araxá Ilha do Acará	Nossa Senhora de Belém	Capuchinhos franceses Jesuítas Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Procás [ <i>Porcáz, Porcás</i> ] e Brançarurus [ <i>pancarurus, bançarurus</i> ] (Tapuia)
Boldrim (Taipu)	Nossa Senhora do Pilar	Capuchinhos franceses Capuchinhos italianos	Cariri
Bom Jesus de Jacobina/ Jacobina	Bom Jesus da Glória	Franciscanos	Paracá
Camamu	Nossa Senhora do Desterro	Franciscanos	Cariri
Canabrava/Santa Tereza de Canabrava	Santa Tereza	Jesuítas	Kiriri/Cariri
Caranguejo	----	----	Sapuyá
Caruruz	----	Jesuítas	----
Catu	Santo Antônio	Franciscanos	Cariri
Cavalo/São Félix Ilha do Cavalo	São Félix Nossa Senhora da Natividade	Capuchinhos franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Cariri
Conquista da Pedra Branca	----	----	Kiriri/Cariri
Coripós	Nossa Senhora do Pilar	----	----
Corumambá [ <i>Corumbambá</i> ]	São João	Capuchinhos franceses Jesuítas Carmelitas Descalços	Porcáz

ALDEIAS/ DENOMINAÇÕES	INVOCAÇÃO OU ORAGO	MISSIONÁRIOS	NAÇÃO/ HABITANTES
Curral de Bois e Carurus	São Francisco Santo Antônio	Jesuítas Franciscanos	Guaimoré
Gualaz	----	Franciscanos	----
Ilha das Vacas	----	Capuchinhos	----
Ilha do Jacaré	São Pedro	Capuchinhos franceses Carmelitas Descalços	Aramurus
Ilha dos Guanhãs	----	Franciscanos	----
Ilha e Porto das Missões	----	Capuchinhos	----
Ipitanga	Espírito Santo	Jesuítas	Tupi ou Tupinambá
Irapuã [ <i>Irapoá, Arapuá</i> ] Ilha do Irapoa	Santo Antônio São Félix de Cantalício	Capuchinhos franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Cariri Cracuis Ansus
Itapicuru de Cima	Santo Antônio Nossa Senhora da Saúde	Franciscanos	Payayá (?) Tupinambá
Jaguaripe do Rio da Aldeia	Santo Antônio	Clérigos	Kiriri/Cariri
Jeremoabo/ Geremoabo	Nossa Senhora das Brotas	Franciscanos	Tupinambá
Jeru	Nossa Senhora do Socorro	Jesuítas	----
Jiquirica	Nossa Senhora dos Prazeres	Clérigos	----
Juazeiro	Nossa Senhora das Brotas/ Nossa Senhora das Grotas	Franciscanos	Tamanqueri
Manguinhos	----	Clérigo/ Jesuítas	(Caramuru)
Massacará	Santíssima Trindade Nossa Senhora da Trindade Santa Trindade	Franciscanos Jesuítas	Kiriri/Cariri, Kaimbé Cariri-Cimbre
Massarandupió	Santo Antônio de Arguim	Jesuítas Carmelitas Descalços	Tupi ou Tupinambá
Missão do Sai	----	----	----
Natuba	Nossa Senhora da Conceição	Jesuítas	Kiriri
Pacatuba [ <i>Patacuba</i> ] Poxim [ <i>Pochim</i> ] Vila Nova	Espírito Santo São Félix de Cantalice	Capuchinhos franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Cajagôs [ <i>Caxagos, Caxagós</i> ] Caboclos Karapatós [ <i>carapatós, carapatos, parapatos</i> ]
Paigui	Santa Cruz	----	----
Palmares	Santo Amaro	Franciscanos	Caeté Caboclos



ALDEIAS/ DENOMINAÇÕES	INVOCAÇÃO OU ORAGO	MISSIONÁRIOS	NAÇÃO/ HABITANTES
Pambu [ <i>Nambu, Gambu, Pomba</i> ] Ilha do Pambu	Nossa Senhora da Conceição	Capuchinhos bretões/franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Procás e Brancarurus Cariri (BA) Tamaqueú/ Cariri (PE)
Penedo	----	Capuchinhos franceses	Carapátios
Porta das Missões	----	Capuchinhos	----
Porto da Folha (Sergipe) Vila de Traipu ou S. Pedro do Pôrto da Folha	São Pedro	Capuchinhos bretões/franceses Capuchinhos italianos	Aramurus [ <i>Urumarus, Aramarus, Oromarais</i> ] Cariri
Rio de Contas	----	Capuchinhos italianos	----
Rio Real	Jesus, Maria, José	Carmelitas	Procás Kiriri
Rodelas	São João Batista	Capuchinhos franceses Franciscanos Jesuítas Capuchinhos italianos	Porcáz [ <i>Proká, Proca, Porcacás</i> ] 600 Índios Procárodela
Saco dos Morcegos	Ascensão de Cristo/ Nossa Senhora da Ascensão	Jesuítas	Kiriri/Cariri
Sai	Nossa Senhora das Neves	Franciscanos	Cariri-Cimbre
Salitre	Nossa Senhora Madre de Deus São Gonçalo	Clérigos Franciscanos	Cariri
Santo Antônio da Aldeia / Santo Antônio	Santo Antônio	Clérigos Franciscanos	----
São Francisco Xavier de Jacobina	----	----	----
Una ou Iguma	São Miguel	----	----
Vargem [ <i>Varge, Vargé, Varze</i> ] Ilha da Vargea	B. Serafim de Montegrnário	Capuchinhos franceses Carmelitas Descalços Capuchinhos italianos	Cariri Procás [ <i>Porcáz, Porcacazes, Borcás, Porcá, Porcacáz, Porcaes, Preguez, Porus</i> ] Brancarurus (Tapuia)
Zorobabé/ Sorobabé	----	----	Carurus

Quadro 2: Aldeamentos e missões da Bahia, séculos XVII - XVIII.

Fontes: Dantas et al, 1992; Puntoni, 2002, p. 295-299; Pompa, 2003, p. 304-305; Silva, 1989 e Regni, 1988.

Mattos e Silva (2001) se refere a esses espaços como ambiente de uso de uma *língua geral*, usada no singular, e diz que tal denominação não expressaria a diversidade linguística que a recobre. Para a autora, pode-se até conjecturar

que “o que na documentação colonial se designa por ‘usar a língua geral’, ‘falar a língua geral’, ‘saber a língua geral’” podem ser expressões que encobrem um tipo de português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas. Por fim, depois de deixar aberto esse instigante campo de pesquisa, conclui dizendo, a partir dos dados de Mussa (1991, p. 163), que não foram os índios brasileiros os difusores, no geral do Brasil, daquilo que denomina de português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro, devido à drástica redução de índios integrados à sociedade colonial. A autora, entretanto, reconhece que “as línguas gerais indígenas”, “plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 299).<sup>25</sup>

De fato, há relatos de uso de um português “não bem falado” em áreas isoladas com presença indígena. Puntoni (2002, p.157) destaca uma referência desse tipo sobre a fala de um chefe indígena Tapuia,<sup>26</sup> por ocasião dos episódios que envolvem a rendição dos Janduís e da libertação do seu líder, Canindé, em 1692.

No dia 5 de abril de 1692, trazidos por um certo capitão João Pais Florião (um português casado com a filha de Nhangujé, maioral da aldeia Jacaju, e cunhado recíproco do rei dos janduís) haviam chegado à Bahia dois chefes tapuias: José de

---

25 Mattos e Silva (2001, p. 284) diz ainda que resta saber o quanto as línguas do tronco linguístico macro-jê marcaram o português brasileiro.

26 A acepção ‘Tapuia’ não se refere a uma etnia, tendo sido adotada pelos pioneiros colonos portugueses de uma prática Tupinambá de designar dessa maneira os índios que não falassem o Tupi. A partir daí passa a ser usada como povos que falam línguas do tronco linguístico Jê. Entretanto, nem todos os Tapuias pertenciam à essa família linguística (SCHWARTZ, 1988, p. 43; RODRIGUES, 1996)). Gabriel Soares de Sousa, em 1587, assim fala sobre esses povos na época pré-colonial (SOUSA, 2000 [1587], p. 259, capítulo CXLVII): “Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os Tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo, de quem diremos adiante em seu lugar. Estes Tapuias foram lançados fora da terra da Bahia e da vizinhança do mar, dela por outro gentio seu contrário, que desceu do Sertão, à fama da fartura da terra e mar desta província, que se chama Tupinaés, e fizeram guerra um gentio a outro, tanto tempo quanto gastou para os Tupinaés vencerem e desbaratarem aos Tapuias, e lhos fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de que eram senhores, a qual os Tapinaés possuíram e senhorearam muitos anos, tendo guerra ordinariamente pela banda do sertão, com os Tapuias, primeiros possuidores das fraldas do mar; e chegando à notícia dos Tupinambás a grossura e fertilidade da terra, se juntaram e vieram d’além do rio de S. Francisco descendo sobre a terra da Bahia”. E também adiante (SOUSA, 2000 [1587], p. 298-299, capítulo CXXXIV) diz o seguinte: “Como os Tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem, para se poder dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar informações de suas divisões, vida e costumes [...] Quando estes Tapuias cantam, não pronunciam nada, por ser tudo garganteado, mas a seu modo; são entoados e prezam-se de grandes músicos, a quem o outro gentio folga muito de ouvir cantar. Estes Tapuias não comem carne humana, e se tomam na guerra alguns contrários, não os matam; mas servem-se deles como de seus escravos, e por tais os vendem agora aos portugueses que com eles tratam e comunicam”.

Abreu Vidal, tio de Canindé, e Miguel Pereira Guajiru Pequeno, maioral de “três aldeias também sujeitas ao mesmo Canindé”. Acompanhados de mais quinze outros índios e índias, foram à presença do governador-geral, a quem falou José de Abreu Vidal “**em língua portuguesa não bem falada**”, explicando que vinham de 380 léguas para pedir, em nome do rei Canindé, uma “paz perpétua”. Depois de cinco dias de reflexões e debates, ofereceram, então, as proposições de paz vocalmente em sua língua, que foi explicada em português por um intérprete [grifos nossos].

Mattos e Silva (2001, p. 287-288) destaca também um trecho de uma citação de Monteiro (1995, p. 165), envolvendo Domingos Jorge Velho: “Apesar de alguns tropeços na língua, o rude sertanista redigiu uma interessante carta ao rei, e sua firma, mais que reconhecível, aparece com alguma frequência nos registros do cartório de Santana de Paraíba”.

O próximo item traz, como parâmetro para futuras análises, a aldeia de Ipitanga sob o Orago do Espírito Santo ou aldeamento do Espírito Santo. Brunet (2008), que, como dito anteriormente, considera a vila de Abrantes um “Laboratório para o Conselho Ultramarino”, faz uma análise detalhada da passagem desse aldeamento a vila. Também será mostrado o nome dos índios escolarizados que assumiram cargos nessa vila.

### **O caso do aldeamento do Espírito Santo na passagem à Vila de Abrantes**

O aldeamento do Espírito Santo foi fundado em 1558, entre os Rios Joanes e Capivara, pelos Padres jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Atualmente, faz parte da região periférica dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João e Conde. Com o processo de instalação da condição de vila, Abrantes ficou a cargo do Juiz de Fora da Cidade de Salvador, João Ferreira Bittencourt e Sá, designado para realizar essa transição em 18 de setembro de 1758. Um dos pontos que nos interessa diretamente nesse processo se refere às decisões das novas diretrizes, segundo as quais seriam eleitos os indivíduos mais capazes para instaurar e administrar o governo civil entre os índios. Brunet (2008, p. 91) mostra que, nesse processo de fundação e administração da vila, deveriam ser preenchidos os seguintes cargos:

de juiz ordinário, que também atuaria como juiz de órfãos, vereadores, procurador do conselho, escrivão da câmara, que acumularia o cargo com o de tabelião de notas e o de escrivão judicial e dos órfãos, e o de alcaide e seu escrivão, além de um porteiro público e outro para a câmara, cujos mandatos eram interinos, dentre os mais capazes. Bittencourt e Sá deveria, ainda, dar juramento e posse aos novos

eleitos, escolher as casas que considerasse mais decentes para as reuniões da câmara e as audiências do juiz e para a cadeia pública, além de determinar os dias de reunião da câmara.

O levantamento feito em Carneiro (2009), a partir da documentação fornecida por Fabrício Lyrio dos Santos, coletada pelo autor no APEB (Maço 603, caderno 1), mostra a situação dos índios da vila de Abrantes que sabiam ler e escrever “muito mal”. Os nomes listados e os cargos assumidos são os seguintes:

**Pedro dos Reis** – nomeado para juiz ordinário nova vila de Abrantes do Espírito Santo

**Jerônimo Xavier** – nomeado escrivão da Câmara<sup>27</sup>

**Francisco Xavier** – nomeado para escrivão da vara de Alcaide

**Francisco Lopes** – nomeado vereador.

**Antônio Borges** – nomeado vereador

**Apolinário Fernandes** – nomeado vereador

**Jerônimo de Albuquerque** – procurador da câmara

**Antônio Dias** – sem nomeação

**Caetano Lopes** – sem nomeação

**Bernardino de Araujo** – sem nomeação

**Jerônimo Peres** – “sabe ler, e não sabe escrever” – nomeado porteiro e homem de vara.

Essas nomeações foram lavradas pelo tabelião Bernardino Sena.<sup>28</sup> Os índios Pedro Reis, Antônio Borges e Jerônimo de Albuquerque eram filhos de índias desse aldeamento e de europeus. Brunet (2008, p. 92) diz “que foram criados em Salvador e retornaram ao local de nascimento, onde se casaram com índias e passaram a viver. Na qualidade de “mistos”, como eram chamados então os mes-

---

27 Jerônimo Xavier foi substituído, em 23 de fevereiro de 1759, pelo colono Francisco de Lima Pinto para tabelião de notas e de escrivão, sob a alegação de que o mesmo estava impedido por não ter capacidade para tal (BRUNET, 2008, p. 93). Há ainda referência em Brunet (2008, p. 94) de uma “carta de João Ferreira Bittencourt e Sá comunicando a eleição do novo escrivão da Câmara redigido por Antônio Barbosa Oliveira por impedimento e incapacitação do ex-escrivão, o índio Jerônimo Xavier”, encontrada no Maço 483-2 Senado da Câmara de Abrantes – 1759. APEB. De acordo ainda com o autor, “os outros índios eleitos anteriormente foram mantidos em seus cargos com mandatos de dois anos, quando se realizaria nova eleição, inclusive o interino juiz ordinário da câmara, o índio Pedro dos Reis, responsável pela guarda das cédulas de votação”.

28 APEB. Maço 603. Seção Colonial – Índios, cadernos 27, 30 e 31 de 1758.

tiços, e educados fora do aldeamento, foram considerados pelo juiz de fora como os mais aptos para atuarem na nova administração”.

Esses índios aparecem assinando uma petição originada da Vila de Abrantes, reivindicando as terras da Capivara em junho de 1759, conforme recorte apresentado por Brunet (2008, p. 105), figura 3.<sup>29</sup> As assinaturas são de Pedro dos Reis, Francisco Lopes, Antônio Borges, Apolinário Fernandes e Jerônimo de Albuquerque.

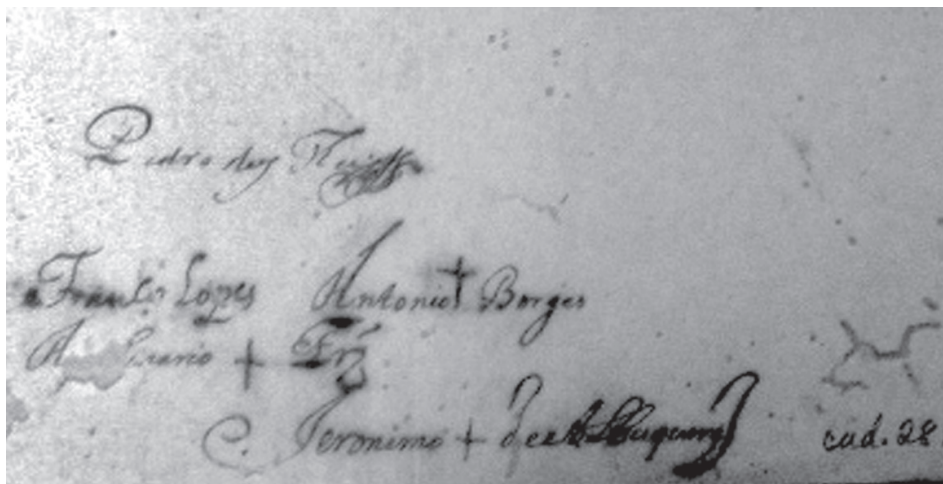


Figura 3: Assinatura dos indígenas que assumiram cargos na Vila de Abrantes na petição reivindicando as Terras da Capivara. Junho 1759 (APEB - Maço 603, cad. 28).

Essa é uma prova indubitável da inserção da escrita indígena no mundo colonial sob domínio da América Portuguesa. Ao fazer um paralelo da situação dos indígenas com base na documentação do APEB, contida no maço 603, com a situação tratada por Oliveira e Lobo (2007) para os textos escritos por africanos e afrodescendentes na cidade de Salvador do século XIX, no formato em que aparece no Quadro 3, é possível ter uma visão clara da situação dos indígenas do aldeamento do Espírito Santo, quando da fundação da vila de Abrantes, relacionando ocupação *versus* domínio da leitura e da escrita,<sup>30</sup> conforme quadro a seguir:

29 APEB – Maço 603. Seção Colonial – Índios. Caderno 28. Petição dos Índios da Vila Nova de Abrantes reivindicando as Terras da Capivara. Junho 1759.

30 A documentação do APEB sobre a Vila de Abrantes permite fazer outros levantamentos, tais como ocupação, estado civil, número de filhos etc.

OCUPAÇÃO	LÊ	ESCREVE MAL	NÃO ESCREVE	NÃO DECLARADA
Juiz	Sim	Sim		
Escrivão da Câmara	Sim	Sim		
Escrivão da vara de Alcaide	Sim	Sim		
Vereador	Sim	Sim		
Porteiro	Sim		Sim	
Não declarada	Sim (02 indígenas)	Sim (02 indígenas)		02 (indígenas)
TOTAL	08	07	01	02

Quadro 3: Ocupação *versus* domínio da leitura e da escrita.

## Caminhos para as fontes produzidas por indígenas

Com base em uma pesquisa preliminar, Carneiro (2008a)<sup>31</sup> levantou uma série de pistas na historiografia indígena sobre alguns documentos escritos em português, supostamente por indígenas ou a pedido (em geral petições, solicitações diversas). Ainda que sejam raras as provas materiais de uma escrita indígena, isso, por si só, não a nega. Os caminhos para resgatar os escritos indígenas constituem um campo de estudo desafiador, mas que, em contrapartida, pode vir a preencher um pouco esse vácuo na história linguística indígena. Há muitos percalços. Se os escritos dos indígenas não se perderam ou foram jogados ao fogo, como ocorreu com os Guarani em tempos de conflito (NEUMANN, 2005, p. 187),<sup>32</sup> há ainda que se perguntar sobre a opacidade desses textos e sobre tantas outras questões,

31 Apresentação do trabalho “Estudo de escolarização de aldeados no Brasil do século XVII: um caminho para a compilação de possíveis fontes escritas em português pelos ‘Tapuia’”. *XV Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*. Montevideu, 18 a 21 de agosto de 2008.

32 Neumann (2005, p. 187) diz que por meio de cartas: “[...] os Guarani comunicavam seus companheiros dos atritos existentes entre missionários e os cabildos, visando esclarecer as populações vizinhas quanto às causas dos desentendimentos [...]. A mobilização guarani foi sustentada, em parte, através de mensagens escritas e, obviamente, pela ação direta dos mais revoltados. As lideranças guarani freqüentemente compareciam às reduções, principalmente as situadas às margens do rio Uruguai, para aliciar os seus parentes à causa comum. As informações enviadas por meio de bilhetes apresentavam um caráter de comunicado “oficial”, conferindo às mensagens uma importância adicional, além da vantagem de poderem ser reutilizadas. Os bilhetes poderiam ser relidos e, ocasionalmente, circular entre aqueles indígenas encarregados de arregimentar a população à resistência, cumprindo, nesse contexto, o papel de instrumento de mobilização política. Em resumo, a circulação desses papéis atesta o quanto a prática da escrita estava disseminada no cotidiano dessas reduções [...] Durante os meses de agitação nas reduções, diversas cartas foram interceptadas e apreendidas pelos Guarani. Após serem lidas – e nem sempre bem compreendidas, pois havia poucos leitores habilitados na língua castelhana, de domínio mais oral – muitas foram lançadas ao fogo segundo informou o padre Escandón ao padre Gervasoni, costumavam dizer: “*Cone añanga quatia, to cay mburu*”, e isso quer dizer: “[...] carta del Diabolo, al

nos termos colocados por Lobo (2001), Carneiro (2005), Simões e Kewitz (2006) e Barbosa (2007), entre outros. Mas essa é a função da Linguística Histórica em sua orientação sócio-histórica, como bem a define Mattos e Silva (2008) em seu livro intitulado “Caminhos da Linguística Histórica”, cujo subtítulo é uma menção a uma metáfora bastante apropriada para esse tipo de linguística, como “ouvir o inaudível” (LASS, 1997, p. 45).

Para finalizar, apresentamos um quadro com indicações de fontes atribuídas a indígenas, citadas ao longo deste trabalho e na historiografia, que podem mostrar os caminhos para novas fontes. Um caminho também é identificar, através das assinaturas, dados sobre alfabetização, nos termos sugeridos por Venâncio (2001, p. 392).

NATUREZA DOCUMENTO	LOCAL/ DATA	RESUMO CONTEÚDO	FONTE
Solicitações e consultas	Maranhão 1º de agosto de 1659	Solicitação ao Conselho Ultramarino de mercê do hábito de Cristo e terça correspondente por serviços prestados à Coroa Portuguesa/Jorge Tajaibuna (Principal da aldeia Camucy).	Carvalho Jr. (2005b) AHU, Maranhão, 009, cx 3, doc. 266.
	Maranhão 12 de setembro de 1648	Solicitação ao Conselho Ultramarino de mercê de Hábito de Cristo, Dois principais das aldeias de Tapuitapera e Sergipe.	AHU, Maranhão, 009, cx 3, doc. 268.
	3 de outubro de 1648	Solicitação de mercês, Antônio, filho do Principal Marcos da Costa (Principal da Aldeia Tabajara).	AHU, Maranhão, 009, cx 3, doc. 268.
Cartas		Referências a raras cartas de lideranças nativas.	J. M. Monteiro, prefácio, p. 17. In. Pompa (2003)
Requerimentos diversos	Rio de Janeiro, 1796	Requerimento de Manoel de Jesus e Souza, Capitão-Mor de São Lourenço, destacando os serviços prestados por sua aldeia.	Almeida (2001, p. 57). AHU – Documentos avulsos do Rio de Janeiro, cx. 162, doc. 2.
	13 de janeiro de 1650 e 9 de abril de 1650	Dois requerimentos do filho de Arariboia que se encontrava em Lisboa, solicitando benefícios por sua condição de súdito indígena, filho de personagem notório, no qual foi atendido.	Almeida (2001, p. 62) —AHU— Cx. 4, doc. 685 e Ms. AHU (RJA), cx. 3, d.1.
	2ª metade do século XVIII	Requerimento do Capitão-Mor da aldeia de Itaguaí, José Pires Tavares, à rainha D. Maria I.	Revista do IHGB. Tomo XV, 1854, p. 353-358.

*fuego con ella y quemese con la maldición, ô trampa, porque de todos los Padres se sospechaban pero especialmente de estos tres”.*

NATUREZA DOCUMENTO	LOCAL/ DATA	RESUMO CONTEÚDO	FONTE
Consulta	Bahia, 9 de dezembro de 1758	Consulta ao rei D. José, acerca de requerimento dos índios moradores da vila de Nova Abrantes, solicitando professores, ajuda de custo para vestuário, funcionários administrativos e judiciários, além de reformas de antigos prédios jesuíticos, etc.	AHU Baía, cx. 146, doc. 40; cx. 147, doc. 85/AHU ACL CU 005. Cx. 138, d. 106.
Petição dos Índios da Vila Nova de Abrantes reivindicando as Terras da Capivara	Junho 1759	Petição dos moradores de Vila Nova de Abrantes, referente à falta de rendas para a Câmara – Despacho para o Juiz de Fora, 1758.	Brunet (2008, p. 113) – APEB – Maço 603. Dossiê sobre aldeamentos e missões indígenas. 1758-1759. Caderno 25
		Petição ao Tribunal do Conselho Ultramarino: Pedro Reis, Francisco Lopes, Antônio Borges, Jerônimo Albuquerque a propósito das terras da Câmara da Vila Nova de Abrantes, 1759.	Brunet (2008, p. 113) – APEB – Maço 603. Dossiê sobre aldeamentos e missões indígenas. 1758-1759. Caderno 28.

Quadro 4: Lista de documentos atribuídos a indígenas ou redigidos em português a pedido.  
Fonte: Almeida (2001), Pompa (2001); Carvalho Jr. (2005a, 2005b) e Brunet (2008).

Com relação ao sertão baiano, nossa área de interesse, há vários trabalhos que desvendam esse espaço no universo colonial. Puntoni (1998), ao analisar os inúmeros conflitos ocorridos de 1651 a 1704 entre colonos e indígenas, tendo sido mais longa a “Guerra dos Bárbaros” (1644-1695), mostra ser esse um espaço de “negociações”. Mostra também que a unificação dos conflitos esconde situações e contextos peculiares.<sup>33</sup> Seguindo essa linha de desvendar o sertão dos Tapuia, há também o trabalho de Pompa (2003) que evidencia o universo simbólico dos “Tapuia”, considerado por Monteiro, no prefácio do livro da autora, um trabalho inovador por não ter tentado “recuperar uma suposta ‘originalidade’ indígena ou reconstruir o quanto foi ‘perdido’ ao longo do processo de contato”, mas “por entender as linhas essenciais do percurso de ‘mediações’”. Várias outras pesquisas trazem informações importantes que desvendam o complexo ambiente de relações entre indígenas, missionários e colonizadores, a partir do século XVI, e mostram as linhas essenciais na construção das dicotomias sertão/Tapuias/Macro-Jê e costa/

33 Para Puntoni (2002, p. 287): “a idéia de catequese dos índios, da salvação das almas e expansão da fé foi substituída paulatinamente pela idéia leiga de “civilização”. A disjunção fundamental entre índios mansos e bravos, representada na classificação dos povos autóctones em tupis ou tapuias e na formulação da noção de barbárie, que implicava a guerra justa, seria substituída por uma nova política integracionista, que compreendia o Império como o espaço da “civilização”, não mais como o orbe cristão”.



Tupinambá/Macro-Tupi (SANTOS, 1988; SANTOS, 2002; CARVALHO JR., 2005b; SILVA JR., 2007; SIERING, 2008; BRUNET, 2008, entre outros). E, nessa via, o encontro entre Tapuia e missionários na construção do espaço do “aldeamento”, com as implicações linguísticas daí advindas, desde o contato de línguas até a inserção do indígena no mundo da escrita.

## FONTES

IGHB – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Carta do Conde de Oeiras para o Arcebispo da Bahia reiterando a Liberdade dos Índios. 27 de outubro de 1759.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. Baía, cx. 146, doc. 40; cx. 147, doc. 85/AHU-ACL-CU-005, cx. 138, D. 10675/ com anexo: consulta (2ffi via).

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial - Maço 603; Dossiê sobre aldeamentos e Missões indígenas. 1758-1759.

**Caderno I.** Lista de todos os índios de Abrantes – Relação de todos que sabiam falar e escrever, s/d.; **Caderno II.** Notícia sobre a criação de vilas nas aldeias dos índios, 1758/1759; **Caderno 13.** Estabelecimento de vilas nas aldeias dos índios, 1758; **Caderno 14.** Instruções para a criação de vilas. Relação das aldeias indígenas que deveriam ser elevadas a vilas, com os nomes que adotariam e a relação de ministros que foram erigir e demarcar, s/d.; **Caderno 21.** Instrução para elevar à vila as aldeias dos índios. 1758; **Caderno 24.** Relação das aldeias de índios que foram estabelecidas como vilas, 1758; **Caderno 25.** Petição dos moradores de Vila Nova de Abrantes, referente à falta de rendas para a Câmara – Despacho para o Juiz de Fora, 1758; **Caderno 28.** Petição ao Tribunal do Conselho Ultramarino: Pedro Reis, Francisco Lopes, Antônio Borges, Jerônimo Albuquerque a propósito das terras da Câmara da Vila Nova de Abrantes, 1759.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de (2000). *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*. Tese de doutorado. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de (2001). Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, v. 6, n. 12, jul, p.51-71.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de (2003). *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves (2007). Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba; TORRES-MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth;

- CYRINO, Sônia (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes/FAPESP. p. 483-498.
- BEOZZO, José Oscar (1983). *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.
- BRUNET, Luciano Campos (2008). *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo Bahia, 1758-1760*. Dissertação de Mestrado. Salvador/BA: UFBA.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) (1992). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2005). *Cartas brasileiras (1809-1907): um estudo filológico-linguístico*. Tese de doutorado. Campinas/SP: UNICAMP/IEL.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2008a). Estudo de escolarização de aldeados no Brasil do século XVII: um caminho para a compilação de possíveis fontes escritas em português por “Tapuia”. *Libro de resúmenes de XV Congreso Internacional de La Asociación de Lingüística y Filología de América Latina/ALFAL*. p. 263-263.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2008b). Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro. In: *VI Feira do Semi-Árido: desertificação, perspectivas de autonomia produtiva frente aos desafios socioambientais*. Feira de Santana, v. 1.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2008c). *Escrita indígena em língua portuguesa na Bahia colonial e suas implicações para o estudo do português brasileiro sob uma perspectiva diacrônica (2008-2011)*. Disponível em [www.uefs.br/dohs](http://www.uefs.br/dohs). Acesso em 2010.
- CARNEIRO, Zenaide Novais (2009). Prática de escrita em aldeamentos no sertão baiano, século XVII e XVIII: novas fontes para o estudo do português no âmbito do projeto Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro. *VI Congresso Internacional da ABRALIN e XIX Instituto de Lingüística/ABRALIN 40 anos*, João Pessoa.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de (2006). A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de (orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume VI: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA. p. 649-673.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de (2007). Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: RAMOS, Jânia; ALKMIM, Mônica (orgs.). *Para a história do português brasileiro. Volume V: estudos sobre mudança linguística e história social*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. p. 423-442.

- CARVALHO JUNIOR, Amir Diniz de (2005a). *Índios cristãos – a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de (2005b). Principais indígenas na Amazônia portuguesa. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz*. Londrina: ANPUH, 2005. v. *cd rom*.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (2006). *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. Bauru/SP: EDUSC.
- DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de (1992). Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal. p. 431-456.
- GONÇALVES, Célia Regina (2005). Os Potiguara na guerra dos brancos (1630-1654). *XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Londrina-PR: Editorial Mídia.
- HULSMAN, Lodewijk (2005). *Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares*. Disponível em [www.ifch.unicamp.br/ihb](http://www.ifch.unicamp.br/ihb). Acesso em 2009.
- HULSMAN, Lodewijk (2006). **Índios do Brasil na república dos países baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656**. (U.V.A. Amsterdã). *Revista de História*, n. 154, 3<sup>ff</sup> série, semestre I. p. 214-278.
- LASS, Roger (1997). Historical linguistics and language change. *Cambridge Studies in Linguistics*, 81. New York: Cambridge University Press.
- SERAFIM LEITE, S. J. (1950 [1938]). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 10 v.
- LOBO, Tânia Conceição Freire (2001). *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo/SP: USP.
- LOBO, Tânia (2003). A questão da periodização da história do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (orgs.). *Razão e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 395-409.
- MARTINHO DE NANTES, padre O. F. M. (1979 [1706]). *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris*. São Paulo: Editora Nacional/INL.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1995). A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro: algumas reflexões. *ABRALIN*, n. 17, Recife: Editora Universitária/UFPE. p. 73-86.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001) De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro. Volume II: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP. p. 275-302
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia Maria. *Para a história do português brasileiro. Volume III: novos estudos*. São Paulo. Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP. p. 443-464.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). “O português são dois...”: *novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola.
- MONTEIRO, John Manuel (1992). *Tupis, tapuias e a história de São Paulo. Revisitando a velha questão guaianá, novos estudos*. São Paulo: CEBRAP. p. 125-35.
- MONTEIRO, John Manuel (1995). A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500. Rio de Janeiro: *Tempo e Presença*, n. 271. p. 17-18.
- MONTEIRO, John Manuel (2001). *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH.
- MONTEIRO, John Manuel (coord.). Projeto - Os Índios na história do Brasil: informações, estudos e imagens. IFCH/UNICAMP. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb>. Acesso em 2009.
- MONTEIRO, John Manuel; MOSCOSO, Francisco (1990). *América latina colonial: bibliografia Básica*. São Paulo: CELA/UNESP.
- MUSSA, Alberto (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ.
- NEUMANN, Eduardo Santos (2004). Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas missões guarani, século XVIII. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul./dez. p. 93-119.
- NEUMANN, Eduardo Santos (2005). *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- NEUMANN, Eduardo Santos (2007). A escrita dos guaranis nas reduções: usos e funções das formas textuais indígenas – século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.- dez. p. 49-79.
- NEVES, Erivaldo Fagundes (2008). *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS Editora.
- OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia Conceição Freire (2007). Escrita liberta: letramento de negros forros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba de; Maria TORRES-MORAIS, Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sônia Cyrino

(org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes/FAPESP. p. 437-460.

PINEP – Programa de Pesquisas sobre povos indígenas do nordeste brasileiro, coordenado por Pedro Manuel Agostinho da Silva/UFBA.

PRIMITIVO MOACYR (1937). *A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil (1854-1888)*. São Paulo: Nacional. v. 2.

POMPA, Maria Cristina (2003). *Religião como tradução: missionários, tupi e 'tapuia' no Brasil colonial*. Bauru/SP: EDUSC.

POMPA, Maria Cristina (2001). *Religião como tradução: missionários, Tupi e 'Tapuia' no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH.

PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA BARÃO DO RIO BRANCO/Arquivo Histórico Ultramarino/AHU/Base de dados/UEFS, Laboratório de História.

PUNTONI, Pedro (1998). *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*. Tese de doutorado. São Paulo/SP: USP

PUNTONI, Pedro (2002). *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC.

REGNI, Pietro Vittorino (1988). *Os Capuchinhos na Bahia: os Capuchinhos Franceses*. Caxias do Sul: Edições Paulinas. v. 1.

RODRIGUES, Aryon (1996). *As línguas gerais sul-americanas*. Disponível em <http://www.unb.br/labind/lingerais.htm>. Acesso em 2008.

SANTOS, Eriza Galvão dos (1988). *O diretor de índios: análise preliminar dos diretores parciais das aldeias indígenas: Bahia, 1845-1889*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.

SANTOS, Fabrício Lírio dos (2002). *Te Deum Laudamos: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.

SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em 2009.

SIERING, Friedrich Câmara (2008). *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência nos sertões dos maracás (1650-1701)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da (2007). *Aldeando sentidos: os Xucuri-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (1989). *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena (2006). *Cartas Paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas.

SOUSA, Gabriel Soares de (2000[1587]). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP.

VENÂNCIO, Renato Pinto (2001). Migração e alfabetização em Mariana Colonial. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro. Volume II: primeiros estudos*. São Paulo: HUMANITAS. p. 391-399.

VIEIRA, António (1992). *Escritos Instrumentais Sobre os Índios*; edição de textos Claudio Giordano; ensaio introdutório José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: EDUC/Loyola.

VIEIRA, Antônio (2003). *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra.





## CARTAS DE AMOR NO SÉCULO XX: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NO DISCURSO EPISTOLOGRÁFICO

Ana Sartori Gandra  
(Universidade Federal da Bahia)

Durante mais de 2 mil anos, escrever cartas foi o principal meio de comunicação a distância.” (TIN, 2005, p. 17)

### TRADIÇÕES DISCURSIVAS NA ESCRITA DE CARTAS DE AMOR

A afirmativa de Tin põe em evidência as razões de ter surgido, ao longo desse tempo, toda uma cultura voltada para a leitura e a escrita de cartas. Em meio a essa cultura, foi produzida e também reproduzida, durante muito tempo, uma infinidade de comentários, descrições e verdadeiros tratados sobre a redação de cartas. Podem-se observar, dentro do gênero textual ‘carta’, tradições discursivas na escrita, que foram se moldando e se transformando ao longo do tempo.<sup>1</sup>

A tradição de descrições e manuais sobre cartas no mundo ocidental é longa e passa por comentários presentes em cartas de pensadores da Antiguidade, como Cícero e Sêneca, pelos tratados escritos na Idade Média, que prescreviam um modelo formalmente rígido para a escrita epistolar, e pelos ‘secretários de cartas’, manuais que traziam coletâneas de cartas e também regras para a sua escrita, e estavam inseridos no conjunto das práticas de civilidade da Europa renascentista. Aqui, essa longa tradição será apenas referida indiretamente, uma vez que o foco da presente análise está no século XX.

1 O conceito de tradições discursivas é assim explicado por Kabatek (2006, p. 512): “Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados”. O conceito de tradições discursivas engloba desde atos de fala e formas conversacionais, como uma fórmula simples como “bom dia”, a gêneros retóricos, gêneros literários, gêneros discursivos e estilos, como a forma como são escritos um soneto, uma carta, uma ata, etc (KABATEK, 2006, p. 509).



Ao analisar manuais epistolares espanhóis do século XX, Blas (2003, p. 159) considera que o amor é o tema que domina a escritura epistolar, o que se pode notar quando se observa o destaque que tem esse tipo de carta nos manuais de correspondência e nos epistolários, tanto nos séculos XVIII e XIX, quanto no século XX. A autora afirma que, na primeira metade do século XX, foram muitos os livros publicados na Espanha, com o objetivo de ensinar a escrever cartas de amor, e esta rica produção seria uma clara evidência da ampla demanda que tinham os manuais de cartas de amor e de como a escritura íntima fazia parte da moda na época.

A respeito da natureza das cartas de amor, a referida autora considera que são, por excelência, documentos do escrever subjetivo e existencial, e, assim sendo, os manuais para a escrita de cartas de amor, ainda que tenham tido um uso generalizado no período abordado, coincidem em assinalar que não existem normas determinadas que possam guiar a sua escrita, uma vez que, pela sua própria natureza, elas fogem do convencionalmente imposto. Por outro lado, a autora afirma que as cartas de amor possuem uma linguagem retórica desenvolvida sobre uma base de argumentos típicos e temáticas repetitivas, tais como destino, fragilidade, fidelidade, sofrimento, nostalgia, recordações, promessas, confissões, desejos, planos do futuro e idealização do outro, sendo todas variações de um único tema: dizer ao outro o que por ele sente.

Para Blas (p. 165), a carta de amor possui o valor de uma confidência, estabelecendo entre emissor e receptor o compromisso, assumido explícita ou implicitamente, de se conservar em segredo o seu conteúdo. Sob esse ponto de vista, as cartas de amor, que já possuem o *status* de ‘privado’ por serem cartas pessoais, assumem um caráter ainda mais íntimo, daquilo que é escrito para um único destinatário, e a que não terão acesso outras pessoas. Esse aspecto das cartas de amor lhes confere, supostamente, uma vantagem que não possuem outros tipos de documentos: uma escrita mais pessoal permite um melhor vislumbamento da língua falada escondida atrás do texto escrito. Não se pode, porém, sustentar a ilusão de que as cartas de amor sejam textos em tudo ideais para a análise linguística.

Pérez (2002, p. 417 apud BASTOS, 2003, p. 06) afirma que a publicação de manuais e tratados epistolares no século XIX e início do século XX permitiu, aos diferentes grupos sociais, a apropriação de formas retóricas usadas na escrita de cartas privadas a familiares, amigos e amantes. Segundo Bastos (2003, p. 06), foi utilizado nas cartas de amor um “código de civilidade epistolar e de convenções de linguagem”, transformando as relações afetivas de âmbito privado em “relações regradas pelo espaço público”. Tal “código” pode ser entendido como um conjunto de tradições discursivas da epistolografia amorosa.

Esse aspecto das cartas amorosas contrasta, em parte, com a ideia presente em Blas (2003, p. 159), a de que tais cartas, pela sua própria natureza, fugiriam do convencionalmente imposto. Por outro lado, o contraste não chega a ser uma contradição. As tradições discursivas implicam em uma relação de união entre repetição e atualização, entre o dado e o novo. Uma tradição do discurso das cartas amorosas alia códigos de civilidade epistolar e convenções de linguagem ao imprevisto do que pode ser dito em uma carta.

O dito “código de civilidade epistolar e de convenções de linguagem” é analisado por Bastos através de um manual de escrita de cartas de amor publicado no Brasil em 1879: *O mensageiro dos amantes ou a arte de agradar e ser feliz em amores* (doravante, *O mensageiro dos amantes*). O manual de autor anônimo, que traz oitenta e cinco modelos de “correspondência galante para todos os casos possíveis”, é uma coletânea de cartas amorosas presentes em outros manuais e tratados epistolares da época (BASTOS, 2003, p. 01-02).

Ainda que Bastos faça referência à existência de outros manuais de escrita de cartas de amor, de maneira indireta, ao afirmar que em *O mensageiro dos amantes* estavam presentes os modelos de escrita de outros manuais e tratados, a existência de manuais para a escrita de cartas de amor no Brasil parece contrastar enormemente com a realidade da Espanha do século XX, na qual se observa que, no curto período de 1927 a 1945, foram publicadas 92 diferentes obras. Ainda teria havido, segundo Blas (p. 47), uma clara evolução na produção dos manuais ao longo desse período, e, nos quatro últimos anos, de 1940 a 1945, teriam sido publicados 34% desses manuais quantificados pela autora. Já no Brasil, é escassa a bibliografia que trata de manuais brasileiros e, além da referência indireta feita por Bastos, não foram encontradas, até o presente momento, outras menções a títulos publicados, além do manual que data de 1879. Esse tipo de obra foi, provavelmente, pouco publicado no país.

Em uma análise do manual brasileiro publicado em 1879 e das relações sociais que circundavam a leitura dos manuais epistolares, Bastos afirma que o redator de cartas de amor que seguia esse tipo de manual buscava cativar o seu destinatário através das formalidades estabelecidas para as relações sociais, em relações amorosas que eram, paradoxalmente, regidas pela frieza e distanciamento dos códigos de civilidade. As formalidades se iniciavam já no tratamento utilizado nas cartas, ‘senhor’, ‘senhora’ e ‘Vossa Mercê’ ou ‘V.m.’. Ao que parece, as cartas de amor, inseridas no contexto brasileiro dos manuais epistolares, conjugavam a intimidade de uma correspondência privada com o distanciamento de uma relação regida por códigos de civilidade. Sob esse ponto de vista, enquanto textos indiciários da língua falada, as cartas amorosas parecem se encontrar em desvantagem, diante

de cartas como as que foram escritas por Christiano e Bárbara Ottoni no final do século XIX, editadas e publicadas no livro *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX* (LOPES, 2005). O casal, já na terceira idade, redigiu um conjunto de cartas que não eram tão providas de estruturas formais, uma vez que eram destinadas aos seus netos, quando eles eram ainda crianças.

Através de exemplos de cartas de *O mensageiro dos amantes* e dos manuais espanhóis para a escrita de cartas amorosas do século XX, será analisado, a seguir, algo das tradições do discurso na escrita de cartas amorosas a que se fez referência, observando-se características que remetem aos manuais da Europa renascentista.

Este é um exemplo de carta de declaração de amor de *O mensageiro dos amantes*:

Obrigam-me a paixão e o meu gosto a descobrir a Vm. uma coisa que já não posso ocultar-lhe. Muito há que a amo, mas se tão desditoso eu fosse que depois de lhe ter feito esta declaração Vm rejeitasse meus sentimentos, que mortal sobre a terra seria mais digno que eu de piedade? Ai! E podia eu vê-la a Vm sem adorá-la? Rogo-lhe pois não recuse duas palavras traçadas por sua bela mão a quem fará consistir toda a sua ventura em agradar-lhe, e se confessa tão apaixonado quanto sincero. ([DECLARAÇÃO DE AMOR]. In: O MENSAGEIRO DOS AMANTES, 1879 apud BASTOS, 2003, p. 04-05)

A carta segue um dos modelos para introduzir uma carta descritos no mais famoso manual epistolar português, *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*, de Francisco José Freire, publicado em 1745.<sup>2</sup> Na frase inicial da carta, é posto em destaque o remetente (à quo), de acordo com o que é descrito no manual português. A frase que inicia a declaração de amor, “Obrigam-me a paixão e o meu gosto a descobrir a Vm. uma coisa que já não posso ocultar-lhe”, é semelhante à dos exemplos de *O secretario portuguez*: “A reverente servidaõ, que professo á pessoa de V. Excellencia, me obriga a dar-lhe a noticia da minha chegada a esta Corte, & c.” (FREIRE, F. J., 1746, ‘Instrucção preliminar’),

2 No manual *O secretario portuguez*, ao serem descritas as partes constitutivas da carta, é proposto, para iniciar a ‘introducção’ ou ‘exordio’ da carta, um ‘facilimo methodo’, através de diversas fórmulas que podem ser utilizadas, como as seguintes, que põem em destaque, no início de cada frase, respectivamente, à quo (o remetente), na primeira frase; *ad quem* (o destinatário), na segunda frase; o *causal* (o motivo), na terceira frase; e o *instrumental* (o modo como vai escrita a carta), na quarta frase: 1) “A reverente servidaõ, que professo á pessoa de V. Excellencia, me obriga a dar-lhe a noticia da minha chegada a esta Corte, & c”; 2) “A sublimidade do merecimento de V. Senhoria pede, que eu lhe vá desejar todas as prosperidades, na prezente festividade do Nascimento do Senhor, &c”; 3) “Para satisfazer ás minhas precisas obrigaçoens, vou nestes santos dias do Natal desejar a V. Senhoria felicidades, e alegres festas”; 4) “Com hum acto da mais reverente servidaõ, vou desejar a V. Senhoria todas as propriedades imaginaveis na corrente festa do santo Natal” (FREIRE, F. J., 1746, Introdução).

como também se assemelha à frase que inicia um modelo de uma carta chamada de “carta de inclinação” do manual epistolar francês *Le secrétaire à la mode*: “L’inclination que j’ai à vous estimer plus que toutes les personnes du monde, m’oblige aujourd’hui de vous faire offre de mon très-humble service [...]”<sup>3</sup> (DE LA SERRE, J. P., 1747[1625], ‘Lettres d’inclination’, p. 120).

A intensidade dos sentimentos é sempre exagerada nas cartas de amor – tanto o amor e a admiração sentidos por aquele que se declara à mulher amada, quanto a alegria ou a dor que se terá, a depender da resposta afirmativa ou negativa à sua declaração de amor. Talvez em decorrência da exaltação dos sentimentos, os remetentes (que eram sempre homens, nos modelos de cartas de declaração de amor) constantemente se vêem na necessidade de se declararem sinceros: “Rogo-lhe pois não recuse duas palavras traçadas por sua bela mão a quem [...] se confessa tão apaixonado quanto sincero” ([DECLARAÇÃO DE AMOR]. In: O MENSAGEIRO DOS AMANTES, 1879 apud BASTOS, 2003, p. 04-05); “No pone el capricho la pluma en mi mano, sino el amor sincero que me inspira el encanto de su gracia y de su belleza [...]”<sup>4</sup> ([DECLARACIÓN DE AMOR]. In: CUENCA, A. [19--], p. 06 apud BLAS, 2003, p. 193-194). O mesmo ocorre no modelo de carta de *Le secrétaire à la mode*<sup>6</sup> em que o remetente declara: “Il faut enfin que je vous dise, mais du coeur plutôt que de la bouche, que de toutes les personnes du monde, vous êtes la seule que j’honore uniquement, & que j’honorerai toute ma vie”.<sup>7</sup> A necessidade que possui o redator dessa carta de afirmar sua sinceridade é tal, que ele acrescenta: “Ce ne sont point des discours de civilité, mon ame vous exprime tous les sentimens avec la même innocence que mon esprit les a conçûs sans avoir eu d’autre objet que celui de votre mérite”<sup>8</sup> (DE LA SERRE, J. P., [1625] 1747, p. 137-138, ‘Lettre de protestation de fidélité’).

---

3 “A inclinação que tenho a vos estimar mais que a qualquer pessoa do mundo, me obriga hoje a vos oferecer os meus tão humildes serviços (...)” (Tradução livre)

4 “Não é um capricho que põe a pena em minha mão, e sim o amor sincero que me inspira o encanto de sua graça e beleza [...]” (Tradução livre)

5 Trata-se de declaração de amor presente no manual *Secretario de los amantes: novísimo correo del amor*, de autoria de Angelita Cuenca.

6 O nome completo da obra é: *Le secrétaire à la mode ou Méthode facile pour écrire selon le tems diverses Lettres sur des sujets de morales, d'affaires & autres*. Doravante, será dito apenas *Le secrétaire à la mode*.

7 “É necessário enfim que eu vos diga, antes pelo coração que pela boca, que, de todas as pessoas do mundo, vós sois a única que eu venero, e que venerarei por toda minha vida” (Tradução livre).

8 “Este não é um discurso de civilidade, minha alma vos exprime todos os sentimentos com a mesma inocência que meu espírito os conheceu, sem ter tido outro objeto senão o do vosso mérito” (Tradução livre).

As cartas dos manuais epistolares da Renascença também continham grandes doses de exageros dos sentimentos, como se pode ver nesta carta do *Le secrétaire à la mode*, em que o remetente fala sobre a ausência de uma resposta à sua declaração de amor:

MADemoiselle,

Si ma vie vous est en quelque sorte de considération, revenez promptement me guérir de la maladie mortelle dont je suis atteint par votre éloignement, puis que votre préférence en est l'unique remede. Vous devez prendre soin à me conserver, dans la passion que j'ai de vous servir, & d'autant plus encore qu'il y a fort peu de personnes au monde, qui connoissent comme moi ce que vous valez. C'est de quoi je vous assure sans autre intérêt que celui que je prends de la qualité que je porte,

MADemoiselle,

De

Votre très-humble serviteur.<sup>9</sup>

(DE LA SERRE, J. P., [1625] 1747, p. 133)

Nos exemplos de cartas presentes nos manuais espanhóis da primeira metade do século XX, ainda que estes não estejam do mesmo modo que os exemplos de *O mensageiro dos amantes* presos a formalidades, também é recorrente o exagero dos sentimentos:

[...]

Adorada señorita; una contestación afirmativa sería el bálsamo compensador de tantas vicisitudes como he sufrido en este mundo, y la consideraría el premio anhelado para tantos desvelos como he sufrido para crearme una posición que, con toda mi alma, deseo compartir con usted, haciéndola mi esposa ante Dios y ante los hombres.

¿Puedo atreverme a confiar que seré digno de usted y que no destruirá las protestas de cariño que le trasmito por la presente?

---

9 “SENHORITA, Se tendes qualquer tipo de consideração pela minha vida, vinde prontamente curar-me da doença mortal, onde espero durante vosso retardo, pois vossa predileção é o único remédio. Deveis cuidar de me preservar, pela paixão que tenho de vos servir, e mais ainda porque há poucas pessoas no mundo que conhecem como eu o vosso valor. E é por isso que vos asseguro sem outro interesse senão aquele por que declaro a qualidade que possuo, SENHORITA, de vosso muito-humilde servo.” (Tradução livre)

Con ansia espero su contestación y quedo de usted afmo. s.  
s. q. b. s. p.<sup>10</sup>

([DECLARACIÓN DE AMOR]. In:  
FOLCH, A. E.,<sup>11</sup> 1943, p. 12 apud BLAS, 2003, p. 193-194)

É sempre presente também o pedido de perdão pelo atrevimento da declaração e a súplica pela resposta, o que demonstra que a declaração de amor por carta era um ato ousado, mas era, por outro lado, um passo menos arriscado do que uma declaração feita pessoalmente. Bastos (p. 05) afirma que, em muitos casos, a carta era o primeiro caminho de uma aproximação formal, utilizada para “pedir um colóquio”, como se dá em uma das cartas de *O mensageiro dos amantes*, em que o remetente pede a sua amada que marque dia e hora para um encontro, que deve acontecer na presença de uma amiga íntima, e “vá pessoalmente asseverar a Vm que sou e serei toda a vida seu sincero, respeitoso e terníssimo amante”.

Nos manuais epistolares mais antigos, a declaração por carta era, ao que parece, em muitos casos, a única oportunidade para uma aproximação. Isso se depreende da enorme diversidade de convenções na escrita de cartas de declaração de amor ou, dito de outra maneira, cartas “de inclinação”, em que o remetente “oferece seus serviços” à mulher amada. O redator não demonstra embaraço, nem se justifica por estar se declarando por meio de carta, ao invés de pessoalmente; ao contrário, mostra desenvoltura e domínio de certas regras de civilidade que parecem estar presentes na escrita de cartas amorosas naquele período.

Já nos manuais espanhóis de inícios do século XX, observa-se que as declarações de amor por meio de cartas não eram a regra, e, sim, uma prática mais destinada a homens tímidos ou temerosos de fazer uma declaração pessoalmente:

[...] He estado no sé cuántas veces hablando con usted, querida señorita, y sin embargo nunca he hallado en mi pobre voluntad suficiente valor para decirle que la amo locamente. Hoy día feliz que esta misiva rompe el velo tenebroso del silencio y la timidez, no dudo que se dignará usted en comprender la dicha que me proporcionará el pensar que sus lindos y amados ojos la leerán, y que tal vez tendré la fortuna

10 “Adorada senhorita; uma resposta afirmativa seria o bálsamo compensador de tantas vicissitudes que tenho sofrido neste mundo, e a consideraria o prêmio anelado para tantos desvelos que sofri para chegar a uma posição que, com toda minha alma, desejo compartilhar contigo, tornando-te minha esposa perante Deus e perante os homens. Posso atrever-me a confiar que serei digno de ti e que não destruirás os protestos de carinho que te transmito pela presente? Com ansia espero tua resposta e fico de ti afmo. s. s. q. b. s. p.” (Tradução livre)

11 Trata-se de declaração de amor presente no manual *Cartas de amor y amistad: cómo deben escribirse las cartas de amor, amistad, felicitación, invitación, etc.*, de autoria de Agustín Esclasans Folch.

y el honor de verme correspondido por usted [...]”<sup>12</sup> (DECLARACIÓN DE AMOR. In: FOLCH, A. E., 1943, p. 12 apud BLAS, 2003, p. 194)

Às mulheres, cabia a resposta à carta recebida. Bastos (p. 03) afirma que a maioria dos modelos de cartas do manual brasileiro de final do século XIX parecia estar destinada a ensinar leitores homens a escrever, iniciando-se com o tratamento ‘senhora’ (“Senhora, Quando feliz acaso me deu a conhecer a família de Vm...”) e encerrando-se com um ‘seu’ (“Esta ventura lhe deseja quem já foi, mas não será daqui em diante, seu...”) ou ‘sou’ (“O recusar-me a Vm será persuadir-me estar ofendida do meu arrojo, quando eu asseverar-lhe posso que o respeito que consagro à sua estimável pessoa é tão forte como o meu amor. Sou, etc.”). Já o modelo das cartas de resposta parecia mais destinado às leitoras, e geralmente a carta se iniciava com um ‘senhor’. O mesmo se dá nos manuais espanhóis do século XX, cujas cartas de declaração de amor têm como destinatário: ‘Señorita’, ‘Adorable señorita’, ‘Mi buena amiga’, enquanto as cartas de resposta eram destinadas a ‘Querido Antonio’, ‘Caballero’, ‘Queridísimo Juan’, ‘Muy señor mío’, ‘Distinguido señor’, ficando explicitado que o remetente masculino era quem tinha a iniciativa da declaração, enquanto um remetente feminino se pronunciaria apenas nas cartas de resposta. A mesma situação está presente em manuais da Renascença, como *Le secrétaire a la mode*, em que as cartas de amor são sempre endereçadas a uma ‘mademoiselle’, enquanto as respostas têm como destinatário um ‘monsieur’.

A resposta era dada, ainda que fosse negativa, e até mesmo a recusa era feita com a polidez exigida pelas normas de civilidade:

Se para uma pessoa persuadir outra unicamente carecesse de traçar palavras comedidas e galantes, ninguém melhor que Vm. feriria esse ponto. Eu imagino porém, senhor, que visto Vm. ter formado tão vantajosa opinião de meu caráter, ache naturalissimo o suplicar-lhe eu remeta ao tempo decisão do meu conceito acerca de Vm. Entretanto aceite de mim a única coisa que não posso recusar-lhe, isto é, a minha estima. Sou, etc. ([CARTA DE RESPOSTA]. In: O MENSAGEIRO DOS AMANTES, 1879 apud BASTOS, 2003, p. 04)

Em uma resposta negativa a uma declaração de amor, presente em *Cartas amorosas: el secretario de los amantes*, a redatora da carta, Milagros Madrid, dispensa o “Señor Don F. de T.” devido à sua má reputação; porém, ainda que aborde o

12 “Já estive não sei quantas vezes falando contigo, querida senhorita, entretanto nunca achei em minha pobre vontade valor suficiente para te dizer que te amo loucamente. Hoje, dia feliz em que esta missiva rompe o véu tenebroso do silêncio e da timidez, não duvido que te dignarás em compreender a felicidade que me proporcionará pensar que seus lindos e amados olhos a lerão, e que talvez terei a fortuna e a honra de me ver correspondido por ti”. (Tradução livre)

assunto com objetividade e sinceridade, não se exime de tratar o seu destinatário por “muy señor mío”, e assina como “su *attenta*”.

Nos manuais epistolares da Renascença, as normas de civilidade mostram-se bem mais rígidas no que diz respeito à forma de como deveria ser feita a resposta da dama à declaração de amor recebida, em comparação com os manuais de escrita de cartas amorosas mais atuais. A dama sempre agradece a carta de ‘*presentation de service*’ recebida: “Je vous suis grandement obligée de la bonne volonté que vous me témoignez”<sup>13</sup> (p. 122), “Je n’ai que des remerciemens à vous offrir de l’honneur que vous me faite, dans la Lettre que vous avez pris la peine de m’écrire”<sup>14</sup> (p. 122), e, na maioria das vezes, não aceita nem refuta a declaração que lhe foi feita: afirma apenas que o seu querer depende da vontade dos seus pais:

MONSIEUR,

Je ne vous fais pas des excuses de ce que je vous répond point sur le sujet de votre Lettre, parce que mes volontés dépendent si absolument de celles de mes parens, que c’est à eux à vous apprendre ce que vous désirez sçavoir de moi. La bonne volonté pourtant que vous me témoignez m’oblige à vous assurer en reconnaissance que je serai toute ma vie,

MONSIEUR,

Votre très-humble servante.<sup>15</sup>

(DE LA SERRE, J. P., [1625] 1747, p. 123,  
‘Reponse pour les Dames aux lettres de présentation’)

Em algumas cartas de resposta, fica claro, inclusive, que a necessidade de se obter a permissão dos pais da moça não era desconhecida do pretendente: “Vous sçavez que cette qualité de fille me rend si sujette que je ne puis violer le respect que je dois à mes parens, en ce qui touche votre dessein”<sup>16</sup> (p. 127) ; “Vous sçavez

13 “Estou imensamente agradecida pela boa vontade que vós me testemunhais.” (Tradução livre)

14 “Não tenho o que oferecer senão o agradecimento pela honra que vós me fizestes, na carta que vos empenhastes em me escrever.” (Tradução livre)

15 “SENHOR, Eu não me desculpo por não vos responder sobre o assunto da vossa Carta, pois minha vontade depende tão absolutamente da vontade de meus pais, que é com eles que vos podeis inteirar daquilo que desejais saber de mim. A boa vontade, contudo, que vós me testemunhais me obriga a vos assegurar em reconhecimento que eu serei por toda a vida, SENHOR, vossa muito humilde serva.” (Tradução livre)

16 “Vós sabeis que esta qualidade de filha exige que eu esteja sujeita à vontade dos meus pais, por não poder violar o respeito que lhes devo, naquilo que toca ao vosso desejo.” (Tradução livre)



bien qu'en la condition où je me trouve, je ne puis accepter ni refuser les offres que vous me faites"<sup>17</sup> (p. 123-124).

Cartas de moças que declaram se submeter à vontade dos pais ainda se veem nos manuais de cartas amorosas dos séculos XIX e XX, mas já não parecem tão representativas em um conjunto de tipos de resposta que possui uma maior variedade. Em *O mensageiro dos amantes*, entre os modelos de respostas, Bastos (p. 03) cita a presença de três cartas de uma senhora em resposta a uma declaração, nas quais não diz nem sim, nem não, e também uma resposta na qual a pessoa diz que se submete à vontade paterna. A submissão à vontade dos pais também estava presente nos pedidos de casamento. Nas cartas de *O mensageiro dos amantes*, há: “carta de um amante ao pai de uma senhora para pedir-lhe em casamento”; “carta do mesmo [amante] à senhora, depois de haver obtido a licença pedida”; “carta de um amante ao pai de uma senhora, pedindo-lhe esta em casamento, e a licença de conversá-la”; “carta do mesmo amante a sua amada”; “carta de um mancebo na qual pede a mão de sua amada à mãe desta” (BASTOS, 2003, p. 03).

Também nos manuais espanhóis se vê um ‘modelo de petición de mano’, que tem como destinatário o pai da amada:

Muy señor mío:

No creo sea para usted un secreto las relaciones que, desde hace tiempo, tenemos su hija Carlota y un humilde servidor de usted, tiempo más que suficiente para conocernos y fijar este cariño que ambos tenemos.

No deseando ella ni yo que se prolonguen indefinidamente nuestras relaciones, me atrevo a pedir a usted la mano de su hija, en la esperanza de que nos hará felices a los dos el día de su consentimiento a nuestro matrimonio.

Confiado en que su contestación me dará certeza de la felicidad con que sueño, me es gratísimo aprovechar esta ocasión para ofrecerme suyo afectísimo y s.s.<sup>18</sup>

(MODELO DE PETICIÓN DE MANO. In: GARRIDO, C.,<sup>19</sup>  
[19--], p. 31-32 apud BLAS, 2003, p. 200)

17 “Vós sabeis bem que, na condição em que me encontro, não posso aceitar nem refutar as ofertas que me fazeis.” (Tradução livre)

18 “Caro senhor meu: Não creio que seja para o senhor um segredo as relações que, já há algum tempo, temos sua filha Carlota e um humilde servidor do senhor, tempo mais que suficiente para nos conhecermos e firmarmos este carinho que ambos temos. Não desejando ela nem eu que se prolonguem indefinidamente nossas relações, me atrevo a pedir ao senhor a mão de sua filha, na esperança de que nos fará felizes no dia do seu consentimento a nosso matrimônio. Confiado em que sua resposta me dará certeza da felicidade com que sonho, me é gratíssimo aproveitar esta ocasião para me oferecer como seu afeitíssimo e s.s.” (Tradução livre)

19 Trata-se de carta presente no manual *Modernas cartas amorosas*, de autoria de C. Garrido.

No pedido de casamento, aparecem com mais força as tradições da escrita epistolar; o remetente se coloca no lugar de um “humilde servidor de usted” que “se atreve” a pedir a mão da moça ao pai, sendo este tratado por “muy señor mío”.

Nos exemplos tratados, pode-se observar como as cartas de amor aliam os sabores de uma escrita privada a tradições do discurso ligadas a regras de civilidade de um determinado contexto social. O contraste entre intimidade e formalidade é percebido pelos redatores das cartas, que tentam por vezes fugir da formalidade para se acercarem mais do seu destinatário:

Idolatrada Rosita:

Efecto de la creciente intimidad que va reinando entre nosotros desde que me hizo usted el honor de convertirme en el más dichoso de los mortales, creo que bien podemos desterrar la enojosa ceremonia de seguir tratándonos de usted, y mi dicha no conocería límites al poder escuchar de tus labios, ¡dulce bien mío! ¡cuánto te quiero, Manolo! En lugar de ¡cuánto quiero a usted, Manuel!

¿No te parece a ti lo mismo, Rosita?

Creo sinceramente que con este sencillo cambio de tratamiento aumentará nuestro amor, si esto es posible.

No dudando que accederás a esta súplica, se despide de ti quien más te adora,

Manolo.<sup>20</sup>

(CARTA PEDIENDO PERMISO PARA TUTEARSE. In: NOVÍSIMO CONSULTOR DE LOS ENAMORADOS,<sup>21</sup> 1928, p. 86, In: BLAS, 2003, p. 198)

Os manuais epistolares são uma tentativa de apreender regras sociais e, mais especificamente, regras para a escrita de cartas. Com o tempo, mudam as regras sociais e a própria linguagem, ainda que conservem uma herança do passado, mudando também a tradição de escrita de cartas. Para Bastos (p. 06), os manuais de escrita epistolar são textos que permitem analisar os códigos de civilidade, mas sendo necessário o cuidado de perceber a distância entre o modelo do texto e o

20 “Idolatrada Rosita: Como resultado da crescente intimidade que vai reinando entre nós desde que me deste a honra de me converter no mais afortunado dos mortais, creio que bem podemos nos livrar da irritante cerimônia de prosseguir nos tratando por senhor e senhora, e minha felicidade não conheceria limites se pudesse escutar de teus lábios, doce bem meu! quanto eu te amo, Manolo! Em lugar de quanto amo o senhor, Manuel! Não pensas o mesmo, Rosita? Creio sinceramente que com esta pequena mudança de tratamento nosso amor crescerá, se isto é possível. Não duvidando que concordarás com esta súplica, se despede aquele que mais te adora, Manolo.” (Tradução livre)

21 Trata-se de carta presente no manual *Novísimo consultor de los enamorados: cartas de amor y guía de los amantes*, de autoria desconhecida.

comportamento real, e verificar se os manuais epistolares acompanham a mudança que se observa nos textos. Para isso, a autora considera importante a localização de cartas em acervos públicos e pessoais, como uma possibilidade de se verificarem as aproximações com os modelos. Nesse sentido, serão apresentados, a seguir, dois conjuntos de cartas de amor trocadas entre baianos na primeira metade do século XX.

## DOIS CONJUNTOS DE CARTAS DE AMOR NA BAHIA DO SÉCULO XX

O primeiro conjunto apresentado é de cartas e bilhetes trocados entre Carlos Ribeiro Freire e Iracema Batista Chéquer Freire (doravante, Carlos e Iracema), que inclui também uma carta escrita por Carlos ao pai de Iracema – trata-se da carta em que Carlos pede a mão de Iracema em casamento. A correspondência foi escrita de 1937 a 1942. Ao todo, são 15 documentos.<sup>22</sup>

O segundo conjunto compõe-se de 100 cartas trocadas entre Otto Soledade Júnior e Renée da Silva Barros Soledade (doravante, Otto e Renée), entre os anos 1948 e 1951. São 50 cartas escritas por Otto, para Renée, e 50 escritas por Renée, para Otto. As cartas editadas foram recolhidas de um conjunto de cerca de 220 cartas do casal, a maior parte escrita nesse período e algumas, em anos seguintes.<sup>23</sup>

### As cartas de Carlos e Iracema

Carlos nasceu em Jussiape-BA, município localizado na Chapada Diamantina, em 1917. Na escola de Jussiape, foi aluno do seu pai, José Manços Freire, e, como seus irmãos, cursou apenas o ensino primário. Iracema nasceu em Abaíra-BA, em 1920, e também frequentou apenas o curso primário. Sua família, assim como a de Carlos, mudou-se para Iguaiá, cidade do interior da Bahia, então distrito de Poções, onde Iracema conheceu Carlos; os dois começaram a namorar e se corresponderam por meio de cartas. Carlos trabalhou inicialmente como comerciante e, em seguida, entrou para a política, sendo o primeiro prefeito de Iguaiá. Ele e Iracema se casaram e tiveram seis filhos. Iracema dedicou-se a vida inteira à vida doméstica.

---

22 Os documentos encontram-se no arquivo pessoal de uma neta do casal, Tânia Conceição Freire Lobo, por quem foram disponibilizados.

23 Os documentos encontram-se no arquivo pessoal de uma neta do casal, Juliana Soledade, por quem foram disponibilizados. Solicitou-se ainda a autorização de Renée para a utilização das cartas na presente pesquisa, no momento da entrevista com ela realizada em junho de 2008.

As cartas de Carlos e Iracema testemunham uma fase em que os dois já haviam iniciado o namoro e, em seguida, ficaram noivos. Os dois não eram desconhecidos que tinham apenas sido apresentados e começaram a trocar gentilezas por meio de cartas, à semelhança do que ensinavam os manuais epistolares da Renascença; seu relacionamento e aproximação não estavam circunscritos à troca de correspondências; havia uma vida amorosa além das cartas. As missivas, portanto, revelam já alguma intimidade do casal, mas o grau de intimidade que era permitido pelas regras sociais de famílias de classe média em incipiente contexto urbano do interior da Bahia das décadas de 1930 e 1940.

O casal geralmente se trata mais informalmente do que se vê no manual epistolar brasileiro *O mensageiro dos amantes*; entre si, não utilizam ‘senhor’, ‘senhora’ ou ‘senhorita’, se tratam por nome e por apelido, ‘Carlos’ e ‘Tutú’.<sup>24</sup> Quando Carlos escreve a Iracema em seu cartão de visitas, aproveita a assinatura já datilografada que há no cartão, “Carlos Ribeiro Freire – Comerciante”, mas faz questão de riscar os sobrenomes ‘Ribeiro Freire’ e a palavra ‘Comerciante’. Por outro lado, há cartas em que ele mesmo assina com nome e sobrenome, ‘Carlos Freire’ ou ‘Carlos Ribeiro Freire’. A despedida é geralmente feita com afetuosidade, mas, por vezes, também com alguma formalidade: “Teu admirador sincero Carlos”, “Teu admirador incondicional: Carlos”, “Teu para sempre: Carlos Freire”, “Do que te ama de coração [Carlos Ribeiro Freire] [Comerciante]”, “O teu perpetuo admirador. Carlos Ribeiro Freire.”, “do teu Noivo. Carlos Ribeiro Freire.”, “o teu noivo que muito te quer – Carlos –”, “abraça-te o noivo: Carlos”. Carlos se dirige a Iracema como “Tutú” ou “minha bôa Tutú”. Iracema se despede com seu apelido, “Tutú”, e também com: “Desta que te ama lealmente: (Tutú)” ou “a tua noiva Tutú”.

As frases que iniciam as cartas de Carlos são, na maior parte das vezes, presas às regras de civilidade e de escrita de cartas. Vejam-se algumas delas:

Tutú:

Praza aos céos que esta te encontre aureolada de felicidades, entre reinos de verdadeiro jubilo, é o que sinceramente desejo-te.

A tua doce cartinha me foi entregue, sendo alvejada da minha melhor acolhida,

24 É interessante observar que o apelido de Iracema era como um verdadeiro nome, uma vez que ela era conhecida por todos na cidade por Tutu. O mesmo ocorria com seus irmãos, que tinham apelidos que substituíam seus nomes: Jamile era chamada de Dede ou Diana; Maria, de Biduda; Aidée, de Miú ou Miuzinha; Euterpe, de Tita; Norivaldo, de Nonó e Napoleão, de Tezinho. Apenas Nascípio, Nagípio e Nabô não eram conhecidos por outro nome (informação oral, cedida pela neta de Iracema, Tânia Conceição Freire Lobo).

pois, na phase em que ora atravess[-]o não espero outra felicidade sinão a tua firme dedicação. [...]

(Carta 01-CI, 17/11/1937)<sup>25</sup>

Minha bôa Tutú.

É de meu summo contentamento se esta te encont[ar]rar fruindo paz e tranquillidade.

Eis o meu maior desejo.

Em minhas humildes <mãos> as tuas dua[!]s ultimas cartas, as quaes me foram cuidadosamente entregues pelo meu amigo Pery. Fiquei numa satisfação incommensuravel.[...]

(Carta 03-CI, não datada)

Tutú.

Em minhas humildes mãos a tua ultima carta, mensageira da tua delicadêza e dedicação. [...]

(Carta 05-CI, 25/12/1937)

É recorrente, no início das cartas, a referência a outras anteriormente recebidas, assim como a expressão do desejo de que a destinatária esteja bem. Mais do que essas temáticas recorrentes, chama a atenção a maneira como tudo é dito. Ao invés de um simples “espero que estejas bem”, Carlos utiliza um muito mais elaborado e elegante “Praza aos céos que esta te encontre aureolada de felicidades, entre reinos de verdadeiro jubilo, é o que sinceramente desejo-te” ou “É de meu summo contentamento se esta te encont[ar]rar fruindo paz e tranquillidade. Eis o meu maior desejo”. Ao fazer referência à carta recebida, utiliza frases que elogiam as qualidades da sua amada (“a tua doce cartinha”, “mensageira da tua delicadêza e dedicação”), exaltam o sentimento por ela nutrido (“Fiquei numa satisfação incommensuravel”) ou colocam o remetente no lugar de humilde servo (“Em minhas humildes mãos a tua última carta”).

O tema com que Iracema inicia suas cartas é semelhante ao das cartas de Carlos, esperando que ele esteja bem, mas a maneira como Iracema escreve é mais simples, com frases mais curtas, sem muitos adjetivos, nem “reinos de verdadeiro jubilo”:

---

25 As siglas presentes nas indicações dos documentos apresentados significam: Carta de Carlos a Iracema (CI), Carta de Iracema a Carlos (IC), Carta de Carlos ao pai de Iracema (CP), Carta de Otto a Renée (OR) e Carta de Renée a Otto (RO).

Carlos:

Que estejes bom, juntamente a todos d'ahi, e que Deus te conserve sempre um moço digno da sua proteção, como tem sido até hoje.

[...]

(Carta 02-IC, 01/12/1937)

Carlos

Que aí tenhas chegado fazendo uma ótima viagem em companhia de Arnulpho e todos.

Recebi ontem a noite as 8 horas, a tua ligeira cartinha, portadôra das tuas notícias; fiquei muito muito satisfeita e ao mesmo tempo triste, pois tenho passado muito contrariada depois da tua viagem [...]

(Carta 14-IC, não datada).

Observa-se que as cartas não são todas escritas em um mesmo estilo. Entre as escritas por Carlos, há algumas “cartas-bilhete”, curtas, de escrita apressada e letra não tão bem-acabada, frases mais simples, sem muitas “flores de retórica”. Elas se diferenciam já no início, por serem mais diretas e às vezes dispensarem inclusive uma introdução, começando já pelo motivo que levou o remetente a escrevê-las:

Tutú.

Sigo amanhã para Poções a serviços de grandes interesses commerciâes. E, como não me foi possível falar-te hoje, aviso-te por meio desta, apresentando-te as minhas sincéras despedidas.

(Carta 07-CI, 26/03/38).

Nos casos em que há frases fixas no início, elas são ditas mais secamente, e logo é inserido o assunto da carta:

Tutú

Paz juntamente aos teus.

até aqui bem, e seguiremos agora 6 horas a Jequié. Arnulpho veio até aqui sem perigo e parece que seguirá bem.

[...]

(Carta 13-CI, não datada)

A finalização da carta é também um pouco apressada:

[...]  
Porque não avisaste a tua volta? Es-  
queceste? Sem duvida  
Aguarde a minha ida.  
do teu Noivo.  
Carlos *Ribeiro* Freire.  
(Carta II-CI, 05/12/39).

Há também, na correspondência de Carlos a Iracema, dois breves cartões, os quais, apesar de curtos, possuem uma escrita elaborada e mais formal, devido ao tema que motiva a sua escrita: trata-se da data de aniversário de Iracema, no ano de 1939 e no ano de 1941. O cartãozinho de 1939 assim se inicia: “Pela grandiosa data de hoje, queira aceitar os meus sinceros parabens, profundos votos de felicidades [...]” e é concluído com “Salve! Salve!”. O escrito em 1941 é ainda mais formal: “Compartilhando dos teus prazeres nesta data felicita-te com votos de felicidades, rogando a Deus pela reprodução desta por indefinidas outras, o teu noivo que muito te quer – Carlos –”.

Há ainda a carta de pedido de casamento endereçada ao pai de Iracema. Essa carta em tudo se diferencia das outras – no estilo da escrita, no desenho da letra e até mesmo na disposição da mancha no papel. Obedece com maior rigor às margens, possui uma letra belíssima e bem trabalhada, bastante diferente, por exemplo, da caligrafia das “cartas-bilhete”. O estilo da escrita é extremamente formal, e a linguagem utilizada, bastante culta. A carta se inicia com “Os meus mais sincéros cumprimentos extensivos á vossa *Excelentíssima* Família, á quem visito com profundo e veneravel respeito” e está destinada ao “*Excelentíssimo* Senhor Pedro Chequer”, a quem Carlos trata por ‘vós’. A carta se assemelha, em determinados aspectos, ao modelo de pedido de casamento presente no manual espanhol *Cartas modernas amorosas*, que tem também como destinatário o pai da amada, mas é ainda mais formal. A seguir, estão contrastados trechos do modelo espanhol e da carta de Carlos:

[...] No deseando ella ni yo que se prolonguen indefinidamente nuestras relaciones, me atrevo a pedir a usted la mano de su hija, en la esperanza de que nos hará felices a los dos el día de su consentimiento a nuestro matrimonio. [...] <sup>26</sup>

(MODELO DE PETICIÓN DE MANO. In: GARRIDO, [19--],  
p. 31-32 apud BLAS, p. 200)

26 Não desejando ela nem eu que se prolonguem indefinidamente nossas relações, me atrevo a pedir ao senhor a mão de sua filha, na esperança de que nos fará felizes no dia do seu consentimento a nosso matrimônio. (Tradução livre)

[...]  
Há muito alvejado por  
um verdadeiro sentimento de  
afêto que me entrelaça á vossa  
dileta filha Iracema, não po-  
dendo mais silenciar tal aconte-  
cimento sob o véo do obscurantis-  
mo perante a vós e á vossa vir-  
tuosa espôsa, tom[a]o a liberdade  
em dizer-vos que atraído pelas  
nobres qualidades e virtudes que  
por excelencia dotam a vossa fi-  
lha, venho mui respeitosamente  
expor-vos que, para gloria do  
meu viver, a minha felicidade  
prima em desposal-a, sollicitan-  
do-vos a sua mão para o sa-  
grado laço da união conjugal.  
[...]  
(Carta 09-CP, 05/03/39)

A carta espanhola inicia a frase em que se pede a mão da mulher amada seguindo o modelo do ‘facilimo methodo’ para introduzir uma carta de *O secretario portuguez*, enfocando o *causal*, o motivo que leva o redator a escrever a carta, sendo utilizado, para tanto, o verbo no gerúndio: “No **deseando** ella ni yo que se prolonguen indefinidamente nuestras relaciones, me atrevo a pedir a usted la mano de su hija [...]” (grifo nosso). A carta de Carlos é iniciada por uma frase mais complexa. No início, há duas orações subordinadas encadeadas, uma enfocando à quo, o remetente (“Há muito alvejado por um verdadeiro sentimento de afêto que me entrelaça á vossa dileta filha Iracema”), a outra enfocando o *causal*, iniciada pelo gerúndio de ‘poder’ (“[...] não **podendo** mais silenciar tal acontecimento sob o véo do obscurantismo perante a vós e á vossa virtuosa espôsa [...]”). Em seguida, é introduzida a oração em que Carlos pede a mão de Iracema em casamento, mas esta oração é apenas começada e logo é intercalada mais uma oração subordinada, que enfoca *ad quem*, o destinatário, ao comentar as qualidades que possui a filha, e que engrandecem o pai: “tom[a]o a liberdade em dizer-vos que **atraído pelas nobres qualidades e virtudes que por excelencia dotam a vossa filha**, venho mui respeitosamente expor-vos que, para gloria do meu viver, a minha felicidade prima em desposal-a [...]” (grifo nosso). Antes de feito o pedido, é também inserida na frase a locução “para a glória do meu viver”, que deixa o texto ainda mais sofisticado.



Enquanto, no modelo de carta espanhola, o redator vai “pedir la mano” da filha, na carta brasileira, Carlos solicita a mão da filha “para o sagrado laço da união conjugal”. A carta espanhola é sóbria, mas simples, não deixando de atender às normas de civilidade. A carta de Carlos segue as normas de civilidade com uma linguagem extremamente culta e ornada, rica em adjetivos que engrandecem o seu sentimento (‘verdadeiro sentimento de afêto’) e as qualidades da amada e de sua família (‘nobres qualidades e virtudes’, ‘vossa dileta filha’, ‘vossa virtuosa espôsa’, ‘honrado e benemerito chefe de Família’, ‘vossa briosa e acatada Família’). Ao expressar os seus sentimentos, Carlos não diz que ama Iracema, na intenção de ser discreto, mas deixa claro que sua felicidade ‘prima em desposal-a’. Os redatores coincidem em uma necessária manifestação de respeito ao pai da moça, que se faz através do tratamento utilizado (o ‘usted’ na carta espanhola e o ‘vós’ na carta brasileira) e de um preâmbulo em que se pede licença para o ‘atrevimento’ do pedido de casamento: “me atrevo a pedir a usted [...]”, “tomo a liberdade em dizer-vos [...]”.

A despedida nas cartas é feita assim:

[...] Confiando en que su contestación me dará certeza de la felicidad con que sueño, me es gratísimo aprovechar esta ocasión para ofrecerme suyo afectísimo y s.s.<sup>27</sup>

(MODELO DE PETICIÓN DE MANO. In: GARRIDO, [19--], p. 31-32 apud BLAS, p. 200)

[...]  
Aguardando a vossa  
atenciosa resposta, aproveito  
o ensejo para firmar-me  
com a mais pura estima,  
como um vosso menor.  
[...]  
(Carta 09-CP, 05/03/39)

Em ambos os casos, inicia-se com verbos no gerúndio, em fórmulas de despedida que põem em destaque o *instrumental*, o modo como está escrita a carta, à semelhança do que se vê no exemplo oferecido por *O secretario portuguez*: “Com hum acto da mais reverente servidaõ, vou desejar a V. Senhoria [...]”. Os redatores finalizam a escrita com fórmulas em que declaram a estima e em que se põem no lugar do humilde servo: “me es gratísimo aprovechar esta ocasión para ofrecerme

27 Confiando em que sua resposta me dará certeza da felicidade com que sonho, me é gratíssimo aproveitar esta ocasião para me oferecer como seu afeitíssimo e s.s.” (Tradução livre)

suyo afectísimo y s.s.”, “aproveito o ensejo para firmar-me com a mais pura estima, como um vosso menor”.

Do que foi visto até aqui das cartas de Carlos e Iracema, pode-se depreender que se trata de redatores que demonstram um domínio de tradições discursivas utilizadas na escrita de cartas, sabendo como adequar o estilo da carta à situação da escrita, o que se nota quando se contrastam, por exemplo, as cartas de escrita mais informal e de escrita mais apressada de Carlos com a pomposa carta de pedido de casamento. Nota-se também que Carlos revela um maior domínio da prática de escrita que Iracema, pois escreve com maior desenvoltura e eloquência, e demonstra ter alcançado um nível de letramento maior do que a escolarização que teve (apenas o curso primário).

Sobre a escolarização de Iracema, não se têm dados precisos, sabe-se apenas que ela foi à escola, onde fez o curso primário. Como sua mãe, dedicou-se inteiramente ao lar, não exercendo uma profissão. Ela herdou, seguramente, resquícios das desigualdades sociais que marcavam a história das mulheres no Brasil no século XIX, quando eram poucas as garotas letradas no país. Louro (1997, p. 446) afirma que, de uma maneira geral, ao longo do século XIX, as filhas dos grupos sociais privilegiados aprendiam a leitura, a escrita, noções básicas de matemática, piano e francês em suas próprias casas, em aulas ministradas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. Ainda que recebessem alguma instrução escolar e fossem alfabetizadas, a educação das meninas e moças visava mais à sua formação moral, à constituição do seu caráter, do que a uma instrução em termos de conteúdos, uma vez que “seu destino primordial” de esposa e mãe requeria, principalmente, uma moral sólida e bons princípios. Por isso, seriam suficientes às moças “pequenas doses de instrução”, enquanto outras habilidades, como a agulha, os bordados, as rendas, a culinária, as habilidades de ‘mando’ das criadas e serviços também faziam parte da sua educação. Assim, se já era raro para as mulheres ter alguma escolarização, alcançar um alto nível de letramento era ainda mais difícil. Ter o grau de letramento necessário para saber ler e escrever uma carta parecia ser o suficiente. Iracema, em suas cartas, demonstra escrevê-las bem, mas a maneira como o faz revela ser alguém que não tinha muitas outras demandas de escrita; suas habilidades nesse campo pareciam se restringir, praticamente, àquilo que demonstrava em suas cartas. Já Carlos parecia ter uma maior habilidade em escrever diferentes tipos de textos, mais formais que as cartas que escrevia a Iracema. E isso se comprova, de fato, quando se sabe que, como político, redigia, ele próprio, discursos e outros documentos, como se vê a seguir:

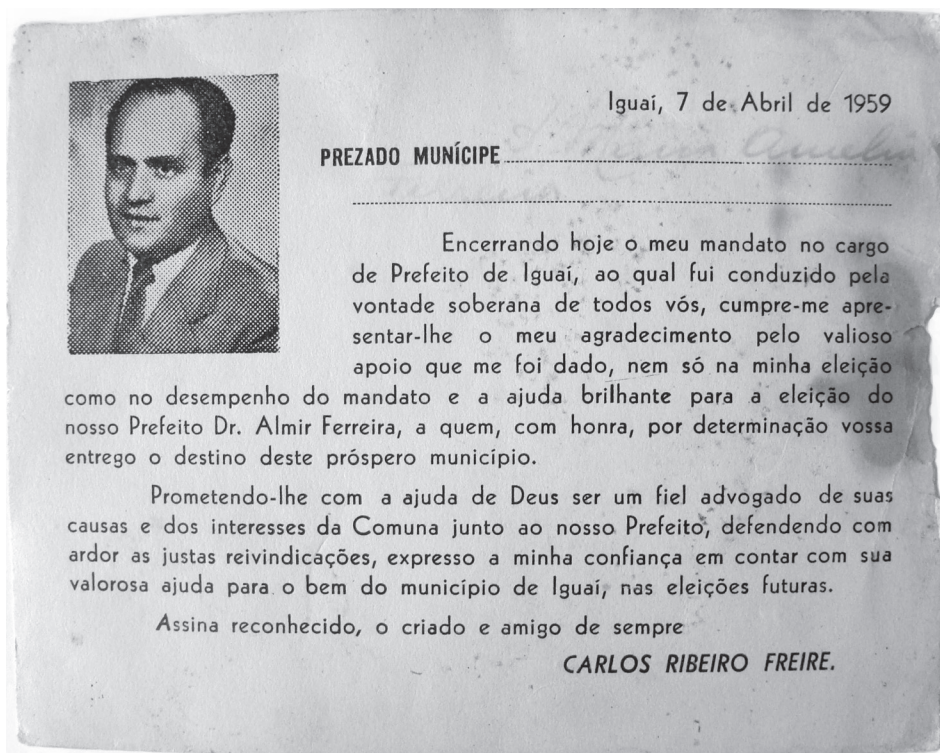


Figura 1: Cartão de agradecimento de Carlos aos munícipes de Iguai

Ainda que o documento seja testemunho de uma fase posterior à da troca de correspondências entre Carlos e Iracema e não seja necessariamente reflexo do grau de erudição de Carlos na época do namoro, ele é um exemplo de como as possibilidades de desenvolvimento de práticas de letramento se concretizaram na vida de Carlos, devido aos papéis de comerciante e, posteriormente, de político que desempenhou na sociedade, em contraste com o que se poderia esperar das práticas de letramento na vida de Iracema, mãe, dona de casa.

## As cartas de Otto e Renée

Otto nasceu em Salvador-BA, em 1925. Estudou na Escola Técnica de Salvador, que, mais tarde, se transformou no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, formando-se como ‘modelador de fundição’, mas não exerceu essa profissão. Nunca cursou uma universidade, mas teve sempre grande gosto pela leitura e pelas artes e estudava por conta própria. Começou a trabalhar cedo, em indústrias do cacau na Bahia, assim que se formou pela Escola Técnica de Salvador. Renée nasceu em 1932, em Ilhéus-BA. Aos sete anos de idade, entrou para o Colégio da Piedade, um colégio de freiras, onde fez o primário, o ginásio e

o curso normal, que oferecia a formação de professora. Nas férias de 1947, Renée viajou para Salvador, onde conheceu Otto, através de seu irmão Ruy, que era colega de trabalho de Otto. Quando Renée retornou para Ilhéus, ela e Otto iniciaram uma troca de correspondências, mais tarde começaram um namoro e, no dia em que Renée se formou, em dezembro de 1951, ficaram oficialmente noivos. Pouco tempo depois, se casaram e se mudaram para Salvador. Renée nunca exerceu sua profissão, para se dedicar totalmente ao lar. Otto e Renée tiveram quatro filhos. Em 1973, mudaram-se para o Rio de Janeiro. Dois anos depois, foram para Brasília. Otto faleceu no ano 2000. Renée vive em Brasília até hoje.

Se as mudanças que se processam na sociedade são por demais fluidas e não podem ser assentadas em datas precisas, assim também as mudanças nas mentalidades não podem ser bem demarcadas e concorrem para isso diversos fatores, entre eles, as especificidades de cada indivíduo, que têm também o seu próprio tempo de mudanças. Apesar de as cartas de Carlos e Iracema serem de uma década anterior às de Otto e Renée, a diferença de idade entre os casais é pequena. Assim, para tratar das mudanças em comportamentos sociais e mentalidades que poderiam estar refletidas nos conjuntos de textos analisados, partiu-se do que pôde ser observado nas próprias cartas. O que elas revelam são diferenças significativas entre os dois casais.

Parece concorrer para a distância nos comportamentos e mentalidades que se observam nos dois casais, pela diferença na maneira de escrever as cartas, o contexto de vida de cada um. Otto nasceu e se criou na capital do Estado, que foi sempre uma cidade mais cosmopolita e aberta a inovações; Renée viveu em Ilhéus, uma cidade mais desenvolvida, e em um contexto de vida mais próximo ao da metrópole, que o característico de cidades do interior baiano em que nasceram e viveram Carlos e Iracema – Jussiape, Abaíra, Iguai e Poções.<sup>28</sup> O diferente ritmo de vida de Salvador é, inclusive, assunto de uma carta de Iracema, que escreve a Carlos quando este fez uma viagem à capital. Ao final da carta, ela diz: “Basta; pois ahi na capital, onde há tanta diversão, não tens tempo para ler tanta asneira” (Carta 16-IC, não datada).

O que se observa é que, na correspondência trocada entre Otto e Renée, não é utilizado, nas primeiras cartas, o estilo de correspondência amorosa descrito nos manuais epistolares, em que o rapaz irá tentar, com seus galanteios, conquistar a moça por quem se interessou. Desde a primeira carta escrita, já se nota a diferença:

---

28 Conforme dados do Mapa Rodoviário da Bahia de 2002, Jussiape e Abaíra, as cidades de origem de Carlos e Iracema, eram cidades de menos de 25 mil habitantes, e Iguai e Poções, as cidades para onde se deslocaram posteriormente, eram cidades de menos de 100 mil habitantes. Já Ilhéus, onde Renée vivia, era uma cidade de porte de 100 a 500 mil habitantes (BRASIL, 2002).

quem toma a iniciativa da troca de correspondências não é a parte masculina, mas a ‘dama’. É Renée quem procura Otto e, algumas vezes, insiste em manter a correspondência. Otto não só não era galanteador, como, por vezes, também dispensava o romantismo que Renée demonstrava em suas cartas: “Em cartas, há possibilidade de realçarmos qualquer das nossas próprias qualidades *que* mais admiramos. A não ser *que* sejam escritas com paixão, com calor. E eu longe de você, sou bastante frio *para* não aceitar fazel-as” (Carta 25/01/49-OR). Com a continuidade da troca de correspondências, o que se vê não são cartas que se prendem a formalidades e etiquetas. São mais informais, mais livres que as cartas dos modelos dos manuais espanhois e do manual brasileiro do século XIX, descrito por Bastos (2003); também mais informais que as cartas de Carlos e Iracema.

As fórmulas prontas, que são recorrentes nas primeiras linhas das cartas de Carlos, não aparecem nas cartas de Otto a Renée. Otto fazia apenas, algumas vezes, referência à carta recebida, que estava sendo respondida, mas as frases em que era feita tal referência não obedeciam a uma estrutura única:

Somente hoje me animei a responder à sua carta. (Carta 25/01/49-OR)  
Realmente *sua* carta de 14 e algumas frases suas, motivaram *para que* eu ficasse indeciso se verdadeiramente você queria *que* eu lhe escrevesse, ou, se queria, qual o tom *que* eu deveria lhe falar. (Carta 03/11/49-OR)  
Sua carta de 2a feira, 27, chegada ontem, 30. “Fofquinha” sinto pelo o que você está sentindo. (Carta 31/03/50-OR)

Além do conjunto das cartas iniciadas por frases que se referiam às já recebidas, as demais cartas de Otto se iniciavam das formas mais diversas possíveis:

Estou triste! Meu maior presente, pelo *que* deduzi da carta recebida hoje, você não recebeu. (Carta 08/10/49-OR)  
Velhinha você é “dura”! Tem uma “big” têmpera! (Carta 12/11/49-OR)  
Velhinha, *seu* rosto tôdo, como é? Vêjo da ponta do *seu* queixo à base do pescoço. Depois, é como se a esponja apagasse no quadro negro aqueles riscos, vêjo um ôlho, depois <0> outro, nunca os dois de vêjs. (Carta 21/03/50-OR)

O mesmo se observa na escrita de Renée: cartas não amarradas a estruturas fixas, algumas com referências a cartas anteriores:

Não, suas cartas só me causarão bem. Isto eu ja lhe disse na carta anterior. (Carta 11/01/49-RO)  
Ouço o Concerto de “Vassovia”. E cedo a um impulso. (Carta 29/03/49-RO)

Felizmente ainda me resta este meio de consôlo. Tentaremos encher este silencio horrivel por meio de cartas. (Carta 01/03/50-RO)  
Estado de espírito miserável! Cerebro cansado, espirito e corpo também cansados. Em mãos sua carta de 27, (te) quinta-feira. (Carta 29/04/50-RO)

No contexto de troca de correspondências entre Otto e Renée, não havia por parte dos redatores uma necessidade de seguir muitas fórmulas como aquelas que eram descritas nos manuais epistolares; a tradição de escrita epistolar já rumava para a produção de textos mais livres. O “código de civilidade epistolar e de convenções de linguagem”, descrito por Bastos (2003, p. 06) e exemplificado em *O mensageiro dos amantes*, que tornava as relações afetivas das cartas pessoais “relações regradas pelo espaço público”, já não era tão presente. A realidade brasileira parece ser algo diversa daquela analisada por Blas (2003) nos manuais espanhóis, que ainda se encontravam em grande profusão na primeira metade do século XX, conforme já visto anteriormente.

A maneira de se dirigir ao destinatário era através do primeiro nome e, com uma maior aproximação entre os dois, passaram a ser usados apelidos; o preferido de Renée para se referir a Otto era “Velhinho”; Otto chamava-a de “Maria Renée”, apelido inventado por ele. Outros apelidos eram também usados no início das cartas: “Velhinha!.. (É terrível eu ter que lhe chamar daqui de longe!) “Velhinha” “Plissada” “Filúca” “Fofoca” “Coisa”.... Tudo em vão! Apenas meu coração cá dentro sabe a entonação destes chamados” (Carta 01/03/51-OR).

Para a despedida, ainda se veem algumas estruturas fixas, mas a norma, na troca de correspondência entre o casal, era variar, e o momento da escrita parece ser definidor da maneira como é feita a despedida: pode-se notar uma maior distância nas primeiras cartas; um maior carinho e saudade com o início do namoro; cartas mais íntimas e ardentes, com a continuidade do relacionamento, que perdurava mesmo à distância. Também o estado de humor e outras circunstâncias da escrita das cartas modificavam a forma da despedida:

Para você Otto, o meu adeus saudoso.  
Rene  
(Carta 25/03/48-RO)

O sino [g]já tocou e a mestra de In[j]glês ja está aqui por isto dou meu ponto final enviando para você o meu até breve.  
Maria Renée  
(Carta 10/08/49-RO)

E agora, imitando <o> seu modo sêco e  
pouco delicado de se despedir  
Aqui fica  
Maria Renée  
(Carta 14/10/49-RO)

Adeus! E mando para você um beijo muito ardente e...  
... eu sou doida por você!  
Maria Renée.  
(Carta 05/07/50-RO)

Velhinho, filuca, lanzudo querido, eu lhe beijo  
mais uma vez, agora porem, com sofrimento, com  
amor, com violencia, com minha propria alma que  
pede você.  
Sua  
Velhinha.  
(Carta 25/02/51-RO)

Na carta de 14/10/49, Renée se despede com uma ponta de ressentimento – “imitando o seu modo sêco e pouco delicado de se despedir Aqui fica Ma Renée” –, queixando-se de uma das frases de despedida usadas por Otto, que no início se mostrava mais frio do que ela em suas cartas. Com o tempo, revelou-se um rapaz carinhoso:

Responda como pode ser util o [A]amigo  
Otto.  
(Carta 04/04/49-OR)

Esperando *que* tudo isto chegue às suas mãos  
aqui fica o atrapalhado  
Otto.  
(Carta 22/07/49-OR)

Até “velhinha minha cachaça”!  
Otto.  
(Carta 04/07/50-OR)

Amo-lhe, velhinha querida.  
e envergonhado por ser em palavra aqui vai o beijo saudoso *que* os  
beijos passados  
mandam  
Otto *Soledade Junior*.  
(Carta 10/03/51-OR)

Nas cartas de Otto e Renée, não há nada próximo ao “praza aos céos que esta te encontre aureolada de felicidades, entre reinos de verdadeiro jubilo” de que Carlos fazia uso. Em cartas em que um simples ‘até’ podia ser usado como despedida, a formalidade é praticamente nula; ao invés de um texto suntuoso, veem-se textos mais próximos do coloquial e mais singulares: aquilo que é escrito depende mais do humor do remetente, das circunstâncias do momento, das novidades que são contadas, do que de frases prontas que seguem uma etiqueta para a escrita de cartas.

A história de vida de Otto e Renée e o momento histórico em que estavam inseridos legaram ao casal uma realidade diferente do que se via na história da escolarização de homens e mulheres durante o século XIX na Bahia, quando era bastante desigual o índice de escolarização ou letramento alcançado por homens e por mulheres, situação que não difere da do resto do país. Como conta a história da escolarização na Bahia, apenas nas últimas décadas do século XIX é que o número de mulheres matriculadas se aproximava mais do número de homens. Se, em 1867, havia, nas escolas de primeiras letras da Bahia, 7.885 meninos matriculados (78,5%) e apenas 2.155 meninas (21,5%), em 1893, já havia 15.999 meninos matriculados (56%) e 12.543 meninas (44%) (SANTANA, 2007, p. 59-63).

Renée, nascida em 1932, teve o mesmo nível de escolarização que seu marido, Otto. Por outro lado, pelo que se pôde ver até aqui do contexto social em que viveu o casal, é necessário que seja questionada uma equivalência entre a escolarização e o grau de letramento de ambos. Otto concluiu seus estudos com um curso profissionalizante na Escola Técnica de Salvador. Se não pôde ter uma formação em um curso superior, buscou preencher a falta que isso lhe fazia. Além de sua vontade própria, a condição social de homem, de certo modo, lhe favorecia um maior desenvolvimento das práticas de leitura e escrita: Otto desempenhava papéis sociais mais diversificados do que Renée. Desde muito cedo, começou a trabalhar, desenvolvendo-se no ramo de indústrias ligadas ao cacau. Em suas cartas, Otto relata algo do seu cotidiano, encontros com pessoas, livros que lia, filmes a que assistia, visitas ao artista plástico Mário Cravo. Além de uma rotina intensa de trabalho, vivia, na capital, um cotidiano mais intenso, ou preenchido que o de Renée.

Renée se formou como professora, pelo curso normal do Colégio da Piedade. Mas a própria Renée conta, em depoimento, que o curso normal não era, naquele tempo, um curso reconhecido, nem tinha a equivalência a um curso superior: “Muitos em Ilhéus já iam fazer faculdade em Salvador. Ficavam em Ilhéus poucos, pouca gente queria ser professor. As pessoas queriam ir fazer o curso maior”. No entanto, era o curso normal que restava, muitas vezes, às moças que gozavam do privilégio de ter uma formação escolar. O curso, que oferecia disciplinas como



costura, música e língua francesa, era conhecido como curso “de espera marido”, e era essa a realidade que as moças viviam. A possibilidade de não casar e de passar a vida exercendo a profissão era vista geralmente como uma frustração, inclusive por Renée: “Do jeito *que* você va[er]ei meu querido, estou condenada a ser ‘professora até o fim da vida com meus óculos de tartaruga com meu ar de solteirona conformada e possuir como unico tesouro: velhas cartas de amor’. Você não deseja isto pra mim, não é velhinho?” (Carta 29/07/50-RO). Paradoxalmente, Renée exprimia, em suas cartas, um sentimento de inutilidade por não estar trabalhando. Embora demonstrasse ser de personalidade alegre e ativa, falava frequentemente em suas cartas de uma sensação de vazio e relatava um cotidiano que muitas vezes se restringia aos muros do colégio e da sua casa. Adorava ir à praia e a festas, no entanto, depois que começou a namorar com Otto, até mesmo esses passeios se reduziram, por sua própria falta de vontade, que parecia estar influenciada pela ideia romântica, tantas vezes expressa em cartas, de que nada teria graça sem a presença do amado.

Ambos demonstravam, desde o período de namoro, gosto pela leitura. Renée dizia a Otto quais romances estava lendo, geralmente obras de autores estrangeiros traduzidos. Os livros que lia eram geralmente emprestados de seu irmão Ruy, que tinha uma boa biblioteca; entre eles, estavam *A idade da razão* de Jean-Paul Sartre, *José e seus irmãos* de Thomas Mann, *David Copperfield* de Charles Dickens, *Sparkenbroke* de Charles Morgan, *Gog* de Geovanni Papini e *Sete dias* de Franklin de Oliveira.

Otto lia jornais, revistas científicas e muitos livros, inclusive em línguas diferentes. Na época do namoro, ele oferecia livros para Renée ler, sugeria leituras e estava sempre citando, comparando e analisando autores, personagens e obras. Enquanto os comentários de Renée sobre suas leituras eram bastante simples e breves, Otto sempre tinha uma análise mais desenvolvida a fazer. Sobre a leitura de uma obra de Sartre, Renée comentava, em carta de 21/07/50: “Lí ‘A idade da Razão’. Gostei muito. Achei somente chocante. terrivelmente chocante”. Otto assim fala da mesma obra citada por Renée, relacionando-a a outras leituras:

Então voce leu Sartre[?]?!!! Leitura perigosa! Dizem *que* Sartre segue [a]um misto de filosofia dele próprio e de Kiekergaard, a qual no fundo não  
è mais do *que* a análise do desespero humano. Ele nos vê um bando de desesperados, escravos sob vários jugos: relações entre nós mesmos, condição  
de vida economica e social, sexo, e acima de tudo, o desejo de sublimação

*que* tôdo o individuo sente e luta em vão. Tudo isto são cadeias, peias e cangas *que* levamos. E com estes jugos, qual é a nossa atitude? É aquela *que* ele nos mostra descrevendo Ivitch, Sola, Boris, Daniel todos fedendo a sexo, atolados no lôdo, angustiados por isso mesmo, porque eles não querem ser assim, mas, são forçados a serem assim! Ai está o perigo de Sartre. Ele acha *que* o Homem sente a necessidade de um ideal de Santo. Mas, para querer ser uma cousa è preciso *que* se seja o inverso! Sò a revolta contra o *que* somos nos faz querer [riscada] ser de outra forma! Então o *que* sômos segundo Sartre? Demônios?! Se sômos assim e compreendendo *que* no fim tudo é “nada” *que* nos resta fazer? aprimorar o nosso satanismo como compensação? Ir afogar os gatos como Daniel? Por isso è preciso cuidado ao ler Sartre. Quero dezêr: se se começa a pensar sôbre o que ele escreve. Se não, Se você quezer conhecer um autor *que* segue mais ou menos a diretriz *que* Sartre segue, ou seja, a forma de descrever [.]o homem <como besta>, leia qualquer cousa de Faulkner. William Faulkner. (Carta 01/08/50 – OR)

No momento do seu falecimento, Otto tinha uma biblioteca de 2 a 3 mil obras. Estava escrevendo um livro sobre filosofia comparada, para o qual fazia estudos aprofundados sobre o tema. Em depoimento cedido, Renée conta que, algum tempo depois de casados, muitas vezes ela ficava até altas horas da noite ouvindo Otto discorrer sobre história, religião, mitologia, filosofia, física quântica... “[...] ele era pesquisador sério, era informação demais, era uma loucura. De noite, ele não conseguia dormir”.

É inegável também o gosto que o casal tinha pela escrita, do qual é prova o grande volume da correspondência trocada, durante anos. As circunstâncias de vida do casal também favoreceram a troca de correspondência: no momento em que viveram, esse era o meio de comunicação mais utilizado nos namoros à distância. As cartas, além de frequentes, eram longas, tinham geralmente de 2 a 3 páginas. Eram ansiosamente esperadas. Escritas com esmero (Otto fazia rascunhos para em seguida passar a limpo). E, o que é melhor, foram cuidadosamente guardadas até hoje, tanto as recebidas por Renée, quanto aquelas recebidas por Otto.

A história sociocultural brasileira revela que ainda havia, em meados do século XX, diferenças marcantes no comportamento de homens e mulheres, que

parecem proporcionar aos homens maiores oportunidades de desenvolvimento do nível de letramento.<sup>29</sup> Renée se formou como professora pelo curso normal, e as suas práticas de leitura e escrita não parecem ter ultrapassado um nível proporcional à sua escolarização. Tinha gosto pela leitura, mas não teve a oportunidade de exercer a profissão, o que provavelmente teria lhe trazido um maior desenvolvimento do nível de letramento. Já as práticas de letramento na vida de Otto, ao que tudo indica, não tiveram proporção idêntica ao nível de escolarização por ele alcançado. Pelos papéis que desempenhava na sociedade, aliados a uma grande vontade pessoal, Otto parece ser exemplo de alguém cujo grau de escolarização ficou aquém do nível de letramento alcançado.

---

29 O nível de letramento não é entendido aqui como sinônimo de nível de escolarização. Enquanto o nível de escolarização está relacionado às práticas da escolarização formal, às séries alcançadas por anos de estudo na rede escolar, o nível de letramento diz respeito a um processo que envolve práticas diversas de leitura e escrita, não restritas ao âmbito escolar (SOARES, 2006).

Tutú.

Em minhas humildes mãos a tua última carta mensageira da tua delicadeza e dedicação. Foi-me entregue na quarta-feira, por não me achar aqui n'aquelles dias antes. Estive ausente 3 dias, viajava convicto de que a encontrava em Squaly.

Senti muito em não poder me achar ali no dia 18. O meu maior interesse era para te encontrar e admirar as qualidades virtuosas das quaes es possuidora. Sem saber que motivos superiores impediram de ir, 1º porque foi um dia de sábado, dia improprio para minha retirada; 2º Por ter designado o dia 20 para a compra da maquina, como já não ignoras. Comprei-a em condições, isto é, no caso de algum defeito, sujeita a devolução. Abracei uma das duas profissões que me for mais vantajosa, para em seguida tomar uma attitude definitiva na minha vida. Confio na tua dedicação de Deus o Pai Eterno esberg a decisão. Elle indicará uma estrada, por onde trilhando encontro a minha felicidade.

Figura 2: Carta de Carlos Freire para Tutú

Esguardo o futuro. Julgo-me verdadeiramente feliz quando recebo tuas cartas. Gostaria recebê-las todos os dias para suavizar o calor que sopra o meu coração com esta tua presença. Elas são lenitivos para as minhas dores que são provocadas pela tua ausência. Até que enfim pude atrair o 1.º mgz, percebendo-me que os dois últimos seguintes são mais festivos. Quanto mais escreveres não fugirei a este subrepto dever e interesse de te corresponder.

Quando aproximarem os dias da minha ida ali, comunicar-te hei.

Escreva-me ~~sempre~~  
Seu para sempre:

Carlos Freire  
Squaly, 25/12/37.

Figura 3: Carta de Carlos Freire para Tutú

Carlos

Que aí tenhas chegado fazendo uma ótima viagem em companhia de Arnulpho e todos.

Recebi ontem a noite as 8 horas a tua ligeira cartinha; portadora das tuas notícias; fiquei muito muito satisfeita e ao mesmo tempo triste, pois tenho passado muito contrariada depois da tua viagem no segundo dia da tua viagem fui limpar a gaiola do camarinho, quando eu menos esperei o esportinho fugiu, deixando-me desapontada! Que ideia não vais fazer de mim? com tanta recomendação que fizestes?! falta de cuidado, com certeza há de pensar!... mas peço-te não fazeres esta ideia, pois se assim proceder, ficarei muito contrariada, no dia seguinte o canário foi pegado por Venício, quando foi tirado da gaiola de Venício para a dele, ele outra vez fugiu! precei todos os meus

cont

Figura 4: Carta de Tutú para Carlos

nos da mesma profissão tua, para  
pegarem o canarinho; tenho esperanças  
de que ele volte.

Diga a tia Tira que recebi as flores e  
felizmente a uma tua.

Basta; pois aqui na capital onde há  
tanta diversão não temo tempo para ler  
tanta asneira.

Mãe e todos enviam-te lembranças  
João tem muito cuidado com a loja,  
Alpace D. Alzira:  
É por último a tua noiva  
Tutú

Figura 5: Carta de Tutú para Carlos

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Camara (2003). Uma face do amor: a arte de escrever cartas. In: 14 Congresso de Leitura do Brasil, Campinas. *Anais...* Campinas: Associação de Leitura do Brasil. v. 1.
- BLAS, Verónica Sierra (2003). *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Gijón (Asturias): TREA.
- BRASIL (2002). Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. *Mapa Rodoviário da Bahia*. Salvador. Escala 1: 1.700.000.
- DE LA SERRE, Jean Puget ([1625] 1747). *Le Secretaire a la Mode*. Troyes: Jean Garnier.
- FREIRE, Francisco José ([1745] 1746). *O secretário portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*. Lisboa: Domingos Gonçalves.
- KABATEK, Johannes (2006). Tradição discursiva e mudança linguística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. *Para a história do português brasileiro: vol VI - novos dados, novas análises*, t. 2. Salvador: EDUFBA/FAPESB. p. 505-527.
- LOPES, Célia Regina dos Santos (2005) (org.). *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ.
- LOURO, Guacira Lopes (1997). As mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. Coordenação de textos de Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto. p. 443-481.
- SANTANA, Noemi Pereira de (2007). *Escolarização na Bahia na transição Império-República e a constituição da norma culta do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Letras. Salvador: UFBA.
- SOARES, Magda (2006). *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- TIN, Emerson (2005) (org.). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lipsisio*. Campinas: Editora da Unicamp.







## SEGREDOS REVELADOS, MAS NÃO VIOLADOS: as escritas litúrgicas das “gentes de santo”

André Moreno  
(PPGLinC/Universidade Federal da Bahia)

### INTRODUÇÃO

Das últimas décadas do século passado para cá, a *História Cultural* tem angariado um relativo espaço entre os estudos historiográficos. Remetendo-nos a toda e qualquer produção que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada, essa nova perspectiva compreende como *cultura* qualquer objeto material produzido pelo homem. Tal concepção pôde emergir somente a partir de uma importante expansão dos objetos historiográficos, que, permeados pela noção polissêmica de *cultura*, acolhem, como alguns de seus vários elementos de investigação, a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas compartilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais (BARROS, 2005, p. 126).

Diante disso, Barros (2005, p. 130) nos diz que existem alguns eixos fundamentais para o historiador cultural: a) os objetos materiais (concretos ou não), oriundos das diversas concepções culturais; b) os sujeitos produtores e receptores de cultura; c) as práticas e os processos de transmissão cultural; e d) os padrões sociais compartilhados por um determinado agrupamento social. Assim, compreendendo que toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura, podemos ver a emergência de uma “história vista de baixo” que, como já preconizou Sharpe (1992), vê, nas manifestações cotidianas, valiosas referências culturais das práticas, das representações e dos discursos que permeiam as diversas esferas sociais.

Imersa a essa perspectiva, a *História da Cultura Escrita* é uma forma específica de *História Cultural*, que se inscreve como uma história social do fato escrito, que

transcende a consideração da escritura como um mero sistema gráfico (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p.107). Nessa conjuntura, apontando que um de seus principais objetivos é a reconstrução das diferentes conexões entre as diversas materialidades do escrito, em busca de uma aproximação de seu significado global, Castillo Gómez (2003, p. 108) revela que a *História da Cultura Escrita* pode ser entendida a partir da conjugação de três histórias que haviam avançado em paralelo: a) a história das normas (padrões), das capacidades e dos usos da escrita; b) a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, já considerando formas modernas de escrita); e c) a história das maneiras de ler.

Vista assim, essa forma específica da *História Cultural* pode manter-se aberta a três direções, em que a cultura escrita é o objeto de uma *produção discursiva* relacionada com os valores que se lhes atribuem em cada momento da história, na qual as *práticas* se direcionam para os testemunhos específicos em que se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito e as *representações* constituem os distintos tipos de imagens que cada sociedade constroi a propósito dos temas e objetos do escrito (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 108-113).

Dessa forma, valendo-nos de Petrucci, podemos dizer que toda investigação que queira estudar as relações entre cultura escrita e sociedade deve levar em conta, além da difusão social da escrita, a

función que la escritura en sí misma asume en el ámbito de cada sociedad organizada y que cada tipo o producto gráfico asume, a su vez, en el ámbito de un ambiente cultural concreto que lo produce y lo emplea; de donde deriva (o puede derivar) el grado de prestigio social de los escribientes (o, mejor, de los capaces de escribir) en la jerarquía social (PETRUCCI, 1999, p. 25-26).<sup>1</sup>

Mas o que isso tem a ver com Candomblé? Vejamos.

## CULTURA ESCRITA E CANDOMBLÉ

Vistos geralmente como locais que teriam essencialmente a oralidade como veículo informacional e litúrgico, concebeu-se, durante muito tempo, que a escrita pouco se representava no universo ritualístico dos terreiros. Contudo, em uma análise horizontal sob o prisma da etnografia dos terreiros de candomblé, Castillo (2008) revelou a existência de produção escrita nas mais variadas instâncias dessa

<sup>1</sup> A função que a escrita em si mesma assume no âmbito de cada sociedade organizada e que cada tipo de produto gráfico assume, por sua vez, no âmbito de um ambiente cultural concreto que o produz e o emprega; de onde deriva (ou pode derivar) o grau de prestígio social dos escreventes (ou, melhor, dos capazes de escrever) na hierarquia social. (Tradução livre)

religião, desde as esferas mais secretas até os contextos mais públicos. Mas desde quando e com que funcionalidades?

Sabemos que, diante desses questionamentos, precisamos nos valer justamente do que nos propõem Castillo Gómez (2003) e Petrucci (1999), dentre outros historiadores da cultura escrita, pois, pelo que vimos, nesses espaços a escrita assume papéis complexos e variados, tanto em espaços públicos quanto privados e/ou secretos, perpassando por contextos litúrgicos, relacionais e administrativos, cada um destes com funções estritamente específicas.

Por isso mesmo, depreender as possíveis funcionalidades das manifestações gráficas geradas nas esferas ritualísticas dos terreiros de candomblé e delimitar quais as prováveis práticas de escrita que estão envolvidas nesses universos não é tarefa fácil. Além dos diversos domínios, que exigem manifestações do escrito específicas, cada adepto em si pode já ter uma relação complexa e constante com o escrito. Por isso mesmo, para que possamos lidar com tais manifestações, existem algumas premissas que não podem ser deixadas de lado. Uma delas tem a ver com a contextualização, horizontal e vertical, das instâncias litúrgicas dos terreiros de candomblé, tanto no que tange a sua estruturação hierárquica básica, quanto de suas singularidades litúrgicas, a depender da “nação” com a qual se esteja lidando. E uma outra está relacionada com o tempo de existência do espaço de liturgia e a regularidade de uso do escrito em seu contexto.

Dessa maneira, para atingirmos o cerne da questão, necessitamos nos valer de um mapeamento dos tipos de escritura que podem emergir dos candomblés, além de delimitar os tipos de suportes utilizados e depreender a relação dos sujeitos que compõem tais espaços com o escrito: ou seja, o *como* e o *para quê* a escrita é utilizada nos terreiros. Assim, poderemos compreender como se dá a relação entre prática litúrgica e escrita nestes espaços.

Mas parece ter ficado claro que investigar desde quando a escrita entra em cena nos candomblés e quais as suas prováveis funcionalidades requer muito tempo e um trabalho árduo. Isso quer dizer que só poderemos delinear a relação entre escrita e candomblé a partir da constituição de “histórias parciais”, porque estamos, na realidade, diante de variados domínios, em que a escrita ganha inúmeras especificidades.

Assim sendo, em busca do significado global do escrito dentro dos espaços de candomblé, este trabalho alberga uma “história parcial” do domínio secreto do universo ritualístico do terreiro kêtú Ilê Axé Opô Afonjá, a partir do mapeamento dos produtos gráficos de uma *ebômim*<sup>2</sup> com mais de trinta anos de iniciada. Para

---

2 Cargo concedido à *iaô* quando completa sete anos de iniciada, adquirindo o poder de fundar o seu próprio espaço de culto ao candomblé.

isso, valemo-nos do que propõe Petrucci (2003), que sugere que, para qualquer tempo histórico, se interrogue aos textos quando e onde foram escritos, como foram escritos, quais técnicas e recursos materiais utilizados, quem os produziu, quais seus níveis de alfabetismo e qual o ambiente sociocultural em que o seu autor está inserido.

## Desde quando?

Levando em conta o mapeamento das manifestações gráficas de C.A.F.,<sup>3</sup> podemos dizer que o seu primeiro contato com a escrita litúrgica se deu em 1982, quando se tornou uma *iaô*, primeiro estágio sacerdotal da pleora hierárquica dos terreiros de candomblé. Nesse momento, recebendo seu *caderno de iaô*, ela teve acesso aos ensinamentos básicos que uma recém iniciada necessitaria saber para assumir as atribuições inerentes a seu cargo.<sup>4</sup> Como veremos adiante, é a partir desse *caderno* que as outras manifestações gráficas litúrgicas de C.A.F. emergirão, com base na lógica do aprendizado contínuo e ininterrupto, que mantém e revitaliza os segredos dos candomblés.

Mas desde quando manifestações do escrito se fazem presentes nesses espaços? Para uma possível resposta, abriremos um parêntese.

Levantando três hipóteses para compreender as motivações que levaram a cultura escrita a fazer parte do contexto ritualístico dos candomblés, podemos conjecturar que a entrada de pesquisadores nessa conjuntura litúrgica, a singular participação do *babalaô* Martiniano Eliseu do Bonfim na instalação e consolidação do Ilê Axé Opô Afonjá e a gradativa expansão da escolarização no Brasil, durante o século XX, são prováveis catalisadores da entrada da cultura escrita no âmbito dessa religião de origem africana. Mas existe uma outra que pode estar evidenciada nas próprias manifestações e que já foi percebida por Bastide (2001), quando buscou descrever as atribuições de um *babalaô* dentro da esfera ritualística do candomblé.

Bastide, em *O candomblé da Bahia: o rito nagô*, busca demonstrar a importância desse personagem para a manutenção dos ritos dessa religião, dizendo que é o *babalaô* aquele responsável pela comunicação entre o céu e a terra, possibilitando a ligação do mundo terreno com os orixás a partir da interpretação das *jogadas* de búzios, os *Odús*, e das do colar de Ifá, o *Opelê*. Tais métodos de adivinhação têm sua lógica própria e necessitam ser apreendidos a partir de um longo aprendizado e de uma boa memória, porque suas estruturas são complexas e ramificadas. O *Odú* – sinal indicativo do tipo de queda do colar de Ifá ou dos búzios com os

3 Usamos as iniciais do nome da *ebô mim*, através da sigla C.A.F., para preservar sua identidade.

4 Informação concedida em entrevista.

quais se faz a adivinhação – revela o caminho destinado ao consulente nesta vida. São dezesseis os principais, que se ramificam de cada um destes em mais dezesseis. Estes últimos duzentos e cinquenta e seis também se ramificam em mais dezesseis, contemplando um total de quatro mil e noventa e seis *jogadas* diferentes de *Odús*. Como manter todas essas *jogadas* vivas na memória? Questionando-se sobre isso, Bastide diz que, para auxiliar essa memorização, se conserva uma lista de sacrifícios e historietas em cadernos escolares, ao abrigo de olhares indiscretos (BASTIDE, 2001, p. 122). Para mais, diz também ter possuído um destes, notando que os mitos assim copiados são também encontrados em Cuba e em África (BASTIDE, 2001, p. 122). Também se referindo a manifestações escritas no espaço litúrgico do candomblé, ele afirma:

Antigamente existiam na Bahia, e talvez ainda existam hoje, pequenas pranchas de madeira ou *Opom Ifá*, sobre as quais eram inscritos os *odus*, de acordo com o que mostrava o *opelê*: duas linhas para cada metade de noz caída sobre o lado côncavo, uma linha para a que caía sobre o lado convexo. Como existem dois lados, masculino e feminino, e quatro metades de noz de cada lado, temos duas séries de linhas que se marcam na prancha e que são lidas da direita para a esquerda. Está claro que essa marcação de linhas não é necessária em todas as cerimônias, não é obrigatória senão para quem quer fazer seu Ifá pessoal ou *kpoli*. Quando se trata de uma consulta comum, o babalaô contenta-se em ler o *odu* sem escrevê-lo, pronunciando em voz alta seu nome e interpretando (BASTIDE, 2001, p. 119).

Mesmo Bastide dizendo nunca ter visto na Bahia um *babalaô* escrever os *odus*, provavelmente por não ter feito seu próprio *kpoli*, podemos perceber que não é de hoje que a escrita tem sua função já bem delimitada na esfera ritualística nos candomblés e que, ainda hoje, apresenta características similares com as que foram flagradas pelo pesquisador francês, porque, nos produtos gráficos mapeados, há uma forte presença de conteúdo informacional relacionado aos *Odús*.

Podemos dizer, então, que a escrita há muito tempo se insere no contexto ritualístico de adoração aos orixás. Como pôde ser percebido nas palavras de Bastide (2001), o processo de materialização gráfica dos *Odús* puderam ser apreendidos desde os tempos de Martiniano do Bomfim e, talvez, também, em Cuba e em África em tempos pretéritos, para a preservação memorativa de seus 4096 tipos.

Castillo (2008), em busca de vestígios que pudessem fornecer pistas sobre os primeiros usos da escrita nos candomblés, mais precisamente em relação aos *cadernos de fundamentos*, encontrou, em obras etnográficas, alguns indicadores valiosos. Segundo ela, o primeiro registro aparece em *A cidade das mulheres*

(2002[1947]), quando Ruth Landes menciona que vira um caderno de cantigas que pertencia a uma velha mãe-de-santo:

Sabina me contou com orgulho que... [sua filha] Odete lia, escrevia e fazia contas melhor do que todos seus companheiros de grupo... [e] que Odete já tomara nota de muitos cânticos do candomblé. Sabina a chamou para me mostrar alguns deles... A caligrafia era crua e defeituosa e a ortografia estava longe de ser correta (CASTILLO, 2008, 89 apud LANDES, 2002, p. 230).

Desse modo, parece que já é desde as primeiras décadas do século XX que o uso destes *cadernos* começa a chamar a atenção dos pesquisadores. Em Gisele Bino-Cossard, por exemplo, Castillo (2008, p. 89 *apud* FICHTE, 1987) encontrou uma referência de um *caderno de fundamentos*, existente provavelmente desde os primeiros anos de iniciada, ou até mesmo antes, da fundadora do Sítio de Pai Adão, um dos terreiros mais antigos e mais tradicionais de Recife.

Valendo-se de Julio Braga, Castillo (2008) diz ainda que os *cadernos de fundamentos*, como auxílio à oralidade na preservação do saber religioso, é um antigo recurso em muitos terreiros, inclusive os considerados como os mais tradicionais, a exemplo do Ilê Axé Opô Afonjá, que apresenta a documentação mais antiga sobre a utilização deste tipo de produto gráfico já em 1920 na Bahia (CASTILLO, 2008, p. 89). Esse aspecto só parece corroborar a hipótese de que o gradativo aumento da escolarização no Brasil, a partir dos primeiros anos do século XX, pode ter influenciado a entrada da escrita no candomblé como um recurso memorativo e relacional, pois foi justamente nesse momento que emergiram as primeiras notícias sobre a sua existência.

### **Como foram escritos: quais técnicas e recursos materiais foram usados?**

A produção escrita de um adepto na esfera litúrgica dos candomblés é vasta e constante, apresentando um caráter complexo de produção, porque a escrita o acompanha desde o seu momento de iniciado, quando recebe o seu *caderno de iaô* com ensinamentos básicos sobre o culto de seu orixá e suas respectivas *quizilas* (tabus), até o final de sua vida.

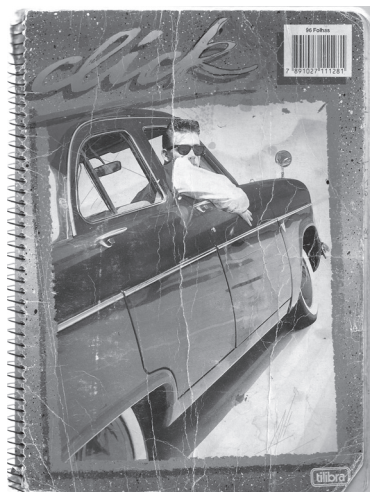
Seguindo por essa lógica, podemos depreender a utilização de dois tipos de recursos para a materialização gráfica dos produtos gerados nos candomblés.

O primeiro está relacionado com a utilização de produção datilografada para a elaboração do *caderno de iaô*, que será entregue ao iniciado após o seu período de reclusão. Será a partir dele que o adepto acionará o segundo recurso de produção gráfica: a manifestação manuscrita, pois, a partir do que é básico, o filho ou filha de santo irá adquirir o conhecimento necessário para a evolução sacerdotal, valendo-se das experimentações míticas que presenciará durante a sua vida nesses espaços de culto, materializando-o a partir da escrita. Muito produtivo, este é o recurso mais presente nas manifestações gráficas da *ebômim* C.A.F., sendo gerado a partir de quaisquer que sejam os tipos do suporte papel. Em relação a esse último aspecto, mais algumas considerações.

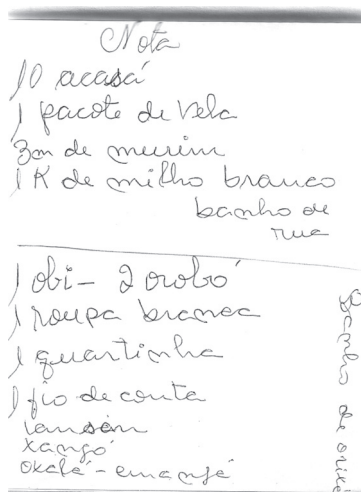
A escrita emerge nos candomblés, pelo menos em relação aos produtos gráficos de C.A.F., de quaisquer tipos de papéis, principalmente daqueles considerados ordinários. São cadernos reaproveitados de outrem, embalagens e folhetos de variadas propagandas. Isso significa dizer que não há um material específico para a materialização dos conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento sacerdotal nessa esfera. O que se percebe é que a escrita pode ser acionada a qualquer instante para atender as necessidades memorativas e relacionais. Mas há um porém.

Percebemos que existe uma diferença básica entre dois agrupamentos deste tipo de suporte: um em relação aos *cadernos de fundamentos* e os *blocos de anotações emergenciais*; e o outro em relação às *anotações avulsas de ebós e orações*. Tais diferenças parecem existir devido às suas funcionalidades. O primeiro agrupamento tem a função de acoplar os aprendizados adquiridos por meio da experimentação mítica e do aprendizado ocular, sendo o *caderno de fundamento* um reduto da maioria dos conhecimentos apreendidos durante toda a vida do adepto no terreiro. O *bloco de anotações* é, então, somente mais um recurso que viabiliza as anotações daquilo que se está aprendendo, que será posteriormente transplantado para o *caderno*. Como eles serão revisitados frequentemente, há a necessidade de um suporte que proporcione um manuseio prático e rápido dos *cadernos*, onde as informações adquiridas estejam armazenadas de maneira organizada, facilitando as consultas regulares aos *fundamentos* litúrgicos. Já o segundo agrupamento, por ser de caráter relacional, não apresenta a ornamentação inerente aos *cadernos* e nem um esforço em sua execução caligráfica. Este aspecto pode ser facilmente visualizado nas escrituras de C.A.F..



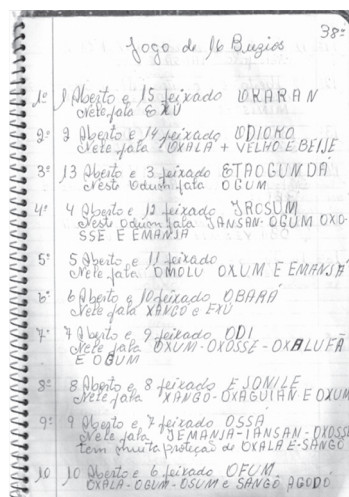


Fac-símile 1: Capa frontal de um caderno de fundamentos



Fac-símile 2: fólio de um caderno de fundamentos

Esses *fac-símiles* estão inseridos na esfera de um dos *cadernos de fundamentos* de C.A.F.. Vê-se a presença de uma ornamentação, quando focalizamos nosso olhar nas paginações feitas, nas enumerações, nos encabeçamentos dos conteúdos informacionais, que revelam um cuidado em sua materialização, mesmo num caderno escolar reaproveitado (*fac-símile 2*). Os *blocos de anotações emergenciais*, mesmo não apresentando ornamentação similar, aproximam-se dos *cadernos* porque facilitam o processo de apreensão dos conhecimentos arcanos dessa religião, a partir de uma escrita pontual dos ingredientes e materiais necessários para os ritos, do que deve ser feito e de alguns detalhes específicos de cada contexto de liturgia (*fac-símile 3*).



Fac-símile 3: fólio de bloco de anotações emergenciais

As anotações avulsas de ebós e orações de caráter relacional, diferentemente do primeiro agrupamento, podem ser materializadas em quaisquer tipos de papéis, como dito anteriormente. Elas, aparentemente, não apresentam ornamentação, como vista nos *fac-símiles* do *caderno de fundamentos* e do *bloco de anotações emergenciais*, denunciando que, em qualquer contexto, um produto gráfico pode ser gerado, quando há a necessidade. Vejamos:

1 Pedaco de murim  
1 rulinho 1 Vella 1 acaca - passar  
tudo no corpo dele e passar o  
rulinho botá dentro do pano de  
7 no e zote no mato  
pegar 3 folha de peregrum e bota

Fac-símile 4: fôlio de anotação avulsa – reto

em baixo do travisseiro dela

Fac-símile 5: fôlio de anotação avulsa – verso

1º Depurar - Afogema - danad' alho e 3 caros  
de milho  
2º Sacudi a casa com um frango escuro folha  
de murim e São gonsalo e 7 moedas para botar  
dentro do trabalho  
3º e curi desmanchar e pedir tua  
a rancia depois de dismanchar botar 2 moedas  
Depois do ~~S. gonsalo~~ to curir um ebo de 1 k  
depois os ebo cozidos bota no prato e cuberta  
depois de 3 dias botar no mato  
4º 1 milho no casco

Fac-símile 6: fôlio de anotação avulsa

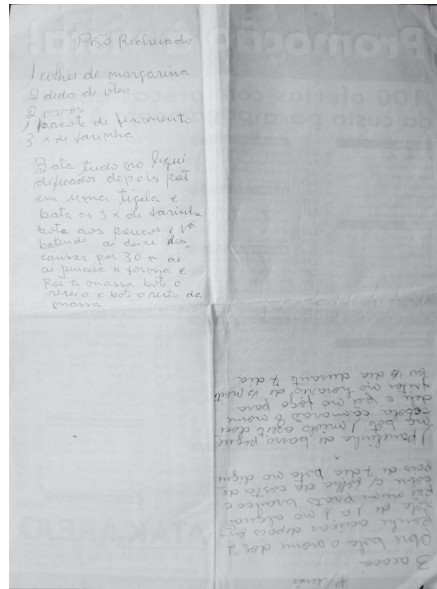
Vemos que, nos três primeiros *fac-símiles* (4, 5 e 6), os tipos de papel utilizados foram recortes de cadernos, que podem ter sido do próprio *caderno de fundamentos* ou de qualquer outro que estivesse ao alcance de C.A.F.. Comparando estes últimos

com os que se materializam nos *cadernos da ebômim*, podemos perceber que não há semelhança entre eles. Isso só demonstra, mais uma vez, que o *caderno de fundamentos* recebe um tratamento mais rebuscado, pois são nestes que os segredos se mantêm resguardados.

Outros exemplos:



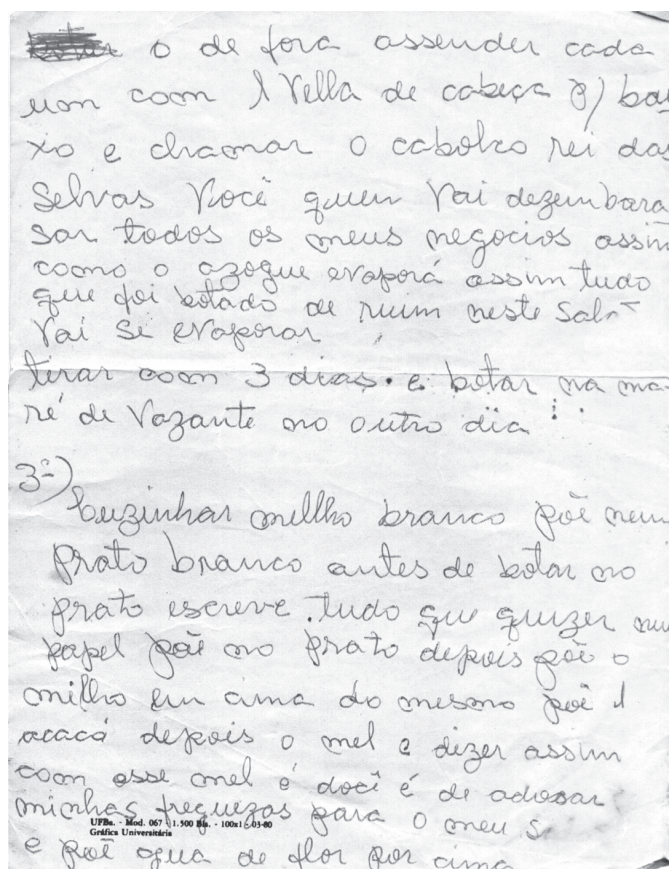
Fac-símile 7: fólio de anotação avulsa – reto



Fac-símile 8: fólio de anotação avulsa – verso

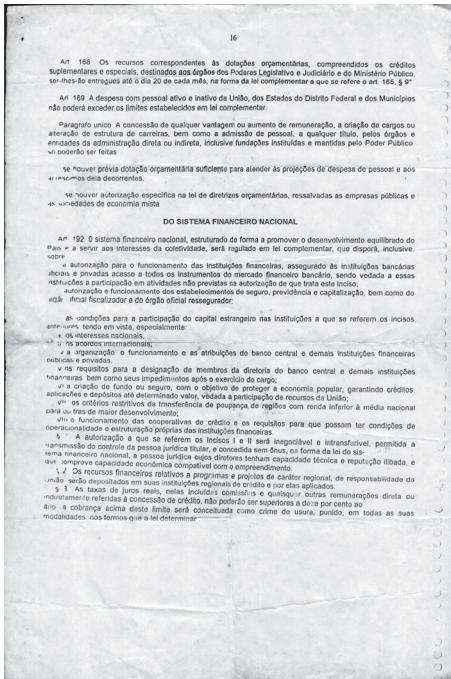
Percebemos que esses *fac-símiles* nos mostram outros tipos de papel utilizados pela *ebômim*. Só que, diferentemente dos anteriores, ela se vale de um material muito peculiar. C.A.F. utilizou o papel de uma propaganda de um supermercado popular da capital baiana para materializar um rito específico para a união de duas pessoas. Mas não é só isso. Nesse mesmo suporte, ela manuscrite uma receita não litúrgica, revelando-nos uma linha muito tênue entre o litúrgico e o não litúrgico nesses produtos gráficos, mostrando-nos, também, que a escrita atende a contextos híbridos (*fac-símile 8*). Esse aspecto sugere não haver uma separação entre vida litúrgica e vida não litúrgica da adepta. O que há, na realidade, é um comportamento híbrido para o qual converge tanto uma quanto outra, delineando uma nova vida, que é adquirida no momento de “feitura” ao receber seu *orucó*, ou nome iniciático. Ou seja, após ingressar no universo ritualístico dessa religião, o adepto não mais separa sua vida particular de sua vida religiosa, pois onde estiver sempre se subordinará aos preceitos que lhe foram conferidos. Como o nosso interesse está direcionado pelas escritas litúrgicas, não abordaremos esse universo híbrido.

Já no *fac-símile* subsequente, podemos perceber que C.A.F. utiliza um papel específico da área médica do Hospital Universitário Professor Edgar Santos. O *fac-símile* 9 é gerado a partir de um receituário de medicamentos. Podemos perceber, a partir disso, que não importam quais sejam as especificidades e os tipos de papéis utilizados para que a *ebômime* possa fazer emergir um produto gráfico litúrgico, na esfera das *anotações avulsas*.

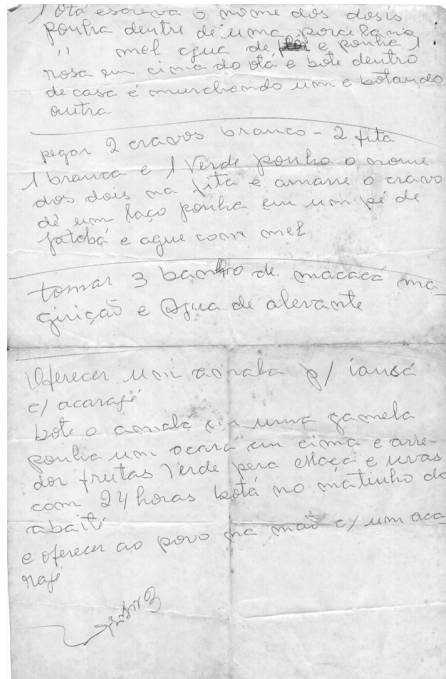


Fac-símile 9: fôlio de anotação avulsa

Outro exemplo está materializado nos *fac-símiles* a seguir, que representam o reto e o verso de seu fôlio. No primeiro, podemos visualizar uma mancha escrita datilografada de artigos legislativos do sistema financeiro nacional. Já em seu verso, o que vemos é uma materialização manuscrita de uma sequência de atos ritualísticos que se configuram em algum tipo específico de *ebô* (*fac-símiles* 10 e 11). Mais uma vez a escrita litúrgica se materializa num tipo de suporte, o papel, que não tem essa função específica.

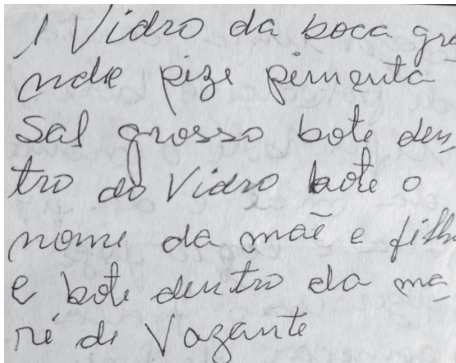


Fac-símile 10: fôlio de anotação avulsa - reto

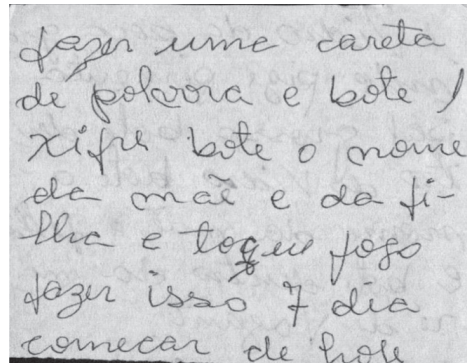


Fac-símile 11: fôlio de anotação avulsa - verso

Vejamos mais:



Fac-símile 12: fôlio de anotação avulsa - verso



Fac-símile 13: fôlio de anotação avulsa - reto

Nessas reproduções fac-similares, vemos um fôlio de um bloco de anotações. Notamos que, mesmo num suporte com déficit de espaço para a mancha escrita, a *ebômim* materializa um conjunto de ingredientes e materiais específicos de um *ebô* em seu reto, descrevendo sua maneira de feitura no verso (fac-símiles 12 e 13).

Fica notório, então, o caráter ordinário dos papéis utilizados para este tipo de produção gráfica. Ordinário porque não há um tipo de suporte exclusivo para essa função. Bastam um papel e uma caneta para que uma materialização escrita possa surgir dos punhos dos adeptos do candomblé, que não podem almejar por um suporte específico para esse tipo de relação porque os atos ritualísticos não podem esperar.

### **Quem os produziu, quais seus níveis de alfabetismo e onde está inserido?**<sup>5</sup>

O que se propõe aqui é verticalizar os produtos gráficos da esfera litúrgica de um adepto do candomblé, pois sua produção escrita é extensa. Por isso, para dar conta da catalogação das escritas secretas nos terreiros, escolhemos os produtos gráficos gerados por C.A.F., uma *ebômmim* nascida e criada no ambiente litúrgico do Ilê Axé Opô Afonjá.

Durante sua infância, C.A.F. trabalhou muito para ajudar sua mãe a vender bolos e salgados nas ruas de Salvador. Auxiliava, também, no preparo de comidas ritualísticas e na lavagem e engomagem das vestimentas dos orixás do terreiro. Por isso, não foi uma criança de muitos amigos. Sempre conviveu, na realidade, com seus irmãos e com pessoas mais velhas, com as quais aprendeu muitos dos procedimentos ritualísticos que uma *iaô* precisaria saber.

O que sabemos sobre seu nível de alfabetismo é que, quando completara quatro anos, seus pais a matricularam na Escola Aron Carneiro, no bairro da Liberdade. Depois, transferiram-na para o Colégio Carneiro Ribeiro, onde provavelmente cursou as séries iniciais do Ensino Fundamental, juntamente com seus irmãos e irmãs. Só que uns completaram os estudos básicos, outros não. C.A.F. não chegou a concluir a formação primária.

Alguns de seus irmãos se alistaram e foram convocados pelas Forças Armadas e outros seguiram carreiras diversas. Ela se tornou cabeleireira e manicure. Depois de alguns anos, quando se casou, dedicou-se somente à família e aos afazeres litúrgicos do Ilê Axé Opô Afonjá, deixando de lado a sua profissão para se tornar dona de casa e, mais tarde, em 1982, filha de santo *adoxú*. O que verificamos é que, de todos os seus irmãos, só C.A.F. se dedicou às tradições de seus antepassados. Os outros, apesar de respeitarem e admirarem o candomblé, preferem não se envolver, devido às responsabilidades que devem ser assumidas após o rito iniciático.

---

5 As informações que se apresentam nesta subseção foram cedidas pela *ebômmim* C.A.F. em entrevista.

Assim sendo, hoje, C.A.F. está inserida basicamente em dois ambientes socioculturais: seu ambiente familiar e o terreiro kêtú Ilê Axé Opô Afonjá, situado no bairro de São Gonçalo do Retiro. No primeiro, é esposa, mãe, tia e avó. No segundo, é uma *ebômim*, com trinta anos de “feita”, que cumpre seu papel de auxiliadora da manutenção e revitalização do axé, junto à atual *Ialorixá* desse terreiro.

O que não podemos deixar de levar em conta é que esses dois ambientes não estão distantes um do outro. Na realidade, eles se correlacionam, pois, após “iniciada”, C.A.F. assume uma nova vida, que hibridiza suas relações sociais, convergindo atuações familiares consanguíneas com obrigações litúrgicas. Em casa, por exemplo, notamos que as ações cotidianas são frequentemente interrompidas devido a algum tipo de rito que precisa ser feito, em horário e data específica. Seu esposo, seus filhos e seus netos, mesmo não adeptos, respeitam e colaboram para o sucesso do ato ritualístico. Já no terreiro, quando a *ebômim* é acionada para auxiliar na “feitura” de novas *iaôs*, por exemplo, C.A.F. recebe visitas frequentes, pois seus familiares sabem que ela, em pelo menos vinte e um dias, não estará em casa, porque precisa dedicar-se exclusivamente aos novos filhos ou filhas de santo.

Para além disso, buscamos também identificar seus hábitos de leitura e escrita. Percebemos que ela lê basicamente dois tipos de produções: a) revistas especializadas em culinária; e b) produções etnográficas e para-etnográficas sobre os candomblés. Em se tratando de escrita, notamos que, além das manifestações gráficas litúrgicas, C.A.F. tem um hábito frequente de escrever receitas de comidas não-ritualísticas. O que chama a atenção em relação a isso é que, mesmo não tendo completado sua formação básica, tais hábitos estão muito presentes em sua vida, desde contextos mais simples, como a culinária, até contextos complexos e secretos, como seus afazeres litúrgicos no candomblé.

Outro aspecto que não pode ser deixado de lado é o fato de que a *ebômim* frequentou um curso de língua iorubá oferecido pelo Instituto Afro-Brasileiro, localizado no centro histórico da cidade de Salvador. Segundo ela mesma, o principal motivo que a levou a aprender iorubá foi o fato de ter nascido e ter sido criada no Ilê Axé Opô Afonjá. Como já possuía certa noção sobre alguns cânticos, algumas rezas etc., pois compreendia o valor atribuído a este conhecimento, seu principal objetivo era se aprimorar mais e mais na “língua dos orixás”.

Emoldurando as informações necessárias para a compreensão do comportamento da cultura escrita nos terreiros, a partir da proposta de Petrucci (2003), buscaremos, agora, mapear as manifestações gráficas dessa escrevente para delinear suas funcionalidades e possíveis conexões, para demonstrar que a escrita pode ser um espelho da hierarquia no âmbito litúrgico dos candomblés.

## MAPEAMENTO E FUNCIONALIDADE DOS PRODUTOS GRÁFICOS DE UMA EBÔMIM DO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ.

Serão aqui mapeados todos os tipos de manifestações escritas no âmbito litúrgico em que se insere a *ebômim* C.A.F. Para isso, delinaremos, junto ao mapeamento, o processo de evolução sacerdotal dos terreiros, pois as funcionalidades da escrita estão intimamente ligadas à noção de hierarquia, inerente a essas esferas. Dessa forma, tomando como ponto de partida a “feitura” – momento em que um indivíduo se torna iniciado – de C.A.F., será possível visualizar os tipos e utilidades da escrita, desde seus possíveis usos iniciais.

Os produtos gráficos gerados por esta *ebômim* estão distribuídos em dois pólos. Estão entre os tipos secretos, privados ao uso de C.A.F., de foro íntimo portanto, e os tipos de caráter relacional, gerados a partir da confluência comunicacional entre adeptos. Para compreendê-los, valer-nos-emos de seu processo constitutivo para visualizar sua complexidade contextual de produção.

### Primeiros contatos com a escrita: o *caderno de iaô*

Tendo sua “feitura” realizada em 1982, C.A.F., com 45 anos de idade, iniciaria seu primeiro contato com as escritas no terreiro.<sup>6</sup> Esse contato inicial se deu quando se tornou *iaô*, ou esposa do orixá, que é uma *filha adóxu*, ao tomar posse de seu *caderno de iaô*. Entregue a ela após ter sido “feita”, esse produto gráfico, que se apresenta materializado a partir do processo de datilografia, é um recurso facilitador da didática do aprendizado dos segredos litúrgicos, possibilitando aos filhos ou filhas de santo, destinados a serem *adoxús*, isto é, que possuem o encargo da adivinhação, a apreensão dos significados e das noções básicas dos *Odús*. Para mais, apresenta também outras informações que são relevantes para a manutenção e revitalização do axé.

Como podemos visualizar, os sessenta e oito fólios que constituem o *caderno de iaô* de C.A.F. apresentam conteúdo informacional diretamente ou indiretamente relacionado ao jogo de búzios. Mas no caso de um indivíduo feito, não destinado a ser *adoxú*, como, por exemplo, uma *ekede* e um *ogã*, tal conteúdo teria um outro direcionamento, pois geralmente estes não possuem a destinação da adivinhação, a não ser o *babalaô*, filho não *adoxú*, que tem o papel de ligar o céu e a terra a partir da leitura dos *Odús*, “traduzindo” a fala dos orixás decodificada nos búzios ou no *opelê*.

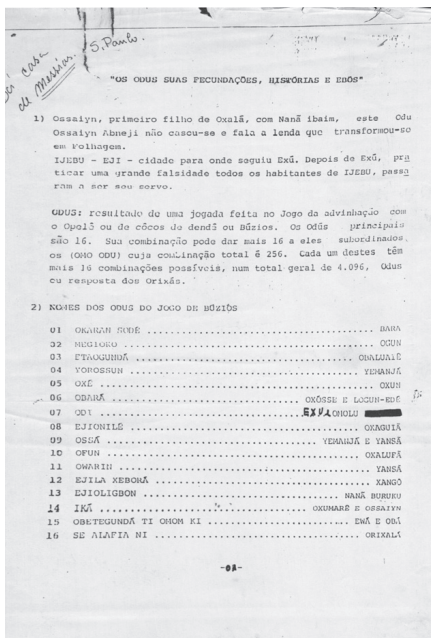
Em relação aos aspectos de seu suporte, podemos perceber que o *caderno de iaô* de C.A.F. é uma reprodução fotocopiada. Isso indica que este *caderno* é um

---

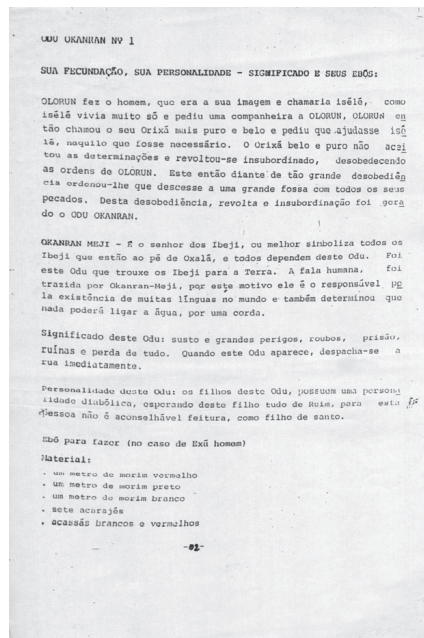
6 Informação concedida em entrevista.



modelo padrão direcionado àqueles destinados a serem *adoxús*, sendo passado não somente à C.A.F., mas também a outros filhos ou filhas de santo. Seguem-se, então, dois exemplos desse tipo de manifestação gráfica:



Fac-símile 14: fôlio do caderno de iaô de C.A.F.



Fac-símile 15: fôlio do caderno de iaô de C.A.F.

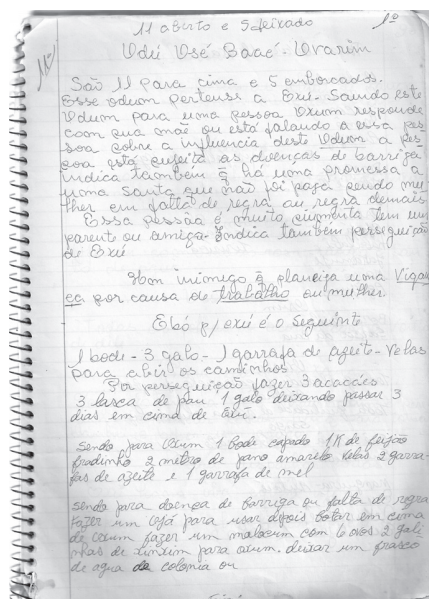
## O alargamento dos segredos: o caderno de fundamentos

Partindo-se da perspectiva da evolução sacerdotal do candomblé, a *iaô* pode galgar na cadeia hierárquica do terreiro através de rituais que são realizados em sete, quatorze e/ou vinte e um anos. No caso aqui analisado, C.A.F. cumpriu todos os ritos obrigatórios, tornando-se, logo após a sua primeira obrigação, uma *ebômim*. Durante esse tempo, a adepta pode apreender um largo conhecimento dos segredos que envolvem a manutenção e revitalização do axé. Há, então, a necessidade de armazená-los em um suporte que auxilie na memorização destes aprendizados e que devem estar numa esfera além do *caderno de iaô*. Neste contexto, a nova adepta utiliza-se da escrita para alargar as informações presentes neste caderno inicial com as novas adquiridas: nasce, assim, o *caderno de fundamentos*. Em Castillo (2008, p. 90), encontra-se uma definição mais precisa sobre esse produto gráfico:

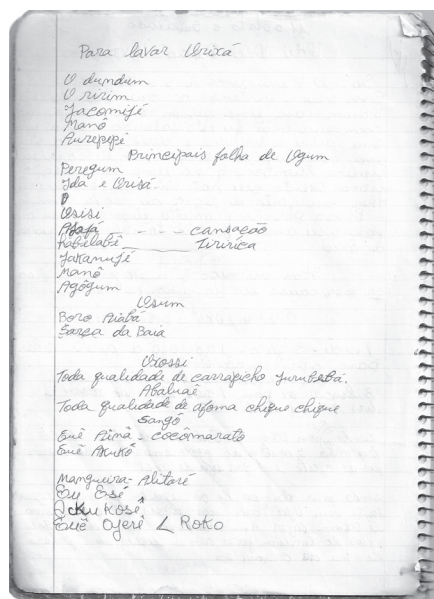
O caderno de Fundamento é semelhante ao caderno de Iaô, mas contém informações adicionais adquiridas pelo iniciado ao longo

dos anos. Por ser um registro de fundamentos, entre rezas, cantigas, ingredientes para ebós, defumadores, banhos e lendas sobre os aspectos mais arcanos do universo simbólico dos orixás, o caderno de fundamento tem que ser guardado em segredo. **Julio Braga (1980, p. 8)** comenta que “essas anotações, às vezes conseguidas com grandes dificuldades, ajudam no processo de memorização dos mitos e rituais, especialmente daqueles de que se vale menos freqüentemente o povo-de-santo”. Com isto, ele afirma que o propósito do caderno de fundamento é fornecer um suporte suplementar à aprendizagem tradicional, sobretudo no que tange a conhecimentos menos comuns, cujo uso pouco freqüente pode levar ao esquecimento (grifos nossos).

Em relação a este testemunho foram encontrados basicamente, no que se pôde caracterizar a partir desta ótica, dois *cadernos de fundamentos*. A existência de mais de um *caderno* revela uma constância em sua elaboração, pois o aprendizado do axé é ininterrupto, o que significa dizer que acompanha o adepto durante toda sua vida. Mas, para além da sua vasta produção, um outro aspecto relevante é a sua temporalidade processual de materialização. Isso pode ser visualizado nas datações destes *cadernos*. Dentre estes, encontra-se um localizado na década de 1980 e outro na década de 1990. Essa linha temporal auxilia no entendimento desse contínuo processo de sua formação. Seguem dois exemplos do *caderno* datado da década 1980:



Fac-simile 16: fôlho do caderno de fundamentos (1980)



Fac-simile 17: fôlho do caderno de fundamentos (1980)

Castillo (2008) revela que teve a oportunidade de observar um *caderno de fundamentos* que pertencia a uma *ebômim* conhecida por Dona Gracinha. Segundo ela,

Dona Gracinha aproveitou uma agenda de alguns anos atrás para fazer de caderno. Folheando as páginas, ela me mostrou rezas, receitas para banhos e ebós, assim como diversos dados de natureza histórica, entre os quais, informações sobre a Irmandade do Rosário dos Pretos. Embora ela me tivesse permitido ver seu volume precioso, não me deixou sozinha para lê-lo com cuidado, nem me deu a oportunidade de segurá-lo com minhas próprias mãos. Apesar da gentileza em mostrar-me algumas páginas, o caderno ficou sempre sob seu controle. Em termos narrativos, [seu caderno] era um verdadeiro pastiche, menos uma narrativa linear e coerente do que um diário caótico, uma enciclopédia idiossincrática reunindo toda e qualquer coisa que ela achava importante preservar. A organização narrativa deste texto era praticamente incompreensível, da minha perspectiva e, desconfio, da de qualquer outro leitor além dela mesma, fato que ressalva a natureza altamente pessoal e privada do registro (CASTILLO, 2008, p. 91).

Pensamos que a manifestação gráfica vista por Castillo não seria, na realidade, um *caderno de fundamentos*, devido ao tipo de estrutura descrita pela autora, pois, pelo menos em relação às peculiaridades inerentes aos *cadernos* de C.A.F., não visualizamos essa estruturação caótica, idiossincrática e incompreensível. Cogitamos que a pesquisadora tenha tido acesso a um *bloco de anotação emergencial* – de que se tratará mais tarde –, embora, é claro, não se descarte a possibilidade de que tenha se deparado com um *caderno* proveniente de uma mão bastante inábil.

### *O provável nascimento de um caderno de fundamentos: a didática do aprendizado*

Os *cadernos de fundamentos* começam a surgir a partir dos primeiros instantes do adepto recém iniciado. Valendo-se dos conteúdos informacionais contidos no *caderno de iaô*, das experimentações míticas vivenciadas e do aprendizado ocular dos afazeres do dia-a-dia dos terreiros, eles materializam em sua esfera os segredos litúrgicos apreendidos durante toda a sua vida religiosa. Dessa maneira, depreender como se dá o nascimento dos *cadernos de fundamentos* pode nos revelar como a escrita se corporifica como uma tecnologia auxiliadora na memorização dos saberes arcanos a partir da lógica da didática do aprendizado, que permite aos filhos e às filhas de santo galgarem na hierarquia sacerdotal dos candomblés.

Sendo assim, notamos que já é no próprio *caderno de iaô* que podemos observar os primeiros sinais de alargamento dos conhecimentos secretos. No *fac-símile* 18, por exemplo, podemos perceber que a *ebômim* C.A.F. insere informações

adicionais às que se faziam presentes em seu *caderno de iaô*. Traduções diretas de itens lexicais aparentemente oriundos da língua iorubá e especificações de termos essenciais para o entendimento do *fundamento* com que se está lidando são algumas das suas inserções em seu *caderno* inicial.

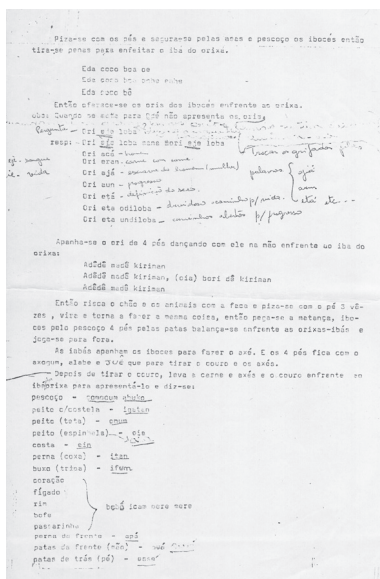
O *fac-símile* 19, que representa um dos segmentos de um dos *cadernos de fundamentos* da *ebômim*, apresenta o início de uma listagem dos dezesseis principais *odús* do jogo de dezesseis búzios. Vê-se a estruturação da jogada, sua nomenclatura específica e o orixá a que pertence. Para alcançar o aprendizado sobre esse *fundamento*, ela precisou perceber como se estruturava o jogo de búzios, delimitando a relação deste com os orixás e suas especificidades litúrgicas. Ou seja, para que atingisse o conhecimento que a possibilitou produzir tal listagem, C.A.F. passou por um longo processo de aprendizagem, depreendendo primeiramente seus aspectos gerais para, mais tarde, visualizá-los em sua total complexidade.

Parece-nos que, quando colocamos as reproduções *fac-similares* 18 e 19 em paralelo, elas em nada se correlacionam. Mas, se voltarmos por todo o *caderno de iaô* e também visualizássemos grande parte dos fólios do *caderno de fundamentos* da década de oitenta da *ebômim*, poderemos compreender que, na realidade, estes estão muito mais próximos do que podemos imaginar. Quase todo o conteúdo informacional de seu *caderno de iaô* está diretamente relacionado com a temática dos *odús*, como também em grande parte dos fólios de seu *caderno de fundamentos*. Mas o que os diferencia? A *ebômim* somente copiou o conteúdo informacional referente aos *odús* para seu *caderno de fundamentos*? Conjecturamos que não.

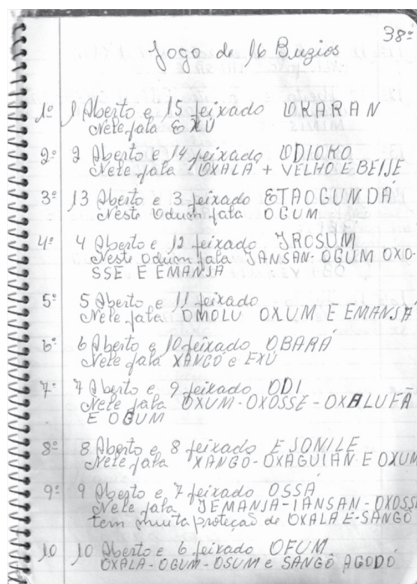
Muitas das informações contidas no *caderno de iaô* apresentam um caráter geral e panorâmico. No caso do *fac-símile* 18, por exemplo, notamos que se trata da caracterização de alguns dos tipos de *oris* – ou cabeças – possíveis e os *fundamentos* específicos que objetivam alimentá-los. Por ser provavelmente um dos vários pontos que contemplam o *fundamento* referente aos *odús*, esse conteúdo informacional está, na realidade, diretamente ligado com o que se apresenta no *caderno de fundamentos*, porque eles representam justamente a condição espiritual do consulente. O orixá que rege seu *ori*, os caminhos tortuosos que podem surgir em sua vida, as limitações relacionadas com as *quizilas* de seus orixás, dentre tantas outras coisas, são alguns dos subsídios que os *odús* revelam a partir do jogo de búzios.

Outro aspecto notável diz respeito ao fato de que algumas informações materializadas no *caderno de iaô* não aparecem no *caderno de fundamentos*. Isso ocorre porque questões básicas já puderam ser internalizadas e, por isso, não são imprescindíveis para a sua coletânea de segredos muito específicos, que podem ser facilmente esquecidos, como materiais, ingredientes e modo de feitura de *ebós*.

Assim, torna-se evidente que a escrita litúrgica dos candomblés pode nos revelar a lógica da didática do aprendizado dos segredos e a complexidade hierárquica dos terreiros, por exemplo. Através dela, podemos estabelecer relações, delimitar especificidades categoriais e acompanhar a evolução sacerdotal dos filhos e filhas de santo dentro deste universo ritualístico.



Fac-símile 18: fôlio do caderno de iaô



Fac-símile 19: fôlio do caderno de fundamentos (1980)

### Os cadernos de fundamentos: um suporte para vários gêneros

Para que possamos depreender o *caderno de fundamentos* como um suporte para variados gêneros, precisamos inicialmente delimitar o sentido conferido às concepções de gênero, tipologia e suporte textuais. Para isso, valer-nos-emos das definições propostas por Marcuschi (2005, p. 22-23), quando diz que:

- a. a expressão *tipo textual* [designa] uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção*;
- b. [Já] a expressão *gênero textual* [pode ser entendida] como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam

características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características.

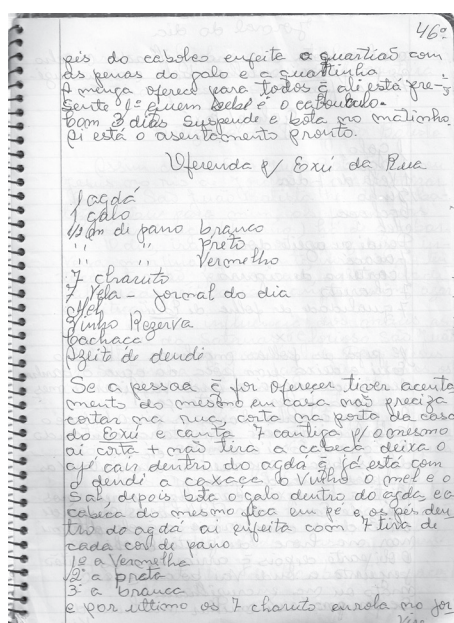
Seguindo a noção de que a língua é uma atividade social, histórica e cognitiva e que a comunicação verbal só pode ser possível a partir de um *gênero textual* (MARCUSCHI, 2005, p. 22), entendemos que as produções gráficas que giram em torno dos *cadernos de fundamentos* de C.A.F. são materializações específicas da liturgia dos *candomblés*, pois representam justamente características definidas a partir de seus conteúdos informacionais e de suas propriedades funcionais. É ele um “painel” de uma multiplicidade de gêneros que atende às necessidades sociocomunicativas dos terreiros a partir da lógica do que compreendemos como a didática de aprendizado dos segredos, que viabiliza a ideia de hierarquia, perpassada por décadas, ou até mesmo séculos, nessa religião. Portanto, compreendemo-lo não como um gênero textual, mas, sim, como um suporte que concatena variados gêneros, pois, na realidade, é o *caderno de fundamentos* o lugar material e simbólico onde tais escrituras são materializadas e salvaguardadas.

Com base na proposta do nascimento de um *caderno de fundamentos* e sua respectiva constância de produção, é possível observar uma multiplicidade de gêneros textuais em sua esfera. Este suporte é um registro de fundamentos entre orações, *ebós* e o universo mitológico e simbólico dos orixás. Esse aspecto pode denunciar a didática do aprendizado de um iniciado, que perpassa por várias instâncias de experimentações. Dessa maneira, observamos, na constituição dos *cadernos* aqui mapeados, gêneros que se fazem presentes em grande parte das produções secretas da *ebômim* C.A.F.

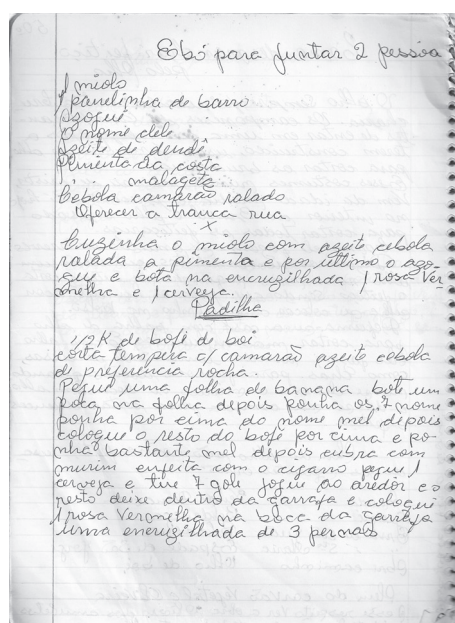
Elencando-se um deles para expor os variados gêneros que se fazem presentes nos *cadernos*, podemos encontrar, como supracitado, rezas, cantigas, ingredientes para *ebós*, defumadores, banhos e lendas, assim como já prenunciou Castillo (2008, p. 90). Mas não foram encontrados somente esses gêneros. Visualizamos, também, receituários de comidas específicas para rituais, receituários de *ebós* – ingredientes, maneira de fazê-los e local onde deve ser realizado, fato que vai além do relatado por Castillo –, testemunhos que contêm os ensinamentos básicos para que um iniciado possa apreender o conhecimento sobre o jogo de búzios e um vasto vocabulário, ou listagem de *lexias*, bilíngue, entre o português e, muito provavelmente, a língua iorubá.

Os receituários consomem largos espaços dentro dos *cadernos* e possuem um caráter ornamentativo. Esses receituários podem ser subdivididos em duas categorias com base em seu conteúdo informacional. No primeiro tipo está o receituário de comidas específicas que são preparadas para rituais determinados, definido a partir do orixá que irá obter a oferenda (*fac-símile* 20). No segundo tipo

está o receituário de *ebós* (*fac-símile* 21). Este, diferentemente do que relata Castillo (2008, p. 90), não possui somente, dentro de seu contexto, ingredientes para a sua feitura. Apresentam, também, a motivação do *ebó*, a maneira que deve ser feito, o local e, às vezes, o horário mais apropriado para ser realizado. O que percebemos é que o receituário de *ebós* possui uma ornamentação mais especificadora, divergindo do receituário de comidas, porque o *ebó*, além dos ingredientes e da maneira de fazê-lo, apresenta o local e o horário adequado para a sua concretização, condizendo-se com as particularidades de cada orixá que receberá a oferenda. Estas especificações são baseadas na constituição mitológica de cada orixá, ou seja, suas preferências, suas quizilas,<sup>7</sup> entre outros aspectos.



Fac-símile 20: fôlio do caderno de fundamentos (1980)

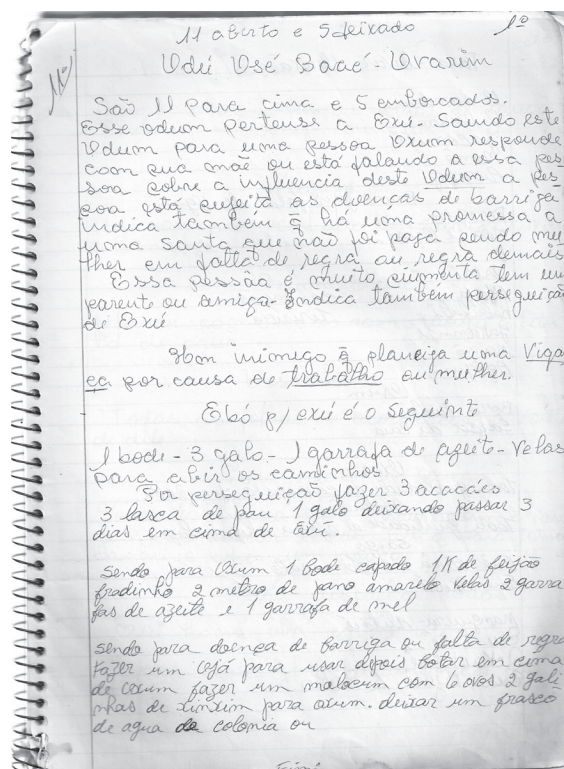


Fac-símile 21: fôlio do caderno de fundamentos (1980)

Outro gênero encontrado na esfera do *caderno de fundamentos* foram os testemunhos que expõem as variadas maneiras de interpretação dos *odús* (*fac-símile* 22). Apresentando um caráter ornamentativo, esses testemunhos se conectam aos receituários no momento em que o *odú* denuncia qualquer problemática que deverá ser resolvida. Partindo-se da estruturação do jogo e de uma breve descrição

7 Este termo utilizado pelo povo de santo é referente ao tabu de cada orixá, ou seja, aspectos ritualísticos que não são do agrado destas divindades. Os tabus são baseados nos mitos que passam o universo do candomblé sobre a existência de cada orixá.

de como interpretá-lo, elenca-se um *ebó* específico para a complementação do formato desse testemunho. Esse gênero, que espelha o uso da adivinhação dentro do contexto litúrgico do candomblé, é crucial no universo dos fundamentos do adepto, pois possuir este conhecimento representa, dentro deste espaço religioso, uma posição privilegiada na hierarquia dos terreiros.



Fac-símile 22: fólho do caderno de fundamentos (1980)

Interno à esfera dos *cadernos de fundamentos*, encontrou-se, como já dito, um vasto vocabulário, ou listagem de lexias, bilíngue entre a língua portuguesa e, muito provavelmente, a língua iorubá. Esse dito vocabulário<sup>8</sup> se apresenta no *caderno de fundamentos* de 1980, tomando para si uma larga quantidade de fólhos. Com isso, instauram-se questionamentos acerca de quais são as relevâncias e funcionalidades desses vocabulários para essa adepta do candomblé e porque esse gênero apresenta grande ocorrência, como os receituários de *ebós*. Possíveis respostas para tais interrogações requerem a “abertura de um parêntese”, pois

8 Intitula-se de vocabulário tal gênero encontrado no *caderno de fundamentos*, pois é desta maneira que a escrevente C.A.F. a denomina.



atribuir categorizações a esses aspectos, a partir do senso-comum, não é viável por variados motivos. Dentre eles:

- a. Não há a possibilidade, para este momento, de identificação sistemática da língua iorubá;
- b. Se esta língua é a iorubá, não se pode inferir com qual variedade dialetal, arcaica ou moderna, se está lidando;
- c. Essa língua dita iorubá apresenta, para o culto aos orixás, uma importante relevância ao fazer litúrgico e, por isso, necessita-se de uma compreensão efetiva de sua significação para os atos ritualísticos;
- d. Focalizando-se nos *cadernos de fundamentos*, existem conexões desses vocabulários, a partir da funcionalidade, para com outros gêneros presentes na esfera dos *cadernos de fundamentos*. Por isso, faz-se necessário atribuir tais relações a partir de inferências contextuais de uso.

As motivações apresentadas para um tratamento desse gênero do *caderno de fundamentos* requerem reflexões acerca de sua funcionalidade para a liturgia desta religião. Para este momento, buscaremos inferir questões acerca da funcionalidade dessas listagens de lexias. Segundo Petter (2006, p. 119-120):

As línguas africanas, utilizadas hoje ritualmente, mantêm-se como veículo de expressão dos cânticos, saudações e nomes dos iniciados, principalmente, podendo também servir como meio de comunicação entre os adeptos da mesma comunidade de culto. A linguagem utilizada reflete formas, muitas vezes, pidginizadas, em que o léxico e a gramática distanciam-se da língua africana de origem. A aquisição desse código é, na maior parte dos casos, restrita aos iniciados, a quem o acesso ao universo lingüístico negro-africano é paulatinamente aberto, à medida que os fundamentos da religião são assimilados.

Desta forma, torna-se notório que adquirir o conhecimento de um acervo lingüístico de base iorubá é crucial para a concretude dos atos ritualísticos dos candomblés das nações em que se insere a nagô-kêtu. Mas, segundo Petter (2005), esse acervo lingüístico geralmente é de base lexical, utilizado para a materialização dos rituais, tornando possível a comunicação com os orixás que vieram de África com a diáspora da escravidão negro-africana.

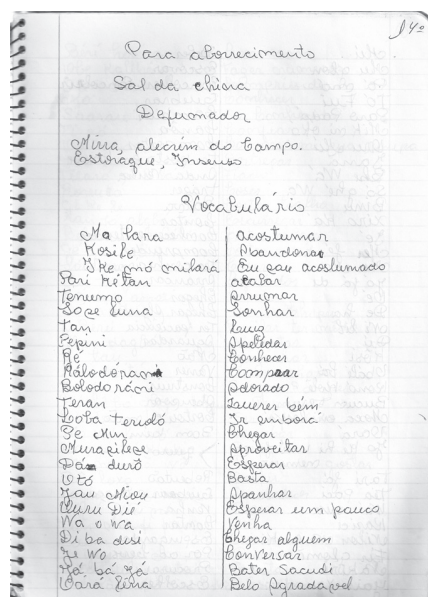
Pessoa de Castro (2001, p. 79-80) levanta um grande número de lexias que diz ser de origem lingüística africana. Após delimitar as prováveis línguas africanas que, para cá, vieram, a partir de vocábulos que estão no âmbito lexical da língua

portuguesa falada no Brasil, propôs a sistematização de cinco níveis socioculturais de linguagem. São eles:

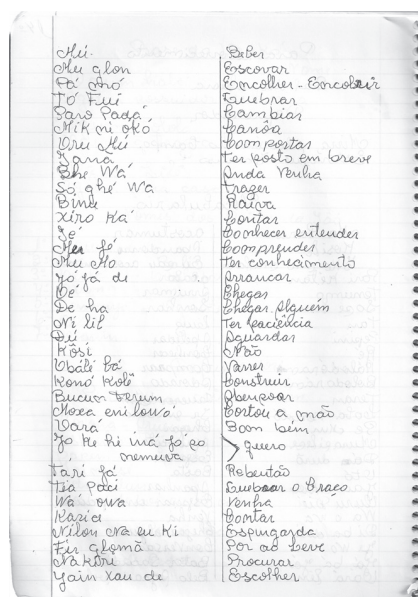
1. N1 – a linguagem religiosa dos candomblés ou língua-de-santo;
2. N2 – a linguagem de comunicação usual do povo-de-santo;
3. N3 – a linguagem popular da Bahia;
4. N4 – a linguagem cuidada e de uso corrente, familiar na Bahia;
5. N5 – o português do Brasil em geral.

As listagens de lexias, ou vocabulários, encontradas nos *cadernos de fundamentos* de C.A.F., podem ser localizadas nos dois primeiros níveis sócio-culturais propostos por Pessoa de Castro (2001), porque as lexias listadas nesses vocabulários têm um caráter muito peculiar: possibilitar o acesso do escrevente, no caso aqui de C.A.F., ao mundo dos segredos dos terreiros de candomblé, ou seja, possibilitar que o adepto possa compreender as palavras entoadas nos cânticos, além de outros processos litúrgicos. Além disso, possibilita também que o adepto novato possa ter um suporte auxiliador de memorização de vocábulos que fazem parte da comunicação usual do povo de santo.

A partir desses aspectos, trazemos, para exemplificação, duas reproduções fac-similares desse vasto vocabulário:

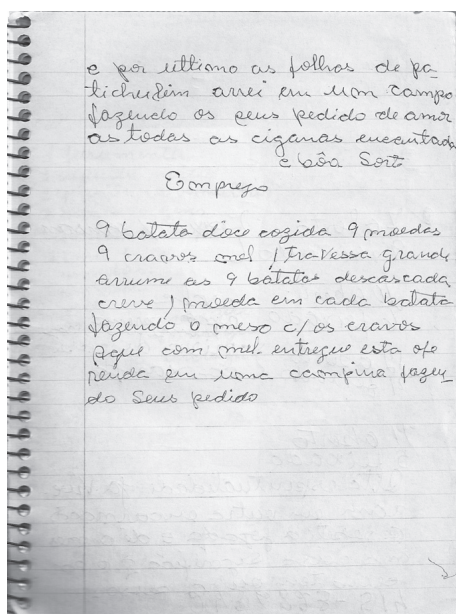


Fac-símile 23: fôlho do caderno de fundamentos (1980)

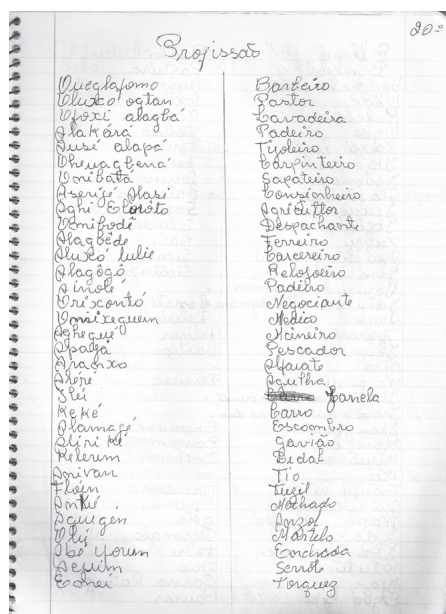


Fac-símile 24: fôlho do caderno de fundamentos (1980)

Um aparte que merece ser feito incide sobre o fato de que os vocabulários se apresentam de maneira seletiva, o que quer dizer que lexias são delimitadas para compor um segmento de vocábulos que se constituem a partir de sua funcionalidade nos atos ritualísticos. Esse aspecto pode ser percebido quando se pensa na interrelação entre essas listagens e os receiptários de *ebós*. Isso se esclarece quando se justapõe um receiptário de *ebó*, que tem por intuito a conquista de um emprego, com a subseção *Profissão* deste vocabulário. No momento em que o adepto se utiliza desse *ebó*, para um indivíduo qualquer, entoa cânticos, provavelmente em língua iorubá, para a sua concretização. Durante esse ato ritualístico, o adepto precisa ter um conhecimento prévio de lexias relacionadas a profissões para que possa realizar o pedido para o orixá, ou orixás. É desse modo que o ato litúrgico pode ser considerado completo.<sup>9</sup> Isso quer dizer que a ligação entre esses dois gêneros se dá no ato do ritual propriamente dito, ou seja, sua ligação não pode ser visualizada somente através das manifestações gráficas, mas para além do escrito. Este fator só fortalece, ainda mais, a noção de que a escrita não contempla todo o universo dos segredos dos candomblés, porque, nos terreiros, é vista como um recurso relacional e/ou memorativo.



Fac-símile 25: fôlio do caderno de fundamentos (1990)



Fac-símile 26: fôlio do caderno de fundamentos (1980)

9 Informação verbal concedida por C.A.F.

## Os blocos de anotações emergenciais

Para a formação e/ou alargamento de um *caderno de fundamentos*, um iniciado precisa passar pelas experiências dos atos ritualísticos, tanto mítica quanto observacionalmente. É justamente a partir dessas experimentações que o filho ou filha de santo irá fixar, em seu *caderno*, os conhecimentos apreendidos. A questão é que ele não poderá, naquele momento, escrever o que experiencia, pois está se ocupando com o ritual – além de querer evitar deixar à mostra o seu *caderno*.<sup>10</sup> Emerge, diante disso, uma questão: como será que o adepto salvará os novos conhecimentos apreendidos? Uma possível resposta: acionando os *blocos de anotações emergenciais*.

Constantemente usados, esses *blocos* são muito eficientes porque possibilitam aos adeptos materializar peculiaridades que são facilmente esquecidas se não anotadas, como modos de feitura de *ebós* específicos, ingredientes e materiais necessários. Eles são aproveitados não no ato propriamente dito, mas posteriormente aos ritos, ou mesmo em seus intervalos, funcionando como mais um recurso comunicacional que facilita o processo de evolução sacerdotal dos adeptos iniciados a partir da lógica da didática do aprendizado.

Em relação aos produtos gráficos da *ebômim* C.A.F., foram encontradas quatro materializações deste tipo, numa variação do uso do suporte papel que vai desde um emaranhado de folhas soltas, unidas por uma encadernação precária, até cadernos escolares reutilizados. Esse aspecto só ratifica a ideia de que a escrita litúrgica dos terreiros pode emergir a partir de quaisquer contextos, bastam a necessidade, a caneta e o papel. Só que, diferentemente dos *cadernos*, tais *blocos* não apresentam aspectos ornamentativos,<sup>11</sup> como paginação, títulos e subtítulos de seções.

Vejamos:

---

10 Informação verbal concedida pela *ebômim*.

11 Compreende-se o aspecto ornamentativo, neste contexto, baseando-se na própria estruturação dos *cadernos de fundamentos*. Estes possuem paginação, títulos e subtítulos, além do esforço de executar uma boa caligrafia.

1º  
Sacudir o salã c/

Talha de arueira  
São gousalinho  
cimi 2º

Tomar Banho d'Almas  
3 banho  
Guoyoy  
Ducera  
Olho

3 Defunador  
Bapim cabalo  
palla de olho, case'

Fac-símiles 27: fólhos de bloco de anotações emergenciais

Nota

10 acasá  
1 pacote de vela  
3m de murim  
1 K de milho branco  
banho de  
Tua

1 obi - 2 orobo'  
1 roupa branca  
1 quartilha  
1 fio de conta  
lansên  
xango  
okale - em caje

Opaculo de ouca

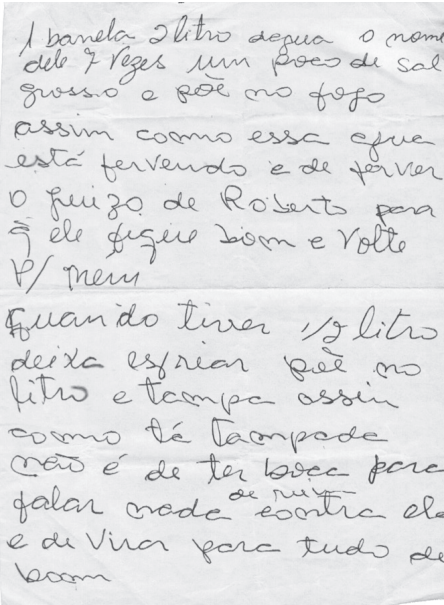
Fac-símiles 28: fólhos de bloco de anotações emergenciais

Nos *fac-símiles* 27 e 28, tais características são notórias. Eles apresentam somente uma descrição concisa de um ato ritualístico e uma listagem de ingredientes específicos. Entretanto, alguns trazem um tipo de ornamentação característica, porque seus conteúdos exigem especificações, como no caso do *fac-símile* 27, que apresenta um determinado rito subdividido em dois momentos distintos, a partir dos sinais indicativos (1ffl) e (2ffl).

Assim sendo, parece que não é somente o tipo de suporte que determina a organização da mancha escrita dos produtos gráficos de C.A.F., mas também o tipo de conteúdo com que está lidando e sua utilidade. Como o *caderno de fundamentos* é frequentemente revisitado, seus aspectos ornamentativos serão mais aparentes, pois facilitam o acesso aos *fundamentos* arquivados. Já os *blocos de anotações emergenciais* são produtos intermediários que auxiliam o processo de constituição dos *cadernos*, não trazendo aparência ornamentativa justamente porque sua função é conferida àquele momento exclusivo do aprendizado ocular e experimental.

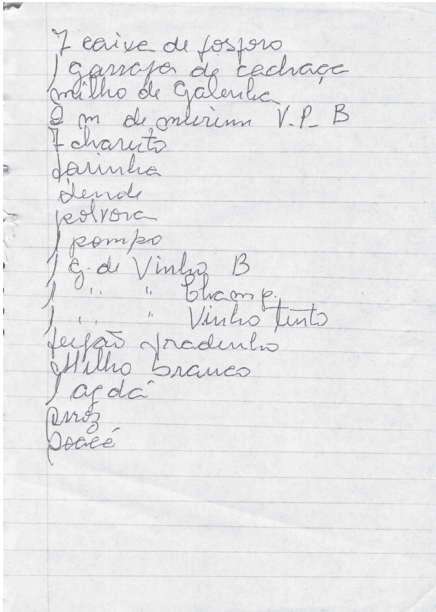
## As anotações avulsas de ebós e/ou orações

Afastando-se do pólo das manifestações secretas, mas ainda próximo dele, estão as *anotações avulsas* de *ebós* e/ou orações. Essas escritas soltas dos *cadernos* existem para várias finalidades. Uma delas seria, por exemplo, para o momento em que um indivíduo qualquer, não adepto, procura pelo terreiro em busca de curas, resoluções de problemas, entre outras coisas que poderão ser concebidas pelo mítico, recebendo, geralmente, aconselhamentos para que realize um ritual com o objetivo de concretizar seus pedidos. Este ritual tem de ser feito através do auxílio de um adepto, conhecedor do axé, e pelo próprio indivíduo da maneira como lhe foi ensinado. Esse ensinamento acontece basicamente por via oral, mas os materiais que serão utilizados são listados em superfície de um suporte, configurando-se, então, em uma manifestação gráfica. Além dessa finalidade, existe também a de lembrar às *ekedes* e aos *ogãs* ingredientes de alimentos que serão feitos para serem utilizados em rituais específicos.<sup>12</sup> Produtos gráficos desse tipo foram encontrados em quantidade generosa:



1 banana 2 litro de agua o nome  
de 7 vezes um peso de sal  
grosso e põe no fogo  
assim como essa agua  
está fervendo e de ferver  
o feizo de Roberto para  
q de fugir bom e volte  
P/ mim  
Quando tiver 1/2 litro  
deixa esfriar põe no  
litro e tampa assim  
como tá tampada  
não é de ter boca para  
falar nada <sup>de nada</sup> contra ela  
e de virar para tudo de  
bom

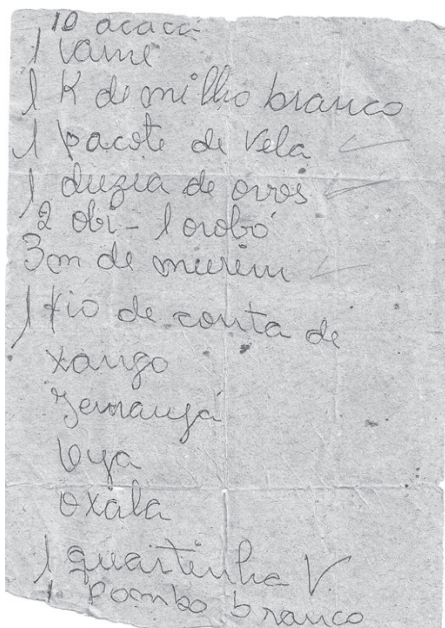
Fac-símile 29: reto de fólio de anotações avulsas de ebós - reto



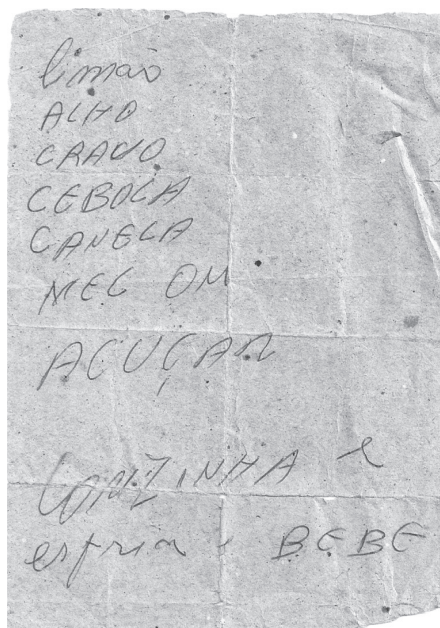
7 caixe de fosforo  
1 canoa de cachaca  
milho de galeria  
2 m de onirum V.P. B  
7 charuto  
1 amuba  
1 dend  
1 estrova  
1 pompo  
1 g. de Vinho B  
1 " " branco p.  
1 " " Vinho tinto  
1 feijão fradinho  
1 milho branco  
1 arda  
1 uró  
1 cocó

Fac-símile 30: verso de fólio de anotações avulsas de ebós - verso

12 Informação verbal concedida pela *ebômim*.

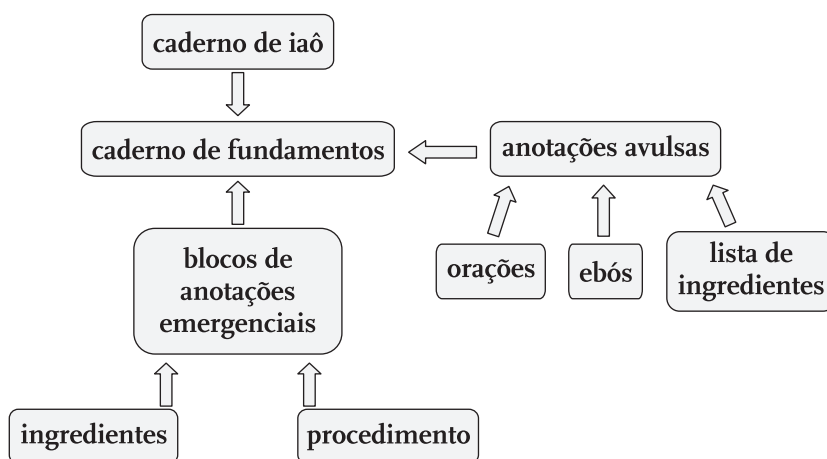


Fac-símile 31: reto de fólio de anotações avulsas de ebós - reto



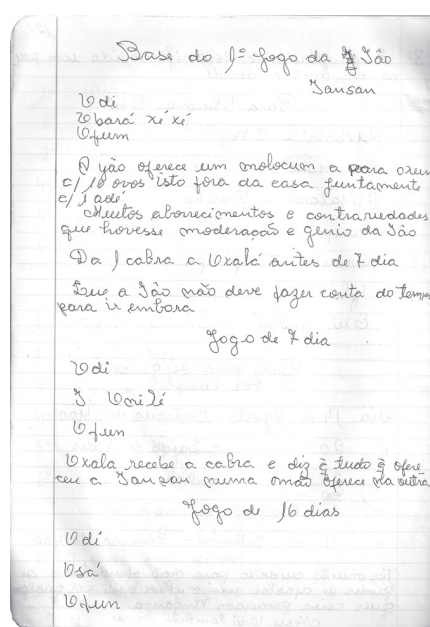
Fac-símile 32: reto de fólio de anotações avulsas de ebós - reto

Realizando este mapeamento, demonstrando a utilidade das produções gráficas que puderam ser visualizadas e suas contextualizações, podemos perceber que a escrita chega aos espaços de liturgia dos candomblés assumindo um caráter complexo, que é inerente a essa religião, podendo-se, assim, questionar o mito da unívoca presença da oralidade, enquanto único recurso comunicacional. Vejamos, de maneira resumitiva, como os produtos gráficos gerados pela *ebômim* se interconectam:

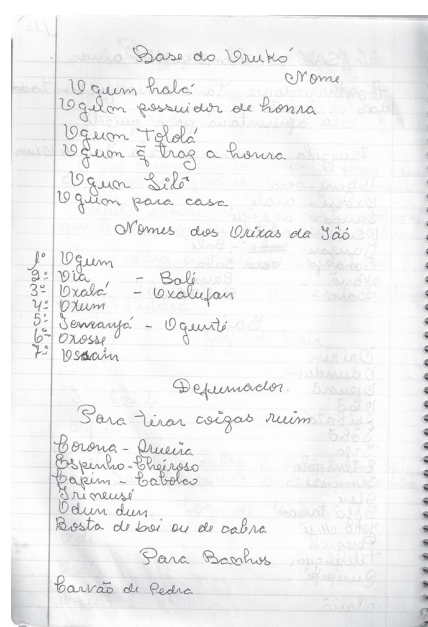


Para o *caderno de fundamentos* convergem todos os produtos gráficos litúrgicos gerados a partir da esfera de C.A.F., pois é ele o reduto de todo o caminho ritualístico dessa *ebônim*. Visitado frequentemente, esse suporte de variados gêneros fornece para ela todos os ingredientes, procedimentos, orações e *ebós* que constituirão as outras produções gráficas acionadas para contemplar o aprendizado mítico-experimental e as interrelações inerentes a esses espaços. Por isso mesmo, é ele o principal espelho de categoria sacerdotal, porque é justamente a partir de seus conteúdos informacionais que podemos delimitar com qual posição hierárquica se está lidando.

Assim sendo, sabemos que os produtos gráficos de C.A.F. representam a categoria sacerdotal de uma *ebônim* com base nos *fundamentos* materializados em seus *cadernos*. Notamos que o conteúdo informacional desses fôlios trata do primeiro jogo de búzios de uma *iaô*, que define toda a vida litúrgica do adepto no *candomblé*, e a base do *orucó*, que dá o novo nome à *iaô* recém iniciada, fato que determina a nova identidade adquirida após o rito de iniciação:



Fac-símile 33: fôlio do *caderno de fundamentos* (1980)



Fac-símile 34: fôlio do *caderno de fundamentos* (1980)

Sendo assim, o que queremos dizer, a partir disso, é que as materializações gráficas que compõem os *cadernos de fundamentos* de C.A.F. são constituídas de um conteúdo específico que representa justamente as funções atribuídas a seu cargo de *ebônim*. Ou seja, enquanto auxiliar da *Ialorixá* do terreiro kêtú Ilê Axé Opô



Afonjá, tanto na administração quanto em seus afazeres litúrgicos, ela precisa ter um amplo conhecimento dos segredos ritualísticos: só quem galgou a esse posto sacerdotal é que pode saber como se prepara um *padê de exu*, como se constitui a base do primeiro jogo de búzios de uma *iaô* ou como se delinea o *orucó* de um adepto recém iniciado, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui, revelando a existência da escrita nas esferas ritualísticas dos candomblés. Mas só tratamos da produção de uma *ebômim*, de apenas uma adepta de um vasto grupo do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, que é também apenas um de um número exorbitante de terreiros da cidade de Salvador. Poderíamos até pensar que as materializações aqui mapeadas brotaram apenas de um caso particular. Mas não. Investigando outros produtos gráficos de outros adeptos, encontramos escrituras aparentemente similares, como as que são trazidas aqui. O que questionamos é se essas produções ganham corporificações e funcionalidades diferentes a partir de outras esferas sacerdotais do candomblé.

Pelo que previamente vimos em outros *corpora*, parece que sim. Cada contexto promove uma produção escrita correspondente com as posições hierárquicas em que cada adepto está alocado. Um *ogã* ou uma *ekede* não tem as mesmas funções de um filho *adoxú*. Isso é fato. Cabe-nos, a partir de agora, investigar outras conjunturas do escrito internas ao universo arcano dessa religião, pois falamos a partir de um terreiro, que apresenta as particularidades da nação kêtú, dentro de um rol de mais de mil mapeados na capital baiana. As nações são várias e algumas híbridas. Segundo Santos, retratando sobre o candomblé do século XXI, a partir do Projeto *Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador*, a maioria dos terreiros de candomblé se autoidentifica como pertencente à nação kêtú (57,8%). Mas há, também, terreiros que utilizam uma classificação múltipla, como, por exemplo, Angola-Kêtú, Angola-JêJe-Kêtú, Kêtú-Angola-Ijexá, correspondendo a um percentual de 85,4% (SANTOS, 2009).

E, mesmo se tratando de uma mesma nação, cada terreiro assume particularidades que são peculiares somente a um determinado *Ilê Axé*. Por isso mesmo, antes de compreendermos de maneira panorâmica a cultura escrita nos candomblés, devemos nos debruçar verticalmente sobre cada terreiro a partir do mapeamento dos produtos gráficos gerados em torno de cada adepto. O que buscamos fazer aqui foi começar nossa empreitada com uma *ebômim* do Ilê Axé Opô Afonjá.

## REFERÊNCIAS

- AMOS, Alcione M. (1999). Afro-brasileiros no Togo: a história da família Olympio, 1882-1945. *Afro-Ásia*, n. 23. p. 173-194.
- BARROS, José d'Assunção (2005). A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHL/PPH/UEM, v. 9, n.1. p. 125-141.
- BASTIDE, Roger (2001). *O candomblé da Bahia: o rito nagô*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BENISTE, José (2000). *Òrun, Aiyê: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARNEIRO, Edison (1991). *Candomblés da Bahia*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, janeiro/junho. p. 94-124.
- CASTILLO, Lisa Earl (2008). *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA.
- CHARTIER, Roger (2004). As práticas de escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 133-161.
- COSTA LIMA, Vivaldo (2003). *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais*. Salvador: Corrupio.
- ELBEIN DOS SANTOS, Juana (1984). *Os nagô e a morte: padé, asese e o culto egún na Bahia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FERRARO, Alceu Ravanello (2002). Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. p. 21-47.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2010). Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 218-248.
- LANDES, Ruth (2002 [1947]). *A cidade das mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ.
- LOBO, Tânia (2009). Arquivos, acervos e a reconstituição histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; SOUZA, Hirão F. Cunha e (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA. p. 305-327.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio (2008). *Produção Textual, análise de gêneros e compreensão*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MOTA, Jacyra Andrade (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 219-254.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda (2006). *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- PETRUCCI, Armando (1999). *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa.
- PETRUCCI, Armando (2003). *La ciência de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni (2006). Línguas Africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MOTA, Jacyra Andrade (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.
- RODRIGUES, Nina (1945). *Os Africanos no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- SANTOS, Jocélio Teles dos (2009). *Mapeamento dos terreiros de Salvador*. 2 ed. Salvador: CEAO/UFBA.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *Os candomblés da Bahia no século XXI*. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br>. Último acesso em 03 de agosto de 2011.
- SHARPE, Jim (1992). A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP. p. 39-62.
- VERGER, Pierre (1987). *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.

# PARTE III

## OUTROS ESTUDOS





## ANÁLISE DE ITENS LEXICAIS NO VOCABULÁRIO DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Anielle Souza de Oliveira  
(Centro de Estudos Canadenses – Universidade do Estado da Bahia)

### INTRODUÇÃO

Este trabalho concentra-se no *Vocabulário da Carta de Caminha*, preparado pelo professor Sílvio Batista Pereira e pertencente a uma coleção organizada e dirigida por Antônio Geraldo da Cunha. Ressalte-se que o texto da *Carta* utilizado para a construção do vocabulário foi o publicado por Jaime Cortesão (1967), com alterações propostas por Pereira. A escolha de tal obra permite um olhar atento aos vocábulos, tão necessários à pesquisa realizada, na medida em que, farta e coerentemente, fornece dados apurados pelo seu autor:

Registramos a ocorrência de tôdas as palavras autônomas (substantivo, adjetivo e verbo) e acessórias (advérbio, preposição, conjunção, etc.) [...] Os auxiliares modais, bem como os causativos e alguns outros auxiliares eventuais, encontram-se nos respectivos verbetes, sem especificação de função. Só o verbo *ser*, pelo papel que desempenha na formação da voz passiva, mereceu registro especificado. No âmbito das palavras acessórias, demos tratamento mais desenvolvido a certos advérbios, preposições e conjunções que, pela sua polissemia, nos pareceu merecer maior desenvolvimento. (PEREIRA, 1964, p. xx)

Ainda em relação às qualidades pertinentes à obra, afirma A. G. Cunha (1986, p. xiii):

Foram registradas no *Vocabulário* tôdas as palavras da *Carta*, com exceção dos nomes próprios, os quais incluímos num *Índice* à parte [...] Adotamos, no título do verbete, a ortografia preconizada pelo vocabulário ortográfico oficial. Tôdas as variantes documentadas na *Carta* foram consignadas no seu respectivo lugar alfabético, fazendo-se, porém,

remissão para aquela que se apresenta com a grafia recomendada pelo vocabulário oficial e que constitui o título do verbete principal.

Apreciado tal valor, releva-se, com efeito, a importância histórica do texto em questão, uma vez que o intitulam “Carta do achamento do Brasil” (OLIVIERI; VILLA, 1999, p. 19), sobre o qual se consolidou o vocabulário.

Pouco se sabe acerca do seu autor:

Era filho de Vasco Fernandes Caminha, fidalgo e escrivão ligado aos empreendimentos ultramarinos. Devido à sua participação na guerra contra Castela, em 1476, foi nomeado Mestre da Balança da (Casa) da Moeda, um cargo equivalente ao de escrivão e tesoureiro. Também foi eleito vereador pela cidade do Porto, em 1497, tendo redigido os *Capítulos da Câmara*, uma espécie de Constituição local. (OLIVIERI; VILLA, 1999, p. 17).

Quanto ao próprio documento do século XV, os mesmos autores dizem que:

[...] revela um estilo claro, marcado pela objetividade que convém a um relatório. Os fatos aparecem narrados em ordem cronológica, desde o começo da viagem, em 9 de março, até o momento de deixar o Brasil, em 2 de maio [...]; o texto acaba sendo mais do que apenas um inventário dos fatos, pois o escrivão não se comportou como um simples burocrata. Como observa o professor José Aderaldo Castelo, a carta é ‘a primeira expressão do deslumbramento e ao mesmo tempo os equívocos e intenções do colonizador português, através de uma linguagem fluente e poética, com certo senso de humor, embora um tanto grave, de mistura com um ou outro trocadilho malicioso’ (OLIVIERI; VILLA, 1999, p.17-18)

Finalizando as considerações sobre a *Carta*, tem-se a seguinte informação sobre sua primeira divulgação:

A primeira publicação da carta em livro data de 1817. Foi feita pelo padre Manuel Aires do Casal, que encontrou uma cópia do texto no Arquivo da Marinha Real do Rio de Janeiro. (OLIVIERI; VILLA, 1999, p.17-18).

## QUESTIONAMENTOS

As observações destacadas têm sua significação, uma vez que são essenciais para uma melhor compreensão do contexto histórico e vocabular a ser aqui trabalhado. Acolhendo essa apresentação individualmente, pode-se afirmar que serão

abordados aspectos principalmente referentes ao uso das denominações “deverbal” e “derivação regressiva”, em relação às quais se verificam questionamentos, nem sempre esclarecidos satisfatoriamente, e que se evidenciam como matéria-prima para constantes debates e discussões. Cabe dentro desse pensamento um auxílio filosófico transmitido pela linguista Julia Kristeva (1969, p. 231): “Todos os filósofos ensinam que há três operações do nosso espírito: CONCEBER, JULGAR, RACIOCINAR.”

E então, sob essa ótica, concebendo, julgando e raciocinando, inicia-se a explanação dos fatos.

## QUEM NASCEU PRIMEIRO

No levantamento de dados realizado, grande foi o aprendizado, contudo numerosas foram as incertezas surgidas como possível obstáculo ou, minimamente, como restrição para considerações em relação aos deverbais.

Seriam mesmo deverbais os deverbais? Difícil obter uma resposta, por conta da imprecisão típica de algumas abordagens que, segundo Viaro (2004, p. 37), se apresentam como “etimologias fantasiosas” ao lado daquelas que, melhor fundamentadas, seriam “etimologias embasadas em dados”. Entenda-se então que, na tentativa de satisfazer a proposta de expor a origem de verbetes pertencentes à língua portuguesa, não bastaria apenas uma consulta aos dicionários, considerando que o estudo pretende enunciar, unicamente, deverbais originados no próprio português. Em muitos desses instrumentos de pesquisa, como Houaiss (2004), Corominas (1954-1957), José Pedro Machado (2003), A. G. Cunha (1986), são observadas, por vezes, posições imprecisas referentes aos substantivos e adjetivos, ditos deverbais portugueses que se transformam na própria língua, mas que, na verdade, descenderiam diretamente do latim.

Com base nisso, são encontrados, por exemplo, no dicionário de Antônio Geraldo da Cunha, determinados itens lexicais vinculados a um mesmo século de surgimento, isto é, a cronologia é feita de tal maneira que acaba velando a identificação imediata de um provável deverbal. Esse processo se dá na medida em que, frequentemente, os dois elementos, verbo e nome, são submetidos a um mesmo período, sem especificidade daquele que primeiramente se empregou na língua. Seria a localização temporal dos vocábulos decisiva se melhor estivesse direcionada.

Lamentavelmente, mesmo com o rico aparato, estando disponíveis materiais de consulta de alta qualidade, ainda são escassas as informações necessárias à investigação aprofundada no âmbito do deverbal e não só dele. Acrescente-se aí



a derivação regressiva. Nesse contexto, recorre-se até à superficialidade histórico-linguística, própria dos normativos, objetivando, quiçá, a formulação de hipóteses:

Nem sempre é fácil saber se o substantivo se deriva do verbo ou se este se origina do substantivo. Há um critério prático para distinção, sugerido pelo filólogo Mário Barreto: “se o substantivo denota ação, será palavra derivada, e o verbo palavra primitiva; mas se o nome denota algum objeto ou substância, verificar-se-á o contrário.” (*De Gramática e de Linguagem*, II, Rio de Janeiro, 1922, p. 247) Assim: *dança*, *ataque* e *amparo*, denotadores, respectivamente, das ações de *dançar*, *atacar* e *amparar*, são formas derivadas; *âncora*, *azeite* e *escudo*, ao contrário, são as formas primitivas, que dão origem aos verbos *ancorar*, *azeitar* e *escudar*. Há, no entanto, quem não considere relevante a origem da base, mas a relação geral VERBO/NOME, que obedeceria, em princípio, a um padrão derivacional, segundo o qual, “dada a existência de um verbo no léxico do Português, é previsível uma relação lexical entre este verbo e um nome X.” (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 103).

Percebe-se claramente a falta de um embasamento adequado para uma pesquisa diacrônica relativa ao estudo aqui alvitrado. Nota-se, finalmente, a necessidade de se utilizar um dicionário latino na busca por uma análise e distinção mais aprofundadas dos elementos deverbais. No mínimo os de origem latina poderiam ser ou não confirmados, possibilitando, assim, uma fidelidade maior na efetivação do estudo, valendo frisar que o autor leva em conta apenas deverbais originalmente portugueses. Diante do que foi sugerido, faz-se interessante afirmar que através do domínio da etimologia: “[...] teremos uma chave que abre o significado de milhares de palavras em português e outras línguas, inclusive palavras desconhecidas que se fecham numa aparente opacidade”. (VIARO, 2004, p. 28)

Mesmo entendendo ser difícil o acesso pleno a essa ciência, na grandiosidade da palavra, felizmente existem fontes coesas e confiáveis, como as que aqui foram citadas, que, apesar dos desacertos, preenchem as falhas umas das outras. Contudo, restam muitas lacunas a serem preenchidas.

## TENTANDO “DAR NOME AOS BOIS” – O QUE DIZEM OS DICIONARISTAS

Torna-se árdua a tarefa de identificar um “autêntico” deverbal, na medida em que não existe uma regularidade no emprego da referida terminologia. Seja na prática dos dicionários ou na teoria de linguistas e filólogos, encontram-se não poucas imprecisões ou incertezas no uso e conceituação do termo. Na busca por esclarecimento em relação ao termo deverbal e, por extensão, à derivação regres-

siva, dada a vinculação semântica existente entre ambos, necessitou-se consultar, mais atentamente, não só dicionários como o Houaiss, os etimológicos de José Pedro Machado e de A. G. Cunha, bem como aqueles produzidos por linguistas, filólogos e gramáticos.

Para início de “querela”, perceba-se o que foi verificado durante a consulta ao Houaiss na procura pelos denominados deverbais. Em relação aos vocábulos levantados no *corpus*, foi registrado o uso corrente de “derivado regressivo” para fazer referência a vocábulos do tipo: **míngua** < **minguar**, **pouso** < **pousar**, **farte** < **fartar**, **fala** < **falar**, tendo-se aí o que, comumente, se aceita como palavra que deriva de outra pela “supressão de elementos mórficos” (ELIA, 1962, p. 45). Não foi observado nenhum emprego do termo deverbal, a não ser no caso de **casca**, em que o dicionarista apresenta a consideração de outros autores que afirmam ser esse um deverbal. Compreende-se melhor tal postura quando se lê em sua própria conceituação para tal nomenclatura: “freq. diz-se de ou palavra formada por derivação regressiva”, admitindo haver, em geral, uma equivalência entre derivação regressiva e deverbal, correspondência que, certamente, é adotada por Houaiss, pois utiliza normalmente a primeira denominação em lugar da segunda.

Ainda nesse dicionário, nota-se no étimo de palavras como **conhecimento** a seguinte descrição: “conhecer + mento, com alteração da vogal temática –e > –i” (HOUISS, 2004, p. 132), sem qualquer referência ao processo formador do vocábulo. No entanto, recorrendo-se, mais uma vez, ao conceito de deverbal conferido pelo autor, será constatado também que para ele “diz-se de ou substantivo formado a partir de verbo (p.ex.: constrangimento, de constranger)”, assemelhando-se o exemplo dado às seguintes ocorrências: **acatamento**, **achamento**, **acrescentamento**, **entendimento**, **mantimento**, **mareante**, **marinhagem**, **pousada**, **povoação**, **pregação**, **prosseguimento**, **repartimento**, palavras encontradas no *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, que se constroem, para Houaiss, a partir de um verbo, com acréscimo de sufixo, mas que não são classificadas dentro de uma das terminologias em questão.

Visitando as páginas de José Pedro Machado, mais difícil ainda se torna a tarefa de identificar os deverbais. Por se tratar de um dicionário etimológico, não se pôde, como em Houaiss, ter notícia dos conceitos para que se obtivesse uma melhor compreensão em relação à nomenclatura utilizada pelo autor. A dificuldade existente pode ser observada, uma vez que o etimólogo usa, para tratar do verbo que origina uma palavra, apenas a preposição **de**, como nos exemplos de “**cascalho**. s. de cascar”; “**entrada**. s. de entrar”; “**farte**. s. de fartar”. Prevalece, então, mais uma vez, a dúvida sobre o processo formador em questão, principalmente porque Machado se refere à derivação regressiva em casos parecidos com o dos exemplos mostrados:

“**conta**. s. der. regressivo de contar”; “**ensino**. s. der. regressivo de ensinar”; “**fala**. s. der. regressivo de falar”. Contudo, além desses casos, ainda há aqueles como **casca**, onde se encontra: “de cascar, der. regressiva”. É interessante observar também que esse autor usa a preposição não só para se referir aos casos tratados comumente como de derivação regressiva, mas também àqueles em que se adiciona um sufixo a um verbo: “**mareante**. s. de marear”; “**pousada**. s. de pousar”; “**prosseguimento**. s. de prosseguir”. E gerando mais dúvidas ao presente estudo, emprega o mesmo “artifício” nas construções aceitas como participio: “**entrada**. s. de entrar”; “**tecido**. s. de tecer”; “**agasalhado**, adj. de agasalhar”.

Deixando as questões em aberto, mas dando continuidade à exposição dos fatos, introduzem-se agora as observações recolhidas em Antônio Geraldo da Cunha (1986). Notou-se no seu dicionário um desuso frequente dos termos mencionados. Geralmente, o que ocorre é uma “aglomeração” de vários vocábulos relacionados, através da raiz, a um mesmo verbete. Além de algumas palavras não terem sido localizadas nesse dicionário, a uma boa parte delas não se atribui uma especificação aos vocábulos deverbiais ou derivados regressivos, ao contrário do que se dá nos exemplos de “Amostra [...] Dev. de amostrar” ou em “Casca [...] Der. regr. de cascar”, em que são notados os casos mais comuns de derivação regressiva. Quais seriam, para Cunha (1986), os requisitos levados em consideração para nomear diferentemente os processos de derivação em **amostra** e **casca**?

Como nos exemplos anteriormente expostos, Cunha, de forma geral, destaca o século correspondente às palavras apenas nos casos em que se tem **verbo + sufixo**, o que acaba não sendo muito funcional da maneira como é feito. Para uma visualização do que se diz, segue o exemplo da palavra **acatamento**: “acatar. vb. ‘obedecer, respeitar, venerar’ XV. Do lat. \*accaptare, de captare || acaTAMENTO XV [...]” (CUNHA, 1986, p. 245).

Continuam, como foi possível perceber, as ocorrências instigantes para a pesquisa realizada. No quadro geral, merece ênfase a formação VERBO + SUFIXO (p. ex.: conhecer + ment + VT (o) = conhecimento), não esclarecida por nenhum dos citados. Além disso, permanece estável a equivalência traçada entre deverbais e derivação regressiva, uma vez que são atribuídas indiscriminada e aleatoriamente dentro da perspectiva das fontes acessadas.

## RECORRENDO AOS ESPECIALISTAS

As abordagens em torno do assunto revelam-se, até então, consensualmente controversas. Dando continuidade à averiguação dos fatos, busca-se, a partir daqui, uma tentativa de distinguir conceituações para ambos os termos aqui julgados.

Introduzindo a ideia de Câmara Jr. a respeito do assunto, no contexto do seu *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956) e, também, no *Dicionário de Lingüística e Gramática* (2000), nota-se a atribuição do conceito de derivados regressivos ao de deverbais, quando os caracteriza como:

Nomes de ação, isto é, substantivos verbais abstratos (v.), que correspondem a verbos cognatos sem deles se derivarem por meio de um sufixo, ou em outros termos, derivados por um sufixo zero (v.derivação). (CÂMARA JR, 1956, p. 73)

Nesse contexto, veta-se, conseqüentemente, a possibilidade da formação de um deverbal através do acréscimo de uma partícula sufixal ao verbo “derivador”. Reafirmando tal postura, no mesmo dicionário, trata esse autor, ao falar de derivação, da denominação prefixal e sufixal, mas em nenhum momento se refere a essa segunda como sendo “deverbalizante”.

Sílvio Elia compartilha da mesma formulação de Câmara Jr. Em seu *Dicionário Gramatical* (1962, p. 48), apresenta os “regressivos” como “caso mais comum” dos denominados “*deverbais* ou *pós-verbais*, que são substantivos que se derivam de verbos pela supressão de elementos mórficos”. Percebe-se, mais uma vez, a correspondência estabelecida entre ambos os termos estudados. Confirmando tal postura, note-se o que é observado, no dicionário em questão, relativamente ao conceito de deverbal: “[...] diz-se do substantivo derivado regressivamente de um verbo. Assim, de *pagar, brincar, escolher, trajar* etc formaram-se em português *paga, brinco, escolha, trajo*”. (ELIA, 1962, p. 46, grifos nossos)

Pela mesma vertente adotada pelos autores citados, enveredam Mira Mateus e Xavier, quando discorrem sobre a derivação regressiva:

Processo de derivação em que, a partir da análise e redefinição da estrutura morfofonológica de uma unidade primitiva, se cria uma nova unidade lexical, foneticamente mais reduzida e de categoria gramatical diferente. A derivação regressiva generaliza um padrão de relação morfofonológica já existente numa dada língua. Exemplo: pescar (V) → (N). (1992, p. 56)

As autoras já oferecem objeto de críticas quando se referem ao elemento derivado como sendo de “categoria gramatical diferente”. Tal afirmação não se valida, uma vez que, partindo do caso apontado por Elia (aço < aceiro – ambos aí substantivos), não há obrigatoriamente uma distinção de classe gramatical entre derivante e derivado.

Ainda do âmbito da obra de Mira Mateus e Xavier, continuam a brotar “provetosas” imprecisões, agora quanto à definição de deverbal, copiada *ipsis litteris*:

“palavra formada a partir de uma forma verbal. Tradicionalmente, este termo designa nomes que correspondem a verbos cognatos, sem deles se derivarem por meio de um sufixo. Exemplos: organizar → organização, embarcar → embarque” (1992, p. 57).

Questiona-se aí o fato de declararem serem os deverbais nomes que não se derivam por meio de um sufixo, porém citam exemplo comumente visto como “portador” de sufixo: **organização**. Não descartando totalmente os casos expostos pelas autoras, tem-se como plausível o exemplo de **embarque**, classificado morfológicamente como derivado regressivo ou, segundo os paralelos traçados, como deverbal.

Difícil até agora é entender o porquê de não considerar como deverbais as palavras formadas a partir do acréscimo de sufixo. Dando continuidade à discussão e partindo do exemplo da palavra **embarque**, tem-se aí caso típico de derivação regressiva, em que se nota a alomorfa gráfica (**embarque** < **embarcar**), com acréscimo da vogal temática -e, formadora do substantivo. Combinada entre os estudiosos da área está a noção de vogal temática atribuída a casos de acréscimo de vogais semelhantes ao de **embarque**: **ensino**, **farte**, **honra**,  **tiro**, em que essas “partículas” “se conjugam a bases verbais, originando substantivos abstratos regressivos.” (COELHO, 2004, p. 105).

Dentro de um contexto, porém, em que ideias e conceitos considerados senso comum são rebatidos a todo momento, torna-se interessante a exposição de um trecho da tese de Juliana Coelho (2004, p. 105-106), citando Sandmann, em que emerge um novo pensamento sobre uma possível correspondência traçada entre vogais temáticas e sufixos. A autora busca fontes que confirmem tal hipótese: “O leitor talvez ou provavelmente esteja se perguntando o que é afinal o -o de agito. Será que não pode ser considerado um sufixo [...]? Será que o corpo diminuto, apenas uma vogal, desaconselha atribuir-lhe o *status* de sufixo?” (SANDMANN, 1992, p. 44-46 apud COELHO, 2004, p. 105-106).

Buscando apoio para os fatos, interessa ainda:

Ao refletir sobre os questionamentos de Sandmann fomos levados a buscar se havia outros autores que considerassem esses constituintes morfolexicais como derivacionais. Essa postura foi encontrada em Ernesto Faria (1952), quando ele afirma serem esses elementos sufixos formadores de substantivos deverbais. Também em Alvar e Pottier (1987) encontramos essa mesma postura diante dos sufixos -a,-e,-o no espanhol. (COELHO, 2004, p. 106).

Justificando a abordagem, em torno da vogal temática/sufixo, incentiva-se novamente o questionar de aspectos referentes ao deverbal e à derivação regressiva.

Sendo caracterizadas como sufixos as vogais temáticas, não seriam mais derivadas regressivamente palavras como **farte** < **fartar**, por exemplo. Enxergando o **-e** de **farte** como sufixo, teríamos aí então uma derivação progressiva? Como ficaria a ideia preconizada pelos autores enfocados de que deverbais é a palavra derivada de um verbo por meio de “sufixo lexical zero”?

Ficam as perguntas mais uma vez sem respostas. Na busca por esclarecimento cabem, então, as sugestões...

## RECORRENDO ÀS SUGESTÕES

Após levantamento de dados e discussão, sugere-se aqui uma proposta de classificação, não só para o deverbais/derivação regressiva, mas também para o *corpus* apurado, dentro desses termos.

Não compreendida ficou a perspectiva dos autores buscados de considerar o deverbais como “caso mais comum de derivação regressiva” (ELIA, 1962, p. 45). Por que não está a derivação regressiva registrada apenas como um dos tipos de derivação possível para a formação de um deverbais?

Propõe-se, dessa maneira, que, como classe mais ampla, esteja o DEVERBAL. Dentro dele, como possíveis processos formadores: a **derivação progressiva**, já cogitada por Sílvio Elia (1962, p. 45), pelo fato de, através dessa, serem formados substantivos de verbos pelo acréscimo de afixo. Estariam incluídos nesse tipo de derivação a **derivação sufixal** (ex. conhecimento = conhecer + mento, com alteração da vogal temática -e > -i), além dessa, a **derivação sufixal e prefixal** e, ainda, a **derivação parassintética**. Também, como formadora de deverbais, inserem-se a já debatida **derivação regressiva** (ex. míngua < minguar) e, finalmente, a **derivação por participio** (ex. pescado = participio de pescar).

A partir desse prisma, sugere-se classificar os vocábulos encontrados no *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha* não só por meio de uma perspectiva própria, mas com auxílio da classificação atribuída pelos dicionários etimológicos já referidos.

Tendo sido já discutidas e até esgotadas algumas questões em torno da terminologia enfocada – *deverbais*, *derivado regressivo*, *derivado progressivo*, faz-se necessário abordar particularmente a classificação do léxico recolhido, dentro da esfera morfológica, e, pertinentemente à teoria, discutir critérios utilizados para determinação do processo de derivação desencadeador do deverbais. Mesmo com todos os aspectos já ressaltados, são ainda relevantes outros enfoques.

## ALGUMAS PENDÊNCIAS

Nota-se, perante avaliação dos vocábulos analisados, uma variação de usos sufixais, o que possibilitou o desenvolvimento de suas classificações a partir de diferentes processos de derivação. Casos como o de **abrigada**, **acatamento**, **lavagem**, **mareante**, **marinhagem**, **povoamento**, **volta** demandam diferentes possibilidades classificatórias de acordo com os estudos morfológicos, voltados à derivação.

Se, por um lado, há consenso por parte dos autores em relação à atribuição da denominação *derivado regressivo deverbal* a ocorrências do tipo **volta**, por outro, escassos são os casos em que construções como **acrescentamento** e **mareante** são consideradas deverbais. Permanece em aberto o fato destacado, uma vez que, sendo o deverbal aquele que deriva do verbo, não se fundamenta a irrelevância do “derivado sufixal” no processo de formação do deverbal.

Destaque-se ainda o fato de ser caracterizado o nome como derivado do verbo, exclusivamente, levando em conta o aspecto sincrônico. Não se considera o fator histórico, como, por exemplo, a documentação primeira de um ou de outro – nome ou verbo, mas sim a atribuição do traço [± ação] ou [± concreto] pertinente ao nome formado:

As gramáticas normativas apontam para uma distinção nítida, observando que, quando o significado é de “ação”, como em *luta*, a formação é deverbal e, portanto, temos um caso de derivação regressiva; mas quando o significado é um objeto concreto ou substância, o substantivo então é básico e não há derivação regressiva. (BASÍLIO, 1999, p. 40)

Partindo dos casos recolhidos para análise, são encontradas, a partir de critérios considerados sincrônicos, situações em que parece implícita a classificação derivacional. Tomando-se como exemplo o item **aderêço**, tem-se aí um significante concreto e, segundo parecer normativo, substantivo básico, e não deverbal. Qual teria sido, então, o aspecto levado em consideração, por dicionaristas e etimologistas, na determinação de **aderêço** como derivado de **adereçar** e, assim como ele, de **casca** como derivado de **cascar**, de **tecido** como derivado de **tecer**, dentre outros?

Na falta de argumentos históricos determinantes de um deverbal, considera-se de alguma maneira o aspecto defendido pelos normativos. A respeito dessa questão, faz-se, mais uma vez, necessária a apresentação de ideias defendidas por Basílio (1999, p. 42): “[...] a análise de uma palavra como formação deverbal pode ser mais interessante, sempre que esta tiver um sentido mais abstrato”. Diz também que:

Existem duas razões para isso. A primeira é que a formação de substantivos a partir de verbos é infinitamente mais produtiva do que a

formação de verbos a partir de substantivos. A segunda é que uma relação sintático-semântica se estabelece entre verbo e forma nominalizada, a qual muitas vezes é independente da origem da forma substantiva ou da forma verbal. (BASÍLIO, 1999, p. 42)

E afirma:

É essa relação que vai importar na determinação de uma formação como deverbal ou não, independente de sua origem concreta. Podemos dizer que uma formação deve ser considerada como deverbal quando puder ser usada com sentido verbal. (1999, p. 43)

Ainda com relação aos aspectos levados em conta na classificação de um nome como deverbal, cita-se Rocha (1999, p. 185):

O padrão  $V \rightarrow S_{-suf}$  que nos interessa no momento, pode ser sintetizado pelas seguintes palavras: dado um verbo, é possível prever a existência de um substantivo abstrato, sufixado, correspondente, com o sentido de ato, efeito ou resultado de X. Esse mecanismo lingüístico, que chamamos de NOMINALIZAÇÃO strictu sensu [...]

Verifica-se, enfim, um predomínio de técnicas sincrônicas no atual estágio da morfologia, em relação a estudos derivacionais em questão. Há, porém, insistência de alguns autores em afirmar a importância de uma abordagem derivacional diacrônica:

Em síntese, e para concluir, mais do que observar que há/pode haver insuficiências no tratamento sincrônico/contemporâneo da componente lexical que só uma abordagem histórica pode suprir, importa chamar a atenção para a consubstancial incorporação do passado no presente que todo o sistema lexical atesta, e que nenhuma análise sincrônica pode subestimar. (RIO-TORTO, 1998, p. 148)

Certamente, não é fácil empreendimento a investigação histórica na caracterização de nomes deverbais. Ainda assim, considerando-se a intenção do nome DEVERBAL, não se deve descartar o aspecto histórico na sua apreensão.

## PARTINDO PARA A ANÁLISE

Ainda que permeada pelos questionamentos, releva-se, dentro da atual proposta, uma tentativa de análise dos itens lexicais propostos, a partir de estudos derivacionais que buscam cumprir minimamente o objetivo inicialmente traçado.



É certo que muitos são os estudos voltados ao campo da morfologia derivacional, porém maiores ainda são as dúvidas de quem busca relacionar conceitos e aplicá-los. Tendo sido levantados os itens do *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, foi preciso, inicialmente, distribuí-los de acordo com os três principais aspectos derivacionais observados:

- a presença de sufixo acoplado ao verbo para formação de um substantivo, ex: **mantimento**;
- a perda do morfema de infinitivo -r, para formação de um derivado regressivo, ex: **fala**;
- a presença de sufixo -ado/-ada acoplado ao verbo para a formação de substantivo ou adjetivo, ex: **abrigada**, **amarrado**.

Ficou, então, assim estabelecida a divisão de critérios classificatórios em anterior apresentação.

Destaca-se, a partir de agora, a busca por classificações que possibilitem uma tentativa de melhor compreender o processo derivacional dos vocábulos recolhidos. A respeito disso, vale a pena retornar à equivalência traçada entre derivado regressivo e deverbais, sendo esse um aspecto observado indistintamente. Ou seja, há exclusão do processo de derivação sufixal, situação que parece não condizer com a real ideia do processo de deverbalização, que propõe tratar de nomes originados de verbo.

Fazendo referência às gramáticas normativas, Margarida Basílio (1999, p. 38) afirma ser uma preocupação dos gramáticos a derivação regressiva, “[...] sobretudo com o caso das formações regressivas deverbiais [...]”. Essa autora enquadra ainda o tipo de derivação em questão no âmbito da nominalização: “Começaremos por explicar o fenômeno de uma maneira mais exata, para depois colocarmos a problemática da derivação regressiva como processo de nominalização no português” (1999, p. 36).

Sobre a nominalização, algumas observações serão feitas posteriormente, neste trabalho. Mesmo existindo consenso, aqui confirmado por Basílio, porém, anteriormente, notado em dicionários etimológicos e linguísticos, persiste uma inquietação em torno de quais parâmetros levariam os autores a classificar o deverbais dentro da derivação regressiva, excluindo a derivação sufixal ou “progressiva”. Tanto procede o questionamento, que se adota, em Rio-Torto (1998), repetidamente, a denominação *deverbais* para fazer referências a processos em que há adjunção de sufixos a bases verbais, para formação de substantivos e adjetivos, a exemplo

de itens do *Vocabulário* como: **entendimento**, **pregação**, **lavagem** (nominalização deverbal), **mareante** (adjectivalização deverbal).

Impossível não retomar também o panorama de discussões em torno da própria *derivação regressiva*. Mesmo sendo essa terminologia adotada por grande parte dos estudiosos da morfologia, principalmente os normativos, existem argumentos fortalecedores da ideia de que, na realidade, são formados, também, por adição de sufixo os derivados regressivos. Em Rocha (1999, p. 99), apresenta-se uma tabela de “Processos de formação de palavras”, na qual se faz possível a visualização dos métodos de classificação adotados pelos gramáticos mais atuantes no cenário da língua portuguesa contemporânea. Interessante é observar que a derivação regressiva está presente em todos eles. Porém, o mesmo autor que apresenta a tabela também faz suas considerações a respeito do “Problema da derivação regressiva”: “O que se observa é que a nominalização, além de efetuar com sufixos explícitos, como *-mento*, *-ção*, *-agem* etc., pode também ser efetuada com sufixo implícito zero, como em *patrulha*, *melhora*, *desmate*, *agito* etc.” (ROCHA, 1999, p. 186).

Para Rocha, então:

Há sim, o sufixo zero, razão por que os casos estudados no presente item devem ser enquadrados como derivação sufixal, ou, se quisermos, como derivação sufixal zero ou implícita (por oposição à derivação sufixal explícita). Em face do exposto, não faz sentido falar-se em derivação regressiva. (1999, p. 187)

Considera-se relevante a justificativa. Por outro lado, difícil é enquadrar todos os exemplos de nomes, conceituados como derivados regressivos, à “regra” estabelecida. Tomando-se por base novamente os vocábulos levantados, o que fazer, portanto, com: **fala** de falar; **pouso** de pousar, **volta** de voltar? E com os itens **conhecimento** e **entendimento**? O que se pretende mostrar é que nem todas as formas originadas de verbo e portadoras de sufixos como **-mento** e **-ção** possuem formas equivalentes reduzidas, e vice-versa. Afinal, não ocorrem na língua as formas **pousoção** ou **pousamento** e, menos ainda, **voltação** ou **voltamento**. Da mesma maneira como não há formas com “sufixos implícitos”, correspondentes a **conhecimento** ou **entendimento**.

Questão interessante abordada em Rocha (1999, p.187) e que merece destaque especial é referente ao “[...] fenômeno da ‘escolha’ do sufixo – que pode ser *-mento*, *-ção* ou zero [...]”. Seria interessante perceber quais condicionamentos permitem à língua desenvolver substantivos sufixados e substantivos com “sufixo zero” a partir de verbos, como se percebe, respectivamente, em **marinhagem** de marinhar e em **volta** de voltar.

Retornando à polêmica em torno da *derivação regressiva*, são observados outros argumentos que corroboram sua exclusão:

O primeiro é que a vogal final dessas palavras não é sempre igual ao que se chama vogal temática do verbo [...]. Não sendo em geral igual essa vogal final dos deverbais, podemos com mais razão dizer que é um sufixo. Um segundo argumento seria que essa vogal final dos substantivos deverbais não é sempre exigida pela estrutura silábica da língua portuguesa. (SANDMANN, 1999, p. 74-75)

Vale a pena novamente recorrer ao *Teoria lexical*, de Margarida Basílio (1999, p. 39-42), em que se dividem as argumentações a partir das questões morfológica e semântica. A autora, que trata como sinônimos os termos derivação regressiva e deverbal, partindo dos exemplos: *apertar/aperto*, *ameaçar/ameaça* e *cortar/corte*, faz a seguinte reflexão: “A idéia de derivação regressiva nesses casos poderia se prender ao tema verbal, que incluiria a vogal: teríamos a supressão da marca de infinitivo, ficando o tema verbal. Mas isso não dá certo com o caso das formas terminadas em -o, que, aliás, constituem a maioria”.

Dentro da mesma linha, prossegue:

Um outro problema é que a supressão da marca de infinitivo não deveria ser considerada como derivação regressiva: em todos esses verbos (aguardar, demorar, atrasar, amparar, etc.) temos uma seqüência indivisível em que uma das partes é tomada como afixo. Ora, nesses casos trata-se de afixo mesmo, e afixo flexional, na realidade, estamos lidando com dois níveis de análise: o flexional onde se situa o processo de formação do infinitivo; e o derivacional, cuja base é o tema verbal. (1999, p. 40)

Após a constatação dos fatos, a autora sugere então uma proposta de análise em que declara: “Podemos dizer que uma formação deve ser considerada como deverbal quando puder ser usada com sentido verbal” (BASÍLIO, 1999, p. 44). Apresenta-se cada vez mais distante a possibilidade de classificação dos vocábulos levantados, uma vez que tantas imprecisões permeiam os processos derivacionais responsáveis pela formação do léxico recolhido. Concluindo as questões pertinentes à *derivação regressiva*, é necessário concordar com ideias preconizadas por Rio-Torto (1998, p. 98), à luz da diacronia:

Ainda que em muitos casos os critérios de natureza sincrônica se revelem eficazes na identificação dos produtos gerados por derivação regressiva, em muitos outros a identificação dos produtos deste tipo carece de uma sólida fundamentação histórica. Trata-se de um sector

genolexical em relação ao qual as fronteiras entre perspectivas diacrônica e sincônica [sic] se tocam, de forma mais ou menos concorrencial.

Buscando finalizar a atual apresentação, resta aqui enfatizar, brevemente, o processo de sufixação já citado diversas vezes durante este trabalho. Inúmeras foram as ocorrências dos vocábulos formados a partir da regra  $V \rightarrow S_{\text{sur}}$ . Parece estar esse tipo de derivação menos susceptível às polêmicas, uma vez que se mostra consensualmente abordada pelos autores que acreditam ser esse “[...] um tipo de derivação que consiste na anexação de um sufixo a uma base.” (ROCHA, 1999, p. 106). Como categoria maior, atualmente, aparece a nominalização, essa citada repetidamente, tanto para fazer referência ao processo de *derivação sufixal*, como também ao próprio processo de *derivação regressiva*, pois é considerado como “[...] conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos.” (Basílio, 1999, p. 73).

Foram os seguintes elementos levantados, que se enquadraram na derivação sufixal: **acatamento, achamento, acrescentamento, conhecimento, entendimento, lavagem, mantimento, mareante, marinhagem, povoação, pregação, prosseguimento, repartimento, seguinte.**

Enfim, resta considerar a formação de grande parte dos nomes, adjetivos, recolhidos do *corpus*. São eles: **agasalhado, amarrado, aparado, apaulado, atado, avermelhado, cercado, chegado, corrigido, degradado**, dentre outros terminados em -ado(a). Interessante foi notar que o vocábulo **agasalhado** aparece, na classificação dos etimologistas, como derivado regressivo do verbo agasalhar, segundo Cunha e Cintra (1999), e como particípio do verbo agasalhar, consoante Houaiss (2004). Em relação ao item **entrada**, Houaiss afirma ser o feminino substantivo do particípio entrado, já Cunha (1986) afirma vir o nome do verbo *intrare*, do latim. Considerando-se ainda **mandado** e **temperado**, são tratados ambos, tanto por Houaiss como por Cunha e Cintra, como originados do latim, porém Machado (2003) já os considera originados de **mandar** e **temperar**, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conservam-se os questionamentos, são mantidas as controvérsias e, por fim, afasta-se a possibilidade de classificação categórica do *corpus* lexical. Há consensos, mas prevalecem as divergências que inviabilizam a aplicação de alguns conceitos e classificações no contexto apresentado. Destaca-se, no entanto, que a meta principal foi alcançada, uma vez que se faz necessário o surgimento dos problemas como primeira instância de qualquer teoria a ser defendida. Nessas circunstâncias, cabem as palavras de Joseph Frank (2008, p. 35): “Sinto-me inacreditavelmente

feliz com qualquer livro [...] Principalmente pelo efeito salutar de interromper meus próprios pensamentos com as idéias de outras pessoas, ou reorganizar meus próprios pensamentos em novas linhas”.

## REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, Margarida (1999). *Teoria Lexical*. 6 ed. São Paulo: Ática.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1956). *Dicionário de Fatos Gramaticais*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso (2000). *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 21 ed. Petrópolis: Vozes.
- COELHO, Juliana Soledade Barbosa (2004). *Semântica Morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.
- COROMINAS, Joan (1954-1957). *Dicionário crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1986). *Dicionário etimológico Nova Fronteira de língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ELIA, Sílvio Edmundo (1962). *Dicionário Gramatical*. Porto Alegre: Globo.
- FRANK, Joseph (2008). *Dostoevski: Os anos de provação 1850-1859*. São Paulo: EDUSP.
- HOUAISS, Antônio (2004). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KRISTEVA, Julia (1969). *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- MACHADO, José Pedro (2003). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MIRA MATEUS, Maria Helena; XAVIER, Maria Francisca (orgs.) (1992). *Dicionário de termos lingüísticos*. 1 ed. Lisboa: Edições Cosmos.
- MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; HUB FARIA, Isabel (orgs.) (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- OLIVIERI, Antonio Carlos; VILLA, Marco Antonio (orgs.) (1999). *Cronistas do Descobrimento*. São Paulo: Ática.
- PEREIRA, Sílvio Batista (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

- RIO-TORTO, Graça Maria (1998). *Morfologia derivacional: teoria e aplicação do português*. Portugal: Porto Editora.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis (1999). *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SANDMANN, Antônio José (1999). *Morfologia geral*. São Paulo: Ática.
- TEYSSIER, Paul (2001). *História da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- VIARO, Mário Eduardo Viaro (2004). *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (orgs.) (2004). *Morfossintaxe e ensino de português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: Faculdade das Letras/UFRJ.





## O QUE ESCREVEM SOBRE OS PRENOMES DE BRASILEIROS: leituras de José Pedro Machado

Aurelina Ariadne Domingues Almeida  
(Universidade Federal da Bahia)

Teresinha, [...] Dimin. de *Teresa* [...] Tenho notícia de no Brasil se usar *Teresinha* como apel.  
O conjunto *Teresinha de Fátima* no D. N. de 18-V-1980, p. 30 (MACHADO, 2003).

### PARA INICIAR

A epígrafe selecionada para principiar este trabalho foi extraída de um dicionário de onomástica (MACHADO, 2003), no qual são identificadas observações acerca do léxico antropônimo do português do Brasil. Essa epígrafe foi escolhida não só porque reflete o trabalho do pesquisador de documentar esse léxico, mas, em especial, porque versa a respeito do prenome *Teresinha*. Afinal, os comentários do pesquisador nos fazem lembrar que, além do composto *Teresinha de Fátima*, mencionado por ele, se utiliza, no léxico do português, o conjunto antropônimo *Teresinha Maria*. Aliás, esse é o nome da professora que inspirou a existência deste livro, no qual publicamos o texto ora iniciado. Enfim, com essas linhas introdutórias, buscamos informar para o nosso leitor que o texto, em sequência, é uma homenagem a Therezinha Maria Mello Barreto e tem o objetivo de analisar, sob uma perspectiva metalexigráfica, os prenomes de brasileiros constantes do mencionado dicionário.

### O DICIONÁRIO

Em 1981, foi publicada, em Portugal, a primeira edição do *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*,<sup>1</sup> do Prof. José Pedro Machado. Em 1986, saiu a 2ª edição da obra (LOURES, 2008) e, em 2003, chegou às mãos do público, dois anos antes do falecimento de seu organizador, a 3ª edição,<sup>2</sup> disposta em

1 Doravante DOELP.

2 Os resultados aqui apresentados são alcançados a partir do exame dessa última edição do DOELP.



1.503 páginas, distribuídas em 3 volumes, compreendendo o 1º volume nomes próprios iniciados com as letras de A a D (p. 19-525), o 2º de E a M (p. 543-1036) e o 3º de N a Z (p. 1055-1503).

Por ser um dicionário de nomes próprios, a obra não inclui apenas antropônimos, mas também topônimos, mitônimos, astrônimos, entre outros elementos do léxico onomástico.<sup>3</sup> Trata-se de um estudo singular, uma vez que poucos são os dicionários desse tipo, em língua portuguesa, projetados e confeccionados por sujeitos dedicados aos estudos lexicográficos; no caso de Machado, lexicógrafo, e, por formação, filólogo e pedagogo (BLANCO, 2006; LOURES, 2008).

## BRASIL E BRASILEIROS: REFLEXÕES DE MACHADO<sup>4</sup>

Em muitos verbetes do dicionário cujos lemas são antropônimos, há – como já informamos – referências a usos brasileiros. Com a leitura dos artigos concernentes especificamente aos prenomes, constatamos que, em 550 verbetes, há alguma menção aos usos dessas unidades lexicais no espaço do português do Brasil. Daí nos indagarmos como foram coletados, registrados e interpretados esses usos antroponímicos por Machado.

No dicionário, uma obra feita por um português e editada em Portugal, o Brasil é compreendido como o exótico, em sentido etimológico, ou seja, o de fora. No verbete *Jacinto*, por exemplo, quando é aventada uma hipótese que justificaria a difusão desse prenome, é marcada uma existência dual: a do “nós” – os portugueses – e a do “eles” – os brasileiros –; separados, ainda que ali juntos, pela maior propagação do referido prenome:

**Jacinto<sup>2</sup>, m., [...]** Entre nós e no Brasil aumentou a sua popularidade com personagem central do romance *A Cidade e as Serras* (1901) de Eça de Queirós; a prova está em chamar-se *Jacinto de Tormes* um jornalista bras. (ver. *Manchete* de 21-II-1976, p. 27)

3 Aqui, enfocamos, exclusivamente, os antropônimos, mais especificamente, os prenomes por serem o nosso objeto de estudo no âmbito do projeto de pesquisa *Todos os nomes: análise sócio-histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana* – coordenado pelas professoras Aurelina Ariadne Domingues Almeida, Juliana Soledade Barbosa Coelho e Tânia Conceição Freire Lobo, desde o ano de 2007. Esse projeto vincula-se ao *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR) e ao *Projeto para a história do português brasileiro* (PHPB).

4 Machado casou-se com Elza Fernandes Paxeco, brasileira, nascida no Maranhão; foi membro da *Sociedade Euclides da Cunha* (Paraná), do *Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, da *Academia Brasileira de Filologia*, do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (BLANCO, 2006). Além do mais, fez parte da delegação oficial do *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Salvador, Bahia, Brasil. (LOURES, 2008). Como podemos constatar, Machado estabeleceu, em sua vida, algumas relações com o Brasil.

Nesse caso, a obra do escritor lusitano Eça de Queiroz influencia a antroponímia do outro, de modo que o item lexical *Jacinto* estabelece um pequeno elo entre o português de Portugal e o do Brasil.

Já no verbete *Cosme*, há uma alusão ao sincretismo religioso brasileiro, o que, de alguma forma, ratifica diferenças entre o lado de cá e o de lá do Atlântico:

**Cosme<sup>1</sup>, m.**, Do fr. *Cosme* (ant. grafia, hoje *Côme*), nome de baptismo e apel., assim se chamou um santo (festejado a 27-XI), martirizado cerca de 285 com seu irmão Damião, na Cecília, sendo ambos de origem arábica. [...] São figuras importantes nos cultos afro-brasileiros.

Além disso, em vários verbetes, o antropônimo definido é especificado como sendo nome de brasileiro. Assim, marca-se a diferença entre usos antroponímicos das duas variedades do português, sendo necessário explicitar o que é diverso de Portugal, o que pertence ao outro, notadamente, ao Brasil:

**Edsel, m.**, Nome de brasileiro (*Expresso* de 7-II-1976, p. 13). [...]

**Elton, m.**, (*Manchete* de 12-VII-1980, p. 34; nome de brasileiro no *D.N.* de 7-IX-1976). [...].

**Erval<sup>2</sup>, m.**, Nome de brasileiro (*D. N.* de 8-XI-1977, p. 8) [...].

Bem instigante, pensamos, são as afirmações sobre *Dinalmo* que, conforme preleciona Machado (2003 [1986]),<sup>5</sup> seria um prenome do brasileiro:

**Dinalmo, m., do brasileiro** (em *Expresso*, de 7-II-1976, p. 13). Formado arbitrariamente. (Grifo nosso).

Estaria Machado entendendo a variedade do português falada na América como outra língua?<sup>3</sup> O brasileiro? Essa informação talvez não reflita especificamente nenhum posicionamento dele a respeito de sua compreensão acerca dos usos linguísticos de além e de aquém mar. Mas, em face de tantas inovações onomásticas, diante de tantas formações arbitrárias do léxico antroponímico brasileiro por ele apontadas, podemos conjecturar que, em algum momento, tenha questionado o autor a existência de duas línguas diversas:<sup>6</sup> o português e o brasileiro.

Ainda a propósito das dissonâncias entre o léxico onomástico do português de Portugal e do Brasil, podemos interpretar que, em parte, essas divergências foram entendidas por Machado como resultantes de uma adaptação da antroponímia

5 As citações de Machado, no restante deste trabalho, dizem respeito a essa mesma referência.

6 A marcação “de brasileiro”, constante de vários verbetes do DOELP, aproxima-se, de algum modo, da marca “do brasileiro”, inserida no verbete *Dinalmo*. Assim, possivelmente, essas marcas podem revelar uma mesma informação referencial, em relação à existência do brasileiro.

portuguesa à realidade do espaço brasileiro, tanto no que se refere ao ser humano, quanto aos demais elementos da natureza:

**Nhanduí**, *m.*, Nome de um chefe da tribo dos Petiguaras, Brasil (séc. XVI). Do *nhādu*, *í*, “ema pequena” (ver *Nhandu*).

**Ocirema**, *f.*, usado no Brasil. O antr. *m. Américo* lido ao contrário (*Nasc.-II*, s. v.). A terminação *-ema* pode sugerir a denominação de pássaros indígenas no Brasil.

**Oricoz**, *m*, e *apel.* As ligações germânicas parecem-me forçadas e inaceitáveis. (Ver *Nasc.-II*, *ad*, s.v.). De *Orico1*. *Orico* só se usa no Brasil e, como julgo, pode ser mais um exemplo de adaptação pela antroponímica local de elementos da natureza que a envolve: *orico* é nome usual de um roedor espinhoso, também conhecido por *coendu*.

Pelo que nos informa Machado, a ocorrência do prenome *Nhanduí*, no português do Brasil, estaria relacionada à existência de um chefe de um povo autóctone, enquanto *Ocirema* poderia ser uma referência à denominação de pássaros nativos brasileiros e *Orico* seria uma acomodação do léxico antroponímico em face do habitat natural da América.

## BRASIL(EIR/(O)/ISMO) E A PROPOSTA LEXICOGRÁFICA DO DOELP

### A nota prévia

Na *Nota Prévia* do DOELP, o seu organizador tece breves considerações no tocante aos estudos onomásticos desenvolvidos no Brasil. E, logo no início do seu texto, ao assinalar o pioneirismo do tema abordado no seu trabalho, une-se a Antenor Nascentes, a quem chama de mestre brasileiro, para, na sequência, distanciar-se dele, marcando a divergência metodológica existente entre o seu trabalho e o daquele estudioso:

O pioneirismo do assunto destas páginas também cabe a Antenor Nascentes, mas também aqui, como no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, o meu método se afasta do seguido pelo mestre brasileiro: geralmente, em cada artigo apresento hipótese etimológica (às vezes hipóteses), documentação do uso actual do vocábulo estudado em áreas ou em textos da Língua Portuguesa e, sempre que possível, dados cronológicos.

Como a *Nota Prévia* é parcimoniosa, aliás, o que é comum ao gênero, não é possível ao lê-la identificarmos, exatamente, como o seu método distingue-se

do de Antenor Nascentes,<sup>7</sup> embora possamos elucubrar a respeito dessa questão, considerando as assertivas feitas por Machado no fragmento do texto, aqui anteriormente exposto.

Em outro plano, a fim de, provavelmente, justificar equívocos e/ou silenciamentos atinentes aos registros onomásticos no seu dicionário, Machado destaca a carência de estudos portugueses nessa linha, bem como salienta que, nos existentes, os critérios empregados são questionáveis. Ademais, ressalta que a penúria de trabalhos relativos aos chamados nomes próprios não é exclusiva de Portugal, mas se estende a outros espaços onde a língua portuguesa é falada, às terras chamadas, por ele, de novas nações lusófonas. No que diz respeito particularmente ao Brasil, a situação acerca das pesquisas onomásticas, consoante Machado (p. 7), seria um pouco diferente:

Mais consegui sobre o Brasil, porque **muito por lá se tem estudado o seu onomástico**, principalmente a sua toponímia; mas, para quem, como eu, pouco sabe dos seus idiomas nativos, **numerosas são as dúvidas que se levantam, muitas devidas principalmente à referida quantidade (disparidades de doutrinas, desigualdades de critérios de transcrições, etc.)**. Uma palavra também sobre o mistério que paira sobre a origem de alguns antropônimos correntes em terras de Santa Cruz. (grifos nossos).

Nesse excerto, Machado reconhece, ao menos quantitativamente, a importância de pesquisadores brasileiros, no âmbito dos estudos onomásticos. Além disso, ele se mostra como alguém que tem pouco conhecimento a propósito das línguas autóctones do Brasil; esse parco saber justificaria seus possíveis equívocos e/ou silenciamentos acerca do léxico onomástico advindo dessas línguas, nos verbetes do seu DOELP. Entretanto, as suas dúvidas aparecem, sobretudo, por responsabilidade do(s) outro(s), já que, para ele, os trabalhos onomásticos existentes no Brasil são abundantes, apresentam disparidade de doutrinas, desigualdades de critérios de transcrição, assim por diante. Destarte, pelo que entendemos, é gerada, no texto, uma tensão entre o “eu” e o “outro”, que o “eu português” tenta superar evidenciando a diversidade do “outro brasileiro”.

É pertinente, ademais, destacarmos o fato de Machado chamar o Brasil de Terra de Santa Cruz. Afinal, se levarmos em consideração o que nos conta a

---

7 De um modo geral, Nascentes (1952) também apresenta hipóteses etimológicas e documentação para os prenomes definidos em seu dicionário. Assim, apenas um estudo detalhado poderá elucidar em quais aspectos precisamente essas duas obras se diferenciam. As referências a Nascentes, neste estudo, dizem respeito sempre ao seu trabalho de 1952.

história e o próprio Machado,<sup>8</sup> esse último topônimo foi atribuído, ainda no século XVI, ao que passamos a denominar Brasil, no devir do tempo e com certos ajustes territoriais. Portanto, *Terra de Santa Cruz* era o nome próprio usado logo nos primórdios do processo de colonização dessas terras e dos povos que as habitavam, de modo que a escolha desse antigo topônimo por Machado nos faz lembrar a colonização do dito novo mundo pelo velho mundo, conseqüentemente, esse uso nos remete às imagens dos papéis sociais desempenhados por colonizado e colonizador no âmbito sociolinguístico.

Relativamente à terminologia empregada, Machado (p. 9, n. 1) explica, em nota, que usa, como lhe parece natural, “a portuguesa de Portugal”:

Chamo a atenção para a terminologia usada que, como me parece natural, é a portuguesa de Portugal. Por exemplo, entre nós, *sobrenome* é, no conjunto onomástico de identificação de alguém, o segundo nome (que nem sempre existe), geralmente um nome próprio; *apelido* é o indicativo da família, nada tendo com a *alcunha*. [...] Sobre este assunto, convém observar a doutrina e o método de Leite de Vasconcelos na *Antr.*, de resto os correntes entre nós.

Em face da especificação geográfica da variedade do português, a de Portugal, por ele usada no âmbito da terminologia onomástica, cabe nos indagarmos: a quem Machado se reporta nessa nota? Será ao seu leitor brasileiro? Possivelmente.<sup>9</sup>

- 
- 8 No verbete **Santa Cruz** do DOELP, lemos: “[...] Tornou-se particularmente célebre por ser o segundo nome dado às terras brasileiras, mais precisamente: *Terra de Santa Cruz*. O primeiro foi *Terra de Vera Cruz*. Popularmente era a Terra do Brasil, por causa da ilha fantástica desse nome que figurava em cartas medievais ou, talvez, antes, do pau-brasil (mais conhecido por *brasil* apenas), como se verifica mais adiante em texto de *Déc.*; os Italianos chamavam-lhe *do verzino*. A tal respeito vale a pena transcrever a bem elucidativa nota de Rodolfo Garcia à edição (de 1943) dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão: “Da *Ilha de Vera Cruz* datam Pêro Vaz de Caminha e Mestre João, em 1 de Maio de 1500, suas cartas a D. Manuel, documentos iniciais da história do Brasil. O qualificativo pouco durou, logo substituído oficialmente pelo de *Santa* na carta ao rei Fernando de Castela, de 29 de junho de 1501, e no alvará de lembrança, passado a 24 de Janeiro de 1504, em favor de Fernão de Loronha, cavaleiro da casa real, doando-lhe “a nossa ilha de São João, que ora novamente achou e descobriu cincoenta leguas a la mar da nossa terra de *Santa Cruz*”.
- 9 Para contrapor a obra de Nascentes (1952) e a de Machado (2003), consultamos os dois dicionários e averiguamos que aquele usa o termo *sobrenome* para o que Machado denomina *apelido*. Chegamos a tal conclusão ao lermos verbetes de Nascentes (1952), como: 1) “BENEVIDES. **Sobrenome** de origem geográfica [...]”; 2) “RODRIGUES. **Sobrenome**. [...]”. (Grifos nossos). E também os mesmos verbetes de Machado: 1) “**Benevides**, **apel.** (*Tel.*), devido ao esp., aqui com origem toponímica [...]”; 2) “**Rodrigues**, **apel.** (*Tel.*). patronímico de *Rodrigo* [...]” (Grifos nossos). Por outro lado, destacamos que Nascentes parece usar o termo *alcunha* para o que, no Brasil, popularmente, se chama *apelido*: “ARANHA. **Sobrenome, primitivamente alcunha**, de *aranha*, s. com. [...]”. “ARAPONGA. **Sobrenome, primitivamente alcunha**. De *araponga*, s. com.”. (Grifos nossos). Ainda vale assinalarmos que as normas brasileiras acerca do registro civil, lei 6.015, art. 58., prescrevem: “o **prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios**. (Redação dada pela Lei

Também sobre a questão terminológica, lembramos os comentários de Carvalinhos (2007) a respeito da complexidade, no âmbito das definições dadas para nome próprio de pessoa e do entendimento de suas categorias, bem como lembramos as suas considerações a propósito das interpretações existentes acerca do que se entende por sobrenome e por apelido. Em especial, recobramos a sua observação sobre o fato de “o próprio Leite de Vasconcelos afirma[r] que essa confusão terminológica já acontecia em Portugal desde há muito tempo [...]”. Ainda Carvalinhos, em nota, destaca que Leite de Vasconcelos “menciona as várias definições e confusões terminológicas entre definições propostas por vários tratadistas, assim como diferentes significações para o mesmo conceito em várias partes do país” (CARVALINHOS, 2007, p.6). Todavia, o texto de Machado não nos revelou a pluralidade desse espaço terminológico, ainda que ele nos remeta a Leite de Vasconcelos.

Finalmente, a propósito da *Nota Prévia* do DOELP, chamam a nossa atenção as últimas palavras de Machado, quando ele afirma: “a revisão, a correção e, sobretudo, a sistematização do que está nestas páginas (que eu não posso fazer, pelo menos agora) talvez possam um dia concorrer para esclarecer alguns pontos da história do Povo Português, novo Adão de Novos Mundos” (p. 9). Essa passagem favorece que vislumbremos, pelo menos do nosso ponto de vista, uma motivação especial para a inclusão, com tantas riquezas de detalhes, do léxico onomástico da variedade brasileira da língua portuguesa em um dicionário feito em terras do oeste ibérico; marcam-se as semelhanças e, do mesmo modo, as diferenças, evidenciando as relações de parentesco entre pais e filhos, pois se consideramos que o sêmen português, “Adão de Novos Mundos”, fecundou as terras férteis desse dito novo mundo, os seus filhos podem demonstrar a grandiosidade do pai reprodutor, que lhes deixou, como legado, a língua. Essa imagem, por outro lado, nos remete às errâncias do pai. Afinal, o mito de Adão, ainda, é lido como o do homem banido do Éden, expulso do paraíso, condenado ao trabalho dolorido e penoso.<sup>10</sup>

---

nº 9.708, de 1998)” (Grifos nossos). Nesse caso, fica explícito que, no Brasil, mesmo no plano do legislativo, entende-se *apelido* por *alcunha*. Cf. Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015.htm). Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

10 Relembramos, a seguir, *ipsis verbis* a passagem da Gênese que explicita o castigo dado a Adão por Deus: [...] 17 E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias de tua vida./18 Espinhos, e cardos também, te produzirá; e comerás a erva do campo./19 No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás.[...] 23 O SENHOR Deus, pois, o lançou fora do jardim do Éden, para lavrar a terra de que fora tomado. (GÊNESIS 2: 17-19; 23).

## A NOMENCLATURA DO DOELP E OS PRENOMES DO BRASIL

### Da seleção dos itens antroponímicos

A maioria dos prenomes, indicados como usos brasileiros, é formada na própria língua portuguesa (112)<sup>11</sup>, seguida daqueles oriundos do latim (49), depois daqueles provenientes de línguas indígenas (47), dos advindos do grego (34), do francês (30), do inglês (22), do árabe (16), do germânico (13), do italiano (8), do alemão (7), do hebraico (7), das línguas africanas (3), do espanhol (3), do persa (2), finalmente, do céltico (1), do holandês (1) e do russo (1). Também foram identificados prenomes com etimologia duvidosa (115), controversa (2), obscura (8) e até mesmo sem indicação de origem (69).

### Fontes para a colheita de prenomes do português do Brasil

Machado (p. 8) assegura que o seu dicionário assenta nas contribuições das seguintes fontes: 1) *Onomástico Medieval Português (Onom.)*; 2) *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular (A. Costa)*; 3) *Vocabulário da Língua Portuguesa (Voc.)*; 4) Tomo II (nomes próprios) do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Nasc.-II)*; 5) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (G. Enc e G. Enc.-Bras.)* e 6) *Lista dos telefones de Lisboa de 1973-1974 (Tel.)*, além de outros trabalhos da mesma especialidade, de jornais e de revistas.

#### *Nascentes: uma fonte para Machado*

Sobre as fontes, antes citadas, que expressam parte da heterogeneidade discursiva do texto de Machado, vamos tecer, exclusivamente, algumas considerações acerca do 2º Tomo do dicionário organizado por Nascentes, quer pelo destaque que lhe foi atribuído pelo próprio Machado, quer, logicamente, pela sua importância no cenário dos estudos onomásticos<sup>12</sup>.

Em princípio, relativamente ao trabalho de Nascentes, Machado assevera: “além do referido pioneirismo, elucidou numerosos dados sobre problemas de

11 Os números entre parênteses indicam o número de ocorrências dos prenomes de acordo com cada origem indicada.

12 Além das obras citadas na *Nota Prévia*, outras, não mencionadas nessa parte do dicionário, foram utilizadas por Machado e algumas se sobressaem por se acharem diretamente relacionadas à antroponímia brasileira, quais sejam: 1) Lista de nomes na p. 9 do nº de 2-VII-1971, do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (*J. Com*); 2) *Vocabulário Ortográfico de Nomes Próprios (Torres-Jota)* de Arthur de Almeida Torres e de Zélio dos Santos Jota, Rio de Janeiro, 1961 e 3) o estudo intitulado *Nomes de Batismo Canônicos e Profanos. Léxico Onomástico (Vald.)*, do Padre Valdomiro Pires Martins, Petrópolis, 1961.

onomástica brasileira [...]” (p. 9). Nesse sentido, cabe observarmos que a referida obra enfoca a onomástica em língua portuguesa, logo poderia esclarecer outras questões para além daquelas atreladas ao espaço linguístico do Brasil. Estaria essa afirmação de Machado relacionada à indicação do lugar enunciativo cabível para um brasileiro?

Sobre o dicionário de Nascentes, Machado, ainda, pondera: “enjeitei vários dos seus artigos, não só por se ocuparem de nomes fora das áreas da Língua Portuguesa, mas também porque, segundo me parece, nela quase não são conhecidos, sobretudo por isto” (p. 9). A questão da alteridade volta a se fazer pujante nesse excerto. E em face dessa assertiva, entendemos ser pertinente ler o que Nascentes (1952, p. IX), em sua obra, nos informou a esse respeito: “incluí nomes estrangeiros, principalmente, na toponímia. Na verdade, ficam um tanto deslocados num Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, mas tive de atender às exigências da cultura brasileira”. Ao refletirmos sobre essa passagem, nos parece importante recordar que, na recente história do Brasil, culturas linguísticas e não linguísticas entrecruzam-se, estabelecendo diálogos que favoreceram uma abertura maior, ainda que não completa, em direção ao mundo do outro. Daí, talvez, Nascentes ter assegurado que inseriu os nomes estrangeiros por ter levado em consideração elementos culturais.

Alguns nomes constantes do Nascentes – como afirmou Machado – foram enjeitados por ele, porque “quase não são conhecidos”. Em relação ao léxico excluído por Machado, temos de ponderar sobre a quem é o desconhecimento:<sup>13</sup> aos falantes de Portugal? Do Brasil? Se desse último, de qual parte? Do Norte? Nordeste? Centro-Oeste? Sudeste? Sul? Afinal, em um país de dimensões continentais, a formação onomástica antroponímica será diversa não só em relação a Portugal,<sup>14</sup> mas também ao próprio Brasil, o que pode ser explicado, em parte, devido aos contatos linguísticos experienciados no devir da história do português brasileiro; inclusive, essas diferenças revelam-se, de forma notável, no tocante aos chamados sobrenomes ou apelidos, que, do Nordeste para o Sul, apresentarão algumas divergências marcantes. Como sabemos, a região sul do Brasil, além de imigrantes da área românica, recebeu um contingente maior de homens, de mulheres e de crianças de várias outras partes do mundo, como aqueles oriundos da

13 Apenas uma análise das duas obras poderá revelar quais nomes registrados no Nascentes não aparecem no Machado, para então tentarmos desvendar se, de fato, fazem ou não parte do léxico onomástico brasileiro.

14 No tocante à diversidade do léxico antroponímico do português do Brasil e de Portugal, é enriquecedora a leitura do texto *A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro*, de Castro (2004), uma vez que trata de certos pontos basilares relativos aos usos antroponímicos nessas duas variedades do português.



Alemanha, do Japão, da Polônia, da Ucrânia, diferentemente da região Nordeste, da Bahia, por exemplo, que teve uma imigração preponderante de galegos e de portugueses. Devido a tais contatos e a outras variáveis, os sobrenomes/apelidos dessas áreas poderão apresentar dissonâncias salientes. Com o devir dos tempos e, em especial, com o fenômeno da migração, que ocorreu e ainda ocorre no Brasil, essas diferenciações, obviamente, acabaram sendo atenuadas.

Para além dessas considerações preliminares que explicitam algo sobre a nossa compreensão acerca de Machado leitor de Nascentes, procuraremos apresentar algumas passagens da obra de Machado que demonstram como ele constroi o seu texto retomando frequentemente a voz daquele outro estudioso:

**Aimbiré**, *m.*, **Segundo Nasc.-II**, “do tupi *ambe're'*, *lagartixa*”. No *voc.*  
**Alambari**, *m.*, “Do tupi *ara'ber-i*, literalmente, a baratinha, nome do peixinho lambari...” (**Nasc.-II**, *s.v.*). (grifos nossos).

Machado – como demonstram os verbetes antes apresentados – recorre, de forma sistemática, ao argumento de autoridade, tão característico dos gêneros acadêmicos, o que faz, provavelmente, com a finalidade de demonstrar o seu conhecimento a respeito do assunto, de obras precedentes a sua, em especial, do trabalho de Nascentes, e também de outros pesquisadores. Essa retomada dá confiabilidade aos seus verbetes. Afinal, os estudiosos citados são, digamos, os seus fiadores, uma vez que foram comprometidos, de alguma forma, com os pontos de vista expostos, por ele, no seu DOELP.

A retomada de Nascentes por Machado, inclusive, não se limita ao Tomo II do seu Dicionário, de sorte que são mencionados, da mesma forma, verbetes constantes do seu *Aditamento*,<sup>15</sup> a exemplo de:

**Assento de Pássaro**, *m.* **Segundo Nasc.-II**, “nome de um principal do Nordeste [do Brasil]. Tradução do tupi *Guaraguinguira*. V. Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Bras.*, 220, 386”.

**Porquinho**<sup>2</sup>, *m.* **Nasc.-II**, *ad.*: “Nome de um principal gentio do rio S. Francisco, no séc. XVI (Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Bras.*, 219 e *passim*). Tradução do tupi *taiasu'peba*, porquinho do mato, gen. *Dicotyles* (*T. S[sampaio]*. 322)”.

Especificamente em relação aos verbetes aqui aduzidos, chamam a nossa atenção os seus respectivos registros, no DOELP, dado que são pronomes distantes do uso comum brasileiro moderno, pelo menos na região nordeste do Brasil.

15 O *Aditamento* do Nascentes (1952) encontra-se entre as páginas 332 e 389 do Tomo II do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*; apresenta bibliografia e oferece verbetes para nomes próprios iniciados com as letras de *a* a *z*.

Provavelmente, por ser o Dicionário de Nascentes uma autoridade, no tocante aos estudos onomásticos do léxico antroponímico do português americano, Machado recupere daquele dicionário certos prenomes pouco usuais no Brasil e retirados de fontes bem antigas, como a obra do Frei Vicente do Salvador,<sup>16</sup> nascido na Bahia do século XVI, e considerado, por alguns, o pai da história brasileira.

No que concerne particularmente ao verbete *Assento de Pássaro*, destaca-se a interpolação de Machado no texto de Nascentes, ao empregar colchetes para indicar o espaço sobre o qual se refere o texto, no caso, o nordeste brasileiro (“nome de um principal do Nordeste [do Brasil] [...]”).

O Tomo II do dicionário de Nascentes, além de ser uma fonte direta, é também indireta, uma vez que Machado retoma as próprias fontes consultadas pelo estudioso brasileiro:

**Abarebebê** [...] Do tupi *aba're we'we*, “padre que voa”, isto é “ligeiro, infatigável” (*Nasc.-II*, baseado em *T. Sampaio*).

**Abauçanga**, *m.* Nome de chefe tamoio da região de Macaé (séc. XVI). Do tupi “*aba-oçanga*, os cabelos desgrenhados ou soltos”; segundo *Nasc.II* (s.v.), para Baptista Caetano (*Vocabulário das palavras guaranis...*, p. 15) significa “cabelo da cabeça”. Em *Torres-Jota*.

A postura de Machado não é sempre de retomada do trabalho de Nascentes. Em alguns casos, ele o questiona ou mesmo rompe com as hipóteses elaboradas ou mencionadas pelo pesquisador brasileiro:

**Zuleica**, *f.*, As hipóteses recolhidas por *Nasc.-II* parecem-me pouco convincentes. O nome tem aspecto de dimin. arábico. Poderá sê-lo de *zulaiqâ* “pêssego”. A escritora bras. contemporânea *Zuleica Lintz*.

Ele, também, questiona ponderações feitas pelo seu predecessor:

**Jupira**, *f.*, No Brasil (*Nasc.-II*, s.v.). *T. Sampaio* (p. 240) tira do tupi *y-upyra* “aquele que foi comido, o devorado”, hipótese que mereceu esta discutível observação de *Nasc.-II*: “étimo aliás pouco apropriado. Se foi devorada, como existe?”.

Se, por um lado, ele não nos informa, explicitamente, o motivo pelo qual considera discutível a observação de Nascentes, por outro, podemos conjecturar que o seu estranhamento possa ter sido motivado pelo fato de a existência do ser devorado não se ligar obviamente à existência do prenome.

---

<sup>16</sup> Apesar de ter sido escrita no século XVII, a obra *História do Brasil*, do frei Vicente do Salvador, só foi publicada, em sua íntegra, no século XIX.

Como evidenciam os verbetes, Machado estabelece constantemente uma ponte entre o seu estudo e o de Nascentes, seja citando passagens, seja reelaborando ou, ainda, tomando partido em favor de alguma hipótese:

**Petrolina**<sup>2</sup>, *f.*, no Brasil, em *Nasc.-II, ad.*, s.v., a quem “parece um derivado de *Petrus*, Pedro em lat., se não forma metatética de *Petro-nila* (q. v.)”. Vou pela primeira hipótese, se não se trata de *Petrolina*<sup>1</sup>, por ter nascido numa das cidades com este nome a pessoa a quem deram este nome.

Além disso, ele remete os seus consulentes, em alguns casos, ao Nascentes, quando este apresenta outros caminhos interpretativos:

**Adrualdo**, *m.*, Origem germânica? Outras hipóteses em *Nasc.-II*, que escreve *Adroaldo*: ver também (*G. Enc.-Bras.*, I, p.585. Sei que se usa no Brasil. No voc.

Enfim, é bastante significativa a recuperação da voz do Nascentes pelo Machado, que funciona como memória discursiva deste último. A leitura – e, em sua decorrência, a crítica, a aceitação, a reformulação do trabalho de Nascentes – é feita, de modo intenso, por Machado ao longo de todo o seu DOELP. Afinal, como enfatiza Nunes (2006, p. 24): “podemos considerar o dicionário como um espaço de memória discursiva. A elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura etc.”.

### *Além do Nascentes: outras fontes da modalidade escrita*

#### Fontes do domínio discursivo jornalístico

Além do Tomo II do Nascentes, destacam-se outras fontes da modalidade escrita. Assim, certos prenomes são coletados em diversos suportes, como jornais e revistas, o que Machado (p. 8) já assinala, na sua *Nota Prévia*, ainda que ali não nos informe os nomes desses jornais e revistas. Essas fontes são bem relevantes, uma vez que se acham localizadas no tempo e no espaço.

No que concerne às revistas brasileiras, identificamos menções à *Manchete*, à *Cultura*, à *Revista da Faculdade de Filosofia da Baía* e à *Cruzeiro*; publicadas, de um modo geral, entre os anos 1970 e primórdios dos 80:<sup>17</sup>

**Allan Kardeck**, *m.* [...] No Brasil usa-se este antr. (ver *Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade da Baía*, I, 1952, p. 255).

**Helvécio**, *m* (*G. Enc.-Bras.*, III, p. 58; na revista bras. *Manchete* de 14-II-1976, p. 122). [...].

17 Exceção à *Revista da Faculdade de Filosofia da Baía*, de 1952.

**Irinaldo**, *m.*, (*Cultura*, revista do M.E.C. do Brasil, I, 2, p. 85). [...]  
**Sálvio**, *m.*, [...] Tem certo uso no Brasil [...] *Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 12.

Por ser citada diversas vezes, a *Manchete* destaca-se se comparada às demais publicações, de sorte que há referências a várias edições dessa revista, como a de 1974 (*Samir*), 1976 (*Caio, Moema, Georgina*), 1978 (*Márcio, Joelmir, Juarez*), 1980 (*Adevaldo, Sertório, Ubiratã*) e 1981 (*Jaci, Oneida, Sidney*). Essas indicações de datas são úteis por nos favorecerem uma primeira visão de prenomes utilizados no Brasil, em um período que recobre, mais ou menos, uma década.

Ainda sobre a recolha de elementos onomásticos em revistas brasileiras, destacamos a expressão da incerteza do pesquisador a respeito do levantamento de um dado antropônimo em certa publicação. Essa revelação nos leva a conhecer algo sobre a concepção, sobre o modo de elaboração do seu dicionário, demonstrando a sua opção pelo registro de um prenome, apesar da sua dúvida relativamente à fonte que o documenta:

**Albo**, *m.*, raro. Adaptação moderna do lat. *albu-*, “branco”. Creio que colhi a nota deste antr. em revista bras.

Além de revistas, há citações a jornais, como o *Jornal do Brasil*, *O Corsário*, *O Estado do Maranhão* e *O Globo*:

**Apulcro**, *m.*, *Apulcro* de Castro, director do jornal *O Corsário* do Rio de Janeiro, em 1883 (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 407). [...].

**Argus**, *m.*, Nome do general bras. *Argus* de Lima (*O Estado do Maranhão* de 27-X-1978, p. 2). [...].

**Rosângela**, *f.* (*O Globo* do Rio de Janeiro de 9-VII-1980, p. 13). [...].

**Solimões**<sup>2</sup>, *m.*, (*Jornal do Brasil* de 27-III-1975, p. 22). [...].

Também, a lista de nomes constante da p. 9 do nffl de 2-VII-1971, do *Jornal do Comércio*, publicado no Rio de Janeiro, é mencionada diversas vezes; inclusive, para esse jornal, mais especificamente para essa lista, o estudioso adota um procedimento que se diferencia em relação às demais fontes jornalísticas, criando uma sigla (*J.Com*), para citá-la:

**Elsuíla**, *f.*, *Bras. (J. Com.)*. Formado a partir de *Elsa*?

**Emilce**, *f.*, *Bras. (J. Com.)*. Composto com os nomes *Emílio*, ou *Emília*, e *Alice*?

**Erotildes**, *m.*, usado no Brasil (*J. Com.*). Deve estar relacionado com *Erotides*.

**Euflanor**, *m.*, *Bras. (J. Com.)*. Var. de *Eufranor*?

Os jornais, geralmente, acham-se datados do mesmo lapso de tempo das revistas, ou seja, entre os anos 70 e o início dos 80,<sup>18</sup> de modo a expressar o labor do investigador, lendo variados textos, publicados em diversos suportes, a fim de recolher prenomes do Brasil, em textos compreendendo, aproximadamente, uma década.

Ainda acerca das citações de jornais e de revistas brasileiros e portugueses, há um verbete que se sobressai, ao ser cotejado aos outros:

**Agnelo**, *m.*, [...] conheço-o em algumas pessoas e possuo recortes de jornais, port. e bras., em que ele ocorre.

Com esse verbete, mais uma vez, podemos constatar que Machado opta por registrar um determinado prenome, ainda que ele não possa ou, até mesmo, não deseje citar a fonte da qual ele o extraiu.

#### Fontes do domínio discursivo acadêmico

Ele também cita um livro de história de Carlos Maul, brasileiro, nascido no Estado do Rio de Janeiro no final do século XIX, com a finalidade de tratar de prenomes usados no Brasil; esse livro destaca-se, inclusive, por ser a fonte dos raros prenomes de escravas definidos no DOELP:

**Firmina** [...] Em 1862 era nome de escrava; ver. Carlos Maul, *A Marquesa de Santos*, p. 212.

**Maurícia**<sup>1</sup>, *fem.*, de *Maurício* (q.v.). Como nome de escrava no Brasil em 1862 (Carlos Maul, *A Marquesa de Santos*, p. 212).

A ínfima alusão a prenomes de escravos nos faz rememorar o processo de expropriação dos nomes dos seres humanos arrancados de suas terras natais no devir da escravidão no Brasil e, sobretudo, essa referência mínima nos conduz a uma reflexão acerca da renomeação dos nascidos na África. Afinal, se, de um lado, *Firmina* e *Maurícia* são atribuídos, no DOELP, a escravas, por outro, esses prenomes não são oriundos de línguas africanas, visto que – consoante Nascentes (1952) – são formados a partir de seus respectivos masculinos que, por seu turno, possuem étimo latino.

#### Fontes do domínio discursivo literário

Textos do domínio discursivo literário brasileiro foram, da mesma forma, usados para que Machado procedesse ao levantamento de antropônimos do português do Brasil; autores conhecidos e reconhecidos da literatura brasileira, ainda que sejam poucos, são citados em diferentes verbetes; são aludidos poetas e/ou

18 Há exceção, por exemplo, ao jornal carioca *O Corsário*, datado de 1883 (verbetes: *Apulcro*).

prosadores, desde o período seiscentista até o novecentista, cobrindo, assim, a maior parte do percurso histórico de vida do país. As obras literárias mencionadas, direta ou indiretamente, são da lavra de autores como Gregório de Mattos e Jorge Amado, apenas para nos recordarmos dos literatos baianos.

As referências a escritores e a poetas ocorrem indireta ou diretamente; como exemplo do primeiro caso, as obras de Gregório de Matos são mencionadas através de uma recuperação do texto de Nascentes:

**Cão**<sup>1</sup>, *m.*, Filho de Noé [...]. *Nasc.-II*, s.v., que dá a forma *Cão*<sup>1</sup> ocorrente em Gregório de Matos (*Obras*, VI, 184).<sup>19</sup>

**Jafeth**, *m.*, [...] No Brasil usa-se *Jafé* e, segundo *Nasc.-II*, s.v., já assim teria escrito Gregório de Matos (1633-1696), VI, p. 184.

Encontramos, também, retomadas significativas do trabalho de Jorge Amado:

**Haddad**, *m.* Em Jorge Amado, *Mar Morto*, p. 235, 2<sup>ff</sup> ed. Do ár. *haddad*, “ferreiro”. Escrito *Hadade* na *Manchete* de 22-III-1980, p. 115.

**Ildázio**, *m.*, (em Jorge Amado, *Tenda dos Milagres*, p. 64). Formação arbitrária a partir de *Ildo*, masc. de *Ilda*?

### *Fontes da modalidade oral*

O DOELP é inovador no que concerne ao trabalho de recolha de prenomes, dado que considera, além da escrita, a modalidade oral. No entanto, nesse caso, não tomamos, de um modo geral, conhecimento dos suportes, dos gêneros e dos veículos consultados.

A audição dos prenomes pode ser feita pelo próprio organizador do dicionário, o que fica explícito pelo uso da *iffi* pessoa do verbo *ouvir*, utilizado nos textos definitórios do seu DOELP:

**Acrígio**, *m.* Creio que o ouvi aplicado a cidadão bras. Está por Acrísio?.

**Átalo**, *m.*, Ouvi este nome no Brasil. Masc. De Átala (q.v.).

**Aucíndio**, *m.*, (*Tel.*, s.v. *Almeida*; *Tel.* do Porto, 1977-1978, s.v. *Silva*). No Brasil, ouvi o f., *Aucíndia*, Alteração de *Alcindo*? Formação arbitrária a partir de outro(s) nome(s)?

Outros verbetes também não dão informes atinentes ao gênero e/ou ao suporte. Todavia, diferenciam-se dos anteriores, uma vez que, agora, quem ouve os brasileirismos já não é Machado, mas um outro não revelado; trata-se de um “eu indeterminado”, explicitado pelo uso do participio do verbo *ouvir*:

**Arilda**, *f.*, ouvido no Brasil. Formado arbitrariamente? De *Artur* e *Ilda*?

---

19 A referência ao prenome *Cão*, na obra de Gregório de Mattos, encontra-se no verbete *Cam*.

**Arnilda, f.**, ouvido no Brasil. Parece nome de formação arbitrária.

**Artúlio, m.**, Ouvido no Brasil. Cruzamento de *Artur e Túlio*?

Por meio desses artigos, não obtemos informações a respeito de quem escutou os prenomes, nem conseguimos saber exatamente quando e onde se deram as audições; dados relevantes, caso visássemos à reflexão concernente à variação diatópica e à diacrônica do léxico antroponímico do português.

### *Uma fonte intermodal: a novela*<sup>20</sup>

A utilização de novelas para realizar o levantamento de elementos antroponímicos caracteriza-se, também, por ser metodologicamente inovadora:

**Ivanilton, m.**, (nome de um dos técnicos da telenovela bras. *O Casarão*) [...].

**Lilian, f.**, usado no Brasil (nome de personagem da telenovela brasileira *O Astro*). [...].

**Malvina, f.**, [...]. Teve entre nós alguma popularidade (por volta de 1978), por ser o de uma das personagens do romance *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado, adaptado com certa liberdade, em telenovela, transmitida pela R.T.P. durante ao ano de 1977 [...].

**Rosenberg, m.**, de técnico da telenovela bras. *Dona Xepa* [...].

As novelas *Gabriela, D. Xepa, O Casarão* e *O Astro*, exibidas na década de 70, são referenciadas em diversos verbetes. E, além dos prenomes, antes citados, outros foram recolhidos dessas obras televisivas, a exemplo de *Alan* e de *Joselina*, personagens d'*O Astro*, de autoria de Janet Clair.

### *Ausência de indicação de fontes: silenciamentos*

Reiteradamente, obliteram-se as fontes consultadas, no DOELP:

**Eloivaldo, m.**, No Brasil. Cruzamento de *Elói e Osvaldo*?

**Vanilda, f.**, usado no Brasil. Formação arbitrária de *Vânia* (q.v.) e *Ilda*?

20 No que concerne ao espaço televisivo, as referências feitas não se limitam a novelas. Entretanto, não temos como alcançar maiores informações acerca dos gêneros desse espaço; por exemplo, no verbete *Nádia*, são dadas pistas sobre a provável recolha de nomes próprios em fonte intermodal: "**Nádia, f.**, (ouvido na R. T. P. de 16-III-1980, pelas 20 horas; *Nádea* no D. N. de 22-V-1979, p. 21). [...]". Nesse artigo, há uma referência à empresa estatal *Rádio, Televisão de Portugal* (R.T.P.), além da indicação do dia, do mês, do ano e do horário da audição do prenome. Por ser um antropônimo retirado de uma programação televisiva, possivelmente é oriundo de uma fonte intermodal. Mas não temos como saber se esse elemento onomástico foi extraído de uma reportagem, de uma notícia, de uma entrevista ou de outro gênero qualquer. Em face desses silenciamentos, consideramos, neste estudo, apenas a novela, uma vez que aparecem citadas de forma inequívoca.

No caso de *Mardoqueu*, podemos saber exatamente o motivo pelo qual Machado não cita a referência:

**Mardoqueu**, *m.*, Do lat. *Mardochoaeu*-, nome do Antigo Testamento de um tio de Ester (ver *Ester*, II, 5, 7, 10, 15, 19, 21, 22; III, 2, 5, 6, etc.). Este nome usa-se no Brasil e já o vi escrito (mas perdi a indicação) [...]

Esse antropônimo – embora seja bíblico e, por conseguinte, antigo – é utilizado, no espaço linguístico do português do Brasil, mas a referência à fonte não pode ser concretizada, pois, segundo Machado, foi perdida.

## VERBETES

### Informações sobre usos

Machado, para exemplificar alguns usos onomásticos, recupera, frequentemente, antropônimos de personalidades brasileiras que atuaram em variadas áreas da sociedade. Do espaço acadêmico, registra, por exemplo:

**Zilá** [...] a investigadora bras. *Zila* Mamede, autora de estudo sobre *Luís da Câmara Cascudo* (1970) [...].

Da literatura:

**Graciliano** [...] Lembro o escritor bras. contemporâneo *Graciliano* Ramos [...]

**Vinício** [...] *Vinicius* (o poeta bras. *Vinicius* de Moraes) [...].

Da música:

**Nara**, f. Há uma cantora bras. chamada *Nara* Leão. [...].

Das artes cênicas:

**Derci**, f., usado no Brasil (lembro a célebre atriz *Dercy* Gonçalves) [...].

Da cinematografia:

**Gláuber**, m. usado no Brasil (o realizador cinematográfico *Glauber* Rocha) [...].

Da música:

**Dorival**, m. Nome de célebre compositor da música bras: *Dorival Caymmi*; [...].



Dos esportes:

**Emerson**, m. Bras. (*J. Com.*;o célebre automobilista *Emerson Fittipaldi*) [...].

Da política:

**Getúlio**<sup>1</sup> [...]. Nome de *Getúlio* Vargas, presidente da República do Brasil.

**Kubitschek**<sup>2</sup>, m., em Beja. Homenagem a Juscelino *Kubitschek*<sup>3</sup> de Oliveira.

Da Igreja Católica:

**Hélder** [...] li há tempos, que foi esse top. que deu origem ao nome do prelado bras. Dom *Hélder* da Câmara.

Uma determinada personalidade brasileira pode ser citada, inclusive, em um artigo diferente daquele reservado à definição de seu prenome de batismo, de modo que pode aparecer referenciada, por exemplo, em um espaço destinado ao seu pseudônimo, a exemplo do que ocorre com o poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa, mencionado no verbete *Glauceste*:<sup>21</sup>

**Glauceste**, m., Nome arcádico do poeta bras. *Cláudio* Manuel da Costa (1729-1989). Para *Nasc.-II, ad.*, s.v., “parece um derivado de *Glauco*... com influência de *Alceste*”. Deriva de *Cláudio*; cp. *Gloucester*.

O compositor e expoente da música erudita brasileira, Carlos Gomes, por sua vez, é lembrado em *Iberé* e *Ilara*,<sup>22</sup> prenomes de personagens de sua ópera *Lo Schiavo*:

**Iberé**, m., no Brasil (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 31; *id.*, III, p. 118). Nome do protagonista da ópera *Lo Schiavo* de Carlos Gomes (1836-1896)

**Ilara**, f., Usado no Brasil. Segundo *Nasc.II*, s.v., “é o nome de uma personagem da ópera *Lo Schiavo*, de Carlos Gomes [1836-1895]<sup>23</sup>. [...]”.

### *Autores brasileiros e a divulgação de prenomes em Portugal*

A José de Alencar coube, provavelmente, a função de divulgar alguns prenomes, notadamente indígenas:

21 Neste caso, Machado recupera as informações de Nascentes.

22 A referência a Carlos Gomes é feita de modo indireto, visto que ocorre a partir de uma citação do Tomo II do dicionário de Nascentes.

23 Há divergência, em relação à data do óbito de Carlos Gomes, pois, em *Iberé*, aparece ano de 1896, já, em *Ilara*, 1895.

**Aimoré**, *m.*, usado no Brasil (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 587). Deduziu-se do etn. *Aimorés* (q.v.) e divulgou-se talvez por influência do *Guarani* de José de Alencar (particularmente sugestivo o cap. 7<sup>ff</sup> da 1<sup>ff</sup> parte).

Antropônimos de origem latina, da mesma maneira, podem ter sido propagados em função do influxo exercido pela obra de José Alencar, nas sociedades falantes de língua portuguesa, em especial nas comunidades linguísticas brasileiras:

**Diva**, *f.*, (*Tel.*, s.v. *Ourique*). Do lat. *dīva*, “deusa” (ver *Deia*). [...] Este antr. conseguiu certa popularidade sobretudo no Brasil, em resultado da do romance homónimo de José de Alencar (1864). No Voc. Ver. *Divo*.<sup>24</sup>

Adaptações de obras da literatura brasileira para telenovelas, também brasileiras, influenciaram a difusão do léxico antroponímico do português do Brasil no de Portugal, o que aconteceu em decorrência da transmissão dessas obras em terras lusitanas, em particular da telenovela *Gabriela, Cravo e Canela*:

**Jerusa**, *f.*, usado no Brasil, mas agora mais conhecido entre nós, porque assim se chamava uma das principais personagens do romance televisivo *Gabriela*, baseado em *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado. [...]

**Malvina** [...] uma das personagens do romance *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado, adaptado [...] em telenovela [...]. É crível que tenham sido registadas com este nome meninas portuguesas nascidas por volta daquelas datas. [...]

**Nacib**, *m.*, (*G. Enc.-Bras.*, I, p. 39). Do ár. *nācīb*, “que ergue, que eleva”. Este nome teve certa popularidade entre nós graças ao de personagem da telenovela bras. *Gabriela*, adaptação do romance de Jorge Amado *Gabriela, Cravo e Canela*.

A telenovela *O Astro* popularizou, igualmente, usos da antroponímia brasileira em Portugal:

**Márcio**, *m.*, [...]. Era raro, em Portugal ao contrário do seu fem. (ver *Márcia*). Actualmente é nome popularizado pela telenovela brasileira “*O Astro*” (1978-1979). [...]

### *Atestação de prenomes nas variedades brasileira e lusitana*

Alguns elementos antroponímicos são atestados, quer na variedade americana, quer na europeia:

24 Nascentes (1952) já nos informa, em seu *Aditamento*, sobre a popularização desse antropónimo depois do romance de Alencar.

**Atos<sup>2</sup>, m.**, [...] Tem uso no Brasil (o escritor *Atos Damasceno*, nascido em 1902, na *G. Enc.-Bras.*, II, p.505) e em Portugal (*D.N.* de 14-IV-1975, p. 6).

**Elisabetho, m.**, de *Elisabeth*. Tem algum uso em Portugal e no Brasil.

**Remy, m.**, usado no Brasil; em Portugal: [...].

**Zínia, f.**, Vários casos em Portugal e no Brasil.

Outros são documentados exclusivamente no espaço linguístico brasileiro:

**Carmosina, f.**, de que só tenho notícia no Brasil. Der. de *Carmo*.

**Herivelto, m.**, (*Manchete* de 26-VII-1980, p. 50). Formação arbitrária? Só se atesta no Brasil.

**Iúçufe, m.**, registado pelo *Voc.*; usa-se no Brasil mas não em Portugal. [...]

No caso de *Safir*, Machado destaca que esse prenome é habitual para um grupo de imigrantes, de modo a delimitar as fronteiras para a sua utilização:

**Safir, m.**, frequente no Brasil entre oriundos da Ásia Menor. Do ár. *safir*, “enviado, embaixador”?

O verbete *Tarzan* é bem curioso pelo fato de o pesquisador nos assegurar que esse famoso nome do herói de romances, contos, filmes, desenhos, quadrinhos e jogos não é usado nem no Brasil, nem em Portugal:

**Tarzan**, Nome de personagem, muito popular, de romances de aventuras de Edgar Rice Burroughs. Segundo *Nasc.-II, ad.*, s. v. “o romancista tirou o nome da cidade de *Tarzana*, a trinta quilômetros de Hollywood”. Que eu saiba, ninguém usa este *voc.* como *antr.* entre nós e no Brasil.<sup>25</sup>

### *Frequência dos prenomes*

Certos elementos onomásticos, pelo que nos informa o investigador, têm maior frequência no léxico antroponímico do Brasil:

**Compaixão, f.**, quase sempre no conjunto *Maria da Compaixão*, evocação de Nossa Senhora, mais frequente no Brasil.

**Darci, m.**, e *f.*, mais vulgar no Brasil [...].

Outros são indicados como bastante usuais:

---

25 Aqui, nos parece que Machado retoma Nascentes para fazer uma espécie de crítica. Por que aquele inseriu, em seu dicionário, um nome que não é utilizado?

**Ayrton**, *m.*, bastante usual no Brasil; a revista *Manchete* de 7-II-1976 (p. 20) menciona um general assim chamado; pela mesma época havia em Portugal um futebolista dessa nacionalidade com o mesmo nome; ver, no entanto, *Tel.*, s.v. *Cornélio*. [...].

**Elesbão**<sup>1</sup>, *m.*, Com bastante uso no Brasil; *Voc.* Nome de benemérito bras., *Elesbão* de Castro Veloso. [...].

Há outros tidos como muito usados:

**Djalma**, *m.*, muito usado no Brasil [...].

**Jair**, *m.*, Muito usado no Brasil. [...]

Como percebemos, alguns elementos antroponímicos são típicos do espaço linguístico do Brasil.

### *Atualidade de usos antroponímicos nas variedades lusitana e brasileira*

Prenomes antigos e raros

Registram-se, no DOELP, itens lexicais onomásticos criados em épocas pretéritas, mas ainda encontrados no léxico brasileiro:

**Parsifal**, *m.*, Usado no Brasil modernamente; no séc. XIV, como nome de italiano: "... pera Tesoureiro da Moeda huñ mercador que avia nome miçe *Perssiffal*...", *F.L.,J.,I*, cap. 27, p. 55 (ver também cap. 48, p. 99); "E eraõ seus thisoueiros, *Presival* da (moeda) que se fazia em Lisboa...", *id.*, II, cap. 3, p. 11; em 1389: "com *persijual* pracentijm nosso tesoureiro...", em *Desc.*, I, p. 307; *Percival* 1523 (*A. H. P.*, II, p. 113). O *Voc.* regista ainda as var. *Perseval*, *Persival*, *Pessival*. É o nome de um dos heróis dos romances medievais do ciclo arturiano. Do ant. fr. *Perceval* ou *Perseval*, usado no séc. XII por Chrestien de Troyes, que o tirou do galês *Peredur* (*Dauzat, F.*, s. v.) ou, menos provavelmente, do fr. *perce-val* ("atravessa vales") (*Withycombe*, s.v.).

No caso de *Parsifal*, inclusive, não há qualquer referência a usos modernos em Portugal.

Alguns prenomes, embora sejam antigos, ocorrem, atualmente, no acervo onomástico do Brasil e no de Portugal:

**Demóstenes**, *m.*, Do gr. *Dēmosthénēs* ("força do povo"), pelo lat. *Dēmosthēnes*. Em 1534, na *Mofina Mendes* de G.V. (*Copilaçam*, fl. 20 vs.). Este nome tem uso actual, no Brasil (*Antr.*, p. 24) como em Portugal (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 542; *Tel.*, s.v. *Lopes, Meaquita, Sasso, etc.* D.N. de 1-IX-1977, p. 10).

**Plotino, m.**, Do lat. *Plōtīnu-* (transcrito em gr. *Plōtīnos*), por *Plautīnus*, der. de *Plautus* (*Antr.*, p. 530). Tem algum uso modernamente, sobretudo no Brasil, em homenagem ao escritor alexandrino do mesmo nome (205?-270?). Séc. XV: “E pergunta ho grande filosofo *Protino...*”, em *T. Arc.*<sup>4</sup>, p. 64.

Outros elementos antroponímicos antigos, pelo fato de Machado não fazer referência a Portugal, talvez sejam de uso exclusivo do português do Brasil:

**Gloriana, m.**, Personagem da *Faerie Queene* de Edmundo Spenser (1552?-1599); esta “Gloriosa Rainha do País das Fadas” (I, 3) diz-se representar a rainha Isabel I da Inglaterra. Deriva do lat. *Gloria*. Usa-se modernamente no Brasil.

**Radagário, m.**, Do fr. *Radagaire*, de origem germânica, do gótico *rath-s*, “leve, veloz, hábil”, e \**gais*, “lança”. No *Voc.*, como nome de pessoa moderna tenho notícia de um caso bras.

Entre os raros, mas ainda utilizados, nas duas variedades da língua portuguesa, aqui em contraste, listam-se:

**Agrícola, m.**, [...] tal antr. tem hoje uso raro: conheci um caso em Évora e tenho notícia de alguns no Brasil [...].

**Catão<sup>1</sup>, m.**, [...] Embora raro, ocorre hoje como antr.; em Portugal, conheço o caso de *Catão* Simões (1851-1931, na *G. Enc.*, 29ffl, p. 53); no Brasil do Senhor *Catão* Maranhão, em S. Luís do Maranhão [...].

**Esdras, m.**, [...]. Hoje tem uso raro, no Brasil (*J. Com.*), como em Portugal [...].

Outros prenomes, apesar de serem empregados nessas duas variedades, possuem uma maior utilização na brasileira:

**Caio<sup>1</sup>** [...] O nome é raro em Portugal, mas tem uso no Brasil [...]. No Brasil também ouvi o conjunto *Caio* Flamínio.

Especialmente, a respeito do antropônimo *Agnelo*, Machado discorda da informação dada por Nunes, que, por sua vez, acredita que esse nome seria raro em português:

**Agnelo, m.**, (*Tel.*, s.v. *Mendes*; *D. N.* de 21-II-1979, p. 14). É o lat. *agnellus* [...] Ao contrario do que diz Nunes (p. 32), este nome não é raro: conheço-o em algumas pessoas e possuo recortes de jornais, port. e bras., em que ele ocorre. [...]

Há itens lexicais onomásticos que apenas são indicados como raros em Portugal, sendo, talvez, considerados usuais em terras brasileiras:

**Osmar**, *m.*, No Brasil (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 851; *Manchete* de 24-I-1976, p. 20; raro em Portugal (*D. N.* de 13-IV-1980, p. 5). [...] Por vezes cita-se (como no *Voc.*) a var. *Osmaro* que não tem uso em Portugal.

Também, o elemento antroponímico antigo e raro *Moço*<sup>26</sup> só teria, aparentemente, uso no português do Brasil:

**Moço**<sup>4</sup>, *m.*, ant. e raro, mas ainda hoje usado no Brasil. No séc. XV (*Script.*, p. 162). Do s. m. *moço*.

### Nomes modernos

Prenomes modernos, documentados no DOELP, são diversas vezes apontados como tendo sido gerados arbitrariamente:

**Nilton**, *m.*, (*Tel.*, s.v. *Gonçalves*; *G. Enc.-Bras.*, s. v. *Campos*). Nome moderno, muito usado no Brasil. Origem obscura, provavelmente formado por processo arbitrário (ver *Nasc.-II, ad.*, s.v.)

**Nilza**, *f.*, (*Tel.*, s.v. *Reis, Santos*, etc.; *Tel.*, do Porto, 1977-1978, s.v. *Faria, Aurilina...*; *D. N.* de 23-V-1978, p. 22). Nome moderno, muito usado no Brasil. Origem obscura, talvez arbitrária. Há a var. *Nilze*. Cf. *Nelza*.

Conforme preleciona Machado, *Nilton* e *Nilza* são muito usados no Brasil, mas também têm usos em Portugal, como indicam os seus respectivos registros na *Tel.*, ou seja, na lista de telefones de Lisboa entre 1973 e 1974. *Nilza* acha-se atestado, da mesma forma, na lista telefônica do Porto, 1977-1978, evidenciando o seu emprego em diferentes áreas linguísticas do português. Nesses casos, visando à compreensão de como se deu o processo de formação e divulgação desses antropônimos, seria importante elaborar um estudo detalhado de cada prenome.

## Formação do léxico antroponímico

### *Neologia, uso e autores brasileiros*

O papel de criar, além de divulgar itens do léxico antroponímico, é atribuído a letrados brasileiros. O poeta mineiro setecentista Basílio da Gama, por exemplo, é apontado como sendo o criador de um prenome feminino, o que Machado possivelmente concluiu através das informações dadas por Nascentes (1952):

**Lindóia**<sup>1</sup>, *f.*, usado sobretudo no Brasil. Foi criado por José Basílio da Gama (1740-1795) para denominar a heroína do seu poema *O Uruguai*

26 Em uma busca na internet, pelo *Google*, encontramos o antropônimo *Moço* apenas exercendo a função de sobrenome.

(1769); deve tratar-se de der. arbitrária do adj. *linda*. Ver *Nasc.-II*, s.v., e *ad.*, s.v.

Com base também nos informes constantes do Nascentes, Machado imputa ao escritor cearense do período oitocentista José de Alencar a concepção de antropônimos especialmente indígenas:

**Araquém**, *m.*, Segundo *Nasc.-II*, “nome criado por Alencar para o pai de Iracema. O romancista não inventou, porém, nenhuma interpretação tupi para ele”.

**Ubirajara**, *m.*, (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 669), lançado por José Alencar; é nome do principal personagem de seu romance homônimo (1874). Talvez lhe fosse sugerido pelo etn. *Ubirajaras*, índios da Baía (já em Gabriel Soares, *Tratado*, p. 412). Do tupi *uburai'yara* “senhor da vara”, “gente do tacape” (*Nasc.-II*, s.v.).

José de Alencar teria elaborado, até mesmo, uma variante para um elemento antroponímico já existente:

**Caiubi**, *m.*, no Brasil. Segundo *Nasc.-II*, “do tupi *ka'a*, folha, e *uo'bi* azul, anil”. [...] Tem a var. *Caubi*, lançada por um dos romances de José de Alencar.

Além de José de Alencar, Machado de Assis, considerado por muitos de seus leitores um dos maiores expoentes da literatura brasileira, é também visto, através de uma citação de Nascentes, como formador de neologismos onomásticos:

**Capitu**, *f.*, usado no Brasil. Segundo *Nasc.-II*, *ad.*, “hipocorístico de *Capitolina*, criado por Machado de Assis para uma personagem de seu romance *Dom Casmurro* [...]”.

Como José de Alencar e Machado de Assis – representantes da literatura oitocentista brasileira – são responsáveis pela criação de alguns prenomes, julgamos ser pertinente travar aqui um diálogo com Faraco (2008, p. 114-115) acerca do movimento de “abrasileirar” – termo empregado por José de Alencar – a língua; movimento que se pautava, quer no argumento das necessidades expressivas dos artistas, quer no da recepção da literatura pelo povo. José de Alencar, apesar de ter sofrido diversas críticas pela sua posição, digamos, inovadora, apresentava, assim como Machado de Assis, um raciocínio conservador flexível, pois, como nos assegura Faraco (2008, p. 127):

[o] texto de Machado de Assis é o momento de síntese do raciocínio conservador flexível que pode ser resumido no lema “mudanças sim, mas com limites”, sem que se saiba concretamente como estabelecê-los, mas

atribuindo aos escritores a tarefa de fixar a norma por um processo de depuração e aperfeiçoamento da linguagem do povo. A mesma perspectiva de Alencar que, em 1870, dizia que os escritores é que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo” (apud Pinto, 1978: 74). Para os dois, portanto, caberia, digamos assim, ao “bom senso” dos escritores estabelecer os limites entre a boa e a má inovação.

### *Composição, derivação e redução*

Alguns prenomes atestados no Brasil, são, consoante Machado, formados por composição:

**Vanilda**, *f.*, usado no Brasil. Formação arbitrária de *Vânia* (q.v.) e *Ilda*?

Há antropônimos formados, como preleciona Machado, por derivação:

**Antonília**, *f.*, Usado no Brasil. Der. de *Antónia*.

**Brasiliano**, *m.*, De Brasil, com um suf. *-iano*. Há o fem. *Brasiliana*.

Outros elementos onomásticos são criados a partir do processo de redução:

**Nísia**<sup>27</sup>, *m.*, No caso da escritora bras. *Nísia Floresta* (1808-1885) é redução de *Dionísia*.<sup>27</sup>

**Agildo**, *m.*, [...]. O actor bras. Agildo Ribeiro declarou na T.V. que o seu nome é redução de *Atanagildo*. [...].

### *Empréstimos*

Certos itens onomásticos antroponímicos de uso atual, possivelmente, foram incorporados ao léxico da língua portuguesa devido ao contato entre falantes de diferentes línguas:

**Anor**, *m.*, Do ár. *an-nōr*, “a luz”, como, segundo *Nasc.-II*, propõe Guérios? É nome empregado no Brasil, mas de uso recente.

**Tânia**, *f.*, (*G. Enc.-Bras.*, II, p. 706; *D. N.* de 18-VII-1977, p. 12). Nome de uso recente (também na Galiza; ver, por exemplo, *La Voz de Galicia* de 13-XII-1980, p. 35). Do fr. *Tania* ou ingl. *Tanya*, qualquer deles do russo, onde é hipocorístico de *Tatiana*. No Brasil também há o masc., *Tânio*.

*Anor*, do árabe, e *Tânia*, do francês ou do inglês, são prenomes adotados por empréstimo, ocorrendo o primeiro, provavelmente, devido ao contato decorrente de processos imigratórios, e o segundo por causa da influência cultural exercida ou pela França ou pelos Estados Unidos da América, em tempos recentes da história.

---

<sup>27</sup> Machado informa que *Nísia* é prenome masculino, mas fornece um exemplo de uso feminino.



O DOELP oferece, também, algumas notações históricas que nos conduzem ao entendimento sobre a adoção de prenomes, particularmente no que diz respeito àqueles abraçados de imigrantes oriundos da Ásia Menor e da Europa:<sup>28</sup>

**Raissa**, *f.*, usado no Brasil, levado certamente por colonos da Ásia Menor. Do ár. *raisâ*, “chefa, capitoa”, fem. de *rais*, donde *arraís* em port. **Murad**, *m.*, e *apel.*, usados no Brasil (ver *Jorge Amado, Mar Morto*, p. 237, 2<sup>ffi</sup> ed.; Dr. José *Murad*, vice-governador do estado do Maranhão). Foi nome de vários sultões turcos e chegou ao Brasil levado por imigrantes da mesma nacionalidade. Do ár. *murād*, “vontade”, da designação ‘*ali murād*, “vontade de Ali”.

### *Formação onomástica: flutuação de categorias antropónimicas*

#### Topônimos > antropônimos

Os prenomes podem ser gerados devido ao processo pelo qual um topônimo passa a um antropônimo:

**Marly**, *f.*, usado no Brasil. Do fr. *Marly*, inicialmente top. (*Dauzat, F.*, s.v.).

O tôponimo pode, da mesma maneira, ser um elemento da formação do prenome:

**Brasilinda**, *f.*, (*Tél.*, s.v. Cabral). Aglutinação do top. *Brasil*<sup>l</sup> com o adj. *linda* ou, mais simplesmente, der. de *Brasil* analogicamente com antr. como *Deolinda, Florinda, Gracinda, Lucinda*, etc.

#### Sobrenomes > prenomes

Os verbetes do DOELP evidenciam, ademais, que um prenome pode ser criado pela mutação de categoria no âmbito dos próprios elementos antropónimicos, o que acontece, por exemplo, quando um sobrenome se transforma em prenome; nesse sentido, os usos podem ser motivados pelo desejo de homenagear personalidades de grande vulto nas sociedades, a exemplo de pintores como:

**Murilo**, *m.*, (*Tél.*, s.v. Aguiar, Correia, Gonçalves, Salem, etc.; no Brasil, na *G. Enc.-Bras.*, I, pp. 406, 424; II, p. 409). Homenagem ao célebre pintor esp. Bartolomeu Estêvão *Murillo* (1617-1682), pelo que seria preferível dizer e escrever *Murilho*.<sup>29</sup> O apel. deve ter origem toponímica (Logronho, Navarra, Saragoça). Dimin. de *muro*.

28 A Turquia, citada no verbete *Murad*, como sabemos, encontra-se localizada entre a Ásia e a Europa.

29 Chama a nossa atenção a sua observação sobre a “melhor” escrita para um antropônimo oriundo de outra língua.

De escritores:

**Ozanam**, *m.*, usado no Brasil (ver *O Cruzeiro* de 15-XI-1981, p. 61). Certamente homenagem ao escritor católico fr. António Frederico *Ozanam* (1813-1853).

De agentes da revolução francesa:

**Robespierre**, *m.* Em Portugal, ver *Antr.*, p. 89; no Brasil, ver *Nasc.-II, ad.*, s.v. Homenagem ao chefe revolucionário fr. Maximilien de *Robespierre* (1758-1794).

De políticos franceses e americanos:

**Thiers**, *m.*, (*Nasc.-II, ad.*, s. v.; lembro o Prof. bras. *Thiers* Martins Moreira). Homenagem ao político fr. Adolfo *Thiers* (1797-1887). Em *D. N.* de 12-III-1981, p. 19, a var. (ou lapso?) *Thieres*.

**Washington**, *m.*, Homenagem ao general e homem de estado norte-americano George *Washington* (1732-1799). No Brasil, o Presidente da República (entre 1926 e 1930) *Washington* Luís. Em Portugal esteve um futebolista bras. (no grupo de Varzim, em 1976) chamado *Washington Irving* etc., homenagem a escritor norte-americano (1783-1859).

De filósofos:

**Rosmino**, *m.*, usado no Brasil. Aportuguesamento do apel. it. *Rosmini*, homenagem ao filósofo António Rosmini (1797-1855).

De esportistas:

**Nurmi** *m.*, Em 1975 tomei conhecimento de um bras. com este nome. Homenagem ao campeão finlandês de atletismo Paavo Nurmi (1897-1973), muito em evidência entre 1920 e 1930.

De aventureiros:

**Vidocq**, *m.*, usado no Brasil. Homenagem ao aventureiro fr. François *Vidocq* (1775-1857).

## Prenomes e questões de natureza linguística

Como destaca Vaxelaire (200\_?),

Il nous semble primordial sur le plan lexicographique de redéfinir la place des noms propres dans les dictionnaires: ils doivent apparaître en tant que lexies et non plus seulement en tant qu'éléments culturels. [...]

D'un point de vue linguistique, le défaut principal de ces dictionnaires tient dans leur quasi-absence d'informations d'ordre syntaxique et de prononciations (alors que les événements ont montré que les francophones ne savent pas comment prononcer le nom de l'île thaïlandaise de Phuket).<sup>30</sup>

De fato, o conhecimento linguístico relativo à onomástica da língua portuguesa é parco, logo os dicionários de nomes próprios, também, não oferecem notícias consistentes relativas às questões linguísticas dessa parte do léxico do português. No Machado, há alguma informação sobre a pronúncia e sobre a morfologia dos prenomes usados no Brasil; no tocante ao étimo, há expressão de muita dúvida; já sobre a semântica e a sintaxe não se identificam comentários significativos. Em face disso, optamos por trazer algumas observações respeitantes à ótica de Machado, no que concerne à pronúncia, à escrita, à morfologia e à etimologia.

#### *Prenomes do Brasil: pronúncia e escrita*

Pronúncias brasileiras, diferentes das portuguesas, podem ser atribuídas à influência de outras línguas:

*Aida, f.*, No Brasil é *Aída* (*Nasc.-II*, s.v.; *Vald.*), por influência da pronúncia italiana. [...]

Em outros casos, não se aventam hipóteses que justifiquem as divergências entre as pronúncias americana e europeia, de sorte que se indica, tão somente, a existência da diversidade:

*Igor, m.*, [...] No Brasil pronuncia-se *Ígor* [...].

*Nádia, f.*, [...]. Também pronunciado *Nádia*, no Brasil.

Ademais, no DOELP, acham-se algumas notas atinentes à escrita particular de certos elementos da onomástica do Brasil:

*Epicteto, m.*, Do gr. *Epiktētos* [...], PELO LAT. *Epictētus*. No Brasil tem certo uso como antr., por vezes escrito *Epíteto* (ver *G. Enc.-Bras.*, II, p. 839).

*Haddad, m.* Em Jorge Amado, *Mar Morto*, p. 235, 2<sup>ffi</sup> ed. Do ár. *haddad*, “ferreiro”. Escrito *Hadade* na *Manchete* de 22-III-1980, p. 115.

30 Parece-nos primordial, no plano lexicográfico, redefinir o lugar dos nomes próprios nos dicionários: eles devem aparecer enquanto lexias e não mais somente enquanto elementos culturais [...] De um ponto de vista linguístico, o defeito principal desses dicionários é a quase falta de informações de ordem sintática e de pronúncia (tanto que os acontecimentos têm mostrado que os francófonos não sabem como pronunciar o nome da Ilha Tailandesa de Phuket). (Tradução nossa)

**Teo**<sup>1</sup>, *m.*, no Brasil, geralmente escrito *Theo*: o investigador contemporâneo *Theo* Brandão. Do gr. *Théos*, “deus”, “divindade”, cp. *Teia*<sup>1</sup>.

### *Prenomes do Brasil: morfologia*

Relativamente à morfologia, Machado preocupa-se em indicar – além dos processos de formação anteriormente tratados – a existência de mudança de gênero dos prenomes no âmbito das duas variedades do português aqui destacadas. Assim, prenomes masculinos, em Portugal, são usados como femininos, no Brasil:

**Nadir**, *m.*, [...]. No Brasil, usa-se como antr. f. (ver também *Nasc.-II, ad.*, s.v.). Do s. m. *nadir*, “o ponto do céu que se opõe ao zênite, lugar da abóbada celeste que é atingido pela extremidade inferior da vertical”: o Brasil encontra-se no hemisfério sul.

**Sidney**, *m.*, [...]. No Brasil também se usa o fem. *Sidnea*, *Sydnea*. [...].

**Sisínio**, *m.*, [...] O fem., *Sisínia*, é usado no Brasil, também escrito por vezes *Sizínia*.

E prenomes femininos, em terras lusitanas, são empregados no masculino no lado de cá do oceano Atlântico:

**Ainilda**, *f.*, com as var. *Einilda* e *Enilda* [...] O masc. *Enildo*, no Brasil (*J. Com.*).

### *Prenomes do Brasil: etimologia*

Há uma dificuldade especial no que concerne à indicação da etimologia dos prenomes constituintes do acervo lexical da antroponímia do português do Brasil, de tal forma que, nessa esfera, Machado precisa lidar com uma série de incertezas:

**Abegoar**, *m.* no Brasil. Nome indígena no *Ubirajara* de José de Alencar. Do tupi?

**Adelfa**, *f.*, atestável no Brasil (*G. Enc.-Bras.*, II, p.796). Do s. f. *adelfa*, o m. q. loendro, ou fem. de Adelfo?

**Ademir**, *m.* Usual no Brasil. Alteração de *Admear*?

**Admilson**, *m.*, No Brasil. De *Admil(o)* e *-som*? Formação analógica de apel. ingleses?

Além das interrogações que expressam seus questionamentos, suas dúvidas, Machado, algumas vezes, assegura que certos elementos onomásticos do português da América possuem origem obscura:

**Lenir**, **Lenira**, *f.*, usado no Brasil. Origem obscura (ver *Nasc.-II, ad.*, s.v.).

**Rosimar**, *f.*, ouvido no Brasil. Formação obscura, mas em que entra certamente *rosa*.

## PARA CONCLUIR

Como assegura Morin (2009, p. 96): “da percepção à teoria científica, todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinadas”. Aqui, expomos a nossa leitura acerca dos verbetes de prenomes de brasileiros constantes do *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, organizado por Machado (2003). Como tal, estabelecemos o nosso diálogo com o organizador do dicionário – com os seus textos verbetes – o que fizemos a partir do nosso tempo, do nosso espaço e da nossa cultura, que são diferentes dos de Machado, ainda que semelhantes em certos aspectos.

No processo de elaboração do texto, procedemos a atividades de disjunção, de sorte que, de início, separamos o que se encontrava unido naquele dicionário: lemos os verbetes definitórios para os prenomes masculinos e femininos e paralelamente recolhemos apenas prenomes de brasileiros; depois, realizamos a leitura geral desses verbetes selecionados e estabelecemos categorias de análises; após o exame dessas categorias, passamos às atividades conjuntivas de construção do nosso conhecimento a respeito dos brasileirismos no Dicionário de Machado e, então, principiamos a urdidura do nosso texto. Destarte, procuramos fazer o tecido junto, complexo, por isso construímos o nosso conhecimento realizando, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese.

Como resultado de um processo de conhecimento, o que apresentamos não é um reflexo do real, mas uma tradução e uma construção, admitindo por isso mesmo o risco do erro, pois, ainda consoante Morin (2009, p. 59): “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza”. Assim, oferecemos aos nossos leitores e, em especial, a Therezinha Maria Mello Barreto, a nossa compreensão acerca dos prenomes do português do Brasil na obra de Machado, e, por ser uma compreensão, o que aqui expomos comporta um processo de identificação e de projeção de sujeito a sujeito.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada contendo o velho e o novo testamento (1995). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

BLANCO, António (2006). *Relembrando um insigne defensor da língua portuguesa*. Disponível em: [http://www.slp.pt/Variavel/Jose\\_Pedro\\_Machado.html](http://www.slp.pt/Variavel/Jose_Pedro_Machado.html). Acesso em: 08.02.2010.

CARVALHINHOS, Patrícia (2007). A origem dos nomes de pessoas. *Domínios da Linguagem*. Revista eletrônica de linguística, ano 1, nº 1, I semestre de 2007.

Disponível em: <http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/8.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.

CASTRO, Ivo (2004). A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón (ed.), *Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de La Maza. p. 245-256. Disponível em: [http://www.clul.ul.pt/files/ivo\\_castro/2004\\_Dados\\_Paulistas.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2004_Dados_Paulistas.pdf). Acesso em: 06 de janeiro de 2010.

FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.

LEI 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015.htm). Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

LOURES, Carlos (2008). *José Pedro Machado: filólogo, arabista: 1914-2005*. Disponível em: <http://www.vidaslusofonas.pt/jpm.htm>. Acesso em: 08.02.2010.

MACHADO, José Pedro (2003 [1986]). *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte/Confluência. 3v.

MORIN, Edgar (2009). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

NASCENTES, Antenor (1952). *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

NUNES, José Horta (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas/São Paulo: Fapesp/Faperp.

VAXELAIRE, Jean-Louis (200?). *Le nom propre en contexte – une approche lexicologique*. Disponível em: <http://perso.univ-lyon2.fr/~thoiron/JS%20LTT%202005/pdf/Vaxelaire.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.





## A LÍNGUA GERAL DA AMAZÔNIA COMO UM SISTEMA HISTORICAMENTE NOVO: jesuítas e tapuias na origem do contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações

Wagner Argolo  
(União Metropolitana de Educação e Cultura)

### INTRODUÇÃO

Neste estudo, procuraremos delinear o cenário sociolinguístico encontrado pelos jesuítas quando chegaram à região amazônica, assim como a política linguística que adotaram ao chegarem lá, política esta que teve como resultado o surgimento da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* (LGA), para utilizar a conhecida denominação de Aryon Rodrigues (1986, 1996). Autores como José Ribamar Bessa Freire (2004) e Maria Cândida Barros (2003) já trataram sobre a política linguística adotada pela Companhia de Jesus na região. Todavia, o fizeram sob uma perspectiva diferente da nossa. No caso dos referidos autores, consideraram que a imposição da língua *tupinambá* sobre as muitas línguas *tapuias* teria gerado apenas uma nova variedade do *tupinambá* (o *tupinambá* também era chamado de *língua geral*, mas sem qualquer outro qualificador, devido à grande extensão geográfica em que já era falado na costa do Estado do Brasil), surgindo o que o jesuíta João Felipe Bettendorff (FREIRE, 2004), ainda no final do século XVII, chamou de *língua vulgar*, pois o *tupinambá*, ainda falado pelos jesuítas e pelos próprios índios *tupinambás*, já não era mais compreendido pelas gerações descendentes dos primeiros *tapuias*, sendo o *tupinambá* defectivo, adquirido por essas gerações, denominado, posteriormente, já no século XVIII, de *língua geral corrupta*. Essa denominação, por sua vez, foi dada pelo também jesuíta João Daniel (BARROS, 2003). Assim, teria passado a existir, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a *língua geral antiga* – que era o *tupinambá* trazido pelos jesuítas do Estado do Brasil – e a *língua geral corrupta* – que era apenas uma variedade, segundo a perspectiva de



Freire e Barros, do *tupinambá* que os índios *tapuias*, falantes de línguas maternas muito diferentes do *tupinambá*, teriam começado a falar por imposição dos jesuítas. Segundo eles, inclusive, essa nova variedade do *tupinambá*, a *língua geral corrupta*, teria se diferenciado como uma consequência dos contatos linguísticos entre o *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias* que eram faladas como língua materna pelos índios aos quais foi imposto o *tupinambá* como segunda língua. Mas essa diferenciação teria ocorrido como simples fruto do bilinguismo, com pleno acesso às estruturas da língua-alvo, no qual as duas línguas envolvidas se influenciam mutuamente e sem haver interrupção paulatina na transmissão da língua materna da primeira geração de *tapuias* para as gerações seguintes, compostas pelos seus descendentes, posição que fica clara quando Freire indaga “por que na Amazônia brasileira não se consolidou um processo de criouliização, do tipo encontrado na Amazônia holandesa (...)”. (FREIRE, 2003, p. 202)

Diferente é o nosso ponto de vista com relação a esses contatos. Baseados nas ideias de Lucchesi (2003) e Baxter e Lucchesi (2009), a respeito do contato entre línguas dentro dos cenários linguísticos delineados por esses autores como propícios à Transmissão Linguística Irregular (doravante TLI), pensamos que o contexto linguístico do Baixo Amazonas, no qual houve a imposição do *tupinambá* – desde o início do século XVII de forma pontual, e, a partir de meados desse mesmo século, de forma sistemática –, pelos jesuítas, sobre os índios *tapuias* e as suas muitas línguas, também tornaram o referido contexto propício à TLI do *tupinambá* aos milhares de índios *tapuias* da região e à sua posterior *pidginização/criouliização*. Schmidt-Riese também se manifesta nessa direção, ao afirmar que o “cenário dos grupos indígenas aldeados e escravizados na época colonial aponta para processos de reestruturação que se aproximam do quadro da crioulogênese.” (SCHMIDT-RIESE, 2003, p. 162). Desse modo, a diferença entre a *língua geral antiga* e a *língua geral corrupta*, apontada por João Daniel, não seria devida ao simples bilinguismo, sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, responsável por influências mútuas nas duas línguas em questão, como provavelmente ocorreu no surgimento da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia, mas, sim, à criouliização dessa *língua geral antiga* ou *tupinambá*, havendo, portanto, interrupção de transmissão linguística entre a primeira geração de *tapuias* e os seus filhos que, pouco a pouco, iam nascendo nas missões. Dessa maneira, a *língua geral corrupta*, ao contrário da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia, teria sido fruto de um processo no qual houve a interrupção de transmissão linguística entre gerações, havendo *pidginização* e *criouliização*, dentro de um contexto mais amplo, típico das situações em que ocorre a TLI. O próprio Freire (2004), apesar de não considerar a TLI do *tupinambá* aos índios *tapuias* das aldeias jesuíticas, é quem nos expõe de

forma clara as condições sociolinguísticas que tornam esse processo possível. Além disso, ironicamente, toma como base para a sua exposição os estudos realizados por Rodrigues, o principal defensor do caráter não criouliizante não só da LGA, como também da *Língua Geral Paulista* (LGP):<sup>1</sup>

A separação dos índios por diversas aldeias de repartição, sem qualquer respeito pelas afinidades culturais – ao misturar falantes de línguas tão diferentes em espaços artificialmente criados –, deixou muitos índios sem interlocutores em suas línguas maternas [fato que, sob a nossa perspectiva, deu margem à *hibridização terciária* do código emergencial recém-surgido], que, desta forma, tornaram-se “línguas anêmicas”, carentes de sangue das populações, com um número reduzido de usuários, o que adquiriu um caráter epidêmico (Rodrigues, 2000:22). (FREIRE, 2004, p. 88).

A área geográfica abordada neste estudo, de forma geral, será a região compreendida pela atual Amazônia Legal, com exceção do estado do Acre, que só foi integrado ao território brasileiro em 17 de novembro de 1903. Desse modo, feita a ressalva com relação ao território acreano, o nosso estudo abrangerá os atuais estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.000.000 km<sup>2</sup>, o que equivale a cerca de 60% do atual território brasileiro. Contudo, a nossa análise se concentrará, de forma específica, na região do Baixo Amazonas, correspondente ao limite oeste do atual estado do Pará, em direção à foz do rio Amazonas, a leste. A escolha do Baixo Amazonas se justifica pelo fato de ter sido em Belém do Pará que se instalou a missão de Antônio Vieira (1608-1697), iniciada em 1653 e finda em 1661, com a sua expulsão. Vejamos então em que afluentes do rio Amazonas – tanto da sua margem esquerda, quanto da sua margem direita – se instalaram as primeiras missões jesuíticas. Na margem esquerda, tivemos uma missão no rio Trombetas. As demais missões do lado esquerdo do Baixo Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes. Na margem direita, tivemos missões nos rios Xingu e Tapajós. As demais missões do lado direito do Baixo Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes.

Na foz do rio Amazonas, no estado do Pará, houve ainda missões na Ilha de Marajó (na verdade, um grande arquipélago formado por ilhas muito próximas umas das outras), cuja extensão é calculada em 40.100 km,<sup>2</sup> e que, durante o período de

1 Cf. o texto *As línguas gerais sul-americanas*, de Aryon Rodrigues, 1996.

2 Nesse ponto, é necessário um esclarecimento: quando Maria Cândida Barros (2003) se refere ao Estado do Brasil como um Estado diferente do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ela o faz porque,

Antônio Vieira, era chamada de Ilha Grande de Joanes (LEITE, 1943 apud HORNERT et al, 2008, anexo IX do cap. III).

Essa região é importante para o estabelecimento do contexto com interrupção de transmissão linguística, devido ao fato de que, nela, havia uma grande concentração de distintos grupos *tapuias* (BARROS, 2003, p. 86) – ou seja, grupos não *tupis*, falantes de línguas muito diferentes não só do *tupinambá*, mas diferentes entre si, ao ponto da inteligibilidade –, ao passo que a concentração de índios *tupinambás* era minoritária, sendo sua língua falada desde a costa do Salgado até a região que compreende o rio Tocantins (FREIRE, 2004, p. 56). Assim, o Baixo Amazonas representava, para os jesuítas, “uma ‘mancha’ de línguas tapuias, contrastando com a situação encontrada pela Ordem no Estado do Brasil, mais homogênea linguisticamente.” (BARROS, 2003, p. 86). Não é por acaso que o Padre Antônio Vieira, que saiu de Lisboa em 22 de dezembro de 1652 e chegou ao Maranhão em 17 de janeiro de 1653, apelidou o rio Amazonas de “Rio Babel”, pois, às suas margens, segundo Freire, eram faladas, no século XVII, cerca de 718 línguas, muitas delas pertencentes a troncos e famílias linguísticas diferentes. Desse modo, quando os jesuítas, liderados por Vieira, chegaram à Amazônia de forma definitiva, no ano de 1653, teriam se deparado com diversos grupos indígenas falantes de 130 línguas do tronco *Tupi* (incluindo o *tupinambá* na variedade da região), 108 da família *karib*, 83 da família *aruak*, 34 da família *pano*, 26 da família *tukano*, 66 do tronco Macro-Jê e, por fim, com grupos falantes de 271 línguas isoladas, resultando num total de 718 línguas faladas na região. (FREIRE, 2004, p. 49). Desse total de 718 línguas, se subtrairmos as 130 do tronco *Tupi*, chegamos ao número impressionante de 588 línguas *tapuias* que eram faladas na região. Um número mais de quatro vezes maior do que o número de línguas do tronco *Tupi* e, se considerarmos o número de línguas *tapuias* apenas em relação ao *tupinambá*, que é o nosso objeto de estudo, temos um número 588 vezes maior de línguas *tapuias* faladas na região amazônica (isso, deixando de fora as outras 129 línguas do tronco *Tupi*).

A colonização portuguesa da região amazônica – quando tem início a formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão – passa a acontecer a partir do Baixo Amazonas, em 1615, rumo ao Alto Amazonas, onde temos, próxima a Manaus, a confluência dos rios Negro e Solimões, dando origem ao rio Amazonas. Em outras palavras, quando teve início o envio de missionários católicos portugueses com maior frequência para o Baixo Amazonas, dando origem ao processo que viria a

---

até 1823, a região correspondente à Amazônia brasileira, de fato, representava um outro Estado da América Portuguesa, tendo sido incorporado ao Estado do Brasil apenas após a independência deste. Por isso, quando nos referirmos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, estaremos nos referindo a um Estado que não se confunde com a atual realidade territorial brasileira.

criar as condições sociolinguísticas para a formação da *língua geral* da Amazônia, já havia se iniciado cem anos antes, na costa do Estado do Brasil, o processo de formação e expansão da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia. Porém, na costa do Estado do Brasil, as condições sociolinguísticas encontradas pelos missionários foram completamente diferentes. Enquanto no Brasil prevalecia a homogeneidade linguística na costa, no Grão-Pará e Maranhão prevalecia a heterogeneidade linguística às margens do rio Amazonas.

Como marcos temporais para determinar o início e o fim do período no qual se forjou a proto-célula do processo histórico que viria a se desenvolver e a propiciar as condições sociolinguísticas dentro das quais se deu a TLI do *tupinambá* aos *tapuias* e sua posterior *pidginização/crioulização*, estabelecemos o ano de 1653 e o ano de 1661, respectivamente, pois 1653 é o ano em que chega ao Baixo Amazonas o Padre Antônio Vieira e 1661 é o ano de sua expulsão da região, fechando-se, assim, um ciclo de oito anos de atuação na Amazônia. Estabelecemos esses dois marcos temporais por considerarmos que os oito anos que Vieira passou na região se constituíram num período crítico, sem o qual essa TLI não teria sido possível. Constatamos isso porque apenas depois da chegada de Vieira se iniciou o trabalho sistemático, por parte dos jesuítas, de “tupinização dos tapuias” – o que incluiu a imposição do *tupinambá* sobre as muitas línguas *tapuias* pertencentes a famílias linguísticas diferentes da família *tupi-guarani*, do tronco *Tupi* –, pois, antes de sua chegada, as idas dos jesuítas ao Estado do Grão-Pará e Maranhão foram intermitentes, não havendo possibilidade de um trabalho sistemático e duradouro, necessário à TLI com *pidginização/crioulização*; pelo menos à *crioulização* de um *pidgin* ao longo do seu processo de expansão gramatical, que é a nossa hipótese. Dessa maneira, foi com base no trabalho que Vieira realizou no Baixo Amazonas, durante os seus oito anos na região, que os jesuítas pautaram sua atuação, que viria a se expandir para o Alto Amazonas e seus afluentes, ao longo de mais de um século de duração, até a expulsão da Ordem de todas as possessões portuguesas, na sucessão de acontecimentos que durou de 1755 até 1760, fruto do conflito da Ordem com o Marquês de Pombal. Enfim, se a *pidginização/crioulização* do *tupinambá* precisou, por um lado, de pelo menos duas gerações para começar a acontecer, ou seja, algo em torno de vinte anos, o início desse processo linguístico só foi possível, por outro, graças aos rumos que Vieira deu à Ordem durante os seus oito anos de trabalho na região, tendo sido o seu período amazônico o responsável por desencadear o processo histórico que resultou na TLI, com *pidginização/crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, dando origem à *língua geral corrupta* ou *língua geral* da Amazônia – mais conhecida como *Língua Geral Amazônica*.

## OS JESUÍTAS NA AMAZÔNIA E A TUPINIZAÇÃO DOS TAPUIAS

### **Motivos para a Coroa apoiar o estabelecimento dos jesuítas na Amazônia**

A Amazônia era uma região cobiçada por diversos países europeus, além de Portugal. Assim, até 1615, ano em que Portugal efetivamente inicia a conquista da Amazônia, os franceses, os holandeses e os ingleses estavam presentes na zona litorânea e no norte, enquanto os espanhóis estavam presentes na região do Alto Amazonas. Sendo o primeiro sistema colonial baseado no mercantilismo e na política econômica do “exclusivo comercial” ou “monopólio comercial”, Portugal se viu na contingência de ter de afastar o obstáculo que as referidas nações ofereciam à colonização do lugar, assim como a ameaça que, depois de conquistada a região, continuariam a representar ao monopólio comercial, necessário à implantação e à manutenção do modelo econômico vigente à época: o mercantilismo. Dessa maneira, o perigo constante representado pelos franceses, holandeses, ingleses e espanhóis condicionou a política da Coroa Portuguesa na colonização da Amazônia, pois era preciso resguardar as fronteiras da ameaça das demais nações que também cobiçavam a região. Daí a importância que os religiosos tiveram para a Coroa, estabelecendo-se uma aliança na qual as duas partes ganhavam: a Igreja, pois teria na Amazônia um “prato cheio de almas” para catequizar e para utilizar como mão-de-obra na extração das “drogas do sertão”, atividade muito lucrativa; e Portugal, pois, além de também lucrar com a exportação das “drogas do sertão” extraídas pelos índios catequizados pelos católicos, estaria assegurando a delimitação das fronteiras amazônicas, por meio da ocupação da região pelos missionários, na sua grande maioria portugueses ou brasileiros sob domínio cultural e político português. (HORNAERT et al, 2008, p. 78).

### **Os missionários começam a chegar à Amazônia**

Em 1607, quando o Estado do Grão-Pará e Maranhão ainda se encontrava sob domínio dos franceses, tem-se notícia de uma tentativa fracassada dos jesuítas de chegarem à Amazônia. Logo depois desse fato, mas ainda antes de 1615, alguns franciscanos, liderados por Bento Maciel, conseguiram se estabelecer em Belém do Pará, onde chegaram em uma expedição de bandeirantes portugueses. Em 1615, na expedição de Alexandre de Moura, no intuito de derrotar os franceses, chegaram os dois primeiros carmelitas à Amazônia. Esses dois carmelitas eram capelães que atuavam dentro da expedição militar dirigida à região, fato comum nos exércitos de então, e se instalaram em São Luís do Maranhão após a derrota

dos franceses no dia 4 de novembro de 1615, estabelecendo, no dia 20 de fevereiro de 1616, o primeiro convento carmelita em São Luís. Em 1618, em Belém do Pará, os franciscanos, que, como referido acima, já haviam chegado à Amazônia quando da chegada dos carmelitas, também se estabeleceram com um vigário e dois missionários. Em 1622, houve outra tentativa fracassada dos jesuítas de se estabelecerem na região. A partir de 1624, a vida religiosa começa a se desenvolver, pois chegou à Amazônia, vindo de Portugal, Francisco Coelho de Carvalho, homem que veio a ser o primeiro governador do Maranhão. Em companhia dele, estava Frei Cristóvão de Lisboa, proveniente da província franciscana da Piedade em Portugal, da qual era comissário e qualificador do Santo Ofício. Chegando ao Maranhão, se tornou o primeiro custódio dessa província, tendo percorrido a região amazônica como comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico, organizando as primeiras missões no Maranhão, antes mesmo de chegarem os jesuítas. Nesse sentido, trouxe à região cinco franciscanos que atuavam na província de Olinda, no Estado do Brasil, para que ensinassem aos demais franciscanos, que haviam chegado de Portugal com ele, o *tupinambá*. Os franciscanos chegaram a ter, sob seu domínio espiritual e temporal, 26 missões na margem esquerda do rio Amazonas. Frei Cristóvão de Lisboa escreveu a *História natural e moral do Maranhão e Grão-Pará*, na qual podem ser encontradas informações etnológicas e antropológicas relevantes sobre a região. (HORNAERT et al, 2008, p. 77)

Os jesuítas finalmente conseguem iniciar o seu trabalho de catequese na Amazônia graças à chegada de Luís Figueira. Nascido em 1575, Luís Figueira entrou para a Ordem aos 17 anos. Logo após sua entrada, mudou-se para Olinda, onde se tornou mestre em *tupinambá*, escrevendo sua famosa obra chamada de *Arte da língua brasílica* (nome pelo qual também era conhecido o *tupinambá*). Após sua passagem por Pernambuco, partiu, junto com o também jesuíta Francisco Pinto, em viagem missionária para a serra de Ibiapaba, no Maranhão, onde fundou a primeira missão jesuítica e inaugurou, em 1626, a igreja de Nossa Senhora da Luz. Segundo Hornaert, Azzi, Grijp e Brod, autores da *História da Igreja no Brasil: Primeira Época – Período Colonial*, “a entrada dos jesuítas no Maranhão não é ligada à expedição colonial de algum bandeirante, conquistador ou governador” (2008, p. 81), mas a interesses exclusivamente religiosos. Considerando que a referida obra foi escrita por simpatizantes católicos e publicada por uma editora pertencente a esta mesma instituição religiosa, é necessário que encaremos tal afirmação com as devidas ressalvas, pois, se os jesuítas, de fato, mantiveram uma grande independência com relação à Coroa Portuguesa – fato que, inclusive, gerou grandes atritos entre os dois lados, culminando com sua expulsão dos domínios lusitanos em 1760 –, isso não se deveu a um exclusivo interesse missionário da Ordem. Esse interesse de fato houve, mas ligado à intenção de explorar economicamente

os índios da Amazônia, principalmente em benefício próprio (através da imposição de trabalho compulsório nas missões, o que, na verdade, é uma escravização não declarada), mas também reservando o quinhão da Coroa e dos colonos portugueses, aos quais delegavam grandes contingentes indígenas, nesse caso declaradamente escravizados.

Feita essa digressão, em 1636, Luís Figueira sai em missão por Belém do Pará, Camutá, Urupá e outras capitanias próximas ao rio Amazonas. Essa missão empolgou o jesuíta de tal maneira que o incentivou a voltar a Portugal, à procura de outros missionários que estivessem dispostos a segui-lo em uma nova empreitada amazônica, que, segundo Luís Figueira, seria a responsável pela fundação de uma “nova Igreja”. Assim, em 1643, Luís Figueira retorna à Amazônia, junto com outros 17 jesuítas. Mas a sua intenção de fundar uma “nova Igreja” teve de ficar para outra vida, pois, nesse mesmo ano, quando estava na Ilha de Marajó, próxima a Belém do Pará, ele e mais 16 missionários foram mortos pelos índios *aruãs*, tendo sobrevivido apenas um único missionário, de nome Francisco Pires, que, quando foi chamado por Luís Figueira para integrar essa expedição, era pároco em Portugal há apenas um ano. Contudo, a sua sobrevivência não foi longa. Após o incidente no qual pereceu Luís Figueira, tornou-se superior no Maranhão, vindo a ser morto por outros índios seis anos depois, no rio Itapicuru, em 1649.

### **O período de Antônio Vieira na Amazônia, de 1653 a 1661**

Quando Luís Figueira esteve pela última vez em Portugal, reunindo os missionários que, com ele, morreram em 1643, entrou em contato com outros jesuítas ilustres. Esses inicianos, se, por um lado, não o acompanharam na missão fracassada de 1643, por outro, organizaram, nove anos depois, em 1652, outra missão, que, por sua vez, teve um fim completamente diferente da missão organizada por Luís Figueira em 1643. Era a missão liderada por Vieira e composta por mais 15 jesuítas além dele.

Tendo se instalado em Belém do Pará, essa missão marca o início do trabalho sistemático de catequese dos jesuítas na Amazônia. Além de Vieira e de seus 15 primeiros missionários, outros jesuítas vieram a fazer parte dessa missão nos anos seguintes. Foram eles: Pedro de Pedrosa (1632-1691), Salvador do Vale (1628-1676), Antônio Pereira (1638-1687 [nascido em São Luís do Maranhão]), Gonçalo de Veras (1629-1686), João Maria Gorzoni (1627-1711), João Felipe Bettendorff (1625-1698) e Gaspar Misch (1626-1697). Contudo, os nomes que mais se destacaram na empresa jesuítica da Amazônia foram: em primeiro lugar, Luís Figueira, ao empolgar, com suas ideias, religiosos proeminentes da Ordem quando esteve em Portugal em busca de missionários para a sua expedição de 1643; e, em segundo

lugar, Antônio Vieira, ao traçar os rumos que os jesuítas passariam a seguir a partir de então e ao atrair figuras ilustres para, junto com ele, levar adiante o seu projeto missionário que teve início em janeiro de 1653. (HORNAERT et al, 2008, p. 81-83)

No intuito de desincumbir-se de suas funções e de estruturar a política de atuação jesuítica na Amazônia, Vieira escreveu, quando foi superior e visitador das missões do Maranhão entre 1658 e 1661, o regulamento intitulado de *Visita (1658-1661)*, no qual constavam as diretrizes que deveriam ser seguidas nas missões jesuíticas, tanto pelos missionários, quanto pelos índios, tendo esse regulamento vigorado até a expulsão dos jesuítas da Amazônia em 1760 pelo Marquês de Pombal, pouco mais de cem anos depois, quando os inácianos já estavam sob o comando de João Daniel, que chegou à região em 1746, tendo permanecido nela durante quatorze anos (BARROS, 2003, p. 85)

O cenário linguístico do Baixo Amazonas era muito diverso do encontrado pelos jesuítas pouco mais de cem anos antes, na costa do Brasil. Nesta, a grande homogeneidade linguística foi um fator favorável à ação catequética, pois, aprendendo o *tupinambá*, os jesuítas – que, além de serem minoria e de estarem interessados em aprender a língua indígena, estavam também preparados para isso em termos de prática na descrição de línguas – poderiam comunicar-se ao longo de quase toda a costa brasileira:

Desde o rio do Maranhão, que está além de Pernambuco para o norte, até a terra dos carijós, que se estende para o sul, desde a Lagoa dos Patos até perto do rio que chamam de Martim Afonso, em que pode haver 800 léguas de costa, [...] há uma só língua. (ANCHIETA, 1584 apud ALTMAN, 2003, p. 60)

Dessa maneira, eram os jesuítas que aprendiam e descreviam a *língua geral antiga* ou *tupinambá*, como bem atestam a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em 1595, escrita por Anchieta, e a publicação, em 1621, da *Arte da língua brasílica*, escrita por Figueira (ROSA, 2003, p. 140), pois esse era o caminho mais viável para a catequização e para obter benefícios econômicos, no que tange aos jesuítas, e para a conseqüente colonização, no que tange à Coroa Portuguesa, estando inclusos, no termo “colonização”, os benefícios econômicos e políticos daí advindos.

Situação diversa, contudo, foi a encontrada por Vieira no Baixo Amazonas, onde, em vez de homogeneidade linguística, se deparou com uma heterogeneidade profunda entre as diversas tribos *tapuias* que habitavam o lugar. Em uma situação como essa, na qual os jesuítas já dominavam – embora, certamente, com diversos níveis de competência – o uso do *tupinambá*, com o qual estavam familiarizados devido aos mais de cem anos de catequese na costa do Brasil, uma situação insólita se



delineou: deparamo-nos com um quadro no qual europeus se viram na contingência de ter de impor a índios (os *tapuias*) o uso de um idioma indígena, o *tupinambá*, língua dos índios de mesmo nome. Enfim, eram europeus impondo uma língua indígena a índios; uma língua de colonizados a colonizados, dotando-a das mãos de ferro de uma língua colonizadora. Dessa maneira, vemos os seguintes motivos que Vieira teve para iniciar o trabalho de “tupinização dos tapuias”:

1. Para que fosse possível a comunicação entre os jesuítas e a imensa maioria de índios *tapuias* da Amazônia, assim como a comunicação dos próprios *tapuias* entre si, foi necessária a imposição do *tupinambá* sobre a grande diversidade linguística da região, na qual eram faladas línguas muito diferenciadas umas das outras, como deixa clara a seguinte citação de Vieira, relativa à Ilha de Marajó ou Ilha Grande de Joanes, como era conhecida à época. Como se verá, apenas nessa ilha, Vieira indica a concentração de línguas tipologicamente tão diferenciadas, que chega a comparar esse conjunto de diferenças com as que existiam entre a língua alemã e a língua espanhola. Assim, na

[...] Ilha chamada dos Joanes [ilha de Marajó], a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e espanhola. (VIEIRA, 1654 apud BARROS, 2003, p. 93)

2. Outro motivo que podemos considerar como válido para a “tupinização dos tapuias” é o exposto por Freire, quando afirma que não seria possível, pelo menos no primeiro momento da colonização da região amazônica, impor aos índios uma língua europeia, pois as línguas europeias não tinham condições de proporcionar inteligibilidade à realidade cultural e ecológica do lugar, pelo fato de que essa realidade cultural e ecológica da região amazônica era, evidentemente, muito diferente da realidade europeia. Ademais, “[...] a comunicação com os índios era condição fundamental de sobrevivência na Amazônia.” Isto porque não havia outra força de trabalho que não a do braço indígena, tanto no que se referia aos produtos destinados à exportação, quanto aos produtos destinados ao consumo dos missionários, dos colonos, dos membros da administração colonial e dos próprios índios. (FREIRE, 2004, p. 50-54)
3. Como terceiro motivo, temos o fato de que não apenas os missionários jesuítas, mas os missionários de uma maneira geral, eram imensa minoria em relação aos índios da região. Assim, já que era necessário impor uma língua que funcionasse como código supra-étnico, seria muito mais fácil fazê-lo

com uma língua de origem indígena, que não só já possuía a capacidade de dar inteligibilidade à realidade cultural e ecológica do lugar, como já era, inclusive, falada por um dos povos ali presentes, mesmo que esse povo fosse minoritário, ou seja, o povo *tupinambá*.

4. Como quarto e último motivo, temos o que diz Barros:

A dicotomia tupi [*tupinambá*] versus tapuia tinha relação com a ideologia colonial de uma língua comum em um território contínuo (MANNHEIM, 1992). As línguas tapuia – vistas como “travadas” e “bárbaras” – eram consideradas um empecilho para a colonização. A expansão do tupi [*tupinambá*] – tida como “geral” – sobre as línguas tapuia refletiu a idéia de que um território deveria ter uma só língua. (BARROS, 2003, p. 89).

Nesse sentido, as aldeias de repartição dos jesuítas e o mercado escravo começaram a ser os primeiros locais de difusão compulsória da *língua geral antiga* ou *tupinambá*. Situados perto de cidades e fortes, era em ambos que ficavam “armazenados” os índios de diversas etnias e línguas, trazidos dos matos através dos descimentos, dos resgates e das guerras justas, para depois serem divididos entre os três setores coloniais, o que vale dizer as missões, os colonos e a administração, como previa a *Visita (1658-1661)*, elaborada por Antônio Vieira, sendo esses dois primeiros setores (missões e colonos) os responsáveis pela finalização do processo de difusão da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, pois neles os *tapuias* eram concentrados de maneira duradoura. Por isso, as missões e os colonos eram os principais agentes da difusão da referida língua. Contudo, grande parte dos índios *tapuias*, senão a maior, retirados de suas aldeias de origem, era destinada às missões, como nos mostra Barros, quando diz que “essas aldeias-missões foram o destino de grande parte da população indígena deslocada compulsoriamente pelos ‘descimentos’” (BARROS, 2003, p. 89). Como bem ressalta a referida autora, o número de índios que eram “descidos” era muito grande, a exemplo dos descimentos feitos entre 1687 e 1690, nos quais cerca de 184 mil grupos de índios foram apresados nas aldeias jesuíticas em apenas três anos. No ano de 1720, depois de muitas epidemias devastadoras de bexiga e de muitas guerras, as 63 aldeias jesuíticas do Pará contavam com 54.264 índios aldeados, além dos cerca de 20 mil índios que se encontravam escravizados pelos colonos ou no mercado de escravos do Grão-Pará e Maranhão. (FREIRE, 2004, p. 66).

Dessa maneira, foi muito grande a quantidade de índios armazenados em grandes grupos multi-étnicos, sob um regime de violência (tanto que muitos morriam devido a maus tratos), todos eles misturados (FREIRE, 2004, p. 54-55),

formando uma verdadeira “miscelânea” étnico-linguística, que tornava a emergência de uma interlíngua não apenas algo conveniente aos jesuítas, aos colonos e aos membros da administração, mas uma necessidade para todos que conviviam nesses ambientes, inclusive para os índios, que, se não fizessem uso do *tupinambá* como língua supra-étnica, não conseguiriam, sequer, se comunicar entre si e forjar os primeiros traços de uma vida social dentro da nova realidade que lhes fora imposta. Ressalte-se, entretanto, que a maneira pela qual os jesuítas adquiriam sua mão-de-obra indígena se dava através dos descimentos, que se constituíam, inclusive, na maior fonte de mão-de-obra autóctone da região, como demonstram os números relativos ao período compreendido entre 1687 e 1690, no qual, reiterando, foram apresados 184 mil grupos de gentios em apenas três anos.

Os descimentos eram expedições de missionários, com escolta militar, rumo às aldeias de origem dos índios *tapuias*. Lá, procuravam, primeiramente, convencer os índios, sem o uso da força, a descerem para as aldeias de repartição. Nesse sentido, iam acompanhados de um *tapuia* da respectiva tribo, já tupinizado, para servir de intérprete e transmitir alguma confiança aos demais. Esse *tapuia* mediador era chamado de “embaixador”. Contudo, se o método de persuasão não funcionasse, o descimento era feito de forma violenta, com o auxílio dos militares que acompanhavam os jesuítas na expedição. (FREIRE, 2004, p. 73).

Os índios que não ofereciam resistência em ir para as aldeias de repartição eram oficialmente considerados “livres”, enquanto os índios que resistiam eram considerados escravos. Tanto no caso dos índios “livres”, como no caso dos índios cativos, ambos eram obrigados a conviver em grupos cuja heterogeneidade étnica e linguística era muito grande, havendo a necessidade de adquirirem o *tupinambá* como código emergencial supra-étnico para que pudessem manter contato tanto com os demais índios do eito, quanto com os seus senhores. (FREIRE, 2004, p. 74).

A obrigação imposta aos índios de trabalharem na terra das missões é tratada de forma velada na *Visita (1658-1661)*, escrita por Vieira. No trecho que será transcrito, Vieira, obviamente, trata a questão como se estivesse fazendo uma caridade aos índios, pois, segundo ele, sendo os jesuítas os que cuidavam das suas enfermidades e os que ornavam as igrejas que os índios frequentavam, cumprindo, assim, a sua obrigação para com os índios, deveriam estes, também, cumprir a sua obrigação para com os jesuítas, tornando possível a manutenção das enfermarias e o ornamento das igrejas, através dos lucros obtidos com a venda do que era produzido na terra das missões. Contudo, como os índios, ainda segundo Vieira, não tinham capacidade de vender o que produziam, nem de comprar o que precisavam, a *Visita (1658-1661)* prevê que, em Belém do Pará e em São Luís do Maranhão, deveria haver jesuítas “caridosos” para fazerem isso pelos índios:

Por quanto as igrejas dos índios não têm, pela maior parte, mais do que nós lhes damos nem há renda alguma de El-Rei para elas, e aos fregueses corre obrigação de contribuir com o necessário para o seu sustento e ornato, como em todas as partes fazem os índios, e neste estado particularmente careçam de todo o socorro para as suas enfermidades, em que também não têm outro remédio, mais que o que lhe dá a caridade dos padres, tirando da sua pobreza, o que tudo não basta para que as igrejas e enfermarias das aldeias sejam assistidas como convém: para estes bons efeitos exortarão os padres aos índios que se valham de algumas indústrias, de que eles e a terra em que estiverem for capaz; e porque os ditos índios não têm talentos para venderem o que fizeram, nem comprar o que lhes for necessário, cada um dos padres das residências procurará ter na cidade (de Belém, de São Luís) uma pessoa que queira fazer esta caridade aos índios [...] (VIEIRA, 1658-1661 apud HORNAERT et al, 2008, p. 85-86).

O que, na verdade, nos parece estar por trás das palavras de Vieira é o que Hornaert et al dizem, atribuindo esse raciocínio, porém, aos colonos portugueses, ao afirmarem a consciência destes de que “a economia paraense e maranhense em geral repousava sobre a colheita de especiarias, e esta era feita pelos indígenas, e só podia ser feita por eles.” (2008, p. 91).

Desse modo, a preocupação dos jesuítas em promover a homogeneidade linguística em suas missões, para que o trabalho na terra e a catequese pudessem ser levados a termo, se reflete, inclusive, na própria estrutura de distribuição das missões sob sua responsabilidade no Estado do Grão-Pará e Maranhão, pois, se fosse constatada alguma dificuldade em controlar as populações indígenas distribuídas em um número excessivo de missões, partia-se então para a solução através de reagrupamentos, diminuindo-se o número delas e promovendo uma concentração maior dos índios, possibilitando-se, assim, que fossem melhor vigiadas, ou, para usar termo dos jesuítas, “melhor assistidas”. (MORAES, 1759 apud BARROS, 2003, p. 89).

Além das missões, das aldeias de repartição e do mercado de escravos, outro contexto sociolinguístico no qual também se dava a imposição do *tupinambá* aos *tapuias*, como já foi dito, era o da escravização destes pelos colonos. Contudo, nos referimos agora não ao mercado de escravos, mas, sim, às terras dos colonos, destino dos *tapuias* comprados no mercado de escravos ou emprestados pelos jesuítas. Segundo Barros, os jesuítas emprestavam esses *tapuias* aos colonos para que fossem escravizados durante um ano, até que aprendessem o *tupinambá* e pudessem, então, voltar para a respectiva missão, já falantes dessa língua (2003, p. 93), provavelmente de forma defectiva, pois geralmente é defectivo o aprendizado

de uma língua-alvo nessas situações. Dessa maneira, reiterando o que foi mencionado anteriormente, no ano de 1720, havia cerca de 20 mil índios escravizados.

Sabemos, como já foi mencionado várias vezes, que foi Vieira quem estabeleceu os parâmetros que deveriam ser seguidos pelos jesuítas na Amazônia, através do regulamento que escreveu entre 1658 e 1661, intitulado de *Visita (1658-1661)*, no qual podem ser encontrados, além do trecho no qual deixa clara a obrigatoriedade dos índios trabalharem nas terras das missões – transcrito atrás –, as diretrizes que estabelecem a forma como os índios “armazenados” nas aldeias de repartição deveriam ser divididos entre os três setores coloniais. Porém, o sistema de divisão de mão-de-obra indígena entre as missões, os colonos e a administração colonial, como era de se esperar, acabou por gerar conflitos entre Antônio Vieira, de um lado, e colonos e Coroa, de outro. Isso porque a exploração econômica da região era baseada no extrativismo de especiarias – que também eram chamadas de “drogas do sertão” –, exploração lucrativa e cuja única mão-de-obra para extração era a indígena, não só porque conheciam a floresta como ninguém (pois, se a economia era extrativista, era necessário saber onde colher as especiarias), mas porque, no dia 15 de maio de 1624, antes mesmo de Vieira chegar à Amazônia, o rei de Portugal proibiu a escravidão negra na região, o que veio a convergir na procura de mão-de-obra extrativista para os índios. Assim, se estabeleceu uma disputa entre Vieira, os colonos e a Coroa, na qual estes dois últimos exigiam do primeiro mais indígenas para que fosse feita a extração das “drogas do sertão” nas suas terras. Mas sendo essa uma atividade lucrativa, Vieira não tinha qualquer interesse em entregar a sua mão-de-obra aos colonos e à Coroa, afinal isso era o mesmo que “entregar o ouro” na mão dos outros.

Tendo sido a administração temporal dos índios da Amazônia concedida aos missionários por autorizações régias de 1624 e 1638 (HORNAERT et al, 2008, p. 90), desde o mais tenro início dos trabalhos de Vieira, então, já estavam acontecendo disputas pela mão-de-obra indígena local. Vieira, contudo, utiliza como argumento para não entregar os índios aos colonos e à Coroa a justificativa da proteção daqueles, para que não sofressem maus tratos por parte destes, nem fossem dizimados em epidemias ocasionadas por doenças provenientes dos brancos, como as muitas epidemias de bexiga que ceifaram a vida de milhões de índios amazônicos.

Os conflitos entre Vieira, colonos e Coroa, pela mão-de-obra dos índios, podem ser observados: no *Sermão das tentações do primeiro domingo da quaresma*, que critica a inobservância das leis que deveriam atuar em prol dos índios; no *Sermão aos peixes*, que diz que, se os homens não se dispusessem a ouvi-lo, pregaria aos peixes; no *Sermão amazônico*, que deixa clara a intenção de manter os índios

separados dos demais setores da colônia e, por fim, no *Sermão da epifania*, que faz uma analogia entre a estrela que levou os Magos a Cristo e os jesuítas que também levaram os índios a Cristo. Os três primeiros sermões, proferidos enquanto Vieira ainda estava na Amazônia, somados à sua atitude contrária à cessão da mão-de-obra indígena aos demais setores coloniais, foram o motivo de sua expulsão da região em 1661. (HORNAERT et al, 2008, p. 90). Já o último sermão, o *Sermão da epifania*, foi proferido um ano depois de sua expulsão, em 1662, na Capela Real em Portugal, e deixa bem clara essa disputa, assim como a acusação, por parte dos outros setores da colônia, de que os jesuítas protegiam os índios para que estes, na verdade, os servissem na condição de cativos e não como parte de uma relação mútua de caridade, pois o próprio Vieira se refere a essas acusações, procedendo à respectiva justificativa. (cf. *Sermão da epifania*, 1662, p. 185-190).

Para que fique clara a importância que tiveram os oito anos de atuação de Vieira no Baixo Amazonas, no intuito de proporcionar aos jesuítas que o sucederam os caminhos para que a Ordem cravasse e espalhasse raízes profundas na região, e lá permanecessem fixas, como que sustentando as imensas árvores seculares que até hoje se encontram na grande floresta, temos a seguinte citação de Américo Jacobina Lacombe: “Vieira deu ao Brasil as Amazonas.” (LACOMBE, s/d apud HORNAERT et al, 2008, p. 86).

#### *A atuação dos jesuítas na Amazônia depois de Antônio Vieira, de 1662 a 1760*

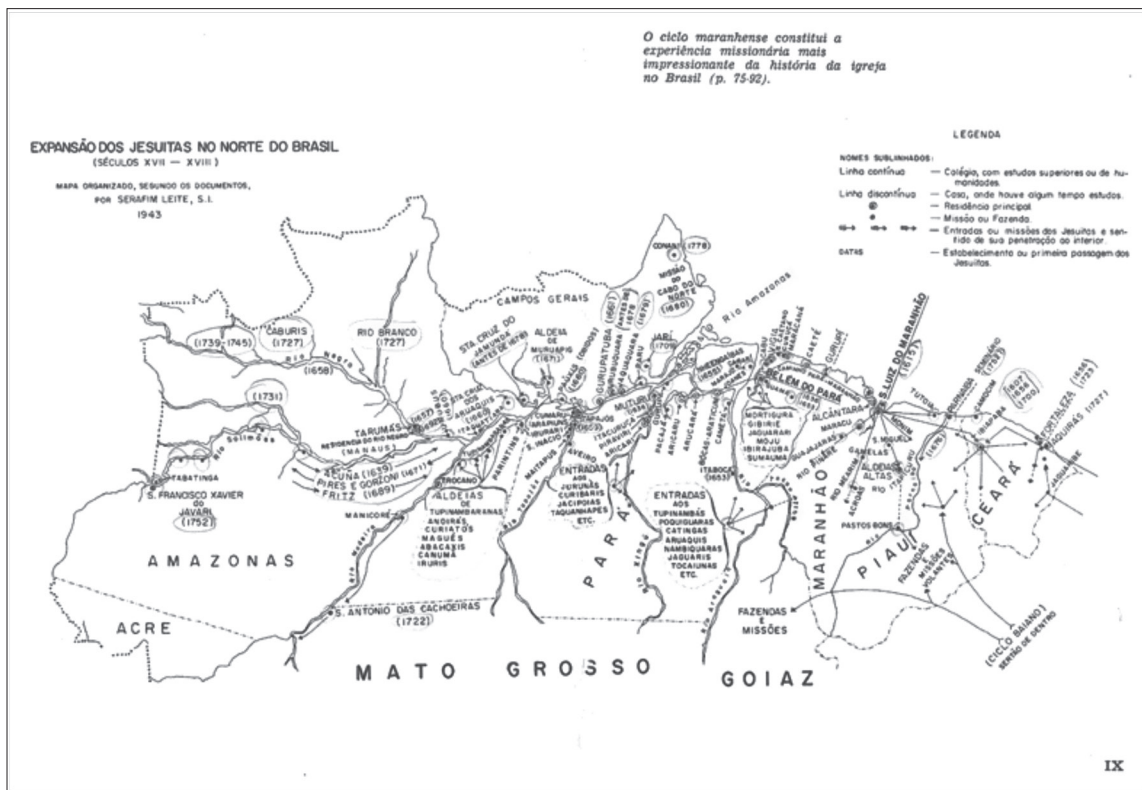
Após a expulsão de Vieira da Amazônia, o trabalho dos jesuítas continua de forma crescente, em franca expansão em direção ao Alto Amazonas, pois “o movimento é lançado e a direção é firme”, apesar de ter começado a sofrer várias perturbações (HORNAERT et al, 2008, p. 83), provavelmente como consequência dos conflitos entre Vieira e os demais setores coloniais, traduzidos em retaliações à Ordem. Assim, missionários jesuítas continuam chegando à região amazônica, em número cada vez maior, até o ano de sua expulsão definitiva, em 1760, como podemos ver na tabela a seguir:

ANO	NÚMERO DE JESUÍTAS	
1697	61	11% de brasileiros maranhenses
1722	76	9% de brasileiros maranhenses
1740	128	5% de brasileiros maranhenses
1760	155	5% de brasileiros maranhenses

Tabela 1: Dados extraídos de Hornaert et al (2008, p. 83)

Dessa maneira, vejamos agora em que afluentes do rio Amazonas – tanto da sua margem esquerda, quanto da sua margem direita – se instalaram as missões jesuíticas da região do Alto Amazonas, que se estende desde o limite oeste do Pará até os limites com a Colômbia, a Venezuela e com os atuais estados brasileiros de Roraima, Acre, Rondônia e Mato Grosso. Na margem esquerda, tivemos uma missão no rio Negro. As demais missões do lado esquerdo do Alto Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes. Na margem direita, tivemos missões no rio Madeira. As demais missões do lado direito do Alto Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes.

De acordo com o que vimos até agora, percebemos que o movimento da expansão jesuítica na Amazônia se deu no sentido leste-oeste, ou seja, do Baixo para o Alto Amazonas, desde a chegada de Vieira em 1653, passando pela sua expulsão em 1661, até a expulsão da Ordem dos Jesuítas como um todo, de todas as possessões portuguesas, 107 anos depois da chegada de Vieira à Amazônia. A seguir, será exibido um mapa organizado por Serafim Leite e reproduzido por Hornaert et al (2008, anexo IX do cap. III), no qual podemos visualizar a expansão jesuítica desde o Baixo até o Alto Amazonas. Nele, grifamos algumas informações, para direcionar a visualização:



## A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR DO TUPINAMBÁ

Antes de iniciar o enquadramento teórico da situação de contato linguístico entre o *tupinambá* e as línguas *tapuias* da Amazônia, consideramos necessário responder a uma pergunta que deve estar na mente dos estudiosos do contato entre línguas: há como levantar argumentos, em termos intralinguísticos, de uma possível *crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, e de que as mudanças estruturais nessa língua, até se tornar a *língua geral corrupta* ou Língua Geral Amazônica e, posteriormente, o *nheengatu*, foram fruto de um processo de *pidginização/crioulização*, resultante do contato ocorrido entre a *língua geral antiga* ou *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias*, durante o período de atuação dos jesuítas na Amazônia, entre 1653 e 1760?

Em termos intralinguísticos, acreditamos que sim, mas não com dados empíricos do atual *nheengatu*,<sup>3</sup> pois este, sendo falado ainda hoje, já sofreu um processo de mais de 200 anos de contato com a língua portuguesa, em situação de bilinguismo, contato este que, segundo Rodrigues (1986, p. 106), foi responsável, inclusive, por introduzir no *nheengatu*, quando ainda estava no estágio de *língua geral corrupta* ou Língua Geral Amazônica, orações com estrutura do tipo relativa, fato que o referido autor comprova com dados intralinguísticos recentes do *nheengatu*, o que é possível, pois, após a expulsão definitiva dos jesuítas em 1760, o contato da *língua geral corrupta* ou Língua Geral Amazônica com o português foi intenso e não interposto, desde o seu início até os dias atuais, pelo contato com nenhuma outra língua. Dessa maneira, uma análise intralinguística do *nheengatu* nos levaria a encontrar, como influências exógenas, vestígios principalmente do português, a exemplo das estruturas relativas. Além disso, mesmo que tenham restado vestígios das línguas *tapuias* no *nheengatu*, seriam vestígios que poderiam passar despercebidos, devido ao desconhecimento da estrutura dessas línguas, pois a grande maioria das línguas dos *tapuias* descidos às missões pereceu durante a situação de contato ao longo dos séculos XVII e XVIII, quando aos seus falantes foi imposta a *língua geral antiga* ou *tupinambá*. Daí a denominação que Barros (2003) deu a esse processo de “tupinização dos tapuias”, pois a maior parte destes acabou se tornando monolíngue na *língua geral corrupta* ou Língua Geral Amazônica, de acordo com o que afirma Freire, quando aborda esse monolinguismo. (2004, p. 181). Isso nos leva a pensar que, em vez de se fazerem análises empíricas no *nheengatu*, seria muito mais produtivo partir para a análise intralinguística no

---

3 Na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, no Alto Amazonas, o *nheengatu* foi, inclusive, co-oficializado, junto com o *tukano* e o *baniwa*, paralelamente ao português.



seu antecedente histórico, a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, para o que existem dados documentados em abundância, que podem servir de base empírica de análise. Nesse sentido, em textos do próprio Rodrigues, podemos encontrar exemplos de erosão na morfologia nominal de caso do *tupinambá* – ocorrida durante o processo em que se tornou a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* –, resultando na eliminação do seu sistema de declinação dos nomes, embora Rodrigues atribua essa erosão ao bilinguismo do *tupinambá* com a língua portuguesa e não a um processo de *pidginização/crioulização*, fruto do contato entre o *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias*.

Quanto a outras características típicas das línguas crioulas – como o sistema de tempo, modo e aspecto (doravante sistema TMA), formado pela gramaticalização de advérbios e verbos auxiliares, convertidos em partículas pré-verbais; o sistema de artigos, distribuído nas dicotomias específico *versus* genérico e definido *versus* indefinido; e os verbos seriais, que são a “co-ocorrência de dois verbos independentes em um mesmo predicado, sendo que um verbo desempenha a função verbal e o outro desempenha a função de uma preposição ou um complementizador” (LUCCHESI, s.d, p. 14)<sup>4</sup> – não podemos, através da análise intralinguística dos dados de que dispomos, verificar com segurança se algumas dessas características estão presentes na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, embora não possamos esquecer de uma observação importante feita por Lucchesi, quando diz que a existência dessas características não garante o caráter crioulo de uma língua, pois, independentemente delas serem típicas das línguas crioulas, não são, contudo, exclusivas desse tipo especial de língua, como podemos notar, ainda segundo o autor, nas línguas naturais do grupo linguístico *kwa*, existentes no oeste africano, que possuem características semelhantes às expostas, sem serem, apesar disso, línguas crioulas. Desse modo, ao expormos dados intralinguísticos do *tupinambá* e da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, que comprovam um processo de erosão gramatical de morfologia, e um depoimento sobre a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, que se constitui em indício da formação de um sistema TMA fundado em partículas pré-verbais – fenômenos que ocorrem na língua que sofreu a *pidginização/crioulização* –, estes devem ser considerados em conjunto com sua sócio-história, para que não afirmemos serem originários da TLI fenômenos que, na verdade, já existiam naturalmente na língua em questão:

---

4 Trata-se do texto *Línguas em contato*, de Dante Lucchesi, em manuscrito ainda não publicado. Nas demais citações a este trabalho, não faremos referência à data, diferenciando-o dos demais trabalhos de Lucchesi, todos com suas devidas datas.

A idéia de que os crioulos seriam um tipo de língua estruturalmente diferente não encontra hoje grande respaldo entre os crioulistas; muitos dos quais têm chamado a atenção para o fato de línguas como o chinês mandarim, ou mesmo o inglês, exibirem propriedades estruturais que são tidas como típicas das línguas crioulas [...] Desse modo, **não se pode identificar uma língua como crioula apenas em função de suas características estruturais; é preciso conjugar o processo histórico de sua formação com os resultados lingüísticos desse processo** (LUCCHESI, p. 9, grifos nossos).

Nesse texto, intitulado *Línguas em contato* e ainda não publicado, Lucchesi afirma que a história da humanidade está repleta de situações que envolveram migrações, guerras e conquistas, gerando relações que variaram desde trocas comerciais até a escravização de populações inteiras, com consequências que afetaram todos os níveis estruturais das línguas utilizadas pelos povos envolvidos nos processos de contato. Essas relações, em sua grande parte de subjugação, tiveram diversos tipos de caráter: religioso (que é o caráter abordado neste estudo), cultural, econômico, político e militar (LUCCHESI, p. 1). Assim, temos que o contato entre diferentes povos implica no contato entre diferentes línguas, com diferentes consequências na estrutura de cada uma delas.

Contudo, ainda segundo esse autor, os estudos atuais sobre o contato entre línguas têm restringido as consequências desse contato aos processos radicais de *pidginização* e *crioulização*, nos quais há, necessariamente, uma ruptura tipológica entre a língua *pidginizada* ou *crioulizada* e as línguas que a originaram, o que vale dizer: a língua do dominador – também chamada de língua lexificadora ou de língua-alvo – e a(s) língua(s) do(s) dominado(s) – também chamada(s) de língua(s) subjugada(s). Dessa maneira, as situações nas quais o contato não gerou consequências tão radicais, ao ponto de levar a uma ruptura tipológica, ficaram carentes de um aparato teórico que as abarcasse. Essas situações de contato entre línguas são as que tiveram como resultado não uma língua qualitativamente diferente das demais envolvidas no processo de contato, mas, sim, o surgimento de uma nova variedade da língua-alvo, não havendo, portanto, ruptura tipológica entre esta e a sua nova variedade. Desse modo, para que essas situações, nas quais surge apenas uma nova variedade da língua-alvo, possam ser estudadas sob a ótica dos processos de contato entre línguas, Baxter e Lucchesi (2009) desenvolveram o conceito de Transmissão Linguística Irregular (doravante TLI), um processo amplo que abarca tanto as situações radicais de contato, como a *pidginização* e a *crioulização*, quanto as situações menos radicais, nas quais se forma apenas uma variedade da língua-alvo (variedade esta que, apesar de não ser uma língua com reestruturação total de sua gramática, possui algumas características de uma língua

crioula), resolvendo, dessa forma, o inconveniente de restringir o aparato teórico sobre línguas em contato às situações de *pidginização* e *crioulização*:

A formulação desse conceito visa a desenvolver um modelo mais amplo de análise das mudanças lingüísticas induzidas pelas situações de contato maciço entre línguas que não se restrinja às situações típicas de pidginização e crioulização. A idéia básica é a de que o contato entre línguas pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova – uma língua *pidgin* ou crioula, que tem uma gramática qualitativamente distinta da língua alvo –, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua alvo que apresenta características estruturais semelhantes às que se encontram nas línguas crioulas, no que se pode chamar de *transmissão lingüística irregular de tipo leve*. (LUCCHESI, p. 24).

Dessa maneira, o que temos é um *continuum* de TLI, determinado pela intensidade da erosão gramatical da língua-alvo, ocorrida no momento inicial do contato linguístico, devido ao pouco acesso dos falantes adultos às suas estruturas linguísticas, que são obrigados a adquirir de forma abrupta e em caráter emergencial. Assim, se a intensidade da erosão gramatical, no momento inicial do contato, for pequena, a intensidade da TLI também o será. De maneira inversa, se a intensidade da erosão gramatical, no momento inicial do contato, for grande, igualmente grande será a intensidade da TLI, numa relação de causa e consequência. (LUCCHESI, 2003, p. 272; BAXTER & LUCCHESI, 2009, p. 101-102; LUCCHESI, p. 24).

Porém, como foi dito, a erosão gramatical se refere ao momento inicial do contato, sendo este o primeiro fator crucial para que a TLI resulte apenas no surgimento de uma nova variedade da língua-alvo ou no surgimento de uma língua *pidgin* ou *crioula*.

O segundo momento crucial, ainda segundo Lucchesi, vem logo após a erosão gramatical. É o momento da recomposição gramatical da língua-alvo que foi adquirida de maneira defectiva e como segunda língua pelos falantes adultos. Essa recomposição gramatical começa a acontecer no momento em que a língua-alvo, erodida gramaticalmente, passa a se expandir funcionalmente dentro da comunidade de fala em que foi adquirida de maneira precária – no que se chama de *hibridização terciária* –, pois a recomposição gramatical é necessária para que o referido código emergencial possa ser utilizado nas diversas situações sociais que começam a existir dentro de uma comunidade de fala emergente.

Dessa maneira, se, no momento da recomposição gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo continuar restrito, teremos ou uma reestruturação original da gramática da língua-alvo, baseada nas estruturas gramaticais da(s) língua(s) dos falantes adultos dominados, que adquiriram a língua-alvo como L2, ou baseada no início da nativização desse código pela geração seguinte da comunidade de fala incipiente. Assim, nesse último caso, a recomposição gramatical aconteceria devido ao acesso que os Dados Linguísticos Primários (doravante DLP), oferecidos pelos seus pais como *input*, teriam à Gramática Universal (doravante GU), que, por sua vez, dotaria naturalmente esse código emergencial dos instrumentos necessários a uma língua para que esta possa ser utilizada pelos seus falantes nativos em quaisquer situações sociais que enfrentem ao longo de suas vidas. (LUCCHESI, p. 24). Portanto, no caso da reestruturação original sem nativização, teríamos uma língua *pidgin*. Já no caso da reestruturação original com nativização, teríamos uma língua *crioula*. Em ambos os casos, temos uma TLI que varia do grau médio ao pesado.

Entretanto, se, no momento da recomposição gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo aumentar substancialmente, teremos apenas a formação de uma nova variedade da língua-alvo, pois a recomposição de sua gramática, adquirida num primeiro momento como L2, de forma precária e com erosão gramatical, pelos falantes adultos, acontecerá com base nas estruturas gramaticais da própria língua-alvo e não com base nas estruturas da(s) língua(s) do(s) dominado(s) ou no início da nativização desse código emergencial pela geração seguinte. Nesse caso, temos a TLI leve, que é, segundo Baxter e Lucchesi (2009), o quadro no qual se encaixa a formação das variedades populares do português brasileiro.

De acordo com a nossa compreensão da TLI como um processo variável quanto à sua intensidade, elaboramos o quadro que se segue, no qual procuramos esboçar um *continuum* de TLI, de forma esquemática:

### ***Continuum* da Transmissão Linguística Irregular**

#### **Instruções:**

- 1. O *continuum* propriamente dito se encontra na parte do quadro de fundo cinza;**
- 2. Direção do *continuum*: vertical;**
- 3. Sentido do *continuum*: de cima para baixo, tendo como extremo inicial a erosão gramatical LEVE e como extremo final a erosão gramatical PESADA.**

TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR				
Primeiro momento	Segundo momento			
<b>EROSÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA-ALVO</b>  <i>Obs.: na erosão gramatical, sempre há pouco acesso às estruturas da língua-alvo</i>	<b>RECOMPOSIÇÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA-ALVO</b>			
	<b>Com muito acesso às estruturas gramaticais da língua-alvo, não resultando em uma língua qualitativamente distinta</b>	<b>Com pouco acesso às estruturas gramaticais da língua-alvo, resultando em uma língua qualitativamente distinta</b>		
		<b>Sem nativização</b>	<b>Com nativização</b>	
<b>LEVE</b> ( <i>extremo inicial do continuum</i> )	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com pouco distanciamento da variedade da língua-alvo.	Língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original pouco extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original pouco extensa da gramática da língua-alvo baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	
<b>MÉDIA</b>	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com médio distanciamento da variedade da língua-alvo.	Língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original medianamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original medianamente extensa da gramática da língua-alvo baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	
<b>PESADA</b> ( <i>extremo final do continuum</i> )	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com grande distanciamento da variedade da língua-alvo.	Jargão, que, nesse momento de recomposição, começa a desenvolver estruturas gramaticais, dando início ao processo que o tornará uma língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	<b>1.</b> Língua crioula, que nativizou o jargão, sem que tenha havido antes a reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas, pois, nesse caso, a reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo se dá como consequência da ação dos dispositivos gramaticais da Gramática Universal.	<b>2.</b> Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.

Quadro 1: *Continuum* da transmissão linguística irregular

Como podemos perceber no quadro, elaborado com base nas informações dos textos de Lucchesi (2003) e Baxter e Lucchesi (2009), a erosão gramatical acontece em qualquer um dos níveis do *continuum* da TLI, desde o mais leve ao mais pesado. Essa erosão se caracteriza pelo abandono total ou parcial da morfologia verbal de pessoa e número e de tempo, modo e aspecto (sistema TMA), da concordância nominal de gênero e número e da flexão de caso dos pronomes pessoais, responsáveis pela sintaxe aparente da língua-alvo, no momento de aquisição desta como L2 pelos falantes adultos.

Dessa maneira, nos casos de TLI leve, teríamos o abandono parcial dos elementos citados acima, observando-se “um amplo processo de variação no uso de tais elementos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação total” (LUCCHESI, p. 26). Já nos casos de TLI média e pesada, teríamos o abandono total desses elementos gramaticais, que seriam “virtualmente eliminados” (p. 26).

A partir de agora, concentraremos as nossas atenções nos casos em que houve a TLI pesada, com grande erosão gramatical da língua-alvo, seguida da recomposição gramatical na qual o acesso às suas estruturas se manteve restrito, dando margem à reestruturação original da gramática, seja através do processo da *pidginização* (baseado nas estruturas gramaticais da(s) língua(s) do(s) dominado(s)), seja através do processo da *crioulização* (baseado na nativização do código emergencial surgido no momento inicial do contato). A restrição de nossa análise à TLI pesada se justifica por considerarmos que, no caso da imposição do *tupinambá* aos índios *tapuias* – falantes de muitas línguas totalmente diferentes do *tupinambá*, e diferentes entre si –, a erosão gramatical ocorrida no momento inicial do contato não foi seguida de um aumento do acesso desses *tapuias* às estruturas da língua-alvo (a *língua geral antiga* ou *tupinambá*) – o que seria, segundo Lucchesi, a TLI de tipo leve –, mas, sim, da continuidade da situação de restrição a essas estruturas – situação que, pela lógica exposta pelo próprio autor, ao utilizar o qualificador “leve”, nos levou a chamar essa situação de TLI “pesada”. Essa situação de TLI pesada, por sua vez, teria sido a consequência da atuação dos jesuítas na Amazônia, como exposto acima, e que retomaremos mais adiante.

Continuemos a nossa exposição:

As línguas pidgins e crioulas decorrem de situações em que povos de línguas diferentes e mutuamente ininteligíveis têm de interagir por um determinado período de tempo, criando a necessidade de um código básico de comunicação, que é utilizado com funções muito restritas, tais como passar informações básicas e imediatas, transmitir e receber ordens e viabilizar trocas. A duração e a motivação de tais interações variam largamente, com diferentes resultados lingüísticos. Se a relação é pontual e efêmera, o resultado é um pequeno

vocabulário que cada falante manipula usando a gramática de sua língua nativa, denominado **jargão** na terminologia da crioulística. Se a situação se prolonga, uma estrutura gramatical começa a se formar em torno desse vocabulário básico. A estruturação gramatical, mesmo que precária, é o que distingue o **pidgin** do jargão. A estruturação gramatical, bem como as funções de uso do pidgin, podem se expandir enormemente fazendo com que esse **pidgin expandido** se assemelhe a qualquer outra língua humana. Porém, se uma nova comunidade se forma na situação de contato, ocorrendo uma ruptura cultural e lingüística para uma parte dos grupos envolvidos, as crianças que nascem nessa comunidade emergente passam a ter como modelo para aquisição de sua língua materna o pidgin, ou mesmo o jargão [momento em que ocorre a *interrupção de transmissão linguística entre gerações*, ou seja, a língua *tapuia* que vinha sendo transmitida há várias gerações, como LI, até a geração dos pais *tapuias*, tem a sua transmissão interrompida, sendo abruptamente substituída por um jargão ou *pidgin* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, surgido na situação de contato, e que será, a partir de então, o modelo linguístico que servirá de base para a aquisição de primeira língua da geração dos filhos dos referidos pais *tapuias*]. Essa nativização dá origem à **língua crioula**, que, ao contrário do pidgin, é a língua materna da maioria dos seus falantes. (LUCCHESI, p. 3, grifos do autor).

Como podemos perceber no trecho retirado do texto *Línguas em contato*, o cenário sociolinguístico que se delineou, primeiramente, no Baixo Amazonas – com a chegada de Vieira em 1653 – e, posteriormente, no Alto Amazonas – com a continuação da ação catequética dos jesuítas após a expulsão do ilustre jesuíta em 1661 – é muito semelhante ao cenário que Lucchesi aponta para os processos nos quais há a formação de línguas *pidgins* e *crioulas*, seja pela interação que houve entre povos de línguas mutuamente ininteligíveis – pois foram muitas as línguas *tapuias* envolvidas na situação de contato –, seja pelo tempo que durou a interação – 107 anos, de 1653 a 1760 –, seja pela necessidade que houve de se utilizar um código básico de comunicação, que, na situação que ora abordamos, foi a *língua geral antiga* ou *tupinambá*.

### **Como se formou a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, um possível crioulo de base *tupinambá***

#### *Primeiro momento: a erosão gramatical da língua geral antiga ou tupinambá*

Como já foi sobejamente exposto ao longo deste texto, as missões jesuíticas foram os principais locais onde houve a aglomeração de grandes contingentes de

índios *tapuias* adultos, falantes de línguas tipologicamente muito distintas – e consequentemente ininteligíveis umas em relação às outras –, que para essas missões eram dirigidos, através de um processo que começava com a captura desses *tapuias* nas suas aldeias de origem, nas expedições chamadas de “descimentos”, passando pelas aldeias de repartição, locais onde, então, eram distribuídos para as missões, para os colonos e para a Coroa, cabendo às missões, naturalmente, a maior parte da mão-de-obra indígena, pois eram os jesuítas que organizavam os descimentos.

Assim, além da própria intenção que os jesuítas já tinham de impor o *tupinambá* sobre as línguas dos índios *tapuias*, no intuito de levar a termo a “tupinização” desses povos, pelos motivos já comentados, o fato, em si, de estarem concentradas em um mesmo espaço etnias de diversas línguas mutuamente ininteligíveis criou, independentemente de qualquer outro fator, a necessidade da emergência de um código linguístico comum e supra-étnico, para que todos os que integravam esse mesmo espaço pudessem interagir verbalmente, tanto com os seus senhores – que, no caso das missões, eram os jesuítas –, quanto entre si, para que se pudesse iniciar uma vida social no bojo dessas aglomerações multi-étnicas, havendo a *hibridização terciária*, fator necessário para que se caracterize um processo de *pidginização*. (LUCCHESI, 2003, p. 273; BAXTER & LUCCHESI, 2009, p. 104; LUCCHESI, p. 6).

Esse grande contingente de *tapuias* concentrados nas missões era composto, na sua grande maioria, por índios adultos – ou, pelo menos, numa idade em que já suportassem o trabalho pesado, depois de iniciada a puberdade, acerca dos 12 anos, quando finda o período crítico de aquisição da linguagem, segundo o paradigma gerativista (QUADROS, 2010, p. 78) –, pois a intenção precípua dos jesuítas, com os descimentos, era a de abastecer as missões com a única, e por isso valiosa, mão-de-obra capaz de levar a termo o trabalho de extração das “drogas do sertão”, comércio que foi tão lucrativo aos inacianos a ponto de oferecer concorrência à Coroa, fato que desembocou nos acontecimentos que levaram à expulsão da Ordem de todas as possessões portuguesas em 1760.

Sendo os jesuítas da Amazônia um número muito reduzido (para se ter uma ideia, no ano de 1697, o número total de inacianos na região era de apenas 61 indivíduos), tínhamos uma situação na qual havia uma grande disparidade numérica entre o contingente do povo dominante, os jesuítas, e o contingente do povo dominado, os *tapuias* (veja-se que entre os anos de 1687 e 1690 foram descidos às missões cerca de 184 mil grupos *tapuias*), caracterizando uma situação que, mesmo que não especificada em termos exatos com relação à realidade demográfica de cada missão (o que seria praticamente impossível depois de quase quatro séculos), nos leva a afirmar com segurança (devido à grande quantidade de *tapuias* descidos,



de uma forma geral, e devido à pouca quantidade de jesuítas nas missões, também de uma forma geral) que a proporção do número de falantes dos grupos dominados em relação ao número de falantes do grupo dominador era muito maior do que a de 10 para 1, postulada por Lucchesi como a proporção mínima necessária à TLI pesada, como podemos perceber quando este afirma que, para que seja aberto o caminho para a *crioulização* da língua-alvo, é necessária

a concentração de um grande contingente lingüisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (a referência nas situações típicas de crioulização seria a proporção de pelo menos dez indivíduos dos grupos dominados para cada indivíduo do grupo dominante). (LUCCHESI, p. 25).

Essa grande quantidade de falantes das línguas dominadas, em contato com uma quantidade muito pequena de falantes da língua-alvo, fez com que o acesso desses *tapuias* às estruturas linguísticas do *tupinambá* – que eram obrigados a aprender como segunda língua, de oitiva, e, na sua quase totalidade, sem qualquer auxílio normativizador – fosse extremamente restrito, o que teria provocado uma grande erosão gramatical do *tupinambá* no momento de sua aquisição pelos *tapuias*, resultando na formação de um jargão, um conjunto de palavras do *tupinambá* praticamente desprovido de estrutura gramatical, e que era manipulado pelos *tapuias* adultos dentro dos esquemas gramaticais de suas línguas maternas. Mas um fato muito importante deve ser acrescentado a essa situação: no caso específico que abordamos, esse processo de erosão gramatical foi ainda mais profundo do que nos casos conhecidos de formação de crioulos de base portuguesa da África, nos quais houve a erosão gramatical de um código que era transmitido de forma precária por falantes nativos do português. Se, nas situações referentes à África – nas quais a língua-alvo dos colonizadores era a sua L1 (o português) –, a restrição às suas estruturas já foi suficiente para resultar numa aquisição tão precária a ponto de desencadear um processo de erosão gramatical que teve como resultado alguns crioulos basiletais, imagine-se o caso do eito nas missões jesuíticas e nas propriedades dos colonos da Amazônia, onde a língua-alvo à qual os *tapuias* tinham acesso restrito era uma L2 (o *tupinambá*) – falado, conseqüentemente, em diversos níveis de competência pelos dominadores –, pois a L1 dos jesuítas e colonos, no momento inicial de ocupação lusitana da Amazônia, era o português. Dessa maneira, quando se deu a imposição do *tupinambá* – que era a L2 dos jesuítas e colonos que o utilizaram para impô-lo aos índios *tapuias* –, o acesso às estruturas desse *tupinambá* vindo do Estado do Brasil (a língua-alvo) se tornou ainda mais restrito, resultando numa aquisição ainda mais precária do que nos casos conhecidos de crioulização.

Vejamos um exemplo de erosão gramatical, retirado do texto *As línguas gerais*, de Rodrigues (1986, p. 107), ocorrida no *tupinambá*, durante o processo que, segundo a nossa hipótese, foi de *pidginização/crioulização*, e não de bilinguismo.

Os nomes em *tupinambá* possuíam um sistema de declinação com diversos casos, dentre eles o **nominativo** (representado pelo sufixo **-a**), o **locativo** (representado pelo sufixo **-ype**) e o **atributivo** (representado pelo sufixo **-amo**). Tomemos agora o nome **ybák**, que significa “céu”. Assim, se declinarmos esse nome nos três casos citados acima, temos: [1] **ybáka**: “o céu”, no caso **nominativo**; [2] **ybákype**: “no céu”, no caso **locativo**; [3] **ybákamo**: “na condição de céu”, no caso **atributivo**.

Contudo, devido ao processo de *pidginização/crioulização*, pelo qual possivelmente passou, o *tupinambá* sofreu uma erosão na sua morfologia nominal, de modo que todos os demais casos foram eliminados, mantendo-se apenas o nominativo, que se integrou ao final dos nomes, sem mais exercer qualquer função gramatical. Desse modo, na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, a palavra “céu” passou a ser **iwáka**, originária do *tupinambá* **ybáka** (**ybák** -**a**), sofrendo uma pequena alteração fonética no seu interior e aglutinando o **-a** (**iwáka**), que, no *tupinambá*, era o sufixo do caso nominativo, como visto acima.

Em *tupinambá*, então, para transformar a expressão “o céu” (nominativo) em “no céu” (locativo), teríamos de trocar o sufixo do caso nominativo **-a**, pelo do caso locativo **-ype**, tendo como resultado **ybákype** (**ybák** -**ype**). Já na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, não há mais troca de sufixo para transformar a expressão “o céu” (nominativo) em “no céu” (locativo), mas apenas a posposição da partícula **upé** (que significa “em”) à palavra **iwáka** – que se tornou invariável –, não havendo mais qualquer flexão de caso, devido à sua eliminação. Reiterando, note-se que o antigo sufixo do caso nominativo continua presente em **iwáka**, mesmo se tratando de uma expressão locativa (**iwáka upé**: “no céu”), mas apenas como parte integrante do nome em questão, sem qualquer função gramatical. Temos, então, para a expressão “no céu”: [1] Em *tupinambá*: **ybákype**, com morfologia para flexão de caso locativo; [2] Em *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*: **iwáka upé**, sem morfologia para flexão de caso locativo, pois foi perdida no processo de TLI, apresentando agora uma estrutura analítica com a presença da partícula **upé**, posposta ao nome, tendo se tornado necessária para expressar a ideia de lugar.

Portanto, com relação ao sistema de declinação dos substantivos no *tupinambá*, este “desapareceu na LGA, na qual agora os substantivos têm uma só forma [...]”. Daí os exemplos mostrados acima, pois “o **a** final do Tupinambá era um sufixo, um elemento da gramática da língua que marcava o caso nominativo; na LGA ele é parte fixa do nome, não marcando mais nada, tal como o **a** final da palavra **iwáka** ‘céu’.” (RODRIGUES, 1986, p. 105-108, grifos nossos).

Como indícios sócio-históricos da erosão gramatical do *tupinambá* imposto pelos jesuítas aos *tapuias* da Amazônia (resultando na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*), vamos comparar, agora, um trecho escrito por Luís dos Santos Vilhena na virada do século XVIII para o XIX, referente à Vila de Camamu, na costa sul da Bahia, sobre a *língua geral* (que chamou de *língua brasílica*) falada na costa do Brasil – fruto de um processo de bilinguismo entre o *tupinambá* e o português (em que se considera que não tenha havido erosão gramatical, mas níveis diferenciados de competência) –, com um trecho escrito por Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, transcrito por Freire, e datado do ano de 1852, ou seja, quase cem anos depois da expulsão dos jesuítas da Amazônia, quando o *tupinambá* já teria, segundo a nossa hipótese, passado por um longo processo de *crioulização*, resultando na *Língua Geral Amazônica* – que João Daniel chamou de *língua geral corrupta*. Ressalte-se que, em 1852, o Estado do Grão-Pará e Maranhão não mais existia, administrativamente falando, pois o seu território já havia sido incorporado ao Estado do Brasil desde agosto de 1823.

Vejamos primeiro o trecho, retirado de Luís dos Santos Vilhena, referente à *língua geral* em cuja origem não houve erosão gramatical:

A vila pois do Camamu distante 24 léguas da cidade da Bahia, é o ponto de reunião de três grandes rios, quais são Maraú, Serinhaém, e Camamu, assim como de cinco outros mais pequenos, como são o Condurá, Pinaré, Mapera, Robalo, e Guarapiranga, os quais todos se juntam naquela vila motivo por que os índios formaram o nome Camamu, vocábulo que na língua brasílica [outro nome que designava a *língua geral*] quer dizer água do peito de mulher, pela semelhança dos esguichos de leite, que reunidos no bico do peito se difundem para diversas partes; **palavra bem digna de reflexão, que com algumas outras ouvi proferir, e analisar a um virtuoso sacerdote, peritíssimo na língua, e refletindo na força enérgica de cada uma, me fez duvidar da barbaridade dos inventores de palavras que bem podem disputar a primazia com a língua dos sábios, estas inventadas pelos homens mais eruditos da Grécia, ou do mundo inteiro, e aquelas compostas pelos homens mais rústicos que até hoje se tem encontrado.** (VILHENA, 1969, p. 497-498, grifos nossos).

Como podemos notar na citação transcrita, Vilhena compara a *língua geral* da costa do Brasil à língua dos sábios mais eruditos da Grécia e, quiçá, do mundo inteiro, o que sugere se tratar essa *língua geral* de um idioma possuidor de palavras portadoras de uma carga morfológica muito rica, cuja complexidade de funções se compararia à da língua grega.

Situação diametralmente oposta podemos notar na citação retirada de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, transcrita por Freire no seu livro *Rio Babel* (2004), referente à *língua geral corrupta*, falada na Amazônia, que, a essa altura, já era parte integrante do Estado do Brasil:

A língua geral [...] é a universal intérprete em toda a província do Pará. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas povoações. Nas cidades, fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no baixo Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constringidos os indígenas e os mamelucos em falá-la, **pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral**, respondem por esta se lhes pergunta por aquela (AMAZONAS, 1852 apud FREIRE, 2004, p. 179-180, grifo nosso).

De acordo com a citação acima, a *língua geral corrupta*, formada nos tempos jesuíticos do Estado do Grão-Pará e Maranhão – diferentemente do que Luís dos Santos Vilhena deixa claro com relação à *língua geral* formada na costa do Estado do Brasil, quando os dois Estados ainda eram colônias distintas –, não possuía morfologia verbal de tempo, fato que nos leva a supor que o mesmo devia acontecer com relação à morfologia de modo e aspecto, pois essas características morfológicas costumam ocorrer em conjunto, formando o sistema TMA. Na citação, também lemos que essa era a língua universal em toda a província do Pará e que, nas cidades, era falada da porta da sala para dentro, ou seja, era nessa língua que se davam as relações no ambiente doméstico e familiar. Além disso, ainda na mesma citação, lemos que os índios do Pará, mesmo quando eram interpelados em língua portuguesa, respondiam em *língua geral corrupta*, devido à dificuldade que tinham em lidar com a morfologia verbal da língua portuguesa, fato que aponta para uma competência linguística de segunda língua, no caso desta última. Se somarmos o fato de que a *língua geral corrupta* estava generalizada na província do Pará à sua utilização no ambiente doméstico e familiar, à sua utilização mesmo quando os índios do Pará eram interpelados em português e à competência linguística mais passiva do que ativa desses índios em língua portuguesa, não nos resta dúvida de que essa *língua geral corrupta* já era a língua materna da província do Pará.

Contudo, se era a língua materna de toda uma população, isso significa que essa língua deveria apresentar o sistema TMA, pois, segundo Lucchesi, “todas as crianças já nascem programadas para flexionar os verbos nas categorias de tempo, modo e aspecto”, programação esta que ocorreria durante o processo de aquisição de sua língua materna, de acordo com o *Bioprograma de aquisição da linguagem*, teorizado por Derek Bickerton. (LUCCHESI, p. 11). Portanto, seguindo essa linha

de raciocínio, o sistema TMA, obrigatoriamente, deveria estar presente na *língua geral corrupta*. Então, se esse sistema TMA, de acordo com a citação de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, não estava presente na sua morfologia verbal, onde estaria?

Lucchesi, ao apontar os “mecanismos gramaticais que se perdem na situação inicial de contato, mas são reconstituídos na criouliização”, coloca, entre eles, o sistema TMA, indicando que, no momento inicial do contato, quando há a erosão gramatical da língua-alvo (no caso em questão, o *tupinambá*), esses morfemas se perdem, “restando apenas uma forma básica do verbo, derivada da forma do infinitivo, ou da 3<sup>ffi</sup> pessoa do singular do presente do indicativo.” (LUCCHESI, p. 11-12). Contudo, durante o processo de *pidginização/criouliização*, ocorreria a gramaticalização de advérbios e de verbos auxiliares, que passariam a exercer as funções de tempo, modo e aspecto, em uma estrutura analítica, traduzida em partículas pré-verbais, e não mais na morfologia verbal que se perdeu na erosão gramatical ocorrida no início do contato. Dessa maneira, se a *língua geral corrupta*, como leva a entender a citação, era uma língua nativa, o que implica na presença do sistema TMA, e esse sistema não aparecia na sua morfologia verbal, então o sistema TMA da *língua geral corrupta*, por eliminação, só poderia se apresentar por meio de partículas pré-verbais, fruto da gramaticalização de advérbios e verbos auxiliares, de acordo com o que vimos acima, e que é uma das principais características das línguas crioulas (LUCCHESI, p. 12). Dessa maneira – para somarmos ao exemplo intralinguístico no qual se constata a eliminação do sistema de declinação dos nomes no *tupinambá* –, temos a inferência que, com bastante plausibilidade, mesmo sem possuir dados intralinguísticos a respeito do sistema TMA da *língua geral corrupta*, nos permite entrever, pelas frestas deixadas nas palavras de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, características típicas de línguas crioulas na *língua geral* que se formou na Amazônia.

A perda de morfologia nominal de caso, exposta anteriormente, e a inferência que indica a possibilidade de haver um sistema TMA formado por partículas pré-verbais na *língua geral corrupta*, se somadas às condições sócio-históricas nas quais se desenvolveu, tornam válida a hipótese de que essa língua – à qual João Daniel se referiu com uma denominação muito sugestiva e que se tornou a língua materna da grande maioria da população indígena da Amazônia – era, de fato, uma língua crioula.

### *Segundo momento: a recomposição gramatical do tupinambá como uma língua historicamente nova*

De acordo com o que vimos até agora, a recomposição gramatical original da língua-alvo pode acontecer de duas formas: 1. Através da expansão funcional

do *pidgin*, até que se chegue ao estágio do *pidgin expandido*; 2. Através da rápida criouliização/nativização do código emergencial, seja quando este ainda está no seu estágio de *jargão*, seja quando este ainda não alcançou o estágio de *pidgin expandido*. Em ambos os casos, o acesso às estruturas da língua-alvo tem de se manter restrito durante o processo da recomposição.

Contudo, no caso da recomposição gramatical original do *tupinambá*, resultando numa língua qualitativamente distinta – a *língua geral corrupta*, antecedente histórica do atual *nheengatu* –, pensamos que essa recomposição se deu da primeira forma exposta atrás, ou seja, através da expansão funcional do *pidgin* de base *tupinambá*, tendo a sua nativização se dado de forma gradual e demorada, de modo que, quando se apresentou uma população relevante de falantes nativos desse código emergencial surgido no primeiro momento do contato, este já havia tido tempo suficiente para se tornar um *pidgin expandido* e, conseqüentemente, recomposto gramaticalmente de forma original.

Vejamus essa fase da recomposição gramatical de forma mais detalhada. Nela, dois processos paralelos, possivelmente, ocorreram:

1. À medida que a população *tapuia* adulta começava a utilizar o *jargão* de base *tupinambá* – iniciando o processo de *hibridização terciária* –, este ia começando a se estruturar gramaticalmente, entrando em processo de *pidginização*, tornando-se um *pré-pidgin*. Com a constante renovação dos contingentes de *tapuias* adultos das missões, o *pré-pidgin* continuava a ser adquirido pelos novos *tapuias* adultos recém-integrados, e que já o adquiriam, como L2, com alguma estrutura gramatical, contribuindo para que se tornasse um *pidgin estabilizado*. Mais *tapuias* adultos continuavam a ser integrados às missões, contribuindo, por sua vez, para que o *pidgin estabilizado* se tornasse um *pidgin expandido*.
2. Ainda na condição de *jargão*, algumas poucas crianças da 2<sup>ffi</sup> geração de *tapuias*, nascidas nas missões, podem tê-lo nativizado, reestruturando-o gramaticalmente, de forma original, devido aos dispositivos presentes na GU. Contudo, como já foi dito, essa nova geração não deve ter sido representativa o suficiente para que se caracterizasse uma criouliização do *jargão*. Assim, o *jargão* continuava a sua *hibridização terciária* como L2 de falantes adultos, tornando-se um *pré-pidgin*. Por isso, a 3<sup>ffi</sup> geração de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, já tinha como DLP o *pré-pidgin*, que continuava – paralelamente a essas nativizações pontuais – a sua expansão funcional como L2, tornando-se um *pidgin estabilizado*. Dessa forma, a 4<sup>ffi</sup> geração de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, o fazia com base nos DLP do *pidgin estabilizado*, enquanto este continuava, paralelamente, o seu processo

de expansão como L2 de falantes adultos, tornando-se um *pidgin expandido*. Portanto, a 5ª geração de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, já o fazia baseada nos DLP do *pidgin expandido*.

Somando-se essas 4 novas gerações de crianças *tapuias* que adquiriram como L1 o código emergencial, surgido no momento inicial do contato, distribuídas em várias faixas etárias, dos mais velhos aos mais novos, teríamos uma população significativa de indivíduos que adquiriram esse código como L1, desde o nível menos estruturado gramaticalmente (para os integrantes da faixa etária dos mais velhos) ao nível bem estruturado gramaticalmente (para os integrantes da faixa etária dos mais jovens). Assim, de forma sintética, teríamos um cenário no qual: a 2ª geração teria adquirido o *jargão* como L1; a 3ª geração teria adquirido o *pré-pidgin* como L1; a 4ª geração teria adquirido o *pidgin estabilizado* como L1; a 5ª geração teria adquirido o *pidgin expandido* como L1, formando, então, uma população significativa de falantes nativos do código emergencial, a ponto de se poder caracterizar a crioulização desse código. Esse crioulo que teria se formado, porém, possuiria uma grande variabilidade interna, pois foram muito variados os DLP adquiridos, ao longo das quatro gerações, como L1, pois cada nova geração já adquiria como língua materna um código mais estruturado do que o anterior. Quando, de acordo com nossa hipótese, se consolidou a nativização do *pidgin* pela população amazônica – composta por várias faixas etárias, distribuídas em 4 gerações –, que, em uma mesma sincronia da história, o utilizava, foi uma nativização com grande variabilidade interna, o que significou um *tupinambá* crioulo também muito variado em termos estruturais, variabilidade esta que é uma das características das línguas crioulas.

Devido ao tempo que o *jargão*, formado no início do contato, teve para se expandir gramaticalmente, a língua historicamente nova que se formou na situação de contato entre o *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias* não deve ter apresentado grandes diferenças estruturais entre o seu estágio de *pidgin expandido* – ou seja, segunda língua da maioria de sua população de falantes – e o seu estágio de *língua crioula* – ou seja, primeira língua da maioria de sua população de falantes.

Contudo, após a crioulização de uma língua, ainda há outro estágio a ser considerado. Esse estágio é chamado de *continuum post-crioulo*. Vejamos o que Lucchesi diz a respeito:

Na medida em que as línguas lexicadoras gozam de maior prestígio e poder, acabam influenciando as línguas crioulas, que vão progressivamente incorporando os mecanismos gramaticais da língua oficial, no que se chama de **descrioulização**, ou **continuum post-crioulo**. Nesse contínuo, podem-se definir diversas camadas ou socioletos, assim

classificados: **basileto**, **mesoleto** e **acroleto**. O basileto, comumente chamado de *crioulo fundo*, é constituído pelas variedades mais tipicamente crioulas, empregadas em geral por falantes monolíngües em crioulo, analfabetos e que têm pouco ou nenhum contato com a língua lexificadora (na maioria dos casos, são os falantes mais velhos da zona rural). Ao lado dessas, temos as variedades intermediárias, ou mesoletais, empregadas pelas pessoas com alguma escolaridade e que, portanto, já conhecem a língua lexificadora. Desse modo, ao falarem crioulo, esses falantes já começam a incorporar palavras e elementos gramaticais da língua lexificadora, principalmente quando estão tratando de temas que fogem ao seu universo doméstico. Por fim temos as variedades acroletais do crioulo, que já incorporaram boa parte do arcabouço gramatical da língua lexificadora. Nesses casos, é inclusive muito difícil fazer a distinção entre o que seria uma variedade do crioulo e uma variedade da língua lexificadora. (LUCCHESI, p. 8).

De acordo com os dados fornecidos por Hornaert et al (2008, p. 83), quando os jesuítas foram expulsos definitivamente do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1760, o seu número total era de 155 indivíduos. Paralelamente a isso, temos o fato de que, ainda nos dias atuais, a região amazônica – já pertencente ao Estado do Brasil – continua sendo a região com a maior concentração demográfica indígena do país, na qual se encontra a maioria dos cerca de 250 mil índios que restaram dos quatro séculos de genocídio ali ocorrido e iniciado com a colonização portuguesa da região em 1615. Essas informações nos levam a concluir que, durante todo o período jesuítico na Amazônia colonial (de 1653 a 1760), o contingente de grupos *tapuias* colonizados continuou, sempre, extremamente maior do que o contingente de colonizadores jesuítas, fato que manteve a situação de pouco ou quase nenhum acesso dos grupos *tapuias* às estruturas da língua-alvo, que, por sua vez, era a segunda língua dos dominadores, e não a primeira. Por fim, de acordo com Freire (2004, p. 181), a grande comunidade de fala que se formou como resultado da atuação dos jesuítas na Amazônia se tornou monolíngue na *língua geral corrupta*, à qual o autor se refere, seguindo Aryon Rodrigues, como *Língua Geral Amazônica*. Se tivermos em mente as palavras de Lucchesi, expostas acima, no que diz respeito aos fatores necessários à formação de *crioulos pesados* ou *basiletos*, chegamos à conclusão de que a *língua geral corrupta* se tratou de um *crioulo basileto*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, procuramos delinear o contexto sociolinguístico dentro do qual constatamos ter sido possível a *pidginização/crioulização* da *língua*



*geral antiga* ou *tupinambá*, levado da costa do Estado do Brasil para as margens do rio Amazonas e seus afluentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

No intuito de atingir o objetivo proposto, fizemos uma breve retrospectiva sócio-histórica da atuação dos jesuítas na Amazônia, de um ponto de vista linguístico, iniciando uma viagem que teve, como porto de embarque, os anos que antecederam a chegada de Antônio Vieira à Amazônia, passando pelo seu período de atuação nesse lugar, assim como pelo período posterior à sua expulsão, desembarcando, finalmente, em 1760, quando os jesuítas foram definitivamente expulsos das possessões portuguesas, no intuito de expor a forma como os inácianos agrupavam índios *tapuias* das mais variadas etnias e línguas em espaços comuns, possibilitando, assim, o contato entre essas línguas.

Finalizada a “viagem sócio-histórica”, partimos para a caracterização do processo de contato linguístico propriamente dito, tendo como base o aparato teórico da *Transmissão Linguística Irregular*, desenvolvido por Dante Lucchesi e Alan Baxter (2009), no qual enquadrámos a situação de contato entre línguas que se delineou nesse período da Amazônia, quando esta ainda se constituía no Estado do Grão-Pará e Maranhão, administrativamente distinto do Estado do Brasil.

O que veio a acontecer depois da expulsão da Companhia de Jesus da região amazônica, em 1760, já foi outra situação de contato, ou seja, uma situação de bilinguismo, dessa vez entre a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* – antecedente histórica do *nheengatu* – e a língua portuguesa, formando um contexto linguístico distinto do observado nos tempos jesuíticos.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina (2003). As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 57-83.

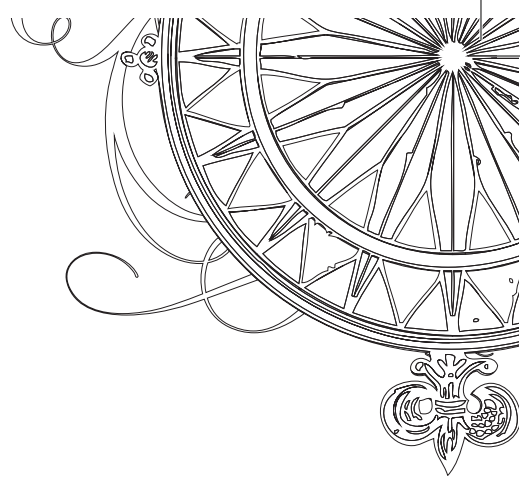
BARROS, Maria Cândida (2003). Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 85-112.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (2009). A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA. p. 101-124.

DIRECTORIO, QUE SE DEVE OBSERVAR NAS POVOAÇÕES DOS ÍNDIOS DO PARÁ, E MARANHÃO EM QUANTO SUA MAGESTADE NÃO MANDAR

- O CONTRÁRIO. In: ALMEIDA, Rita Heloisa de (1997). *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: ed. UNB. Anexo.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (2003). Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 195-207.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (2004). *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica.
- HORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Brenno (2008). *História da Igreja no Brasil: Primeira Época – Período Colonial*. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante (s/d). *Línguas em Contato*. Manuscrito.
- QUADROS, Ronice Müller de (2010). O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem. In: FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de (orgs.). *Teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: EDUFSC. p. 45-82.
- RODRIGUES, Aryon (1996). *As línguas gerais sul-americanas*. Disponível em: <http://www.unb.br>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- RODRIGUES, Aryon (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola. p. 99-109.
- ROSA, Maria Carlota (2003). A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 133-146.
- SCHMIDT-RIESE, Roland (2003). Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contatos lingüísticos. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 147-166.
- VILHENA, Luís dos Santos (1969). *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã.
- VIEIRA, Antônio (1967). *Os Sermões*. São Paulo: Melhoramentos.





## O LINGUISTA: *abá-pe aîPÓ?*<sup>1</sup>

Américo Venâncio Lopes Machado Filho  
(Universidade Federal da Bahia)

Ca a uerdade dizer / odereyto nome da Jnssoa / nō ha nome de Cadiz. mais Guadiz.  
Ede Guadiz ha o mar nome Guaditaneo ! mais os homēes tolherō o nome áa Insoa Guadiz !  
e chamana Cadiz / porque lhis semelha onome chus fremoso.<sup>2</sup>

As línguas humanas têm instigado no homem uma constante reflexão de natureza metalinguística. Reflexão muitas vezes tirada, ou melhor, “tolheya” – para se utilizar do léxico arcaico do português, com base no fragmento medieval acima – do impressionismo pessoal do homem comum, em que a dimensão do mais belo ou do mais “fremoso” pudesse também se oferecer como explicação plausível e imediata. “Guaditaneo”, ontem, Mediterrâneo, hoje, conquanto o mesmo mar.

Antes de o mundo ocidental desenvolver os primeiros alicerces que viriam a constituir a linguística moderna, nos moldes científicos em que hoje se apoia, o homem já havia articulado suas primeiras impressões sobre esse objeto complexo, plural e variável, que é a língua humana. Veja-se que o “mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje, na Índia, é o de Yaska, um autor que viveu no IV século a.C., e tem por nome *Nirukta* que significa *Explicação*” (CÂMARA JR., 1990, p. 15), embora não seja essa obra tão importante como a posterior de Panini, sobre o sânscrito, escrita no mesmo século.

No Portugal quinhentista, homens como Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540, já apresentavam as primeiras reflexões metalinguísticas sobre o português, em que se esboçavam, em linhas gerais, a preocupação da descrição

1 O presente trabalho dividiu o primeiro lugar no Concurso Nacional “O que é ser linguista”, promovido pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), no ano de 2001, quando seu autor realizava seu doutoramento sob a orientação da Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, coordenadora do Prohpor. A promessa de sua publicação, entretanto, jamais foi efetivada pela diretoria da ABRALIN, o que parece justificar sua inclusão na presente coletânea. **ABÁ-PE AÎPÓ** significa “Quem é esse?”, segundo Navarro (1999, p. 22).

2 Transcrição de um fragmento de um *Flos Sanctorum* do século XIV, fólio 16r, coluna 2, linhas 12 a 18, manuscrito pergamináceo escrito em português, integrante do acervo da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, originalmente trazido para o Brasil na década de 50 pelo ilustre professor e filólogo Serafim da Silva Neto, que o adquiriu, conjuntamente com o *Livro da Aves* e os *Diálogos de São Gregório*, em Portugal.

das realizações fonéticas, na obra do primeiro, e a correlação dos sons da língua e sua forma escrita, como fio condutor no trabalho do segundo.

Se como artifício taxionômico se possa aceitar que só a partir de 1916 a linguística aufere o estatuto de ciência, com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, muito se deveu à saga e ao trabalho precursor de alguns homens de visão que, embora condicionados ao nível de desenvolvimento social e civilizatório de sua época, formaram as bases ontológicas do despertar do homem científico contemporâneo, que perscruta sua própria linguagem e a de outros, sob a ótica de diferentes teorias que “podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo” (DASCAL; BORGES NETO, 1991, p. 20)<sup>3</sup>.

Em linhas gerais, o linguista moderno inicia sua *cruzada* de trabalho sob a égide de uma fundamental noção de sistema, originalmente proposta por Saussure – mas só tornada pública por intermédio da compilação de notas de sala de aula de seus discípulos – que procurava correlacionar a linguística a um objeto teórico homogêneo, que outorgasse sua autonomia enquanto ciência. E nesse ponto pode-se certamente dizer que essa estratégia obteve êxito. Essa visão de sistema passa depois a encontrar progressivamente novas reformulações.

Embora se possa admitir que “the study of language is still in its infancy”<sup>4</sup>, como bem adverte Lightfoot (1999, p. x), em recente trabalho, muitos avanços teóricos foram conquistados pelos homens e mulheres da linguística, desde as primeiras ideias de Saussure. Seu processo de expansão vivenciou e continua a vivenciar diversas correntes de pensamento dos estudos linguísticos, entre elas, as propostas gerativistas de Chomsky (1957), em seu *Syntactic Structures*, e suas posteriores e constantes reformulações teóricas, vistas por alguns como “estágios de um mesmo programa” estruturalista (KATO, 1997, p. 276), mas pelo próprio autor como um rompimento com o modelo anterior, até as ideias da sociolinguística quantitativa de base empírica, aperfeiçoada por Labov, a partir do antológico artigo em co-autoria com Uriel Weinreich, seu mestre, e com Marvin Herzog, intitulado *Empirical foundation for a theory of language change*, de 1968, em que o conceito de sistema homogêneo é contrariado em prol de uma heterogeneidade sistemática da língua, que por si só pressupõe a variação.

---

3 Dascal; Borges Neto (1991, p. 19-20) definem objeto observacional como “a *região* que a teoria privilegia como foco de sua atenção”, isto é, o recorte a ser estudado, e objeto teórico como “objetivo geral de estudo (*fazer ciência*, por exemplo) e do nível de adequação pretendido”, que pode ser entendido como os princípios conceituais básicos a serem utilizados na análise.

4 Trad.: “o estudo da linguagem esteja ainda em sua infância”.

Mas não é sobre as diversas formas de se fazer linguística nem sobre sua historiografia que se pretende aqui brevemente tratar, já que certamente se apresentaria uma lista bastante incompleta, haja vista a dimensão e a pluralidade que essa ciência atingiu no contexto mundial e não menos no Brasil. Mas, antes, esboçar algumas características e funções próprias ao linguista, nomeadamente ao linguista brasileiro, no âmbito do desenvolvimento da ciência linguística nacional.

Como se sabe, o primeiro homem a tentar implementar um curso de Linguística no Brasil foi o professor Mattoso Câmara Júnior, que, convidado para conduzir um curso na extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1938, viu seu projeto, já em 1939, cerceado pelo getulismo da época (MATTOS E SILVA, 1998, p. 100). O homem brasileiro teria de esperar, como há muito esperava pelas “novidades” desenvolvidas no mundo lá fora. Apenas em 1963, por força de lei promulgada no ano anterior, a Linguística passa a ser matéria obrigatória nos currículos universitários.

É bastante claro o entendimento de Mattos e Silva (1998) sobre o cenário em que foram formados os primeiros linguistas do País, cuja opinião, embora longa, não se furta, aqui, de reproduzir:

A Linguística Moderna, tanto pela via européia como pela via americana, que mal aportava às nossas margens pela segura mão de Mattoso Câmara Jr., já estava contestada nas zonas estrangeiras de poder e é nesse contexto que explode, sem retorno possível, a Linguística Brasileira: na recusa à tradição histórico-filológica; na contestação aos ainda mal digeridos estruturalismos; já sufocada com o primeiro modelo chomskiano, o de 1957, que já se substituíra pelo modelo padrão de 1965 (1998, p. 102-3).

Os primeiros linguistas brasileiros em emergência, à exceção, talvez, de alguns poucos que tiveram a oportunidade de muito cedo conviverem com o desenvolvimento de teorias linguísticas no exterior e acompanhar, *pari passu*, seu amadurecimento, iniciam, pois, sua trajetória nesse cenário multifacetado, por vezes sujeitos a conceitos e correntes suplantadas, que teriam ainda de absorver e reanalisar, no seu processo de formação.

O contexto sociopolítico, com a reinstauração de uma nova ditadura, logo em 1964, viria, certamente, a condicionar o percurso do desenvolvimento intelectual e científico no Brasil. Muitos professores, entre eles alguns que conduziam trabalhos de formação de novos linguistas, foram, como se sabe, afastados pelo poder que, à força, se impunha, a exemplo do que ocorreu na recém-criada Universidade de Brasília, em que, havia pouco tempo, se instaurara o primeiro curso de Mestrado em Linguística no País.

Essa conformação histórica de introdução da Linguística no Brasil é de fundamental importância para uma primeira tentativa de caracterização do linguista brasileiro, embora formulada na interrogativa: ainda hoje um importador das teorias desenvolvidas no exterior?

Borges Neto (1986, p. 78) acredita que “nos voltamos para as idéias estrangeiras sem vermos para que elas nos servem, sem nos preocuparmos com o que podemos fazer com elas”. Uma compreensão há muito debatida por diversos campos do saber das ciências humanas que perpassa pela questão do sentimento de *homem historicamente colonizado*, que os constantes cerceios promovidos pelos diversos golpes antidemocráticos ajudaram a construir e que parece de certa forma ainda conduzir algumas atitudes do homem brasileiro, felizmente não sem a reação de alguns. Afinal “o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura” (BENVENISTE, 1976, p. 48).

Mas como diz ainda, muito propriamente, Benveniste (1976, p. 43) que na linguagem tudo “tem de ser definido em termos duplos”, já que “tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva”, assim se deveria talvez pensar sobre esse que foi aqui previamente – conquanto sob o benefício da interrogação – caracterizado como *importador de teorias*, que seja o linguista brasileiro. Será que, como afirma Rajagopalan (1986, p. 85), o linguista nacional, do ponto de vista “acadêmico-intelectual”, ainda teria de aprender a “**interpretar**, e não apenas praticar, a linguística”?

Se por um lado parece inegável que, no Brasil, se seguem (e diga-se: competentemente) os modelos teóricos criados e ciclicamente reformulados no exterior, por outro, já se pode falar de inovações que, mesmo sem a repercussão que uma ideia estrangeira teria em seu lugar, já foram introduzidas, no âmbito dessas teorias, por linguistas nacionais.

Ademais, se por muito tempo o País teria vivido “uma lingüística de indivíduos” (ALTMAN, 1998, p. 127), percebe-se, hoje, que aos poucos se começam a estabilizar grupos bem definidos de pesquisa, voltados a estudos sobre o português, nomeadamente sua variedade brasileira, que em algum tempo possam estabelecer as “raízes para a pesquisa lingüística em nosso país”, fator considerado por Borges Neto (1986, p. 81) como de fundamental importância para o percurso de solidificação dos estudos lingüísticos no Brasil.

Dentre as contribuições do ponto de vista teórico seja talvez um bom exemplo da capacidade do linguista brasileiro de *interpretar* ou, melhor dizer, da habilidade de reinterpretar os modelos importados, a proposta de Fernando Tarallo (1986) de uma “sociolingüística românica paramétrica”, que procura conjugar as teorias sociolingüística e gerativista, para um melhor entendimento da sintaxe do português brasileiro, união de que, segundo Duarte (1996, p. 160), “já se podem colher

os frutos”, haja vista os diversos trabalhos já realizados e muitos, certamente, em curso, que “combinam análises quantitativas de inspiração labovianas a hipóteses de inspiração paramétrica”.

O prenúncio dessa proposta já parece transparecer num texto originalmente apresentado por Tarallo em 1984 e publicado em 1986, na Revista *D.E.L.T.A.*, cujo cerne, com a força de seu peculiar estilo metafórico, se reproduz aqui:

[...] o lingüista existente em nós deveria ser, na realidade, mais *zeli-giano* que o pretendemos e o fazemos. Em outras palavras, uma certa dosagem de *falta* de personalidade acirradamente teórica poderá levar o lingüista a resultados mais condizentes com os fatos que se propõe a analisar (TARALLO, 1986, p. 128-9).

E parece que essa pretensa *falta de personalidade* tem de fato levado a bons resultados, nomeadamente sobre a sintaxe do português brasileiro, transformando essa contra-ortodoxia teórica do linguista nacional em uma renovação e em uma virtude *per se*, conquanto não imponha os “*laços de fidelidade* que o prendam a determinado modelo” (BORGES NETO, 1986, p. 80), a que os linguistas estrangeiros costumam condicionar-se.

Ainda no âmbito da Teoria da Variação Linguística, poder-se-ia destacar o princípio de *saliência fônica*, proposto por Anthony Naro e Miriam Lemle, em trabalho originalmente escrito em inglês (NARO; LEMLE, 1976), que integra hoje o inventário teórico da Sociolinguística como um todo, nomeadamente daqueles que têm rastreado os diversos fenômenos relacionados a aspectos do português brasileiro, como, por exemplo, a variação na concordância verbal e nominal, que o próprio Naro tem também levado a cabo.

Haveria outros exemplos do resultado da antropogenia brasileira sobre a elaboração de teoria linguística que a especulação pudesse fomentar, mas que não seriam mesmo assim suficientes para alterar o quadro que o senso comum daqueles que fazem linguística no Brasil facilmente esboçaria: importam-se as teorias, sim, mas a “ligação do brasileiro com as idéias estrangeiras é, do mesmo modo, tão tênue que ele não se sente obrigado a assumi-las de um modo mais profundo” (BORGES NETO, 1986, p. 79).

Não obstante a efemeridade ou grau de fidelidade de sua filiação a determinada corrente teórica, o linguista brasileiro parece que tem conseguido construir uma trilha segura para o desenvolvimento da linguística nacional, que poderia ser conjecturada em duas frentes principais de ação. A primeira emerge daqueles que, independentemente das ideias teóricas em que se apoiam, têm no português brasileiro o seu escopo de trabalho, fazendo com que se desvende cada vez mais a realidade linguística do País.



Observe-se que da amostra de artigos utilizados por Altman (1998), na análise de sua investigação sobre a pesquisa linguística no Brasil de 1968 a 1988, anteriormente citado, 75% se relacionam ao português brasileiro, que conjuntamente com os 8%, que investem no estudo de línguas indígenas nacionais, definem, indubitavelmente, o campo de interesse do linguista brasileiro. Afinal, como afirmam Maurício Tapajós e Aldir Blanc, na música *Querelas do Brasil*, o “Brasil não conhece o Brasil”. E talvez seja essa a primeira meta a ser atingida por todos os campos do saber científico, nomeadamente pela Linguística. O projeto coordenado por Ataliba de Castilho *Para a História do Português Brasileiro*, que tem sido nacionalmente implementado, é um bom exemplo, entre outros que poderiam ser apontados, da direção que tem sido tomada nesse sentido.

Embora seja um comportamento pertinente a todas as comunidades do mundo, o distanciamento entre o que se ensina na escola e o uso que se faz da língua oficial assume, no Brasil, proporções tão abissais e paradoxais aos modelos normativistas impostos, muitas vezes tão distantes do professor quanto do aluno, que só um grande esforço coletivo para o conhecimento da realidade linguística do País pode pouco a pouco vir a reverter.

E parece ter sido essa a função precípua do linguista brasileiro: buscar esboçar a feição que o português tem assumido deste lado do Atlântico, conquanto, para isso, não evite utilizar modelos teóricos importados. Aliás, não tem sido esse o caminho histórico de todas as civilizações no longo percurso de seu desenvolvimento tecnológico e científico?

A segunda frente levada a termo pelo linguista brasileiro, que aqui se conjectura, relaciona-se àqueles que, fiéis às ideias geradas pelas correntes linguísticas em que se inserem, perseguem sua constante e imediata atualização, estando sempre com avidez à espera das novidades teóricas lançadas no estrangeiro.

Embora Borges Neto (1986, p. 79) considere que, com esse comportamento, se deixe de “fazer linguística para se ler sobre linguística” e que “a atualização não pode ter um fim em si mesma”, esse comportamento, enquanto não predomine hegemonicamente no cenário nacional, pode muito bem servir ao avanço e solidificação de uma linguística brasileira, já que poderá preparar o terreno, os fundamentos científico-metodológicos necessários, para a formação de novas gerações de linguistas brasileiros, sem os mesmos “traumas” que o contexto multifacetado e “mal-digerido” do momento de introdução dessa ciência no País, por certo, acarretou e cujos reflexos ainda se podem sentir.

Mesmo aqueles que, no Brasil, concentram seus trabalhos sobre teorias formalistas, notadamente de natureza gerativista, para as quais o uso concreto da língua não desperta interesse, senão do ponto de vista do *falante ideal*, e que, por

força da própria dinâmica da teoria em constante reformulação, precisam acompanhar seu desenvolvimento *pari passu*, não se alijam completamente da primeira frente de trabalho aqui conjecturada, estando sempre a promover estudos, cujo exemplário testado se concentra no português brasileiro, inclusive em sua dimensão diacrônica, no que se refere ao processo de aquisição da linguagem.

Ademais, há de forma geral, no Brasil, uma retomada progressiva aos estudos de natureza socio-histórica, mormente na reconstituição histórica da língua portuguesa, antes bastante relegados pela avassaladora orientação estritamente sincrônica imposta pelo estruturalismo e pelo quase aniquilamento total dos estudos filológicos, causado pela emergência da Linguística no País.

Em recente livro, sobre uma temática a princípio distante do interesse normal do linguista, intitulado *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, Jean Claude Schmitt afirma que “três tipos de visões constituem uma hierarquia, homóloga à hierarquia das faculdades da alma: a visão corporal depende dos sentidos do corpo; a visão espiritual, da imaginação; a visão intelectual, da razão pura” (SCHMITT, 1999, p. 39). O linguista parece que precisa de todas elas, enfim, para a consecução plena de seu trabalho, pois a língua perpassa necessariamente esses três campos conceituais.

Ser linguista no Brasil é ser o resultado de seu próprio contexto de formação, plural, heterogêneo, de base originalmente exógena, assim como são as línguas naturais, inegavelmente, o reflexo de seus intercursos socio-históricos, mesmo que para alguns a linguagem humana se fundamente no inatismo de uma gramática de natureza biológica, comum à espécie humana. Uma ideia não precisa necessariamente invalidar a outra.

O linguista brasileiro pode ser um elemento em “variação estável” ou “mudança em curso” no processo de construção de uma Linguística nacional, mas é certamente o sujeito de sua comunidade de fala, que tem dado todos os indícios do domínio da metalinguagem que servirá de base a seus trabalhos científicos. Não seria esse o linguista “chus fremoso”,<sup>5</sup> o mais completo?

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.

BENVENISTE, Émile (1976). *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Ed. Nacional.

---

5 A “chus fremoso”, do português arcaico, corresponderia hoje, *mutatis mutandis*, “mais belo”.

- BORGES NETO, José (1986). *Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?*. *Boletim ABRALIN*, n. 8. p. 77-82.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso (1990). *História da Linguística*. Petrópolis: Vozes.
- CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.
- DASCAL, Marcelo; BORGES NETO, José (1991). De que trata a Linguística afinal. *Histoire, Epistemologie, Language*, n. 13. p. 13-50.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1996). A Sociolinguística 'paramétrica'. *Atas I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: conferências - mesas-redondas*, Salvador, 11/16 de setembro de 1994 / Organizadas por Jacyra Mota e Vera Rolemberg - Salvador: Abralín.
- KATO, Mary (1997). Teoria sintática: de uma perspectiva de "-ismos" para uma perspectiva de "programas". *D.E.L.T.A.*, n. 2(13). p. 275-89.
- LIGHTFOOT, DAVID (1999). *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Linguística no Brasil no século XX. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 21-22. p. 97-108.
- NARO, Anthony; LEMLE, Miriam (1976). Syntactic diffusion. In: STEEVER, Sanford et al (eds.). *Papers from the parasession on diachronic syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society. p. 221-41.
- NAVARRO, Eduardo (1999). *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1986). Comunicar é preciso. *Boletim ABRALIN*, n. 8. p. 83-85.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1968[1916]). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SCHMITT, Jean Claude (1999). *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TARALLO, Fernando (1986). Zelig: um camaleão-lingüista. *D.E.L.T.A.*, n. 1(2). p. 127-144.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred; MALKIEL, Yakov (eds.). *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press. p. 95-195.



## COLOFÃO

<b>Formato</b>	18 x 26 cm
<b>Tipologia</b>	Scala 10,5/15 (texto)
<b>Papel</b>	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
<b>Impressão</b>	Edufba
<b>Capa e Acabamento</b>	Cian Gráfica
<b>Tiragem</b>	400